



GOVERNO DO ESTADO  
DO RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM  
À  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

TARSO GENRO  
GOVERNADOR

PORTO ALEGRE  
2013



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

GOVERNADOR DO ESTADO  
*Tarso Fernando Herz Genro*

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO  
*Jorge Alberto Duarte Grill*

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL  
*Carlos Pestana Neto*

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR  
*Cel. Leandro Ribeiro Fonseca*

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
*Carlos Henrique Kaipper*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ  
*João Constantino Pavani Motta*

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO  
*Vinícius Gomes Wu*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO  
*Mauro Knijnik*

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL  
*Marcelo Tuerlinckx Danéris*

SECRETÁRIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL  
*Vera Maria Spolidoro de Cuadrado*

SECRETÁRIO DO GABINETE DOS PREFEITOS E RELAÇÕES FEDERATIVAS  
*Afonso Antunes da Motta*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
*José Clóvis de Azevedo*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
*Ciro Carlos Emerim Simoni*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA  
*Luiz Antônio de Assis Brasil e Silva*

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

*Airton Aloisio Michels*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

*Odir Alberto Pinheiro Tonollier*

SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

*Stela Beatriz Farias Lopes*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO

À MICRO E PEQUENA EMPRESA

*Maurício Alexandre Dziedricki*

SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO

*Marcel Martins Frison*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

*Fabiano Pereira*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

*Luís Augusto Barcellos Lara*

SECRETÁRIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

*Márcia Elisângela Américo Santana*

SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO

*Dilce Abgail Rodrigues Pereira*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E DO LAZER

*Kalil Sehbe Neto*

SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

*Luiz Carlos Ghiorzzi Busato*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

*Hélio Corbellini*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO

*Luiz Fernando Mainardi*

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO

*Ivar Pavan*

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

*Caleb Medeiros de Oliveira*

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO  
*Cleber Cristiano Prodanov*



## **APRESENTAÇÃO**

Esta Mensagem à Assembleia Legislativa obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX da Constituição Estadual, que atribui ao Governador de Estado a oportunidade de “expor em mensagem que remeterá à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão anual, a situação do Estado e os planos de Governo.”

Entregamos esta Mensagem sob forte impacto emocional da recente tragédia em casa noturna de Santa Maria, que vitimou centenas de jovens.

O ano de 2012 marcou o estabelecimento das bases da retomada do desenvolvimento sustentável com equidade e participação no Rio Grande do Sul. As propostas programáticas apresentadas à sociedade gaúcha, em 2010, estão concretizadas nas suas diversas dimensões, e as condições para que 2013 seja um ano ainda melhor estão colocadas.

Inicialmente, a nossa disposição de manter uma relação cooperativa e aberta entre as forças políticas, tanto as que constituem a coalizão de governo quanto as de oposição, como forma de realizar mudanças significativas no Rio Grande do Sul está consolidada em relações respeitadas e cooperativas. A formação de uma coalizão de governo que reúne diversos partidos é prova viva desse espírito. Um espírito de formação de transversalidade e de redes que promovam o diálogo, consensos necessários à paz e ao desenvolvimento de nosso Estado.

Ressaltamos que o mesmo espírito de cooperação orienta as relações com os municípios e a União e entre os poderes. As ações conjuntas e complementares às da União foram ampliadas em 2012, em diversas áreas, como da mobilidade urbana, saneamento básico, estrutura logística e energética e prevenção de cheias. O apoio aos municípios, como linha de crédito via BADESUL, é outra marca da nova postura federativa do governo estadual.

A consolidação de uma nova postura internacional também foi efetivada em 2012. Foi promovida maior integração política, econômica e cultural não somente com países da América do Sul, como também da Europa e Ásia, através de parcerias estratégicas em áreas como a do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico.

A implantação do Sistema de Participação Popular e Cidadã é outra marca importante para o aprimoramento das relações com a sociedade civil, de respeito às comunidades organizadas, aos movimentos sociais, às entidades de classe, aos diversos conselhos setoriais e regionais e a todos que se disponham a construir e aperfeiçoar os mecanismos de controle público sobre o Estado. Espaços, mecanismos e resultados da participação popular e cidadã, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Gabinete Digital, as Decisões Orçamentárias, as Interiorizações de Governo estão descritos neste relatório.

A consolidação de um Sistema de Desenvolvimento Econômico, a partir da formulação de uma Política Industrial – que apoia 22 setores estratégicos com 220 projetos – e dos Planos Safra estaduais e da valorização das cadeias do agronegócio e da agricultura familiar são conquistas de 2012. A consolidação do Polo Naval do Jacuí é exemplo de múltiplas ações de ampliação dos investimentos privados e públicos no Rio Grande do Sul.

O combate às consequências e às causas da seca são marcantes no ano que se encerrou. O Governo trabalhou para viabilizar a construção de estruturas de captação e armazenamento de água destinada ao uso humano e à produção agropecuária, através de

programas como o Mais Água Mais Renda, Irrigando a Agricultura Familiar e o Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água, e de ações emergenciais, como o Cartão Estiagem e a anistia aos produtores que acessaram o Troca-Troca.

A expectativa de investimento privado apoiado pela Sala do Investidor está ascendendo, atingido o patamar de quase R\$ 25 milhões. Além disso, os segmentos das pequenas e médias empresas e da agricultura familiar estão sendo atendidos, pela valorização do Simples Gaúcho ou do Programa Gaúcho de Microcrédito, como também pelo fortalecimento dos Parques e Polos Tecnológicos e dos Arranjos Produtivos locais.

O ano de 2012 foi marcado, ainda, pela finalização de importantes operações de crédito, em especial junto ao BIRD e ao BNDES, de cerca de R\$ 2 bilhões, que asseguram o aumento da capacidade de investimento em áreas como estradas, educação, energia, saneamento, irrigação, agronegócio, agricultura familiar e saúde. Investimentos em áreas como Cultura (como os relativos à OSPA) e Turismo são fundamentais na retomada desenvolvimentista.

Também consolidada está a reversão de postura em relação às funções públicas de estado. Ao invés do corte de gastos, o governo fortaleceu em 2012 uma política de valorização dos serviços e servidores públicos e melhoria das condições materiais necessárias. Como exemplos, pode-se citar o cumprimento dos 12% constitucionais para o orçamento da saúde pública e expansão nas redes de atenção (atualmente, 423 municípios já contam com Equipes de Saúde da Família, 12 Unidades de Pronto Atendimento e três hospitais regionais estão sendo construídos), as obras em escolas, totalizando R\$ 102 milhões, e os reajustes salariais e contratação de servidores das mais numerosas categorias de servidores, em especial das áreas de educação e segurança.

A consolidação de programas de equidade social, de gênero e étnica também marcam esta nova postura desenvolvimentista que assumiu o governo gaúcho. A prioridade do Combate à Pobreza Extrema está consolidada no Programa RS Mais Igual, em especial pelo RS Mais Renda e pelo incremento da busca ativa no Estado.

Para o ano de 2013, esperamos que as condições para retomada mais vigorosa da economia brasileira e gaúcha se reflitam em um ano pleno de realizações e tranquilidade para a sociedade gaúcha.

**TARSO GENRO**

Governador do Estado do Rio Grande do Sul



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
EIXOS ECONÔMICO E REGIONAL.....	3
CONTEXTO ECONÔMICO: ECONOMIA INTERNACIONAL.....	5
CONTEXTO ECONÔMICO: ECONOMIA BRASILEIRA .....	10
CONTEXTO ECONÔMICO: ECONOMIA GAÚCHA.....	15
CONTEXTO REGIONAL: NOVAS PERSPECTIVAS.....	24
AS FINANÇAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL.....	37
REALIZAÇÕES DO GOVERNO.....	68
Administração Fazendária.....	68
Agricultura, Pecuária e Agronegócio.....	81
Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.....	93
Desenvolvimento e Promoção do Investimento.....	118
Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.....	139
Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.....	145
Infraestrutura e Transporte.....	151
Meio Ambiente.....	198
Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.....	203
Turismo.....	218
EIXOS SOCIAL E DEMOCRÁTICO .....	227
PERFIL DEMOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL.....	229
CONDIÇÕES DE VIDA NO RIO GRANDE DO SUL.....	237
O SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ NO RIO GRANDE DO SUL....	248
REALIZAÇÕES DO GOVERNO.....	250
Administração e Recursos Humanos.....	250
Casa Civil.....	259
Casa Militar.....	266
Comunicação e Inclusão Digital.....	268
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.....	270
Cultura.....	289
Educação.....	298
Esporte e Lazer.....	306
Gabinete do Governador.....	313
Gabinete do Vice-Governador.....	321
Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas.....	324
Habitação e Saneamento.....	327
Justiça e Direitos Humanos.....	345
Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.....	358
Política para as Mulheres.....	365
Procuradoria Geral do Estado.....	368
Saúde.....	380
Segurança Pública.....	394
Secretaria Geral de Governo.....	406
Trabalho e Desenvolvimento Social.....	407



## INTRODUÇÃO

No início da atual gestão, o Governo traçou as linhas orientadoras de seu projeto, baseado nos documentos apresentados no período eleitoral.

A figura abaixo sintetiza a Visão do Governo, isto é, o objetivo maior a ser alcançado, os objetivos estratégicos, voltados para sanar necessidades da sociedade, os focos de atuação, que são desdobramentos dos objetivos estratégicos, e as mudanças internas à gestão pública, que auxiliarão na consecução da visão do Governo.



O Governo Estadual busca a retomada do desenvolvimento da economia local, levando em consideração as diferenças regionais e sociais e observando as demandas da sociedade. Para se alcançar essa visão, foram traçados objetivos, em quatro eixos diferentes: no eixo econômico, se pretende alcançar o crescimento do investimento, do emprego e da renda; no eixo regional, serão executadas políticas que promovam o desenvolvimento regional; no eixo social, elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema são os objetivos; e, por fim, no eixo democrático, se buscará aprimorar a cidadania, promover a paz e os valores republicanos.

Esta Mensagem à Assembleia Legislativa foi elaborada observando esses quatro eixos – assim, a divisão é feita agrupando o eixo econômico e o regional em um capítulo e os eixos social e democrático no capítulo seguinte.

Em cada capítulo, é apresentada uma contextualização dos eixos e, em seguida, as realizações dos órgãos de Governo que compõem aqueles eixos.



## **EIXOS ECONÔMICO E REGIONAL**



## **CONTEXTO ECONÔMICO: ECONOMIA INTERNACIONAL**

### **A Persistência de Uma Crise**

O ano de 2012 marca certa reversão de expectativas em relação à superação da crise iniciada na década anterior. Em 2011, a partir da recuperação da economia mundial, em especial dos países emergentes, ou em desenvolvimento, esperava-se um maior ritmo dessa recuperação para 2012 – e mesmo que a crise poderia ser entendida como um episódio de curto prazo e de alcance conjuntural.

Conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) publicadas em setembro de 2011 (Tabela Projeção do Crescimento do Produto Interno Global Real – 2011/2012), o PIB mundial poderia crescer 4,0%, em 2011, e 4,0%, em 2012. Porém, na edição do *World Economic Outlook*, de outubro de 2012, o FMI prevê para as economias avançadas um crescimento de apenas 1,3%, em 2012, em comparação com 1,6%, em 2011, e 3,0% em 2010. O FMI afirma que o crescimento é muito lento para causar uma grande redução nas taxas de desemprego e que as políticas nas principais economias avançadas não reconstruíram a confiança em perspectivas de médio prazo para o crescimento.

Espera-se, ainda, que os mercados emergentes e países em desenvolvimento cresçam 5,3%, em 2012, em comparação com 6,2%, em 2011, e com uma lenta recuperação em 2013 (5,6%). China, Índia, Rússia e Brasil cresceriam mais lentamente, em 2012, e esse crescimento do comércio mundial deve cair para 3,2%, em 2012, de 5,8%, em 2011 e 12,6% em 2010. O baixo crescimento e incertezas nas economias avançadas estão afetando os mercados emergentes e em desenvolvimento, tanto através do comércio como dos canais financeiros.

Essa reversão de expectativas leva à necessidade de compreender os desdobramentos da crise mundial marcada pela hegemonia financeira sobre a sociedade e por uma modificação na divisão internacional do trabalho, com deslocamento de investimentos e atividades industriais para o Oriente, em especial para a China.

### **Analisando a Crise**

A economia mundial ainda vive à sombra dos episódios de 2007 e 2008, quando o coração das finanças internacionalizadas entrou em colapso em sequência à falência do banco *Lehman Brothers* em Nova Iorque. A paralisia do sistema de crédito levou a uma forte desaceleração da produção, crescimento do desemprego e empobrecimento das famílias largamente endividadas, nos EUA, e também a uma grande contração do comércio mundial. Na sequência, as conexões da rede financeira global logo estenderam a crise a seu segundo elo, a Europa, dessa vez sob a forma de uma crise do endividamento público, muito em função das operações de salvamento dos bancos feitas em 2008 e 2009. O próximo elo rompido foi o das cadeias produtivas mundiais, que perderam dois grandes polos com a recessão europeia e norte-americana, estendendo a crise à Ásia, exportadora de manufaturas para os países desenvolvidos, e à América Latina, exportadora de produtos básicos para os centros industriais do mundo.

Esse processo, ainda longe de encontrar solução, tem suas origens na própria natureza da globalização que o precedeu e seu aspecto mais importante, a financeirização da economia capitalista. Fenômeno complexo, a hegemonia financeira sobre a sociedade se desdobra em dois

planos, um micro e outro macroeconômico. No plano macro, se desenvolveu, em primeiro lugar, o predomínio, enormemente majoritário, da forma financeira na composição em valor da riqueza. Em segundo lugar, houve um crescimento dos lucros auferidos em ações extraoperacionais, como aplicações em títulos e recebimento de juros, tornando sua proporção também maior do que os rendimentos da produção e fazendo da atividade rentista a mais bem remunerada entre os usos possíveis do capital. Em terceiro lugar, e em decorrência de seu peso na riqueza, a aproximação entre dinheiro e poder mudou a composição do bloco dominante, guindando a finança à posição de direção da classe capitalista e, em decorrência, modificando a política econômica para favorecer seus interesses. É o primado da estabilidade e do cumprimento dos contratos de dívida sobre o crescimento e o emprego.

No que respeita ao plano microeconômico, trata-se do fenômeno da financeirização das empresas e das famílias trabalhadoras. No caso das empresas, concomitantemente ao predomínio dos lucros extraoperacionais e, em decorrência, da hegemonia da diretoria financeira sobre as de engenharia e produção, instalou-se em sua gestão a modalidade do “primado do acionista”, que modificou os objetivos da atividade empresarial para a valorização dos ativos em detrimento do crescimento e da conquista de mercado. A distribuição de lucros e dividendos aos proprietários passou a consumir a quase totalidade dos resultados econômicos, em detrimento do investimento. Modificaram-se os critérios de remuneração de executivos e mesmo dos trabalhadores, havendo ganhado importância o pagamento de bônus proporcionais ao crescimento do valor de mercado da firma. Com isso, uma parcela crescente da população trabalhadora foi tendo suas condições de vida influenciadas pelos movimentos dos mercados financeiros. Outro lado desse processo foi a extensão do crédito com conseqüente endividamento das famílias e a expansão e subsunção de fundos de pensão, seguradoras e cooperativas de crédito criadas pelos trabalhadores, à lógica da valorização financeira, trazendo para o interior da classe a contradição entre capital e trabalho.

Os resultados econômicos da globalização respondem por uma diminuição das taxas de crescimento da produção e da renda em todo o planeta. Mesmo no período anterior a 2008, um momento positivo da economia mundial, o ritmo de sua expansão foi significativamente menor do que as médias históricas de fases virtuosas anteriores no século XX. Outra característica é a distribuição geográfica desigual dos momentos de crescimento desde o início da globalização neoliberal. Parecem-se mais a espasmos localizados do que a ciclos generalizados de *boom* sistêmico. À exceção do Sudeste Asiático, a duração dessas fases expansivas dos ciclos foi sempre breve, sempre respondendo às movimentações do capital especulativo em sua ciranda mundial em busca de mais renda.

A singularidade asiática tem a ver com um fenômeno novo dessa fase da economia internacional – a transferência, pela primeira vez na história, da indústria propulsora do avanço da produção do centro hegemônico desenvolvido para uma zona periférica e retardatária, a ponto de colocar em cheque a secular liderança anglo-saxônica na manufatura capitalista. Os países do polo maduro da economia mundial vêm experimentando uma transformação de suas estruturas produtivas em direção a atividades de serviços ou terceirizadas, muito embora ainda mantenham o comando sobre boa parte da produção industrial deslocada para a Ásia. Nesse novo polo de expansão, no entanto, o capital estrangeiro faz frente a Estados com muito mais poder, obrigando-o a conceder e negociar bem mais do que tradicionalmente aconteceu na América Latina e em outras regiões do globo.



Essa nova circunstância alimenta uma componente negligenciada da presente crise, geralmente vista como um fenômeno da esfera monetária e financeira. A crise é, principalmente, uma crise de superprodução. A demanda mundial corrente, da qual os países desenvolvidos formam a maior parte em razão de sua renda média elevada, é insuficiente para ocupar plenamente a capacidade produtiva instalada no mundo. Esse é um fenômeno crônico que se arrasta desde a década de 80, cobrindo toda a era da globalização neoliberal, e que se foi agravando na medida em que às estruturas industriais em declínio da Europa e da América do Norte, crescentemente ociosas, vieram se somar as recentes capacidades manufatureiras de alta produtividade do novo polo manufatureiro indo-chinês. E foi também se aprofundando em razão da crescente desigualdade internacional da renda, geradora de empobrecimento na América Latina, África, boa parte da Ásia e mesmo para parcelas crescentes da população dos países desenvolvidos, ocorrida desde 1980 até o começo do século presente.

A expansão desenfreada do crédito, gerada pelo fenômeno da financeirização, permitiu uma combinação de superávits comerciais por parte do novo coração industrial do mundo, a Ásia, com déficits crescentes dos Estados Unidos. Em escala continental, o mesmo fenômeno se realizou na União Europeia, superávits alemães e déficits dos países do sul, tudo financiado pela multiplicação de capital fictício operada pelos bancos internacionalizados.

Como já visto em outros episódios na história do capitalismo, essa expansão desenfreada de créditos e dívidas gestou a crise financeira iniciada em 2007 nos EUA, e seus desdobramentos ainda seguem em marcha e a deprimir a economia mundial. Até mesmo o motor produtivista chinês perdeu ritmo desde então, levando sua liderança política a definir uma nova estratégia de desenvolvimento, que deverá ser implementada pelo presidente recém-empossado Xi Jinping e que prioriza o consumo interno como mola do crescimento.

As circunstâncias atuais da crise internacional, de forma análoga ao que ocorreu na década de 1930, deram oportunidade a um renascimento de planos de desenvolvimento nacional em tudo similares a estratégias mercantilistas: defesa do mercado interno, nisso incluídos os mercados regionais dos blocos de integração; política comercial agressiva e protecionista; uso dos instrumentos de política monetária como arma competitiva, com seus efeitos sobre os fluxos de capital e as taxas de câmbio; opção por acordos bilaterais de comércio em detrimento das instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). A própria criação do G-20, aparentemente um avanço no sentido de uma governança global mais democrática, na verdade se revelou um instrumento a mais de diversionismo das finanças globalizadas, em sua tática de evitar uma recomposição de instrumentos eficazes de sua regulação e continuar usando os tesouros nacionais como refinanciadores e garantidores de seus créditos irrecuperáveis.

O pior aspecto da retomada de poder das finanças globalizadas é o que se pode definir como processo de acumulação por despossessão. Diante da realidade da redução do ritmo de crescimento do valor em escala global, a valorização da riqueza desse polo dominante da economia mundial passou a se viabilizar por meio da aquisição a baixo preço da propriedade alheia, seja de empresas privadas em processos de fusão e aquisição, seja de mercadorias e recursos naturais cuja exploração e comércio passam a seu controle, ou seja, dos próprios tesouros públicos, sequestrados de sua soberania e de seus compromissos sociais pelo acúmulo de dívidas que consomem cada vez maiores proporções de suas receitas tributárias.

Essa circunstância do crescimento das dívidas públicas provocada pelo esforço de refinanciamento dos bancos e fundos investidores nacionais intoxicados de ativos irrecuperáveis traz, mais uma vez, ecos da década de 1930. A intenção de manter a qualquer custo os pagamentos das dívidas está disfarçada na pregação da ortodoxia econômica e sua busca do orçamento equilibrado, implicando drásticas reduções de gastos dos governos, comprometendo salários de servidores, serviços de saúde e educação e assim por diante.

As perspectivas para a situação econômica global em 2013 e os anos logo a seguir não podem ser das mais otimistas. Assim, em relação ao cenário que se descortinava em 2010, são duas modificações importantes: a persistência da recessão nas economias centrais e uma expansão menor nas economias emergentes. É possível ou até mesmo provável o prosseguimento da recessão nos dois lados do Atlântico Norte. A saída possível para a crise, a retomada do investimento, da produção e do emprego, passa por nova direção do Estado para se concretizar, diferente da hegemonia férrea da austeridade. Mesmo do outro lado do mundo, na Ásia, deverá haver uma maior endogeneização do desenvolvimento, com consequente redução dos estímulos originados naquele continente sobre outras regiões.

### **O Entorno Regional do Brasil**

A América do Sul vivenciou, na primeira década do século XXI, um momento de crescimento inédito em sua história. Pela primeira vez, nos duzentos anos de independência, para a maior parte do continente, o aumento da renda veio combinado com melhoria na sua distribuição e redução da pobreza. Essa conjuntura permitiu uma onda de expansão econômica puxada pelo consumo que gerou, na região, um fenômeno oposto ao do resto do mundo, uma grande ocupação da capacidade e um elevado nível de emprego.

Na esteira dessa recuperação do crescimento, após as duas décadas perdidas de 1980 e 1990, houve uma substancial redução da fragilidade financeira externa e o fim de outro fantasma secular do continente, a dívida internacional. Os balanços de pagamentos tornaram-se mais bem financiados e a região absorveu um expressivo volume de investimento direto externo. Ao crescimento do mercado interno veio se somar uma forte expansão das exportações, principalmente em direção à Ásia, mas também dentro de um mercado regional cada vez mais integrado. Também uma novidade histórica, o processo de integração regional iniciado na última década do século passado, vem avançando em uma direção original, que responde pela construção de um novo projeto de desenvolvimento, alicerçado nas relações entre os países vizinhos.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) são os dois eixos por onde se estrutura o bloco sul-americano e que têm por finalidade a construção de um processo de desenvolvimento compartilhado por meio da integração regional. Desde a aproximação com a Argentina, ao final das ditaduras em 1986, a política externa brasileira tem sido capaz de conduzir o objetivo de mudança na modalidade de inserção internacional do País sob a mediação das relações com os vizinhos. Este passo constituiu-se em uma verdadeira bifurcação na trajetória histórica do desenvolvimento regional, pela qual as relações além-mar vão sendo superadas por um giro mediterrâneo. O que estava oposto e isolado vai se tornando comum e partilhado.

A nova inserção internacional da América do Sul buscada por seus instrumentos de integração foi se tornando nítida na primeira década deste século. E sofreu o sobressalto dos efeitos da crise econômica mundial em 2009. Naquele ano, o crescimento foi negativo. O MERCOSUL, a UNASUL e os governos dos países-membros reagiram com uma série de iniciativas de defesa econômica e social a fim de sustentar a renda interna e estimular a atividade econômica via crédito, incentivos fiscais, redução de juros, ampliação das políticas sociais e outras medidas de intervenção para impedir a deterioração da situação do balanço de pagamentos, evitar o desemprego e reverter a desaceleração. Em 2010, o crescimento do subcontinente foi de 6,5%, segundo a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), taxa que atingiu 5,9% para toda a América Latina e Caribe.

Entretanto, os anos subsequentes viram uma perda de fôlego da retomada do crescimento, tendo as taxas caído para 4,5% e 2,7%, em 2011 e 2012, na América do Sul, e 4,3% e 3,1% em toda a área de atuação da CEPAL. Uma parte desse movimento pode ser explicada pela continuidade da recessão mundial e seus efeitos sobre as exportações, amplificados pela reversão dos fluxos de capitais, o que gerou o retorno das dificuldades nos balanços de pagamentos de diversos países. Mas foram as desacelerações, tanto da atividade industrial quanto dos investimentos, as causadoras de tal resultado. Essa combinação fez o nó que precisará ser desatado para uma mudança da conjuntura no próximo período, e que dependerá mais das ações de política econômica dos governos nacionais.

## CONTEXTO ECONÔMICO: ECONOMIA BRASILEIRA

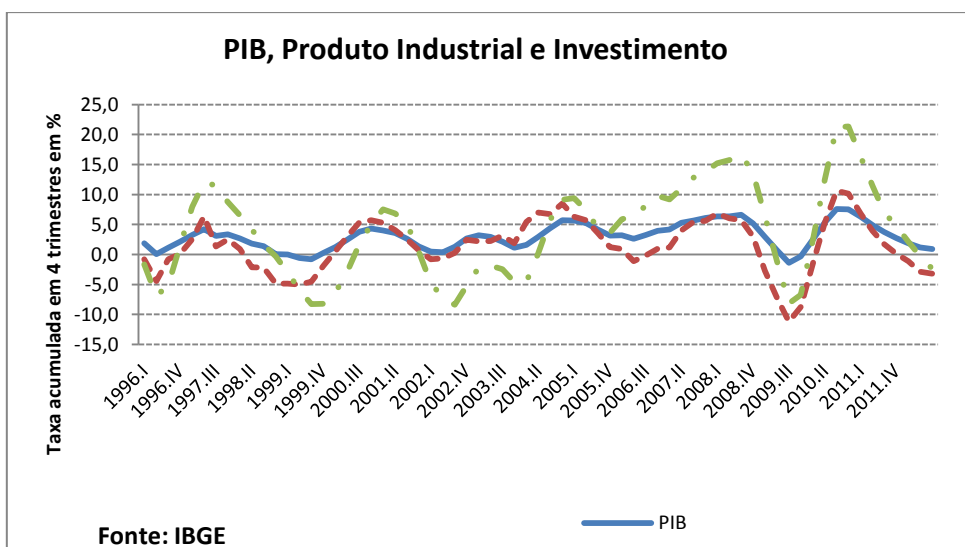
### Política Econômica e Conjuntura

A partir de 2003, um novo balanceamento de poder se estabeleceu na sociedade brasileira. Nos ombros dos movimentos sociais organizados, o Presidente Lula e o PT lideraram uma coalizão de esquerda eleitoralmente vitoriosa e formaram um novo governo inaugurado sob o signo de um compromisso com agendas já construídas e com a construção de agendas de inclusão social e crescimento econômico com distribuição de renda.

A combinação de metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal no plano econômico – inclusive o compromisso de preservação dos “contratos” (privatizações, liberalização comercial e financeira, etc.) – com um programa de políticas de inclusão social universal era reveladora de um movimento de trazer para dentro do aparelho de Estado as contradições da sociedade. As políticas sociais implementadas, desde o início, não foram meramente compensatórias dos efeitos adversos do neoliberalismo; tiveram também o objetivo de modificar a distribuição da renda, melhorar as condições de vida dos trabalhadores e reduzir a pobreza.

A partir de 2005 abriu-se maior espaço para uma inflexão na direção da implementação de estratégias programáticas que já estavam presentes no PPA 2004-2007. Um conjunto de iniciativas, que se organizavam de forma um tanto dispersa nas áreas de infraestrutura e do planejamento, foi articulado e anunciado como Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, em janeiro de 2007. A estratégia de estabilidade é mantida e acrescida da estratégia da expansão do mercado interno de massas e pela recuperação do investimento público como molas propulsoras de um projeto de desenvolvimento nacional. Um projeto em que o crescimento econômico se dá também pela redução das desigualdades de renda e oportunidade, pelo crescimento do emprego e inclusão social.

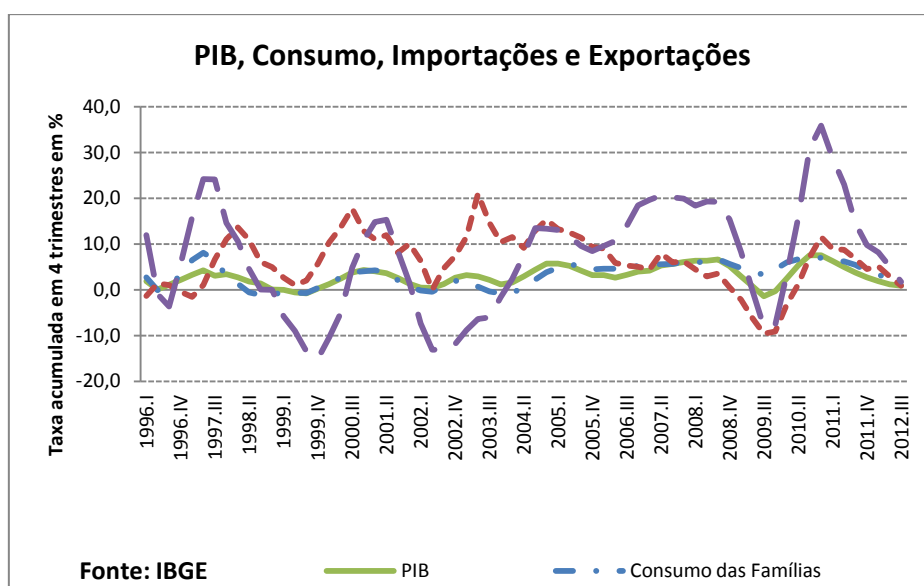
O gráfico a seguir ilustra bem os resultados dessa transição.



Uma retomada do crescimento iniciada em fins de 2004 foi obstruída pela rigidez da política monetária, fazendo cair a produção industrial e o investimento no ano seguinte, em resposta à elevação dos juros então implementada em razão da elevação da inflação. Entre 2006 e 2008, com auxílio da política fiscal reorientada para dar suporte ao PAC, um ciclo de expansão se estabelece, até ser interrompido pelo choque financeiro da crise mundial, em 2009. Mais decisivas do que a queda das exportações para explicar a contração foram a paralisação da corrente do crédito privado na economia e a reversão das expectativas empresariais, conduzindo a uma queda na produção industrial e no investimento.

Frente a essa situação, a reação do governo foi no sentido de implementar uma política anticíclica, com vistas à preservação do emprego e da renda. Um conjunto de medidas foi então tomado. Primeiro, uma redução da meta de superávit primário foi anunciada, a fim de proporcionar a continuidade do gasto público; segundo, e em consonância com o novo patamar de superávit, desonerações tributárias foram adotadas para vários dos setores mais sensíveis, na forma de isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de desoneração de encargos trabalhistas sobre a folha de pagamento; terceiro, o crédito foi estimulado através da ampliação de sua oferta a custos reduzidos pelos bancos públicos; quarto, medidas de proteção comercial foram tomadas em acordo com os membros do MERCOSUL; quinto, os gastos com as políticas sociais não só foram mantidos, como suas metas foram ampliadas; e, sexto, também os investimentos do PAC foram preservados e tiveram seus cronogramas acelerados na medida do possível. Por seu lado, a política monetária permaneceu alheia à crise, tendo continuado sua orientação única voltada para as metas de inflação perseguidas via taxa de juros. No entanto, no plano da regulação do crédito, várias medidas de flexibilização e alargamento de sua oferta por parte do setor privado, que já vinham do período anterior, foram expandidas.

O resultado foi uma imediata recuperação, em 2010, na medida em que a ação do governo teve êxito em preservar as fontes do crescimento anterior.



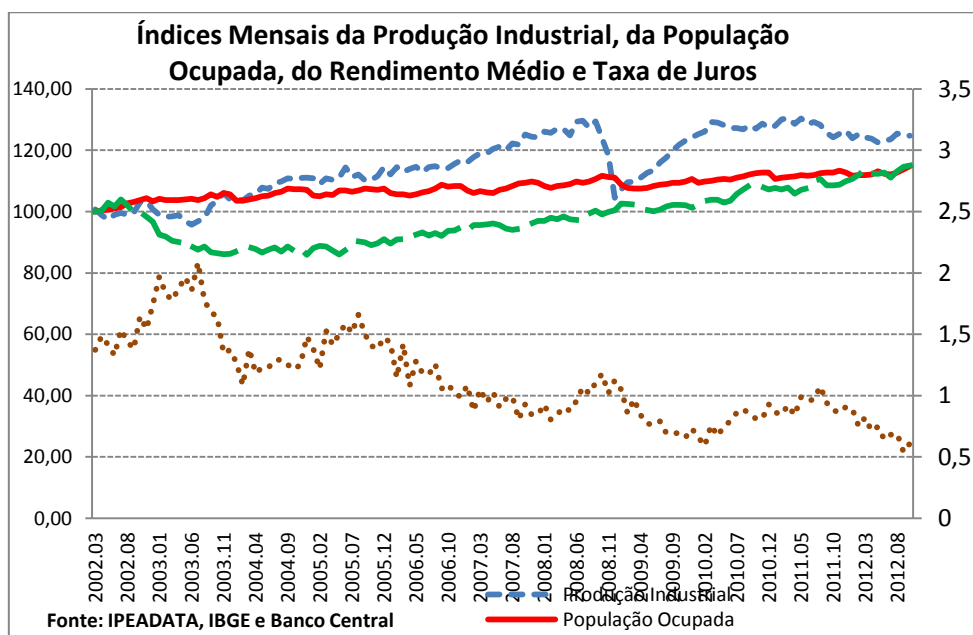
Conforme se vê no gráfico acima, foi o consumo privado o grande impulsionador da fase de expansão, quando crescia acima do PIB, bem como foi a variável a impedir uma queda ainda

maior na recessão, ao permanecer num nível também mais elevado do que o do produto. As variáveis do comércio exterior tiveram comportamento contrário à tendência central da economia na fase expansionista, com queda relativa das exportações e ampliação das importações. Apenas na desaceleração o movimento do comércio exterior foi pró-cíclico.

### A Busca pelo Crescimento

A taxa do PIB, após alcançar uma variação de 7,5%, em 2010, caiu para 2,7%, em 2011, e para 0,9% até o terceiro trimestre de 2012. Novamente, assim como antes da crise e em 2010, a indústria e o investimento são as variáveis mais importantes na explicação desse movimento, já que o comércio exterior, embora tenha tido a mesma tendência, na verdade seguiu um movimento iniciado bem antes da crise.

As razões desse desempenho da produção industrial e da formação bruta de capital fixo não são facilmente identificáveis nem têm uma causalidade simples e diversas medidas foram tomadas no sentido de alcançar um crescimento sustentável e maior competitividade sistêmica, em especial pela redução das taxas de juros. O gráfico abaixo apresenta uma relação entre a produção mensal da indústria de transformação, o nível de emprego, a remuneração dos trabalhadores e a taxa de juros no sentido de ilustrar uma tentativa de explicação para as dificuldades do desenvolvimento neste momento.



A forte contribuição do consumo ao crescimento no período pré-crise, ilustrada nos dados trimestrais, no dado mensal se revela em seu elemento mais importante. A expansão do emprego e o crescimento do valor real dos salários ampliaram a renda disponível dos trabalhadores e, portanto, sua capacidade de gasto. Parte do movimento é resultado da dinâmica do mercado de trabalho, e parte é explicada pela política de aumento do salário mínimo. A isso se somaram as transferências de renda das políticas sociais, a ampliação do

acesso ao crédito e outros mecanismos que implicaram essa melhora substancial na capacidade de consumo da população.

O notável é o que se passou no período pós-crise, quando o emprego sofreu uma pequena redução logo superada, enquanto os salários nem isso, continuaram a se valorizar. Mesmo assim, a produção industrial só alcançou a recuperação do nível de julho de 2008 entre fevereiro e março de 2011 e, a partir de então, estacionou, com pequenas oscilações, um pouco abaixo desse patamar. O que mais chama a atenção é o fato de a massa salarial continuar em ascensão continuada durante essa fase e seguir a mesma tendência crescente até o final de 2012 sem que isso representasse um estímulo suficiente para uma resposta maior da atividade manufatureira.

É nesse contexto que se explica o processo de redução da taxa de juros a um patamar sem precedente nas últimas décadas e que proporcionou não apenas um estímulo à atividade econômica como uma considerável redução a pressão pela valorização do câmbio, propiciando uma melhora considerável em sua cotação desde agosto de 2012. Elementos estruturais e há muito indicados por lideranças industriais são tratados de maneira mais direta e contundente.

Um dado que pode explicar essa circunstância incomum é revelado pelas estatísticas das associações industriais ao longo de 2012, ou seja, o fato de o faturamento das empresas ter evoluído num ritmo superior ao da produção. Muito provavelmente, uma parcela considerável dos estabelecimentos industriais tenha sido excessivamente otimista diante dos sinais da política econômica de enfrentamento da crise, em 2010, ampliando a produção além da capacidade de absorção do mercado. As vendas correntes seriam a desova desse excesso de produção então estocado. Essas circunstância apontam para um melhor desempenho futuro de nossa economia.

Dois conjuntos de medidas sustentam as expectativas favoráveis. Um primeiro conjunto de medidas é destinado a surtir efeito a curto prazo, a começar, em primeiro lugar, pelo estímulo ao consumo, que compreende uma nova rodada de desoneração fiscal, tanto de IPI como de contribuições sociais, além de uma ampliação da fronteira de cobertura dos programas sociais como a meta de erradicação da pobreza extrema ou o Programa Brasil Carinhoso. Em segundo lugar vêm as iniciativas voltadas à ampliação e redução do custo do financiamento, do qual faz parte, além da redução da taxa SELIC, o Programa de Sustentação do Investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujas taxas foram ainda mais reduzidas. E em terceiro lugar, ações direcionadas a incrementar a competitividade das empresas nacionais, a ação do Banco Central levando à desvalorização do câmbio e as iniciativas de defesa comercial tarifárias e não-tarifárias.

O segundo agrupamento de iniciativas é voltado a efeitos de médio e longo prazo e se destina a enfrentar insuficiências de infraestrutura e logística e também elevar a produtividade da economia nacional. Em primeiro lugar, a ampliação dos investimentos em energia, transportes, comunicações, melhorias urbanas e habitação e saneamento com vistas e ampliar sua oferta e reduzir seus custos. A redução das tarifas de energia faz parte desse plano, bem como os investimentos programados em estradas, portos e ferrovias. Em segundo lugar, os programas de longo prazo na área de educação e de apoio à inovação.

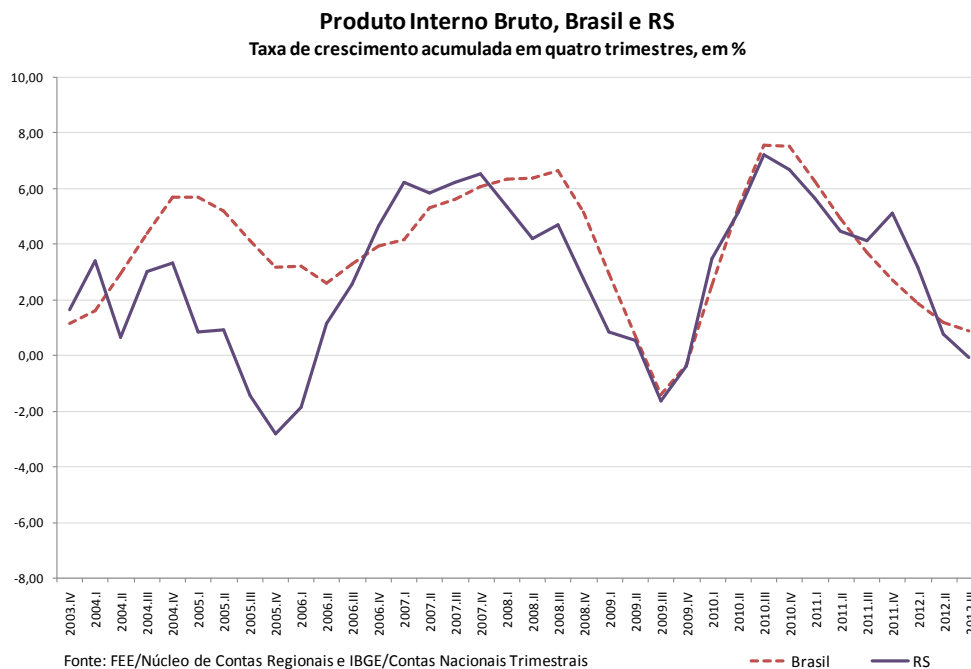
A intervenção do governo em processos de fusões e aquisições, com largo apoio do BNDES, tem por objetivo a criação de empresas nacionais com capacidade de participar do processo de concorrência capitalista em escala mundial, importante pilar na estratégia de nova inserção internacional do País como potência média emergente. Nesse sentido, a integração sul-americana, especialmente o MERCOSUL, tem por objetivo consolidar uma base regional deste projeto.



## CONTEXTO ECONÔMICO: ECONOMIA GAÚCHA

Em 2012, a economia do Rio Grande do Sul enfrentou uma série de adversidades. As dificuldades de recuperação da economia brasileira adquiriram contornos mais graves no Estado, tendo em vista a importância das exportações para a matriz produtiva regional – especialmente aquelas destinadas à Argentina – e a forte estiagem que atingiu as principais lavouras de verão. Ao final do ano, os principais indicadores econômicos começaram a mostrar uma recuperação, que, embora ainda insuficiente para compensar o resultado negativo observado no primeiro semestre, aponta para um bom desempenho da economia estadual em 2013.

Os ciclos da economia gaúcha, em geral, acompanham os ciclos da economia brasileira, uma vez que o Estado está sujeito à mesma política econômica e às mesmas condições de inserção externa observadas em nível nacional, e a indústria aqui instalada possui profundas relações de compra e venda com a indústria brasileira. A economia estadual responde aos mesmos estímulos monetários, creditícios e fiscais conduzidos pelo Governo Federal, ao mesmo tempo em que a indústria gaúcha enfrenta as mesmas condições de competitividade externa da indústria brasileira em geral. Nesse contexto, uma parte importante do desempenho do Estado em 2012 pode ser explicada pela desaceleração também observada na economia brasileira, conforme pode ser observado no gráfico abaixo<sup>1</sup>.



Na última década, a economia gaúcha em geral acompanhou o dinamismo observado na economia brasileira, à exceção dos anos em que ocorreram estiagens (que resultaram em desempenho do PIB regional inferior ao nacional), ou safras muito positivas (que resultaram em

<sup>1</sup> A partir de 2012, a Fundação de Economia e Estatística passou a divulgar o PIB do Rio Grande do Sul com periodicidade trimestral, a exemplo da metodologia empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

desempenho do PIB regional superior ao nacional). Já no período 2002-2010 o PIB estadual acumulou uma taxa de crescimento de 25,1% contra 36,4% do país, tendo sua participação relativa se reduzido. As respostas às adversidades indicam que há condições favoráveis para maior crescimento do investimento e do produto, aliados às positivas condições do emprego e da renda.

A taxa média de crescimento do PIB gaúcho em 2003, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2011 – anos em que a agricultura gaúcha acompanhou ou superou o desempenho nacional – foi de 4,0%, contra 3,5% na economia brasileira. Por outro lado, a taxa média de crescimento do PIB gaúcho em 2004, 2005 e 2008 – anos de perdas na agricultura do Estado – foi de 1,0%, contra 4,7% na economia brasileira. Em 2012, mais uma estiagem atingiu as principais lavouras do Rio Grande do Sul, reduzindo em cerca de 50,0% a oferta de soja e impondo perdas importantes para a produção de arroz, fumo, trigo e milho, conforme pode ser observado na tabela seguinte.

**Quantidades produzidas (em toneladas) e taxas de crescimento dos principais produtos agrícolas do RS, 2012/2011**

PRODUTOS	SAFRA		VAR. (%)
	2011	2012*	
Soja	11.621.300	5.929.078	-49,0
Milho	5.776.300	3.156.869	-45,3
Fumo	497.563	398.556	-19,9
Trigo	2.741.716	2.295.700	-16,3
Arroz	8.942.000	7.728.059	-13,6

Fonte: IBGE

Em consequência da quebra de safra, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária do Estado acumulou queda de 32,4% até o terceiro trimestre de 2012, os piores resultados concentrando-se no segundo trimestre (período da colheita da soja). Conforme pode ser observado na tabela abaixo, o segundo trimestre do ano também exibiu o pior resultado trimestral do PIB (queda de 5,8%). Devido à recuperação observada no terceiro trimestre, no acumulado do ano, o PIB do Estado apresentou redução de 2,1%.

**Taxas de crescimento do PIB e dos setores de atividade do RS - 2012**

DISCRIMINAÇÃO	Taxas de crescimento (%)			
	1º trim.2012/ 1º trim.2011	2º trim.2012/ 2º trim.2011	3º trim.2012/ 3º trim.2011	Acumulado no ano/mesmo período
<b>PIB</b>	<b>-1,1</b>	<b>-5,8</b>	<b>1,2</b>	<b>-2,1</b>
Agropecuária	-27,6	-47,3	22,3	-32,4
Indústria	1,0	-1,5	-2,8	-1,1
Transformação	-0,7	-2,7	-4,8	-2,8
Serviços	3,4	2,9	2,8	3,0
Comércio	1,2	1,8	2,5	1,9

Fonte: FEE/Núcleo de Contas Regionais

Considerando-se que a agropecuária representa cerca de 9,0% do PIB gaúcho, o impacto direto da redução dessa atividade para o resultado acumulado do ano foi de 2,8 pontos percentuais negativos. O desempenho do setor de serviços, que representa cerca de 60% do PIB, compensou, apenas parcialmente, a contribuição negativa da agropecuária, enquanto a indústria também apresentou desempenho negativo. A rigor, além do impacto direto da

redução da atividade no setor primário no PIB, há também que se levar em conta o impacto indireto dessa redução nas atividades da agroindústria, que envolvem desde o processamento de produtos primários (como óleo e farelo de soja, carnes, beneficiamento do fumo e do arroz) à produção de insumos e bens de capital para a agropecuária, bem como em alguns serviços (como comércio, transportes, instituições financeiras, etc.).

Não obstante, observa-se que os impactos indiretos da estiagem de 2012 foram, relativamente, menos intensos do que os observados na estiagem de 2005. Conforme pode ser observado na próxima tabela, os serviços em geral apresentaram um bom resultado esse ano, com um crescimento de 3,0% até o terceiro trimestre, ante um crescimento de 1,5% em nível nacional. Em 2005, esse setor cresceu apenas 0,7% no Estado, enquanto na média nacional o crescimento foi de 4,1%. Apesar da queda de 2,8% na indústria de transformação gaúcha (ante queda de 1,1% em nível nacional), o resultado do total da indústria – que inclui construção civil, extrativa mineral e produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana – foi melhor do que o nacional, apesar de ainda negativo. Isso se explica, de um lado, pelo desempenho relativamente melhor da construção civil no Estado, e, de outro, pelo fraco desempenho da indústria extrativa em nível nacional. Em 2005, enquanto a indústria nacional cresceu 2,0%, a indústria gaúcha se reduziu em 4,3%. Em suma, apesar da forte redução da atividade agropecuária em 2012, o desempenho dos demais setores não se mostra muito divergente do seu desempenho em nível nacional. Essa situação se assemelha à observada na estiagem de 2004, cujo impacto também ficou restrito ao setor primário.

**Taxas de crescimento do PIB e dos setores de atividade do RS - períodos selecionados**

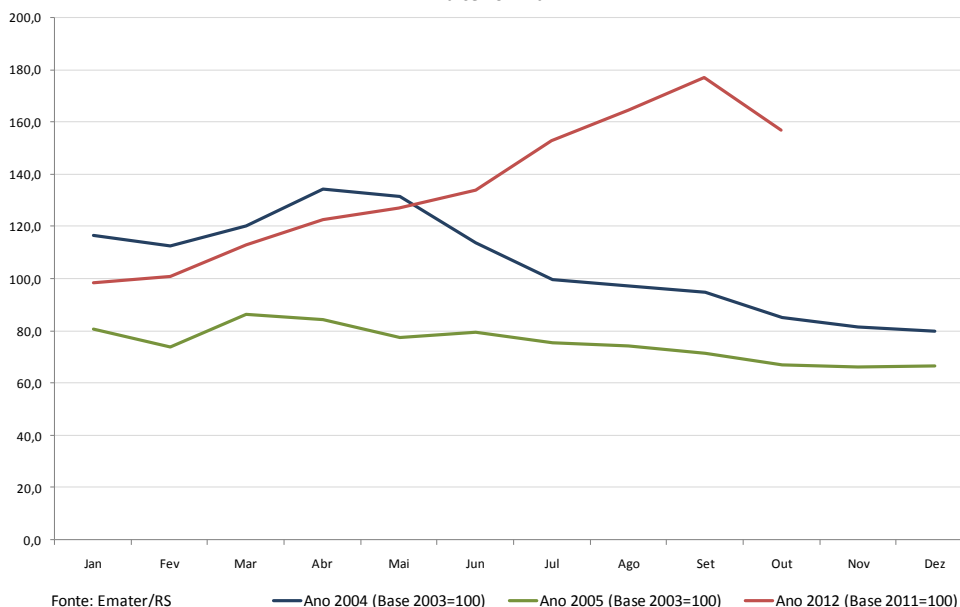
DISCRIMINAÇÃO	(%)					
	2004/2003		2005/2004		2012/2011*	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR
<b>PIB</b>	<b>3,4</b>	<b>5,6</b>	<b>-2,9</b>	<b>3,5</b>	<b>-2,1</b>	<b>0,7</b>
Agropecuária	-12,3	2,5	-17,7	0,4	-32,4	-1,0
Indústria	7,9	8,5	-4,3	2,0	-1,1	-3,2
Transformação	7,9	8,1	-5,4	2,6	-2,8	-1,1
Construção Civil	7,7	6,6	-0,3	1,8	2,7	2,0
Serviços	4,5	4,7	0,7	4,1	3,0	1,5
Comércio	8,9	8,0	-2,0	3,4	1,9	1,0

\*Acumulado até o 3º trimestre.

Fontes: FEE/Núcleo de Contas Regionais e IBGE/Contas Nacionais Trimestrais

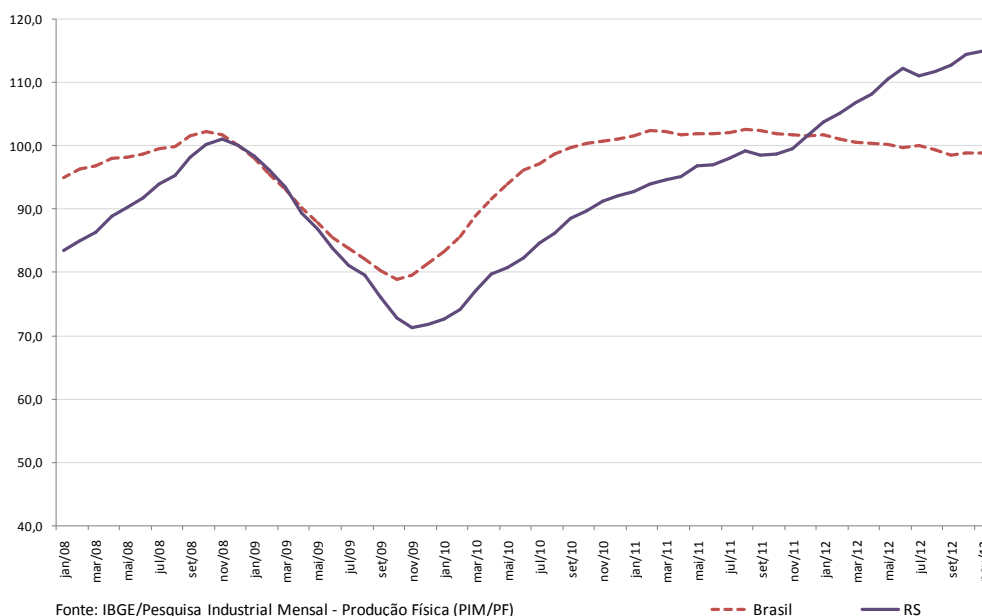
O comportamento favorável dos preços agrícolas explica, em parte, o impacto reduzido da estiagem sobre a indústria e os serviços. Se, em 2004 e 2005, a redução nas quantidades produzidas foi seguida de uma queda nos preços, em 2012, os preços dos principais produtos sustentaram-se em níveis bastante elevados. O gráfico seguinte mostra a evolução comparada do preço da soja em 2004, 2005 e 2012 (até outubro) – ressaltando-se que os preços das outras culturas importantes para a atividade no Estado mostraram comportamento semelhante. A dinâmica dos preços contribuiu para reduzir a perda de renda dos produtores em 2012, apesar da forte retração na quantidade produzida. Ademais, a estiagem de 2012 sucedeu a safra recorde alcançada em 2011, de modo que os produtores, em sua maioria, ainda contavam com alguma capitalização. Essa situação assemelha-se ao ocorrido em 2004, quando a estiagem se seguiu à boa safra de 2003, e contrasta com o ocorrido em 2005, quando, além da redução da produção e nos preços, os produtores enfrentaram o segundo ano consecutivo de perdas.

**Preços Recebidos pelos Produtores - Soja**  
Índice nominal



Vale notar que a preservação da renda no setor se refletiu no desempenho do setor de máquinas e equipamentos, cuja principal atividade no Estado é a produção de tratores e máquinas agrícolas. Enquanto, em 2005, esse setor apresentou queda de 19,1%, em 2012, registrou crescimento de 14,3% (acumulado até novembro), bastante superior à queda de 2,9% observada em nível nacional, movimento evidenciado pelo próximo gráfico.

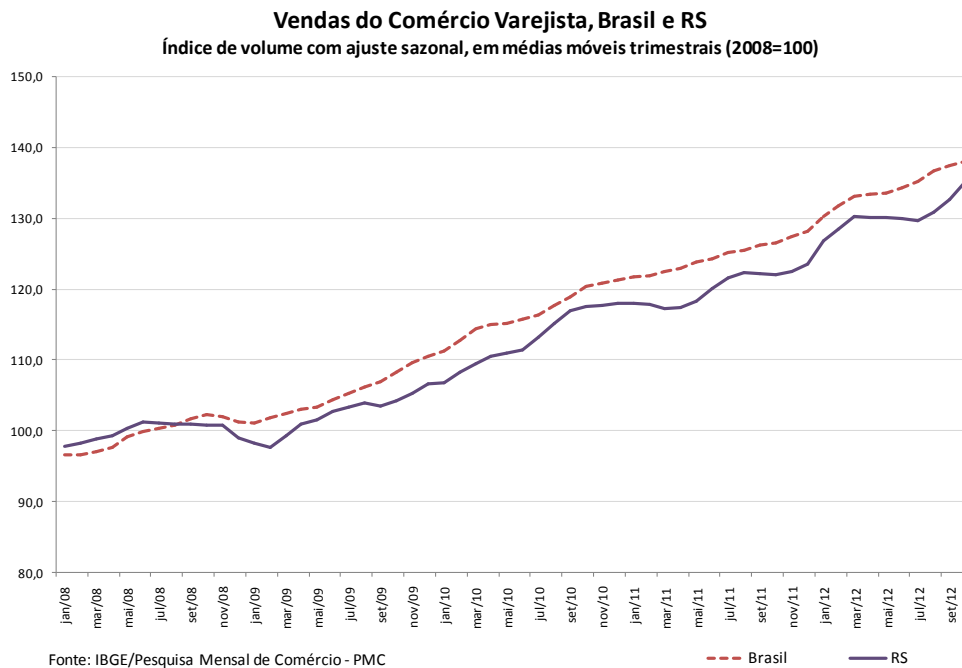
**Produção de Máquinas e Equipamentos, Brasil e RS**  
Índice de volume sem ajuste sazonal em médias móveis de 12 meses

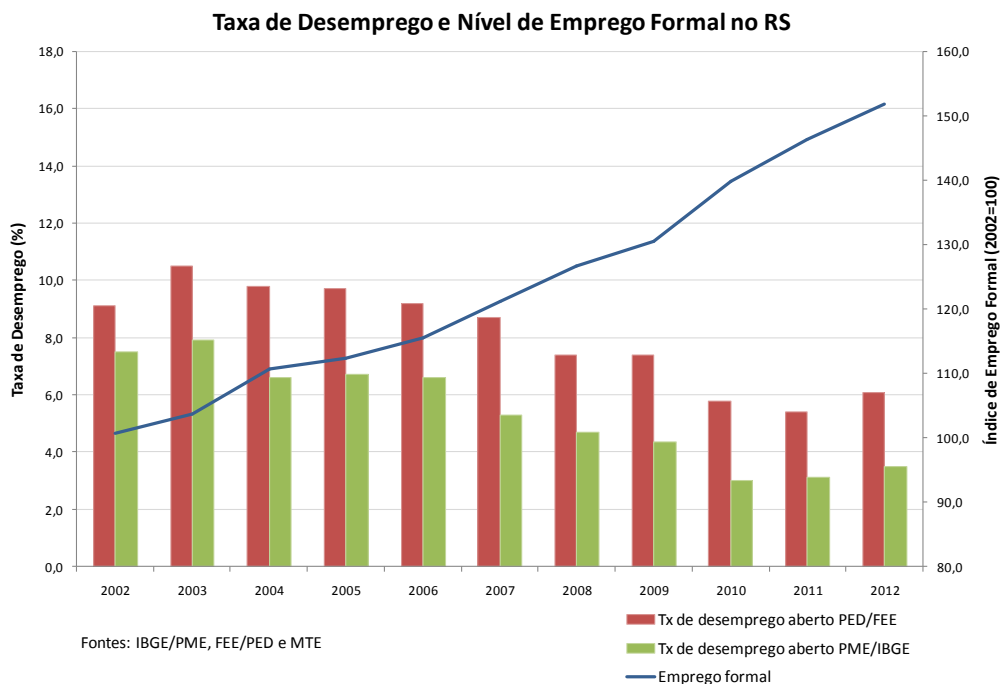


Há que se considerar, também, que apesar do resultado frustrante do PIB, as políticas adotadas pelo governo para a sustentação da demanda cumpriram papel importante na manutenção do emprego e da renda. Entre as medidas, destaca-se a redução dos juros e do *spread* bancário, a expansão do crédito para o consumo e a construção civil, a continuação do

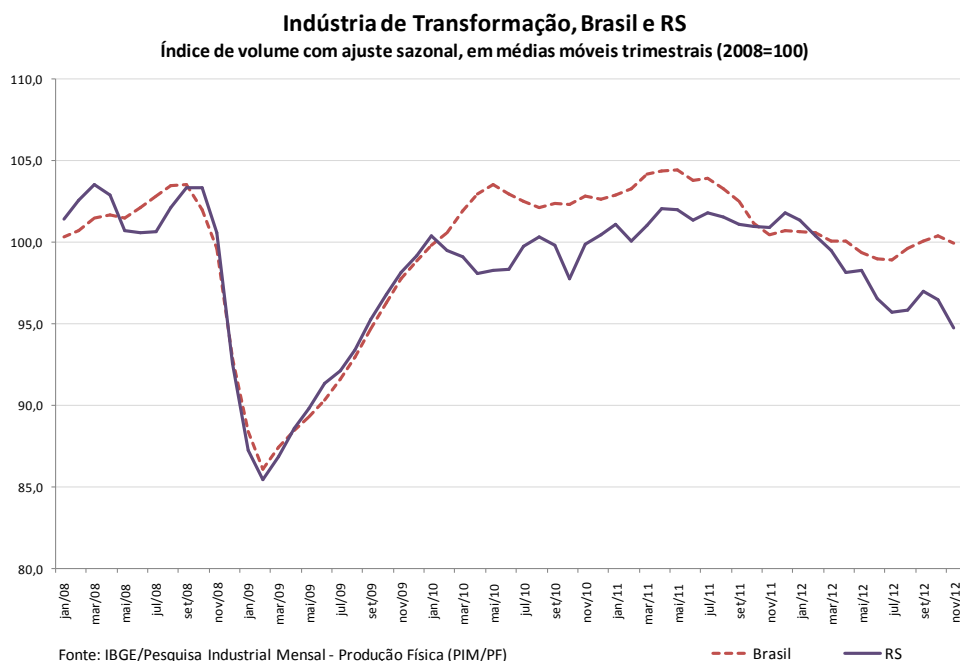
Programa Minha Casa, Minha Vida, e a redução do IPI incidente sobre bens de consumo duráveis com cadeias produtivas importantes em nível nacional. Como resultado, a demanda continuou crescendo, como fica claro a partir do comportamento das vendas do comércio varejista (gráfico “Venda do Comércio Varejista, Brasil e RS”). Por outro lado, a taxa de desemprego aberto permaneceu próxima do mínimo histórico ao final de 2012 (3,5% segundo a PME/IBGE e 6,1% segundo a PED/DIEESE/FEE), enquanto a criação de emprego formal continuou em trajetória ascendente.

Além das medidas destacadas acima, também merecem destaque aquelas voltadas à redução de custos e aumento da competitividade na indústria, como a sustentação da taxa de câmbio em nível mais depreciado, a redução do custo da energia elétrica, a desoneração da folha de salários em setores trabalho-intensivos, a ampliação do PAC e das condições favoráveis do BNDES para a compra de bens de capital, no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Ainda que não tenham alcançado o efeito desejado em 2012, essas medidas, em conjunto com a aceleração das obras de infraestrutura, devem se refletir em um aumento importante dos investimentos em 2013.





O fraco desempenho da indústria gaúcha, em 2012, embora guarde alguma relação com a estiagem, também se deve a outros fatores, como a desaceleração da indústria em nível nacional e a queda das exportações, com destaque para a redução das vendas para a Argentina. Nota-se, no gráfico abaixo, que a queda do setor em nível regional foi superior à observada em nível nacional.



Conforme pode ser observado na tabela a seguir, enquanto a produção nacional da indústria reduziu-se em 2,8% em 2012 (até novembro), a produção da indústria gaúcha reduziu-se em 3,9%. Parte da explicação para esse desempenho pode ser encontrada no setor de

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

alimentos, que detém o maior VAB da indústria no Estado e registrou queda de 9,5% (contra queda de 2,0% em nível nacional), reflexo da estiagem. O setor de fumo, cuja produção nacional se concentra no Estado, também foi afetado pela estiagem, com redução de 13,4% na produção.

### **Taxas de crescimento da indústria de transformação e de suas principais atividades**

DISCRIMINAÇÃO	2011/2010		2012/2011 <sup>(1)</sup>	
	RS	BR	RS	BR
<b>Indústria de transformação</b>	<b>1,8</b>	<b>0,2</b>	<b>-3,9</b>	<b>-2,8</b>
Alimentos	3,7	-0,1	-9,5	-2,0
Veículos automotores	4,1	2,4	-16,5	-13,3
Calçados e artigos de couro	-6,6	-10,5	-9,9	-3,4
Refino de petróleo	-3,3	0,5	5,1	3,9
Químicos	1,2	-2,1	-2,4	3,7
Fumo	14,6	13,4	-13,4	-13,7
Máquinas e equipamentos	10,5	0,4	14,3	-2,9
Metalurgia	-8,5	-0,5	-19,5	-4,2
Produtos de metal	4,5	2,6	-4,6	-1,5
Borracha e plástico	-7,5	-1,2	-5,2	-1,9
Celulose	-4,0	1,4	-3,3	1,3
Mobiliário	2,2	1,6	4,0	1,4

(1) Acumulado até novembro.

Fontes: FEE/Núcleo de Contas Regionais e IBGE/Contas Nacionais Trimestrais

O desempenho de outros segmentos, com destaque para aqueles produtores de insumos industriais e bens de capital – como metalurgia, produtos de metal, borracha e plástico, químicos, celulose – refletiram a queda da demanda externa, e, principalmente, a desaceleração da produção nacional. O setor de veículos automotores, que inclui veículos de passeio, reboques e carrocerias e autopeças, também foi afetado, em parte, pela queda das exportações e, em parte, pela queda da demanda interna, especialmente aquela destinada a investimentos na renovação da frota. Por fim, o desempenho do setor calçadista refletiu as dificuldades competitivas do setor, acrescidas, esse ano, da queda das vendas para a Argentina, destino importante das exportações estaduais desse produto. Os destaques positivos foram os setores de máquinas e equipamentos (já mencionado acima) e mobiliário, que tem se beneficiado do bom momento da construção civil e mostrou uma boa resposta, este ano, à redução do IPI e a programas específicos como o Mais Alimentos.

As exportações do Estado, em 2012, refletiram, de um lado, a redução na oferta de produtos básicos provocada pela estiagem, e, de outro, a redução na demanda provocada pela crise internacional e pelos embargos impostos pela Rússia e pela Argentina. Em 2012, houve uma redução de US\$ 2,0 bilhões em relação ao total exportado em 2011. A queda mais forte ocorreu nas exportações da agropecuária, que se reduziram em 28,2% devido à queda na produção de soja. As vendas externas da indústria de transformação também se reduziram, em 7,6%. Com esse desempenho, o Rio Grande do Sul caiu para a quinta posição entre os maiores estados exportadores – atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Não obstante, como a diferença entre as exportações gaúchas e do Paraná foi pequena (US\$ 17,4 bilhões no Estado contra US\$ 17,7 bilhões no Paraná) é esperado que, no próximo ano, com a recuperação da safra de soja, o Rio Grande Sul recupere a quarta posição, a qual o Estado tem conseguido manter nos últimos anos.

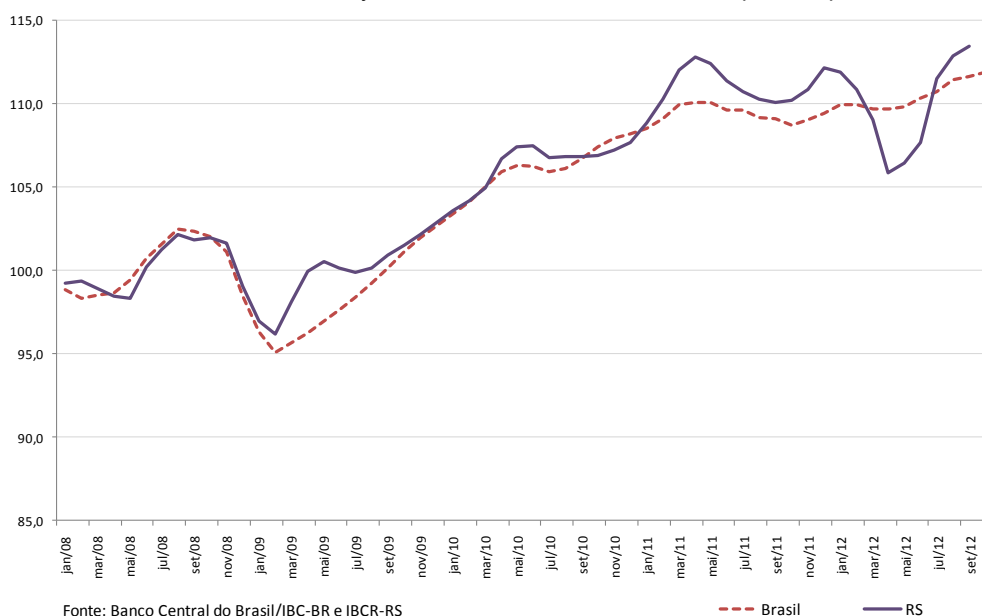
**Exportações totais e por setores de atividade**

DISCRIMINAÇÃO	US\$ bilhões		VAR.%		
	2011	2012	Valor	Volume	Preço
Brasil	256,0	242,6	-5,3	1,0	-6,2
Rio Grande do Sul	19,4	17,4	-10,5	-11,1	0,6
Agropecuária	3,6	2,7	-25,6	-28,2	3,6
Indústria de transformação	15,6	14,4	-7,6	-7,4	-0,2
Alimentos	4,9	4,5	-8,2	-9,6	1,4
Fumo	1,9	2,2	18,0	16,8	1,1
Químicos	2,3	2,0	-12,5	-5,9	-7,0
Máquinas e equipamentos	1,6	1,4	-11,3	-14,5	3,8
Veículos automotores	1,3	1,2	-7,1	-5,2	-2,0
Calçados couros	1,2	0,9	-26,3	-25,6	-1,0

Fontes: FEE/Núcleo de Indicadores Conjunturais

Conforme pode ser observado na tabela anterior, contribuíram para esse resultado a queda das exportações de produtos alimentícios, com destaque para a redução das vendas de óleo e farelo de soja e de carnes, especialmente suínos, em função dos embargos adotados pela Rússia. O setor de fumo mostrou um bom desempenho nas exportações, apesar da queda na produção. Já os setores de químicos, máquinas e equipamentos, veículos automotores e calçados e couros tiveram o seu desempenho afetado pela queda da demanda e adoção de restrições às compras externas pela Argentina (atrasos na concessão de licenças não automáticas). De fato, as vendas para esse país, que é o segundo maior destino das exportações do Estado, atrás apenas da China, se reduziram em 22,1% em 2012.

**Índice de Atividade Econômica, Brasil e RS**  
Índice de volume com ajuste sazonal, em médias móveis trimestrais (2008=100)



Ao final de 2012, alguns indicadores regionais começaram a mostrar sinais de recuperação. Como pode ser observado no gráfico acima apresentado, com base no indicador de atividade calculado pelo Banco Central (IBCR-RS), a recuperação do nível de atividade no Estado já iniciou, e, vale destacar, com maior intensidade do que a observada em nível nacional.



O PIB do Rio Grande do Sul, no terceiro trimestre (contra igual trimestre do ano anterior) mostrou crescimento de 1,2%, enquanto no acumulado do ano a taxa de crescimento da economia foi de -2,1%. A expectativa é de que a trajetória de recuperação se consolide no quarto trimestre, de modo que, em 2012, a variação do PIB estadual deverá situar-se entre -1,0% e -1,5%. Trata-se de um resultado inferior ao desejado, mas que deve ser relativizado pelo fato de que a expectativa para a economia brasileira é um crescimento inferior a 1,0%. Dado o contexto nacional, e levando-se em conta a estiagem e as dificuldades dos setores exportadores associadas às crises internacional e argentina, há que se admitir que a economia gaúcha mostrou-se resistente. Com a normalização da conjuntura nacional e do clima, o ano de 2013 deverá trazer uma situação favorável em todos os setores.

## **CONTEXTO REGIONAL: NOVAS PERSPECTIVAS**

A promoção do desenvolvimento regional foi definida como um objetivo estratégico do atual governo, atentando, em especial, para a situação das regiões que vêm, ao longo dos anos, perdendo dinamismo econômico e social. Essa preocupação ampara-se no fato de que as tendências espaciais do crescimento da economia gaúcha, já explicitadas na Mensagem do Plano Plurianual 2012-2015, têm apontado para um aumento da concentração econômica junto aos principais eixos de desenvolvimento do Estado.

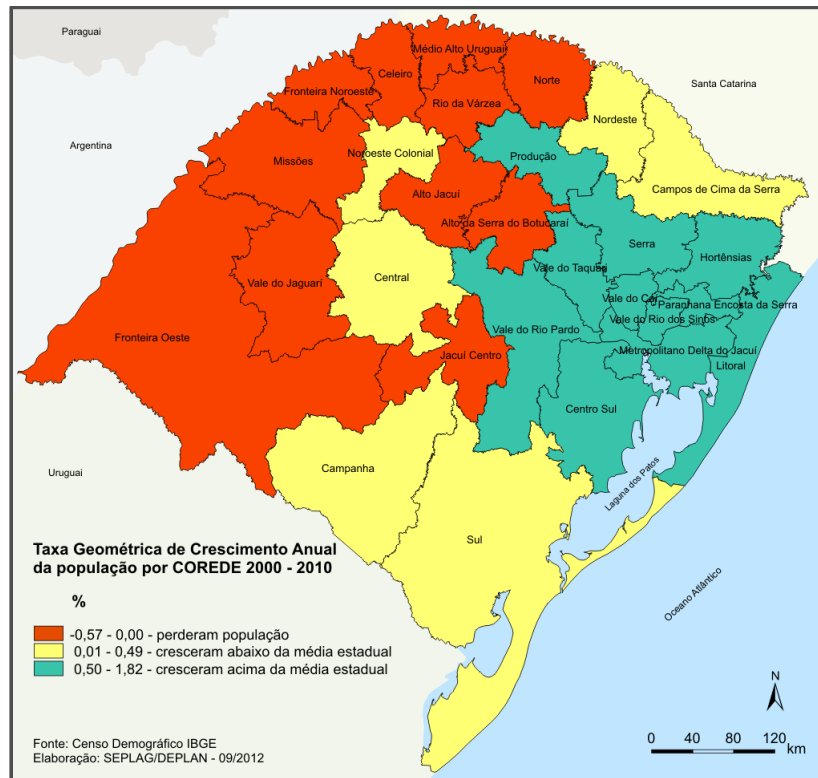
Assim, mesmo que possa ser percebida, nas últimas décadas, alguma inflexão nos atuais padrões de concentração das atividades econômicas do Estado, especialmente no que se refere à indústria e ao emprego industrial, esses processos têm, naturalmente, beneficiado o entorno das regiões mais desenvolvidas. Essa situação é facilmente observada nos eixos que ligam Porto Alegre a Caxias do Sul e a Lajeado e, em alguma medida, Pelotas e Rio Grande. Assim, pode-se dizer que a tênue reversão do processo concentracionista na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) ocorre através de uma reconcentração em alguns poucos pontos do espaço estadual.

Na mesma linha, é perceptível um movimento na dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul, que resulta em um relativo esvaziamento populacional das regiões localizadas mais a oeste e a noroeste do território rio-grandense, em favor dos territórios situados mais a leste do Estado. A gradativa queda dos índices de natalidade associada aos movimentos migratórios tem acentuado a perda de população de regiões que, em grande parte, se localizam junto à Faixa de Fronteira, em favor dos polos urbanos mais dinâmicos. A Região Metropolitana de Porto Alegre, por sua vez, continua absorvendo grande parte do contingente populacional oriundo dessas regiões. A grande diferença entre esse processo e o ocorrido na década de 70, quando se deu o auge da transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, é que o fluxo migratório não mais se dirige, predominantemente, ao núcleo metropolitano, fixando-se agora nos municípios da franja metropolitana, que se beneficiam da desconcentração industrial.

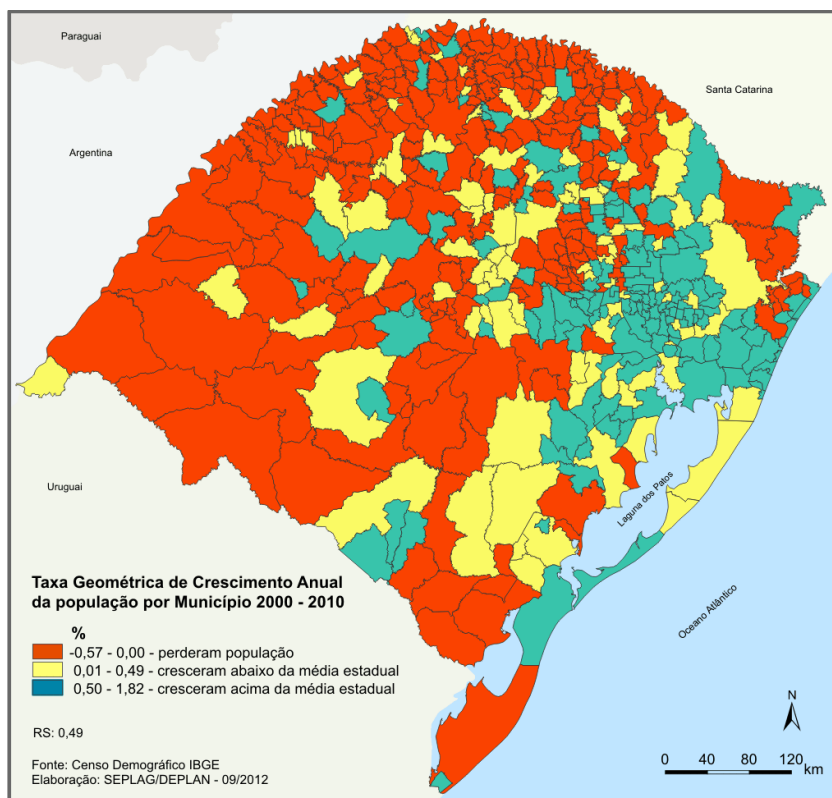
A análise das taxas do crescimento populacional permite visualizar a dimensão dessa situação nos últimos anos. No período de 2000 a 2010, o número de regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) que teve reduzida sua população duplicou, em relação ao período de 1990 a 2000, expandindo-se para todo o arco de fronteira. Esses territórios, além de não acompanharem o crescimento vegetativo médio, perderam população para as demais regiões do Estado.

Do mesmo modo, a evolução da taxa de crescimento da população municipal apresenta números preocupantes, uma vez que mais da metade dos municípios gaúchos perderam população no decênio que vai de 2000 a 2010. De forma geral, esses municípios também se distribuem ao longo da Faixa de Fronteira, como pode ser observado na figura que apresenta a taxa geométrica de crescimento da população por município.

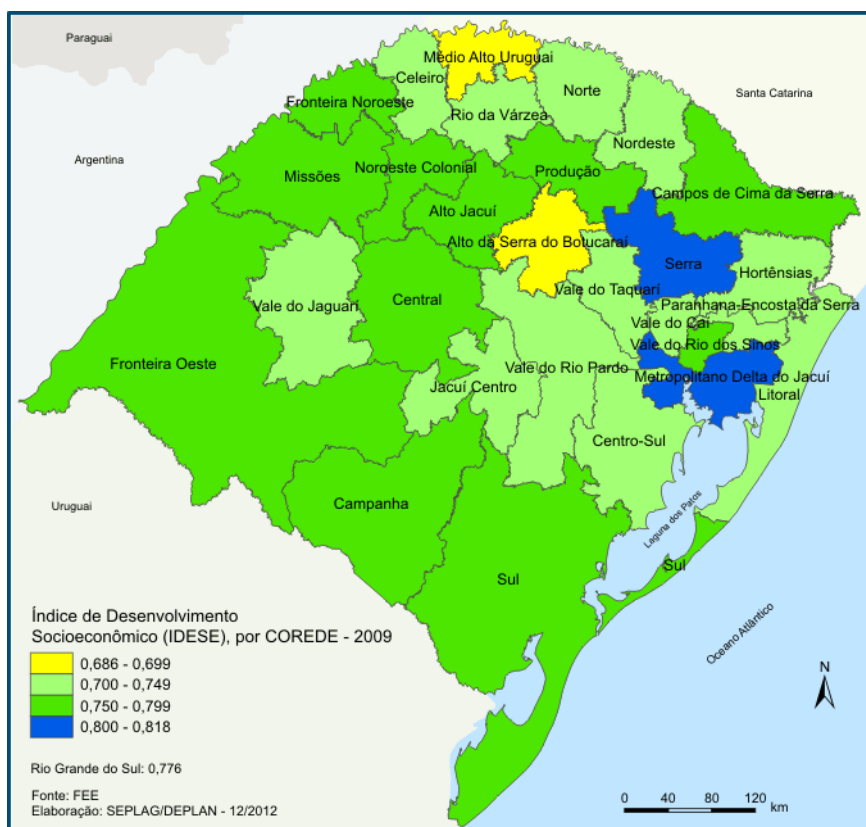
Taxa Geométrica de Crescimento da População 2000-2010, por COREDE



Taxa Geométrica de Crescimento da População 2000-2010, por Município



Índice de Desenvolvimento Socioeconômico em 2009, por COREDE



Um olhar apressado sobre o desenvolvimento socioeconômico também demonstra a complexidade da questão regional em regiões que têm, sucessivamente, apresentado indicadores abaixo do desejado. A análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)<sup>2</sup>, índice sintético elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), reforça esse quadro e indica a preocupação do Estado com a situação dos territórios que têm encontrado dificuldade de inserção no processo de desenvolvimento. Embora o Rio Grande do Sul não apresente índices na faixa considerada de baixo desenvolvimento, algumas regiões tiveram seus valores diminuídos consideravelmente, devido ao seu desempenho em blocos específicos. Questões associadas aos blocos de Saneamento e Domicílios, e também à Renda, estão entre as que merecem maior atenção.

<sup>2</sup> O IDESE, divulgado anualmente pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é elaborado nos moldes do conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Trata-se de um índice sintético, composto por 12 indicadores divididos em 4 blocos temáticos: Educação, Renda, Saneamento e Domicílios e Saúde. Pela abrangência das variáveis socioeconômicas que compõem o IDESE, sua utilização permite a classificação em três estágios de desenvolvimento: baixo desenvolvimento (de zero até 0,499); médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799); e, alto desenvolvimento (acima de 0,800 até 1,000). O Bloco Educação é composto pela taxa de analfabetismo de pessoas de quinze anos ou mais de idade, taxa de abandono no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino fundamental e taxa de atendimento no ensino médio. O Bloco Renda é calculado pelo PIB *per capita* e pelo Valor Adicionado Bruto (VAB) *per capita* do comércio, alojamento e alimentação. O Bloco Condições de Saneamento e Domicílio analisa a proporção de domicílios abastecidos com água tratada (rede geral), pelo percentual de domicílios atendidos com esgoto sanitário (rede geral de esgoto ou pluvial) e média de moradores por município. No Bloco Saúde, são utilizados o percentual de crianças com baixo peso ao nascer, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos e a expectativa de vida ao nascer.

Os resultados da primeira Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional (I CEDR) reforçaram a preocupação com esse tema do esvaziamento demográfico, inserindo a discussão em uma perspectiva nacional<sup>3</sup>. A I CEDR constituiu-se em uma etapa da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (I CNDR), promovida pelo Ministério da Integração Nacional, com o objetivo de rediscutir a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). No Estado do Rio Grande do Sul, a I CEDR foi coordenada pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG) e realizada em parceria com diversos órgãos do Estado, Conselhos Regionais de Desenvolvimento e demais instituições interessadas na questão regional.

A Conferência promoveu um amplo debate sobre a questão regional no Rio Grande do Sul e resultou na elaboração de princípios e diretrizes para reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O resultado do debate evidenciou a preocupação com a inserção das regiões colocadas à margem do processo de desenvolvimento e, também, a preocupação em construir soluções para os problemas resultantes da concentração territorial.

Após um processo de priorização dos princípios e diretrizes, os 263 participantes da Conferência, oriundos de 68 municípios, elegeram 20 delegados para representar o Estado do Rio Grande do Sul nas etapas macrorregional e nacional, com a responsabilidade de defender os seguintes princípios e diretrizes eleitos:

- Respeito e valorização da diversidade territorial, das potencialidades regionais e do meio ambiente;
- Participação da sociedade civil, garantindo a transparência nos objetivos, processos e resultados, por meio do monitoramento e da avaliação das políticas, com metas e prazos definidos;
- Transparência nos objetivos, nos processos e nos resultados, com o efetivo monitoramento e avaliação das políticas;
- Promoção da multiescalaridade e da transversalidade nas políticas regionais;
- Promoção de Parcerias Público-Privadas, ações cooperadas, associativas e solidárias.

Também foram selecionadas as seguintes diretrizes:

- Criar, dotar e implementar o Fundo de Desenvolvimento Regional da Região Sul do Brasil;
- Criar e fortalecer corredores logísticos intermodais para promover a integração e o desenvolvimento regional;
- Criar, dotar e implementar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, integrando recursos federais e estaduais, com critérios objetivos de elegibilidade que contemplem de forma equânime as diferentes regiões do País;

---

<sup>3</sup> A I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional foi realizada no período de 24 a 26 de setembro de 2012, em Porto Alegre.

- Estruturar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional, garantindo a participação cidadã em todos os níveis, com instrumentos de tecnologia digital e com instâncias supramunicipais e regionais, para maior integração das políticas públicas dos três entes federados;
- Orientar todos os níveis da rede de ensino e pesquisa para o fortalecimento dos sistemas locais de inovação, promovendo a ciência, tecnologia e inovação, visando especialmente à inclusão produtiva e ao desenvolvimento social;
- Ampliar, interiorizar e fortalecer os programas de graduação e pós-graduação, tendo como referência metas definidas para ampliação da formação de mestres e doutores, com foco nas vocações regionais, especialmente nas áreas tecnológicas, de sustentabilidade ambiental e de desenvolvimento regional;
- Utilizar distintas escalas de atuação na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com tipologias e políticas específicas para as macrorregiões, mesorregiões e sub-regiões, respeitando as regionalizações já existentes nos estados;
- Promover o desenvolvimento produtivo a partir da identificação e do aproveitamento das oportunidades e potencialidades locais e regionais;
- Utilizar um indicador sintético (composto por diferentes variáveis socioeconômicas e ambientais) como critério para avaliação de nível de desenvolvimento;
- Compor um indicador de elegibilidade a partir de múltiplos dados que levem em conta aspectos como dinamismo socioeconômico, mobilidade demográfica e potencialidade das regiões, considerando a emigração como indicador de baixo dinamismo;
- Introduzir ou reforçar as dimensões territorial e regional nas principais políticas e planos federais, articulando-os no processo de construção das Carteiras de Projetos (CPs) e dos Pactos de Metas (PMs), principalmente: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Brasil Maior, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Plano Nacional de Educação (PNE), o Novo Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI), a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e a Política Nacional de Turismo;
- Estruturar Redes Regionais de Inovação, articulando universidades, instituições de pesquisa e empresas, em torno de temáticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável;
- Criar linha de crédito específica subsidiada e de longo prazo, para atender projetos de comunidades excluídas de linhas de crédito tradicionais;
- Recriar a SUDESUL, com alocação de recursos para o financiamento do desenvolvimento regional;
- Dotar as localidades rurais de acesso à internet e outras tecnologias de integração social para fomentar a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável;

- Fortalecer os programas de Mesorregião e de Faixa de Fronteira (PDIFs), com revisão da legislação da faixa de fronteira;
- Implantar redes de Arranjos Produtivos Locais (APLs) para promover o adensamento da renda e do empreendedorismo, em especial nos empreendimentos agroindustriais e industriais;
- Articular apoios financeiros e garantir complementaridade entre as ações dos bancos públicos de desenvolvimento, com especial atenção para áreas menos desenvolvidas das regiões não atendidas por fundos constitucionais de financiamento, valorizando as parcerias entre bancos e agências regionais de fomento público em benefício das micro e pequenas empresas e APLs, cooperativas, associações e outras;
- Alocar parte dos recursos destinados ao desenvolvimento regional para ações de mitigação de risco de crédito, a fim de facilitar o acesso por parte do empreendedor de pequeno porte;
- Territorializar o Plano Plurianual (PPA) federal e articulá-lo com os PPAs estaduais nas escalas utilizadas pela PNDR e com o PPA ou programas das localidades de faixa de fronteira. A partir daí, criar planos regionais ou trinacionais de desenvolvimento.

Acima de tudo, a realização da Conferência proporcionou a valorização da questão regional e, principalmente, reforçou a necessidade de um aperfeiçoamento das políticas públicas e dos instrumentos destinados ao combate às desigualdades regionais, antecipando os efeitos da concentração do desenvolvimento no território e buscando equilibrar o processo de desenvolvimento.

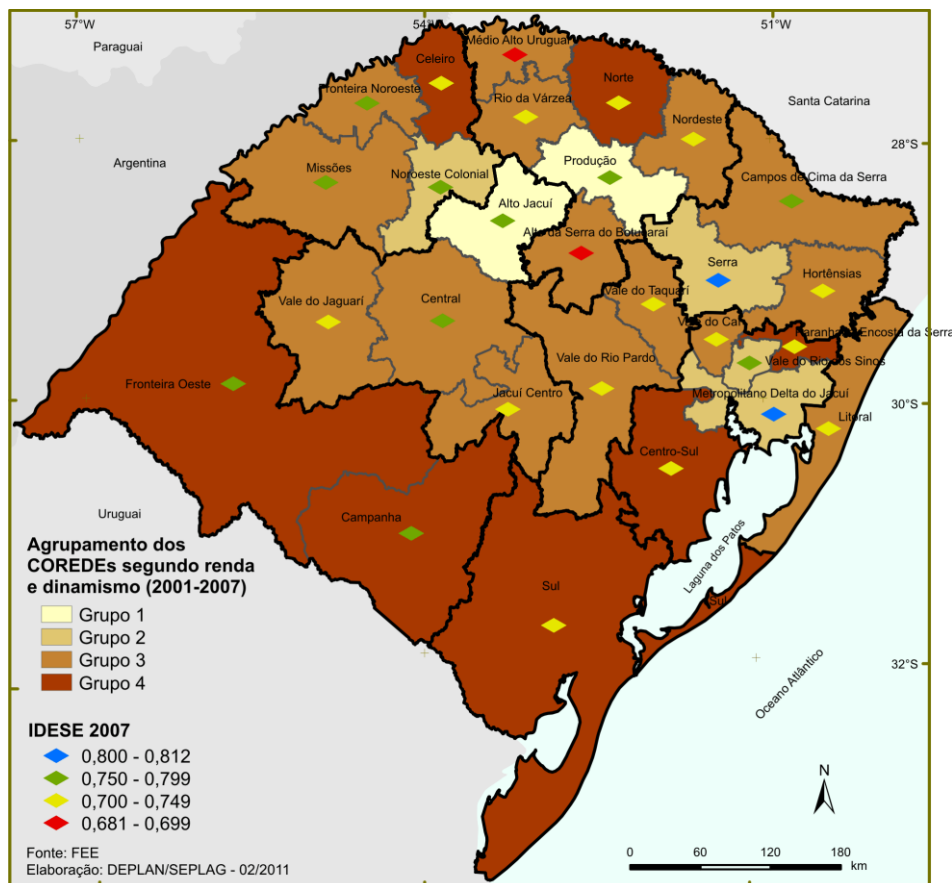
Nesse sentido, convém destacar algumas ações que são estratégicas para o enfrentamento desse quadro. Atuando para a desconcentração, na área de infraestrutura de transportes, estão melhorias no acesso metropolitano, com a duplicação de rodovias em parceria com o Governo Federal e também a duplicação da ligação Porto Alegre-Rio Grande. Na área de energia, vem sendo realizado um esforço continuado no sentido de garantir a ampliação no fornecimento de energia, através da construção de novas linhas de transmissão e subestações. Da mesma forma, na busca pelo equilíbrio, pode-se mencionar, por exemplo, a área de saneamento, que vem realizando importantes obras, elevando, substancialmente, os patamares de investimentos, com especial destaque para as áreas mais urbanizadas.

Visando responder ao objetivo estratégico de promover o desenvolvimento regional, no Rio Grande do Sul, com especial atenção às regiões que vêm, ao longo dos anos, perdendo dinamismo econômico e social, foi desenvolvido o Programa de Combate às Desigualdades Regionais. Trata-se de uma estratégia para priorizar algumas regiões que não têm acompanhado as médias de crescimento do Estado, somando esforços para reversão desse quadro e proporcionando um maior equilíbrio para o desenvolvimento territorial.

O Programa é coordenado pelo Gabinete do Vice-Governador, com apoio da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, Assessoria Superior do Governador, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria-Geral de Governo e Gabinete dos Prefeitos e

Relações Federativas, contando com participação dos demais órgãos de governo. Desse modo, todos os programas ou ações do Plano Plurianual podem ser priorizados através desse objetivo transversal.

Mapa de Elegibilidade do Programa de Combate às Desigualdades Regionais



Os critérios que orientaram a eleição das nove regiões prioritárias foram embasados em indicadores da situação e na análise do dinamismo econômico, utilizando o Bloco Renda do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Adicionalmente, foi considerada a posição das regiões no IDESE total, como indicador socioeconômico. Com base nessa metodologia, foram selecionadas as regiões que estavam abaixo da média do Estado e que apresentavam os dois piores IDESEs, quais sejam: Alto da Serra do Botucaraí, Centro Sul, Campanha, Sul, Fronteira Oeste, Médio Alto Uruguai, Celeiro, Paranhana Encosta da Serra e Norte.

O processo de elaboração das propostas de Agendas de Desenvolvimento se inicia com a problematização dos diagnósticos já existentes e análise do histórico das demandas regionais, visando selecionar as regiões e definir as ações que respondam a esses desafios. Em um momento seguinte, as propostas são apresentadas e discutidas no âmbito regional e, então, são agregadas as contribuições das regiões. Ao fim do processo, são definidos os temas e ações prioritárias para o desenvolvimento regional, constituindo a Agenda de Desenvolvimento de cada uma das regiões. A partir desse momento, essas Agendas passam a ser monitoradas por uma comissão escolhida na região, sob coordenação do Gabinete do Vice-Governador.



A Agenda de Desenvolvimento do Alto da Serra do Botucaraí foi lançada em um seminário realizado no município de Soledade, no dia 25 de maio de 2011, com a presença de um significativo número de atores regionais. Foi elaborada a partir do Perfil Socioeconômico, feito pela SEPLAG, com base no histórico de documentos existentes e em dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística.

Por se tratar de uma área com forte participação da agropecuária, o primeiro item da Agenda tratou da diversificação da produção agropecuária com aumento da produtividade e da renda da pequena propriedade, com ações da Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), da Secretaria da Agricultura, Pesca e Agronegócio (SEAPA) e EMATER. Nesse sentido, foram selecionadas ações relacionadas com a diversificação de culturas e criações, integração da produção de leite e derivados, reforço da energia para a produção rural, recuperação do solo com a aplicação de calcário e assistência técnica e extensão rural.

O segundo grupo de ações selecionadas trata do Fortalecimento do APL Gemas e Joias, tradicionalmente desenvolvido na Região. Foram selecionadas, como ações relacionadas com o adensamento da cadeia produtiva com fortalecimento de sua governança, a organização da atividade extrativa, a capacitação das empresas e de mão de obra e o estímulo ao microcrédito. Também foi destacada a criação de unidade descentralizada de educação superior na Região.

Além disso, visando constituir o APL, foram desenvolvidas ações que envolveram vários órgãos da estrutura do Estado. Ainda em 2011, foram aplicados diretamente, através de ações promovidas pela Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI) e Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), recursos na governança da cadeia, e implementado projeto para desenvolvimento de novos catálogos. Em 2012, foi preparado convênio para elaboração de um Plano de Desenvolvimento do APL. Ao mesmo tempo, foi viabilizada, através de convênio, a implantação do Núcleo de Extensão Produtiva, o qual assistiu 139 empresas na Região, sendo 70 delas vinculadas ao APL Gemas e Joias.

Para a constituição do Polo de Inovação Tecnológica, com ênfase nos segmentos de Gemas e Joias, Alimentos e Turismo, foi assinado, em 2012, convênio entre a Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico e a universidade local, habilitando esta última para a submissão de projetos aos Editais lançados pela Secretaria. Além disso, ações do Programa de Microcrédito possibilitaram a viabilização de 305 operações de crédito, com valores acima de R\$ 3 milhões, com crédito para os “pedristas” que regularizaram a sua situação junto aos órgãos ambientais.

Com o intuito de fortalecer o protagonismo social e o potencial empreendedor, foram iniciadas as tratativas no sentido de implantar uma unidade de ensino superior da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e de uma Escola Técnica na Região. Concomitantemente, vêm sendo desenvolvidas ações para melhorar a infraestrutura de transportes, especialmente no sentido de dotar todos os municípios de acesso asfáltico.

Já o combate à vulnerabilidade social vem sendo efetivado através da melhoria da habitação rural, do combate à pobreza rural, da ampliação das ações de assistência técnica e extensão rural e da construção de açudes nas pequenas propriedades rurais.

Na Região Sul, a Agenda de Desenvolvimento da Região Sul teve seu evento de lançamento em Pelotas, no dia 18 de junho de 2011. A Agenda, elaborada com base no Perfil Socioeconômico, no histórico de documentos existentes e em dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística, abordou temas que se constituíam em históricas reivindicações da Região.

Um primeiro grupo de ações pactuadas através da Agenda foi direcionado para o desenvolvimento econômico da Região Sul e para a ampliação dos efeitos positivos da instalação do Polo Naval. Nesse sentido, através da SDPI e da AGDI, foram iniciadas as tratativas para o apoio à estruturação de um APL no segmento de alimentos. Igualmente, está sendo estruturado um Núcleo de Extensão Produtiva e estão sendo implantados, ampliados ou melhorados distritos industriais (Pelotas, Rio Grande e São Lourenço do Sul). Além disso, podem ser destacadas as ações da Secretaria da Economia Solidária e Apoio a Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), especialmente através do Programa Gaúcho de Microcrédito.

Para o incremento do turismo, vêm sendo realizados, através da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), cursos de capacitação, como um primeiro passo para viabilizar a ampliação e o fortalecimento desse setor, visando ao desenvolvimento da Região.

Com o intuito de estimular o desenvolvimento tecnológico, vetor significativo para o crescimento da Região Sul, que conta com importantes universidades e instituições de ensino superior, foram apoiados, através da Secretaria da Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), os parques tecnológicos Oceantec e Tecnosul. Ao mesmo tempo, foram liberados recursos para o polo tecnológico regional, que atua nos segmentos de Indústria Pesqueira, Alimentos e Desenvolvimento Industrial.

Entre os itens pactuados para o apoio e a produção agropecuária na Região Sul, podem ser destacadas ações desenvolvidas pela SDR e pela SEAPA, como as de apoio à fruticultura, leite, piscicultura, ovinocultura e apicultura e, também, de modernização do sistema de defesa agropecuária.

Nas áreas de infraestrutura de transportes e energia, vêm sendo desenvolvidas ações com o intuito de prover os municípios da Região de acesso asfáltico, reforçar as ligações regionais, fortalecer a estrutura de transmissão de energia e construir novas subestações. A geração de energia eólica vem sendo fomentada, tendo sido apoiada a agregação de investimentos privados nesse sentido.

A Agenda de Desenvolvimento do Centro Sul foi lançada em um seminário realizado no município de Tapes, no dia 30 de março de 2012. A definição dos temas teve como base o Perfil Socioeconômico, elaborado pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, utilizando, também, como base, os estudos já existentes realizados pelo Poder Público e dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística.

Para o Centro Sul, foram priorizadas ações de apoio à produção primária, com ênfase na agricultura familiar e na pesca artesanal e aquicultura. Entre as realizações no âmbito da Agenda, podem ser destacadas a realização do Seminário Regional da Agricultura Familiar, em 20 de novembro de 2012, no município de Sertão Santana e ações de assistência técnica e

extensão rural, promovidas pela SDR e pela EMATER. Podem, igualmente, ser listadas ações para diversificar a produção agropecuária, apoio à fruticultura, produção de leite, piscicultura, ovinocultura e apicultura.

Ainda, no que se refere ao estímulo ao desenvolvimento econômico, foram empreendidos esforços para atrair novos investimentos na Região, aproveitando-se dos efeitos positivos e da proximidade do polo naval de Rio Grande, bem como do parque industrial instalado na Região Metropolitana de Porto Alegre. Como resultado, algumas empresas vêm se instalando no Centro Sul, apoiadas pelos incentivos governamentais. Além disso, o Governo do Estado vem atuando, através do Gabinete do Vice-Governador, no sentido de viabilizar o Porto de Tapes, de grande importância para a expansão industrial da Região.

Para o incentivo à estruturação do turismo e valorização da cultura, estão sendo desenvolvidas ações, visando capacitar gestores públicos e entidades privadas de turismo, bem como qualificar policiais civis e militares com a atribuição do policiamento turístico.

Na área de infraestrutura de transportes, energia e saneamento, outro importante ponto da Agenda, já estão em andamento várias ações no Centro Sul. Na área de transportes, destacam-se as obras dos acessos municipais, que foram iniciados ou previstos pelo Plano Rodoviário para sete municípios da Região. Na infraestrutura de energia, estão sendo realizados grandes investimentos para fortalecer o sistema energético, especialmente com a construção e a realização de melhorias em subestações e linhas de transmissão. No saneamento, a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) está presente nos 17 municípios, atuando conjuntamente com a Secretaria da Habitação e Saneamento e o Governo Federal. Podem ser destacados investimentos em abastecimento de água, tratamento de esgoto e projetos, nos municípios de Arambaré, Barra do Ribeiro, Arroio dos Ratos, Butiá, Camaquã, Charqueadas e São Jerônimo.

A Agenda do Médio Alto Uruguai foi lançada no município de Frederico Westphalen, no dia 12 de junho de 2012. Elaborada com base em um detalhado Perfil Socioeconômico, fundamentou-se no Plano Estratégico de Desenvolvimento elaborado pelo COREDE e, assim como as demais regiões, nos estudos anteriormente elaborados pelo Poder Público e relatórios existentes.

Com base produtiva agropecuária diversificada, mas com elevada concentração na produção de soja, milho, fumo e leite, a Região, que também se destaca pela produção de suínos, teve ações para o apoio à produção agropecuária e à agroindústria selecionadas como prioritárias para a Agenda.

Nesse sentido, foram escolhidas ações na área de desenvolvimento rural como a assistência técnica e extensão rural, especialmente através do Programa Leite Gaúcho. Além disso, foram pactuadas ações do Programa Sabor Gaúcho para apoio à legalização de agroindústrias familiares já existentes, apoio à implantação de agroindústrias familiares (ampliação, reforma e novas), qualificação de agricultores familiares inseridos no projeto e assistência técnica em agroindustrialização familiar. Estão em andamento, também no âmbito da Agenda, ações voltadas à pesca, aquicultura e irrigação. Ainda com o intuito de agregar valor à produção agropecuária e estimular a agroindústria do Médio Alto Uruguai, vem sendo apoiada a estruturação de um Arranjo Produtivo Local, voltado para a agroindústria.

Outro tema selecionado pela Agenda foi o fortalecimento do potencial empreendedor e da inovação tecnológica. Nesse tema, vêm sendo desenvolvidas ações visando fortalecer o polo de inovação tecnológica, estruturar um Núcleo de Extensão Produtiva e estimular o microcrédito na região do Médio Alto Uruguai.

Nas áreas de infraestrutura rodoviária e de energia, as principais ações são voltadas à construção dos novos acessos municipais e uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e à construção de subestações, tendo em vista o reforço do potencial energético da Região. A Agenda ainda contempla ações para a melhoria das condições sociais e o fortalecimento do turismo regional.

A Agenda de Desenvolvimento da Campanha foi lançada no dia 3 de agosto de 2012, no município de Bagé. Tendo como base o Perfil Socioeconômico elaborado pela SEPLAG, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região e os demais documentos existentes, é constituída por um conjunto ações de diversas secretarias e órgãos, para um diálogo permanente com a comunidade regional.

Integram a Agenda ações para o apoio à produção e à diversificação agropecuária com ênfase no estímulo à produção tradicional e em novos produtos. Para tanto, contribuem programas governamentais como o Leite Gaúcho, Arroz RS e Modernização da Defesa Agropecuária. Destacam-se, igualmente, as ações do Programa Mais Ovinos no Campo, que visa estimular a retenção de matrizes e/ou a introdução de matrizes nas propriedades.

Para amenizar os efeitos das estiagens recorrentes, a Agenda apresenta um conjunto de ações para reservação de água, envolvendo a retomada de obras de barragens, açudes, poços artesianos e cisternas.

Visando apoiar o potencial empreendedor e a inovação tecnológica, são ainda propostos a retomada do polo tecnológico regional, a constituição do Núcleo de Extensão Produtiva, o apoio aos distritos industriais e o estímulo ao microcrédito, com condições facilitadas para os pequenos negócios.

Na área de infraestrutura, foram priorizados os transportes e a energia. A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) vem realizando investimentos em subestações e em linhas de transmissão, para garantir o abastecimento com qualidade e estabilidade. Além disso, a desoneração tributária para equipamentos de energia eólica torna a região potencial para investimentos nesta área.

Para a melhoria das condições sociais, serão desenvolvidas ações nas áreas de saúde, educação e saneamento. Destacam-se, nesse sentido, a reforma de escolas, os investimentos em abastecimento de água, esgotamento sanitário e as iniciativas de apoio à economia solidária.

A Agenda de Desenvolvimento da Fronteira Oeste foi lançada no dia 3 de agosto de 2012, no município de Alegrete. É constituída por um conjunto de ações de diversas secretarias e órgãos, elencadas a partir de documentos existentes e do Perfil Socioeconômico elaborado pela SEPLAG.

O primeiro grupo de ações que compõem a Agenda destina-se ao apoio e à diversificação da produção agropecuária, visando à dinamização dos segmentos tradicionais (carne, leite e arroz) e ao desenvolvimento de segmentos promissores (fruticultura,

vitivinicultura e citricultura). No âmbito do Programa Leite Gaúcho, estão sendo realizadas ações de assistência técnica, extensão rural e qualificação profissional. O Programa de Valorização da Carne Gaúcha atua no incremento genético da bovinocultura em sistemas de agricultura e pecuária familiar, rastreabilidade e melhoria da competitividade das cadeias de carnes. O Programa Arroz RS promove ações de análise de sementes, recuperação e ampliação da capacidade de armazenamento, secagem e assistência técnica. Destacam-se, ainda, o Programa Mais Ovinos no Campo, o Programa de Correção do Solo (calcário), o Programa Mais Água, Mais Renda e as ações para o fortalecimento da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO).

No apoio ao potencial empreendedor e à inovação tecnológica, pode ser destacado o repasse de recursos para estruturação do Parque Científico e Tecnológico do Pampa (PAMPATEC), em Alegrete, que atua nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação/*Software*, Engenharias, Agronomia, Energia Renovável, Alimentos, Química e Engenharia Florestal. Além disso, as novas regras de acesso aos benefícios favorecem iniciativas na Região como a energia eólica e a de aproveitamento de biomassa, bem como os financiamentos do Programa Gaúcho de Microcrédito.

Outro importante ponto da Agenda da Fronteira Oeste é a integração do território conhecido como Faixa de Fronteira com os países vizinhos – Argentina e Uruguai. A Faixa de Fronteira vem sendo objeto de atuação específica conjunta entre o Governo Federal e o Governo do Estado. A estruturação do Núcleo Regional de Fronteira – instância operacional da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) – proporcionou a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIF), que teve sua primeira versão entregue, em setembro de 2012, ao Ministério da Integração Nacional. O Plano pressupõe um esforço conjunto dos diferentes órgãos do Estado e do Governo Federal com ações visando à integração da Região com os países vizinhos.

A Agenda, igualmente, incorporou projetos na área de infraestrutura de transportes, energia e saneamento. No transporte rodoviário, podem ser destacadas obras de integração regional e os acessos municipais de Itacurubi e Maçambará. Para qualificar a energia fornecida, a Agenda incorporou várias ações buscando o aumento da capacidade de transmissão de energia. Da mesma forma, contempla investimentos em projetos e abastecimento de água e tratamento de esgoto nos municípios de Alegrete, Quaraí, Barra do Quaraí e Itaqui. Essas ações serão potencializadas com investimentos na melhoria das condições sociais dos habitantes da Fronteira Oeste em situação de vulnerabilidade social. Vale mencionar, nesse sentido, que somente através do RS Mais Igual estão sendo construídas 484 cisternas na Região.

A Agenda de Desenvolvimento da Região Celeiro foi lançada em evento realizado em Três Passos, no dia 23 de agosto de 2012. O evento, feito de forma articulada com o projeto "Diálogos para o Desenvolvimento", organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), contou com a presença do Vice-Governador e de representantes de várias secretarias de Estado.

A Região Celeiro, que tem sua base produtiva na agropecuária desenvolvida, predominantemente, em pequenas propriedades, teve, em sua Agenda, destacadas ações visando apoiar a produção, a diversificação agropecuária e o aumento da capacidade de processamento. No Programa Leite Gaúcho, destacam-se as ações para o aumento da qualidade

e produtividade do leite, através de serviços de assistência técnica e extensão rural a produtores e qualificação profissional de agricultores familiares, assentados, quilombolas e técnicos. O Programa Agroindústria Familiar – Sabor Gaúcho apresenta ações para apoio à legalização e implantação de agroindústrias, qualificação de agricultores familiares, construção de pontos de comercialização e apoio à realização de feiras. Igualmente, contém ações voltadas para qualificação de pessoas e desenvolvimento de projetos para a agricultura familiar e, também, de estímulo às práticas associativas que visem à criação de cadeias produtivas e às complementaridades entre as atividades

Com o intuito de fomentar o potencial empreendedor, a Agenda contempla ações de apoio à constituição de APL voltado à agricultura familiar, constituição de um Polo Tecnológico e de um Núcleo de Extensão Produtiva na Região Celeiro.

No que se refere à melhoria das condições sociais, estão previstos, e já em andamento, reformas de escolas, estímulo à educação profissional, incentivo à conclusão do ensino médio e à formação superior, vinculados à produção local, e ações de habitação e saneamento para as comunidades indígenas. Ainda na área de saneamento, a Região receberá obras para projetos, abastecimento de água e tratamento de esgotos.

Na área de infraestrutura rodoviária e de energia, destacam-se as obras dos acessos asfálticos aos municípios, elencadas no Plano de Obras Rodoviárias do Estado e investimentos em obras de expansão da capacidade energética do meio rural.

A Região Celeiro também integra a chamada Faixa de Fronteira, que vem sendo objeto de atuação específica conjunta entre o Governo Federal e o Governo do Estado. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, recentemente elaborado, contém diretrizes e projetos visando à integração da Região com os países vizinhos.

Por fim, cabe destacar que o Programa de Combate às Desigualdades Regionais terá sequência, no ano de 2013, com o lançamento das Agendas de Desenvolvimento das Regiões Norte e Paranhana-Encosta da Serra, completando com isso as ações nas nove regiões selecionadas.

## **AS FINANÇAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL**

### **O Quadro Geral das Finanças Públicas Estaduais**

O capítulo anterior mostrou a realidade e os cenários das economias mundial, brasileira e gaúcha. Nesse contexto, as finanças do Estado do Rio Grande do Sul apresentam um quadro, por um lado, de resultados positivos obtidos através da gestão sobre a receita e a despesa; por outro, da persistência de certas dificuldades estruturais das contas públicas.

Por exemplo, devido aos elevados gastos com as atuais aposentadorias e pensões, o caixa do Tesouro suportou, em 2012, um déficit previdenciário de R\$ 5,5 bilhões. Em 2013, a previsão é de R\$ 6,2 bilhões, próximo de um quarto da Receita Corrente Líquida.

Outro importante fator de engessamento fiscal é a imposição onerosa do termo da dívida contratualizada junto à União, através da Lei Federal nº 9.996/97. A atualização do estoque, mesmo com a expectativa da troca do IGP-DI mais 6% ao ano pela Taxa SELIC ou pelo IPCA mais 4% ao ano, o que for menor, ainda apresentaria riscos, pois os novos índices estão sujeitos a oscilações bruscas no decorrer do tempo. Ademais, o comprometimento de 13% da Receita Líquida Real é demasiadamente alto.

A situação fiscal do Rio Grande do Sul agravou-se no final da década de noventa, por ocasião da edição de um arcabouço legislativo que reconfigurou o modelo de financiamento dos Estados, bem como pelos processos de renegociação das suas dívidas. Esse período marcou o fim das estratégias de financiamento público pelas vias não-tributárias, através do endividamento mobiliário pela emissão de títulos públicos e da venda de bens, e impôs um austero regime de ajustamento orçamentário.

Esse regime foi marcado não somente pela tentativa de adequação do financiamento ao novo modelo vigente na Federação, mas também foi instrumento de redução do papel do Estado na economia e na sociedade. Dessa forma, não apenas o equilíbrio fiscal passou a ser perseguido, mas a própria reconfiguração do espectro das políticas públicas. E a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início dos anos 2000, forçou os gestores públicos a severas restrições de gastos em áreas estratégicas.

O desenvolvimento desse processo, em certa medida, foi contraposto: (i) pelas crescentes necessidades sociais, especialmente relacionadas aos serviços públicos básicos a cargo da esfera pública estadual, tais como a saúde, a educação, a segurança pública e a infraestrutura, além das próprias orientações fixadas pela Constituição Estadual, que impunham um ritmo de crescimento do financiamento das respectivas políticas públicas; (ii) pelas sucessivas tentativas de re colocação dos patamares de arrecadação, a fim de equacionar as necessidades de financiamento das políticas públicas; e (iii) pela utilização de mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que buscaram otimizar a alocação de recursos e administrar, no tempo, o fluxo de caixa.

De forma gradual, o ajustamento transcorreu até meados dos anos 2000. A partir dessa data, a gestão fiscal apresentou um ponto de inflexão em sua trajetória, desenvolvendo forte política de contenção de dispêndio, especialmente do investimento e do custeio, não obstante o registro de níveis de arrecadação elevados. Esse novo padrão implicou a deterioração da

capacidade de manutenção da qualidade e quantidade dos serviços típicos de Estado e, especialmente, da promoção do desenvolvimento econômico, tudo isso sem alcançar uma posição fiscal sustentável.

Entre os desafios para a execução de um novo modelo de gestão fiscal está a busca por novas fontes de financiamento, que vão desde a alocação de recursos federais disponíveis para a qualificação e ampliação dos serviços públicos, passando pela contratação de operações de crédito para investimento, até o reforço de arrecadação, através da permanente qualificação do Fisco.

O objetivo é resgatar o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, pois só com o crescimento da produção da riqueza no âmbito estadual haverá condições de consolidar um patamar de financiamento que minimize o processo de abrandamento da escassez de recursos públicos estaduais do cotidiano da gestão financeira.

Não há soluções fáceis para contornar os problemas estruturais das contas do Estado, engessadas de tal forma que as despesas fixas comprometem a totalidade das receitas arrecadadas. É necessário, então, buscar persistentemente o crescimento da economia gaúcha, incorporando um alto padrão de inovação, dinamismo e sustentabilidade duradoura, alternativa sem a qual não é possível imaginar as melhorias necessárias nos instrumentos de políticas públicas.

## **O Financiamento Público Estadual ao Longo do Tempo**

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentaram déficits fiscais sucessivos e recorrentes há várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos e, em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário. Já no período mais recente, recorreu-se às receitas de privatizações, às antecipações tributárias, ao atraso de fornecedores e de precatórios, bem como à administração e otimização de recursos financeiros.

Com votação ao final de 2004, de lei com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos seletivos (luz, água, telefone e combustível). Houve, também, parcelamento dos salários dos servidores e de empréstimos para o pagamento do 13º salário de parte dos servidores do Poder Executivo.

Os últimos governos se utilizaram de saques do caixa único e dos depósitos judiciais para cobrir as despesas mais prementes de pessoal e custeio. Apesar do uso desse conjunto de fontes de financiamento, não se conseguiu estancar a gradativa diminuição da capacidade de investimento do Estado.

A securitização da dívida junto à União (final dos anos 90), e a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Social (início dos anos 2000), fez com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos nem contratar novas operações de crédito. Assim, com o fim de outros recursos extraordinários, por exemplo, a inflação, a venda de ativos e o aumento de impostos, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, como os precatórios e as Requisições de Pequeno Valor (RPVs) não pagos e os saques do caixa único e dos depósitos judiciais.



## Os Resultados Primário e Orçamentário

O **resultado orçamentário** é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as despesas forem maiores que as receitas, o resultado é deficitário.

O **resultado primário** indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida.

As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzido dos juros, encargos e amortização da dívida interna e externa, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

Na tabela a seguir, são apresentados os resultados orçamentário e primário, conforme fórmula da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre os anos de 1971 e 2012, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Consta-se a frequência de resultados negativos. A partir do início de 2000, as contas sofreram forte regime de ajustamento, traduzidas em melhores resultados.

Convém mencionar que, entre 1971 e 1983, o resultado primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é referente à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo a Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados do balanço anual, publicado pela Contadoria-Geral do Estado.

Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/2012	Resultado Primário IGP-DI 31/12/2012	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
1971	(128.103.065)	(41.333.995)	-0,19%	-0,06%	9,66%	9,85%
1972	(236.201.438)	(270.475.861)	-0,32%	-0,36%	9,65%	9,97%
1973	(438.809.395)	(506.929.190)	-0,44%	-0,50%	8,71%	9,14%
1974	(368.395.806)	(923.063.330)	-0,34%	-0,86%	8,59%	8,93%
1975	(618.901.439)	(1.194.476.895)	-0,53%	-1,02%	9,40%	9,93%
1976	(1.299.047.050)	(1.313.494.397)	-1,04%	-1,05%	7,83%	8,88%
1977	(477.131.960)	(25.337.175)	-0,35%	-0,02%	7,81%	8,16%
1978	220.610.025	(570.275.561)	0,16%	-0,41%	8,58%	8,42%
1979	(362.167.202)	(861.447.482)	-0,27%	-0,65%	8,13%	8,40%
1980	(396.781.938)	(471.708.160)	-0,30%	-0,35%	7,75%	8,05%
1981	(442.026.085)	(1.080.335.456)	-0,34%	-0,82%	9,12%	9,46%
1982	(1.131.920.438)	(1.446.047.614)	-0,87%	-1,12%	10,70%	11,58%
1983	(3.531.082.896)	(1.096.561.933)	-3,17%	-0,98%	7,91%	11,08%
1984	(1.547.931.283)	(885.470.218)	-1,36%	-0,78%	8,82%	10,19%
1985	(5.982.123.223)	(1.475.160.119)	-5,09%	-1,25%	9,89%	14,98%
1986	(2.574.286.030)	(1.564.922.548)	-1,40%	-0,85%	11,13%	12,53%
1987	(574.391.885)	(521.709.181)	-0,48%	-0,43%	10,96%	11,43%
1988	(303.773.267)	(539.733.434)	-0,33%	-0,59%	9,56%	9,89%

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/2012	Resultado Primário IGP-DI 31/12/2012	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
1989	100.195.985	(1.206.518.650)	0,12%	-1,40%	9,79%	9,68%
1990	(583.418.075)	(1.818.683.504)	-0,55%	-1,71%	12,35%	12,90%
1991	(214.143.963)	(218.003.581)	-0,22%	-0,23%	10,34%	10,57%
1992	(410.581.743)	(1.753.336.479)	-0,45%	-1,94%	11,52%	11,97%
1993	(127.944.337)	(916.596.088)	-0,16%	-1,12%	11,23%	11,39%
1994	(505.040.551)	(563.009.916)	-0,34%	-0,38%	11,94%	12,28%
1995	(1.811.396.108)	(785.285.766)	-0,82%	-0,36%	11,39%	12,22%
1996	(104.464.176)	(2.633.068.793)	-0,04%	-1,10%	13,29%	13,33%
1997	1.973.216.100	(1.805.839.684)	0,81%	-0,74%	14,76%	13,94%
1998	1.292.711.550	(4.821.919.429)	0,53%	-1,98%	18,79%	18,26%
1999	(2.217.929.320)	(1.183.532.201)	-1,02%	-0,54%	10,72%	11,81%
2000	(1.471.276.821)	(1.103.599.583)	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%
2001	(1.309.724.670)	(695.063.258)	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	(473.286.666)	(123.446.291)	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	(110.000.363)	(173.325.677)	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	(1.171.954.315)	55.803.212	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	(1.400.755.949)	872.671.353	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	(1.324.468.940)	669.298.274	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	860.564.690	1.317.801.579	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	549.723.359	2.671.023.926	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	13.137.112	2.300.783.871	0,00%	0,84%	10,98%	10,98%
2010	(178.640.139)	1.809.540.267	-0,06%	0,63%	11,73%	11,79%
2011	(527.100.231)	1.571.933.319	-0,17%	0,52%	10,81%	10,99%
2012	(732.246.094)	804.579.810	-	-	-	-

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS (CAGE/RS) e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota 1: Os resultados primário e orçamentário de 2012 estão dispostos em valores nominais.

Nota 2: A partir de 1985, utilizou-se a nova série do PIB. O PIB de 2011 é preliminar e o PIB de 2012 não foi divulgado.

Nota 3: As receitas e as despesas estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem a dupla contagem contábil.

O resultado primário menor que o orçamentário, que se verifica em vários anos da série, deveu-se ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens (receitas não primárias) para a cobertura de gastos com custeio e investimento (despesas primárias). Ainda, a operações de crédito de valor maior do que o pagamento do serviço da dívida pública.

### Os Principais Agregados da Receita Pública Estadual

A tabela a seguir mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2003, em valores atualizados pelo IGP-DI, até 31/12/2012. Ressalva-se que não constam no demonstrativo as receitas intraorçamentárias, visto que estas representam uma dupla contagem contábil, ou seja, são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual, o que deve ser expurgado

As receitas tributárias (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas da União.

Quanto às operações de crédito, estas obedecem às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2008 e em 2010, o Estado obteve permissão para contratar empréstimo junto ao Banco Mundial, com a finalidade de melhorar o perfil de parte da dívida extralimite. Já em 2011 e 2012, houve diversas operações de crédito que foram avalizadas pelo

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Governo Federal, direcionadas para investimentos nas áreas sociais e em infraestrutura, no montante de R\$ 1,19 bilhão.

**Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS – Em R\$ milhões**

ESPECIFICAÇÃO DAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>23.641</b>	<b>22.615</b>	<b>25.083</b>	<b>26.568</b>	<b>26.750</b>	<b>28.508</b>	<b>29.494</b>	<b>32.817</b>	<b>32.088</b>	<b>32.617</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.792	17.632	19.245	20.208	20.271	21.908	22.471	25.500	25.027	25.802
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.234	1.395	1.430	1.513	1.590	1.498	1.608	1.656	1.809	1.838
RECEITA PATRIMONIAL	598	312	392	583	443	682	845	707	677	634
RECEITA AGROPECUÁRIA	1	1	1	1	1	1	1	4	1	2
RECEITA INDUSTRIAL	5	9	4	3	1	1	0	0	1	0
RECEITA DE SERVIÇOS	287	264	263	246	253	268	286	276	268	278
TRANSFERÊNCIAS	4.237	4.667	5.056	5.598	5.915	6.473	6.647	7.115	7.076	6.815
OUTRAS RECEITAS	2.156	935	918	677	816	760	1.058	1.389	1.100	1.195
DEDUÇÕES AO FUNDEB	(2.670)	(2.601)	(2.227)	(2.261)	(2.541)	(3.082)	(3.420)	(3.829)	(3.871)	(3.946)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>756</b>	<b>705</b>	<b>284</b>	<b>501</b>	<b>1.949</b>	<b>1.629</b>	<b>301</b>	<b>1.239</b>	<b>409</b>	<b>1.114</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	496	371	193	45	-	1.481	(0)	935	270	954
ALIENAÇÃO DE BENS	231	273	44	340	1.855	5	38	5	5	43
AMORTIZAÇÃO	9	17	19	78	49	32	21	41	42	17
DEMAIS RECEITAS DE	21	44	27	38	46	111	241	258	92	101
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>24.397</b>	<b>23.320</b>	<b>25.367</b>	<b>27.069</b>	<b>28.700</b>	<b>30.137</b>	<b>29.795</b>	<b>34.056</b>	<b>32.497</b>	<b>33.731</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Adiante, é apresentada uma tabela com as operações de crédito contratadas: em 2011, foram realizadas quatro operações de crédito (três internas e uma externa), totalizando R\$ 247,6 milhões; em 2012, cinco operações de crédito (três internas e duas externas), totalizando R\$ 943,7 milhões.

**Operações de Crédito Contratadas em 2011 e 2012 – R\$ 1.000,00**

Especificações		Contratação	Contratação	Finalidade das Operações Contratadas
Operações de Crédito Internas	BNDDES - PEF	94.192	0	Infraestrutura e segurança pública
	BNDDES - PMAE	2.750	7.833	Administração tributária e gestão pública
	BNDDES - PEF II	139.512	0	Infraestrutura
	BNDDES - PROINVESTE	0	300.000	Infraestrutura
	BNDDES - PROREDES	0	314.032	Desenvolvimento e modernização do setor
Operações de Crédito Externas	BID - PROFISCO	11.151	0	Administração tributária
	BIRD - PROREDES	0	65.744	Gestão pública e ambiental, educação,
	BID - PROCONFIS	0	256.050	Infraestrutura e aumento do capital da
<b>Total</b>		<b>247.605</b>	<b>943.659</b>	<b>Total: R\$ 1.191.264</b>

Fontes: Secretaria da Fazenda do RS e SEPLAG/DECAP.

**i. ICMS**

O ICMS é o principal tributo estadual, sendo de importância vital para o equilíbrio das contas públicas. É basicamente um imposto sobre o consumo, dependente do emprego e da renda das famílias. O tributo concentra-se nos combustíveis, energia elétrica, telecomunicações, bem como nos setores de bebidas e cigarros.

Pode-se dizer que não há uma relação direta entre a arrecadação do ICMS e o Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, em época de ótimo crescimento econômico, coincide com boa arrecadação. O contrário nem sempre é verdadeiro. Em 2012, apesar de o PIB gaúcho ter sido negativo, o ICMS cresceu nominalmente 9,6%.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Diversas são as variáveis que impactam na arrecadação do ICMS, em maior ou menor grau, podendo-se citar, entre tantas: (i) O PIB brasileiro e o PIB gaúcho; (ii) a inflação passada e a inflação presente, principalmente o IGP-M e o IGP-DI; (iii) a taxa de câmbio; (iv) a taxa básica de juros da economia; (v) o preço do petróleo e dos *commodities* agrícolas no mercado internacional; (vi) o volume das importações e das exportações; (vii) o nível de produção das indústrias; (viii) o poder de compra do consumidor; (ix) a taxa de emprego; (x) a estabilidade e a confiança na economia interna; (xi) as crises econômicas, tanto interna como externa; (xii) o tempo e o clima; (xiii) as imunidades tributárias; (xiv) as desonerações estaduais e federais; e (xv) a sonegação fiscal.

A combinação favorável de algumas das variáveis acima identificadas faz com que a arrecadação de ICMS seja impactada em maior grau. Dessa forma, o ICMS capta não só o aumento na quantidade de consumo das famílias, mas também a inflação presente e passada embutida nos preços de produtos e serviços. No intuito de demonstrar a origem da arrecadação do ICMS, a tabela adiante mostra o desempenho de cada setor econômico, no ano de 2011 e de 2012.

<b>ICMS Total Arrecadado por Setor Econômico – R\$ 1.000,00</b>				
<b>ICMS TOTAL</b>	<b>2011</b>		<b>2012</b>	
	<b>Total</b>	<b>% por Setor</b>	<b>Total</b>	<b>% por Setor</b>
<b>Setor Primário</b>	<b>86.371</b>	<b>0,4</b>	<b>96.718</b>	<b>0,5</b>
<b>Setor Secundário</b>	<b>6.789.964</b>	<b>34,8</b>	<b>7.570.103</b>	<b>35,4</b>
<b>Setor Terciário</b>	<b>6.349.895</b>	<b>32,6</b>	<b>6.830.147</b>	<b>31,9</b>
Comércio Atacadista	2.293.099	11,8	2.678.615	12,5
Comércio Varejista	2.102.404	10,8	2.039.727	9,5
Serviços de Transporte	164.980	0,8	195.794	0,9
Serviços de Comunicação	1.789.412	9,2	1.909.088	8,9
Outros	0	0,0	6.923	0,0
<b>Energia Elétrica</b>	<b>1.877.010</b>	<b>9,6</b>	<b>2.107.467</b>	<b>9,9</b>
Setor Secundário	71.758	0,4	79.043	0,4
Setor Terciário	1.805.252	9,3	2.028.424	9,5
<b>Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes</b>	<b>3.419.713</b>	<b>17,5</b>	<b>3.580.799</b>	<b>16,7</b>
Setor Secundário	114.000	0,6	1.364.060	6,4
Setor Terciário	3.305.713	16,9	2.216.739	10,4
<b>Dívida Ativa</b>	<b>341.303</b>	<b>1,8</b>	<b>501.429</b>	<b>2,3</b>
<b>Outras Fontes</b>	<b>638.670</b>	<b>3,3</b>	<b>691.546</b>	<b>3,2</b>
<b>Total Geral</b>	<b>19.502.926</b>	<b>100,0</b>	<b>21.378.210</b>	<b>100,0</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Secretaria do Tesouro Nacional/CONFAZ.

A tabela apresentada a seguir analisa a evolução da arrecadação do ICMS Total (ICMS Tributo mais Dívida Ativa), no período entre 2000 e 2012. Verifica-se um crescimento nominal de 278,6%, passando de R\$ 5.647 milhões, em 2000, para R\$ 21.378 milhões, em 2012.

Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de 44,5%. Na comparação de 2012 com 2011, o crescimento nominal do ICMS foi de 9,6% e, pelo IGP-DI, de 3,4%. A arrecadação do ICMS total em relação ao PIB do Rio Grande do Sul, que representou 6,9%, em 2000, chegou a 7,9%, em 2005, e a 7,0%, em 2011. A média do período, entre 2000 e 2011, é de 7,2% do PIB.

Os anos de 2005 e 2010 registraram os maiores aumentos reais de arrecadação de ICMS. O grande salto, em 2005, foi em função do aumento de alíquotas sobre alguns produtos e

serviços seletivos, que se estendeu até 31 de dezembro de 2006. Nesse ano, o PIB brasileiro cresceu 3,2%, enquanto o PIB do Rio Grande do Sul teve queda de 2,8%, pelo efeito da forte estiagem que assolou o campo, com reflexo direto no agronegócio gaúcho. Em 2010, o crescimento foi motivado pela recuperação econômica do País, após a grave crise internacional, ocorrida no final de 2008 e em 2009.

**Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões**

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação nominal</b>	<b>Variação nominal sobre o ano anterior</b>	<b>Arrecadação pelo IGP-DI – Atualização até 31/12/2012</b>	<b>Variação pelo IGP-DI sobre ano anterior</b>	<b>% Arrecadação ICMS/PIB do RS</b>
2000	5.647	-	15.320	-	6,9
2001	6.706	18,8	16.496	7,7	7,3
2002	7.442	11,0	16.080	-2,5	7,1
2003	8.989	20,8	15.861	-1,4	7,2
2004	9.638	7,2	15.524	-2,1	7,0
2005	11.383	18,1	17.338	11,7	7,9
2006	11.813	3,8	17.682	2,0	7,5
2007	12.258	3,8	17.448	-1,3	6,9
2008	14.825	20,9	18.984	8,8	7,4
2009	15.087	1,8	18.985	0,0	7,0
2010	17.893	18,6	21.314	12,3	7,1
2011	19.503	9,0	21.409	0,4	7,0
2012	21.378	9,6	22.139	3,4	-
<b>% 2012/2000</b>	<b>278,6</b>	<b>-</b>	<b>44,5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: O PIB de 2011 é estimativa preliminar. O PIB de 2012 não foi divulgado.

O Rio Grande do Sul mantém-se na 4ª posição entre os estados brasileiros quanto à arrecadação do ICMS, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A posição cai para 17ª colocação, se for considerada a participação percentual do ICMS sobre o PIB estadual (dados de 2010), abaixo da média nacional. As razões para que o Estado detenha baixa participação de ICMS em relação ao PIB podem ser atribuídas a diversos fatores, tais como: (i) o perfil agroindustrial da economia gaúcha, em cujos produtos incidem menores alíquotas; (ii) a natureza exportadora, cujas desonerações fiscais reduzem a arrecadação tributária pela Lei Kandir; (iii) a guerra fiscal e as diferenças na magnitude de alíquotas entre os estados; e (iv) a crescente participação do setor de Serviços, não abrangido pela base do ICMS.

## **ii. Transferências Constitucionais da União ao Estado**

Com o domínio tributário, no decorrer dos anos as relações federativas encontram-se submetidas a profundas distorções, devido ao incremento da carga fiscal estar concentrado na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais, entre outras, CPMF, CIDE, PIS/PASEP, COFINS e CSLL, não repartidas com os demais entes federativos.

A partir de 2004, houve o compartilhamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) com Estados e Municípios. Atualmente, a cobrança está zerada, tendo em vista que o Governo Federal, por duas oportunidades, não promoveu o aumento do preço dos combustíveis ao consumidor final, compensando com a diminuição desse tributo.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Outro ponto a ser destacado é a prática pelo Governo Federal de políticas anticíclicas, com o objetivo de promover o consumo interno, através da diminuição da carga tributária ao sistema produtivo industrial, a exemplo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos setores de automóveis e das linhas brancas e mobiliárias. Por conta disso, reduzem-se significativamente os repasses constitucionais aos Estados e aos Municípios.

As principais transferências constitucionais da União ao Estado (Fundo de Participação dos Estados, Cota-Parte do IPI Exportação, Compensação Financeira pelas perdas da Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação) apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação, em relação à variação da Receita Corrente Líquida.

Entre os anos 2003 e 2012, houve uma variação negativa de 2,9 % da RCL. Em 2003, as transferências da União ao Estado representavam o equivalente a 11,6% da RCL e, em 2012, essa participação recuou para 8,7% da RCL. A perda na comparação de 2012 em relação a 2003, caso as transferências tivessem o mesmo percentual em relação à variação da RCL, é da ordem de R\$ 688 milhões (RCL de 2012 foi de R\$ 23.711 milhões x 2,9% = perda de R\$ 688 milhões).

**Transferências Constitucionais e Legais da União ao RS – Em Valores Nominais – R\$ milhões**

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
COTA-PARTE DO FPE	511	564	705	781	904	1.106	1.066	1.149	1.415	1.459
COTA-PARTE DO IPI-	293	310	352	377	392	432	335	440	483	361
LEI KANDIR (LCF 87/96)	320	256	256	147	147	147	147	147	147	147
AUXÍLIO FINANCEIRO À	-	51	82	153	122	174	134	118	112	96
<b>TOTAL</b>	<b>1.124</b>	<b>1.181</b>	<b>1.395</b>	<b>1.457</b>	<b>1.565</b>	<b>1.858</b>	<b>1.681</b>	<b>1.853</b>	<b>2.157</b>	<b>2.062</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.661	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711
<b>% TRANSFERÊNCIA UNIÃO / RCL</b>	<b>11,6</b>	<b>11,0</b>	<b>11,3</b>	<b>10,9</b>	<b>11,2</b>	<b>11,2</b>	<b>9,7</b>	<b>9,1</b>	<b>9,8</b>	<b>8,7</b>

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

A próxima tabela mostra o percentual da carga tributária bruta total, em relação ao PIB, por esfera de Governo, entre 1995 e 2009.

Nota-se que, em 1995, a União detinha uma carga tributária de 18,1% do PIB, a qual saltou para 23,4%, em 2009. Os Estados passaram de 7,6% do PIB, em 1995, para 8,6%, em 2009. Os Municípios detinham uma participação da carga tributária de 1,3% do PIB, em 1995, a qual passou para 1,5%, em 2009. Assim, no período, a União cresceu 5,3 pontos percentuais sobre o PIB; os Estados, 1,0 ponto percentual sobre o PIB; e os Municípios, 0,2 ponto percentual sobre o PIB.

**Demonstrativo da Evolução da Carga Tributária Total sobre o PIB – em %**

Ente Federativo	199	199	199	199	199	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200
União	18,1	17,6	18,0	18,9	19,9	20,5	21,3	22,2	21,6	22,2	23,4	23,3	23,9	24,1	23,4
Estados	7,6	7,6	7,3	7,3	7,4	8,0	8,3	8,4	8,4	8,6	8,7	8,6	8,5	8,8	8,6
Municípios	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,4	1,6	1,5	1,5
<b>Carga Tributária Total sobre o PIB</b>	<b>27,0</b>	<b>26,5</b>	<b>26,7</b>	<b>27,6</b>	<b>28,7</b>	<b>29,9</b>	<b>31,0</b>	<b>32,0</b>	<b>31,4</b>	<b>32,2</b>	<b>33,4</b>	<b>33,3</b>	<b>34,0</b>	<b>34,4</b>	<b>33,5</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil.

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

A tabela seguinte traz os percentuais de arrecadação de tributos em cada esfera de Governo. Em 1995, a União arrecadou 67,0% da totalidade dos tributos e, em 2009, esse percentual cresceu para 69,9%. Já os Estados, que em 1995 detinham 28,1%, tiveram sua arrecadação diminuída para 25,7%, em 2009. No período, os Municípios perderam participação de 0,3 ponto percentual.

**Demonstrativo do percentual de arrecadação por esfera de Governo**

Ente	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
União	67,0	66,4	67,4	68,5	69,3	68,6	68,7	69,4	68,8	68,9	70,1	70,0	70,3	70,1	69,9
Estados	28,1	28,7	27,3	26,4	25,8	26,8	26,8	26,3	26,8	26,7	26,0	25,8	25,0	25,6	25,7
Municípios	4,8	4,9	5,2	5,1	4,9	4,7	4,5	4,4	4,5	4,3	3,9	4,2	4,7	4,4	4,5
<b>Total</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>	<b>100,</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil.

### **iii. Considerações sobre as Receitas Públicas**

O Estado está continuamente despendendo esforços para melhorar sua função arrecadadora, tendo à sua disposição diversas ferramentas modernas de gestão, de controle e de fiscalização da atividade econômica das empresas, fortes aliadas para diminuir o risco da sonegação fiscal. O uso da “Nota Fiscal Eletrônica”, por exemplo, dá margem ao controle da mercadoria na saída da empresa até o seu destino final e, conseqüentemente, à tributação advinda da circulação.

Outra maneira de controle setorial do ICMS é a “Substituição Tributária”, a qual pode ser conceituada como sendo o regime pelo qual a responsabilidade pelo ICMS devido nas operações ou prestações de serviços é atribuída, normalmente, ao primeiro contribuinte da cadeia, que tem a obrigação de recolher o tributo devido.

Também é utilizado o Programa de Sustentabilidade Financeira, que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a malha fina estadual, o rigor com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico.

Em suma, as ações da Administração Estadual buscam permanentemente apresentar a melhor performance possível de arrecadação tributária, tão necessária para fazer frente ao conjunto de demandas de áreas importantes do setor público. Tão importante quanto racionalizar o gasto e apropriá-lo da maneira mais eficaz possível é empreender esforços para a promoção de uma melhor receita pública.

### **Os Grandes Agregados da Despesa Pública Estadual**

Para uma descrição mais aprofundada da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública e Gestão Plena do SUS).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Com o objetivo de facilitar a análise das despesas públicas, os diversos grupos são comparados em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Quando há referência à RCL, trata-se do cálculo da Receita Corrente Líquida apresentado pela Contadoria-Geral do Estado (CAGE/RS) e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I, conforme se demonstra na tabela a seguir.

**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

<b>Receitas Correntes Totais</b>
(-) Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios
(-) Dedução da Receita para a Formação do FUNDEB
(-) Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor
(-) Compensação Financeira entre Regimes de Previdência
(-) Anulação de Restos a Pagar
(-) IRRF dos Servidores

**Receita Corrente Líquida**

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo III, art. 53, I).

Adiante, apresenta-se tabela na qual são transcritos do Balanço Geral do Estado os valores da Receita Corrente Líquida (RCL). No período entre 2003 e 2012, a RCL cresceu, em média, 10,6% nominais.

**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal - R\$ 1.000,00**

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Corrente Líquida	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654
Crescimento nominal (%)	-	11,1	15,0	7,8	5,1	19,1	4,4	16,7	8,0	8,1

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul/CAGE.

A tabela seguinte mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2003, em valores nominais. Ressalva-se que, no demonstrativo, são expurgadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual. Nota-se que, entre 2003 e 2012, o grupo da despesa cresceu nominalmente R\$ 14,1 bilhões, um aumento de 119,2%.

**Despesas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS – R\$ milhões**

Especificação das	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal e Encargos	7.496.	7.831.	8.541.	9.557.	10.157	11.001	6.725.	7.616.	8.426.	16.615
(+) Aposentadorias,	0	0	0	0	0	0	5.322.	5.965.	6.707.	0
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>7.496.</b>	<b>7.831.</b>	<b>8.541.</b>	<b>9.557.</b>	<b>10.157</b>	<b>11.001</b>	<b>12.048</b>	<b>13.582</b>	<b>15.133</b>	<b>16.615</b>
Outras Despesas	4.535.	5.442.	6.703.	7.004.	7.136.	8.327.	14.173	16.271	18.069	12.707
(-) Distribuição de	2.355.	2.458.	3.316.	3.473.	3.638.	4.361.	4.630.	5.360.	5.867.	6.404.
(-)	0	0	0	0	0	0	5.322.	5.965.	6.707.	0
(-) Gestão Plena do	29.157	394.92	412.27	453.65	478.05	578.37	698.42	771.21	824.64	873.52
<b>Outras Despesas</b>	<b>2.150.</b>	<b>2.589.</b>	<b>2.974.</b>	<b>3.076.</b>	<b>3.019.</b>	<b>3.388.</b>	<b>3.522.</b>	<b>4.174.</b>	<b>4.670.</b>	<b>5.430.</b>
Serviço da Dívida	1.423.	1.459.	1.714.	1.775.	1.830.	3.182.	2.112.	2.955.	2.504.	2.685.
(-) Operação Externa	0	0	0	0	0	1.192.	0	786.82	0	0
<b>Serviço da Dívida</b>	<b>1.423.</b>	<b>1.459.</b>	<b>1.714.</b>	<b>1.775.</b>	<b>1.830.</b>	<b>1.990.</b>	<b>2.112.</b>	<b>2.168.</b>	<b>2.504.</b>	<b>2.685.</b>
<b>Investimentos Amplos</b>	<b>772.19</b>	<b>658.22</b>	<b>615.36</b>	<b>664.37</b>	<b>400.54</b>	<b>660.80</b>	<b>661.89</b>	<b>1.936.</b>	<b>1.104.</b>	<b>1.223.</b>
<b>Total dos Grupos da</b>	<b>11.842</b>	<b>12.537</b>	<b>13.846</b>	<b>15.073</b>	<b>15.407</b>	<b>17.040</b>	<b>18.345</b>	<b>21.862</b>	<b>23.412</b>	<b>25.954</b>
Receita Corrente Líquida	9.660.	10.736	12.349	13.312	13.991	16.657	17.387	20.297	21.927	23.710
<b>% do Total do Grupo da</b>	<b>122,6</b>	<b>116,8</b>	<b>112,1</b>	<b>113,2</b>	<b>110,1</b>	<b>102,3</b>	<b>105,5</b>	<b>107,7</b>	<b>106,8</b>	<b>109,5</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.



## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Note-se que as despesas totais vêm gradativamente convergindo para um patamar mais baixo, em relação à RCL. Em 2003, os valores executados (empenhados) foram de 122,6% da RCL. Já em 2012, recuaram para 109,5% da RCL.

A tabela adiante mostra a evolução dos grupos de despesa, tomando o ano de 2003, como base 100, em relação à variação da Receita Corrente Líquida. Verifica-se que o total dos grupos apresenta declínio. Considerando cada grupo, isoladamente, constata-se que o grupo de Pessoal e Encargos Sociais decresceu 9,7% da RCL; o de Outras Despesas Correntes cresceu 2,9% da RCL; o do Serviço da Dívida decresceu 23,1% da RCL; e o de Investimentos Amplos decresceu 35,5% da RCL. Note-se que, em 2011 e 2012, nos três primeiros grupos, os números mostram aumentos, em relação a 2010. No grupo de Investimentos Amplos, em relação ao período de 2005 até 2009.

**Grupo de Despesas em relação à RCL – Ano 2003, como base 100**

<b>Grupo da Despesa</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	100,0	94,0	89,1	92,5	93,6	85,1	89,3	86,2	88,9	90,3
Outras Despesas Correntes Ajustadas	100,0	108,4	108,2	103,8	97,0	91,4	91,0	92,4	95,7	102,9
Serviço da Dívida Ajustada	100,0	92,2	94,2	90,5	88,8	81,1	82,4	72,5	77,5	76,9
Investimentos Amplos	100,0	76,7	62,3	62,4	35,8	49,6	47,6	119,4	63,0	64,5
<b>Total do Grupo da Despesa</b>	<b>100,0</b>	<b>95,3</b>	<b>91,5</b>	<b>92,4</b>	<b>89,8</b>	<b>83,5</b>	<b>86,1</b>	<b>87,9</b>	<b>87,1</b>	<b>89,3</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

### **i. Grupo Pessoal e Encargos Sociais**

Conforme a tabela Matrículas dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas, na próxima página, do ponto de vista quantitativo, o quadro de matrículas do Estado do Rio Grande do Sul (ativos e inativos e de pensionistas) apresenta um comportamento de mesma linearidade com a evolução da população do Estado, quando analisado o período entre 2000 e 2011. No período, ambos cresceram 5,0%.

O quadro de ativos mantém tendência declinante com relação ao conjunto do funcionalismo e à evolução da população do Estado: em 2000, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,3% do total e 1,90% da população gaúcha; em 2011, os ativos perfaziam 50,3% do total e 1,82% da população. Note-se, ainda, que, entre 2000 e 2011, o quadro de inativos cresceu 24.119 matrículas, um aumento de 20,1%.

Conforme dados extraídos do Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda, do ano de 2011, a Secretaria da Educação possuía cadastradas 98.085 matrículas ativas, de um total de 148.063 do Poder Executivo, ou seja, dois terços do total das matrículas. Ao se acrescentar a Secretaria da Segurança Pública, o total de matrículas sobe para 134.556, 91% do total das matrículas ativas. Os dois órgãos aglutinam 88% de todas as matrículas inativas (116.793) e 89% do total de matrículas (ativas e inativas) do Poder Executivo (251.349).

Em 2012, foram empenhados 45,7% do gasto com a remuneração do pessoal ativo e 54,3%, com aposentados e pensionistas. Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta com inativos, em relação às despesas com pessoal e em relação à RCL. Alerta-se para o fato de que o gasto com pessoal inativo está crescendo de forma consistente em toda a série apresentada. Adiante, em capítulo especial, será tratado o déficit previdenciário.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

**Matrículas dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas**

Órgãos	Matrículas	2000	2011	2011-2000	% 2011 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	162.120	-3.060	-1,9
	Inativos	108.417	136.887	28.470	26,3
	Pensionistas	1.927	974	-953	-49,5
	<b>Total</b>	<b>275.524</b>	<b>299.981</b>	<b>24.457</b>	<b>8,9</b>
Fundações	Ativos	4.943	5.122	179	3,6
	Inativos	0	3	3	-
	<b>Total</b>	<b>4.943</b>	<b>5.125</b>	<b>182</b>	<b>3,7</b>
Autarquias	Ativos	4.305	3.602	-703	-16,3
	Inativos	6.277	5.114	-1.163	-18,5
	Pensionistas	53.992	47.557	-6.435	-11,9
	<b>Total</b>	<b>64.574</b>	<b>56.273</b>	<b>-8.301</b>	<b>-12,9</b>
Sociedade de Economia Mista	Ativos	18.636	23.927	5.291	28,4
	Inativos	5.200	2.009	-3.191	-61,4
	Pensionistas	157	212	55	35,0
	<b>Total</b>	<b>23.993</b>	<b>26.148</b>	<b>2.155</b>	<b>9,0</b>
<b>GERAL</b>	Ativos	193.064	194.771	1.707	0,9
	Inativos	119.894	144.013	24.119	20,1
	Pensionistas	56.076	48.743	-7.333	-13,1
	<b>Total</b>	<b>369.034</b>	<b>387.527</b>	<b>18.493</b>	<b>5,0</b>
População do Estado do RS		10.187.798	10.693.929	506.131	5,0
<b>% de Matrículas sobre a População do RS</b>		<b>3,62</b>	<b>3,62</b>	-	-
<b>% de Ativos sobre a População do RS</b>		<b>1,90</b>	<b>1,82</b>	-	-

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

A tabela Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada mostra a evolução das despesas com pessoal ativo e inativo, entre 2000 e 2012. Tomando-se por base somente a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação à remuneração do pessoal aposentado e pensionista, constata-se que, já em 2000, as despesas com a remuneração dos inativos (aposentados e pensionistas) ultrapassavam as dos ativos.

**Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada**

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
% gasto com a remuneração do pessoal ativo (Civil/Militar) - Elementos 11 e 12	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4	46,2	45,9	45,7
% gasto com a remuneração do pessoal inativo (Aposentados e Pensionistas) - Elementos 01 e 03	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6	53,8	54,1	54,3

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Sob o ângulo das despesas empenhadas consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, entre os anos de 2003 e 2012, verifica-se que há um comportamento declinante. Em 2003, gastava-se 77,6% da RCL; já em 2012, o gasto caiu para 70,1% da RCL. É importante salientar o fato de que somente o grupo “Pessoal e Encargos Sociais” consome em torno de 70% da Receita Corrente Líquida.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

**Despesas Consolidadas com o Grupo de Pessoal e Encargos Sociais em relação à RCL**

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
% do grupo de Pessoal e Encargos Sociais sobre a RCL	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9	69,0	70,1

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante processa os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por Poderes e Órgãos. Tomou-se o valor empenhado sem a dupla contagem contábil. Nos anos de 2009, 2010 e 2011, incluíram-se as despesas com os aposentados, os pensionistas e as sentenças judiciais, constantes do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), do grupo Outras Despesas Correntes que, nos anos anteriores, já figuravam no grupo de Pessoal.

**Despesas com o Grupo Pessoal e Encargos Sociais, por Poderes e Órgãos, em Valores Nominais – R\$ 1.000,00**

PODERES / ÓRGÃOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDIRETA	1.416.084	1.437.601	1.535.060	1.769.455	1.710.710	1.821.684	1.902.883	2.205.905	2.484.105	2.523.970
MINISTÉRIO PÚBLICO	273.357	310.014	364.654	398.503	414.567	435.362	466.729	508.795	544.693	575.860
PODER EXECUTIVO	4.692.434	4.844.279	5.174.838	5.765.490	6.377.302	6.899.047	7.826.948	8.856.983	9.887.058	11.088.059
PODER JUDICIÁRIO	791.120	911.617	1.070.912	1.179.733	1.220.114	1.370.958	1.362.969	1.474.422	1.617.411	1.753.287
PODER LEGISLATIVO	323.242	327.612	396.154	444.248	434.543	474.267	489.144	536.434	600.403	674.635
<b>TOTAL GASTO COM O GRUPO</b>	<b>7.496.237</b>	<b>7.831.123</b>	<b>8.541.618</b>	<b>9.557.429</b>	<b>10.157.236</b>	<b>11.001.318</b>	<b>12.048.673</b>	<b>13.582.539</b>	<b>15.133.670</b>	<b>16.615.811</b>

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: Na Administração Indireta (IPERGS) foi aportada a totalidade dos gastos com os Pensionistas.

A tabela seguinte demonstra a evolução do percentual gasto pelos Poderes e Órgãos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, tomando-se o ano de 2003 como base 100. Depois de cotejadas as despesas, verificam-se comportamentos declinantes, sendo que, no período, nenhum Poder e Órgão teve gasto maior que a variação da RCL.

**Despesas de Pessoal dos Poderes e Órgãos em Relação à RCL – Ano 2003, como base 100**

PODERES / ÓRGÃOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDIRETA	100,0	91,3	84,8	90,7	83,4	74,6	74,7	74,1	77,3	72,6
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	102,0	104,4	105,8	104,7	92,4	94,9	88,6	87,8	85,8
PODER EXECUTIVO	100,0	92,9	86,3	89,2	93,8	85,3	92,7	89,8	92,8	96,3
PODER JUDICIÁRIO	100,0	103,7	105,9	108,2	106,5	100,5	95,7	88,7	90,1	90,3
PODER LEGISLATIVO	100,0	91,2	95,9	99,7	92,8	85,1	84,1	79,0	81,8	85,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>94,0</b>	<b>89,1</b>	<b>92,5</b>	<b>93,6</b>	<b>85,1</b>	<b>89,3</b>	<b>86,2</b>	<b>88,9</b>	<b>90,3</b>

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

**ii. Grupo Outras Despesas Correntes**

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da saúde, educação e segurança; as transferências constitucionais e legais aos municípios; e a gestão plena do SUS. Entre 2009 e 2011, o grupo apropriou os gastos com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo, empenhadas através do IPERGS.

A tabela a seguir mostra a evolução do grupo Outras Despesas Correntes, que foi ajustado com a exclusão da dupla contagem contábil (despesas de transferências

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

intraorçamentárias); das transferências constitucionais e legais aos municípios; das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo, empenhadas através do IPERGS; e das despesas com a gestão plena do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos – em Valores Nominais Empenhados – R\$ 1.000,00**

ÓRGÃOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDIRETA	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546	1.232.149	1.308.010	1.451.828	1.646.103	1.943.426	2.112.751
MINISTÉRIO PÚBLICO	27.532	32.024	34.761	38.401	48.940	44.533	55.004	55.901	64.010	98.077
PODER EXECUTIVO	1.218.843	1.504.289	1.679.845	1.742.385	1.541.267	1.822.876	1.771.455	2.202.238	2.366.923	2.906.942
PODER JUDICIÁRIO	105.883	106.544	120.223	142.775	138.495	161.933	190.837	215.504	238.275	252.089
PODER LEGISLATIVO	53.008	58.915	66.177	63.585	58.436	50.727	53.127	54.416	57.434	60.358
<b>TOTAL</b>	<b>2.150.093</b>	<b>2.589.480</b>	<b>2.974.733</b>	<b>3.076.692</b>	<b>3.019.287</b>	<b>3.388.079</b>	<b>3.522.251</b>	<b>4.174.162</b>	<b>4.670.068</b>	<b>5.430.217</b>
RECEITA CORRENTE	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654
% TOTAL ODC / RCL	<b>22,3</b>	<b>24,1</b>	<b>24,1</b>	<b>23,1</b>	<b>21,6</b>	<b>20,3</b>	<b>20,3</b>	<b>20,6</b>	<b>21,3</b>	<b>22,9</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante mostra a evolução dos gastos do grupo Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos, em relação à RCL, tendo o ano de 2003, como base 100. Em relação à RCL, em 2012, comparativamente a 2003, o gasto com a manutenção e o custeio da máquina pública foi maior.

**Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos em relação à RCL – Ano 2003 com base 100**

ÓRGÃOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDIRETA	100,0	107,2	112,8	106,2	114,2	101,8	108,3	105,2	115,0	115,6
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,7	98,8	101,2	122,7	93,8	111,0	96,6	102,4	145,1
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	100,0	111,0	107,8	103,7	87,3	86,7	80,8	86,0	85,6	97,2
PODER JUDICIÁRIO	100,0	90,5	88,8	97,9	90,3	88,7	100,1	96,9	99,1	97,0
PODER LEGISLATIVO	100,0	100,0	97,7	87,0	76,1	55,5	55,7	48,9	47,7	46,4
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>108,4</b>	<b>108,2</b>	<b>103,8</b>	<b>97,0</b>	<b>91,4</b>	<b>91,0</b>	<b>92,4</b>	<b>95,7</b>	<b>102,9</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

**iii. Grupo Serviço da Dívida Pública**

A tabela a seguir mostra a evolução da dívida fundada interna e externa da Administração Direta, com vencimento de longo prazo, a partir do final do Governo Peracchi (1971) e o final do segundo ano do governo Tarso Genro (2012). Entre 1971 e 2012, a dívida cresceu 28,2 vezes, em valores reais pelo IGP-DI. Constata-se que, a partir do final do governo Britto, a dívida atualizada manteve-se praticamente estável.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

**Estoque da Dívida Fundada Interna Intralimite e Externa - R\$ milhões**

<b>Governo</b>	<b>Final de Governo</b>	<b>Estoque Dívida</b>	<b>Referência</b>	<b>Varição Anual</b>
Peracchi	1971	1.733	1,0	-
Triches	1974	3.797	2,2	119,1
Guazelli	1978	6.949	4,0	83,0
Amaral	1982	12.445	7,2	79,1
Jair	1986	17.274	10,0	38,8
Simon	1990	17.299	10,0	0,1
Collares	1994	21.354	12,3	23,4
Britto (2)	1998	47.477	27,4	122,3
Olívio	2002	47.351	27,3	-0,3
Rigotto	2006	46.585	26,9	-1,6
Yeda Crusius (3)	2010	47.239	27,3	1,4
Tarso Genro	2012	48.920	28,2	3,6

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A variável "estoque da dívida" foi corrigida pelo IGP-DI até 31/dez/12.

Nota 2: Inclui-se a operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 700 milhões) e Caixa Econômica Estadual (R\$ 1.679 milhões), feita em 1998 que, atualizada pelo IGP-DI até 31/dez/12, atinge o montante de R\$ 8,800 bilhões. Fonte: Pg. 115, do Balanço Geral do Estado de 1998.

Nota 3: Incluíram-se as operações de empréstimo feitas junto ao Banco Mundial, em 2008 e 2010, respectivamente, de R\$ 1,19 bilhão e R\$ 787 milhões, contratadas com o objetivo de substituir dívida extralimite junto à União. Esses valores passaram a fazer parte da dívida externa.

A tabela adiante analisa a evolução da Dívida Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB do Rio Grande do Sul. Constata-se que, em 1995, o estoque total representava 14,0% do PIB gaúcho, chegando a alcançar o patamar de 23,3% do PIB, em 2002. Já em 2011, a equação recuou para 15,9% do PIB.

**Dívida Fundada Interna e Externa da Administração Direta, em relação ao PIB gaúcho – R\$ 1.000,00**

<b>Especificação</b>	<b>Dívida Interna</b>	<b>Dívida Externa</b>	<b>Total Dívida</b>	<b>PIB do RS</b>	<b>% Dívida sobre o</b>
1995	6.829.289	167.137	6.996.426	49.879.355	14,0
1996	8.714.916	158.434	8.873.350	58.807.375	15,1
1997	10.761.096	252.275	11.013.371	64.991.309	16,9
1998	13.008.479	407.605	13.416.084	67.673.125	19,8
1999	14.883.773	627.754	15.511.527	74.015.782	21,0
2000	16.601.567	738.775	17.340.342	81.814.714	21,2
2001	18.892.745	942.221	19.834.966	92.310.078	21,5
2002	23.110.688	1.491.045	24.601.733	105.486.816	23,3
2003	25.148.846	1.316.382	26.465.228	124.551.267	21,2
2004	27.603.012	1.301.043	28.904.055	137.830.682	21,0
2005	29.095.416	1.121.521	30.216.937	144.218.198	21,0
2006	30.837.838	944.626	31.782.464	156.826.932	20,3
2007	33.067.694	698.529	33.766.223	176.615.073	19,1
2008	35.784.251	2.342.608	38.126.859	199.494.246	19,1
2009	35.302.367	1.680.815	36.983.182	215.863.879	17,1
2010	39.334.880	2.282.751	41.617.631	252.482.597	16,5
2011	41.999.492	2.488.747	44.488.239	280.578.742	15,9
2012	46.014.703	2.905.734	48.920.437	-	-

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: O PIB do RS, de 2011, é preliminar. O PIB de 2012 não foi divulgado.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

A próxima tabela mostra os valores empenhados para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, entre 2003 e 2012. Em 2003, foram comprometidos 14,7% da RCL. Já em 2012, essa participação atingiu 11,3% da RCL. No período entre 2003 e 2012, em média, despendeu-se com o serviço da dívida o equivalente a 12,6% da RCL.

**Valores Empenhados com o Serviço da Dívida em Relação à RCL e à RLR – R\$ 1.000,00**

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321	2.168.926	2.504.159	2.685.518
RECEITA CORRENTE	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654
<b>% SERVIÇO DÍVIDA / RCL</b>	<b>14,7</b>	<b>13,6</b>	<b>13,9</b>	<b>13,3</b>	<b>13,1</b>	<b>11,9</b>	<b>12,1</b>	<b>10,7</b>	<b>11,4</b>	<b>11,3</b>

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Foram excluídos os valores das operações de crédito feitas junto ao Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão, em 2008, e de R\$ 786,8 milhões, em 2010.

Se o tamanho da dívida consolidada líquida, ao final de 2012, de mais de R\$ 50 bilhões, já atesta a gravidade do endividamento do Estado, não menos importante é o volume significativo de desembolso mensal despendido para o pagamento dos encargos. Entre 2003 e 2012, em valores nominais, já foram empenhados R\$ 20 bilhões a título de serviço da dívida pública. Nesse mesmo período, foram investidos menos de R\$ 9,0 bilhões.

A tabela a seguir faz menção à Dívida Consolidada Líquida, entre 2002 e 2012, em relação à Receita Corrente Líquida. Até 2016, obrigatoriamente, o Estado deverá se enquadrar no limite máximo de endividamento, que é de duas vezes a RCL, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2002, a dívida estava em 2,95 vezes a RCL. Em 2008, o Estado enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela LRF. Ao final do ano de 2012, a relação passou para 2,18 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento fixado é de 2,19 vezes a RCL.

**Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL**

Especificação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida Consolidada sobre a Receita	<b>2,95</b> vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes	2,20 vezes	2,14 vezes	2,14	2,18
<b>Limite de Endividamento (LRF)</b>	<b>2,68</b> vezes	<b>2,63</b> vezes	<b>2,58</b> vezes	<b>2,53</b> vezes	<b>2,48</b> vezes	<b>2,44</b> vezes	<b>2,39</b> vezes	<b>2,34</b> vezes	<b>2,29</b> vezes	<b>2,24</b> vezes	<b>2,19</b> vezes

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS/CAGE (Relatório de Gestão Fiscal).

O Estado comprometeu-se contratualmente com a União a pagar mensalmente o equivalente a 13% da Receita Líquida Real sobre a dívida intralimite. A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS. A dívida com a União constitui um problema estrutural sério para as finanças públicas estaduais. Tendo em vista a sua importância, será tratada em um capítulo exclusivo, adiante.

O contrato de empréstimo firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto ao Banco Mundial (BIRD), de US\$ 1,1 bilhão – US\$ 650 milhões liberados na data da contratação, em outubro de 2008, e US\$ 450 milhões liberados em agosto de 2010 – objetivou unicamente a

reestruturação do perfil de 60% da dívida que não foi objeto de securitização com a União, através da Lei nº 9.496/97. Dessa forma, melhorou-se o fluxo de pagamento com desembolsos anuais menores, além de ganho financeiro na redução de seu valor presente, com prazo de amortização de trinta anos, através de parcelas mensais, quitando-se por completo em 2038.

Os recursos desse financiamento foram repassados diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado. O custo da operação, a ser paga pela conversão em dólares, é equivalente à taxa *LIBOR* mais *spread* de 0,12% (a taxa anual, na data da primeira parcela contratada, estava em 3,19% ao ano, porém quando da liberação do restante da operação, em agosto de 2010, encontrava-se bem abaixo daquele primeiro percentual, beirando a 0,25% ao ano). A operação previu a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando, em parte, o risco da variação cambial.

Uma nova operação está sendo preparada junto ao Banco Mundial, através do PROCONFIS II, tendo a finalidade exclusiva de reestruturar o restante da dívida extralimite com a União. A contratação terá os mesmos encargos das operações de crédito anteriores, pela taxa *LIBOR*.

#### **iv. Grupo Investimentos Amplos**

O reflexo da crise estrutural das finanças estaduais sobre os investimentos foi crescente ao longo do tempo, especialmente a partir do início da década de noventa. A próxima tabela mostra a evolução dos investimentos amplos (investimentos mais inversões financeiras), em relação à RCL e ao PIB do Estado. O governo Triches investiu 29,7% da RCL, equivalentes a 1,9% do PIB gaúcho, enquanto os governos recentes de Rigotto e Yeda Crusius investiram, em média, respectivamente, 6,0% e 5,4% da RCL, e 0,5% e 0,4% do PIB.

<b>Investimentos Amplos por Governo em Relação à RCL e ao PIB Gaúcho – Em %</b>										
<b>Governos</b>	<b>Triches</b>	<b>Guazelli</b>	<b>Amaral</b>	<b>Jair</b>	<b>Simon</b>	<b>Collares</b>	<b>Britto</b>	<b>Olívio</b>	<b>Rigotto</b>	<b>Yeda</b>
% Investimentos sobre a RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4
% Investimentos sobre o PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,4

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE e Fundação de Economia e Estatística do RS.

A tabela adiante demonstra os investimentos efetivados em relação à RCL, entre 2003 e 2012. Não obstante as crescentes dificuldades do erário estadual, os investimentos dos primeiros dois anos do atual Governo (2011/2012) foram quase 50% maiores do que os do Governo anterior.

Além dos recursos orçamentários próprios, de contrapartida, de convênios e de operações de crédito, o Governo do Estado conta com recursos de suas estatais que, em 2010 e 2011, investiram R\$ 1,5 bilhão.

Ademais, o Governo gaúcho desenvolveu iniciativas no sentido de aumentar a parceria com a União e com organismos de financiamento nacional e internacional, como forma de financiar o investimento público, necessário à promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado. Entre os recursos aportados estão operações formalizadas junto ao BNDES, BIRD e BID.

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

### **Investimentos Amplos Empenhados em Relação à RCL – Em Valores Nominais - R\$ 1.000,00**

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INVESTIMENTOS AMPLOS	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899	1.936.885	1.104.504	1.223.230
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654
% INVESTIMENTOS / RCL	8,0	6,1	5,0	5,0	2,9	4,0	3,8	9,5	5,0	5,2

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: O percentual de investimento realizado de 2011, muito acima da média dos últimos anos, de 9,5% da RCL, deve-se à utilização de R\$ 670,6 milhões no Programa Construção de Malha Rodoviária, com recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-PREV - Lei nº 13.328/09).

Destacam-se, também, os grandes investimentos federais que estão sendo realizados no Rio Grande do Sul, através dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II) e de outras fontes de recursos, por exemplo: a construção da Rodovia do Parque (BR-448), que vai ajudar a desafogar a BR-116, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul; a implantação da estação de tratamento de esgoto e canalização em Sapucaia do Sul, Esteio e Canoas; a dragagem do acesso (canal e bacia de evolução) ao Porto do Rio Grande, assim como a ampliação e melhoria do cais de acostagem; a ampliação da refinaria Alberto Pasqualini; a ampliação da usina termoelétrica Presidente Médici; a ampliação da pista e dos terminais de passageiros e de cargas do Aeroporto Internacional Salgado Filho; a construção das barragens Taquarembó e Jaguari; e os investimentos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal, no Programa “Minha Casa Minha Vida”.

Outros grandes projetos de investimento no Estado estão em fase de implantação ou em estudo avançado, como as linhas rápidas de ônibus na capital (BRTs); o metrô de Porto Alegre; a nova ponte sobre o Lago Guaíba; a revitalização do Cais Mauá; a duplicação da BR-116-Sul, trecho entre Eldorado do Sul e Pelotas; além de outras obras fundamentais para o evento Copa 2014.

### **A Rigidez do Orçamento Público Estadual**

As contas públicas nacionais e estaduais sofrem enorme restrição derivada da rigidez imposta pelo conjunto de vinculações constitucionais e de obrigações legais. Particularmente, o Estado do Rio Grande do Sul é penalizado em função de regras que diferem do conjunto da Federação, causando efeitos e sobreposições sobre o erário estadual.

A Constituição Federal, a Constituição Estadual e um conjunto de leis posteriores estabeleceram vinculações e obrigações legais que, mesmo sob as mais justas aspirações e corretas intenções, fazem com que a soma das despesas ultrapasse a das receitas. Para exemplificar, as despesas com Educação e Saúde, desde 1999, na média, têm crescido em termos reais. Mesmo assim, não se alcançou o que prescreve a Constituição Estadual, de 35% com Educação sobre a RLIT e 12% com Saúde sobre a RLIT. Caso os governos atingissem o percentual estabelecido em Educação e Saúde, os resultados acusariam enorme déficit orçamentário.

As vinculações das receitas agravam sobremaneira a situação fiscal. A edição do Decreto nº 47.063, de 08/03/2010, regulamentou a Emenda Constitucional Federal nº 62/09, que trata de regime especial de pagamento de precatórios, com vigência a partir de 01/01/2010.



## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Optou-se pela vinculação de 1,5% da Receita Corrente Líquida, em que 50% do valor são alocados aos credores por ordem cronológica de apresentação e outros 50%, por leilão, por acordo direto com credores (conciliação) ou por ordem crescente de valor. Ademais, a Lei Estadual nº 13.756, de 15 de julho de 2011, vinculou o pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) ao patamar anual de 1,5% da RCL.

Assim, sem outros artifícios, os governos ou não cumprem a legislação estabelecida ou, obrigatoriamente, geram déficit insustentável ao cumpri-la, contrariando o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A tabela adiante mostra claramente que, se o Governo do Estado cumprisse com todas as obrigações impostas legalmente e/ou constitucionalmente, constantes do orçamento aprovado de 2012, haveria um déficit orçamentário originário de R\$ 2,1 bilhões. Portanto, a proposta orçamentária e a própria execução, para serem equilibradas, nesse quadro institucional, sempre irão ferir algum dispositivo legal. Isso ocorre pelo fato de que, subindo a arrecadação, as despesas crescem nas mesmas proporções, pois são percentuais vinculados da receita.

<b>Vinculações Constitucionais e Legais na Lei Orçamentária de 2012</b>	
<b>Total das Receitas do Orçamento de 2012</b>	<b>40.264.489.976</b>
(-) Despesas Intraorçamentárias de Pessoal (Dupla Contagem Contábil)	6.837.654.524
(-) Despesas Intraorçamentárias de Custeio (Dupla Contagem Contábil)	17.582.970
<b>Total das Receitas do Orçamento de 2012 (Sem as Despesas Intraorçamentárias)</b>	<b>33.409.252.482</b>
(-) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	15.996.472.667
(-) Outras Despesas Correntes	12.499.983.855
b) Transferências Legais aos Municípios (Distribuição de Receitas)	6.385.244.301
c) Demais Outras Despesas Correntes (Manutenção, Custeio e Gestão do SUS)	6.114.739.554
(-) Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	1.977.482.518
(-) Serviço da Dívida Pública Estadual Interna e Externa (Juros, Encargos e Amortização da Dívida)	2.688.768.752
(-) Reserva de Contingência	246.544.690
<b>Resultado Orçamentário de 2012 (Orçamento Equilibrado)</b>	<b>0</b>
<b>(-) Complemento das Vinculações Constitucionais no Orçamento de 2012</b>	<b>2.061.817.379</b>
a) Saúde sem o saneamento da CORSAN - (Para os 12,00% da RLIT, faltam 2,43% da RLIT)	444.374.871
b) Educação da Constituição Estadual (Para os 35,00% da RLIT, faltam 6,27% da RLIT)	1.280.961.124
c) Pesquisa Científica e Tecnológica (Para os 1,50% da RLIP, faltam 1,34% da RLIP)	245.046.225
d) Ensino Superior Comunitário (Para os 0,50% da RLIP, faltam 0,45% da RLIP)	91.435.159
<b>Déficit orçamentário originário, caso se cumprisse com todas as vinculações constitucionais</b>	<b>-2.061.817.379</b>

Fonte de dados brutos: Lei Orçamentária de 2012.

### **A Situação da Dívida do Estado Junto à União**

O Estado do Rio Grande do Sul refinanciou junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase toda a parte da dívida contratual, com base nos termos do protocolo de intenções firmado em 20/09/1996. A autorização dessa operação foi dada através da Lei Federal nº 9.996, de 11/09/1997, da Lei Estadual nº 10.920, de 03/01/1997, e da Resolução do Senado Federal nº 64, de 01/07/1997. O refinanciamento da dívida foi firmado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado.

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

A partir de 2000, o Estado definiu com a União o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual, no percentual de 13% da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassar esse limite, a diferença – chamada de resíduo – deve ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato, em março de 2028. Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais (10 anos), após os 30 anos contratuais, quando do final da contratação da dívida, em março de 2028.

A tabela a seguir discrimina o valor total original da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, que foi objeto de renegociação.

<b>Valor Total Original da Dívida do Estado do RS Refinanciado Junto à União – R\$ milhões</b>							
<b>Especificação</b>	<b>Refinanciamento</b>	<b>PROES</b>	<b>Refinanciamento</b>	<b>Fundação</b>	<b>FINAME</b>	<b>BNDES</b>	<b>TOTAL</b>
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS, de 1999, fl. 97.

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta dois grupos distintos de dívida com a União: a intralimite e a extralimite. A dívida intralimite é a que condiciona o pagamento no percentual de 13% da Receita Líquida Real. A dívida extralimite não possui vinculação com a receita, sendo amortizada mensalmente e, ao final do prazo contratual, não restará resíduo a pagar.

A dívida extralimite representa cerca de 2,0% do total da dívida contratada com a União. É composta basicamente pelo PROES (capitalização para o saneamento do BANRISUL), que, através da operação de crédito efetuada junto ao Banco Mundial (BIRD), em 2010, serviu para liquidar parte de seu estoque. Uma nova operação está sendo preparada com o mesmo organismo financeiro internacional para liquidar a totalidade dessa operação.

As cláusulas da renegociação da dívida estadual com a União foram as seguintes: (i) a taxa de juros de 6% ao ano, calculados e debitados mensalmente; (ii) a atualização monetária pela variação do IGP-DI; (iii) o sistema de amortização pela Tabela *Price*; (iv) as garantias são as receitas próprias e as transferências constitucionais; (v) o prazo de pagamento é de 30 anos; e (vi) o saldo devedor da dívida intralimite poderá ser prorrogado por mais 10 anos.

O valor da prestação que exceder o limite a ser pago no mês será transferido para a conta de resíduo. O acúmulo do saldo desse resíduo gera duas situações: (i) a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, o que ocorre porque o pagamento da prestação mensal do contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; (ii) o saldo devedor é crescente pela capitalização dos juros mensais devidos e não pagos, incidentes sobre o próprio saldo.

Na média, desde a data contratual, o serviço da dívida intralimite tem sido superior a 13% da RLR. Esse fato justifica o crescimento expressivo do estoque da dívida, mesmo em um cenário pós-2001, de ausência de endividamento por novas operações de crédito.

A próxima tabela apresenta a evolução da dívida do Estado com a União até 2011. Observa-se que o principal da dívida, em 31/12/2011, era de R\$ 21,8 bilhões. Já os valores de juros não pagos totalizam, no período entre 1998 e 2011, R\$ 16,8 bilhões. Em suma, o Estado financiou R\$ 12,5 bilhões (referentes ao principal + PROES + resíduo + Fundação BANRISUL +

FINAME + BNDES), pagou no período R\$ 12,6 bilhões, e o estoque da dívida saltou para R\$ 38,6 bilhões.

**Demonstrativo do Estoque da Dívida do Estado Contratada Junto à União – em R\$ milhões**

<b>Especificação</b>	<b>Principal</b>	<b>Residual</b>	<b>Total do Estoque</b>	<b>Amortização Acumulada</b>	<b>Total Estoque / PIB-RS</b>
16/11/1998	7.119	306	7.425	0	-
1998	9.244	322	9.566	279	13,6
1999	10.908	873	11.781	586	15,6
2000	11.426	1.099	12.525	1.025	14,7
2001	12.499	1.736	14.235	1.522	15,1
2002	15.128	1.785	16.913	2.062	16,0
2003	16.102	3.842	19.944	2.700	16,0
2004	17.562	5.217	22.779	3.414	16,5
2005	17.948	6.434	24.382	4.240	16,9
2006	18.475	7.747	26.222	5.251	16,7
2007	19.247	9.280	28.527	6.370	16,2
2008	20.847	11.485	32.332	7.646	16,2
2009	19.901	12.359	32.260	9.078	15,6
2010	21.361	14.884	36.245	10.658	15,9
2011	21.790	16.823	38.613	12.595	14,1

Fonte: Balanço Geral do Estado de 2011, fl. 114.

O indexador acordado no contrato dessa dívida securitizada junto à União foi a variação do IGP-DI mais juros de 6% ao ano. Mesmo após as constantes amortizações mensais, o estoque da dívida cresceu, em média, 9,5% ao ano, entre a data contratual e 31/12/2011, praticamente, a mesma variação do percentual do IGP-DI, no período.

Há forte sinalização do Governo Federal em adotar a taxa SELIC ou o IPCA mais 4% ao ano, o que for menor, no lugar do IGP-DI mais 6% ao ano. Importante ressaltar que, mesmo com a substituição do indexador atual, os riscos ainda persistiriam, pois, tanto a taxa SELIC (cotada em 7,25% ao ano, em jan/2013) como o IPCA estão sujeitos a bruscas oscilações no decorrer do tempo. Ambos andam juntos: um IPCA maior aciona uma taxa SELIC maior.

Outro ponto que requer singular atenção é o fato de que, tomando-se o valor atual do montante da dívida com a União, dificilmente haverá redução nominal de estoque, visto que o desembolso de 13% da Receita Líquida Real é suficiente para pagar os encargos da taxa SELIC. Assim, somente com uma taxa de juros da economia menor haveria diminuição real do estoque da dívida; um aumento da taxa elevaria ainda mais o estoque da dívida.

## **O Sistema Previdenciário do Estado do Rio Grande do Sul**

### **i. O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**

O Sistema Previdenciário brasileiro compõe-se, basicamente, de três formas: (i) o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – art. 201, da Constituição Federal – gerido por uma autarquia federal, que é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de caráter obrigatório e

financiado pelo sistema de repartição simples; (ii) os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) – art. 40, da Constituição Federal – geridos pelos entes federados (Estados e Municípios), utilizando-se tanto dos sistemas de repartição simples, sistemas de capitalização, bem como de sistemas mistos; e (iii) Regimes de Previdência Complementar (RPC) – art. 202, da Constituição Federal – também denominados de previdência privada ou fundos de pensão, de caráter facultativo, podendo ser abertos a qualquer participante interessado ou fechados a participantes de um grupo determinado.

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que, ao servidor titular de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O parágrafo 20, do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

A Lei Federal nº 9.717/98 definiu os principais requisitos do RPPS, dentre os quais se destacam o financiamento, mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A escrituração contábil deverá ser baseada em plano de contas específico e na existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o descumprimento das disposições pode implicar suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado editou a LC nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a contribuição dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários, enquanto a parcela dos inativos e pensionistas, também fixada em 11%, atinge apenas o que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Em relação à parcela patronal, o artigo 2º, da referida Lei Complementar, fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Também, autorizou, em seu artigo 3º, o repasse pelo Tesouro de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes.

A implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para a constituição do RPPS/RS não se viabilizou pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e o gerenciamento do referido regime. A edição da Lei Estadual nº 12.909/08 avançou em direção à instalação efetiva do RPPS/RS, uma vez que supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul como seu gestor único. Em decorrência, as Leis de Diretrizes Orçamentárias disciplinam os aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.

Assim, foram estabelecidos procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definidas unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais. A partir da Lei Orçamentária de 2009, foram incorporadas alterações significativas na forma de registro das operações orçamentárias relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do

Estado. Convém salientar que essas alterações vinculam-se somente à órbita dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual.

Os orçamentos dos Poderes Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas) e Judiciário e do Ministério Público ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na LC nº 12.065/04. Devido à sua autonomia, não foi possível o convencimento destes para aderirem a um mesmo comando procedimental legal.

Na proposta orçamentária dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, já a partir de 2009, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS/RS e para a cobertura de insuficiência financeira decorrente da diferença entre as receitas das contribuições e as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas, lançadas no orçamento do órgão IPERGS-Previdência. Essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca a chamada “dupla-contagem contábil”, que são as transferências intraorçamentárias.

## **ii. Os Sistemas de Repartição Simples e de Capitalização**

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul está organizado mediante o sistema de repartição simples, ou seja, as contribuições destinam-se a arcar com o pagamento à vista dos benefícios cujos fatos geradores ocorrerem nesse mesmo período. O que distingue o sistema de repartição simples do de capitalização é que, no primeiro, o custo adicional representado pelo envelhecimento é totalmente suportado pelo aumento das contribuições dos jovens, ao passo que, no segundo, o custo é suportado pelos idosos, com ajustes em seus benefícios. Adiante, analisam-se os dois sistemas e o atual déficit previdenciário do Estado.

As Leis Complementares nºs 13.757 e 13.758, de 15/07/2011, criaram para os novos servidores civis e militares o sistema de capitalização, baseado na ideia de uma poupança individual com o reforço da contribuição patronal. Também foi instituído o Fundo Previdenciário (FUNDOPREV), regido pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), gestor único, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da Autarquia.

Pelo sistema de capitalização, cada segurado realiza contribuições que são depositadas em uma conta específica e acumuladas ao longo da vida ativa do trabalhador. No momento da aposentadoria, terá direito a receber uma renda vitalícia baseada na contribuição que fez ao sistema, acrescida dos rendimentos do capital.

Todos os valores destinados ao FUNDOPREV serão depositados em conta específica e exclusiva em Banco Oficial, distinta da conta do Tesouro do Estado, vedada sua utilização pelo caixa único. As aplicações e investimentos efetuados com os recursos do FUNDOPREV atenderão aos princípios da segurança, liquidez, transparência e economicidade e às diretrizes estabelecidas pela Política Anual de Investimento do Fundo, obedecendo à regulamentação do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Conselho Monetário Nacional.

A criação desse sistema de capitalização de previdência social, com a contrapartida em igual valor pelo Estado àquela contribuição descontada do servidor, formará um fundo destinado exclusivamente ao pagamento dos futuros aposentados e pensionistas. Assim, esse sistema nasce com a perspectiva de não gerar, no futuro, déficit previdenciário, visto que, em tese, haverá um fundo que suportará a totalidade dos dispêndios.

### iii. O Déficit Previdenciário do Sistema de Repartição Simples

No sistema de repartição simples, os recursos são destinados a cobrir os gastos com os aposentados e pensionistas de hoje. A diferença é coberta por recursos ordinários do Tesouro. É um pacto social entre gerações, em que os ativos financiam os inativos e os pensionistas.

Em 2000, o Estado possuía 193 mil matrículas ativas contra 176 mil matrículas de aposentados e pensionistas. Ao final de 2011, havia 195 mil matrículas ativas contra 193 mil matrículas de aposentados e pensionistas. Ressalta-se que, nos últimos seis anos, em média, aposentaram-se 3.200 novas matrículas anuais. Os gastos com os vencimentos dos aposentados e pensionistas são maiores do que os despendidos com o pessoal ativo.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está justamente no sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os atuais aposentados e pensionistas, pois as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal são insuficientes para seu custeio.

A tabela seguinte mostra o déficit previdenciário, que, em 2003, atingiu R\$ 2,41 bilhões e, em 2012, alcançou R\$ 5,53 bilhões. Em 2003, as contribuições totais (pessoal e patronal, esta última na proporção de duas vezes a contribuição pessoal) cobriram 29,5% do gasto previdenciário total; já em 2012, essa participação subiu para 32,0%. Estima-se, para 2013, um déficit previdenciário de mais de R\$ 6,2 bilhões.

**Déficit Previdenciário – Em valores Empenhados – R\$ milhões**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Gasto com Aposentadorias e Reformas	2.706	2.875	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335
Gasto com Pensões	715	794	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806
<b>Total Gasto com Aposentadorias e Pensões (A)</b>	<b>3.421</b>	<b>3.669</b>	<b>4.013</b>	<b>4.454</b>	<b>4.866</b>	<b>5.229</b>	<b>5.793</b>	<b>6.493</b>	<b>7.238</b>	<b>8.141</b>
Contribuição Pessoal Previdenciária ao	336	429	476	544	608	614	657	715	857	869
Contribuição Patronal (2 vezes a Contribuição Pessoal)	673	857	951	1.088	1.216	1.228	1.315	1.430	1.714	1.738
<b>Total de Contribuições = Pessoal mais Patronal (B)</b>	<b>1.009</b>	<b>1.286</b>	<b>1.427</b>	<b>1.631</b>	<b>1.824</b>	<b>1.842</b>	<b>1.972</b>	<b>2.145</b>	<b>2.570</b>	<b>2.607</b>
<b>Déficit Previdenciário = (B - A)</b>	<b>(2.41)</b>	<b>(2.38)</b>	<b>(2.58)</b>	<b>(2.82)</b>	<b>(3.04)</b>	<b>(3.38)</b>	<b>(3.82)</b>	<b>(4.34)</b>	<b>(4.66)</b>	<b>(5.53)</b>
<b>% Contribuições s/Gasto Previdenciário = (B / A)</b>	<b>29,5</b>	<b>35,0</b>	<b>35,6</b>	<b>36,6</b>	<b>37,5</b>	<b>35,2</b>	<b>34,0</b>	<b>33,0</b>	<b>35,5</b>	<b>32,0</b>
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante registra a previsão atuarial feita pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), que faz parte dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

(LDO) 2013, acerca da evolução das contas com aposentadorias, reformas e pensões (despesa total), partindo de um resultado previdenciário negativo de R\$ 6,2 bilhões, em 2013.

**Déficit Previdenciário, Conforme Cálculo Atuarial Patrocinado pelo Instituto de Previdência do Estado**

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)</b>	<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)</b>	<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c = a + b)</b>	<b>DÉFICIT FINANCEIRO ACUMULADO</b>
2014	1.718.012.852	8.110.332.028	-6.392.319.177	-12.576.033.238
2015	1.677.688.652	8.278.878.499	-6.601.189.847	-19.177.223.085
2016	1.636.055.784	8.450.972.241	-6.814.916.458	-25.992.139.543
2017	1.596.862.634	8.616.587.193	-7.019.724.560	-33.011.864.102
2018	1.557.814.824	8.789.319.946	-7.231.505.122	-40.243.369.224
2019	1.519.680.748	8.937.023.596	-7.417.342.848	-47.660.712.073
2020	1.470.188.631	9.094.518.303	-7.624.329.672	-55.285.041.745
2021	1.443.832.694	9.249.681.634	-7.805.848.940	-63.090.890.685
2022	1.450.415.615	9.381.248.190	-7.930.832.574	-71.021.723.259
2023	1.456.292.369	9.519.558.796	-8.063.266.427	-79.084.989.686
2024	1.464.148.431	9.655.716.736	-8.191.568.305	-87.276.557.991
2025	1.468.909.489	9.766.150.851	-8.297.241.362	-95.573.799.353
2026	1.437.755.455	9.859.788.700	-8.422.033.245	-103.995.832.599
2027	1.375.272.440	9.939.048.244	-8.563.775.804	-112.559.608.402
2028	1.315.704.151	10.000.244.003	-8.684.539.851	-121.244.148.254
2029	1.259.744.963	10.037.644.883	-8.777.899.920	-130.022.048.173
2030	1.207.962.527	10.067.829.179	-8.859.866.652	-138.881.914.825
2031	1.162.733.431	10.062.643.209	-8.899.909.777	-147.781.824.603
2032	1.118.813.396	10.037.388.256	-8.918.574.860	-156.700.399.463
2033	1.084.005.762	10.007.448.879	-8.923.443.118	-165.623.842.580
2034	1.043.774.246	9.901.382.266	-8.857.608.020	-174.481.450.600
2035	1.000.970.925	9.737.745.414	-8.736.774.489	-183.218.225.089
2036	957.670.970	9.590.257.622	-8.632.586.652	-191.850.811.741
2037	916.003.803	9.427.391.146	-8.511.387.343	-200.362.199.084
2038	874.367.952	9.264.547.528	-8.390.179.577	-208.752.378.661
2039	833.458.288	9.089.794.062	-8.256.335.774	-217.008.714.435
2040	795.091.242	8.901.362.086	-8.106.270.844	-225.114.985.279
2041	753.951.523	8.701.558.071	-7.947.606.548	-233.062.591.827
2042	711.633.657	8.490.130.204	-7.778.496.548	-240.841.088.374
2043	671.147.818	8.263.514.276	-7.592.366.458	-248.433.454.833
2044	633.635.659	8.027.379.919	-7.393.744.260	-255.827.199.093
2045	599.185.107	7.770.461.488	-7.171.276.382	-262.998.475.474
2046	565.457.061	7.509.729.085	-6.944.272.024	-269.942.747.499
2047	537.739.129	7.230.850.104	-6.693.110.976	-276.635.858.474
2048	510.220.628	6.951.487.863	-6.441.267.235	-283.077.125.709
2049	480.922.557	6.677.244.704	-6.196.322.147	-289.273.447.857
2050	454.894.288	6.392.944.746	-5.938.050.457	-295.211.498.314
2051	430.552.407	6.104.595.901	-5.674.043.494	-300.885.541.809
2052	406.628.446	5.817.338.405	-5.410.709.959	-306.296.251.768
2053	383.236.402	5.532.132.364	-5.148.895.962	-311.445.147.730
2054	360.432.539	5.250.034.118	-4.889.601.579	-316.334.749.309
2055	338.225.726	4.972.141.010	-4.633.915.284	-320.968.664.592
2056	316.676.553	4.699.290.378	-4.382.613.825	-325.351.278.418
2057	295.835.842	4.432.229.808	-4.136.393.967	-329.487.672.384
2058	275.745.978	4.171.623.109	-3.895.877.130	-333.383.549.515
2059	256.440.111	3.918.053.365	-3.661.613.255	-337.045.162.769
2060	237.943.607	3.672.027.334	-3.434.083.727	-340.479.246.496

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c = a + b)	DÉFICIT FINANCEIRO ACUMULADO
2061	220.273.461	3.433.976.349	-3.213.702.888	-343.692.949.384
2062	203.440.581	3.203.937.255	-3.000.496.674	-346.693.446.058
2063	187.445.187	2.983.123.690	-2.795.678.503	-349.489.124.561
2064	172.285.866	2.770.770.563	-2.598.484.697	-352.087.609.258
2065	157.951.384	2.567.311.977	-2.409.360.593	-354.496.969.851
2066	144.436.319	2.372.838.234	-2.228.401.915	-356.725.371.766
2067	131.718.625	2.187.345.526	-2.055.626.900	-358.780.998.667
2068	119.786.857	2.010.904.347	-1.891.117.489	-360.672.116.156
2069	108.629.333	1.843.576.250	-1.734.946.916	-362.407.063.072
2070	98.213.483	1.685.307.458	-1.587.093.975	-363.994.157.047
2071	88.517.030	1.536.090.267	-1.447.573.237	-365.441.730.284
2072	79.512.888	1.395.901.317	-1.316.388.429	-366.758.118.713
2073	73.173.189	1.264.666.173	-1.191.492.984	-367.949.611.697
2074	61.221.753	1.142.275.024	-1.081.053.271	-369.030.664.968
2075	54.094.136	1.028.592.085	-974.497.949	-370.005.162.918
2076	47.522.408	923.375.507	-875.853.099	-370.881.016.017
2077	41.479.987	826.451.935	-784.971.948	-371.665.987.965
2078	35.928.977	737.481.329	-701.552.353	-372.367.540.317
2079	32.871.049	656.165.591	-623.294.542	-372.990.834.860
2080	28.046.851	582.033.509	-553.986.658	-373.544.821.517
2081	23.566.669	514.577.418	-491.010.749	-374.035.832.266
2082	19.415.729	453.378.486	-433.962.757	-374.469.795.024
2083	15.586.025	397.850.004	-382.263.979	-374.852.059.003
2084	11.689.519	298.387.503	-286.697.984	-375.138.756.987

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentária de 2013.

O déficit previdenciário estadual começou a ser atacado com as Leis Estaduais Complementares nº 13.757 e nº 13.758, de 15/07/2011, através da implementação do sistema de capitalização aos novos servidores públicos. Nesse caso, os novos servidores têm um sistema previdenciário diferenciado e não mais contribuirão para pagar os atuais inativos e pensionistas.

Assim, o déficit previdenciário caminhará no médio prazo para um pico sem precedente. É lógico deduzir que, após a aposentadoria dos servidores com repartição simples – a maioria daqui a 10/15 anos – o Tesouro estadual não contará com as receitas de contribuição dos servidores ativos, visto que os novos ingressarão no novo sistema, sendo suportado exclusivamente com as contribuições dos inativos e a patronal. Dessa forma, o déficit com inativos e pensionistas aumentará significativamente.

Contudo, no longuíssimo prazo (20/25 anos), serão sentidos os efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro será menos pressionado, embora o equilíbrio previdenciário somente torne-se possível na metade deste século.

### **A Lei Orçamentária de 2013**

A Proposta Orçamentária de 2013 (LOA 2013) foi montada com base nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos pela Lei Estadual nº 14.069, de 26/07/12 (Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2013 – LDO 2013), conforme a tabela seguinte:



## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

**Previsão de PIB e de Inflação, no Período entre 2013 e 2015**

<b>Especificação</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
PIB Real	5,5%	6,0%	5,5%
Inflação (IPCA)	4,5%	4,5%	4,5%

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentária de 2013.

Para a elaboração da LOA 2013, o art. 10 da LDO 2013 determinou o percentual de 4,5% de acréscimo sobre os grupos das “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, em relação às dotações de 30 de abril de 2012, conforme teor adiante transcrito:

Art. 10 - Os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro-Livres classificadas nos grupos de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras; em 2013, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2012, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2012, com essa fonte de recurso, acrescidos de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) de correção.

Para a elaboração da LOA 2013, o art. 32 da LDO 2013 determinou o percentual de 8,5% de acréscimo sobre o grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, em relação às dotações de 30 de abril de 2012, conforme o seguinte teor:

Art. 30 - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limite na elaboração de suas Propostas Orçamentárias para 2013, para o grupo de natureza de despesa de pessoal e encargos sociais, na fonte de recursos Tesouro-Livres, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2012, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais sancionados até 30 de abril de 2012, acrescidos de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) de correção, considerando, inclusive, o disposto nos arts. 36 e 37 desta Lei.

### **i. A Estimativa da Receita Pública para o Orçamento de 2013**

A tabela seguinte mostra os principais agregados da receita pública. Para o ano de 2013, excluindo as receitas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 7,4 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada, de R\$ 37,9 bilhões, contra R\$ 33,4 bilhões previstos em 2012, crescimento de R\$ 4,5 bilhões, 13,5% maior.

Quanto ao ICMS Total (ICMS com a inclusão de multas, juros e Dívida Ativa), que é o principal tributo estadual, estima-se, para 2013, uma arrecadação de R\$ 23,3 bilhões, contra R\$ 21,2 bilhões previstos para 2012, crescimento nominal de R\$ 2,1 bilhões, 10,0% superior. Para as receitas de capital, a proposta orçamentária de 2013 estima um montante de R\$ 1,6 bilhão, 53,1% maior que o projetado em 2012.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

**Principais Agregados das Receitas Públicas Consolidadas para o Exercício de 2013**

<b>AGREGADOS DAS RECEITAS NA LOA 2013</b>	<b>LOA 2012</b>	<b>LOA 2013</b>	<b>LOA 2013 -</b>	<b>% LOA</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>39.242.974.552</b>	<b>43.689.423.641</b>	<b>4.446.449.08</b>	<b>11,3</b>
1.1 ICMS TOTAL	21.219.049.241	23.340.954.015	2.121.904.77	10,0
1.2 IPVA TOTAL	1.835.174.309	2.087.956.887	252.782.578	13,8
1.3 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	1.297.906.820	1.363.731.467	65.824.647	5,1
1.4 CONTRIBUIÇÕES	1.820.342.077	1.963.815.011	143.472.934	7,9
1.5 PATRIMONIAL	909.986.577	821.563.446	-88.423.131	-9,7
1.6 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	1.590.113.027	1.778.026.186	187.913.159	11,8
1.7 IPI-EXPORTAÇÃO	522.227.949	582.121.614	59.893.665	11,5
1.8 CIDE	120.796.883	70.186.510	-50.610.373	-41,9
1.9 LC 87/96 (LEI KANDIR) E AUXÍLIO FINANCEIRO À EXPORTAÇÃO	290.203.045	259.167.723	-31.035.322	-10,7
1.10 FUNDEB - FUNDO DA EDUCAÇÃO	3.219.932.474	3.571.682.029	351.749.555	10,9
1.11 DE MAIS RECEITAS CORRENTES	3.388.229.153	4.726.076.371	1.337.847.21	39,5
1.12 RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	6.855.237.494	7.348.190.146	492.952.652	7,2
1.13 DEDUÇÕES PARA O FUNDO DA EDUCAÇÃO	-3.826.224.497	-4.224.047.764	-397.823.267	10,4
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.021.515.424</b>	<b>1.564.129.956</b>	<b>542.614.532</b>	<b>53,1</b>
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	639.245.087	1.027.673.320	388.428.233	60,8
2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	340.293.878	495.836.236	155.542.358	45,7
2.3 DE MAIS RECEITAS DE CAPITAL	41.976.459	40.620.400	-1.356.059	-3,2
<b>TOTAL DAS RECEITAS COM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>40.264.489.976</b>	<b>45.253.553.597</b>	<b>4.989.063.62</b>	<b>12,4</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS SEM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>33.409.252.482</b>	<b>37.905.363.451</b>	<b>4.496.110.96</b>	<b>13,5</b>

Fontes: Lei Orçamentária Anual de 2012 e de 2013.

**ii. A Fixação da Despesa Pública para o Orçamento de 2013**

A tabela seguinte mostra os principais agregados das despesas dotadas. Para o ano de 2013, excluindo as despesas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 7,4 bilhões, prevê-se um gasto total ajustado de R\$ 37,9 bilhões, 13,5 % maior do que o previsto para 2012, de R\$ 33,4 bilhões.

A previsão das despesas com “Pessoal e Encargos Sociais sem Intraorçamentárias” é de R\$ 17,7 bilhões. O gasto com “Outras Despesas Correntes sem Intraorçamentárias” alcança R\$ 14,6 bilhões. Destacam-se as “Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios”, de R\$ 7,0 bilhões; o “Serviço da Dívida”, de R\$ 2,9 bilhões; os “Investimentos Amplos”, de R\$ 2,4 bilhões; e a “Reserva Orçamentária”, de R\$ 0,3 bilhão.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

**Principais Agregados das Despesas Públicas Consolidadas para o Exercício de 2013**

AGREGADOS DAS DESPESAS NA LOA 2013	LOA 2012	LOA 2013	LOA 2013 - LOA 2012	% LOA 2013 / LOA 2012
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>15.996.472.667</b>	<b>17.686.295.489</b>	<b>1.689.822.822</b>	<b>10,6</b>
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>12.499.983.855</b>	<b>14.634.896.994</b>	<b>2.134.913.139</b>	<b>17,1</b>
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	6.385.244.301	7.045.428.231	660.183.930	10,3
Demais "Outras Despesas Correntes"	6.114.739.554	7.589.468.763	1.474.729.209	24,1
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA (JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA)</b>	<b>2.688.768.752</b>	<b>2.857.454.440</b>	<b>168.685.688</b>	<b>6,3</b>
<b>INVESTIMENTOS AMPLOS (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)</b>	<b>1.977.482.518</b>	<b>2.438.877.671</b>	<b>461.395.153</b>	<b>23,3</b>
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>246.544.690</b>	<b>287.838.857</b>	<b>41.294.167</b>	<b>16,7</b>
(+) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)	6.837.654.524	7.322.846.223	485.191.699	7,1
(+) OUTRAS DESPESAS CORRENTES (DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)	17.582.970	25.343.923	7.760.953	44,1
<b>TOTAL DAS DESPESAS DOTADAS COM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>40.264.489.976</b>	<b>45.253.553.597</b>	<b>4.989.063.621</b>	<b>12,4</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS DOTADAS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>33.409.252.482</b>	<b>37.905.363.451</b>	<b>4.496.110.969</b>	<b>13,5</b>

Fontes: Lei Orçamentária Anual de 2012 e de 2013.

Considerando a distribuição da despesa na Lei Orçamentária de 2013, nas diversas áreas da Administração Pública consolidada, a situação é a seguinte:

**Distribuição da LOA 2013 Entre as Diversas áreas da Administração Pública Consolidada**

ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LOA 2013	% SOBRE O TOTAL	% SOBRE O TOTAL
Infraestrutura	1.516.798.193	6,6	3,4
Econômica	1.069.218.146	4,7	2,4
Administrativa	9.574.493.330	41,7	21,2
Social	10.778.651.377	47,0	23,8
<b>SUBTOTAL</b>	<b>22.939.161.046</b>	<b>100,0</b>	<b>50,7</b>
Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública	3.931.794.436	-	8,7
Encargos Financeiros do Estado	10.746.569.112	-	23,7
Reserva Orçamentária	287.838.857	-	0,6
Despesas Intraorçamentárias (Dupla Contagem Contábil)	7.348.190.146	-	16,2
<b>TOTAL DA LOA 2013</b>	<b>45.253.553.597</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2013.

**iii. Os Investimentos das Estatais Gaúchas no Orçamento de 2013**

A próxima tabela mostra a evolução dos investimentos executados pelas estatais gaúchas, entre 2007 e 2011, os recursos projetados na Lei Orçamentária de 2012 e de 2013 e,

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

ainda, o previsto no Plano Plurianual 2012-2015. Entre 2007 e 2011, as estatais investiram R\$ 3,1 bilhões. A previsão para 2013 é de R\$ 1,5 bilhão.

**Demonstrativo dos Investimentos das Estatais Executados e Previstos – R\$ 1.000,00**

ESTATAIS	2007 Executado	2008 Executado	2009 Executado	2010 Executado	2011 Executado	LOA 2012 Previsto	PPA 2012- 2015	LOA 2013 Previsto
CORSAN	78.743	91.664	236.517	330.860	201.085	464.247	1.817.710	449.228
CEEE	215.952	180.590	216.803	237.544	196.241	570.566	2.086.887	809.071
CRM	9.316	18.701	9.368	23.970	16.955	43.990	782.000	18.930
SULGÁS	5.900	19.100	17.354	20.284	24.938	66.157	270.559	48.408
BANRISUL E COLIGADAS	133.006	163.055	210.203	190.884	198.735	135.838	552.300	195.571
CAIXA ESTADUAL	1.213	604	3.202	626	5.300	2.110	509.950	4.023
DEMAIS ESTATAIS	8.280	8.259	22.951	32.475	30.500	18.649	109.671	23.045
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>452.410</b>	<b>481.973</b>	<b>716.398</b>	<b>836.643</b>	<b>644.976</b>	<b>1.301.557</b>	<b>6.129.077</b>	<b>1.548.276</b>

Fontes: Balanço Geral do Estado, PPA 2012-2015, LOA 2012 e LOA 2013.

Nota 1: Os investimentos da CEEE abrangem a CEEE Distribuição e a CEEE Geração e Transmissão.

Nota 2: A estimativa dos investimentos das estatais, para o período entre 2012 e 2015, poderá sofrer alteração.

#### **iv. As Decisões da Participação Popular e Cidadã no Orçamento Estadual de 2013**

Na participação Popular e Cidadã realizada em julho de 2012, compareceram 1.028.000 cidadãos, que votaram nas suas prioridades. Na Lei Orçamentária de 2013, foram disponibilizados R\$ 165 milhões, conforme demonstra a tabela Distribuição dos Recursos da Participação Popular e Cidadã para 2013, por Região – exposta na página seguinte.

Para o orçamento de 2013, tem-se a perspectiva de ampliação do atendimento dos anseios das demandas das regiões, tendo em vista a inovação do processo em 2012, com a inclusão, na cédula de votação, de um campo de projetos denominado de Prioridades Estratégicas Regionais. Essas prioridades, elencadas pelas regiões, foram objeto de análise e orientação para a elaboração da Proposta Orçamentária, de acordo com a possibilidade e a capacidade de cada Órgão.

É uma iniciativa que visa aumentar o número de demandas com característica regional e, cada vez mais, dialogar e orientar sobre os investimentos e a construção das políticas públicas com a participação da sociedade gaúcha. Portanto, além das demandas com a garantia de recursos vinculados, decididas pela população e identificadas na peça orçamentária com código orçamentário específico, na ordem de R\$ 165 milhões, ainda tem-se um conjunto de prioridades estratégicas que orientaram a elaboração do orçamento de 2013, construídas a partir do diálogo com as regiões dentro do Sistema da Participação Popular e Cidadã.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

**Distribuição dos Recursos da Participação Popular e Cidadã para 2013, por Região**

<b>REGIÕES DE COREDE</b>	<b>VALORES APROPRIADOS (em Reais)</b>
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	23.590.274
SUL	13.610.888
VALE DO RIO DOS SINOS	12.940.858
SERRA	9.470.019
VALE DO RIO PARDO	8.646.749
FRONTEIRA OESTE	8.131.975
LITORAL	6.002.961
VALE DO TAQUARI	5.937.118
CENTRAL	5.876.170
PRODUÇÃO	5.283.641
CENTRO SUL	4.954.843
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	4.878.041
NORTE	4.556.002
MISSÕES	4.464.114
MEDIO ALTO URUGUAI	4.137.236
FRONTEIRA NOROESTE	3.930.798
JACUÍ CENTRO	3.885.799
CELEIRO	3.848.529
CAMPANHA	3.739.829
VALE DO CAÍ	3.449.432
RIO DA VÁRZEA	3.387.403
NOROESTE COLONIAL	3.215.548
HORTÊNSIAS	2.933.443
NORDESTE	3.120.173
VALE DO JAGUARI	3.003.410
ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	2.996.072
ALTO JACUÍ	2.835.832
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.172.843
<b>TOTAL DOS PROJETOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ (LOA 2013)</b>	<b>165.000.000</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2013.

## **REALIZAÇÕES DO GOVERNO NOS EIXOS ECONÔMICO E REGIONAL**

### **Administração Fazendária**

Em 2012, a **Secretaria da Fazenda** reforçou e reestruturou suas ações, estabelecendo os principais propósitos a serem alcançados pela atual gestão, que compreendem:

- A otimização das receitas e despesas do Estado, com justiça fiscal, controle e transparência.
- O aperfeiçoamento e inovação na gestão fazendária, buscando a excelência na prestação do serviço público.
- A ampliação e qualificação da interação com a sociedade e com os órgãos públicos, visando aumentar a efetividade e a transparência da ação do Estado.

#### *Principais Realizações em 2012*

Uma das diretrizes de governo é a busca do incremento das receitas para operação das políticas públicas através da intensificação de combate à sonegação, prevenção de inadimplência e intensificação da cobrança administrativa. É importante destacar a integração da Receita Estadual com o Ministério Público Estadual, a Procuradoria-Geral do Estado e a Receita Federal do Brasil, especialmente nas atividades de cobrança dos devedores contumazes e no combate à sonegação.

Nesse sentido foram adotadas várias medidas, dentre as quais podem ser destacadas:

- Combate à sonegação: as ações de combate à sonegação realizadas pela Receita Estadual atingiram R\$ 1.063.720,00 de crédito tributário de janeiro a setembro de 2012.
- Cobrança Ativa e Regime Especial de Fiscalização dos devedores contumazes: foi obtido o ingresso de R\$ 654 milhões decorrente de cobrança (origem em lançamentos e inadimplência).
- Controle de Mercadorias em Trânsito (CMT): em funcionamento nos Postos Fiscais o novo Sistema de Controle de Mercadorias em Trânsito (CMT) em que é possível identificar os veículos que, pelo risco da operação, devem sofrer algum tipo de verificação. Com o CMT as consultas são realizadas no ambiente da PROCERGS, tornando mais ágil e eficaz a conferência e confronto das informações.
- Desenvolvimento de novas malhas fiscais: disponibilização de cinco novos indícios, sendo três deles resultantes da confrontação das informações da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) com a Guia de Informação e Apuração (GIA), e dois oriundos do confronto entre NF-e e cadastro.
- Disponibilização do Dossiê Eletrônico: a busca de informações de um estabelecimento, empresa ou pessoa física em diversas bases de dados possibilita ao fisco a navegação sobre a situação cadastral, cobrança, autos de lançamentos, arrecadação, malha fiscal, omissões, NF-e e, inclusive, informações recebidas pela Receita Estadual, através do Convênio 115 (dispositivo legal, em nível nacional, que dispõe sobre a uniformização e disciplina a emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações dos

documentos fiscais emitidos em via única por sistema eletrônico de processamento de dados para contribuintes prestadores de serviços de comunicação e fornecedores de energia elétrica).

- Educação Fiscal: intensificação da Educação Fiscal nos municípios do interior do Estado.
- Fórum Fiscal do RS: criação do Fórum Fiscal do RS, com debates e proposições de soluções alternativas para os problemas fiscais.
- Gerenciamento Matricial da Receita (GMR) – ICMS: desenvolvimento de novo módulo que permite acompanhar por Delegacia, Agência ou segmento econômico, o atingimento da meta de arrecadação do imposto, além de possibilitar a análise do comportamento da arrecadação de um contribuinte em relação a sua série histórica, informando as variações anômalas.
- Inauguração da Delegacia Especializada: instalação de Delegacia Especializada visando promover, de forma integrada, ações de orientação, fiscalização, tributação e acompanhamento econômico-tributário. Essa medida possibilitou ao Fisco Estadual melhor uso da gestão setorial, integrada à metodologia de trabalho geográfica, com ênfase no conhecimento da dinâmica das cadeias produtivas, essencial para o controle da arrecadação e projeção de cenários para a política tributária.
- Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCD): cruzamento de informações com os dados da Receita Federal relativo a doações.
- Lançamento da Nota Fiscal Eletrônica no Varejo: redução de custos, flexibilidade, modernização dos pontos de venda, agilidade, atualização *on line* de informações fiscais, otimização do tempo de atendimento, inovação e menor impacto ao meio ambiente foram algumas das vantagens da Nota Fiscal Eletrônica do Varejo destacadas pelos representantes das quatro empresas-piloto (Panvel, Lojas Colombo, Paquetá e Renner), que apresentaram *cases* durante o evento “NF-e do Varejo na Prática – a Visão das Empresas-Piloto”.
- Lançamento da nova Guia de Arrecadação: agora é possível o pagamento de ITCD, taxas de serviço e créditos não-tributários no Banco do Brasil, em todo o território nacional. O contribuinte poderá optar se quer pagar por Guia de Arrecadação Única com Código de Barras (GAUCB), no Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), ou pela nova guia de arrecadação, no Banco do Brasil.
- Lançamento da Nota Fiscal Gaúcha (NFG): Trata-se de um programa de cidadania fiscal que prevê o aumento da arrecadação estadual por meio do estímulo da emissão de cupons fiscais e sorteio de até R\$ 18 milhões, com premiações em dinheiro. Tem como objetivo principal incentivar a parceria entre o Poder Público e a sociedade na arrecadação e aplicação de recursos. A NFG tem, como ponto de partida, a solicitação da emissão da nota fiscal por parte do cidadão no ato da compra para, desse modo, combater a concorrência desleal e promover a justiça fiscal e social.
- Novas funcionalidades do Sistema ITCD: entre as últimas funcionalidades implantadas estão o tratamento automático da sua exoneração, a adoção de nova tecnologia na

formação de plantas de valores e a integração das informações patrimoniais constantes no ITCD com outros sistemas da Receita Estadual.

- Operação Frango à Gaúcha: o Fisco realizou, ostensivamente, conferências físicas nos postos fiscais e glosou créditos apropriados indevidamente por empresas que adquiriram o produto com benefícios fiscais concedidos em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75.
- Operação Trânsito Livre: permite a passagem simplificada de cargas nos postos fiscais, aplicável a contribuintes ou setores de atividade que têm históricos positivos ou baixo risco de sonegação.
- PAC Inteligente: desenvolvimento de nova versão do Programa de Avaliação do Contribuinte, agora em ambiente *web*. Por esse meio, é possível acompanhar o comportamento fiscal das empresas gaúchas. O PAC é alimentado com informações enviadas, mensalmente, à Receita Estadual por milhares de inscritos no Cadastro Geral de Contribuintes de Tributos Estaduais (CGCTE). O uso dessas informações possibilita o estabelecimento de padrões para as empresas, dentro de um determinado segmento econômico.
- Posto Fiscal Virtual: nova central de operações que, a partir do cruzamento de informações e da análise das NF-e, identifica os veículos que devem sofrer algum tipo de verificação.
- Autos de Lançamento com indícios de crimes: a Receita Estadual entregou ao Ministério Público Estadual 254 autos de lançamento com indícios de crimes contra a ordem tributária. Juntos, os autos de lançamentos somam mais de R\$ 140 milhões entre ICMS, multa e juros.
- Substituição Tributária: inclusão de dois novos setores (frango e suínos) no regime de substituição tributária, que antecipa o recolhimento do ICMS gerado pelas respectivas cadeias produtivas.
- Autorregularização de empresas do Simples Nacional: as empresas enquadradas no Simples Nacional que apresentavam dívidas com o fisco estadual receberam correspondência solicitando a regularização dos débitos pendentes. É mais uma ação da Receita Estadual que visa à autorregularização dos contribuintes. Não ocorrendo esta, as empresas serão excluídas do Regime Diferenciado de Tributação e Arrecadação (Simples Nacional) a partir de 2013.
- Serviços do Centro de Atendimento Virtual ao Contribuinte (e-CAC) acessados através do Cartão BANRISUL: o objetivo da ação é facilitar o acesso de sócios de empresas e profissionais de contabilidade às informações e operações do e-CAC, visto que, a partir desse termo de cooperação, os usuários não mais precisarão se deslocar até uma unidade física da Receita Estadual para obter senhas, desde que seja cadastrado na SEFAZ.
- Cartilha de Finanças Públicas: publicação do Tesouro do Estado que tem como objetivo facilitar o entendimento da sociedade sobre as finanças públicas estaduais. Através de linguagem simplificada, trata de temas relevantes ao cidadão, buscando com isso



estabelecer uma via de comunicação proativa com a sociedade gaúcha. As três primeiras cartilhas tiveram os seguintes temas: 1) Dívida Pública do RS; 2) Requisições de Pequeno Valor (RPVs); e 3) Despesas de Pessoal e Encargos.

- Relatório Anual da Dívida Pública: a publicação do documento visa dar transparência sobre a dívida administrada pelo Tesouro do Estado. Oferece informações sobre a evolução e perfil da dívida no período recente e, principalmente, a situação e os resultados alcançados no ano, destacando as ações e os avanços institucionais na gestão da dívida pública. Ainda, fornece informações sobre o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, destacando suas metas e compromissos.
- NF-e como parâmetro de preços e racionalização das compras públicas: parceria entre o Tesouro do Estado e a Receita Estadual que racionaliza as compras públicas. Os parâmetros de preços de órteses e próteses, comprados pelo Estado, foram automatizados, e os preços de referência, usados em pregão. Essa prática está sendo expandida para a Central de Compras do Estado, a fim de obter padronização nos preços e economia para os cofres públicos.
- FPE/Royalties – proposta de incremento das transferências da União: a comissão de notáveis do Senado Federal utilizou uma parte das propostas inclusas em estudo do Fórum Fiscal dos Estados nas suas conclusões sobre a redistribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).
- Operações de Crédito – financiamento para programas de investimento: liberados R\$ 207 milhões do PROREDES-BNDES e U\$ 31 milhões do PROREDES-BIRD.
- Sistema PRE implantado: maior agilidade no pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs).
- Gerenciamento Matricial da Despesa (GMD): o GMD foi implantado nos itens vestuário e uniforme na Brigada Militar; limpeza e higiene na Polícia Civil; energia elétrica e diárias na Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE); Programa de Eficiência Energética da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE); estudo de viabilidade econômica – locação *versus* compra e manutenção de veículos próprios no Estado;
- Estruturação da Conta Única: novo formato para a execução orçamentária e financeira, visando dar mais agilidade ao processo.

No sistema Finanças Públicas do Estado (FPE) foi desenvolvido e disponibilizado o módulo “Informações Gerenciais de Custos”. Ao longo de 2012, foram desenvolvidas ações de treinamento e capacitação aos servidores públicos estaduais, com o intuito de fomentar a análise sistematizada de custos na Administração Pública Estadual.

Através do Decreto nº 49.766/2012, foi instituindo o Sistema de Informações de Custos do Estado do Rio Grande do Sul. O Sistema de Custos encontra-se em implantação em 60 órgãos, dos 64 previstos. Desse total, estão com o sistema implantado, inclusive com treinamento, os seguintes órgãos: Secretaria da Educação; Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE); Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE); e Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS).

Inovações no Portal Transparência RS também marcaram as ações da Fazenda em 2012. Cabe destacar o desenvolvimento e a disponibilização de novas funcionalidades no Portal, com objetivo de facilitar o monitoramento da execução orçamentária e financeira do Estado, tais como: análises gráficas dinâmicas, nas quais o próprio cidadão pode escolher a forma de analisar os dados de gastos e receita; dados sobre contratos de serviços de terceiros, e de convênios até então não disponíveis para consulta; *newsletter* de convênios, viabilizando ao cidadão receber informações sobre novos convênios nas cidades que escolher; ampliação do histórico dos dados, permitindo retroagir a consulta até o ano de 2004; pesquisa de opinião dentro do portal, permitindo o monitoramento da satisfação do cidadão quanto aos serviços e dados disponibilizados; disponibilização de dados em formato aberto, permitindo ao cidadão montar suas próprias análises; e, a adaptação às exigências previstas na Lei de Acesso à Informação.

Módulo de Solicitação de Recursos Financeiros: Conclusão e implantação de módulo de Solicitação de Recursos Financeiros (SRF) para o FPE, com o treinamento de quatro turmas de agentes da administração direta e indireta.

Além disso, foi intensificada a qualificação da estrutura da administração fazendária, através da implementação de medidas de capacitação continuada e de melhoria das relações humanas, buscando a satisfação e a efetividade no trabalho, envolvendo:

- Ampliação e qualificação de capacitações em Educação a Distância (EAD): em 2012, a SEFAZ/RS, através de sua Escola, ampliou a oferta de cursos na sua grade e qualificou centenas de servidores na modalidade a distância, através da Plataforma *Moodle*. Foram capacitados 723 servidores da SEFAZ e 416 de servidores de outras secretarias de Estado. O portal Escola na Rede ofertou 26 turmas a distância, em 13 cursos.
- Aquisição de vagas para capacitação de servidores: a SEFAZ, através da Escola Fazendária, adquiriu 700 vagas em 126 eventos, incluindo cursos, congressos, seminários nacionais e internacionais, em assuntos diversos de interesse da Secretaria.
- Cursos para outros órgãos/secretarias: a SEFAZ/RS, através de sua Escola, ofereceu, em 2012, capacitações, principalmente a distância, para outras secretarias e órgãos do Estado. A lista inclui a Academia de Polícia Civil (ACADEPOL), Brigada Militar, Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN), Instituto-Geral de Perícias (IGP), Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria do Desenvolvimento Rural, Secretaria do Turismo, Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), Secretaria DE Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH), Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), TVE, Centro de Atendimento Sócio-Educativo-SM (CASE-SM), entre outros. Foram capacitados 512 servidores de outras secretarias em cursos oferecidos e organizados pela Escola Fazendária da SEFAZ.
- Cursos presenciais: em 2012, foram realizados 32 cursos presenciais na SEFAZ, capacitando 639 servidores em diversas áreas.
- Incentivo a cursos de pós-graduação: a SEFAZ/RS oferece o custeio de 80%, ou períodos de afastamento a seus servidores como forma de incentivo à qualificação em

especializações, mestrados e doutorados nas áreas de interesse da Instituição. Atualmente, nove servidores encontram-se cursando pós-graduação em áreas afins com as atividades da SEFAZ, em instituições atestadas pelo Ministério da Educação (MEC).

A **Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)** tem como negócio “soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação para a Administração Pública”, e como missão “prover soluções em tecnologia da informação para aumentar a eficiência e transparência do serviço público e aproximar o Governo do cidadão”.

A PROCERGS atua de forma transversal, por meio do desenvolvimento, manutenção e operação de sistemas de informação e da rede de telecomunicações em diversos processos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A implementação de serviços eletrônicos para o cidadão gaúcho é uma das áreas de atuação mais relevantes da Companhia, especialmente no uso de tecnologias inovadoras, como serviços prestados diretamente em equipamentos móveis e por meio de redes sociais.

A PROCERGS trabalhou intensivamente em 2012, no sentido de viabilizar ações e projetos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) que suportem a implantação da estratégia definida pelo Governo. A partir dos princípios de transversalidade, colaboração e transparência, a Companhia se estrutura para gerar soluções de governo eletrônico que tenham como foco principal a inovação nas ações.

Com base nesses princípios, destacam-se a seguir as principais realizações de 2012.

No que respeita à Copa do Mundo: para a Secretaria do Esporte e Lazer, a PROCERGS desenvolveu o Portal Oficial da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, bem como disponibiliza a infraestrutura necessária para a realização de qualquer evento que a mesma demandar.

Como iniciativa fundamental para a informatização dos órgãos do Estado e para o Programa de Inclusão Digital do Governo, a PROCERGS está desenvolvendo o Projeto da InfoviaRS, em parceria com outros órgãos do Governo, a qual dará suporte operacional às ações do Estado, através de uma rede moderna, com alta velocidade de transmissão, qualidade e segurança. O Projeto prevê a utilização de uma infraestrutura própria para os serviços de transmissão de voz, dados e imagem por todos os órgãos do governo estadual. A nova estrutura possibilitará a efetivação de políticas públicas de inclusão digital, como a disponibilização de banda larga nas escolas estaduais. Nesse sentido, foram realizados investimentos de qualificação das condições de comunicação de dados dos órgãos públicos que atendem os cidadãos. Os investimentos na Infovia/RS perfazem mais de R\$ 2,9 milhões e constam no quadro adiante.

Além dos investimentos citados no quadro, o projeto InfoVia RS está em fase de implantação, com o primeiro trecho do anel de fibra óptica que atenderá toda a região Sul do Estado. A partir da cidade de Guaíba, a InfoVia RS alcançou a cidade de Bagé, através do compartilhamento das fibras ópticas da infraestrutura da CEEE-GT, criando uma rede de comunicação de alta velocidade de, aproximadamente, 400 km. Nesse trajeto, compartilhando a infraestrutura, também serão beneficiadas as cidades de Camaquã, Pelotas e Rio Grande. Essa iniciativa já beneficia, direta e indiretamente, órgãos do Governo do Estado localizados em 43 cidades.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

COREDE	VALOR (R\$)	COREDE	VALOR (R\$)	COREDE	VALOR(R\$)
Alto da Serra do Botucaraí	10.275,	Hortênsias	10.275,	Paranhana-Encosta da	10.275,
Alto Jacuí	10.275,	Jacuí Centro	10.275,	Produção	20.551,
Campanha	165.059,	Litoral	10.275,	Rio da Várzea	10.275,
Campos de Cima da Serra	10.275,	Médio-Alto Uruguai	10.275,	Serra	211.539,
Celeiro	10.275,	Metropolitano-Delta	1.221.565,	Sul	438.121,
Central	2.392,	Missões	211.539,	Vale do Jaguarí	25.285,
Centro Sul	173.475,	Nordeste	25.505,	Vale do Rio dos	15.949,
Fronteira Noroeste	10.275,	Noroeste Colonial	10.275,	Vale do Rio Pardo	142.756,
Fronteira Oeste	108.460,	Norte	10.275,	Vale do Taquari	10.275,

Fonte: SISPLAG

Para atender um primeiro módulo de projeto da Secretaria de Educação, uma rede (rádios e fibras ópticas) de meios próprios foi implantada nas cidades de Bagé e Aceguá, interligando 23 escolas e a Coordenadoria Regional da Educação ao Ponto de Presença da InfoVia RS.

Os Projetos de Inteligência Competitiva desenvolvidos pela PROCERGS vinculam-se a um processo de investigação e *benchmarking* com soluções nacionais e internacionais, com vistas à inovação nas soluções nas áreas da Copa 2014, InfoVia RS, Gabinete Digital e Tecnologias Móveis.

A PROCERGS trabalhou intensivamente, em 2012, para a viabilização de ações e projetos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) que suportem a implantação da estratégia definida pelo Governo do Estado, destacando-se as seguintes, entre as soluções de TIC implantadas e em desenvolvimento para diferentes áreas do Governo:

- Governadoria: Gabinete Digital; Sala de Gestão do Governo; PPA Participativo; Implementação da Lei de Acesso à Informação; RS Móvel; Agenda do Governador.
- Finanças e Gestão Pública: Modernização dos Sistemas da Receita e do Tesouro; Sistema de apoio ao Programa Nota Fiscal Gaúcha; Novo Sistema de Controle de Obras (em desenvolvimento); Processo Eletrônico – Ingresso e Afastamento de Servidor (em desenvolvimento).
- Segurança Pública: Laudos Eletrônicos do IGP; Novo SISP – Sistema de Informações de Segurança Pública (em fase de aprovação).
- Educação: Província de São Pedro; ISE – Nova Geração; Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP).
- Saúde: Prontuário Eletrônico (em fase de aprovação).
- Trânsito: Controle de Desmanches (em desenvolvimento); Controle de Penalidades; Aplicação Prova Prática em Dispositivo Móvel (em desenvolvimento).
- Meio Ambiente: Controle das Espécies Ameaçadas – Fundação Zoobotânica (FZB).

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Com relação à maior qualificação dos serviços prestados pela Companhia, devem ser ressaltadas, ainda:

- Ampliação da capacidade de armazenamento: no ano de 2012, a capacidade de armazenagem aumentou em 115%. Em 2011, eram 363,2 *terabytes*, aumentando para 782,4 *terabytes*.
- Expansão da Capacidade de Processamento: aumento da capacidade de processamento do *mainframe* IBM – 744 MIPs (Milhões de Instruções por Segundo) em contraponto aos 499 MIPs do ano anterior. A nova solução inclui também a tecnologia *SYSPLEX*, que implementa a capacidade de controle de falhas de forma automática, compartilhando recursos e distribuindo a carga de trabalho, tornando o ambiente de grande porte ainda mais confiável.

Alinhada com os projetos estratégicos do Governo do Estado, a gestão do **Banco do Estado do Rio Grande do Sul** está baseada em quatro pilares: (i) melhoria do atendimento; (ii) eficiência de gestão; (iii) ganho de escala; e (iv) tecnologia e inovação.

Os temas estratégicos do BANRISUL abrangem políticas que garantem alocação de recursos nos segmentos de micro, pequenos e médios empreendedores, no crédito imobiliário, no segmento agropecuário, necessidades de giro para pagamento do ICMS, linhas de crédito destinadas à exportação, promoção do desenvolvimento regional, apoio à modernização da infraestrutura social e apoio a programas de natureza voluntária, especialmente na área da educação.

No quadro a seguir, estão demonstrados os montantes de concessão de crédito no ano de 2012, por linha de financiamento, recursos estes que têm impacto direto na dinâmica da produção local, com repercussões sobre a capacidade de geração de emprego e renda.

Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	
Linhas de Financiamento	Montante liberado em 2012 (R\$ 1,00)
Financiamento ao Custeio Agropecuário	530.548.461,83
Financiamento ao Investimento Agropecuário	229.085.814,45
Financiamento à Comercialização Agropecuária	619.773.434,04
Financiamento para Construção e Aquisição de Casa Própria	1.192.738.059,38
Financiamento ao Microcrédito	136.354.302,34
Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social	320.587.495,72
Cartão BNDES	116.201.066,19
Financiamento para Capital de Giro	4.230.248.520,85
Financiamento para Pagamento de ICMS	20.995.250,84
Financiamento para Saúde	93.242.220,14
Financiamento para Educação	197.933.424,85
Financiamento para Exportações	663.953.646,53
<b>TOTAL</b>	<b>8.351.661.697,16</b>

*Ambiente de Negócios e Destaques Financeiros*

Como parte do movimento estratégico do Banco para alavancar canais de relacionamento com clientes, aumentar a carteira de crédito e expandir o potencial de distribuição de produtos e serviços financeiros em escala nacional, o BANRISUL consolidou – pela assinatura do contrato em 13 de março de 2012 – a compra de 49,9% das ações da Credimatone Promotora de Vendas e Serviços Financeiros S/A. A operação foi liquidada em 29 de março de 2012.

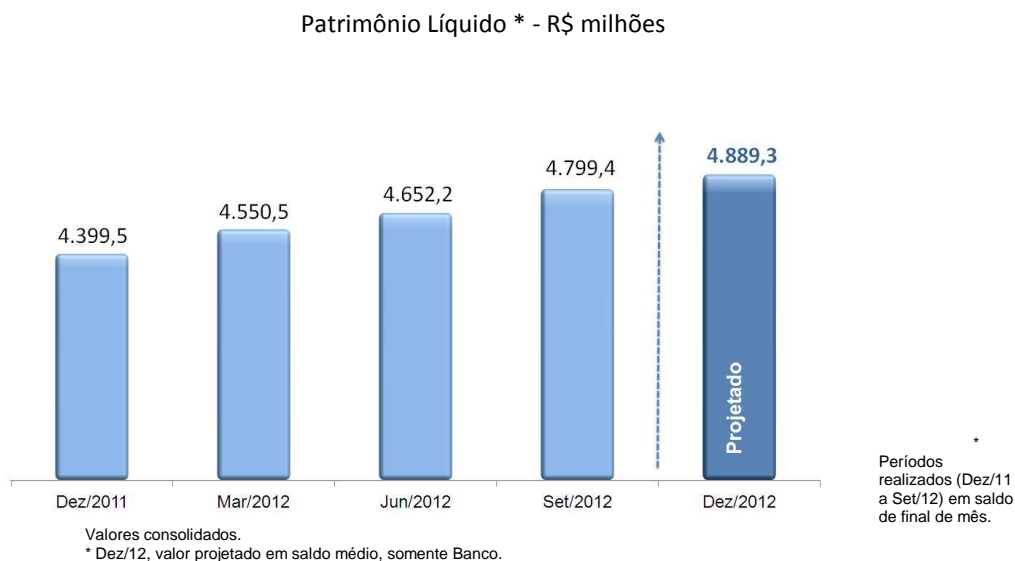
A Instituição avançou também, no período, através da abertura e revitalização de pontos de atendimento que atingiram a marca de 1.299, em setembro de 2012. Ao longo dos nove primeiros meses de 2012, foram inaugurados 21 novos pontos, dos quais cinco novas agências e 16 postos transformados em agências. O Banco ampliou sua presença também por meio da expansão da rede de adquirência. A Rede Banricompras conta com mais de 100 mil pontos credenciados, aptos a capturar transações efetuadas com cartões VISA, MasterCard e VerdeCard. O processo de captura de transações com cartões VISA entrou em operação em setembro de 2012.

Os Ativos Totais alcançaram, em setembro de 2012, R\$ 44.633 milhões, com acréscimo de 22,1% sobre setembro de 2011, 18,8% acima de dezembro de 2011 e de 4,5%, em relação ao trimestre anterior. A Carteira de Crédito perfaz 53,3% dos ativos totais, composta por operações pulverizadas, contratadas principalmente junto a pessoas físicas, médias e pequenas empresas e microempresas. O crescimento dos ativos em doze meses decorreu da alocação de recursos em crédito, especialmente, na carteira de crédito comercial. Com relação ao crescimento no último trimestre, além da carteira comercial, observou-se relevante expansão no crédito imobiliário. A projeção de montante de ativos para o final de 2012 está demonstrada no gráfico a seguir.

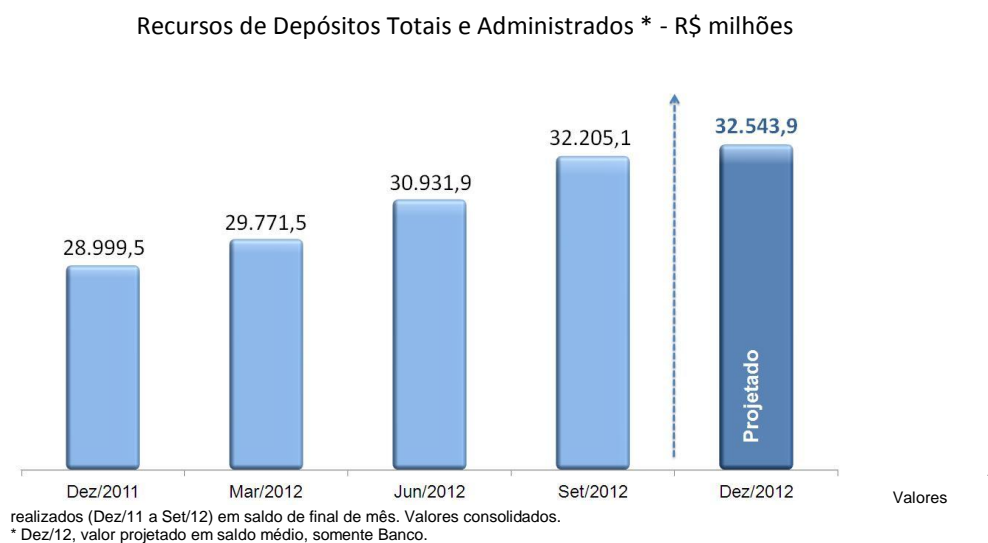


Em setembro de 2012, o Patrimônio Líquido do BANRISUL alcançou R\$ 4.799,4 milhões, com crescimento de 11,7%, ou R\$ 501,2 milhões, em relação a setembro de 2011; expansão de 9,1%, ou R\$ 399,8 milhões, em comparação com dezembro 2011; e, avanço de 3,2%, ou R\$ 147,1 milhões, frente ao saldo de junho de 2012. As oscilações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados nos últimos 12 meses, reduzidas pelo

pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio. A projeção de montante do patrimônio líquido ao final de 2012 está apresentada no gráfico a seguir.



A estrutura de captação do BANRISUL é influenciada, principalmente, pela pulverização de depósitos, centrada em certificados de depósitos bancários (CDB) e depósitos de poupança. Encerrado o mês de setembro de 2012, os Recursos de Depósitos Totais e Administrados, excluindo-se os fundos financeiros e de desenvolvimento e a dívida subordinada, alcançaram saldo de R\$ 32.205,1 milhões, o que significa avanço de 17,1% em relação ao saldo registrado em setembro de 2011, 11,1% comparados ao montante de dezembro de 2011 e de 4,1% frente a junho de 2012. Os depósitos alcançaram, em setembro de 2012, R\$ 25.183,6 milhões, com expansão de 20,4% sobre setembro de 2011, de 12,6% em relação a dezembro de 2011 e de 6,2% em relação a junho de 2012. Os recursos de terceiros administrados atingiram R\$ 7.021,6 milhões, posição 6,5% acima da registrada em setembro de 2011, 5,8% superior a dezembro de 2011 e 2,7% abaixo da alcançada em junho de 2012. A projeção de saldo de recursos captados e administrados para o final de 2012 está apresentada no gráfico a seguir.



As linhas de Crédito Consignado na pessoa física e de giro às empresas absorviam, em setembro de 2012, 28,4% e 25,9%, respectivamente, do volume total de crédito. Com menor participação, as carteiras do crédito imobiliário e o rural também apresentaram montante expressivo em setembro de 2012, representando, 9,0% e 7,9% da carteira de crédito total, respectivamente.

O BANRISUL possui margem para sustentar o crescimento de suas operações, capacidade atestada pelo Índice de Basileia, 18,6% em setembro de 2012. Os índices que demonstram a eficácia da estrutura administrativa, dados pela proporção de despesas administrativas em relação ao volume de ativos ou em relação às receitas geradas, persistem em níveis favoráveis, representados pelos indicadores de custo operacional e de eficiência, que atingiram 4,6% e 46,6% em setembro de 2012, respectivamente.

As Operações de Crédito do BANRISUL somaram R\$ 23.789,2 milhões ao término de setembro de 2012, com ampliação do saldo em 21,0% em relação ao mesmo período de 2011, 16,7% em nove meses e de 4,1% em relação a junho de 2012. A carteira comercial totalizou R\$ 17.385,0 milhões, com expansão de 16,6% em doze meses, 13,8% em nove meses e de 4,1% no último trimestre. As operações de crédito comercial com pessoas físicas somaram R\$ 9.729,9 milhões em setembro de 2012, o que significa crescimento de 11,4% comparativamente ao mês setembro de 2011, 14,9% em relação a dezembro do mesmo ano e de 2,9% em relação ao saldo verificado em junho de 2012. As operações com pessoas jurídicas totalizaram R\$ 8.105,1 milhões em setembro de 2012, com incremento de 23,2% na comparação com o mesmo período de 2011, avanço de 12,7% em relação a dezembro de 2011 e crescimento de 5,4% frente ao valor de junho de 2012. O saldo projetado de operações de crédito para o final de 2012 está demonstrado no gráfico a seguir.



A riqueza gerada pelo BANRISUL nos nove meses de 2012, medida pelo conceito de valor adicionado, alcançou o total de R\$ 2.059,3 milhões, dos quais R\$ 819,8 milhões ou 39,8% foram para pagamento do quadro funcional, R\$ 570,2 milhões ou 27,7% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R\$ 42,1 milhões ou 2,0%, para remuneração de capitais de terceiros e R\$ 627,2 milhões ou 30,5%, para remuneração de capitais próprios.

O Lucro Líquido registrado nos nove meses de 2012 foi de R\$ 627,1 milhões, 7,5% ou R\$ 50,6 milhões abaixo do valor registrado no mesmo período do ano anterior. O resultado no



terceiro trimestre de 2012 atingiu R\$ 207,5 milhões, com retração de 13,2% ou R\$ 31,7 milhões, comparado com o terceiro trimestre de 2011, refletindo a retração dos resultados de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, minimizado, principalmente, pela diminuição das receitas de intermediação, em R\$ 288,3 milhões, face à queda da taxa básica de juros e dos preços das operações, ainda que compensada pela diminuição de despesas de intermediação, em R\$ 281,9 milhões, e da elevação das despesas administrativas e operacionais (outras despesas operacionais), em R\$ 89,7 milhões, efeito minimizado pelo crescimento das receitas de prestação de serviços em R\$ 30,2 milhões. Em relação ao segundo trimestre de 2012, o decréscimo de 1,2% ou R\$ 2,4 milhões no lucro do terceiro trimestre de 2012 foi impactado pela estabilização da margem financeira, decorrente da redução das receitas de crédito, títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, compensado pela retração nas despesas de captação, pelo aumento das despesas com provisão para operações de crédito e pela elevação das outras receitas operacionais.

O resultado gerado no acumulado dos nove meses de 2012 corresponde a uma rentabilidade anualizada de 18,6% calculada sobre o patrimônio líquido médio. Em setembro de 2012, o patrimônio líquido alcançou R\$ 4.799,4 milhões, com crescimento de 11,7% sobre o saldo registrado em setembro de 2011, 9,1% comparado a dezembro de 2011 e de 3,2% em relação a junho de 2012.

Ainda é importante destacar que o BANRISUL, em linha com as melhores práticas de mercado, atende às exigências dos níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes. As informações financeiras do Grupo são divulgadas também, desde junho de 2011, em atendimento às Leis Federal nº 131/2009 e Estadual nº 13.596/10, que disciplinam a divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre as receitas e as despesas das entidades do setor público. Qualquer cidadão pode acessar informações do BANRISUL pelo *site*: [www.banrisul.com.br/transparencia](http://www.banrisul.com.br/transparencia).

Os *ratings* atribuídos ao BANRISUL, no início de 2012, foram os grandes destaques do período. Pela primeira vez nos 84 anos da Instituição, o Banco foi classificado como *Investment Grade*. Em janeiro de 2012, a *Moody's Investors Service* concedeu ao BANRISUL *rating* de força financeira (BFSR) D+. Ao mesmo tempo, atribuiu ao Banco *ratings* de depósito em escala global de curto e longo prazos, em moedas local e estrangeira, de Baa3 e *Prime 3*, respectivamente, e *ratings* de depósito Aaa.br e BR-1 na escala nacional brasileira. Todos os *ratings* têm perspectiva estável.

Em janeiro de 2012, o BANRISUL emitiu títulos de dívida subordinada no exterior. A liquidação financeira da operação foi efetivada em 2 de fevereiro de 2012. O cupom de juros pactuados foi de 7,375% ao ano, pagáveis semestralmente, pelo prazo de dez anos, com vencimento em 2 de fevereiro de 2022. O volume total captado foi de US\$ 500 milhões.

Em março de 2012, a *Standard & Poor's Rating Services* atribuiu *ratings* de crédito emissor BBB- na escala global e brAAA na Escala Nacional Brasil. A perspectiva em ambas as escalas é estável. O perfil de crédito individual (*stand-alone credit profile* SACP) do Banco é bbb+. O *Investment Grade* concedido se baseia na posição de negócios do Banco, no capital e rentabilidade, na posição de risco, no perfil de captação de recursos e no nível de liquidez da Instituição.

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

A seguir, são apresentados os destaques das Empresas Controladas e Coligadas em 2012:

- BANRISUL S.A. Administradora de Consórcios – o BANRISUL Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de imóveis, automóveis, tratores, caminhões e motocicletas. Nos nove meses de 2012, a Empresa registrou uma base de clientes ativos de 31.856 consorciados, totalizando R\$ 1,1 bilhão em volume de cartas de crédito. Ocorreram 4.169 contemplações, colocando à disposição um volume de crédito de R\$ 113,8 milhões para aquisição de bens de consumo. O lucro líquido registrado atingiu R\$ 10,4 milhões.
- BANRISUL S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio – durante os nove meses de 2012, a BANRISUL Corretora intermediou R\$ 2,0 bilhões em operações, 27,0% foram efetuadas via *Home Broker*. O lucro líquido acumulado, no período, foi de R\$ 1,7 milhão.
- BANRISUL Armazéns Gerais S.A. – o BANRISUL Armazéns Gerais registrou, nos nove meses de 2012, lucro líquido de R\$ 2,3 milhões. A Empresa, visando aumentar a competitividade, investe continuamente em modernização tecnológica e automação dos processos; está desenvolvendo um *site* com novos conceitos, implementando serviços de *e-commerce*; planeja aumentar o quadro funcional, reorganizar a atuação em todas as áreas da logística e lançar serviço na área de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).
- BANRISUL Serviços Ltda. – opera na Região Sul do País nos segmentos de cartão refeição e alimentação, cartões combustível, salário, presente, benefício e sistema de manutenção de frota. Diariamente, mais de 520 mil usuários e 7 mil empresas conveniadas utilizam os serviços em mais de 50 mil pontos credenciados. Nos nove meses de 2012, foram realizadas mais de 13,6 milhões de transações. O lucro acumulado foi de R\$ 16,2 milhões.
- Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A – adquirida em março de 2012, a promotora de vendas é especializada na distribuição de crédito consignado, está presente em cinco regiões brasileiras e representa oportunidade para o Banco de expansão da originação de crédito, especialmente fora do Estado do Rio Grande do Sul. A inserção em outros mercados compõe a estratégia de crescimento e desconcentração geográfica do Banco. No final de setembro de 2012, o saldo das operações de crédito originadas através da Rede Bem-Vindo alcançou R\$ 1.504,6 milhões.

### **Ações para 2013**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
SEFAZ	Sustentabilidade fiscal para o desenvolvimento econômico e social	Otimização das receitas e despesas públicas, com justiça fiscal, controle e transparência
SEFAZ	Sustentabilidade fiscal para o desenvolvimento econômico e social	Aperfeiçoamento e inovação da gestão fazendária, buscando a excelência na prestação do serviço público
BCV	Programa Banrisul de coligadas	Corretora de valores
BAC	Programa Banrisul de coligadas	Administração de Consórcios
BAGERGS	Programa Banrisul de coligadas	Armazém geral e entreposto aduaneiro
BERGS SERVIÇOS	Programa Banrisul de coligadas	Administração do Cartão Refeiusul e Combustível

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Cartão BNDES
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento à Comercialização Agropecuária
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento à Construção e Aquisição da Casa Própria
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento à Educação
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento à Saúde
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento ao Custeio Agropecuário
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento ao Investimento Agropecuário
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento ao Microcrédito
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento para Capital de Giro
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento para Exportação
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento para Pagamento do ICMS
PROCERGS	Soluções de tecnologia de informação e comunicação para o setor público do RS	Prestação de serviços de TIC para o setor público (TIC)
PROCERGS	Soluções de tecnologia de informação e comunicação para o setor público do RS	Modernização da infraestrutura da Rede RS (RRS)
PROCERGS	Soluções de tecnologia de informação e comunicação para o setor público do RS	Data Center - ampliação da capacidade de armazenamento
PROCERGS	Soluções de tecnologia de informação e comunicação para o setor público do RS	Data Center - expansão da capacidade de processamento (ECP)
PROCERGS	Soluções de tecnologia de informação e comunicação para o setor público do RS	Data Center - qualificação do ambiente de servidores (PAS)
PROCERGS	Soluções de tecnologia de informação e comunicação para o setor público do RS	Ampliação e modernização da infraestrutura (INS)
PROCERGS	RS Copa 2014	Suporte de TIC ao programa RS Copa 2014

## **Agricultura, Pecuária e Agronegócio**

A **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA)**, juntamente com seus três órgãos vinculados – **Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)**, **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** e **Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)** – é a responsável por implementar políticas de defesa agropecuária, fomento produtivo e de incentivo à competitividade, bem como ações de política setorial agropecuária, pesquisas e armazenamento da produção.

No Plano Plurianual 2012-2015, a SEAPA é responsável por quatro programas: Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário, Carne Gaúcha – A Melhor Carne do Mundo, Promoção da Defesa Agropecuária – Sanidade Animal e Vegetal e Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária (sendo esse executado pela FEPAGRO e pelo IRGA).

Dentro do Programa Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário, a SEAPA vem trabalhando na reativação e criação de Câmaras Setoriais e Temáticas. Por serem um ambiente consultivo por natureza, elas têm a finalidade de articular os setores público e privado e competência para debater, junto aos diversos segmentos do agronegócio e elos das cadeias produtivas, assuntos de interesse comum, como estratégias e diretrizes de produção, industrialização e comercialização. Os objetivos são desenvolver de forma sistêmica e integrada os diversos setores das cadeias produtivas e fortalecer o agronegócio gaúcho. Atualmente, a SEAPA coordena duas Câmaras Temáticas e quinze Câmaras Setoriais. Foram realizados seis

alinhamentos estratégicos das cadeias produtivas da Carne Bovina, Suínos, Milho, Arroz, Leite e Citros, com a definição de projetos para orientar as políticas necessárias para as cadeias produtivas. Como ações transversais de diversas cadeias estão sendo trabalhadas políticas para incentivar a armazenagem na propriedade rural, disponibilidade de energia no meio rural, capacitação de mão de obra, infraestrutura de transportes, entre outras. O objetivo imediato é tratar da disponibilidade de milho para atender a demanda das agroindústrias de aves, suínos e leite. Na cadeia da suinocultura, foram resolvidos os impasses do Programa Pró-Produtividade Agrícola e criado um Grupo de Trabalho para tratar da inserção da carne suína nas compras institucionais e das questões sanitárias para atender as exigências dos mercados externos.

Além das demandas específicas das Câmaras, foram realizadas reuniões conjuntas para encaminhamento de temas pontuais como: estiagem, participação em missões internacionais, substituição do milho na ração animal, participação em fóruns, simpósios e editais de polos tecnológicos.

O ano de 2012 foi marcado pela discussão, e o encaminhamento para fevereiro de 2013, da instalação da Câmara Setorial do Feijão. Foram organizados também cinco Núcleos de Produtores que estão localizados na Região Sul, em Pelotas; na Região Central, em Nova Palma; na Região Centro Serra, em Sobradinho; e na Região Norte, em Frederico Westphalen e Erechim. O objetivo dos Núcleos de Produtores é debater os problemas do setor e facilitar a união da classe e das informações. Em parceria com a Associação dos Produtores de Feijão do Rio Grande do Sul (APROFEIJÃO), aconteceram encontros em todas as regiões produtoras do grão para debater os gargalos na produção e na comercialização e incentivar o consumo.

Também foram criados dois Grupos de Trabalho entre secretarias, coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI)/Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), para tratar dos gargalos apontados nas reuniões de diversas câmaras setoriais e temáticas da SEAPA que apresentam transversalidade com os gargalos identificados nos programas setoriais da SDPI. O primeiro é o Grupo Executivo de Política Setorial Agroindustrial (GEPISA), com o objetivo de alinhar as ações dos setores agroindustriais considerados estratégicos para a denominada economia tradicional: carne bovina, carne suína, avicultura, leite e derivados, arroz, soja, milho e vitivinicultura, além de algumas ações no setor de madeira, celulose e móveis, que são monitoradas na Sala do Investidor. O grupo é composto por quatro membros da SEAPA e quatro membros do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O segundo é o Grupo Executivo de Assuntos Tributários (GEX), em parceria com SDPI/AGDI e Secretaria da Fazenda (SEFAZ), para tratar das questões tributárias que envolvem as cadeias produtivas do agronegócio.

Durante a EXPOINTER 2012, estabeleceu-se uma importante interação entre as Câmaras Setoriais e Temáticas e o Grupo de Trabalho de Gastronomia do Gabinete do Governador, que deverá permanecer, em 2013, para a realização de outros eventos.

Em 2012, também foi lançado o “Mais água, Mais Renda”, um projeto para a expansão da agropecuária irrigada do Rio Grande do Sul. Ele tem como seus principais objetivos ampliar a utilização de sistemas de irrigação por aspersão, localizada e por sulcos; reduzir os efeitos das estiagens nas economias municipais e estadual; e contribuir para o aumento de renda dos produtores. O Mais Água, Mais Renda contempla os seguintes instrumentos: licença ambiental

para a construção ou ampliação e regularização de açudes, outorga precária para áreas irrigadas, reembolso de parcelas de financiamento (12% a 30%) e capacitação de técnicos e produtores em irrigação e boas práticas de manejo do solo. Até o momento, foram cadastrados 427 projetos de produtores em 89 municípios gaúchos.

Também buscando o aumento da renda do produtor rural, tendo como responsável técnica a FEPAGRO, a SEAPA trabalha na ação Correção do Solo – com a neutralização da acidez em áreas de produção agropecuária, utilizando calcário, e, assim, ampliando a fertilidade do solo. Todo o trabalho é executado em parceria com os municípios. A Secretaria repassa o valor às prefeituras, que compram o calcário e o distribuem entre os produtores. Em 2012, foram repassados R\$ 60 mil para cada um dos 82 municípios, atendendo cerca de 100 produtores por município. Prevê-se que a produtividade das áreas corrigidas com calcário seja ampliada de 30 a 80%.

O apoio à ovinocultura se expressa através do “Mais Ovinos no Campo”, programa de desenvolvimento da ovinocultura gaúcha, que visa estimular pecuaristas a reter e/ou adquirir fêmeas (apenas em 2012, foram retidas 190 mil fêmeas e adquiridos 100 mil animais, totalizando um valor de mais de R\$ 46 milhões), já em idade reprodutiva ou ainda não, buscando o aumento do rebanho gaúcho e da oferta de carne e lã de qualidade. Ainda faz parte do referido programa, a reativação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva dos Ovinos e a reativação do Fundo de Desenvolvimento da Ovinocultura (FUNDOVINOS).

A SEAPA é responsável pela Política Estadual da Uva e Vinho, que busca a qualidade dos vinhos e sucos produzidos no Rio Grande do Sul e a sua valorização comercial. Com esse foco, em 2012, o Laboratório de Referência Enológica do Estado (LAREN) começou a ser modernizado com a troca de equipamentos e métodos, possibilitando maior controle da qualidade – a finalização está prevista para 2015. Também está em andamento a validação da metodologia de produção de suco de uva por arraste, com o estabelecimento de normas para esse tipo de produção, que beneficiará centenas de agroindústrias e produtores artesanais que estão, hoje, à margem do mercado. Dentro dessa perspectiva de inserção mercadológica, a SEAPA está realizando um projeto-piloto, em um assentamento da reforma agrária, no município de Hulha Negra, que tem por objetivo a produção de sucos e uvas frescas para consumo do grão e a sua comercialização nos municípios da região da Campanha. O projeto-piloto beneficia 30 produtores, já tendo sido realizada a análise de solo das propriedades, e estão sendo adquiridas as mudas de videira que serão utilizadas.

Está em desenvolvimento o projeto de revitalização de regiões vitivinícolas do Estado, que oferece assistência técnica e extensão rural em boas práticas agrícolas e auxilia na recuperação de vinhedos com material genético de qualidade. Esse projeto tem ocorrido nos COREDEs: Campanha, Central, Médio Alto Uruguai, Norte, Rio da Várzea, Vale do Jaguari e Vale do Rio Pardo.

Dentro do objetivo de valorização comercial da uva e seus produtos, a SEAPA lançou o projeto de enoturismo, que busca a estruturação em novas regiões, estabelecendo os princípios básicos dos roteiros, organização e capacitação. Em 2012, foi realizado o Salão do Enoturismo, para a discussão desse tema, com a participação de vinícolas da Serra, Campanha, Alto Uruguai, Centro Serra e Vale do Jaguari. Também nesse ano, deu-se início ao projeto Adega do Palácio,

onde serão expostos e divulgados vinhos gaúchos de várias regiões produtoras – o projeto técnico-arquitetônico já está elaborado, e a execução deve começar no início de 2013. Em apoio a novas regiões vitivinícolas, a região da Campanha, que já é responsável por cerca de 20% dos vinhos finos do Estado, receberá investimentos do Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura (FUNDOVITIS) para consolidar a região como produtora de vinhos, além de efetuar a capacitação de 600 garçons e agentes do vinho na região em 10 cidades da Metade Sul do RS.

Ainda buscando a estruturação do setor vitivinícola, foram encaminhados para análise, no Ministério do Planejamento, três projetos, que tratam da revitalização do LAREN, assistência técnica e extensão rural e mercado consumidor, no valor de U\$ 15 milhões. Tais projetos foram elaborados em parceria com o Instituto Brasileiro do Vinho, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul e solicitam recursos do Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM).

A 35ª EXPOINTER, realizada de 25 de agosto a 2 de setembro de 2012, no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, consolidou o evento como a maior feira da agropecuária da América Latina e uma das maiores do mundo. Os números finais da comercialização, que totalizaram R\$ 2,4 bilhões, se constituem em novo recorde para o evento. Entre máquinas e implementos agrícolas, comércio, agricultura familiar, artesanato e animais, foram 2.228 expositores em 2012. Somente a comercialização de animais em leilões realizados na feira somou R\$ 13,7 milhões. A venda de máquinas e implementos agrícolas atingiu a cifra histórica de mais de R\$ 2,02 bilhões. Isso representou um aumento de 142% na comparação com o ano anterior, quando o setor comercializou R\$ 834,7 milhões. O público nos nove dias de EXPOINTER, mais uma vez, chegou próximo a meio milhão de pessoas (478.317 visitantes), o que gerou uma arrecadação próxima dos R\$ 3 milhões. O pavilhão da Agricultura Familiar que, nesse ano foi ampliado, totalizou R\$ 1,3 milhão em vendas. O setor do artesanato comercializou mais de R\$ 1 milhão, resultante da venda de 41.607 peças. Uma quadra inteira dentro do setor de máquinas e implementos agrícolas, especialmente dedicada ao tema irrigação, foi o destaque da 35ª EXPOINTER. O espaço foi usado para demonstrações de novas tecnologias e para o fornecimento de informações, de diversas instituições financeiras e da própria SEAPA, sobre procedimentos para a compra desses equipamentos. Os resultados superaram as expectativas: foram vendidos 297 equipamentos, totalizando R\$ 56,7 milhões.

No que tange ao fomento à cadeia da silvicultura, a Secretaria capacitou 250 produtores, em 2012, participou da formação da Associação Gaúcha de Produtores de Acácia-Negra e assessorou essa entidade a viabilizar oportunidades de exportação de cavaco para geração de energia, na Alemanha, e a prospectar novos consumidores. A Secretaria ainda atua para a formação do Grupo de Trabalho para a promoção da imagem do carvão vegetal gaúcho.

Dentro do programa Carne Gaúcha, que objetiva a valorização da produção, a principal ação é a rastreabilidade de bovídeos. Pretende-se realizar a identificação individual e o registro de todos os animais do Rio Grande do Sul, de forma escalonada pós-geração nascida, com o objetivo de identificar 100% do rebanho gaúcho em cinco anos. O módulo de rastreabilidade, dentro do Sistema de Defesa Agropecuária (SDA), possibilitará o registro dos animais, vínculo com a propriedade, movimentação, vacinação, abate, morte, consumo ou roubo. Em 2012, a

SEAPA, em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), iniciou a construção do módulo para ambiente de homologação, tendo sido implementados 10% do módulo final. Também está em fase de homologação o módulo de acesso a informações do produtor rural no SDA. Esse projeto, chamado de Produtor *On-line*, visa disponibilizar ao agropecuarista acesso ao sistema através de *login* e senha, atualização cadastral, declaração do rebanho, retirada de pendência da Guia de Trânsito Animal (confirmando o recebido dos animais) e a impressão da Guia.

Sob coordenação da Secretaria da Agricultura está a Câmara Setorial da Carne Bovina. Dentro desse ambiente de discussão, se decidiu pela criação de um órgão responsável por implementar os projetos relacionados à valorização da carne – o Instituto Gaúcho da Carne. A formatação jurídica desse instituto, a criação de um instrumento que viabilize a sua sustentação financeira e as suas atribuições foram homologadas pelos integrantes da Câmara Setorial e, atualmente, está sendo elaborado o Projeto de Lei para ser enviado à Assembleia Legislativa.

Uma das funções mais importantes da SEAPA, e que absorve a maior parte dos seus servidores, é a defesa agropecuária – considerada um dos alicerces do agronegócio, cujo mecanismo de ação compreende a vigilância, a fiscalização e a inspeção em todas as etapas e processos da produção até o consumo final de produtos de origem animal e vegetal.

O programa Promoção da Defesa Agropecuária – Sanidade Animal e Vegetal visa assegurar, através da aplicação de políticas públicas, a sanidade das populações vegetais, a saúde dos rebanhos animais, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária e a idoneidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores. Com esse objetivo, em 2012, a SEAPA realizou 1.195 barreiras zoofitossanitárias e fiscalizou 18.755 veículos em todo o Rio Grande do Sul.

No que tange à defesa em saúde animal, a SEAPA desenvolve ações na fiscalização de animais e seus produtos em propriedades rurais, em trânsito, em eventos agropecuários, em matadouros-frigoríficos e demais estabelecimentos agroindustriais que fabriquem produtos de origem animal. Dessa forma, a Secretaria implantou a rastreabilidade em 40.054 animais, emitiu quase 1,1 milhão de guias de trânsito animal e fiscalizou mais de 7.800 propriedades. No que tange à inspeção de produtos de origem animal, foram realizadas 45 auditorias em boas práticas de fabricação, fiscalizadas 121 empresas produtoras, emitidos 753 autos de infração e registrados 242 novos produtos de origem animal para serem fiscalizados futuramente.

A defesa sanitária vegetal tem, por sua vez, o objetivo de evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através de ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial. Em 2012, a equipe de defesa sanitária vegetal da SEAPA fiscalizou 497 propriedades certificadas para o comércio de produtos agrícolas, e foram emitidas mais de 54 mil permissões de trânsito para esses produtos.

Ainda dentro da área de defesa agropecuária, foi aprovada, em julho de 2012, e em seguida colocada em prática, a lei que cria o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF-RS). Tal Sistema prevê a liberação do comércio intermunicipal às agroindústrias credenciadas junto aos Serviços de Inspeção

Municipal (SIM), cujos municípios ou consórcios aderissem ao SUSAF-RS. Até o final de 2012, 28 municípios solicitaram a adesão.

Em 2012, a SEAPA ainda trabalhou no Plano Safra RS 2012/2013, o segundo plano estadual. Nessa edição, a Secretaria ampliou e fortaleceu projetos como o Mais Água, Mais Renda, Correção da Acidez do Solo, Mais Leite, Vitivinicultura, todos os que visam à defesa sanitária animal e vegetal, Rotação de Culturas em Terras Baixas e o Dissemina – sendo esses dois últimos executados com o IRGA e a FEPAGRO, respectivamente. As reestruturações e modernizações físicas do Parque de Exposições Assis Brasil, das 248 Inspetorias de Defesa Agropecuária e do Laboratório de Enologia também foram incorporadas ao Plano Safra RS 2012/2013.

A **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** tem como missão produzir conhecimento e promover a geração de tecnologias e serviços, tendo como princípios o aumento da renda no setor primário e a responsabilidade social e ambiental, evidenciando a pesquisa agropecuária como fator estratégico para o desenvolvimento sustentável.

No PPA 2012-2015, a FEPAGRO possui responsabilidade sobre ações em dois programas finalísticos: Carne Gaúcha – A Melhor Carne do Mundo e Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária.

Dentro do programa Carne Gaúcha, a Fundação trabalha para a execução da ação Incremento Genético da Bovinocultura em Sistemas de Agricultura e Pecuária Familiar. Em 2012, foi estruturado e posto em prática o Projeto Dissemina, que visa estimular o incremento da qualidade genética da pecuária de carne e de leite em sistemas familiares do Rio Grande do Sul por meio da inseminação artificial.

Os beneficiários serão agricultores e pecuaristas familiares dos municípios que aderirem ao projeto. Para aderir ao projeto, o município deverá ter responsável técnico, com formação na área de Zootecnia ou Medicina Veterinária, e equipe de inseminadores devidamente capacitados. Para os responsáveis técnicos será exigida frequência em Curso de Aperfeiçoamento sobre Melhoramento Genético de Rebanho Bovino a ser ofertado pela FEPAGRO, que possui carga horária e conteúdo programático adequados aos objetivos do Dissemina. A comprovação da capacitação dos inseminadores se dará através da apresentação de certificado de aprovação em cursos de inseminação artificial, com carga horária mínima de 40 horas. O Projeto Dissemina terá início através de um projeto-piloto envolvendo 30 municípios.

Em 2012, a Fundação realizou dois cursos para capacitação de responsáveis técnicos dos referidos municípios que farão parte do projeto-piloto. Para viabilização do Programa, foi aprovado projeto no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no valor de R\$ 1.461.114,00 para aquisição de veículo e equipamentos de inseminação artificial a serem repassados aos municípios. O material genético a ser utilizado no Programa será fornecido pelo Centro de Biotécnicas Reprodutivas (CBR), via Central Riograndense de Inseminação Artificial (CRIA), em processo de instalação no Centro de Pesquisas da FEPAGRO, em Hulha Negra. A seleção de raças para a disponibilização das doses de sêmen bovino será realizada levando-se em consideração as características zootécnicas dos rebanhos existentes no Rio Grande do Sul, bem como as características das propriedades selecionadas pelos municípios.



O Programa Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária tem por objetivos ampliar e qualificar a produção de conhecimentos científicos, de forma a proporcionar maior produtividade e competitividade à agropecuária gaúcha.

Nesse sentido, a FEPAGRO, através do Centro Estadual de Meteorologia (CEMET), busca disponibilizar serviços de previsão de tempo e clima, de forma eficiente e eficaz, aos diversos setores da sociedade, bem como realizar pesquisas na área de agrometeorologia, relacionando as variáveis meteorológicas às atividades agropecuárias.

A equipe de meteorologistas e técnicos de apoio garantirá um serviço ágil de previsão de tempo e clima aos usuários das áreas de agricultura, defesa civil, energia, meio ambiente, saúde pública, entre outros. A equipe de pesquisadores em agrometeorologia continuará desenvolvendo pesquisas relacionadas aos impactos dos elementos meteorológicos e climáticos sobre a definição de rendimentos, zoneamentos agrícolas, épocas de semeadura e necessidades hídricas das principais culturas agrícolas do Estado, bem como análises de variabilidade, tendências e mudanças climáticas.

Em 2012, o CEMET disponibilizou à população 300 boletins de previsão do tempo, 13 Notas Técnicas de interesse da agropecuária, além de elaborar, semanalmente, informações sobre condições meteorológicas para serem publicadas no Informativo Conjuntural da EMATER-RS.

Dentro do programa de pesquisa, a FEPAGRO iniciou o Projeto Inoculantes. Para tanto, foram aprovados, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, dois projetos cujos valores são de R\$ 175.314,00 e R\$ 429.555,12. Com esses recursos, a Fundação desenvolverá atividades na área de microbiologia agrícola com ações relacionadas à Fixação Biológica de Nitrogênio, processo pelo qual o nitrogênio é captado da atmosfera, onde se caracteriza pela sua forma molecular relativamente inerte ( $N_2$ ), e é convertido em compostos nitrogenados (como amônio ou nitrato) usados em diversos processos químico-biológicos do solo, especialmente importantes para a nutrição de plantas.

As ações de pesquisa serão realizadas pela FEPAGRO, no Laboratório de Microbiologia Agrícola, localizado em Porto Alegre. Serão isoladas bactérias promotoras de crescimento vegetal com vistas à produção de inoculantes. Os inoculantes para fixação biológica de nitrogênio são produtos desenvolvidos a partir de bactérias do solo capazes de estabelecer uma associação com as plantas e possibilitar o fornecimento de nitrogênio a elas. O nitrogênio é um dos nutrientes mais importantes para os sistemas agrícolas e, na maioria das vezes, não está disponível em quantidade suficiente no solo. Dessa forma, as pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Microbiologia Agrícola serão desenvolvidas visando à elaboração de inoculantes baseados em bactérias promotoras de crescimento vegetal que se associam ao milho e trigo adaptadas às condições de solo do Rio Grande do Sul, com vistas a substituir total ou parcialmente os fertilizantes químicos.

Em 2012, a FEPAGRO teve o seu pedido de melhoria da infraestrutura de 20 dos seus centros de pesquisa contemplado no financiamento que o Estado do Rio Grande do Sul aprovou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Já foram liberados recursos para a elaboração dos projetos técnicos e seus estudos – atualmente, os termos de

referência desses projetos estão sendo finalizados pela Secretaria de Obras do Estado e encaminhados à CELIC.

Cabe destacar o esforço que a FEPAGRO tem feito para a revitalização das suas unidades – centros de pesquisa e áreas experimentais. Foi adotado o modelo de parceria com outras instituições de pesquisa e ensino, em que a Fundação cede a área e a outra instituição traz os seus recursos para a execução conjunta de pesquisas, e até ensino e extensão, conjuntas. Entre as instituições que concretizaram parceria ou estão a caminho de fazê-lo estão o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – essa última a maior parceira, uma vez que a FEPAGRO a entende como instituição coirmã.

Por fim, ainda no ano passado, a FEPAGRO reformulou a sua logomarca e o seu *website*, tornando-os mais agradáveis e de mais fácil comunicação com a sociedade.

O **Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)** tem por missão promover o desenvolvimento sustentável do setor orizícola gaúcho, por meio da geração e difusão de conhecimentos, informações e tecnologias, bem como propor políticas de interesse setorial e do consumidor.

Buscando concretizar a sua missão, o IRGA tem trabalhado, dentro do Programa Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário, com duas ações – Mais Terra, Mais Alimento e Orizicultura e Sustentabilidade – e, no Programa Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária, com a ação Pesquisa para a Orizicultura.

A ação Mais Terra, Mais Alimento visa fomentar a aquisição de terras por pequenos orizicultores – a meta é que, até 2015, sejam contemplados 1.000 agricultores. Durante o ano de 2012, se buscou a parceria junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e a inserção, no Plano Nacional de Crédito Fundiário, de uma modalidade específica de crédito para a operacionalização da ação.

A ação Orizicultura e Sustentabilidade abarca a maior parte das iniciativas de fomento executadas pelo IRGA. Em 2012, o órgão deu início ao projeto “Armazenamento na Propriedade Rural”, visando conservar a qualidade do arroz produzido no Estado e reduzir as perdas relacionadas à pós-colheita. O IRGA, em parceria com a EMATER, disponibiliza técnicos para a elaboração do projeto de silo-secador-armazenador, capacitação dos orizicultores beneficiados e acompanhamento técnico para implantação e uso da infraestrutura, além de facilitar o acesso ao crédito. O público-alvo é composto por pequenos e médios produtores. No ano passado, foram elaborados os projetos de engenharia dos silos, o Manual de Construção dos Silos Modulados IRGA e construída uma unidade demonstrativa, com capacidade para 10.000 sacos, no município de Formigueiro. Também foi realizado um curso, intitulado Fundamentos para Secagem e Armazenamento de Grãos de Arroz, na Escola Estadual Agrícola de Cachoeirinha, contando com 102 participantes.

Uma atividade de grande importância, prestada pelo IRGA, para os orizicultores é a assistência técnica e extensão rural. Esses são trabalhos de atendimento aos produtores nas áreas que envolvem a cadeia produtiva do arroz. Têm abrangência na totalidade da área de

cultivo do arroz no Estado, através das Equipes Regionais de Uruguaiana, Dom Pedrito, Cachoeira do Sul, Pelotas, Guaíba e Santo Antônio da Patrulha e seus respectivos Núcleos de Assistência Técnica e Extensão Rural, que estão sediados em 39 municípios arrozeiros. Essa estrutura atinge 142 municípios do Rio Grande do Sul onde se cultiva arroz irrigado. A assistência técnica e extensão rural tem o propósito de levar ao produtor o conhecimento e a aplicação do processo tecnológico e gerencial da lavoura de arroz irrigado.

O acompanhamento da safra de arroz feito pelo IRGA mostra que, no período 2012/2013, a intenção de plantio é de 1.063.681 hectares e que, na primeira semana de dezembro, já haviam sido semeados 97,4% desse total.

Em 2012, o Instituto realizou mais de 15,4 mil atendimentos, no escritório e no campo, auxiliou mais de 5.000 produtores com seus serviços técnicos (levantamentos topográficos, projetos de irrigação e drenagem, cálculos e dimensionamento de canais, levantes e barragens, análises de solo e sementes, orientação técnica na implantação e condução das lavouras) e atendeu com serviços de assistência técnica e extensão rural quase 9.000 produtores. Ainda na busca por excelência técnica na produção, o IRGA realizou eventos de difusão de tecnologia (palestras, dias de campo, seminários e reuniões), que tiveram mais de 6.400 participantes, e outros eventos de capacitação, que alcançaram mais de 1.200 produtores – esses eventos contemplam todas as atividades do produtor dentro da propriedade: preparo antecipado do solo, época ideal de semeadura, qualidade e densidade das sementes, amostras de solo, controle fitossanitário, preservação da qualidade na colheita e nos processos de pós-colheita e gestão da propriedade.

Para melhorar as condições em que ocorrem as capacitações, o IRGA planeja a construção, na Estação Experimental de Cachoeirinha, do Centro de Excelência em Difusão de Tecnologias. O projeto do Centro possui financiamento para sua construção aprovado pelo BNDES.

Ainda no sentido de levar informação ao produtor, e a qualquer outro interessado, em 2012, o Instituto publicou 30.000 exemplares da Revista Lavoura Arrozeira e 5.000 do livro Projeto 10. Também foi lançado um *software*, o Adubarroz, com a finalidade de orientação aos produtores e técnicos ligados ao setor para que possam, com base nas análises e suas respectivas interpretações, determinar as quantidades corretas de fertilizante e corretivo a serem aplicadas de forma econômica e tecnicamente eficiente e eficaz.

O IRGA tem a atribuição legal de indenizar orizicultores que tiverem suas lavouras atingidas por granizo (até o dia 30 abril de cada ano). Em 2012, foram efetivadas 10 indenizações, totalizando R\$ 709.195,35, distribuídos por seis municípios gaúchos.

Município	Total das Indenizações
Aceguá	R\$ 264.416,95
Mostardas	R\$ 332.511,24
Nova Santa Rita	R\$ 44.946,89
São Lourenço do Sul	R\$ 29.215,56
Tapes	R\$ 22.329,62
Taquari	R\$ 18.775,09

No que tange à comercialização e agregação de valor ao cereal, o IRGA tem atuado em duas frentes: os usos alternativos e aumento do consumo de arroz e diferenciação do produto. Com relação aos usos alternativos do arroz, e o seu conseqüente aumento do consumo, tem-se trabalhado na divulgação das possibilidades culinárias do cereal, através da participação em eventos – em 2012, o Instituto esteve presente em 63 eventos para fazer a divulgação –, e na difusão de informações nutritivas entre os formadores de opinião (médicos, nutricionistas, jornalistas, etc.).

As atividades que visam à maior agregação de valor ao grão estão dentro da ação Pesquisa para a Orizicultura e merecem destaque o Selo Ambiental e a produção de arroz orgânico.

O Selo Ambiental visa reconhecer os produtores de arroz cujos manejos da lavoura de arroz e da propriedade rural estejam em conformidade com a legislação ambiental e que desenvolvam ações para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos na atividade agrícola. Em 2012, foram concedidos 28 títulos do Selo Ambiental. No quadro abaixo, estão expostos o número de Selos e as localidades.

<b>Município</b>	<b>Nº Selos Ambientais Concedidos em 2012</b>
Alegrete	04 Selos
Cachoeira do Sul	01 Selo
Capivari do Sul	01 Selo
Itaqui	01 Selo
Mostardas	01 Selo
Palmares do Sul	03 Selos
Rio Grande	01 Selo
Santo Antônio da Patrulha	03 Selos
São Borja	04 Selos
São Gabriel	01 Selo
Uruguaiana	08 Selos

A produção de arroz utilizando o sistema orgânico/biodinâmico é incentivada pelo IRGA, para diminuir os custos da produção, reduzir a quantidade de agroquímicos necessários e para agregação de valor ao grão, uma vez que a sociedade tem a percepção da diferenciação desse produto. O incentivo à produção de arroz orgânico tem ocorrido através da implantação de lavouras-escola. A tecnologia nelas utilizada é de baixo custo e pode ser aplicada em diversas escalas, permitindo o manejo em áreas pequenas e médias, típicas da agricultura familiar. Foram implantadas duas lavouras-escola no ano de 2012: uma no Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul e outra no Assentamento Novo Horizonte, na Fronteira Oeste do Estado.

A busca pela maior sustentabilidade da lavoura de arroz continua na atividade de rotação e sucessão de culturas. Essa visa à elevação da produtividade dos cultivos através da melhoria das condições físicas, químicas e biológicas do solo, através do efeito complementar gramínea x leguminosa, otimizando o uso de recursos naturais, insumos e estrutura física das propriedades e buscando o melhor retorno econômico juntamente com a preservação e o aprimoramento das condições de cultivo das áreas ao longo do tempo. Sendo assim, o IRGA

instalou 55 lavouras demonstrativas, em 23 municípios, com a finalidade de divulgação de cultivares de arroz, soja e milho e sistema de manejo para essas culturas.

Ainda nesse sentido de busca por sustentabilidade da lavoura, o IRGA, através da Estação Experimental de Cachoeirinha, lançou a cultivar de soja TECIRGA 6070RR adaptada para o cultivo na várzea.

A ação Pesquisa para a Orizicultura também abarca outras atividades de pesquisa de grande importância para o setor produtivo. Elas buscam cultivares e sistemas de alto potencial produtivo e qualidade adequada às exigências do mercado consumidor e inserção de novas tecnologias nas cultivares híbridas desenvolvidas. Em 2012, foram efetuadas 112 ações de pesquisa em cultivares, manejo da água de irrigação, fertilidade do solo e controle de pragas e doenças, distribuídas em 16 municípios da região arrozeira.

Município	Nº de Ações de Pesquisa
Agudo	01
Bagé	02
Cachoeira do Sul	08
Camaquã	06
Capivari do Sul	03
Charqueadas	01
Palmares do Sul	01
Pelotas	01
Porto Alegre	63
Restinga Seca	04
Rio Grande	01
Santa Vitória do Palmar	02
São Gabriel	02
São Lourenço do Sul	01
Uruguaiana	10
Viamão	06

O IRGA ainda tem a importante função de garantir a qualidade das sementes utilizadas nas lavouras de arroz. Assim, em 2012, foram vistoriados mais de 12.000 hectares de campos de produção de sementes no Rio Grande do Sul.

A **Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)** é uma sociedade anônima de economia mista, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio e tem no Estado do Rio Grande do Sul o seu acionista majoritário. Foi criada em dezembro de 1952, com a finalidade de suprir o setor agrícola de uma infraestrutura de armazenagem compatível com as crescentes safras gaúchas.

O objetivo principal da CESA é assegurar uma conveniente estocagem, tratamento e preservação de produtos perecíveis e deterioráveis confiados a sua guarda, possibilitando regular o fluxo das safras e facilitar a sua comercialização, já que é a entidade responsável pela política oficial de armazenamento do Rio Grande do Sul.

A CESA conta com uma rede operacional constituída de silos, armazéns graneleiros e convencionais, armazéns de carga geral e frigoríficos polivalentes. Ela atende a uma área de

influência de 300 municípios e está estrategicamente distribuída junto a 24 diferentes zonas de produção e escoamento.

Atualmente, a Companhia conta com 22 unidades de silos e armazéns, realizando o recebimento, a análise, a limpeza, a secagem, o expurgo, a estocagem, a expedição e o transbordo de grãos e farelos – em 2012, a CESA recebeu mais de 412,5 mil toneladas nessas unidades. Já nos dois frigoríficos, a entidade recebeu mais de 2,2 mil toneladas de produtos para a pesagem, o resfriamento, o congelamento técnico, o beneficiamento, a padronização e expedição e a embalagem de produtos de origem vegetal e animal.

Durante o ano de 2012, a CESA trabalhou em duas grandes tarefas: a consolidação da recuperação operacional e a reorganização administrativa da Companhia.

No que tange à recuperação operacional, no ano passado, a CESA já obteve resultado operacional superavitário, conseguido através da elevação das receitas, da forte ação de redução de gastos e da centralização da cobrança das tarifas – o que proporcionou um controle mais efetivo dos recursos financeiros.

A recuperação administrativa da CESA passou, especialmente, pela área da Contabilidade. Atualmente, consegue-se obter dados e informações fidedignos, com a tempestividade necessária, possibilitando um melhor gerenciamento dos recursos e suas aplicações, bem como prestar contas, através de balancetes mensais e balanços, dentro dos prazos, aos conselhos da Companhia e aos órgãos de controle do Estado.

### **Ações para 2013**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
SEAPA	Cadeias produtivas e fomento agropecuário	Fomento à cadeia produtiva do feijão
SEAPA	Cadeias produtivas e fomento agropecuário	Apoio à ovinocultura
SEAPA	Cadeias produtivas e fomento agropecuário	Correção do solo
SEAPA	Cadeias produtivas e fomento agropecuário	Fomento à cadeia da silvicultura
SEAPA	Cadeias produtivas e fomento agropecuário	Fomento aos produtos de base agropecuária
SEAPA	Cadeias produtivas e fomento agropecuário	Apoio à cadeia produtiva do leite
SEAPA	Cadeias produtivas e fomento agropecuário	Fomento à fruticultura
SEAPA	Cadeias produtivas e fomento agropecuário	Política estadual de uva e vinho
SEAPA	Pesquisa e inovação tecnológica agropecuária	Inovação tecnológica
SEAPA	Carne gaúcha - a melhor carne do mundo	Implementação do módulo de rastreabilidade no sda
SEAPA	Carne gaúcha - a melhor carne do mundo	Rastreabilidade dos bovinos e certificação de propriedade
SEAPA	Promoção da defesa agropecuária - sanidade animal e vegetal	Defesa sanitária vegetal
SEAPA	Promoção da defesa agropecuária - sanidade animal e vegetal	Educação sanitária e comunicação social
SEAPA	Promoção da defesa agropecuária - sanidade animal e vegetal	Defesa agropecuária
SEAPA	Promoção da defesa agropecuária - sanidade animal e vegetal	Inspeção de produtos de origem vegetal
SEAPA	Promoção da defesa agropecuária - sanidade animal e vegetal	Defesa em saúde animal
SEAPA	Promoção da defesa agropecuária - sanidade animal e vegetal	Inspeção de produtos de origem animal
IRGA	Cadeias produtivas e fomento agropecuário	Orizicultura e sustentabilidade

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
IRGA	Pesquisa e inovação tecnológica agropecuária	Pesquisa para a orizicultura
FEPAGRO	Pesquisa e inovação tecnológica agropecuária	Resgate da missão da fepagro e incentivo à produtividade científica
FEPAGRO	Pesquisa e inovação tecnológica agropecuária	Resgate, registro e proteção dos cultivares das diversas espécies vegetais desenvolvidas pela fepagro
FEPAGRO	Pesquisa e inovação tecnológica agropecuária	Implementação do centro estadual de previsão e monitoramento para a prevenção de desastres naturais relacionados a fenômenos climáticos
FEPAGRO	Pesquisa e inovação tecnológica agropecuária	Implementação do programa abc (agricultura de baixa emissão de carbono)
FEPAGRO	Pesquisa e inovação tecnológica agropecuária	Qualidade em ensaios laboratoriais
FEPAGRO	Carne gaúcha - a melhor carne do mundo	Incremento genético da bovinocultura em sistemas de agricultura e pecuária familiar
CESA	Cadeias produtivas e fomento agropecuário	Armazenagem da produção agrícola e pecuária gaúcha

## Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

### *Ciência, Tecnologia Inovação no DNA gaúcho*

Inovação. Tecnologia. Ainda que sejam palavras recentes para muitos setores, elas estão presentes no DNA gaúcho. Já em 1919, o Governo do Estado começou a investir em pesquisa científica a partir da criação da primeira Estação Experimental, no município de Veranópolis. A posterior instalação de outras estações experimentais em diversas regiões seria responsável por impulsionar decisivamente a agropecuária no Rio Grande do Sul.

Com base na necessidade de avançar em outras áreas, foi criado, em 1942, o Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul (ITERS). Já a pesquisa no meio acadêmico gaúcho foi impulsionada anos mais tarde, em 1964, com o surgimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Durante a década de 1970, ampliou-se o processo de industrialização. Nesse período, o Estado viveu a expansão de setores como o mecânico e o de material de transporte. Também por isso, a crescente importância da pesquisa para o desenvolvimento da produção gaúcha provocou avanços significativos no ITERS, fazendo com que, em 1972, surgisse, em seu lugar, a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) para prestar serviços tecnológicos a empresas públicas e privadas.

Passados 15 anos, o Estado criou um órgão específico para gerir a área. Surgiu, em 1987, a Secretaria Extraordinária da Ciência e Tecnologia que, três anos depois, após aprovação pela Assembleia Legislativa, foi batizada como Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. Em 2011, o órgão passou a ter o nome atual: **Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT)**.

A essa estrutura agrega-se, também, a **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)**, aportando importante estrutura acadêmica de ensino universitário e pesquisa.

As ações da área de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico estão organizadas, no Plano Plurianual 2012-2015, nos seguintes programas:

- RS Tecnópole, que tem por objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, através da articulação de atores das Universidades, dos Setores Produtivos e do Poder Público, em todas as regiões do Estado, visando fomentar

a cultura da inovação e do empreendedorismo, oportunizar o desenvolvimento regional, impulsionar os habitat de inovação e constituir uma rede estadual de parques científicos e tecnológicos, respeitando as características regionais e, com isso, estimulando os setores estratégicos e valorizando o potencial humano existente no Estado.

- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, voltado ao fortalecimento da pesquisa científica e à criação de condições para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul, com ações desenvolvidas pela FAPERGS.
- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços, cujo objetivo é estimular a competitividade do setor produtivo gaúcho através de estímulo à capacitação e à inovação na produção do conhecimento, desenvolvimento e transferência de tecnologias inovadoras, aumento do valor agregado dos produtos e processos, qualificação, atração e fixação de recursos humanos e de empresas de base tecnológica, além da viabilização de captação de recursos para ciência, tecnologia e inovação. Suas ações são desenvolvidas no âmbito da CIENTEC.
- Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública, que tem como objetivo estabelecer serviços integrados de ensino, pesquisa e extensão, articulados com as realidades regionais e com as áreas de conhecimento da UERGS (Ciências Humanas, Ciências Exatas e Engenharias, Ciências da Vida e do Meio Ambiente).
- Inclusão Social e Promoção Acadêmica, que visa prover programas de estímulo para o desenvolvimento acadêmico do público-alvo e viabilizar o acesso, a permanência e a formação do público hipossuficiente economicamente e/ou com deficiência nos serviços universitários.

#### *Programa RS TECNÓPOLE*

Articular universidades, setores produtivos e poder público em torno de uma cultura de inovação. A partir de ações práticas, esse é o objetivo do Programa RS Tecnópole, programa base da matriz estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Somente em 2011, foram investidos mais de R\$ 44 milhões, gerando oportunidades para universidades e empresas. Com um olhar voltado para o futuro, o RS Tecnópole identifica e promove setores estratégicos para o Estado. O Programa conta com recursos das operações de crédito firmadas pelo Governo do Estado com o BNDES e com o BIRD e, no ano de 2012, movimentou recursos de mais de R\$ 14 milhões, aplicados especialmente na ação de Apoio aos Parques e Polos Tecnológicos, o carro-chefe das ações de apoio do Governo do Estado voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e ao fomento à inovação.

Um dos eixos de atuação do Programa é o estabelecimento de uma rede de parques científicos e tecnológicos no Rio Grande do Sul. Fortemente ligados às universidades, esses empreendimentos geram inovação, para eles convergindo empresas de tecnologia e profissionais altamente qualificados, gerando postos de trabalho, investimentos privados e criando produtos e serviços essenciais ao desenvolvimento do Estado.

O Programa atua no desenvolvimento tecnológico regional, prevendo ações para regiões específicas através de políticas de incentivo, com atração e retenção de investimentos de alto valor agregado. Atualmente, três linhas de ações regionais estão propostas: Polo Metropolitano de Alta Tecnologia; Polo Naval e Interiorização do Desenvolvimento Tecnológico.

#### *- Parques Científicos e Tecnológicos*

O foco do Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTEC) reside em criar, no Rio Grande do Sul, ambientes para a instalação de empresas inovadoras, além de centros de pesquisa e desenvolvimento de grandes empresas – locais que impulsionem o empreendedorismo, favoráveis à competitividade, e que incentivem práticas tecnológicas. e é



## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Com olhar na inovação e na sustentabilidade, P programa foi criado em 2009, e conta, atualmente, com 15 parques credenciados em diferentes regiões, dos quais três estão consolidados, como mostrado no quadro a seguir, havendo espaço para uma rede ainda maior.

Parque	Instituição	Região	Estágio
TECONO PUC	PUC RS	Metropolitana – Delta do Jacuí	Consolidado
TECNOSINOS	UNISINOS	Vale do Sinos	Consolidado
VALETEC	FEEVALE	Vale do Sinos	Consolidado
UFRGSPARQUE	UFRGS	Metropolitana – Delta do Jacuí	Em implantação
PCI – Parque Canoas de Inovação	PM Canoas	Metropolitana – Delta do Jacuí	Em implantação
ULBRATECH	ULBRA	Metropolitana – Delta do Jacuí	Em implantação
Parque Ecotecnológico do Vale do Caí	UCS	Vale do Caí	Em implantação
Parque Científico e Tecnológico do Planalto Médio	UPF	Produção	Em implantação
Parque Científico e Tecnológico da URI	URI	Médio Alto Uruguai	Em implantação
Parque científico e Tecnológico do Vale do Taquari	UNIVATES	Vale do Taquari	Em implantação
TECNOUNISC	UNISC	Vale do Rio Pardo	Em implantação
TECNOPARQUE	UFSM		Em implantação
PAMPATEC	UNIPAMPA	Fronteira Oeste/Campanha	Em implantação
TECNOSUL	PM Pelotas	Sul	Em implantação
OCEANTEC	FURG	Sul	Em implantação

Os parques são resultado da união de esforços entre universidades, governos e empresas e podem ser responsáveis pela reconfiguração urbana e econômica de uma cidade ou região. Dos parques credenciados, três estão consolidados e são responsáveis pela geração de empregos qualificados, pela troca de tecnologia e pela atração de investimentos de empresas locais e multinacionais.

Até 2014, o Governo do Estado disponibilizará R\$ 50 milhões, sendo que, pelo menos, 60% desses recursos serão destinados aos 12 parques que estão em processo de consolidação. Cada um deles será responsável por catalisar oportunidades para empresas já estabelecidas interessadas em investir em inovação, para novos negócios, e também para o emprego de profissionais altamente capacitados.

### - RS Incubadoras

As incubadoras são responsáveis por fazer a conexão entre pesquisa científica, transferência de tecnologia e desenvolvimento de novos produtos. Para dar suporte a esse tipo de atividade no Estado, foi criado, em 2012, o programa RS Tecnópole de Apoio às Incubadoras de Base Tecnológica e de Indústria Criativa.

Responsáveis por acompanhar projetos desde a sua concepção, as incubadoras dão apoio a novas ideias e negócios. Elas abrem novos mercados no Rio Grande do Sul, estimulando a economia das regiões onde estão inseridas. A consolidação das incubadoras contribui para a atração de investimentos em atividades com foco no conhecimento e inovação tecnológica, relacionados a diversos setores.

Novas incubadoras podem se inscrever a qualquer momento para captar recursos do programa, já que há editais para a liberação de verbas a cada ano, com número crescente de projetos disputando a seleção.

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Atualmente, existem 19 incubadoras de base tecnológica e de indústria criativa credenciadas no Programa, espalhadas em diferentes regiões gaúchas, e que integram o sistema de ciência, tecnologia e inovação do Estado.

### - Polos Tecnológicos

Os Polos Tecnológicos podem nascer de uma ideia individual, ou de um projeto de pesquisa. Não precisam necessariamente de uma grande estrutura e são responsáveis por disseminar a transferência tecnológica e inovação no Estado.

Criado em 1989, o programa que apoia os polos tecnológicos gaúchos tem forte impacto nas comunidades regionais. Atualmente, o Estado possui 26 deles, distribuídos em 24 regiões, e que se transformaram em modelo de descentralização do desenvolvimento tecnológico.

O público-alvo são universidades, COREDEs, municípios, empresas, associações, entre outros. Na formação dos Polos, esses atores em conjunto definem as unidades executoras e as áreas de atuação. O apoio aos projetos dos polos ocorre através de editais ou pela Participação Popular Cidadã, em que a parceria com empresas locais, comprometidas com o desenvolvimento de novas tecnologias e inovação, é importante.

Atualmente, são 26 Polos Tecnológicos localizados em 24 regiões do Estado, tendo como unidades executoras as universidades e faculdades locais. São os seguintes os Polos Tecnológicos:

<b>Polo</b>	<b>Região</b>	<b>Área de atuação</b>	<b>Unidade executora</b>	<b>Criação</b>
Polo de Inovação Tecnológica do Alto da Serra do Botucaraí	Alto da Serra do Botucaraí	Pedras, Gemas e Joias; Agricultura e Alimentos; Turismo	Universidade de Passo Fundo - UPF	abr/2012
Polo de Modernização Tecnológica do Alto Jacuí	Alto Jacuí	Biotecnologia em agropecuária	Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ	out/1993
Polo de Modernização Tecnológica da Campanha	Campanha	Carboquímica e Mineração; Tecnologia Agrícola e Pecuária; Agroindústria; Energia e Meio Ambiente	Universidade da Região da Campanha – URCAMP	mar/1993
Polo de Inovação Tecnológica Campos de Cima da Serra	Campos de Cima da Serra	Agroindústria; Agropecuária; Desenvolvimento Industrial; Turismo; Meio Ambiente	Universidade de Caxias do Sul – UCS; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS; Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO	out/2007
Polo de Modernização Tecnológica da Região Centro	Central	Agropecuária Industrial; Engenharia; Saúde	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI (Campus Santiago)	dez/1993
Polo de Inovação Tecnológica da Região Centro-Sul	Centro-Sul	Agroindústria	Faculdade de Formação de Professores e Especialistas de Educação – FAFOPEE; Faculdade Camaquense de Ciências Contábeis e Administração – FACCCA; Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	dez/2001
Polo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Fronteira Noroeste	Fronteira-Noroeste	Metal-Mecânica, Tecnologia de Alimentos, Construção Civil	Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS – UNIJUÍ	nov/1989
Polo de Modernização Tecnológica da Fronteira Oeste	Fronteira-Oeste	Piscicultura em Propriedades Rurais;	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS II;	mar/1993

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Polo</b>	<b>Região</b>	<b>Área de atuação</b>	<b>Unidade executora</b>	<b>Criação</b>
Oeste		Cultivo de Hortigranjeiros com Plasticultura; Desenvolvimento da Bacia Leiteira	Universidade da Região da Campanha – URCAMP; Fundação Maronna; Escola Agrotécnica Federal de Alegrete	
Polo de Inovação Tecnológica do Litoral Norte	Litoral Norte	Agropecuária; Agroindústria; Indústria de Malhas e Confecções; Indústria Moveleira; Meio Ambiente; Pesca e Aquicultura; Tecnologia da Informação; Suporte Científico e Tecnológico ao Turismo	Universidade Luterana do Brasil – ULBRA (Campus Torres); Universidade do Estado do Rio Grande do Sul – UERGS (Campus Cidreira); Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Campus Imbé); Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (Campus Capão da Canoa); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO; Faculdades Cenecistas de Osório – FACOS	dez/2004
Polo de Modernização Tecnológica do Médio Alto Uruguai	Médio Alto Uruguai	Agroindústria; Agropecuária; Mineralogia	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI (Campus Frederico Westphalen)	set/1995
Polo de Modernização Tecnológica das Missões	Missões	Engenharia de Projetos e Produtos; Energia e Meio Ambiente; Processos de Informática Industrial; Diversificação Agropecuária; Qualidade Industrial	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI (Campus Santo Ângelo)	jan/1996
Polo de Inovação Tecnológica da Região Nordeste	Nordeste	Agroindústria; Agropecuária; Indústria de Transformação; Meio Ambiente	Universidade de Passo Fundo – UPF; Universidade de Caxias do Sul – UCS; Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI (Campus Erechim)	ago/2003
Polo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Noroeste Colonial	Noroeste Colonial	Agropecuária; Eletroeletrônica; Informática; Metal-Mecânica	Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS – UNIJUÍ	nov/1989
Polo de Modernização Tecnológica do Norte	Norte	Agropecuária; Tecnologia de Alimentos; Energia e Meio Ambiente; Desenvolvimento Industrial	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI (Campus Erechim)	set/1995
Polo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Alimentos e Metal-Mecânica	Produção	Alimentos; Metal-Mecânica	Universidade de Passo Fundo – UPF	set/1995
Polo de Inovação Tecnológica do Rio da Várzea	Rio da Várzea	Agricultura e agropecuária; agroindústria; alimentos; têxtil	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Centro de Educação Superior Norte (CESNORS); Universidade de Passo Fundo - UPF (Campus Sarandi)	dez/2012
Polo de Modernização Industrial da Região da Serra	Serra	Mecatrônica e Qualidade (Metrologia e Análise); Móveis; Agroindústria; Plásticos	Universidade de Caxias do Sul – UCS	mar/1993
Polo de Modernização	Sul	Pesqueira	Universidade Federal de Rio	mar/1993

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Polo</b>	<b>Região</b>	<b>Área de atuação</b>	<b>Unidade executora</b>	<b>Criação</b>
Tecnológica do Litoral Sul – Setor Pesqueiro			Grande – FURG	
Polo de Modernização Tecnológica de Alimentos da Região Sul	Sul	Alimentos	Universidade Federal de Pelotas – UFPel	mar/1993
Polo de Modernização Industrial da Região Sul	Sul	Modernização Industrial	Universidade Católica de Pelotas – UCPEl	mar/1993
Polo de Inovação Tecnológica do Vale do Caí	Vale do Caí	Cerâmica; Floricultura; Fruticultura; Moveleira; Combustíveis Renováveis (Carvão Vegetal)	Universidade de Caxias do Sul – UCS; Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC	dez/2010
Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Jaguari	Vale do Jaguari	Agropecuária e Agroindústria; Engenharia Agrícola e Engenharia Florestal; Arquitetura e Moveleira; Tecnologia da Informação; Saúde; Turismo	Universidade Regional Integrada – URI (Campus Santiago)	abr/2012
Polo de Inovação Tecnológica do Vale do Paranhana / Encosta da Serra	Vale do Paranhana / Encosta da Serra	Meio Ambiente; Automação; Informática	Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT (Faculdade de Ciências Contábeis e Administração, de Informática, de Educação e de Ciências Sociais de Taquara)	dez/2001
Polo de Inovação Tecnológica do Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio dos Sinos	Automação e Informática; Meio Ambiente e Biotecnologia; Couro e Calçados; Agropecuária e Agroindústria; Design; Energia e Telecomunicações	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS; Universidade FEEVALE – FEEVALE; Centro Universitário La Salle – Unilasalle ; Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha	dez/2003
Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo	Vale do Rio Pardo	Alimentos; Materiais; Meio Ambiente	Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC	dez/1993
Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Taquari	Vale do Taquari	Alimentos	Centro Universitário UNIVATES; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC	nov/1993

Em 2012, foram apoiados 25 projetos assim distribuídos:

<b>Polo</b>	<b>Instituição</b>	<b>Projeto</b>
Médio Alto Uruguai	URI	Caracterização dos resíduos de citrus: análises físicas, químicas e bromatológicas visando a sustentabilidade da cadeia produtiva
Vale do Caí	UCS	Síntese de novos compostos bioativos com aplicação em controle biológico em culturas regionais
Produção	UPF	Identificação das espécies botânicas na formação do mel e sua contaminação por defensivos agrícolas
Serra	UCS	O conceito de uma biorrefinaria aplicado a uma propriedade rural
Alto Jacuí	UNICRUZ	Resgate, Multiplicação e produção de germoplasma de Mandioca
Vale do Rio dos Sinos	FEEVALE	Reciclagem de resíduos da indústria de calçados
Central	UFSM	Obtenção de bioherbicida a partir de recursos biológicos do bioma pampa
Vale do Jaguari	URI	Desenvolvimento e aplicação piloto de um cadastro territorial multifinalitário rural

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Polo	Instituição	Projeto
		georreferenciado
Sul Alimentos	UFPEL	Desenvolvimento de metodologia de detecção de agrotóxicos, micotoxinas e alergênicos no controle da produção de alimentos seguros para o fortalecimento do setor produtivo da região sul
Sul Alimentos	UFPEl	Segurança alimentar e Agricultura Sustentável em sistemas de Produção integrada de Arroz irrigado com pecuária de leite em terras baixas de clima temperado
Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	Laboratório de modelagem elétrica, térmica e mecânica de escapulamento de semicondutores
Central	UFSM	Laboratórios de calibração e ensaio para apoio ao desenvolvimento e inovação de produtos e processos
Vale do Caí	UCS	Sensores Magnetoelásticos - Ferramenta inovadora para o monitoramento de propriedades físicas, químicas e biológicas
Central	UFSM	Laboratório de Diagnóstico de Brucelose Animal
Campos de Cima da Serra	UCS	Implementação de uma vitrine tecnológica para os Campos de Cima da Serra
Alto da Serra do Botucaraí	UPF	Implantação do núcleo de competência em análise, identificação e certificação de minerais
Missões	URI	Inovação em irrigação nas Missões
Norte	URI	Análise dos parâmetros do processo de soldagem por fricção em liga de alumínio
Serra	UCS	Obtenção de poliuretanos termoplásticos para transporte de fluídos
Central	UFSM	Produção do biobutanol a partir do sorgo para uso como biocombustível e aproveitamento do sub-produto para a obtenção de olefinas
Médio Alto Uruguai	URI	Época de colheita e qualidade de frutas cítricas
Médio Alto Uruguai	URI	Fortalecimento da Agricultura Familiar através da cadeia produtiva do leite
Vale do Jaguari	URI	Otimização da matéria-prima com vistas ao reaproveitamento dos resíduos descartados pela indústria moveleira
Missões	URI	Agroindústria - Piscicultura - Recursos Hídricos: uma tríade em ajustamento
Missões	URI	Estudo da utilização da cinza da casca de arroz em materiais compósitos

**- Indústria Criativa**

O apoio à indústria criativa, baseada no talento e nas novas ideias dos gaúchos, começa a ganhar força no Rio Grande do Sul. A chamada indústria criativa é responsável por gerar produtos que têm o conhecimento como matéria-prima, gerando trabalho e riqueza por meio da criatividade. Considerado um dos locais com maior potencial de desenvolvimento da indústria criativa, com uso intensivo do conhecimento na busca de novos produtos e negócios, o Rio Grande do Sul tem recebido recursos através do programa de Apoio à Indústria Criativa, criado pela SCIT em 2012.

Diferentes áreas podem se encaixar no conceito de economia criativa. Assim, são beneficiadas empresas de setores como artes visuais, espetáculos, produção de conteúdos e design, publicidade, desenho arquitetônico, vídeo, cinematografia, fotografia, música, jogos eletrônicos, publicação eletrônica, rádio, televisão, moda, entre outros.

**- Rede Rio-Grandense de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Rederiosul**

Constitui objetivo da Rederiosul evidenciar as pesquisas realizadas pelas Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul (ICTs), aproximando-as da sociedade. Criada em 2011, a Rederiosul integra as ações do Pacto Gaúcho pela Educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica e tem, entre as suas responsabilidades, articular os grupos de pesquisa do Estado que possuam afinidades. A articulação em rede promove projetos conjuntos entre pelo menos duas entidades e empresas, gerando novas soluções aos gargalos tecnológicos identificados.

Criando uma teia que une diferentes grupos de pesquisa, o projeto objetiva transferir conhecimento e tecnologia para a sociedade gaúcha. Fomenta a pesquisa, especialmente, em

áreas estratégicas que são essenciais para o desenvolvimento do Estado, como petróleo, gás, energia e tecnologia da informação e comunicação (TICs), entre outros.

Centralizando a gestão dos projetos, a SCIT prioriza o desenvolvimento de iniciativas de interesse regional e não apenas de uma universidade ou instituição. A premissa é unir instituições consolidadas a instituições emergentes, tendo como elo o setor produtivo. Com base na política industrial do Estado, a Rederiosul contribui para o desenvolvimento local e regional, tendo a inovação como fio condutor.

<b>Instituições de Ciência e Tecnologia participantes da REDERIOSUL</b>	
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
FEEVALE	Universidade FEEVALE
UNIFRA	Centro Universitário Franciscano
UNIRITTER	Centro Universitário Ritter dos Reis
UNIVATES	Centro Universitário UNIVATES
FFFCMPA	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
FUC	Fundação Universitária de Cardiologia
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
URCAMP	Universidade da Região da Campanha
URI	Universidade da Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
UCS	Universidade de Caixas do Sul
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
UPF	Universidade de Passo Fundo
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNILASALLE	Centro Universitário La Salle

Em 2012, foi lançado o primeiro edital do projeto Rederiosul, destinando recursos de R\$ 2,5 milhões para projetos de pesquisa nas áreas de petróleo, gás e energia e de tecnologia da informação e comunicação, por meio do qual estão sendo firmados sete convênios.

**- Rede Petro-RS**

Uma rede formada por mais de 600 empresas privadas e instituições de ensino e pesquisa está fazendo frente a um desafio da indústria gaúcha. Desde 1999, a Rede Petro tem sido responsável pelo desenvolvimento da capacitação tecnológica, no Rio Grande do Sul, para o setor de petróleo, gás e outras fontes de energia.

Com o objetivo de somar esforços para multiplicar resultados, a Rede trabalha em projetos conjuntos para geração de oportunidades de negócios, emprego e renda, além de oportunizar a pesquisa tecnológica em áreas cujo ativo principal é a competitividade.

**- Pró-Inovação**

Investir em pesquisa científica e tecnológica dentro das empresas é condição primordial para abrir novos mercados e encontrar soluções para o desenvolvimento organizacional.

Instituído em 2010, o Programa Pró-Inovação é um instrumento fiscal para empresas inovadoras que reduz em até 75% o ICMS incremental gerado pela empresa.

O Programa amplia a sinergia com entidades de pesquisa, poder público e iniciativa privada, aumentando a oportunidade real de aplicar a pesquisa científica e tecnológica no sistema produtivo. A empresa apoiada pode ainda usufruir de outros benefícios fiscais, como o Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS). O programa opera em fluxo contínuo, com prazo de fruição de três anos, podendo ser repactuado por igual período.

Operado em parceria com a SDPI e a SEFAZ, contemplou, em 2012, projetos apresentados por seis empresas dos ramos automotivo, de telecomunicações e de engenharia.

- Inovar para Empreender

O projeto começou com a procura de inventores. Interessado em apoiar empreendedores com projetos inovadores que buscavam auxílio, o Governo do Estado criou o Programa Inovar para Empreender, em articulação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Rede Gaúcha de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (REGINP) e a CIENTEC.

O objetivo é dar oportunidades para projetos de ciência, tecnologia e inovação, que possam impactar as atividades da sociedade, e que necessitam de apoio para seu desenvolvimento e efetiva implementação.

A primeira parte do processo é selecionar projetos que tenham potencial de mercado. O passo seguinte é identificar algum programa do Governo, da SCIT ou de outros órgãos públicos, que tenha ligação com o projeto proposto.

Encontrada a afinidade, o inventor tem a oportunidade de receber apoio financeiro, além de encontrar um parceiro para viabilizar a iniciativa. Inventores são recebidos quinzenalmente pela equipe técnica da SCIT. O projeto é aberto para qualquer pessoa que tenha um projeto diferenciado e com potencial de mercado. Até o momento, 23 projetos foram apresentados e as principais áreas abordadas foram energia e meio ambiente. Em 2012, foi realizada uma audiência para promoção de intercâmbio entre inventores, investidores e empresários.

- Pacto Gaúcho pela Educação

Mais do que o nome do Programa, a expressão Pacto Gaúcho pela Educação representa bem o propósito dessa iniciativa, criada em agosto de 2011. Baseado na união de esforços do Governo, universidades, meio empresarial e trabalhadores, o Pacto Gaúcho pela Educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica é formado por uma rede colaborativa com o objetivo de atender demandas regionais de profissionalização, essenciais ao desenvolvimento do Estado.

Nove programas orientam o trabalho do Pacto. Dentre as ações de destaque, estão a criação da Rede Escola de Governo, que oferta cursos em 30 instituições de ensino superior, e a da Rederiosul.

Em 2012, o Programa foi a base para a criação do PROUNI Rio Grande do Sul, pelo qual serão ofertadas 2.500 vagas até 2014 para formação de tecnólogos para os setores estratégicos da economia gaúcha. O Governo do Estado pretende investir R\$ 12,6 milhões na iniciativa.

Um dos resultados práticos do Pacto é o alto número de inscrições no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) do Governo Federal. Com mais de 31 mil matriculados nos cursos de Formação Inicial e Continuada e três mil vagas ofertadas nos cursos técnicos de nível médio, o Estado é o primeiro no Brasil em inscrições.

A **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)** foi criada pela Lei nº 4.920, de 31 de dezembro de 1964, com a finalidade de ser uma agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Rio Grande do Sul, de acordo com as políticas fixadas para o setor. Vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), é mantida por recursos do Tesouro do Estado, conforme Lei nº 9.103, de agosto de 1990, e recursos provenientes de convênios ou de parcerias.

As ações a cargo da FAPERGS estão organizadas sob o programa Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, pelo qual foram aplicados recursos da ordem de R\$ 35 milhões, em 2012, em ações de concessão de bolsas e auxílios à pesquisa, como detalhado a seguir.

- Bolsas

Em 2012, foram concedidas e/ou mantidas 2.485 bolsas nas seguintes modalidades:

- Bolsa de Iniciação Científica Institucional (PROBIC), que visa estimular o envolvimento de alunos de graduação em pesquisa;
- Bolsa de Iniciação Tecnológica Institucional (PROBIT), visando o envolvimento de alunos de graduação no desenvolvimento tecnológico;
- Bolsas de Mestrado CMH, para professores do ensino estadual, em Ciências, Matemática e Humanidades;
- Bolsas de Mestrado (MEST) e Doutorado (DOUT), para apoiar a formação de recursos humanos, com vigência de até 36 meses;
- Bolsas de complementação de Pós-Doutorado (COMPL-POSDOC), visando aumentar a competitividade dos Programas de Pós-Graduação com a atração e fixação de doutores nos Programas de Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) do RS, com vigência de até 48 meses;
- Doutorado em Inovação Tecnológica (POSDOC-IT), para profissionais com titulação de doutor executarem projetos de inovação tecnológica, no ambiente de empresas localizadas em polos tecnológicos no RS, com vigência de até 24 meses;
- Bolsas de Pós-Doutorado (DOCFIX), com o objetivo de fixar doutores para atuarem em projetos de pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em núcleos de inovação e transferência de tecnologia (NITs) e nos programas de pós-graduação (PPG) gaúchos, com vigência de até 48 meses.
- Continuidade do apoio à concessão de 1.687 bolsas de Iniciação Científica e de 300 bolsas de Iniciação Técnica, iniciado em agosto de 2011, com vigência de até 12 meses.

Região	DOC FIX	BIC	BIT	MEST	DOUT	PÓS-DOC IT	COMPL. PÓS-DOC	CMH	TOTAL
COREDE Alto Jacuí	1	15							16
COREDE Campanha		50	15						65
COREDE Central	17	224	46	1	2	1	2		293
COREDE Metropolitano-Delta do Jacuí	51	802	109	5	2	1	34	7	1011
COREDE Noroeste Colonial		40	5	1	5			2	53
COREDE Norte		45	10	5	5				65
COREDE Paranhana-Encosta da Serra		12							12
COREDE Produção	1	62	6	3	4				76
COREDE Serra	4	80	35	1	12				132
COREDE Sul	23	291	75	1	10		5		405
COREDE Vale do Rio dos Sinos	7	174	50	2	21		1	1	256
COREDE Vale do Rio Pardo	2	50	20	5	3			5	85
COREDE Vale do Taquari		10	5	1					16
<b>TOTAL</b>									<b>2485</b>

Fonte: SISPLAG



MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

- Auxílio à pesquisa

Além da concessão de bolsas, como antes detalhado, a FAPERGS desenvolve ações voltadas ao auxílio às atividades de pesquisa, em que se destacam as seguintes realizações:

<b>Realização</b>	<b>Quantidade de projetos apoiados</b>
Participação em Eventos: apoio a pesquisadores doutores para participação em eventos científicos, no Brasil e no exterior, com vistas à apresentação de trabalhos.	169
Organização de Eventos: apoio à realização de eventos científicos.	115
Pesquisador Gaúcho: apoio à execução de projetos de pesquisa em ciência, tecnologia ou inovação que contribuam para o desenvolvimento destas áreas no Rio Grande do Sul, em qualquer área do conhecimento, Edital 2011.	132
Pesquisador Gaúcho: visa apoiar a execução de projetos de pesquisa em ciência, tecnologia ou inovação que contribuam para o desenvolvimento destas áreas no Rio Grande do Sul, em qualquer área do conhecimento, Edital 2012.	155
Pesquisador na Empresa: objetiva a concessão de bolsas para alunos de doutorado, regularmente inscritos em Programas de Pós-Graduação devidamente aprovados pela CAPES e oferecidos por instituições de ensino públicas ou privadas sem fins lucrativos, com sede no RS, para executarem projetos de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação referente às suas teses, no ambiente das empresas, de pequeno e médio porte, sediadas no Estado do RS.	15
PROCOREDES VIII: visa operacionalizar a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento relacionados com os temas estabelecidos no Processo de Participação Popular – 2010/2011 e incentivar o desenvolvimento de atividades de pesquisa inovadoras que busquem soluções para problemas das diferentes regiões do Estado.	8
PROCOREDES IX: visa operacionalizar a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento relacionados com os temas estabelecidos no Processo de Participação Popular – 2011/2012 e incentivar o desenvolvimento de atividades de pesquisa inovadoras que busquem soluções para problemas das diferentes regiões do Estado.	6
Auxílio Recém-Doutor: objetiva promover a inserção de recém-doutores e dar-lhes condições mínimas necessárias, para o desenvolvimento de pesquisa em ciência, tecnologia ou inovação em instituições de ensino públicas ou privadas, sem fins lucrativos, sediadas no RS.	166
<b>Continuação do apoio à execução dos seguintes programas, iniciados em exercícios anteriores</b>	
Doutor na Empresa: visa executar projetos de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação em micro e pequenas empresas que apresentem faturamento anual de até R\$ 2,4 milhões.	2
Repensa: visa à criação e financiamento de redes nacionais de pesquisa em	6

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Realização	Quantidade de projetos apoiados
Agrobiodiversidade e Sustentabilidade de Agropecuária.	
PRONEX: PRONEX é um instrumento de estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio de apoio continuado e adicional, a grupos de alta competência, que tenham liderança e papel nucleador no setor de sua atuação. Núcleos de Excelência são grupos organizados de pesquisadores e técnicos de alto nível, em permanente interação, com reconhecida competência e tradição em suas áreas de atuação técnico-científica, capazes de funcionar como fonte geradora e transformadora de conhecimento científico-tecnológico para aplicação em programas e projetos de relevância ao desenvolvimento do país.	54
Agentes Locais de Inovação: disponibiliza para pequenas empresas do Estado assessoria especializada e gratuita para o desenvolvimento de inovações tecnológicas em produtos e processos nos setores da Indústria, Comércio e Serviços.	29
PRONEM: Programa de Núcleos Emergentes, que busca consolidar as linhas de pesquisas emergentes e de alta prioridade no País.	60
SISBIOTA: objetiva fomentar pesquisas no âmbito do Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade.	2

A **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)** é uma fundação pública, vinculada à Secretaria da Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul, e, como sucessora do Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul (ITERS), completou 70 anos de existência em 2012. A CIENTEC tem sede no município de Porto Alegre e também possui um *campus* no município de Cachoeirinha. Atua no mercado prestando serviços tecnológicos para empresas públicas e privadas, órgãos públicos, associações, entidades e pessoas físicas, através da realização de ensaios, calibrações, consultorias, inspeções, pesquisa, desenvolvimento, extensão e informação tecnológica.

Através de projetos de pesquisa e desenvolvimento, a CIENTEC estuda e cria novos processos ou produtos que sejam de interesse da sociedade, da indústria local, ou que sejam estratégicos para o País, contribuindo assim com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil. Orienta indústrias e empresas para que ofereçam produtos de qualidade, testados e comprovados, através de processos ecologicamente corretos, economicamente viáveis, socialmente justos e culturalmente aceitos.

Ao longo de sua história, participou dos estudos que resultaram na implantação de dois grandes complexos industriais do Estado do Rio Grande do Sul: a Refinaria Alberto Pasqualini e o Polo Petroquímico de Triunfo. Na área de P&D destacam-se o Programa de Carvão, que tornou a CIENTEC uma referência nacional; os projetos Aglotec, Cicasol e Cical, na área da construção civil; a Proteína Vegetal Texturizada, na área de alimentos; os estudos de impacto ambiental desenvolvidos para a CEEE, CRM e PETROBRAS; entre inúmeros outros.

A Fundação de Ciência e Tecnologia atua nas áreas de química, alimentos, meio ambiente, geotecnia, engenharia de edificações, materiais de construção civil, eletroeletrônica, tecnologia metal-mecânica, engenharia de processos industriais, incubadoras e extensão tecnológica e informação tecnológica. Realiza nessas áreas ensaios, calibrações, consultoria,

extensão tecnológica, difusão de informações técnicas, incubação de empresas de base tecnológica, pesquisa desenvolvimento e inovação.

As ações desenvolvidas pela CIENTEC estão organizadas sob o Programa Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços sendo as seguintes realizações as mais relevantes do ano de 2012:

- ALFACOMB - Modernização e recuperação das plantas piloto de gaseificação e combustão de carvão mineral da CIENTEC

Voltado para a pesquisa na área de conversão de carvão e biomassas, bem como na prestação de serviços analíticos, consultoria e extensão tecnológica para o setor termoeletrico, o projeto de modernização dos laboratórios de gaseificação e combustão de carvão mineral da CIENTEC realiza-se em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, como executora do projeto, aportou recursos de R\$ 649.934,88, do CNPq.

Por se tratar de projeto de infraestrutura, as metas de modernização dos laboratórios de combustão e gaseificação da CIENTEC contemplam atividades de especificações técnicas, aquisição, instalação, treinamento de pessoal para o uso, finalizando com as validações, desenvolvimentos, implantações, acreditação de ensaios e consolidação de metodologias desenvolvidas. A demanda de modernização das plantas faz parte da Rede Nacional de Carvão, onde são consideradas referências para testes de combustão dos mais diferentes tipos de carvão. Pretende-se a expansão da termoeletricidade calcada nos combustíveis nacionais, promovendo o desenvolvimento de tecnologias avançadas, mais limpas e de maior eficiência para o melhor aproveitamento de combustíveis sólidos abundantes no Brasil.

Já se encontram concluídas as etapas de Manutenção e adequação das plantas-piloto LFB (leito fluidizado borbulhante), LFC (leito fluidizado circulante) e GLF (gaseificador leito fluidizado); e de manutenção e adequação de laboratórios de apoio. Estão em fase de conclusão as etapas finais do projeto relativas à Manutenção e adequação da caldeira de demonstração leito fluidizado e à colocação em operação das plantas-piloto e caldeira de demonstração.

- LFC - Combustão de Carvão em Leito Fluidizado Circulante

Executado em parceria com a UFRGS, com recursos do CNPq, o projeto teve como objetivo a implantação de unidade experimental queima de carvão em leito fluidizado, com vistas à caracterização e testes de carvões brasileiros para geração de energia elétrica. O projeto foi iniciado em janeiro de 2009 e concluído em setembro de 2012, com a posta em marcha da unidade e a realização de testes com carvão bonito.

- COMGÁS - Infraestrutura no Laboratório de Gaseificação

Realizado com apoio da PETROBRAS, o projeto, cuja conclusão está prevista para 2013, visa à modernização do Laboratório de Gaseificação da CIENTEC, localizado em Cachoeirinha, com instalações complementares para ampliar o escopo de serviços ofertados e também dar suporte adequado para garantir a segurança das pessoas, tratar e eliminar os efluentes dos processos de gaseificação que serão estudados, levando a um impacto ambiental não perceptível e similar ao de uma unidade industrial. Para tanto, faz-se necessária a realização de manutenções específicas na planta-piloto existente, bem como a incorporação de instalações periféricas auxiliares, no sentido de modernizar e ampliar o potencial de pesquisa do laboratório. Esse tipo de instalação, com porte superior a 1 MW e com tamanha flexibilidade que auferirá, não existe no Brasil atualmente. A experiência dos pesquisadores da CIENTEC, aliada à dos profissionais das demais instituições que compõem a rede de pesquisa, propiciarão a otimização do uso da referida infraestrutura em prol do desenvolvimento das pesquisas almeçadas na área da gaseificação.

- QUALITEC - Expansão de estrutura de laboratório

Desenvolvido com recursos da FINEP e do CNPq, o projeto tem por objetivo expandir e consolidar a infraestrutura de serviços tecnológicos do Laboratório de Interferência Eletromagnética (LIEM) da CIENTEC, visando ao incremento da pesquisa tecnológica, ao melhor atendimento das demandas do setor produtivo e ao aumento do escopo de ensaios ofertados ao mercado. Estima-se a conclusão do projeto para setembro de 2013.

- SIBRATEC Redes de Serviços Tecnológicos

A CIENTEC integra a Rede de Serviços Tecnológicos (SIBRATEC) e suas estruturas operam nas áreas de produtos e dispositivos eletrônicos, compatibilidade eletromagnética, produtos para a saúde, análise de alimentos e tecnologia da informação e comunicação. Nessas áreas, estão em desenvolvimento os seguintes projetos, que incluem a introdução de um novo tema, que é o dos biocombustíveis.

- Produtos e Produtos e Dispositivos Eletrônicos

A Rede PDE, Rede de Serviços Tecnológicos de Produtos e Dispositivos Eletrônicos, é constituída por 21 laboratórios pertencentes a 13 instituições e visa ampliar a oferta de serviços tecnológicos oferecidos pelos laboratórios integrantes da Rede para atender as demandas das instituições atuantes na área de tecnologia da informação. É constituída por laboratórios com diversas competências metrológicas que facilitará o atendimento às principais demandas de qualificação e certificação dos produtos ofertados pelas empresas brasileiras. A Rede está apta a oferecer os serviços de avaliação da conformidade de processos de montagem de placas de circuitos impressos e requisitos ambientais, avaliação da conformidade de componentes eletrônicos e realização ensaios em equipamentos eletrodomésticos e de tecnologia da informação.

- Compatibilidade Eletromagnética

A rede COMPMAGNET, Rede de Serviços Tecnológicos de Gravimetria, Orientação Magnética, Intensidade de Campo Magnético, é constituída por 13 laboratórios pertencentes a oito instituições e visa ampliar a oferta de serviços tecnológicos na área de intensidade de campo magnético e compatibilidade eletromagnética nos laboratórios integrantes da Rede de modo a atender as demandas crescentes do setor industrial. A Rede é composta por laboratórios com diversas competências para facilitar o atendimento das principais demandas do setor, assim como proporcionar a elaboração de uma metodologia de análise e resolução de problemas de compatibilidade eletromagnética necessárias à adequação dos dispositivos às normas técnicas e regulamentos técnicos nacionais e internacionais. A Rede está apta a oferecer os seguintes serviços com confiabilidade: calibração de equipamentos usados nos ensaios de compatibilidade eletromagnética e maior escopo de ensaios eletromagnéticos para atender as demandas das empresas.

A ampliação da oferta desses serviços nos laboratórios integrantes da rede de modo a atender às demandas crescentes do setor industrial define o objetivo de projeto em execução, que tem como entidade executora a Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações (FINATEL) e como co-executores a CIENTEC, a PUCRS, o SENAI/BA, UFSC e o IPT/SP. O projeto, que conta com recursos da FINEP e com bolsas do CNPq, destina cerca de R\$ 400 mil para aquisição e instalação de novos equipamentos.

- Estruturação da Rede de Produtos para Saúde

A Rede PROSAÚDE é constituída por 46 laboratórios pertencentes a 18 instituições e tem como objetivo ampliar, modernizar e integrar as Instituições que a compõe, atendendo às demandas estratégicas do País, indicadas pelos órgãos do governo responsáveis pela definição dos focos prioritários nacionais e pela regulamentação dos produtos do setor. Também visa o

apoio ao setor produtivo e os órgãos de regulamentação, ANVISA e INMETRO, ofertando serviços tecnológicos de avaliação, certificação e desenvolvimento de melhorias de produtos e processos, para atender as demandas estratégicas do País, provendo mecanismos de garantia e de qualidade e confiabilidade, superando barreiras técnicas e aumentando a competitividade das empresas, ampliando a base normativa nacional.

A ampliação desses serviços, com vistas a atender as demandas das empresas e as indicadas pelas autoridades sanitárias competentes no segmento da saúde, é objetivo de projeto em desenvolvimento, cujo executor é a FUNCATE, com recursos da FINEP e tendo como entidades co-executoras, além da própria CIENTEC, a UFRGS, a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, a PUCRS e o Instituto Adolfo Lutz. Sua conclusão é prevista para o final de 2013.

- Estruturação da Rede Nacional de Análise de Alimentos

A RENALI, Rede Nacional de Análise de Alimentos, é uma das redes temáticas que compõem o SIBRATEC Serviços Tecnológicos, um dos componentes do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), criado pelo Decreto nº 6259, de 20/11/2007, para atender os objetivos e as prioridades da política industrial. Criada a partir da Chamada Pública MCT/FINEP – Ação Transversal – Serviços Tecnológicos – SIBRATEC – 01/2008, a RENALI é formada por um conjunto de laboratórios públicos e de instituições sem fins lucrativos de todo o Brasil, que possuem sistema de gestão de qualidade implantado ou acreditado, baseado na norma ABNT ISO/IEC 17025.

A estruturação dessa rede é o objetivo de projeto em execução, executado pelo IEL/SC, tendo como co-executores a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Maria, CIENTEC, Instituto de Tecnologia do Paraná, SENAI Chapecó, Instituto Adolfo Lutz, Universidade Federal de Santa Catarina, UCS, Rede Metrológica do Estado de São Paulo, LANAGRO/RS, Universidade de Passo Fundo, Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Laboratório Central de Saúde Pública Dr. Milton Bezerra Sobral.

A expectativa é de que esse projeto esteja concluído no final de 2013, contemplando os seguintes aprimoramentos:

- Gestão da rede: implantação e consolidação da RENALI, visando à cooperação institucional para a melhoria dos serviços de metrologia e de ensaios para avaliação da conformidade e para o desenvolvimento de produtos.
- Aprimoramento dos sistemas de gestão da qualidade: consolidação do sistema de gestão da qualidade laboratorial e ampliação do escopo de ensaios dos laboratórios membros da rede, de acordo como os requisitos para o reconhecimento da competência estabelecidos conforme normas internacionais.
- Programas interlaboratoriais e materiais de referência: promoção da participação dos laboratórios membros da rede em programas de ensaios de proficiência por comparação interlaboratorial, buscando a melhoria da qualidade analítica na área de alimentos.
- Ampliação da oferta de ensaios: garantia do atendimento as exigências dos órgãos regulamentadores, da qualidade dos ensaios realizados, bem como da rastreabilidade analítica no atendimento às demandas de prestação de serviços de metrologia e avaliação de conformidade, visando a superação de exigências técnicas para o acesso aos diferentes mercados.

As seguintes atividades, que contribuem para a estruturação da RENALI, já foram realizadas:

- Elaboração do regimento interno da rede;

- Infraestrutura da rede: compra de equipamentos (computadores, mobiliário, telefone, projetor, etc.), reforma da área na CIENTEC destinada à gestão da rede (secretaria, sala de reunião e sala de treinamento);
- Realização de dez treinamentos;
- *Workshop* Gestão da Qualidade Laboratorial – Experiências Compartilhadas;
- Implantação de sistema de gerenciamento de projetos adequado ao RENALI;
- Realização de estudo de oferta por serviços laboratoriais;
- Elaboração de vídeo institucional da rede para sensibilizar empresas, órgãos de fomento, sociedade em geral, instituições acadêmicas, membros e núcleo de coordenação da RENALI;
- Confeção de material de divulgação dos serviços da rede;
- Participação em eventos: 4º Simpósio de Segurança Alimentar (maio 2012 – Gramado); 16º Congresso Internacional de Ciência e Tecnologia de Alimentos (agosto 2012 – Foz do Iguaçu); 9ª Feira Internacional de Negócios, Processamento e Industrialização da Carne (setembro 2012 – Chapecó); FISA 2012 (setembro 2012 – São Paulo); ENQUALAB (setembro 2012 – São Paulo).

- Estruturação da Rede RBIOCOMB

A estruturação da RBIOCOMB visa à ampliação da capacidade de oferta e do escopo de credenciamento em serviços tecnológicos em biocombustíveis, através da modernização e integração das instituições que compõem a rede para atendimento do setor. A estruturação da rede é objetivo de projeto cuja execução é responsabilidade da Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro e tem como co-executores Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Faculdades Católicas, INMETRO, Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Tecnológico, Divisão de Certificação de Produtos (DCER), SENAI/SP, CIENTEC, Universidade Federal do Ceará. Com recursos da FINEP, prevê-se a sua conclusão em 2015.

- Rede TIC aplicáveis às novas mídias, TV digital, comunicação sem fio, internet

O projeto visa à implementação de capacidade laboratorial dos integrantes da Rede TIC, para realização de calibração, ensaios de desenvolvimento e avaliação de conformidade e normalização em produtos de TIC aplicáveis às novas mídias, em vista dos regulamentos e/ou normas nacionais e internacionais adotadas ou que venham a ser criadas, via agências reguladoras ou metrologia legal, como a ANATEL, INMETRO e outras agências nacionais ou internacionais.

Resultados esperados:

- Reestruturação da infraestrutura dos atuais laboratórios para análises, ensaios e normalização dos produtos eletroeletrônicos, principalmente os inseridos nos processos de Avaliação de Conformidade e de Certificação Compulsória da ANATEL e INMETRO.
- Aumento de escopo dos laboratórios de Telecom e TV digital existentes de forma a atender principalmente as demandas reprimidas das áreas de comunicações sem fio em equipamentos de uso doméstico, industrial e profissional associados a essas novas tecnologias emergentes.
- Identificação de novos mercados tanto nacionais quanto internacionais para as empresas a serem atendidas pelo projeto através da prestação de serviços de consultoria, adequação e desenvolvimento de produtos, de forma a contribuir para a geração de novos postos de trabalho, aumento de receita e arrecadação de impostos.

O projeto, cuja execução está a cargo da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI), tendo como co-executores UFSC, PUCRS, CIENTEC, FINATEL, IPT/SP, Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer e Fundação CPQD Centro de

Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, recebe recursos da FINEP e tem conclusão prevista para o exercício de 2014.

Enquanto se aguarda a chegada dos equipamentos, estão sendo realizadas tarefas administrativas como geração de rascunhos de procedimentos, treinamento de bolsistas, reuniões de acompanhamento para conhecimento das instituições integrantes da rede e contatos com fornecedores de equipamentos. A principal realização da rede em 2012 foi a execução de uma comparação interlaboratorial, sendo que a CIENTEC participou com os equipamentos de que dispunha no momento, pois uma comparação efetiva necessita dos equipamentos a serem importados pelo projeto.

- CARVEG - Diminuição de Contaminantes Emitidos na Atmosfera na Produção de Carvão Vegetal no RS

O projeto visa à otimização dos processos de produção de carvão vegetal, para minimização da emissão de contaminantes atmosféricos. Executado com recursos da CIENTEC, o desenvolvimento do projeto compreende a realização de diagnóstico de dois métodos para produção de carvão vegetal e acompanhamento de suas emissões atmosféricas. Atualmente, está sendo realizado trabalho de análise dos gases e proposta de otimização do processo, modificações e acompanhamento para verificação da minimização das emissões atmosféricas. A partir da análise dos resultados, serão produzidas sugestões de mudança no processo que serão divulgados aos produtores de carvão do Rio Grande do Sul.

Principais realizações, em 2012:

- Visita inicial ao local de produção do carvão no município de Brochier;
- Visita e acompanhamento do processo de duas fornadas de três dias no município de Brochier;
- Coleta e análise de gases;
- Análise dos resultados, balanço de massa e sugestão de correções. A partir das análises realizadas e pesagem da entrada de lenha e saída de carvão vegetal, foi realizado um diagnóstico da situação do processo e um balanço de massa para a situação do processo sem correções;
- Otimização do processo e observação da diminuição das emissões atmosféricas. No início de 2013, com a construção de fornos adequados, ocorrerá a observação do funcionamento e medição das emissões atmosféricas.

- EP-MRC - Ensaio de Proficiência e Produção de Material de Referência Certificado para Proteínas

O projeto visa à produção de Material de Referência Certificado e Provisão de Proficiência com vistas à comprovação da qualidade na área de alimentos. Executado pela CIENTEC, com recursos da FINEP, o projeto já teve as seguintes etapas concluídas:

- Implementação/desenvolvimento do sistema da qualidade segundo normas ABNT ISO GUIA 43-1 e ISO GUIA 34;
- Execução de ensaio de proficiência de proteínas em alimentos;
- Em fase de conclusão, estão em andamento as etapas;
- Produção de material de referência de proteínas em alimentos;
- Certificação e distribuição do material de referência de proteínas em alimentos;
- Divulgação dos resultados alcançados com o projeto.

- Inserção da Geração Solar Fotovoltaica Urbana

Projeto de P&D associado à chamada de projeto de P&D estratégico ANEEL nº 013/2011, intitulado Inserção da Geração Solar Fotovoltaica Urbana Conectada à Rede em Porto Alegre, com vistas à proposição de arranjos técnicos e comerciais para a geração de energia elétrica

através da tecnologia solar fotovoltaica, de forma integrada e sustentável, buscando criar condições para o desenvolvimento de base tecnológica e infraestrutura técnica para a inserção da geração solar fotovoltaica na matriz energética nacional.

O projeto conta com convênio firmado com a Prefeitura de Porto Alegre e prevê o desenvolvimento de base tecnológica e infraestrutura para a inserção de sistemas urbanos de geração fotovoltaica, através da implementação de uma usina fotovoltaica de 55KWp com inversores nacionais. Participam do projeto, além da CIENTEC, Aeromóvel Brasil S.A., Alubar Energia S.A., CP Eletrônica S.A., CEEE-GT, CEEE-D, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, UFSM, UFRGS, Tria *Design* Ltda., Paim e Associados Comunicação Ltda.

Resultados esperados do projeto de pesquisa:

- Instalação da Usina Solar Fotovoltaica (USF) conectada à rede de distribuição de energia elétrica, com capacidade instalada de 0,55 MWp;
- Instalação da estação solarimétrica com sistema de aquisição, monitoração e análise de dados capaz de fornecer dados indispensáveis à avaliação de desempenho técnico-econômico do projeto, tais como, no mínimo, dados de irradiância global e difusa, temperatura e pressão.

- INTERLAB - Programa Interlaboratorial

O Programa de Proficiência em Análises Químicas de Alimentos, na área de ensaios químicos em alimentos é realizado através do Laboratório de Química de Alimentos da CIENTEC e visa propiciar aos laboratórios participantes (em média 30 laboratórios de todo o Brasil por rodada): avaliação da competência; subsídios para o controle da qualidade dos resultados; avaliação externa, regular e independente da qualidade dos resultados produzidos; validação da metodologia analítica empregada; subsídios para a implementação de melhorias ou ações corretivas nos laboratórios; fórum para discussão dos resultados obtidos e orientação para os problemas técnicos relacionados aos ensaios.

- NITTEC - Programa de apoio à criação e/ou manutenção de NITTs

Projeto de pesquisa aprovado no âmbito de Edital FAPERGS 08/2010 (Programa de Apoio à Criação e/ou Manutenção de Núcleos de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITTs), tem como objetivo induzir e fomentar a criação, estruturação, manutenção, bem como a capacitação da equipe dos NITTs responsáveis por orientar, assessorar, apoiar e gerir atividades direcionadas ao processo de inovação, como proteção da propriedade industrial, intelectual e transferência de tecnologia da CIENTEC.

Os resultados esperados são:

- Contribuir para o aumento do número de patentes nacionais e internacionais, registradas por instituições de ensino superior, instituições de ciência, tecnologia e inovação, escolas técnicas ou profissionalizantes sediadas no RS;
- Contribuir para a formação e difusão do conhecimento das Leis de Propriedade Industrial e de Inovação e de suas vinculações;
- Contribuir para aplicação e no fomento à difusão de pesquisas e inovação tecnológicas visando contribuir com a transferência de tecnologia como soluções para os problemas sociais em geral (para o meio empresarial, para governos, para organizações não governamentais e a sociedade em geral) no que diz respeito aos ativos intangíveis;
- Contribuir para a formação de uma Rede Estadual de Propriedade Intelectual.

Como fruto do desenvolvimento do projeto, podem ser mencionados três pedidos de patentes para registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI):

- Processo de obtenção de zeólitas e sílicas;



- Composição de materiais de construção obtida de cinzas de carvão fóssil e resina;
- Compósito de cinzas de carvão fóssil e cal hidratada para uso de sucedâneo de concreto compactado em rolo.

- OXICOMBUSTÃO - Utilização sustentável de carvão para geração de energia

Projeto em fase final de execução, compreende o estudo de duas alternativas sustentáveis para a geração de energia: a primeira com foco no desenvolvimento do conceito *oxy-fuel* para o processo de combustão em leito fluidizado; a segunda com base na co-combustão de carvão mineral e biomassa. Ambas alternativas buscam a diminuição das emissões gasosas, principalmente CO<sub>2</sub>, causadoras do efeito estufa. Já tendo sido concluídas as etapas de definição das misturas de combustíveis, de adaptação da planta-piloto da CIENTEC e de realização dos ensaios de co-combustão e *oxy-fuel*, o projeto terá sua conclusão com a publicação de seus resultados, após a completa análise dos ensaios e testes realizados.

- PROIN (PROGEX II) - Atendimento a indústrias

Programa de assistência e serviços tecnológicos à indústria (metodologia PROGEX), visa um adequado apoio tecnológico a micro e pequenas empresas do parque fabril gaúcho, mediante implementação da qualidade de produtos e processos produtivos voltados para a exportação, através de análises de conformidades com as normas técnicas de países importadores. Contando com recursos da FINEP e com a participação de bolsistas selecionados via edital da FAPERGS, o PROIN está apto a prestar serviços às empresas nele enquadradas.

- SEMICONDUTORES - Capacitação da rede TSQC

O projeto objetiva a capacitação de instituições integrantes da rede de tecnologia e serviços de qualificação e certificação em tecnologia da informação (Rede TSQC) para realizar ensaios de avaliação de componentes eletrônicos, considerando as especificações regionais do país. Executado pela Fundação de Apoio à Capacitação, Tecnologia e Inovação (FACTI), o projeto tem como co-executores o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; CIENTEC; Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus e produziu os seguintes resultados:

- Dois laboratórios equipados para realização da avaliação da conformidade;
- Capacitação de um profissional em cada instituição integrante do Projeto na realização de ensaios necessários à avaliação da conformidade;
- Padronização de procedimentos de ensaio entre os laboratórios;
- Implementação de Sistema de Gestão para adequação dos laboratórios segundo ABNT/IEC 17025;
- Participação de um profissional de cada instituição em intercâmbio técnico e treinamento internacional;
- Interação com órgãos governamentais para estruturação do programa de avaliação da conformidade, conforme normas do IECQ, através de reuniões e participação em eventos;
- Tradução e editoração de textos para normas técnicas e métodos;
- Reuniões para adequações e elaboração de normas técnicas (ABNT/COBEI);
- Participação no IEC/TC 47 para preparar os padrões internacionais para a concepção, fabrico, utilização e reutilização de dispositivos semicondutores discretos, circuitos integrados, dispositivos de visualização, sensores, conjuntos de componentes eletrônicos, requisitos de interface e dispositivos microeletromecânicos, utilizando práticas ecologicamente corretas;
- Realização de simpósio para divulgação do programa de avaliação da conformidade e treinamento do público-alvo;
- Realização de *workshops* regionais e visitas técnicas a fabricantes e consumidores;

- Interação com fabricantes e consumidores através de visitas técnicas;
- Divulgação de publicações técnicas informativas;
- Adaptação do portal da Rede TSQC para atender às necessidades do programa da avaliação da conformidade.

- SISNAVEGA - Sistema de navegação

Objetiva o desenvolvimento, implementação, construção e teste de sistema de operação para navios, composto de diversos subsistemas, podendo ser instalado na sua totalidade ou parcialmente. Executado com recursos da FINEP e do CNPq, o projeto tem como resultados esperados:

- Desenvolvimento de um Sistema de Operação e Controle de Embarcações com tecnologia totalmente brasileira e que atenda às especificações técnicas de normas nacionais e internacionais aplicadas aos equipamentos de uso no transporte aquaviário;
- Redução nos custos de instalação de sistema de operação e controle das embarcações, podendo atingir um percentual de redução de até 6,5% do custo total de produção de uma embarcação;
- Produção de equipamentos que podem operar em conjunto ou em separado, gerando a possibilidade de solicitação de 11 novas patentes a serem solicitadas junto ao INPI;
- Indução ao desenvolvimento e produção de novos produtos e serviços.
- Reconhecimento dos serviços tecnológicos realizados pela CIENTEC;
- Elevação do patamar tecnológico e aumento da competitividade das empresas do APL Petróleo e Gás.

Resultados alcançados:

- Consolidação das especificações técnicas do sistema de governo para navegação para início das atividades e desenvolvimento dos primeiros protótipos do projeto;
- Aprofundamento do conhecimento do mercado potencial relativo aos produtos e subprodutos do projeto, a partir da participação em feiras e conferências da indústria naval e *offshore*, dos representantes das empresas intervenientes e coordenador do projeto;
- Interação entre CIENTEC e empresas intervenientes, ampliando o escopo de alternativas para gargalos tecnológicos, considerando a indisponibilidade de recursos financeiros para contratar serviços técnicos especializados;
- Desenvolvimento prévio de itens complementares que inicialmente não compõem o sistema de governo para embarcações.

Metas:

- Desenvolvimento de projetos de engenharia - em andamento
- Construção dos protótipos - em andamento
- Execução dos testes de certificação - em andamento
- Registro de patentes
- Industrialização do lote experimental - em conclusão
- Lançamento comercial dos projetos - em andamento
- Elaboração de relatórios
- Aquisição de materiais de consumo e bens permanentes - concluído
- Adequação das instalações físicas do Departamento de Engenharia Eletroeletrônica da CIENTEC - em andamento.

- Projeto Estruturante de Agroenergia do RS - Subprojeto Agroenergia Industrial

Trata-se de projeto que visa ao desenvolvimento de tecnologia para produção de biodiesel, para o aproveitamento dos co-produtos e a caracterização de controle de qualidade dos insumos e produtos, além da qualificação de recursos humanos no setor. Desenvolvido com recursos da FINEP e da FAPERGS, o projeto foi concluído em maio de 2012, tendo alcançado os seguintes resultados:

- Caracterização de insumos e produtos do processo de produção de biodiesel e definição de protocolos analíticos de controle de qualidade do biodiesel;
- Realização de experimentos para obtenção de biodiesel com utilização de catalisadores homogêneos e heterogêneos;
- Estudo da estabilidade do biodiesel obtido do óleo de canola;
- Avaliação do desempenho de motor, utilizando diesel e misturas de biodiesel e consolidação de resultados;
- Estudo do aproveitamento da torta de canola em ração animal;
- Desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento da glicerina, visando agregar maior valor comercial e reduzir o custo final do biodiesel;
- Qualificação e atualização de profissionais no processo de obtenção e controle de qualidade de biodiesel e coprodutos.

- Incubadoras de Empresas - CIENTEC/SEBRAE

Projeto de cooperação técnica e financeira entre CIENTEC e SEBRAE/RS em atendimento ao Edital de Incubadoras de Empresas - SEBRAE/ANPROTEC Nº 01/2011 SEBRAE, tendo como objeto:

- Prática CERNE Tipo 1: implementação, aplicação e manutenção do modelo Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (CERNE), modalidade Tipo 1, no projeto apresentado pela Incubadora Nucleadora Tipo 1 (ITCIENEC);
- Gestão e monitoramento: gestão das atividades de apoio e orientação na implementação das ações dos projetos das Incubadoras Nucleadas, Modalidade Tipo 2 (IEITEC, ITEC e IMNEH).

O objetivo geral do projeto é colocar a ITCIENEC em posição de receber certificação para o nível de maturidade 1 do CERNE e garantir que as incubadoras apadrinhadas IEITEC, ITEC E Norman Edward Hanson sigam na mesma direção.

Resultados esperados do projeto:

- Atingir maior número de empreendedores de forma a prospectar novos projetos para incubar, mantendo o índice máximo de ocupação da incubadora;
- Eliminar ações amadorísticas da gestão da ITCIENEC, adotando soluções testadas e aprovadas pela ANPROTREC e pelo SEBRAE, cujos resultados possam ser mensurados de forma a avaliar desempenhos e corrigir eventuais insucessos;
- Impulsionar o crescimento das empresas incubadas, estimulando-as a utilizar todos os recursos disponíveis oferecidos pela incubadora e seus parceiros;
- Compartilhar com as incubadoras afiliadas as práticas-chave já adotadas e todos os resultados do projeto;
- Ganhar visibilidade junto à instituição mantenedora da ITCIENEC.

A ITCIENEC - Unidade de Cachoeirinha abriga três empresas incubadas que utilizam 11 módulos, representando 64% de ocupação. Com vistas a ampliar a ocupação da incubadora, o foco das ações de prospecção se voltará, fundamentalmente, para empresas que possam se favorecer da proximidade dos laboratórios do Departamento de Eletroeletrônica e do Departamento de Engenharia de Processos da CIENTEC, situados naquele campus, e, desta forma, criar um fortalecimento mútuo entre instituição pública de P&D&I e empresa privada.

Empresas incubadas na ITCIENTEC Cachoeirinha:

- Rebor: produz regenerados de borracha através da reciclagem de restos e rebarbas desprezadas por indústrias do ramo;
- Bioprim: formula e produz complementos alimentares que empregam como matérias primas levedo de cerveja, maltodextrina, albumina, extrato de soja, *whey protein*, linhaça dourada entre outros;
- Nutrabem: atua no desenvolvimento de fórmula e industrialização de alimentos pra nutrição oral e enteral; é uma *spin-off*<sup>4</sup> da empresa Tecpon instalada no Distrito Industrial de Cachoeirinha.

A ITCIENTEC - Unidade de Porto Alegre abriga sete empresas incubadas que utilizam 11 módulos, representando 100% de ocupação. Está situada no centro da cidade nas proximidades da Escola de Engenharia e da Escola de Administração da UFRGS de onde provem a maioria dos empreendedores, bem como a mão de obra que para eles trabalha.

Empresas incubadas na ITCIENTEC-Unidade Porto Alegre:

- PersonaLab Soluções em Tecnologia Assistiva: produz assentos personalizados para adequação postural e controles eletrônicos personalizados para a autonomia de pessoas com deficiências em ambientes de trabalho, ensino e lazer;
- Presentech: desenvolve soluções de controle de presença de alunos das escolas das redes pública e privada de todos os níveis (infantil, fundamental, médio e superior) através de identificação biométrica; oferece também serviços de assessoria e consultoria em desenvolvimento de projetos nas áreas de sistemas de informação e engenharia elétrica/eletrônica;
- Ecolite do Brasil Industrial Ltda.: indústria *high-tech* de luminárias LED, LED *Modules* e LED *Drives* para aplicações residenciais, comerciais, industriais e públicas; produtos criados, projetados, testados e fabricados no Brasil, atendendo a normas nacionais e internacionais (PROCEL, INMETRO, ABNT, ENERGY STAR, CE, ROHS);
- Tecnano Pesquisas e Serviços Ltda.: empresa de base tecnológica, pré-operacional, que tem como foco o uso da nanotecnologia aplicada no agronegócio e no controle de pragas. Trata-se da produção de nanofibras biodegradáveis e biocompatíveis que promovam a liberação controlada de produtos utilizados na agricultura e pecuária;
- DS Pro Áudio Ltda.: atua no desenvolvimento, fabricação e comercialização de equipamentos eletrônicos voltados para o mercado profissional de áudio;
- Reset-Soluções Industriais Ltda.: atua no desenvolvimento de aplicações inovadoras baseadas em tecnologia de geradores de cloro salino, tendo uma gama de aplicações, tais como saneamento de praças públicas, tratamento de poços artesianos, automação residencial/comercial de piscinas, esterilização hospitalar, sistema de reaproveitamento de água e sistema de limpeza de ordenhadeiras mecânicas;
- VRTech Tecnologias Industriais: atua na área de modelagem, simulação, otimização e controle de processos industriais;

Empresas graduadas em 2012:

- GSControl Automação Ltda.: atua no segmento de telemetria e automação de processos.
- Mach TI: desenvolve soluções, sistemas e consultoria de tecnologia da informação; principais produtos voltados para operadoras de saúde, clínicas médicas, clínicas odontológicas, clínicas de diagnósticos e consultórios médicos.
- UPControl Engenharia de Processos e Controle Digital: empresa de base tecnológica com atuação nas áreas de engenharia de processos e controle digital; desenvolve de maneira

---

<sup>4</sup> Nova empresa que nasceu a partir de um grupo de pesquisa de uma empresa.

customizada sistemas automatizados de supervisão e controle, via software, para os mais variados segmentos industriais.

- Serviços de análises, testes, calibrações, inspeções e ensaios laboratoriais

Prestação de serviços análises, testes, calibrações, inspeções e ensaios laboratoriais para empresas, avaliando a qualidade e o desempenho de insumos, produtos, processos e resíduos industriais, contribuindo para o progresso do parque industrial gaúcho. Com relação a esta atuação, destaca-se, em 2012: 14.584 Laudos emitidos; 69.356 Ensaio realizados; Faturamento R\$ 3.096.937,48 pela CIENTEC.

A **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)**, autorizada pela Lei 11.646/2001, está vinculada à Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico. Suas ações organizam-se em dois programas, no PPA 2012-2015: Programa de Inclusão Social e Promoção Acadêmica e Programa de Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública. Durante o ano de 2012, dentre essas ações destacam-se as realizações seguintes.

No programa Inclusão Social e Promoção Acadêmica, merecem destaque especial as iniciativas atinentes à ação Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica. Na linha da garantia de acesso à educação superior, a UERGS deu andamento ao que denomina de subprograma institucional Prodiscência, que visa reduzir a evasão dos acadêmicos, mediante a concessão de 596 bolsas de ação afirmativa (R\$ 250,00 por mês, ao longo de seis meses).

Visando estimular a atividade acadêmica, a Universidade incrementou as iniciativas de promoção acadêmica, por meio da concessão de bolsas de promoção acadêmica, que buscam aprofundar a formação e o desempenho acadêmico no âmbito das atividades de Pesquisa, Extensão e Ensino. Em conjunto, foram concedidas 64 bolsas de promoção acadêmica, incluindo as de Iniciação Científica (R\$ 350,00 por mês, ao longo de dez meses), Extensão (R\$ 350,00 por mês, ao longo de cinco meses) e Ensino (Monitoria, R\$ 120,00 por mês, ao longo de cinco meses).

Local	Bolsas de ação afirmativa	Bolsas de extensão universitária
Alegrete	45	4
Bagé	21	
Bento Gonçalves	15	1
Cachoeira do Sul	27	1
Cruz Alta	44	3
Encantado	18	
Erechim	13	
Frederico Westphalen	44	
Guaíba	14	1
Montenegro	29	9
Novo Hamburgo	44	6
Osório	17	7
Porto Alegre	22	1
Sananduva	22	3
Santa Cruz do Sul	18	1
Santana do Livramento	27	4
São Borja	19	9
São Francisco de Paula	31	4
São Luiz Gonzaga	43	3
Tapes	13	2
Três Passos	50	3
Vacaria	20	2
<b>TOTAL</b>	<b>596</b>	<b>64</b>

Fonte: SISPLAG

O quadro acima discrimina a distribuição espacial das bolsas entre as unidades da UERGS. Essas ações, desenvolvidas com recursos orçamentários próprios, são pioneiras, onze anos após a criação da universidade, sendo um complemento importante para o acesso prioritário aos cidadãos hipossuficientes ou com hipossuficiência econômica e que ingressam a partir da reserva de vagas em percentual de 50%, conforme a lei de autorização da UERGS, marco brasileiro para a política de quotas socioeconômicas no ensino superior público.

Paralelamente, vários projetos da UERGS, que visam desenvolver temas vinculados à inclusão social estão, ou em desenvolvimento, ou em fase de concepção e planejamento. Nesse sentido, em parceria com a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, foram promovidos os projetos de extensão “A Boniteza de Um Sonho no Alegrete”, que trata de políticas de proteção aos direitos das mulheres e das meninas; e “Pedagogia da Igualdade”, voltado à educação e à prevenção da violência de gênero. Na mesma linha, foi criado o Núcleo de Pesquisa em Educação e Direitos Humanos, que articula ensino, pesquisa e extensão na área de políticas públicas de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Ainda no âmbito do programa Inclusão Social e Promoção Acadêmica, a iniciativa Ensino a Distância, articulando Ensino Superior e Ensino Básico, que visa melhorar o nível de formação dos estudantes da Educação Básica mediante estudos complementares, com a atuação de acadêmicos dos cursos da UERGS, está em fase de planejamento e desenvolvimento com previsão de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e acesso aos meios eletrônicos de informação. Exemplo disso, 200 acadêmicos da UERGS participaram do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/Capes-UERGS.

No Programa de Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública, desenvolvem-se várias ações relativas à regularização e qualificação dos espaços físicos da Universidade, de capacitação do quadro de servidores e docentes, além do desenvolvimento das atividades regulares de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação. Desde o início do funcionamento, a situação dos espaços físicos das unidades universitárias e reitoria é crítica pela falta de domínio da UERGS (prazo mínimo de 20 anos), que impossibilitou investimentos públicos para a implantação, consolidação e desenvolvimento dos serviços universitários. Neste sentido, as articulações com instituições públicas municipais e estaduais propiciaram, em 2012, a regularização das áreas e prédios ocupados pela UERGS em sete localidades: Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Osório, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento e Vacaria. Adicionalmente, houve melhorias das instalações da UERGS nas demais unidades e reitoria. E também foram adquiridos 395 equipamentos (como computadores, veículos, *scanners*, autoclaves e microscópios) que contribuíram para a regularização e qualificação dos serviços universitários nas 23 unidades da UERGS.

Com respeito às atividades de ensino, em 2012, a UERGS registrou 2.386 matrículas em 52 cursos de graduação, estando prevista a abertura, em 2013, de mais 1.000 vagas de graduação. As atividades de extensão envolveram 107 projetos, em que trabalharam 129 docentes e 284 discentes, para atender mais de 8.000 participantes.

Local	Cursos de graduação	Matriculados
Região Funcional 1	14	873
Região Funcional 2	3	128
Região Funcional 3	7	280
Região Funcional 4	1	99
Região Funcional 6	9	404
Região Funcional 7	5	186
Região Funcional 8	8	211
Região Funcional 9	5	205
TOTAL	52	2386

Fonte: SISPLAG

No âmbito da pós-graduação, há seis novos cursos de especialização aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE) da UERGS que têm previsão de início em abril de 2013 (Curso de Especialização em Segurança Alimentar e Agroecologia/Três Passos, Curso de Especialização em Educação para a Sustentabilidade/São Francisco de Paula, Curso de Especialização em Gestão Pública e Democracia/Porto Alegre, Curso de Especialização em Teoria e Prática da Formação do Leitor /Novo Hamburgo, Curso de Especialização em Educação e Saúde/Alegrete; unidades indicativas), aguardam a complementação do quadro docente.

A UERGS tem desenvolvido esforços para criar linhas de pesquisa focadas na inovação tecnológica, em especial a biotecnologia, energia, tecnologia da informação, micro e nanoeletrônica, educação, artes, engenharias, ciências agrárias, ciências ambientais, gestão pública e ambiental, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais.

A ampliação dos serviços de qualificação acadêmica, transferência de tecnologia, aumento do número de grupos de pesquisa, cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, articulado às áreas do conhecimento estratégico para o desenvolvimento regional, são atividades em desenvolvimento que podem gerar condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado nos próximos anos.

Destaca-se a realização do II Salão Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão (II SIEPEX), em São Luiz Gonzaga, no mês de outubro de 2012, com a apresentação de 231 trabalhos e a participação de 381 docentes e acadêmicos da UERGS. Além disso, em termos de colaboração internacional, a UERGS enviou quatro alunos para um intercâmbio de pesquisa de 12 meses na Coreia do Sul (bolsas FAPERGS) e dois alunos para Inglaterra e para Alemanha, respectivamente, durante um período de 6 meses (Programa Ciência Sem Fronteiras-MEC).

Visando promover a capacitação de seus quadros, a UERGS propiciou a participação, em 2012, de 53 de seus técnicos e docentes em cursos de formação. Além disso, foram implantadas as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) em todas as suas unidades, como parte das ações voltadas à segurança e saúde do trabalhador.

Conforme processo de avaliação Nacional com base no Índice Geral de Cursos (IGC/MEC), a UERGS configura como 7ª mais bem colocada entre as Estaduais do país e a 4ª, entre as públicas no Estado.

### **Ações para 2013**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
SCIT	RS Tecnópole	Apoio aos centros tecnológicos de excelência em inovação
SCIT	RS Tecnópole	Apoio aos parques e polos tecnológicos
SCIT	RS Tecnópole	Apoio à inovação
SCIT	RS Tecnópole	Apoio à inclusão digital
UERGS	Inclusão social e promoção acadêmica	Promoção acadêmica e assistência socioeconômica
UERGS	Programa modernização e desenvolvimento da educação superior pública	Formação inicial e continuada
UERGS	Programa modernização e desenvolvimento da educação superior pública	Implantação e ampliação dos serviços de pesquisa, pós-graduação, aporte tecnológico e inovação aos processos produtivos locais
UERGS	Programa modernização e desenvolvimento da educação superior pública	Programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural
UERGS	Programa modernização e desenvolvimento da educação superior pública	Participação em eventos e publicidade
UERGS	Programa modernização e desenvolvimento da	Estruturação física, adequação patrimonial e

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
	educação superior pública	administrativa das instalações da UERGS
UERGS	Programa modernização e desenvolvimento da educação superior pública	Fortalecimento, capacitação e aprimoramento das condições de trabalho dos servidores
FAPERGS	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Fomento à formação e à fixação de recursos humanos
FAPERGS	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação
CIENTEC	Pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicados à indústria e serviços	Modernização institucional
CIENTEC	Pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicados à indústria e serviços	Modernização tecnológica do parque industrial gaúcho e polo naval
CIENTEC	Pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicados à indústria e serviços	Parque tecnológico e incubadoras tecnológicas
CIENTEC	Pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicados à indústria e serviços	Tecnologia industrial básica (TIB)

## Desenvolvimento e Promoção do Investimento

A **Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI)** teve como destaque, no ano de 2012, a consolidação do Sistema de Desenvolvimento Econômico (SD/RS), com a colaboração da **Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI)** – e do **BADESUL – Banco de Desenvolvimento S/A (Agência de Fomento/RS)**, seus órgãos executivo e de fomento, respectivamente.

O tema do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul readquiriu uma posição de relevo na agenda política do Estado a partir de janeiro de 2011. Em tela a retomada do planejamento de longo prazo da economia gaúcha e a geração de uma política industrial, comercial, tecnológica e de inovação específicas para o RS, alinhada com a política do Governo Federal.

Nessa linha, merecem destaque as políticas de atração de investimentos e de apoio à Economia da Cooperação e Arranjos Produtivos Locais (APLs) e as ações do Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul – RS Indústria Oceânica.

### *Política Industrial: Modelo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Sul (2012-2014)*

A Política Industrial do Rio Grande do Sul, lançada no final de março de 2012, é uma política de desenvolvimento voltada ao fortalecimento da estrutura econômica diversificada do Rio Grande em um contexto de expansão do processo de globalização e de profunda crise econômica no mundo industrializado. É uma política geral e, ao mesmo tempo, seletiva, composta de ações transversais – destinadas à economia como um todo, de modo a aumentar a eficiência das unidades produtoras – e de ações setoriais com foco na implantação de programas e projetos voltados ao fortalecimento de setores industriais selecionados.



A Política está estruturada em cinco eixos distintos, mas fortemente inter-relacionados: (I) Política Setorial; (II) Política da Economia da Cooperação; (III) Política da Firma; (IV) Instrumentos Transversais; e (V) Infraestrutura para o Desenvolvimento.

#### *Política Setorial*

A formulação dos Programas Setoriais, voltados para o desenvolvimento da economia industrial gaúcha, teve como primeira etapa a identificação dos setores. Esta foi realizada a partir da análise dos seguintes fatores: efeito renda e poder de consumo, faturamento do setor, arrecadação de ICMS, créditos de ICMS de outras Unidades da Federação, nível de investimentos, alinhamento com o Plano de Governo Estadual e com o plano de desenvolvimento nacional, agregação de valor nas indústrias existentes no Estado, potencial de desconcentração e alocação em regiões deprimidas, posicionamento competitivo do Estado, potencial de futuro e/ou alta tecnologia e nível de adensamento econômico relacionado com a dependência de outros estados e países.

Como resultado, foram identificados 22 setores estratégicos da economia gaúcha, os quais foram divididos em setores da Economia Tradicional ou da Nova Economia e classificados em três grupos – prioritários, preferenciais e especiais.

Juntamente com o lançamento da Política Industrial, foram lançados os Planos de Ação para os 22 Setores Estratégicos da Economia do Rio Grande do Sul totalizando 267 ações. Dentre elas, 51 eram transversais, com potencial para impactar toda a indústria do Estado, 13 eram voltadas aos setores agroindustriais, e 203 eram específicas para cada um dos 22 setores. Nesse momento inicial, 163 ações já estavam em andamento, enquanto 104 ainda não haviam sido iniciadas. Ao longo de 2012, foram agregadas 17 novas ações, somando 284 medidas com o objetivo de ampliar a competitividade da indústria gaúcha. Já em novembro, 54 estavam concluídas, 200 estavam em andamento, quatro ainda não haviam sido iniciadas, e 26 haviam sido canceladas, visto que estas passaram a ser prescindíveis para a competitividade dos setores aos quais se destinavam.

#### *Política da Economia da Cooperação*

A política da Economia da Cooperação e dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) trata a empresa a partir de uma perspectiva coletiva e territorial, daquilo que é possível alcançar quando ela atua de maneira articulada, para além do âmbito individual de competição. São três os programas que compõem a Política da Economia da Cooperação como um eixo específico da Política Industrial:

- O Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs), coordenado pela AGDI;
- O Programa de Redes de Cooperação (PRC), coordenado pela Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE);
- O Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos, sob coordenação da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT).

O Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais foi estruturado em dois projetos, o Fortalecimento de APLs e a Extensão Produtiva e Inovação, ambos

embasados na experiência precursora do Rio Grande do Sul e na experiência federal e integrantes da Política Estadual da Economia da Cooperação.

Duas Leis Estaduais (n<sup>os</sup> 13.839 e 13.840, de 5 de dezembro de 2011) tratam da instituição da Política Estadual da Economia da Cooperação e da criação do Fundo de Apoio aos APLs, respectivamente. A Lei nº 13.839/2011 cria o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais e o Decreto 48.936, de 20 de março de 2012, regulamenta seus projetos: Fortalecimento de APLs e Extensão Produtiva e Inovação.

O Fundo de Fortalecimento dos APLs (FUNDOAPL) concede incentivo fiscal de 100% dos recursos que as empresas aportarem em projetos cooperados para os APLs, alocando 20% de contrapartida para fortalecimento da coordenação do arranjo, sendo repassado para a entidade gestora do APL. Quando regulamentado, será uma fonte permanente para projetos e iniciativas cooperadas de empresas e instituições para o desenvolvimento e fortalecimento do APL e sua região.

Ao longo do ano de 2012, tiveram lugar ações de apoio à governança e à elaboração de planos de desenvolvimento e de capacitação de gestores em 13 diferentes APLs, a saber: APL Agroindústria Familiar – Região Celeiro; APL Agroindústria Familiar – Região Médio Alto Uruguai; APL Agroindústria Familiar – Região Missões; APL Alimentos – Região Sul; APL Audiovisual; APL Metal-Mecânico e Automotivo da Serra Gaúcha; APL Metal-Mecânico Pós-Colheita; APL Moveleiro da Serra Gaúcha; APL Pedras, Gemas e Joias; APL Polo de Moda da Serra Gaúcha; APL Setor de *Software*; APL Tecnologia da Informação; e APL Vitivinícola.

Todo esse conjunto de ações culminou com a I Conferência Estadual de Arranjos Produtivos Locais, realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2012, reunindo mais de 150 participantes e propiciando o encontro entre integrantes dos APLs e destes com as instituições do Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT), que promovem ações e projetos nos APLs. Os debates serviram para aprimorar a política pública e a organização dos arranjos produtivos, aproximar os agentes dos diversos APLs do Estado, compartilhar a visão cooperada de negócios e o relato das respectivas experiências, de maneira geral.

A Agenda Transversal é pauta do NEAT, composto por mais de 20 instituições públicas e privadas que desenvolvem ações para os APLs. Criado pela Lei nº 13.839, o Núcleo coordenado pela AGDI está vinculado ao Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Seu objetivo é focar os Arranjos de forma coordenada e complementar, com os projetos e os instrumentos disponíveis, sejam da esfera local, federal, pública ou privada.

Ao longo de 2012, o NEAT realizou cinco reuniões de trabalho, tendo discutido e deliberado sobre os seguintes assuntos:

- Definição preliminar de critérios para reconhecimento de um APL;
- Definição de critérios para enquadramento de APLs a serem apoiados pelo Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais;
- Análise de planos de desenvolvimento preliminar e reconhecimento de três APLs: Vestuário e Mel (Região Sul) e Leite (Santana do Livramento);

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

- Priorização de setores e regiões a serem contemplados em Edital de Seleção de APLs: automação e controle, plástico e borracha, audiovisual, máquinas e equipamentos industriais, cooperativas e agroindústrias familiares; regiões Sul e Médio Alto Uruguai;
- Análise das Propostas do Edital 05/2012 – AGDI de Seleção de APLs e deliberação sobre os Relatórios das referidas propostas, indicando os APLs a serem enquadrados no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais;
- Apreciação da agenda de ações do APL Pedras, Gemas e Joias como modelo de instrumento de controle e acompanhamento das principais realizações do APL;
- Definição de critérios para reconhecimento de um APL, dando origem à Resolução 001-NEAT;
- Definição dos critérios utilizados para delimitação de um APL, dando origem à Resolução 002-NEAT;
- Deliberação quanto à delimitação dos APLs enquadrados no Programa;
- Proposição de realização de encontro entre APLs e instituições do NEAT, que deu origem à I Conferência Estadual de APLs;
- Reconhecimento do APL Tecnologia da Informação da Serra Gaúcha e respectiva validação da delimitação;
- Validação da delimitação do APL Moveleiro da Serra Gaúcha.
- Reconhecimento do APL Agroindústria Familiar – Vale do Rio Pardo e respectiva validação da delimitação;
- Apreciação da Agenda de Ações do APL Metal-Mecânico Pós-Colheita; e
- Definição de critérios, prioridades e indicações para a formulação do Edital de Seleção de APLs 2013.

O Projeto Extensão Produtiva foi iniciado em 2011, em parceria com três universidades, formando os Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação (NEPI) da Região da Serra para os APLs Moveleiro, Metal-Mecânico e Automotivo e Polo de Moda; da Região da Produção, para atender as empresas locais e o APL de Pedras, Gemas e Joias de Soledade; e da Região Noroeste Colonial que, além das prioridades locais, atende o APL Pós-Colheita no entorno de Panambi. Em 2012, tiveram andamento ações de implantação de mais nove núcleos, cujos convênios totalizaram o montante de R\$ 3,7 milhões, a saber:

- Implantação do Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI – Região Alto Jacuí (COREDE Alto Jacuí/Região Funcional 8): firmada parceria, através de convênio, em novembro/2012, com a Universidade de Santa Cruz (UNICRUZ/Cruz Alta) para implantação do NEPI – Região Alto Jacuí (número de extensionistas: quatro; meta de atendimento: 80 empresas; valor do Convênio: R\$ 377.590,04).
- Implantação do Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI – Região Fronteira Noroeste (COREDE Fronteira Noroeste – COREDE Celeiro/ Região Funcional 7): firmada parceria, através de convênio, em novembro/2012, com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS (UNIJUÍ/ Santa Rosa). As ações do Núcleo abrangem também a Região Celeiro (número de extensionistas: seis; meta de atendimento: 120 empresas; valor do Convênio: R\$ 540.000,00 – assinado convênio dezembro/2012).
- Implantação do Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI – Região Litoral (COREDE Litoral/Região Funcional 4 – COREDE Paranhana-Encosta da Serra/Região Funcional 1):

firmada parceria, através de convênio, em novembro/2012, com as Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT/Taquara). As ações do Núcleo abrangem também a Região Paranhana Encosta da Serra (valor do Convênio: R\$ 568.964,65).

- Implantação do Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI – Região Médio Alto Uruguai (COREDE Médio-Alto Uruguai – COREDE Rio da Várzea/Região Funcional 9): firmada parceria, através de convênio, com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/Frederico Westphalen). As ações do Núcleo abrangem também o COREDE Rio da Várzea (número de extensionistas: cinco; meta de atendimento: 100 empresas; valor do Convênio: R\$ 474.945,49).
- Implantação do Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI – Região Missões (COREDE Missões/Região Funcional 7 – COREDE Vale do Jaguari/Região Funcional 8): firmada parceria, através de convênio, com a URI/Santo Ângelo. As ações do Núcleo abrangem também o COREDE Vale do Jaguari (número de extensionistas: cinco; meta de atendimento: 100 empresas; valor do Convênio: R\$ 507.938,83).
- Implantação do Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI – Região Norte (COREDE Norte/Região Funcional 9): firmada parceria, através de convênio, com a Universidade Regional Integrada – Erechim (número de extensionistas: cinco; meta de atendimento: 100 empresas; valor do Convênio: R\$ 464.981,29).
- Implantação do Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI – Região Sul (COREDE Sul/Região Funcional 5): em negociação a realização de parceria com instituições da região, com previsão de assinatura de convênio em 2013.
- Implantação do Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI – Região Vale do Rio dos Sinos (COREDE Vale do Rio dos Sinos – COREDE Vale do Caí / Região Funcional 1): firmada parceria, através de convênio, com a Universidade FEEVALE/Novo Hamburgo. As ações do Núcleo abrangem também o COREDE Vale do Caí. Foco no setor coureiro-calçadista. (número de extensionistas: cinco; meta de atendimento: 100 empresas; valor do Convênio: R\$ 420.000,00).
- Implantação do Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI – Região Vale do Taquari (COREDE Vale do Taquari/Região Funcional 2): em andamento a parceria através de convênio firmado em novembro/2012, com a Fundação Universidade Vale do Taquari (FUVATES) (número de extensionistas: cinco; meta de atendimento: 100 empresas; valor do Convênio: R\$ 402.879,20).

#### *Gestão das Firmas e Sala do Investidor*

A Gestão das Firmas é uma das atividades-fim do Sistema de Desenvolvimento Econômico. Trata-se de uma abordagem para ação direta na microeconomia, tendo como objetivo atender as empresas interessadas em implantar ou expandir atividades industriais no Estado. Envolve o atendimento a empresas e o monitoramento de projetos de atração de investimentos, tendo como elemento central a Sala do Investidor.

A Sala do Investidor foi criada através do Decreto nº 48.396. É um serviço que materializa a mudança de postura que se quer imprimir na relação do setor público com quem está disposto a investir no Estado. Sintetiza, também, o desejo de fazer com que essa relação seja realizada de forma ágil e eficiente, sendo capaz de trazer os melhores benefícios à

sociedade gaúcha no médio e no longo prazo. É um modelo de atendimento – físico e virtual – às empresas interessadas na instalação ou ampliação de plantas no Estado do Rio Grande do Sul.

Planejada pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), a Sala do Investidor é uma ferramenta de gestão. Tem como objetivo coordenar as ações de investimento e integrar os diferentes agentes do Sistema de Desenvolvimento Econômico (SDPI, AGDI, BADESUL e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE) com as demais Secretarias, o BANRISUL, as Prefeituras Municipais, os agentes do Governo Federal e os demais atores. Visa apresentar uma proposta com as vantagens oferecidas pelo Rio Grande do Sul para implantação ou ampliação de empreendimentos.

Cada investidor é acompanhado por um profissional capacitado para fornecer subsídio ao processo de tomada de decisão. A Sala do Investidor facilita o acesso ao criar um canal de comunicação único entre a empresa e os diversos órgãos e instituições do Governo que se relacionam com o projeto de investimento.

Desde o início do ano de 2012, foi prestado, no sistema de Gestão das Firms, atendimento a projetos de 382 empresas. De janeiro de 2011 a dezembro de 2012, foram realizados 636 atendimentos. No ano de 2012, ingressaram na Carteira de Projetos para monitoramento 145 projetos de investimento no montante de R\$ 6,5 bilhões, entre projetos ativos, concluídos, em espera e desistências. No acumulado de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, 257 projetos de investimento foram assistidos.

#### *FUNDOPEM, INTEGRAR/RS e SEADAP*

O Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS) é um instrumento de incentivo fiscal que visa à promoção do desenvolvimento econômico do Estado, que opera com base na postergação do recolhimento do ICMS devido em decorrência da realização de um projeto de investimento. Consiste no financiamento de parte do ICMS incremental mensal devido, com prazo de carência de até 60 meses e de amortização de até 96 meses. O limite do benefício é de 100% do investimento fixo do empreendimento apoiado, e a empresa tem o prazo de até 96 meses para fruir esse benefício.

A norma que institui o FUNDOPEM/RS é a Lei nº 11.916, de 02/06/2003, alterada pelas Leis nº 13.708, de 06/04/2011 e nº 13.843, de 05/12/2011. Essa lei criou, também, o Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul (INTEGRAR/RS), que é um benefício complementar ao FUNDOPEM/RS, na forma de um percentual de abatimento sobre a parcela mensal de amortização do FUNDOPEM.

A razão das alterações estabelecidas no NOVO FUNDOPEM/RS foi a necessidade de atualização e modernização desse instrumento para atender o cenário econômico atual e a Política de Desenvolvimento do Governo Estadual. Dentre as modificações introduzidas, destacam-se as seguintes:

- Ampliação do benefício com elevação do percentual máximo financiável de 75% para 90% do ICMS incremental mensal devido, podendo chegar a 100% no caso de cooperativas de produtores rurais com atividade industrial. O enquadramento de um empreendimento singular em percentual maior de benefício depende do conteúdo local das compras da empresa, valorizando a produção de insumos no Rio Grande do Sul, de

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

sua classificação dentro dos setores estratégicos da Política Setorial e do seu conteúdo tecnológico.

- Apoio à implantação de centros de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico de empresas que possuem unidade produtiva no Estado, concedendo incentivo financeiro para os investimentos fixos e despesas com salários e encargos do pessoal alocado exclusivamente no centro.
- Ampliação dos limites de abatimento do INTEGRAR/RS, enquadrando projetos em todos os municípios por meio de abatimento, – que varia entre 10% e 90%. Esse percentual é determinado com base em critérios de pontuação como o município de localização do projeto, a geração de empregos, a massa salarial e o impacto ambiental.

No ano de 2012, foram protocoladas 52 Cartas-Consulta solicitando a concessão dos benefícios a investimentos a serem realizados no Rio Grande do Sul. No acumulado de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, foram totalizadas 94 Cartas-Consulta solicitando a concessão dos benefícios. Nesse mesmo período, o Conselho Diretor do FUNDOPEM/RS aprovou a concessão do incentivo a 37 projetos, que totalizam R\$ 452 milhões em investimentos. Desse valor, R\$ 413 milhões foram enquadrados no novo formato do FUNDOPEM/RS.

Foram aprovados pelo Conselho Diretor do FUNDOPEM os seguintes projetos em 2012:

<b>FUNDOPEM Aprovado - 2012</b>	
<b>COREDE</b>	<b>Empresa</b>
Alto Jacuí	Tornitec Ind. Serviço de Manutenção Ltda.
Campos de Cima da Serra	Bocchi
Central	Serpil Móveis Ltda.
Centro Sul	Viviana Alimentos Ltda.
Hortênsias	Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda.
	Prat-K Utilidades Ltda.
Metropolitano Delta do Jacuí	Fitesa Fiberweb
	Kalykim
	Parmíssimo
	Tecmold
Missões	Noroeste Bioenergética
Norte	Comercial Agrícola Dourado
	Comil Ônibus S.A.
Paranhana	Calçados Zeket Ltda.
	Stampa Artefatos de Couro Ltda.
Produção	Manitowoc Crane Group Ltda.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>FUNDOPEM Aprovado - 2012</b>	
<b>COREDE</b>	<b>Empresa</b>
	Mig-Plus Nutrientos
	Tecnotri Indústria de Plástico
Serra	Cooperativa Vinícola Garibaldi
Sul	TBS SUL Sist. Constr. Arquitetônicos Ltda.
Vale do Caí	Erplasti Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.
	Lauro Weber & Cia Ltda.
Vale do Rio dos Sinos	Calçados Ramarim Ltda.
	Metalsinos
	<i>New Print</i> Embalagens e Displays Ltda.
Vale do Rio Pardo	Xalingo
Vale do Taquari	Amalfi Indústria de Alimentos Ltda.
	Turatti & Turatti Ltda.

Estão em análise no Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas – SEADAP os seguintes projetos de FUNDOPEM:

<b>FUNDOPEM em análise no SEADAP - 2012</b>	
<b>COREDE</b>	<b>Empresa</b>
Alto da Serra do Botucarái	Óleos Brasil Ind. Com. de Óleos e Rações Animais
Fronteira Oeste	ZAELI ALIMENTOS SUL Ltda.
Hortênsias	Acrilys do Brasil Laminados Plásticos Ltda.
	MMR Indústria e Comercio de Máquinas
	Sierra Móveis
	Sugar Shoes Ltda.
Litoral	Fábrica de Embutidos Borússia Ltda. Industriais
	JMS Embalagens
	Vidro Forte
Médio-Alto Uruguai	BKTEC Plásticos
	LABEMA

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>FUNDOPEM em análise no SEADAP - 2012</b>	
<b>COREDE</b>	<b>Empresa</b>
Metropolitano Delta do Jacuí	Berlinerluft do Brasil
	Coterflex Indústria Ltda.
	Nexteer Ind. e Com. de Sistemas Automotivo Ltda.
	Yara Brasil Fertilizantes
Noroeste Colonial	Brunning Tecnometal Ltda.
	Dubai Ind. E Com. Produtos Alimentícios Ltda.
	Lange Termoplásticos
	Três Tentos Agroindustrial S.A.
Norte	Olfar S/A Alimento e Energia
Paranhana Encosta da Serra	Cobra Piton Indústria e Comercio Ltda.
	Reginato Metais Indústria e Comércio Ltda.
Produção	Fábrica de Móveis Boa Vista
	Nortesul Indústria Metalúrgica Ltda.
	Laticínios Friolack Ltda.
Serra	CIM Comp. Ind. Metalúrgica Ltda.
	Cooperativa Vinícola Nova Aliança Ltda.
	Ditálita Móveis Industrial Ltda.
	Farina S.A.
	HYVA
	Micromazza PMP Ltda.
	Naturasuc
	Prensso Máquinas
	PST Ind. e Com. de Plástico Ltda.
	Santo Inácio Microfusão
	SCA
Vinícola Pradense	
Sul	Artur Geyer Morales-ME
	Vidasul Produção de Sementes
Vale do Cai	Starpex
	Ortobrás Ind. e Com. de Ortopedia



<b>FUNDOPEM em análise no SEADAP - 2012</b>	
<b>COREDE</b>	<b>Empresa</b>
Vale do Rio Dos Sinos	Brasilplast
	Caimi & Liaison Ind. e Com. de Couros e Sintéticos
	GERDAU
	Masterenergia T&D Ltda
	Mats Beneficiamento de Couro
	PACIFIL BRASIL
	Romagnole
Vale do Rio Pardo	MOR
	Conprenor – Concreto Pré-moldado Nordeste Ltda.
Vale do Taquari	Docile Alimentos Ltda.
	Ecovale
	Quinta do Vale Alimentos
	Rhodos Implementos Rodoviários

### *Indústria Oceânica*

O objetivo do Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul – RS Indústria Oceânica é ampliar a participação da indústria gaúcha e atrair empresas para o fornecimento dos componentes necessários à realização de investimentos em gás natural, petróleo e indústria oceânica.

Ao longo de 2012, foram desenvolvidos estudos e formuladas propostas para ampliar e potencializar os benefícios econômicos e sociais que as atividades relacionadas ao gás natural, ao petróleo e à indústria naval poderão gerar no território do Rio Grande do Sul, tais como o fortalecimento da indústria gaúcha, a geração de emprego e renda, o avanço tecnológico, o fortalecimento empresarial, a qualidade de vida e o bem-estar social. Mais especificamente, em parceria com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), a AGDI e a Associação Brasileira das Empresas de Construção Naval e *Offshore* (ABENAV), estão sendo realizados estudos sobre o desenvolvimento urbano e regional da área de influência da instalação e operação do empreendimento da empresa Estaleiros do Brasil (EBR), com foco no município de São José do Norte, e recomendações para o desenvolvimento sustentável desse Município e da região de influência desses empreendimentos, que compreende os municípios de Rio Grande, Pelotas, Capão do Leão, Arroio do Padre, Tavares, Mostardas, Palmares do Sul e Capivari do Sul.

Também estão sendo desenvolvidas ações para ampliar a infraestrutura de qualificação profissional na região. A aprovação pela Assembleia Legislativa do projeto de extinção da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Rio Grande, cuja

área deve ser integrada ao Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG), abriu caminho para a realização de Termo de Cessão de Uso entre a SDPI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para cedência dos prédios da ZPE. Esses prédios permitirão ampliar as instalações do SENAI e implantar cursos profissionalizantes para indústria local, beneficiando a indústria naval, dentre os diferentes segmentos na região. Outra iniciativa da SDPI, juntamente com a Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado (SEINFRA), são gestões visando liberação de áreas portuárias e da Marinha do Brasil para empreendimentos da Indústria Oceânica.

Através do Comitê de Competitividade em Petróleo, Gás, Naval e *Offshore*, o Estado do Rio Grande do Sul desenvolve ações visando aproximar empresas locais do circuito acadêmico e científico dessa área econômica. No ambiente atual, complexo e veloz, a eficácia nos processos de inovação nas firmas/empresas depende de competências complementares disponíveis entre os vários atores que atuam em redes especializadas. Dentro desse contexto, a interação Universidade – Centros de Tecnologia – Empresa – Governo adquire importância fundamental para o desenvolvimento tecnológico desses atores. Uma parceria da AGDI com a FIERGS, em curso, pretende identificar os processos industriais, competências de produção e capacidade instalada de empresas do Rio Grande do Sul, dos segmentos metal-mecânico, eletroeletrônico, borracha, plástico, máquinas e equipamentos. Os resultados do projeto contribuirão para o redirecionamento das competências empresariais do Estado no atendimento das demandas de grandes *players* no setor de petróleo, gás, naval e *offshore* brasileiro (PETROBRAS, Quip, Engevix, Ecovix, Estaleiros do Brasil S/A – EBR, IESA, UTC, Grupo EBX, entre outros).

Outro conjunto de ações no âmbito do Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul (RS Indústria Oceânica) é a implantação do Polo Naval do Jacuí. A instituição deste é fruto da estratégia do Governo para descentralizar os investimentos da indústria oceânica, óleo e gás do Rio Grande do Sul e visa promover o desenvolvimento de outras regiões, além de Rio Grande e seu entorno.

Instituído através do Decreto nº 49.492/2012 – em evento de lançamento ocorrido no Palácio Piratini no dia 21 de agosto de 2012, o Polo abrange os municípios de Charqueadas, São Jerônimo, Triunfo, General Câmara e Taquari.

O Polo Naval do Jacuí é um dos principais instrumentos de internalização do desenvolvimento gerado em Rio Grande a partir dos investimentos na exploração do petróleo do Pré-Sal. Ele busca a consolidação do programa RS Indústria Oceânica, explorando a aptidão hidroviária desses municípios, a disponibilidade de mão de obra qualificada na Região Metropolitana de Porto Alegre e a proximidade das indústrias fornecedoras de insumos e serviços.

Em que pesem os recursos humanos já disponíveis na região, foi criado Grupo de Trabalho para acompanhar as demandas de Qualificação Profissional do Polo Naval do Jacuí, composto pela Secretaria-Geral de Governo (SGG), Pacto Gaúcho pela Educação, AGDI, SENAI, IESA e METASA. Diversos convênios têm sido firmados visando ao oferecimento de cursos de qualificação e capacitação nas cidades constituintes do Polo através do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) de Charqueadas, das escolas Cenecistas de Charqueadas, Butiá, São Jerônimo e Arroio dos Ratos e de outras instituições de ensino. Há o propósito de recrutar parte significativa dos recursos humanos entre a população da região.

Três empresas já assinaram Protocolos de Intenções com o Governo do Estado para a instalação de unidades industriais no Polo Naval, a UTC Engenharia S/A, a METASA *Offshore* e a Intecnial S/A. Uma quarta empresa, a IESA Óleo & Gás assinou contrato com a PETROBRAS. Está prevista a criação de mais de 3.000 empregos diretos quando esses quatro empreendimentos estiverem operando plenamente.

Tanto a UTC, quanto a METASA e a Intecnial comprometeram-se, ainda, a realizar pelo Porto do Rio Grande todas as importações de partes, peças e componentes, matérias-primas e materiais de embalagens, bem como máquinas e equipamentos industriais, e comprometeram-se, também, a adquirir e contratar bens e serviços, matérias-primas e materiais secundários preferencialmente no Rio Grande do Sul.

De outra parte, o Estado comprometeu-se a apoiar, por meio do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), a realização dos estudos necessários e a execução dos acessos viários entre a RS-401 e as três unidades fabris. Os protocolos firmados com a METASA e a UTC preveem também o apoio, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), à realização dos estudos necessários e à execução da instalação de redes de abastecimento de energia elétrica para as duas unidades fabris. O protocolo do Estado com a UTC estabelece a responsabilidade da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) de, observando o devido processo legal, realizar os estudos necessários à alteração do calado oficial, de 2,5 para 4,5 metros entre o PK 18,5 e o PK 40,0. O protocolo do Estado com a METASA assume a responsabilidade de a SPH apoiar a realização dos estudos necessários e a execução da dragagem em frente ao cais da empresa até o canal navegável do Rio Jacuí, viabilizando a expedição dos seus produtos. Por fim, o protocolo da UTC com o Estado prevê o apoio, através da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), para a realização dos estudos necessários à instalação de redes de abastecimento de água tratada para a unidade fabril.

#### *Ações de Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais*

O Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (SD/RS) iniciou um processo de aproximação com as Secretarias de Desenvolvimento Municipais, objetivando estreitar o relacionamento e qualificar a troca de informações importantes para os investimentos.

Vários municípios dispõem de áreas e distritos industriais, bem como de infraestrutura e outros recursos de interesse dos empreendedores que procuram o Estado, além de vocação regional para determinados setores econômicos. O Estado apoia e assessora a estruturação dessas áreas e distritos através da execução de obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação e instalação de redes de água. Em 2012, os municípios de Água Santa, Arroio do Tigre, Casca, Condor, Cruzeiro do Sul, Erechim, Panambi, Santa Rosa, São Pedro do Butiá, Sarandi, Tenente Portela, Tio Hugo e São Lourenço do Sul receberam apoio.

Nos Distritos Industriais Estaduais de Alvorada/Viamão, Cachoeira do Sul, Pelotas, Rio Grande e Triunfo, o Estado desenvolve ações de melhoramento da infraestrutura e regularização fundiária. Na Zona Mista de Guaíba já existe, na testada da Estrada do Conde, um gasoduto, e estão em curso as obras do sistema viário e de abastecimento de água, energia elétrica, macrodrenagem e rede de efluentes.

*Atração de Investimentos e Promoção Comercial*

A Articulação Internacional do Sistema de Desenvolvimento Econômico está focada na promoção comercial de produtos e serviços gaúchos e na atração de investimentos ao Estado, a fim de fomentar a competitividade dos setores estratégicos da economia gaúcha e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O principal objetivo da SDPI e da AGDI é ampliar o acesso de empresas gaúchas, potenciais exportadoras, ao mercado internacional, bem como promover oportunidades de investimentos que atraiam capitais produtivos estrangeiros para o Estado. Essa atuação se dá através da realização de missões governamentais, de prospecção e precursoria, do recebimento de missões estrangeiras e da participação em feiras.

As missões realizadas em 2012 objetivaram o incremento das relações comerciais entre o Rio Grande do Sul e os países visitados ou recebidos, o estreitamento das relações entre os Governos, bem como o intercâmbio técnico e tecnológico. Foram realizadas quatro missões governamentais:

- Missão Governamental a Paris/França, com a participação do Governador do Estado, de 6 a 9/11 (AGDI).
- Missão Governamental, Institucional e Empresarial a Havana/Cuba – FIHAV 2012, com a participação do Governador, de 2 a 4/11/2012 (SDPI/AGDI).
- Missão Governamental, Institucional e Empresarial a Portugal, Espanha e Reino Unido, com a participação do Governador, de 29/04 a 9/05 (SDPI/AGDI).
- Missão Governamental, Institucional e Empresarial a Hannover/República Federal da Alemanha – CeBIT 2012, com a participação do Governador, de 3 a 10/03 (SDPI/AGDI).

Foram, ainda, realizadas 27 missões de prospecção e precursoria, como segue:

- *Global Aginvesting* (Setor: Agroindústria), de 3 a 5/12, em Londres/Inglaterra (AGDI), Missão à Coreia do Sul e Taiwan (Setor: Multissetorial), de 7 a 18/12, (AGDI e BADESUL) e GFCC, em Dubai (AGDI).
- *Global Airport Development* (Setor: Infraestrutura), de 5 a 8/11, em Paris/França (AGDI) e Missão à Feira Médica (Setor: Saúde Avançada e Medicamentos), 14 a 17/11, *Düsseldorf/Alemanha* (AGDI).
- Vale do Silício, Tecnologia-ICT, de 1 a 4/10, na Califórnia/EUA (AGDI), Missão ao Fórum *Latinasia Business* (Multissetorial), em 3/10, em Cingapura (AGDI) e SIAL Paris, APLS-Agroindústria, de 20 a 26/10, em Paris/França (AGDI).
- Missão Prospectiva à Finlândia e à Feira SMM (Setor: Oceânica e Polo Naval), de 1 a 7/09, na Finlândia e em Hamburgo/Alemanha (AGDI); Rio Oil&Gas (Setor: Oceânica e Polo Naval), de 17 a 20/09, Rio de Janeiro/RJ (AGDI) e *Husum Windenergy* (Setor: Energia Eólica, Reciclagem e Despoluição), de 18 a 22/09, em *Husum/Alemanha* (AGDI).
- Missão à Feira *ONS – Offshore Northern Seas* (Setor: Equipamento se Indústria de Petróleo e Gás), de 28 a 31/08, em Stavanger/Noruega (AGDI) e Missão à Feira *Brazil Windpower* (Setor: Energia Eólica), de 29 a 31/08, no Rio de Janeiro/RJ (AGDI).
- *Asean Latin American Business Forum* (Setor: Multissetorial), de 9 a 10/07 (AGDI) em Jacarta/Indonésia.

- Missão Prospectiva a Estocolmo e Londres (Setor: Multissetorial), de 9 a 16/06 (SDPI) e BIO 2012 – Biotecnologia (Setor: Saúde Avançada e Medicamentos), de 18 a 21/06 (AGDI), em Boston/EUA.
- Missão Prospectiva Peru e Colômbia (Setor: Multissetorial), de 7 a 12/05, em Lima e Bogotá (SDPI); Missão Técnico-Governamental a Israel – AGRITECH 2012 (Setor: Agroindústria), de 12 a 20/05, em Tel-Aviv, Israel (SDPI); Missão Prospectiva à China (Setor: Multissetorial), de 18 a 30/05 (AGDI), Feira Hospitalar (Setor: Saúde Avançada e Medicamentos), de 22 a 25/05, em São Paulo/SP (AGDI); e Missão Prospectiva à Argentina (Setor: Multissetorial), de 23 a 26/05 (AGDI).
- Missão à *European Wind Power Association* – EWEA (Setor: Energia Eólica, Reciclagem e Despoluição), de 16 a 19/04, na Dinamarca (AGDI); FHA-Cingapura (em Cingapura) (AGDI); *Global Aginvesting* (Setor: Multissetorial), de 23 a 25/04, em Nova Iorque/EUA – Alimentos -AGDI); e FEIRA OTC - *Offshore Technology Conference* (Setor: Equipamentos e Indústria de Petróleo e Gás) de 30/04 a 03/05, em Houston/EUA (AGDI).
- Missão Prospectiva à Arábia Saudita e aos Emirados Árabes Unidos (Setor: Infraestrutura), de 16 a 18/02 (AGDI).
- Missão de Manutenção ao Uruguai, de 11 a 13/01/2012, em Montevideu (AGDI).

Como resultado das missões realizadas em 2011, foram assinados dois protocolos durante a missão da Coreia do Sul. Estão sendo realizados contatos, e recepção de grupos técnico-empresariais com o intuito de prospectar áreas, bem como benefícios para futuros investimentos no Rio Grande do Sul. O primeiro resultado da missão à Coreia foi o anúncio da implantação da fábrica de elevadores do Grupo Hyundai em São Leopoldo, com investimento da ordem inicial de US\$ 30 milhões.

O Estado também recebeu missões de comitivas dos setores públicos e privados de outros países. Essas missões, com o objetivo de conhecer as potencialidades locais visando investimento, prospecção de negócios (importação e exportação) e parcerias diversas, foram as seguintes:

- Recepção de comitiva do Estado da Renânia Palatinado/Alemanha (Setor: Político e Econômico), de 23 a 24 de outubro, em Porto Alegre e Bento Gonçalves;
- British Week (Setor: Desenvolvimento), de 25 a 31 de outubro, em Porto Alegre;
- Visita do Lord Mayor da City of London a Porto Alegre (Setor: Desenvolvimento), de 25 a 26 de outubro;
- Missão Empresarial da KITA ao Rio Grande do Sul – Associação Coreana de Comércio Internacional (Setor: Multissetorial), de 22 a 24 de novembro, em Porto Alegre, São Leopoldo e Caxias do Sul;
- Recepção de comitiva finlandesa no Rio Grande do Sul (Setor: Oceânica e Polo Naval), de 27 a 30 de novembro.

A participação em Feiras Internacionais tem por objetivo a prospecção de negócios, recursos, tecnologias e investimentos, bem como a difusão de informações de desenvolvimento econômico beneficiando os diferentes setores da economia gaúcha. O Estado participou em 12 Feiras: EXPODIRETO, Não Me Toque – RS, de 5 a 9 de março, setor de Agronegócios; Polo Naval RS Rio Grande – RS, de 20 a 23 de março, setor Oceânico; Alimentos e Vinho, Cingapura, 17 a 20 de abril, diversos setores; Feira Hospitalar, Rio de Janeiro – RJ, de 25 a 27 de maio, setor de

Medicina Avançada; Hospitalar, São Paulo – SP, de 22 a 25 de maio, setor Medicina Avançada; SIAL 2012, São Paulo – SP, 27 de junho, setor de Alimentos; Internacional da Moda em Calçados e Acessórios, São Paulo – SP, 30 de junho, setor de Calçados; Eletron Rio 2012, Rio de Janeiro – RJ, de 20 a 26 de agosto, setor Eletro; SMM e *Automechanika*, Alemanha, de 04 a 16 de setembro, setores Oceânico e Automotivo; *Brazil WindPower*, Rio de Janeiro – RJ, 29 a 31 de agosto, setor Energia Eólica; Rio Oil & Gás, Rio de Janeiro – RJ, de 17 a 20 de setembro, setor Oceânico; SIAL Paris, França, de 22 a 25 de outubro.

#### *Relações Federativas*

No âmbito federal, o Sistema de Desenvolvimento aprimora relações por meio de um conjunto de ações desenvolvido ao longo de 2012. Em particular, através do Programa de Desenvolvimento da Política de Promoção Comercial – Relações Transversais junto ao Governo Federal, foi executado Plano de Trabalho entre SDPI, AGDI e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), com a realização de diversas reuniões na sede da Apex-Brasil, em Brasília, objetivando troca de experiências, melhoria nos processos, identificação de outras possibilidades de fomento à promoção comercial e atração de investimentos, nas áreas de inteligência comercial, feiras, missões e eventos internacionais entre as equipes dos órgãos, durante os meses de agosto e setembro. Também foram realizados encontros entre SDPI e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) durante o segundo semestre de 2012 para obtenção de subsídios para a preparação do Seminário “Cenários Internacionais para o Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul” que ocorreu em 5 e 6 de dezembro de 2012, na sede do BRDE, em Porto Alegre.

#### *Protocolos de Intenção*

Os protocolos de intenções estabelecem as obrigações das partes, do Governo do Estado e da Empresa, em relação ao projeto de Investimento a ser realizado no Estado. No ano de 2012, foram firmados 17 Protocolos de Intenções entre empresas e o Governo do Estado visando à realização de investimentos no Rio Grande do Sul, a saber:

- COREDE Centro Sul/Região Funcional 1: INTECNIAL - montagem de *supply boats* em conjunto com torres de energia eólica – protocolo de intenções em 21/08/2012; METASA – instalação de unidade para construção de elementos estruturais de grandes dimensões a serem transportados por via fluvial/marítima, principalmente no segmento de óleo e gás – protocolo de intenções em 21/08/2012; SHIYAN YUNLIHONG – fábrica de caminhões leves e médios, de 900 kg a 8 toneladas - protocolo de intenções em 17/04/2012.
- COREDE Litoral/Região Funcional 4: VIDROFORTE – instalação de uma planta de beneficiamento de vidros planos para construção Civil – protocolo de intenções em 05/07/2012; MULTPLAST – 1ª fase, fabricação de descartáveis por processo de termoformagem, 2ª fase, artigos plásticos por processo de injeção e 3ª fase, produção de bandejas e embalagens térmicas por processo de extrusão e termoformagem – protocolo de intenções em 05/07/2012.
- COREDE Médio-Alto Uruguai/Região Funcional 9: LABEMA – instalação de um frigorífico de abate e industrialização com estrutura para abater suínos normais e matrizes - protocolo de intenções em 28/09/12.

- COREDE Metropolitano-Delta do Jacuí/Região Funcional 1: AMMANN – fábrica que opera com equipamentos para a construção e manutenção de estradas e rodovias – protocolo de intenções em 20/11/2012; CMPC – Celulose Rio-Grandense – produção adicional de 1,3 milhão de toneladas/ano de celulose de fibra curta (eucalipto) – protocolo de intenções em 29/10/2012; FITESA FIBERWEB – ampliação da fábrica para iniciar a produção de não-tecidos especiais – protocolo de intenções em 10/01/2012; KLEY HERTZ – incremento da capacidade atual em 100% – modernização da produção (medicamentos, suplementos e cosméticos), ingresso de novas tecnologias (biológicos e efervescentes), criação de laboratório de P&D – protocolo de intenções em 05/09/2012.
- COREDE Serra/Região Funcional 3: RANDON – plano de expansão das empresas do grupo a ser implementado em cinco anos - protocolo de intenções em 17/05/2012.
- COREDE Vale do Rio dos Sinos/Região Funcional 1: ALSTOM – implantação de uma fábrica de torres eólicas metálicas – protocolo de intenções em 01/10/2012; Hyundai Elevadores – instalação de uma fábrica de elevadores – protocolo de intenções em 04/02/2012; GERDAU – construção de nova aciaria com incremento de produção de aço de 200.000 toneladas/ano, atualização tecnológica e melhoria da qualidade dos produtos – protocolo de intenções em 1/11/2012.
- COREDE Vale do Rio Pardo/Região Funcional 2: MOR – implantação de uma fábrica de garrafas térmicas – protocolo de intenções em 04/07/2012.
- COREDE Vale do Taquari/Região Funcional 2: CAMERA – ampliação de uma fábrica de biodiesel e instalação de uma fábrica de metilato de sódio (catalisador usado na fabricação do biocombustível – protocolo de intenções em 14/11/2012; Irmãos Tavares Fabricação de Gruas – TFZ – instalação de uma fábrica de gruas – protocolo de intenções em 20/11/2012

No acumulado de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, foram firmados 26 Protocolos de Intenções.

#### *Projetos Especiais*

Dentro da política de atração de investimentos do Governo Estadual também foram desenvolvidos projetos especiais nas áreas mineral, biomassa, indústria cerâmica, indústria carboquímica e indústria da criatividade.

Na área mineral, o Estado promove estudos acerca da realidade geológico-mineral do Estado do Rio Grande do Sul visando à consolidação de um Atlas Geomineral. Isso habilitará o RS à gestão comercial e industrial do setor mineral, seja através do Estado, fomentando políticas públicas e corrigindo distorções, seja através da iniciativa privada, investindo em áreas com vocação mineral garantida, mapeada e avaliada cientificamente. O Atlas Geomineral do RS, a exemplo do Atlas Eólico do RS, será um importante guia de oportunidades para o investidor ou comprador que demande minérios para transformação industrial, de qualquer parte do mundo. O projeto está sendo coordenado pela SDPI em combinação com pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na área de exportação da biomassa, o projeto visa à comercialização de madeira bruta para a Europa como alternativa de mercado aos microprodutores gaúchos. O contrato, no valor

de US\$ 300 milhões por dez anos, a ser assinado no primeiro semestre de 2013, irá beneficiar 4.000 famílias com propriedades de até 20 hectares (agricultura familiar).

Na área da indústria cerâmica, o projeto prevê a criação do Polo Cerâmico da Campanha. Em fase de instalação, esse empreendimento já conta com a adesão das empresas Entel e Marlene Vogel Ltda., esta última, em *joint venture* com empresa alemã detentora de tecnologia inovadora para o setor.

Na área da indústria carboquímica, os estudos visam elaborar um projeto para gaseificação do carvão mineral. Estão sendo feitas tratativas junto a Siemens Alemã, MPX (Grupo Eike Batista) e VSE (Vale Soluções em Energia). Participam dos estudos, professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), bem como técnicos da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) e da Companhia Riograndense de Mineração (CRM).

Na área da indústria da criatividade, o projeto visa fomentar, apoiar e difundir a produção cinematográfica e audiovisual no Estado do Rio Grande do Sul, contribuir para o desenvolvimento de uma indústria audiovisual, viabilizar o cinema como um negócio autossustentável promovendo a geração/difusão de culturas locais, receitas, empregos qualificados, visibilidade, apoio ao turismo e à exportação de bens simbólicos e materiais. O Grupo de Trabalho para estudar a implantação da “*Film Commission RS*” foi instituído pelo Decreto nº 49.899, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de novembro de 2012.

Cabe ao **BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS** atuar, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, no apoio à execução da Política Industrial estadual, por meio de ferramentas de financiamento tradicionais a investimentos, na promoção institucional à inovação e à atração de investimentos e na aplicação de novos instrumentos de suporte empresarial à economia gaúcha, como a subscrição de cotas em fundos de investimentos em participações.

As diretrizes estratégicas do BADESUL no âmbito do SD/RS podem ser explicitadas como segue:

- Contribuir para tornar a economia do Rio Grande do Sul mais competitiva.
- Contribuir para reverter as tendências de declínio relativo da economia gaúcha.
- Atribuir prioridade a setores e regiões menos desenvolvidas, sem deixar de apoiar setores e regiões mais consolidadas.
- Adotar ferramentas permanentes de planejamento e monitoramento de suas ações operacionais.
- Contribuir para a articulação e execução da política industrial, inclusive para o agronegócio, do Governo do Estado, com foco em setores prioritários e em tecnologia e inovação.
- Contribuir com sua inteligência técnica e institucional para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Uma vez definidas essas diretrizes estratégicas, a sua execução se realiza mediante as ações institucionais relacionadas com: Financiamento de Setores Prioritários; Financiamento da Modernização de Setores Tradicionais; Financiamento da Modernização da Gestão e da



Infraestrutura Municipal; Apoio à Inovação e à Tecnologia; Promoção da Participação Acionária em Empresas Gaúchas; Financiamento de Outros Setores; Realização de Estudos Setoriais.

*Operações Aprovadas e Desembolsadas*

No que se refere ao financiamento de projetos de investimentos, o acompanhamento da sua evolução é feito em dois níveis: a) aprovações de projetos; b) liberações para projetos.

As aprovações de projetos de investimentos pelo BADESUL na economia gaúcha, em 2012, podem ser vistas no quadro que se segue.

**Aprovações de Crédito a Projetos de Investimentos em 2012 pelo BADESUL**

<b>Setor Apoiado</b>	<b>Valor Acumulado</b> (Até Novembro 2012) (R\$ 1.000,00)	<b>Nº</b>	<b>Valor Acumulado</b> (Até Dezembro 2012) (*) (R\$ 1.000,00)	<b>Nº</b>	<b>% Valor</b>
Administração Pública	77.410	62	77.410	62	4,1
Rural Industrial	442.708	779	515.962	921	27,4
Empresarial	1.168.926	276	1.291.501	308	68,5
<b>Total</b>	<b>1.689.044</b>	<b>1.117</b>	<b>1.884.873</b>	<b>1.291</b>	<b>100</b>

(\*) Aprovações para o período jan-dez de 2012 são preliminares.

Nota-se que o apoio de crédito do BADESUL em 2012 encontra no setor rural e agroindustrial da economia gaúcha um destino relevante, mas a primazia das aprovações de financiamento a projetos de investimentos cabe ao setor empresarial, que envolve a indústria (exceto a agroindústria), o comércio e os serviços. Outro destaque cabe ao financiamento de projetos públicos, dado o impacto que esses projetos têm nas comunidades municipais gaúchas.

À medida que os projetos de investimento têm seu financiamento aprovado pela Diretoria do BADESUL, estes são contratados e seus valores são liberados, conforme cronograma individual. As liberações de projetos de investimentos na economia gaúcha, em 2012, podem ser vistas, por sua vez, na tabela abaixo.

**Liberações de Crédito a Projetos de Investimentos em 2012 pelo BADESUL**

<b>Setor Apoiado</b>	<b>Valor Acumulado Até Novembro 2012 (R\$ 1.000,00)</b>	<b>Valor Acumulado Até Dezembro 2012 (R\$ 1.000,00) (*)</b>	<b>% Valor</b>
Administração Pública	68.580	76.642	7,9
Rural e Agroindustrial	241.717	272.419	28,2
Empresarial	500.324	589.991	61,2
<b>Total 1</b>	<b>810.620</b>	<b>939.052</b>	<b>97,3</b>
Cartas-Fiança	25.700	25.700	2,7
<b>Total 2</b>	<b>836.320</b>	<b>964.752</b>	<b>100</b>

(\*) As liberações para o período jan-dez de 2012 são preliminares.

A defasagem entre os valores aprovados e liberados é explicada, principalmente, pelo tempo que transcorre desde a aprovação do crédito pela Diretoria até a sua contratação e posterior registro cartorial dos seus termos, a partir do que se iniciam as liberações do financiamento.

O fluxo de liberações, por sua vez, passa a formar o estoque ou saldo acumulado de operações de crédito, a partir do qual resultam as despesas e receitas financeiras, a diferença entre as quais serve para cobrir as despesas administrativas, tributárias e diversas do BADESUL, sobrando como resíduo o lucro da Instituição. O saldo de operações ativas registrado ao final de 2012 alcançou o valor de R\$ 2,3 milhões.

A distribuição geográfica do saldo das operações de crédito acumuladas pelo BADESUL ao final de 2012 mostra que o COREDE Serra absorve 12,8%, seguido pelos COREDES Metropolitano-Delta do Jacuí (10,7%), Fronteira Oeste (8,6%), Alto Jacuí (7,8%), Sul (7,1%) e Produção (6,1%).

Quanto à distribuição por setores da economia, 31,3% do estoque de operações de crédito destinaram-se ao segmento Agropecuário, seguido do setor de Alimentos e Bebidas (16,8%), do Comércio (9%), de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto (8%), da Administração Pública (6%) e de Transportes (5,9 %).

O desempenho operacional do BADESUL, em 2012, não pode ser visto apenas pelo lado quantitativo dos projetos de investimento apoiados, por mais expressivo que este seja. Isso porque, atrás dos números, estão os destaques relacionados a seguir, que melhor traduzem a relevância da trajetória desta Agência de Fomento no exercício passado, tanto no que concerne ao desenvolvimento da economia gaúcha quanto no que tange a sua história institucional.

*Destaques Institucionais*

- Desembolsos são recordes: em 2012, o BADESUL desembolsou R\$ 940 milhões para o financiamento de investimentos voltados para o desenvolvimento da economia do Rio

Grande do Sul, o que significa um novo patamar recorde de liberação anual de apoio financeiro às empresas, às prefeituras municipais e aos produtores rurais e agroindustriais gaúchos (crescimento de 98% em relação ao realizado em 2011).

- Aprovações são aceleradas: em 2012, o BADESUL aprovou financiamentos para 1.291 projetos de investimentos na economia gaúcha, no valor total de R\$ 1,9 bilhão (elevação de 116% em relação ao realizado em 2011).
- Capital Social aumentado: em 2012, no mês de julho, o Governo do Estado efetuou um aumento de capital do BADESUL no valor de R\$ 104 milhões, elevando o Capital Social da Instituição para R\$ 647 milhões e seu Patrimônio Líquido para R\$ 677 milhões.

#### *Destaques Rurais e Agroindustriais*

- Modernização do Agronegócio: em 2012, o BADESUL desembolsou R\$ 272,4 milhões para a execução de investimentos na economia agropecuária e agroindustrial do Rio Grande do Sul, em especial tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, equipamentos de irrigação, açudes, correção de solos, armazenagem e tantos outros fins convergentes com a modernização em curso no setor primário gaúcho.
- Primeiro lugar na EXPOINTER 2012: o BADESUL captou pedidos de financiamento no valor total de R\$ 590 milhões ao longo dos nove dias da 35ª EXPOINTER, associados com 965 propostas de crédito, superando o movimento registrado pelas demais instituições financeiras presentes na feira, inclusive o Banco do Brasil, o maior financiador do agronegócio no País. Esses pleitos, nas semanas que se seguiram àquela Feira, foram confirmados, analisados e, quando aprovados, suas liberações alimentaram a cifra de desembolsos do BADESUL ao setor primário do RS disposta no tópico anterior.

#### *Destaques do Fomento Público*

- BADESUL Cidades em ação: em 2012, o BADESUL desembolsou R\$ 76,6 milhões para a execução de investimentos projetados por prefeituras municipais do Rio Grande do Sul, ao abrigo do programa BADESUL Cidades. Os investimentos apoiados são ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão municipal.
- Banco dos Municípios Gaúchos: com a destinação de R\$ 54 milhões, parte do aumento de capital do BADESUL promovido pelo Governo do Estado, o atual saldo de operações de crédito da Instituição com as prefeituras municipais gaúchas, mediante destaque de capital, passou de R\$ 160 milhões para R\$ 214 milhões em 2012, a serem aplicados em 2013 e 2014. Essa dimensão do apoio governamental estadual ao desenvolvimento municipal inspirou a construção de parceria entre o BADESUL e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) para alavancar a função desta Agência de Fomento como Instituição de Financiamento dos Municípios Gaúchos.

#### *Destaques do Fomento Empresarial*

- Expansão e modernização empresarial: em consonância com as prioridades setoriais definidas pela Política Industrial do Governo do Estado, o BADESUL desembolsou em

2012, R\$ 590 milhões para a execução de projetos de empresas, tanto aquelas ligadas à economia tradicional, quanto às vinculadas à nova economia do Rio Grande do Sul.

- Desenvolvimento da nova economia gaúcha: dentre os projetos de investimento que vêm sendo apoiados pelo BADESUL, merecem destaque, pelo seu significado para a transformação do perfil econômico do Rio Grande do Sul, a indústria de biodiesel, o polo naval de Charqueadas, o polo naval, logístico e portuário de Rio Grande e a indústria de semicondutores.
- No que se refere à indústria de biodiesel, no apoio da qual o BADESUL foi pioneiro, as plantas de produção desse biocombustível abastecem 25% da demanda nacional pelo produto.
- Quanto à indústria naval, o BADESUL está na ponta do financiamento dos investimentos projetados pela IESA Óleo e Gás e pela METASA para a construção, em Charqueadas, às margens do Rio Jacuí, de novo polo naval do Rio Grande do Sul. Acrescenta-se o apoio desta Agência de Fomento para a execução de investimentos logísticos no polo naval de Rio Grande.
- No quesito de alta tecnologia, o destaque vai para o apoio do BADESUL à produção de semicondutores no Rio Grande do Sul. Isso porque o BADESUL engajou-se no esforço governamental gaúcho para a instalação, junto ao Parque Tecnológico da Unisinos, da empresa HT Micron Semicondutores. Ao lado do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), a vinda da HT Micron Semicondutores para o Rio Grande do Sul representa um novo grande passo para o futuro da economia rio-grandense, ao qual se agrega a dinâmica tecnológica da Altus Sistemas de Informática S.A.
- Defesa da economia tradicional do RS: o BADESUL também financiou os investimentos e o capital de giro requerido para a modernização e a produção das indústrias de alimentos, calçados, química, metalúrgica, mecânica, elétrica e de outras atividades com presença tradicional na história industrial da economia gaúcha. Isso porque suas cadeias produtivas continuarão a contribuir para a diversificação e o adensamento da economia do Rio Grande do Sul e, portanto, permanecerão como âncoras relevantes para a geração de tecnologia, de emprego e de renda para os habitantes deste Estado.

#### *Destaque no Desenvolvimento Regional*

- Financiamento distribuído na geografia rio-grandense: os desembolsos e as aprovações de projetos de investimentos do BADESUL estão distribuídos entre as regiões funcionais e as regiões dos COREDEs do Rio Grande do Sul. Nesse quesito, destaca-se o alinhamento desta Agência de Fomento com a prioridade estadual de redução das desigualdades regionais de desenvolvimento que existem no território gaúcho.

#### *Destaque em Fundos de Participações*

- Primeiros passos no mercado de capitais: o BADESUL sempre exerceu suas atividades no âmbito do mercado de crédito de longo prazo a investimentos. Entretanto, a emergência do mercado de capitais como fonte de apoio financeiro complementar ao desenvolvimento empresarial da economia gaúcha ensejou a decisão estratégica do Governo do Estado de direcionar o BADESUL para a subscrição de cotas em fundos de participações em empresas alinhadas com as prioridades de desenvolvimento

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

econômico do Rio Grande do Sul. Nessa linha, o BADESUL já aprovou a subscrição de R\$ 10 milhões no fundo CRP Empreendedor, em conjunto com outras instituições investidoras, o conjunto das quais elevará o valor desse fundo para R\$ 100 milhões.

### **Ações para 2013**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
SDPI	Infraestrutura para o desenvolvimento econômico	Apoio às áreas e/ou distritos industriais estaduais
SDPI	Infraestrutura para o desenvolvimento econômico	Apoio às áreas e/ou distritos industriais municipais
SDPI	Infraestrutura para o desenvolvimento econômico	Desenvolvimento de infraestrutura para a indústria oceânica, petróleo e gás - PGPIN
SDPI	Promoção do desenvolvimento da economia gaúcha	Desenvolvimento da política de promoção comercial
SDPI	Promoção do desenvolvimento da economia gaúcha	Incentivo aos investimentos no RS
AGDI	Encargos especiais	Outros encargos especiais - AGDI
AGDI	Infraestrutura para o desenvolvimento econômico	Promoção do desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás - PGPIN
AGDI	Infraestrutura para o desenvolvimento econômico	Expansão da oferta de energias
AGDI	Infraestrutura para o desenvolvimento econômico	Desenvolvimento de infraestrutura para um centro de treinamento e qualificação de profissionais para transporte e logística
AGDI	Promoção do desenvolvimento da economia gaúcha	Prospecção de recursos, negócios e tecnologias
AGDI	Promoção do desenvolvimento da economia gaúcha	Promoção e desenvolvimento dos arranjos produtivos locais (APLS)
AGDI	Promoção do desenvolvimento da economia gaúcha	Extensão produtiva
AGDI	Promoção do desenvolvimento da economia gaúcha	Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados
BADESUL	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	Apoio à inovação e à tecnologia
BADESUL	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	Financiamento da modernização da gestão e da infraestrutura municipal
BADESUL	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	Financiamento da modernização de setores tradicionais
BADESUL	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	Financiamento de outros setores
BADESUL	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	Financiamento de setores prioritários
BADESUL	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	Promoção da participação acionária em empresas gaúchas
BADESUL	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	Realização de estudos setoriais

### **Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo**

A **Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR)** tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, visando: a elevação da qualidade de vida; a produção de alimentos, segurança e soberania alimentar; a agricultura familiar como um modo de vida; um meio rural com gente; e o fomento à cooperação.

A SDR possui, no Plano Plurianual 2012-2015, cinco programas finalísticos.

O programa Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho tem como objetivo garantir condições de competitividade e o fortalecimento de cooperativas. Em 2012, a Secretaria auxiliou na constituição de cinco redes cooperativas, promovendo a interação e a cooperação entre cooperativas e entre essas e instituições de apoio. Através do Projeto de Extensão Cooperativa (PEC), foi realizado um diagnóstico, planejamento e acompanhamento à gestão de 80 cooperativas. Ainda dentro do programa voltado para as cooperativas, com a aprovação da Lei nº 13.865/2011, que criou o Programa de Revitalização das Cooperativas (RECOOP), será possível financiar o saneamento de cooperativas agropecuárias. Além disso, foram feitas algumas modificações na Lei nº 13.863/2011, que cria o Fundo de Aval para o financiamento de cooperativas, o que ampliará a possibilidade de financiamentos.

O programa Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa visa fortalecer as cadeias produtivas, qualificando a produção, ampliando mercados consumidores, aumentando e gerando renda e proporcionando, assim, melhores condições de vida no campo.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é considerada pelo Governo como uma das principais ações para o desenvolvimento rural. Por isso, a ATER vem sendo qualificada e ampliada, e o valor disponibilizado pelo Estado para o convênio com a EMATER passou de R\$ 97,7 milhões em 2010, para R\$ 126,6 em 2011, R\$ 153 em 2012 e R\$ 170,5 em 2013.

Na ação Agroindústria familiar – Sabor Gaúcho foram investidos R\$ 7,248 milhões sendo R\$ 6,158 milhões através da Participação Popular e Cidadã (PPC). Os recursos para apoio a agroindústrias foram realizados em convênio com 29 municípios ou via financiamentos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), com 80% de subsídio (bônus de adimplência). Foram capacitadas 3.164 famílias em Boas Práticas de Fabricação e qualificados 210 agricultores em técnicas agroindustriais. Foram implantadas e legalizadas 100 agroindústrias. A Secretaria iniciou, em 2012, o cadastramento e acompanhamento de agroindústrias familiares, como condição para o acesso a outras políticas públicas, como financiamentos, capacitação, legalização e feiras – atualmente, o cadastro é composto por 906 agroindústrias familiares.

Ainda dentro do apoio às agroindústrias, a SDR obteve, junto à Fundação de Proteção ao Meio Ambiente (FEPAM), a Licença de Operação para SDR e EMATER licenciarem agroindústrias familiares de até 250m<sup>2</sup> e com baixo impacto ambiental.

Tendo em vista a importância da produção de leite no Rio Grande do Sul, a SDR criou o Programa Leite Gaúcho e Apoio à Pecuária Familiar, que visa aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida dos produtores, através do crescimento da produção, da produtividade e da qualidade do leite produzido por produtores familiares gaúchos. Para alcançar esses objetivos, a Secretaria tem atuado em três frentes: a qualificação dos produtores e da produção, a disponibilização de assistência técnica e extensão rural de forma intensiva e o apoio a projetos de desenvolvimento do setor. Em 2012, foram beneficiadas 10.686 famílias com assistência técnica e extensão rural de forma intensiva, e foram qualificadas 6.175 famílias.

No apoio a projetos de desenvolvimento do leite e da pecuária familiar, foram investidos R\$ 9,580 milhões, sendo R\$ 8,216 milhões através da Participação Popular e Cidadã. Do total investido, R\$ 8,136 milhões foram através de convênios com 124 municípios e o restante via

financiamentos do FEAPER, com 80% de subsídio (bônus de adimplência) para conjuntos de inseminação artificial e implantação de Unidades de Experimentação Pecuária Familiar (UEPAs) e 30% para sementes forrageiras.

A ação Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos prevê fomento à transição de sistemas convencionais para sistemas de base ecológica, focando a preservação da biodiversidade, além da conservação, recuperação, manejo e produção agroecológica para a agroindustrialização e comercialização dos produtos. Para viabilizar essa ação, a SDR realizou Chamadas Públicas para assinatura de convênios com sete entidades, a serem executados com o Orçamento de 2013. Além disso, através do convênio entre SDR e EMATER, foram beneficiadas 754 famílias com qualificação profissional, assistência técnica, extensão rural, elaboração de projetos de crédito em sistemas de transição agroecológica e manejo ecológico de sistemas de produção. Esse programa também concedeu financiamento pelo FEAPER para compra de sementes de milho crioulo, batata, feijão e arroz para 1.900 famílias, totalizando R\$ 510 mil.

Buscando fortalecer a pesca e a aquicultura, a Secretaria apoiou 44 iniciativas de comercialização (participação em feiras e pontos em mercados para a venda de pescado), totalizando R\$ 277,5 mil; capacitou 1.017 pescadores e aquicultores; beneficiou com assistência técnica 2.235 pescadores e aquicultores; construiu 35 tanques para a criação de peixes; e estão em execução 408 tanques conveniados com oito municípios. Também para essa ação, a SDR obteve Licença Ambiental, junto à FEPAM, para regularização de viveiros novos e dos já existentes.

O Troca-Troca, ação que o Rio Grande do Sul executa há muitos anos, disponibiliza sementes de milho para o plantio por pequenos agricultores e estes, quando da colheita, ressarcem o Estado pelo valor empregado. Em 2012, foram distribuídas 7.200 toneladas de sementes. Contudo, diante da grave estiagem que atingiu o Rio Grande do Sul, na safra 2011/2012, o governo gaúcho anistiou as operações de 215 mil famílias, somando R\$ 29,819 milhões entre valor subsidiado e anistiado.

No sentido de amenizar os efeitos das sucessivas estiagens, a Secretaria trabalha com a ação Irrigando a Agricultura Familiar, que pertence ao programa Qualificação da Infraestrutura Rural e tem por objetivo construir estruturas de captação e armazenamento de água destinadas ao uso humano e à produção agropecuária e implantar sistemas de irrigação nos estabelecimentos rurais de base familiar. Em 2012, foram perfurados ou recuperados 218 poços artesianos, qualificados 1.420 beneficiários em usos múltiplos da água, elaborados 1.504 projetos de armazenamento e/ou irrigação e estabelecidos convênios com 112 municípios para a execução de 714 desses projetos, totalizando R\$ 6,7 milhões.

A SDR também é a responsável pela execução do programa Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas, que busca assentar, regularizar, qualificar a infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos, bem como viabilizar projetos de crédito fundiário, visando o alcance do desenvolvimento sustentável, o bem-estar e o respeito à identidade cultural de grupos que possuem a terra como seu principal meio de vida.

Dentro desse Programa, em 2012, a SDR destinou 267 hectares, no município de Charqueadas, para o assentamento de 18 famílias. Foi desapropriada uma área em Sananduva,

para assentamento de 23 famílias, e outra em Encruzilhada do Sul, para 11 famílias. Também foi criado o Assentamento Tupi, situado no município de Taquari, beneficiando sete famílias. Ainda na ação de assentamento e reassentamento, foram indenizadas 43 famílias, de um total de 186, de agricultores desalojados de áreas indígenas, nos municípios de Ronda Alta, Três Palmeiras, Engenho Velho, Constantina e Planalto, somando R\$ 2,8 milhões.

Dentro da ação de Fortalecimento de Comunidades Indígenas, foram elaborados e executados 51 projetos integrados ao Plano de Desenvolvimento das Áreas Indígenas, abrangendo 117 aldeias, viabilizando a distribuição de sementes, mudas, pequenos animais, insumos e ferramentas, com recursos da ordem de R\$ 736 mil.

No Apoio a Comunidades Quilombolas, foram destinados R\$ 719 mil para apoio produtivo e infraestrutura comunitária, beneficiando 1.151 famílias, cujos projetos técnicos estão prontos e serão financiados, através do FEAPER, em 2013. Além disso, foram realizados 44 diagnósticos mais um Diagnóstico Rural Participativo em comunidades quilombolas.

A ação Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos é a mais pujante dentro do programa de Reforma Agrária. Ela tem por objetivos reestruturar os assentamentos existentes, incentivar a produção para o autossustento, diversificar a produção agropecuária, valorizar a produção de forma segura e agroecológica e fortalecer as cadeias produtivas de base familiar e cooperativa. Em 2012, foi realizada a correção da acidez do solo, através da aplicação de calcário, em 1.063 hectares de assentamentos, e viabilizada a aquisição de seis caminhões, utilizando recursos do Fundo de Terras do Rio Grande do Sul (FUNTERRA) previstos no Plano Safra estadual 2011/2012, visando à participação dessas cooperativas no Programa de Aquisição de Alimentos – as cooperativas são responsáveis por fazer o transporte dos produtos comercializados entre a propriedade e as instituições compradoras.

No que tange à infraestrutura física dos assentamentos, foi construída uma estrutura de armazenagem e recuperada outra, ambas no município de Eldorado do Sul, e recuperados 187 km de estradas dentro dos assentamentos. Também foi construída uma ponte de 12 metros, no Assentamento “Abrindo Fronteiras”, em Hulha Negra, com recursos do Plano Safra estadual de 2011/2012. Em Nova Santa Rita, no Assentamento Capela, a SDR financiou a ampliação da rede elétrica, permitindo, assim, o aumento da produção da unidade beneficiadora de arroz ecológico. Além disso, foram firmados convênios com Santana do Livramento e Júlio de Castilhos para a implantação de dois sistemas de abastecimento de água e revitalização de poços.

Na operação de crédito firmada pelo Estado com o BNDES, estão previstos R\$ 30 milhões para qualificação dos assentamentos. Desse total R\$ 8 milhões foram liquidados com o BADESUL para financiamento a projetos com 80% de subsídio (Bônus de Adimplência), já aprovados pelo Conselho do FUNTERRA. Além dos recursos da operação de crédito, está acordada com o BNDES a destinação de outros R\$ 30 milhões, do Fundo Social, para esse mesmo fim.

O quinto programa finalístico executado pela Secretaria do Desenvolvimento Rural – Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural – visa estimular a soberania e segurança alimentar, através do apoio à comercialização direta das economias de base familiar e cooperativa, do apoio às compras institucionais e da aquisição de alimentos (com a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo



Federal) da agricultura familiar, da regionalização do abastecimento e da inclusão produtiva de famílias que vivem em extrema pobreza no meio rural.

No apoio à comercialização dos produtos das economias de base familiar e cooperativa, a SDR aplicou R\$ 1,104 milhão na realização ou apoio a 25 feiras, envolvendo mais de mil agroindústrias e beneficiando 42 mil famílias. O Estado, por intermédio da SDR, aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal. Com essa adesão, os municípios também podem aderir ao Programa, adquirir produtos da agricultura familiar e distribuir a famílias em situação de pobreza extrema. Em 2012, foram 17 municípios que fizeram a adesão.

No sentido de ampliar as possibilidades de comercialização dos produtos da agricultura familiar, foi aprovada e sancionada a Lei nº 13.922/2012, que possibilita ao Estado adquirir produtos da agricultura familiar, de empreendimentos familiares rurais e da economia popular e solidária no percentual mínimo de 30% – no momento, a Lei está em fase de regulamentação.

Dentro do financiamento concedido pelo BNDES ao Estado, a SDR viabilizou recursos, na ordem de R\$ 18 milhões para a criação de espaços regionalizados de abastecimento, pontos de comercialização e logística de transporte, cujas ações estão previstas para 2013 e 2014.

No referido Programa, a Secretaria também desenvolve o Projeto Combate à Pobreza Extrema no meio Rural. Através de um Termo de Cooperação assinado entre SDR, EMATER, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 6.000 famílias estão sendo beneficiadas com ações de inclusão produtiva, no valor de R\$ 2.400,00 por família, cujos recursos são repassados pelo MDS via Cartão Bolsa Família. Além disso, foi assinado um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social para a implantação de projetos de água para a produção (armazenamento e irrigação), visando beneficiar 2.700 famílias em extrema pobreza, no valor aproximado de R\$ 10.000,00 por família.

Tendo em vista a grave estiagem que atingiu o Estado, além de outras ações como a anistia do Troca-Troca, foram disponibilizados R\$ 44,6 milhões para 110 mil famílias rurais residentes em municípios em situação de emergência, através do Cartão Emergência Rural. Do total disponibilizado, R\$ 43,826 milhões foram utilizados.

Por fim, a SDR participou da elaboração do segundo Plano Safra estadual, para o ano agrícola de 2012/2013. O Plano é composto por 63 medidas, e a SDR participa de 32 delas, apresentando ações nos cinco eixos que compõem o Plano – Prevenção e Combate aos Efeitos da Estiagem, Desenvolvimento Territorial e Combate às Desigualdades Regionais, Inclusão Produtiva e Combate à Pobreza Extrema, Recuperação da Capacidade de Investimento e de Gestão do Estado e Melhoria da Infraestrutura.

As **Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.** (CEASA/RS) têm como seu principal objetivo a centralização do abastecimento de hortigranjeiros do Estado, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação saudável de preços, através da transparência de mercado, disponibilizando serviços para o bom atendimento dos usuários da infraestrutura do Complexo CEASA e visando à harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e à melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.

Em 2012, o complexo de Porto Alegre beneficiou mais de 18.700 usuários e comercializou quase 600 mil toneladas de alimentos. Também nesse ano, a empresa trabalhou para a concretização do slogan “CEASA do futuro – cidade do abastecimento”, através do

planejamento, e início da execução, do Plano Estadual de Abastecimento e Segurança Alimentar e Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar. A coordenação dos programas e ações do Plano é da CEASA/RS, com o apoio da SDR, secretaria à qual a empresa é vinculada, e da EMATER. O objetivo geral é contribuir para a consolidação das políticas de segurança alimentar e nutricional sustentável do Estado e ampliar os espaços de comercialização de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Para a consecução dos objetivos, a execução do Plano ocorrerá através de três eixos estratégicos:

- Revitalização e modernização da estrutura física da CEASA/RS: nesse eixo, estão contempladas ações como a melhoria do sistema elétrico, com reforço da rede de entrada na CEASA, distribuição para as subestações internas e troca de transformadores por mais potentes (em fase final de implantação); a recuperação dos prédios do complexo, a pavimentação, rede hidráulica e esgoto e desassoreamento do canal e a implantação de gerador próprio de energia elétrica – todas essas obras estão em elaboração do termo de referência pela Secretaria de Obras Públicas para posterior realização da licitação pela CELIC. Ainda compõem esse eixo a instalação de câmara fria no setor de flores e a construção de Estação de Transbordo dos resíduos da CEASA.
- CEASA/RS como instrumento de execução das políticas públicas para agricultura familiar: fazem parte do eixo o apoio às compras institucionais de órgãos públicos federais e estaduais, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do PAA modalidade “Doação Simultânea”, que prevê a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e doação para as entidades assistenciais cadastradas no Banco de Alimentos da CEASA/RS (a gestão do programa está a cargo da SDR, e a operacionalização, a cargo da CEASA. Ainda faz parte do eixo o programa Regionalização do Abastecimento, que inclui a construção, ampliação ou modernização de centros locais e regionais de comercialização da Agricultura Familiar, equipados com câmaras frias de resfriamento e/ou de congelamento, caixas plásticas, balanças, empilhadeiras, veículos de transporte, entre outros. O programa está sendo coordenado pela CEASA e, até o momento, em torno de 90 organizações da agricultura familiar já apresentaram demanda para dele participarem. Por fim, será construído o Pavilhão da Agroindústria Familiar (PAF) – o objetivo é apoiar a comercialização de alimentos da pequena, média e grande cooperativa da Agricultura Familiar, com produtos convencionais, orgânicos e agroecológicos. O projeto está em fase de elaboração do termo de referência pela Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano (SOP), licitação pela CELIC e contratação da obra em 2013.
- Ação Social da CEASA/RS: será reestruturado o Banco de Alimentos, que atualmente contempla 220 entidades assistenciais com quase 14 mil toneladas de alimentos, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de insegurança alimentar e em precárias condições de trabalho. Também pertence a esse eixo a Qualificação da Estrutura Operacional e da Qualidade de Vida dos Trabalhadores Carregadores prestadores de serviços aos produtores rurais e comerciantes permissionários da CEASA/RS.

**Ações para 2013**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
SDR	Desenvolvimento do cooperativismo gaúcho	Apoio ao crédito e saneamento das cooperativas
SDR	Desenvolvimento do cooperativismo gaúcho	Apoio à gestão e educação para cooperativas
SDR	Desenvolvimento do cooperativismo gaúcho	Apoio à criação de redes cooperativistas
SDR	Fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar e cooperativa	Apoio ao desenvolvimento do leite gaúcho e da pecuária familiar
SDR	Fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar e cooperativa	Apoio à fruticultura
SDR	Fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar e cooperativa	Troca-troca de sementes
SDR	Fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar e cooperativa	Agroindústria familiar - Sabor Gaúcho
SDR	Fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar e cooperativa	Desenvolvimento da aquicultura e da pesca
SDR	Fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar e cooperativa	Qualificação da assistência técnica e extensão rural
SDR	Fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar e cooperativa	Apoio ao desenvolvimento de sistemas agroecológicos
SDR	Fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar e cooperativa	Formação para o desenvolvimento rural
SDR	Qualificação da infraestrutura rural	Irrigando a agricultura familiar
SDR	Qualificação da infraestrutura rural	Patrulha agrícola
SDR	Reforma agrária, ordenamento fundiário e apoio às comunidades quilombolas e indígenas	Qualificação da infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos
SDR	Reforma agrária, ordenamento fundiário e apoio às comunidades quilombolas e indígenas	Assentamento de sem-terra, reassentamento e indenização dos agricultores desalojados de áreas indígenas, quilombolas e áreas atingidas por barragens
SDR	Reforma agrária, ordenamento fundiário e apoio às comunidades quilombolas e indígenas	Regularização fundiária
SDR	Reforma agrária, ordenamento fundiário e apoio às comunidades quilombolas e indígenas	Fortalecimento socioeconômico de comunidades quilombolas
SDR	Reforma agrária, ordenamento fundiário e apoio às comunidades quilombolas e indígenas	Fortalecimento etnosustentável de comunidades indígenas
SDR	Soberania e segurança alimentar, abastecimento e erradicação da pobreza extrema no meio rural	Apoio à comercialização das economias de base familiar e cooperativa
SDR	Soberania e segurança alimentar, abastecimento e erradicação da pobreza extrema no meio rural	Inclusão produtiva de famílias em situação de pobreza extrema
SDR	Soberania e segurança alimentar, abastecimento e erradicação da pobreza extrema no meio rural	Regionalização do abastecimento
CEASA	Soberania e segurança alimentar, abastecimento e erradicação da pobreza extrema no meio rural	Abastecimento do rio grande do sul

**Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa**

A **Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE)** foi criada neste governo com a finalidade de promover a economia solidária e as micro e pequenas

empresas, mediante o estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento econômico, solidário e sustentável e de apoio efetivo à gestão e aos processos de produção, comercialização e consumo dos seus bens e serviços.

*Programa Gaúcho de Microcrédito*

O Programa Gaúcho de Microcrédito tem como objetivo ampliar o acesso ao crédito no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, de forma descentralizada e democrática. Ele articula um conjunto de entidades públicas e não-governamentais do setor financeiro local, regional e federal. Através de instrumentos de planejamento jurídico e financeiro, monitoramento e avaliação, processos e procedimentos administrativos, utiliza recursos voltados a atender os objetivos de uma política permanente na área do microcrédito. Seu foco principal é o microcrédito produtivo orientado, ferramenta do atual Governo do Estado e da sociedade para promover, de forma substantiva, a melhoria da qualidade de vida das populações de menor renda e em situação de vulnerabilidade social, econômica e financeira. O valor do financiamento ofertado à clientela do Programa pode variar de R\$ 100,00 a R\$ 15.000,00, com taxas de juros de 0,64% ao mês.

No exercício de 2012 foram credenciadas 46 instituições, e 342 Agentes de Oportunidades receberam treinamento. O volume de operações foi de R\$ 140 milhões, o que resultou em benefícios para mais de 15.000 tomadores.

*Cadeia Solidária Binacional do PET*

A Cadeia Solidária Binacional do PET é a primeira experiência concreta de intercâmbio produtivo no âmbito do MERCOSUL. Ela viabiliza uma oportunidade rica de valorização do trabalho de reciclagem e de geração de renda, envolvendo todos os elos da cadeia, desde a catação da garrafa PET até a elaboração do produto final. Esse projeto, que reúne cooperativas do Rio Grande do Sul, Uruguai e de Minas Gerais, prevê que as garrafas PET sejam coletadas e transformadas em *flakes* pelas cooperativas gaúchas. O *flake* produzido no Rio Grande do Sul será enviado para a COOPIMA, cooperativa uruguaia que vai produzir fibras sintéticas. A COOPERTÊXTIL, de Minas Gerais, transformará a fibra sintética produzida pelos uruguaios em “tecido ecológico” que, por fim, será utilizado por cooperativas e associações de costureiras do Rio Grande do Sul para a confecção de sacolas, camisas, tênis e outros artigos.

A SESAMPE e o Ministério do Trabalho e Emprego – através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – assinaram convênio que prevê o repasse de recursos no valor de R\$ 3.377.919,50 para a Cadeia Solidária Binacional do PET. Esses recursos viabilizarão a aquisição de máquinas e equipamentos necessários para a implantação dos polos de beneficiamento de matérias-primas reutilizáveis ou recicláveis. A formação e a qualificação do processo de gestão também serão atendidas por esses recursos. A garantia da sustentabilidade do empreendimento será a produção das centrais de cooperativas de trabalhadores na catação e reciclagem de resíduos sólidos. O Estado assumirá, a título de contrapartida financeira, o valor de R\$ 377.919,60. Em uma primeira etapa, a cadeia binacional terá quatro polos de beneficiamento do produto no Rio Grande do Sul, localizados em Canoas, Jaguarão, Novo Hamburgo e Santa Cruz do Sul. Estes polos concentrarão a coleta dos materiais realizada pelos recicladores gaúchos.

*Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária*

O apoio da SESAMPE às experiências da Economia Solidária tem como objetivo fortalecer os seus princípios e estimular o surgimento de novas iniciativas para o crescimento da economia, baseado em um desenvolvimento local e territorial integrado e sustentável. O público-alvo é constituído pelos empreendimentos da economia solidária, os trabalhadores organizados coletivamente em associações e grupos de produtores ou consumidores, as cooperativas de agricultura familiar, as cooperativas de prestação de serviços e as empresas recuperadas que foram assumidas por trabalhadores em sistema de autogestão.

A SESAMPE está atenta às possibilidades de investimentos, procurando identificar Cadeias Produtivas que apresentem potencial para a Economia Solidária. Com esse objetivo foi realizado um diagnóstico que identificou seis cadeias produtivas a serem implementadas: Osso, Peixe, Lã, Pedras Semi-Preciosas, Frutas e Cana de Açúcar.

Nesse sentido, a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa e a Cooperativa de Produção Cristo Rei (COOPEREI) firmaram protocolo de intenções, com o objetivo de promover o permanente desenvolvimento da economia solidária no âmbito do processo de empresas recuperadas. Com a cessão de uso da área e do prédio, a COOPEREI poderá realizar a renovação do parque industrial, por meio de proposta já pré-aprovada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em contrapartida, a Cooperativa vai investir na qualificação e na busca de recursos para aprimorar o processo de produção, agregando valor aos seus produtos. O empreendimento, que conta com 34 associados, produz e comercializa utensílios e utilidades domésticas, como escumadeiras, conchas e formas de pão, reaproveitando o alumínio como matéria-prima. A decisão de cessão de uso da área e galpão industrial à COOPEREI acolheu parecer técnico de Grupo de Trabalho integrado por representantes da Secretaria da Fazenda, Procuradoria-Geral do Estado, Casa Civil e SESAMPE. A COOPEREI foi estabelecida em 2001, ao absorver as instalações da massa falida da Alumínios Econômicos, sendo dirigida através de autogestão. Naquele ano, alugou o prédio, as máquinas e comprou a marca da empresa Carlos Augusto Meyer S/A – Alumínios Econômicos, fundada em 1929 e falida em agosto de 2001. A produção foi iniciada em 2002.

*Apoio às Feiras da Economia Solidária e Compra Coletiva/RS*

Ao longo do ano de 2012, foram apoiadas pela Secretaria 26 feiras da Economia Solidária, entre as quais podem ser destacadas:

- FEICOOP em Santa Maria;
- Feira de Hortifrutigranjeiros em Santa Rosa;
- Feira Eco Sol de Igrejinha;
- Feira de Economia Solidária, em Capão Novo;
- Feira de Páscoa realizada na Estação Mercado da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A (TRENSURB), em Porto Alegre;
- 13ª Feira Estadual da Economia Popular e Solidária do RS.

A Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS – foi instituída através da Lei nº 13.922, de 17 de janeiro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 49.338, de 5 de julho de 2012. A Compra Coletiva/RS pretende utilizar o poder das compras

governamentais como elemento propulsor do desenvolvimento sustentável. Para tanto, na esteira da Lei n.º 13.706, de 6 de abril de 2011, estabelece tratamento diferenciado e simplificado nas licitações públicas aos Agricultores Familiares, Empreendimentos Familiares Rurais e aos Empreendimentos Econômicos Solidários da Economia Popular e Solidária. São 470 mil agricultores familiares que terão a oportunidade de impulsionar o desenvolvimento econômico gaúcho dentro de um novo conceito que prevê:

I - descentralização das compras governamentais destinadas à aquisição de bens e de serviços, em especial de gêneros alimentícios;

II - aquisições diretamente da Economia Popular e Solidária e da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando-se a produção agroecológica, os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas, de pescadores artesanais e de remanescentes de quilombos;

III - realização de processo simplificado para aquisição de gêneros alimentícios oriundos dos beneficiários desta Lei, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei Federal n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, com redação dada pela Lei Federal n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011;

IV - apoio a práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica;

V - equidade na aplicação das políticas públicas, respeitando os aspectos de gênero, cultura e etnia;

VI - participação dos agricultores familiares e dos empreendimentos da Economia Popular e Solidária na formulação e implementação da Política instituída por esta Lei;

VII - incentivo à produção diversificada agroecológica e ao apoio multissetorial das entidades de extensão rural e dos órgãos de pesquisa agropecuária, de crédito, de abastecimento e de armazenamento do Estado;

VIII - estímulo à conscientização da sociedade e dos servidores e empregados públicos sobre a importância da alimentação saudável e do valor social da forma de aquisição dos bens e serviços pelo Estado; e

IX - fomento ao desenvolvimento local e regional.

O Decreto nº 49.338 instituiu, ainda, o Comitê Gestor da Compra Coletiva/RS, que terá a seguinte composição: Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR); Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE); Secretaria da Administração e Recursos Humanos (SARH); Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS); Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA); Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI); Secretaria da Educação (SEDUC); Secretaria da Fazenda (SEFAZ); e Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS). Serão convidadas a integrar o Comitê Gestor, as seguintes entidades: Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS); União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES-RS); Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS); Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL); Fórum Estadual da Economia Solidária; Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural/Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASCAR/EMATER/RS); Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

(FETAG); Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF-SUL); e *Confederación Latinoamericana de Cooperativas y Mutuales de Trabajadores (COLACOT)*.

*Programa Redes de Cooperação*

O Programa Redes de Cooperação é uma iniciativa inovadora do Governo do Estado para desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. Iniciado no ano 2000, foi concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências dos mercados.

A ideia central é reunir empresas com interesses comuns em Redes de Cooperação, constituindo uma entidade juridicamente estabelecida, sem quotas de capital, que mantém a independência legal e a individualidade de cada empreendimento participante. A formação de uma rede permite a realização de ações conjuntas, facilitando a solução de problemas comuns e viabilizando novas oportunidades que isoladamente não seriam possíveis.

O Programa Redes de Cooperação retomou as negociações junto às dez universidades parceiras. Foram realizadas reuniões de trabalho em conjunto com as universidades, sendo solicitados estudos sobre as redes existentes na região de atuação de cada uma das Instituições de Ensino Superior.

Atualmente existem 308 Redes, sendo 237 ativas. Essas Redes estão distribuídas em 71 segmentos, com destaque para as de produtos rurais e agropecuários, indústria de móveis, indústria de calçados, farmácia, vestuário, laticínios, lojas de materiais de construção e rede hoteleira. Cada Rede é constituída, em média, por cerca de dez empresas.

*Junta Comercial do Rio Grande do Sul – JUCERGS e REDESIM*

Objetivando a descentralização dos serviços de registro empresarial, bem como a compatibilização do regramento estadual com a legislação federal em vigor, o Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa Projeto de Lei para transformar a Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCERGS) em autarquia. Essa medida pretende conferir maior autonomia e dinamicidade à Junta Comercial do Estado no desempenho de suas atividades.

A atuação da Junta Comercial sob forma de autarquia permitirá maior racionalização na aplicação dos recursos provenientes de emolumentos e maior eficiência na prestação dos serviços.

Em 2012, a JUCERGS firmou parceria com a Receita Federal do Brasil (RFB) visando reduzir para três dias o tempo para obtenção do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). O procedimento que resulta no número que identifica a pessoa jurídica junto à Receita Federal será centralizado na sede da Junta Comercial em Porto Alegre e também nos 54 Escritórios Regionais do órgão no interior do Estado. Com essa iniciativa, o Rio Grande do Sul torna-se o sétimo Estado da Federação a adotar o sistema.

O novo trâmite para emissão do CNPJ também passará a valer para alterações nas empresas que já estão constituídas, sendo que somente a extinção fará com que o usuário necessite ir até a sede da Receita Federal, já que são necessárias comprovações de ausência de dívidas.

A Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) também deverá estar em pleno funcionamento em 2013. Instituída pela Lei nº 11.598, de 3 de dezembro

de 2007, a REDESIM tem como finalidade estabelecer diretrizes e procedimentos para a simplificação, desburocratização e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Esse sistema fará a integração de todos os processos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, inscrição, alteração e baixa das empresas, por meio de uma única entrada de dados e de documentos, acessada via internet.

*Outras Iniciativas*

Dada a necessidade de aprofundar o conhecimento da situação das Incubadoras Empresariais instaladas no Estado do Rio Grande do Sul e a importância dessas estruturas no apoio ao desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas (MPes), está sendo realizado um diagnóstico para a obtenção das informações necessárias ao planejamento das ações de ampliação do emprego e renda, capacitação das MPes, gestão empresarial, comercial e financeira, fomento ao empreendedorismo e à inovação tecnológica.

Por meio do Decreto nº 48.665, foi instituído o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Rio Grande do Sul (FOPEMEPE/RS), que busca unir esforços do governo e da iniciativa privada para a proposição e elaboração de ações e políticas públicas orientadas para o segmento.

Instituído pelo Decreto nº 48.688, o Conselho Estadual de Economia Solidária (CESOL) tem a função de buscar o consenso em torno de políticas e ações destinadas ao fortalecimento da Economia Solidária no Rio Grande do Sul, estimulando a participação da sociedade civil e da administração pública estadual na definição de políticas nessa área.

**Ações para 2013**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
SESAMPE	Fomento às micro e pequenas empresas	Incubadoras empresariais das micro e pequenas empresas (MPES)
SESAMPE	Fomento às micro e pequenas empresas	Condomínios empresariais
SESAMPE	Fomento às micro e pequenas empresas	Redes de cooperação
SESAMPE	Fomento às micro e pequenas empresas	Capacitação empresarial: gestão e comércio exterior
SESAMPE	Fomento às micro e pequenas empresas	Fórum estadual permanente das microempresas e empresas de pequeno porte do Estado do Rio Grande do Sul
SESAMPE	Fomento às micro e pequenas empresas	Programa gaúcho de microcrédito
SESAMPE	Fomento às micro e pequenas empresas	Promoção à divulgação e comercialização de produtos das microempresas e empresas de pequeno porte
SESAMPE	Fomento às micro e pequenas empresas	Articulação e apoio à inserção produtiva de pequenos empreendimentos associativos urbanos e rurais
SESAMPE	Fomento às micro e pequenas empresas	Programa gaúcho de microcrédito
SESAMPE	Modernização da Junta Comercial	Implantação da REDESIM - rede nacional



ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SESAMPE	Modernização da Junta Comercial	Portal JUCERGS
SESAMPE	Modernização da Junta Comercial	Digitalização do acervo de documentos
SESAMPE	Modernização da Junta Comercial	Emissão de documentos via internet
SESAMPE	Modernização da Junta Comercial	Processo digital
SESAMPE	Programa de apoio ao desenvolvimento de empreendimentos da economia solidária	Elaboração de diagnóstico de identidade, potencialidades e políticas públicas da economia solidária
SESAMPE	Programa de apoio ao desenvolvimento de empreendimentos da economia solidária	Qualificação, capacitação e assessoria técnica aos empreendimentos da economia solidária
SESAMPE	Programa de apoio ao desenvolvimento de empreendimentos da economia solidária	Fomento e incentivo à criação e fortalecimento de cadeias produtivas de economia solidária
SESAMPE	Programa de apoio ao desenvolvimento de empreendimentos da economia solidária	Implantação do programa de finanças solidárias aos empreendimentos da economia solidária
SESAMPE	Programa de apoio ao desenvolvimento de empreendimentos da economia solidária	Promoção da comercialização e do consumo consciente de produtos e serviços da economia
SESAMPE	Programa de apoio ao desenvolvimento de empreendimentos da economia solidária	Regulamentação e implementação da lei estadual da economia solidária

## Infraestrutura e Transporte

As ações desenvolvidas na área de Infraestrutura e Logística no Rio Grande do Sul são atribuições da **Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEINFRA)**. A Secretaria consolida institucionalmente uma visão integrada do papel desempenhado pela infraestrutura no desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul e aglutina, na sua estrutura, empresas estatais, departamentos e autarquias vinculadas: **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT); Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D); Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS); Companhia Riograndense de Mineração (CRM); Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER); Departamento Aeroportuário (DAP); Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH); Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG).**

A **SEINFRA**, através de suas empresas estatais e autarquias vinculadas implementa dois importantes programas, um na área de energia e outro no campo dos transportes e da logística. No setor energético, é executado o Programa Mais Energia Para o Rio Grande, o qual reúne ações da CEEE-D; CEEE-GT; SULGÁS e CRM. Na área do transporte e da logística, o programa Transportes Multimodais congrega as ações implementadas pelo DAER, DAP, SPH e SUPRG.

O **Grupo CEEE** é composto pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE – Par), Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia elétrica (CEEE-GT) e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D).

Nos segmentos de Geração e Transmissão, o Grupo CEEE está presente em todo o Estado do Rio Grande do Sul e seu parque gerador tem uma potência instalada de 1.229,73 MW

considerando-se, nesse total, aqueles empreendimentos de geração próprios e também aqueles que integra mediante a constituição de parcerias.

No segmento Transmissão, possui 6.055,61 km de linhas de transmissão e 62 subestações, as quais, juntas, somam uma potência instalada de 8.237,70 MVA (Mega Volt Amperes) de energia.

Na Distribuição de energia elétrica, atende a um terço do mercado gaúcho através de 72.138 km de redes urbanas e rurais, fornecendo eletricidade a cerca de 4 milhões de pessoas, atuando em 72 municípios.

Juntos, esses negócios resultaram, no ano de 2012, em uma receita operacional líquida superior a R\$ 3 bilhões, bem como na viabilização de investimentos da ordem de R\$ 462 milhões<sup>5</sup>.

O Grupo atua, também, em programas de combate ao desperdício de energia e de eficiência energética, através dos quais foram substituídas 4.816 geladeiras e mais de 40.000 lâmpadas fluorescentes compactas, em unidades consumidoras, no ano de 2012. O total realizado nos dois últimos anos atinge o montante de 9.600 geladeiras e 60.000 lâmpadas. Os beneficiários desses programas foram consumidores que possuem tarifa social, considerados consumidores de baixa renda, e escolas estaduais e municipais, prédios públicos e delegacias, entre outros.

No Programa Luz Para Todos (PLT Rural), foram viabilizados investimentos da ordem de R\$ 11 milhões atendendo, nos últimos anos, 27.685 unidades consumidoras em sete diferentes COREDEs, alcançando mais de 40 municípios do Estado. Desse total, 661 unidades consumidoras foram atendidas no ano de 2012.

O Plano de Investimento das empresas do Grupo CEEE conta com o aporte de R\$ 2,3 bilhões da Conta de Resultados a Compensar (CRC) e também com a assinatura dos contratos de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Os contratos com BID e AFD para a CEEE-D foram assinados em setembro e somam US\$ 218 milhões. Na CEEE-GT o contrato com o BID e a AFD foi assinado em dezembro, e representa o montante de US\$ 147,7 milhões. Os financiamentos foram buscados pelas Companhias para atender parcela do Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e áreas de abrangência da CEEE-GT e CEEE-D, no âmbito do Programa Pró-Energia – RS, o qual contempla as obras da Copa do Mundo de 2014.

Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou duas linhas de financiamento, totalizando R\$ 381 milhões, para o grupo CEEE investir nas áreas de distribuição e transmissão de energia. Os projetos permitirão a modernização e adequação dos sistemas ao aumento da demanda por energia e maior consumo. Do total dos recursos aportados, a CEEE-GT receberá R\$ 236,3 milhões para investimentos em 25 subestações. A CEEE-D terá R\$ 145 milhões para realizar investimentos na modernização do sistema subterrâneo da Região Metropolitana de Porto Alegre, envolvendo novos sistemas de medição de energia,

---

<sup>5</sup> Compreende os investimentos totais do Grupo e os contratos firmados das obras de subestações e linhas de transmissão em andamento. Fonte : Áreas de negócios e STO em 28/12/2012

reforço do sistema de baixa tensão e automação do sistema de média tensão, além da construção de novas subestações e linhas de transmissão. O programa de investimentos prevê a aplicação de cerca de R\$ 3,8 milhões em projetos de desenvolvimento socioeconômico das comunidades moradoras na área de influência dos empreendimentos. Esses projetos deverão ter como foco melhorias na infraestrutura urbana e rural, incluindo saúde, educação, segurança, lazer, capacitação e qualificação de mão de obra local.

Os recursos, oriundos do contrato de resultados da Conta de Resultados a Compensar e dos financiamentos acima referidos, somados, resultarão em um aporte para investimento de mais de R\$ 3,4 bilhões, conforme apresentado no quadro abaixo. O montante total será desembolsado ao longo dos próximos três anos. Os processos de expansão e modernização do sistema elétrico, deflagrados a partir desses investimentos, poderão tornar o Grupo CEEE um dos grandes *players* do mercado gaúcho.

Investimentos Grupo CEEE			
Fonte	CEEE - GT	CEEE- D	Total
CRC - Conta de Resultados a Compensar	2.300.000.000		2.300.000.000
BID/AFD	295.000.000	436.000.000	731.000.000
BNDES	236.300.000	145.000.000	381.300.000
<b>Total</b>			<b>3.412.300.000</b>

No ano de 2012, o Grupo CEEE trabalhou focado no atendimento de três objetivos estratégicos: Renovar/prorrogar as concessões das empresas do Grupo CEEE; Atender as diretrizes dos acionistas; e Alcançar a viabilidade econômico-financeira das empresas do Grupo CEEE.

Com as modificações inseridas no Setor Elétrico, a partir da Medida Provisória (MP) nº 579/2012, o Grupo CEEE atingiu, antecipadamente, o objetivo estratégico “Renovar/prorrogar as concessões”, embora ainda apresente um grande desafio, que é o de manter a sustentabilidade dos seus negócios nos padrões de qualidade técnica e econômica.

O objetivo estratégico “Atender as diretrizes dos acionistas” tem sido buscado, tendo como meta principal as obras para a Copa do Mundo de 2014.

Assim sendo, diante de um cenário desafiador que se desenha para 2013, o Grupo CEEE possui todas as condições para atingir, no médio prazo, aqueles objetivos priorizados no Planejamento Estratégico aprovado pela Companhia.

**A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE – GT)** é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE. Atua na geração, transmissão e comercialização da energia elétrica, produzindo cerca de 18 % da energia hidrelétrica gerada no Rio Grande do Sul, e dispõe de 6.055 km em linhas de transmissão.

O parque gerador da CEEE-GT tem uma potência instalada de 909,9 MW, distribuídos nas usinas do Sistema Jacuí, do Sistema Salto e em mais nove Pequenas Centrais Hidrelétricas.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

No quadro a seguir, está apresentado o Sistema Salto e demais Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) :

Usina	Unidades	Entrada Operação	Potência Instalada (MW)	CEEE Garantia Física (MW Médio)	Local Casa Máquinas
UHE Canastra (1)	1	1956	21,25	24	Canela
	2	1956	21,250		
	<b>Subtotal</b>		<b>42,50</b>		
PCH Bugres (2)	1	1952	11,12	10	Canela
	<b>Subtotal</b>		<b>11,12</b>		
PCH Herval (2)	1	1937	0,72	0,35	Stª Maria do Herval
	2	1937	0,72		
	<b>Subtotal</b>		<b>1,44</b>		
PCH Passo do Inferno (2)	1	1948	1,332	0,52	São Francisco de Paula
	<b>Subtotal</b>		<b>1,332</b>		
PCH Toca (2)	1	1929	0,544	0,36	
	2	1929	0,544		
	<b>Subtotal</b>		<b>1,088</b>		
UHE Ernestina (1)	1	1957	4,80	3,24	Tio Hugo
	<b>Subtotal</b>		<b>4,80</b>		
PCH Capiguí (2)	1	1933	0,56	1,26	Passo Fundo
	2	1956	1,60		
	3	1957	1,60		
	<b>Subtotal</b>		<b>3,76</b>		
PCH Forquilha (2)	1	1950	1,00	0,95	Maximiliano
	<b>Subtotal</b>		<b>1,00</b>		
PCH Guarita (2)	1	1948	1,76	0,99	Herval Seco
	<b>Subtotal</b>		<b>1,76</b>		
PCH Santa Rosa (2)	1	1955	1,40	0,88	Três de Maio
	<b>Subtotal</b>		<b>1,40</b>		
PCH Ijuizinho (2)	1	1950	1,00	0,70	Eugênio de Castro
	<b>Subtotal</b>		<b>1,00</b>		
<b>Total Sistema Salto</b>			<b>71,20</b>	43,25	

(1) UHE : Usina Hidrelétrica;

(2) PCH : Pequena Central Hidrelétrica.

No quadro a seguir, está apresentado o Sistema Jacuí e PCH:

Usina	Unidades	Entrada Operação	Potência Instalada MW	CEEE Garantia Física MW Médio	Local Casa Máquina
UHE Governador Leonel de Moura Brizola (1)	1	Setembro - 62	30	123	Salto do Jacuí
	2	Dezembro - 62	30		
	3	Março - 63	30		
	4	Março - 68	30		
	5	Julho - 68	30		
	6	Agosto - 68	30		
	<b>Subtotal</b>		<b>180</b>		

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Usina	Unidades	Entrada Operação	Potência Instalada MW	CEEE Garantia Física MW Médio	Local Casa Máquina
UHE Passo Real (1)	1	Março - 73	82	68	Salto do Jacuí
	2	Março - 73	75		
	<b>Subtotal</b>		<b>158</b>		
UHA Itaúba (1)	1	Setembro - 79	125	190	Pinhal Grande
	2	Abril - 79	125		
	3	Janeiro - 79	125		
	4	Setembro - 78	125		
	<b>Subtotal</b>		<b>500</b>		
PCH Ivaí (2)	1	Março - 50	0,70	0,45	Júlio de Castilhos
	<b>Subtotal</b>		<b>0,70</b>		
<b>Total Sistema Jacuí</b>	<b>838,70</b>			381,45	

(1) UHE : Usina Hidrelétrica

(2) PCH : Pequena Central Hidrelétrica.

Através de parcerias constituídas com outras empresas, o parque gerador da CEEE-GT obtém ampliação de sua capacidade de geração da ordem de 319,83 MW, atingindo 1.229,73 MW. As parcerias são de dois tipos: um, em que a participação da CEEE-GT é expressa em energia recebida e, outro, em que a CEEE-GT, como sócia do empreendimento, participa dos seus resultados, na forma de dividendos. Nos quadros adiante as parcerias são apresentadas segundo os grupos a que pertencem.

Parcerias do Grupo CEEE - Participação Recebida em Energia							
Usina	Unid	Entrada Operação	Potência Instalada MW	Garantia Física Mwh/mês	CEEE Potência Instalada MW	CEEE Garantia Física Mwh/mês	Local Casa Máquinas
UHE Machadinho	3	2002	1140	43	63	26,16	Piratuba
UHE Dona Francisca	2	2001	125	78	12,5	6	Nova Palma
<b>Total</b>			<b>1.265</b>	<b>551</b>	<b>75,5</b>	<b>32,16</b>	-

Obs. 1 . A CEEE-GT recebe em energia a sua participação nesses empreendimentos.

Obs. 2 . A garantia física à CEEE é de 2 MW/mês nos dez primeiros anos de operação comercial, 6 MW/ mês do 11º ao 20º, e de 10 MW/ mês a partir do 21º ano.

No quadro abaixo ,estão apresentados os empreendimentos cuja participação é recebida em dividendos.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Parcerias do Grupo CEEE - Participação Recebida em Dividendos							
Usina	Unid	Entrada Operação	Potência Instalada a MW	Garantia Física Mwh/mês	CEEE Potência Instalada a MW	CEEE Garantia Física Mwh/mês	Local Casa Máquinas
UHE Monte Claro (*)	2	2005	130	59	39	17,7	Veranópolis / RS
UHA Campos Novos	3	2007	880	377,9	57,3	24,6	Campos Novos / SC
UHE Furnas Segredo	2	2005	9,8	5,51	1,03	0,58	Jaquari / RS
UHE Castro Alves (*)	3	2008	130	64	39	19,2	N. Roma Sul / RS
UHE 14 de Julho (*)	2	2009	100	50	30	15	Cotiporã / RS
UHE Foz do Chapecó	4	2010	855	432	77	38,9	Alpestre / RS
UTE Piratini	1	2003	10	0	1	0	Piratini / RS
<b>Total</b>			<b>2.114,80</b>	<b>988,41</b>	<b>244,33</b>	<b>115,98</b>	-

Obs.: A CEEE-GT não recebe energia destes empreendimentos. Recebe dividendos.

(\*) Usina integrante do projeto CERAN (Companhia Rio das Antas)

Os investimentos realizados pela CEEE-GT no Parque Gerador, e em obras de subestações e linhas de transmissão, com objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica, ao longo de 2012, totalizaram cerca de R\$ 91,52 milhões, sendo R\$ 12,40 milhões na área de Geração, R\$ 77,65 milhões na área de Transmissão e R\$ 1,47 milhões na área de apoio. Além disso, está contratado um volume de R\$ 129,22 milhões em obras de subestações e linhas de transmissão, que totalizarão cerca de R\$ 220,74 milhões de recursos viabilizados na expansão do Sistema Elétrico, evitando os gargalos no aumento da demanda por energia.

Ações da CEEE-GT no Programa Energia Para o Rio Grande (*)	Realizado (R\$)
Expansão da Geração	54.965.317,11
Manutenção e Operação da Geração	66.160.812,65
Expansão da Transmissão	110.348.995,20
Manutenção e Operação da Transmissão	103.807.278,73
Ação de Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	16.253.431,31
<b>Total Geral</b>	<b>351.535.835,00</b>

(\*) Valores realizados até 27/12/2012, consideradas a Despesa de Capital e as Despesas Correntes: Custeios das Áreas Técnicas, Intra-setorial e Institucional. Na Ação de Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura, consideradas as Despesas de Custeio da Área de Apoio e a Despesa de Capital.

O quadro acima resume a forma como recursos foram aportados, considerando-se as ações finalísticas do Programa Energia Para o Rio Grande e a ação Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

A CEEE-GT participa do Programa Energia para o Rio Grande executando cinco ações que podem se organizar segundo três grupamentos estruturadores: grupamento Geração e engloba as ações Expansão da Geração e Manutenção e Operação da Geração; grupamento Transmissão, que organiza duas ações – a Expansão da Transmissão e a Manutenção e Operação da Transmissão; grupamento que corresponde à ação de Pesquisa e Desenvolvimento.

*Primeiro Grupamento: Geração*

A ação Expansão da Geração tem foco na ampliação da capacidade de produção de energia elétrica. Objetiva o aumento da participação no mercado e o aumento de sua rentabilidade através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos das diversas fontes de energia, em especial a energia eólica, biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Busca também expandir e modernizar o Sistema Elétrico visando à Copa 2014. A CEEE-GT, no ano de 2012, agiu para estabelecer as bases infraestruturais necessárias ao cumprimento da meta física de 360 MW fixada no Plano Plurianual, para ser atingida até o ano de 2015. Para tanto, em 2012, aplicou recursos próprios da ordem de R\$ 54,96 milhões, na ampliação de sua capacidade de geração. Para o incremento do suporte financeiro das atividades desenvolvidas, no âmbito da ação Expansão da Geração, a CEEE-GT viabilizou, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um empréstimo de US\$ 88,7 milhões. O financiamento será complementado com US\$ 59,1 milhões através de recursos provenientes de empréstimo da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). O custo total do projeto é de US\$ 147,8.

Entre as obras que utilizarão os recursos, na área de Geração, está a ampliação da PCH de Ijuzinho II. Nesse mesmo segmento destaca-se, ainda, a modernização de unidades geradoras das Usinas Hidrelétricas Passo Real e Itaúba. Em relação à infraestrutura da transmissão, integram esse pacote a ampliação e/ou adequação de 15 subestações, duas linhas de transmissão e adequação de três bancos de capacitores, com a finalidade de atender o crescimento da demanda e melhorar a qualidade nos controles de tensão.

A ação congregou, também, um outro conjunto de atividades regionalizadas que objetivam contribuir materialmente para a expansão da capacidade de produção de energia e da modernização do parque gerador. A CEEE-GT programou o desenvolvimento de projetos básicos de engenharia e obras, bem como processos de obtenção de licenciamento em diversas usinas de seu parque gerador, os quais aguardam licença da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e processo de revisão com base na MP nº 579. As usinas objeto dos referidos projetos de aumento de capacidade de produção se enquadram em dois processos qualitativos, um com obras de ampliação e, outro, com obras de repotenciação.

No primeiro grupo estão : UHE Ernestina, PCH Santa Rosa, UHE Bugres, PCH Guarita e PCH Forquilha, que deverão somar uma capacidade de geração instalada de 62,7 MW. No que tange à repotenciação, destaca-se a UHE Leonel Brizola (Jacuí), que hoje conta com 180 MW e poderá ter um incremento de cerca de 42 MW de capacidade instalada. A capacidade de geração dessas usinas, ao fim dos investimentos e da implementação completa das obras projetadas, deverá ser expandida em 83,8 MW, atingindo, juntas um total de 284,7 MW.

A Copa de 2014 vai contribuir significativamente para o aumento da demanda por energia. A ação referente à Expansão da Geração programou um conjunto de atividades, projetos e obras destinados ao atendimento dessa demanda. Estão programadas realizações que

congregam diferentes atividades, concatenadas, através das quais a CEEE-GT, já no ano de 2012, passa a agir para constituir as condições materiais necessárias ao atingimento da meta física, fixada em 83,7 MW, para ser atingida no ano de 2014. Visando ao atendimento dessa nova demanda por energia, duas UHEs e uma PCH serão objeto de investimentos, através de obras de reformas destinadas a garantir e ampliar a capacidade de produção instalada.

A UHE Passo Real e a UHE Itaúba serão reformadas. Os contratos estão assinados, e o início efetivo das obras está previsto para os primeiros meses de 2013. A PCH Ijuízinho tem projeto de reforma que prevê a ampliação da sua capacidade de geração, expandindo em 14 MW a capacidade atual de 1 MW e atingindo um total de 15 MW. A conclusão dos projetos de engenharia e a contratação de obras e dos serviços necessários aguardam a devida revisão, em função da MP nº 579.

A Expansão da Geração tem dado especial atenção, para alcançar seu objetivo, a projetos com novas fontes, em especial a energia eólica. Nesse particular, durante o ano de 2012, a CEEE-GT deu continuidade às atividades de prospecção e medições anemométricas iniciadas em 2011 no município de Rio Grande, e foram instaladas duas novas torres de medição nos municípios de Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar. Paralelamente, está sendo estudada nova área de prospecção na região da Campanha, de maneira que, ao longo de 2013, a Companhia possa dispor de quatro torres de medição atuando simultaneamente.

A CEEE-GT adquiriu 10% do capital da *holding* do grupo espanhol Elecnor Renováveis, responsável pelos complexos eólicos de Osório (com 302,9 MW) e de Palmares do Sul (com 125,9 MW). A parceria inclui também, além das unidades já em operação, as ampliações previstas na região, até uma potência total de 500 MW. O investimento constitui um aporte de cerca de R\$ 81 milhões.

A ação Manutenção e Operação da Geração objetiva manter o percentual ótimo de disponibilidade do fornecimento de energia elétrica. A CEEE-GT, no ano de 2012, agiu para constituir as condições materiais necessárias ao atingimento de uma meta física fixada em 90,27 % para o período do PPA 2012-2015. Para tanto, no ano de 2012, aplicou recursos na ordem de R\$ 66,16 milhões, sendo R\$ 54,36 milhões destinados às despesas correntes e R\$ 11,80 milhões às despesas de capital na manutenção da geração e da operação de seu parque gerador, promovendo a modernização e a adequação das usinas existentes e objetivando a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica. Os serviços, obras e investimentos estão sendo realizados de forma regionalizada, por COREDEs, conforme a localização de cada uma das usinas do parque gerador.

Dentro dessa ação, merece destaque a conclusão da reforma na Barragem de UHE Ernestina. As obras concluídas e entregues no dia 23 de setembro de 2012 compreendem o reforço e a modernização da estrutura da barragem, localizada no município de Tio Hugo. Essa obra recebeu investimentos da ordem de R\$ 17,3 milhões, concretizando um projeto que levou quatro anos para ser concluído. Com a reforma, a barragem, construída na década de 50, dobrou sua segurança hidráulica o que permitirá a ampliação de geração, dos atuais 4,8 MW para 12 MW. O quadro a seguir apresenta as usinas objeto de manutenção e operação.



MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Manutenção e Operação da Geração - Obras e Investimentos		
Corede	Usinas	Situação
Alto da Serra do Botucarái	UHE Ernestina	Em andamento
Alto Jacuí	UHE Jacuí - UHE Passo Real	Em andamento
Central	UHE Itaúba - UHE Ivaí	Em andamento
Fronteira Noroeste	PCH Santa Rosa	Em andamento
Hortênsias	UHE Canastra e PCHs: Bugres, Toca e Passo do Inferno	Em andamento
Médio - Alto Uruguai	PCH Guarita	Em andamento
Missões	PCH Ijuizinho	Em andamento
Nordeste	PCH Forquilha	Em andamento
Paranhana - Encosta da Serra	PCH Herval	Em andamento
Produção	PCH Cpigui	Em andamento

*Segundo Grupamento: Transmissão*

A CEEE-GT é responsável pela maior parte das instalações que compõem a Rede Básica de Transmissão do Estado. Viabiliza o suprimento de energia às concessionárias de distribuição: CEEE Distribuidora, AES Sul, RGE, concessionárias municipais e cooperativas de eletrificação rural. Para tanto, dispõe de 6.055,61 km de linhas de transmissão. Possui ainda 62 Subestações, as quais, juntas, totalizam uma potência de 8.237,7 MVA.

A ação Expansão da Transmissão tem foco na construção e na ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica. Visa, além de aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT, expandir e modernizar o Sistema Elétrico, com vistas a atender o aumento da demanda instalada e da demanda por energia resultante da realização da Copa do Mundo de 2014. No ano de 2012 foram aplicados R\$ 110,35 milhões na expansão da capacidade de transmissão. Desse total, R\$ 40,95 milhões foram destinados às despesas correntes e R\$ 69,40 milhões às despesas de capital.

A ampliação da capacidade de transmissão contém obras de expansão da transmissão, incluídas no planejamento geral da Companhia, e obras, atividades e investimentos relacionados à Copa de 2014. A seguir são apresentados quadros que detalham todas estas situações.

Subestações com obras já contratadas (ampliação em 379 MVA da potência instalada):

Capacidade de Transmissão Expandida - Valores em MVA (Mega Volt Ampere)				
Subestação	COREDE	Potência Atual	Potência Expandida	Potência Final
SE Bagé II	Campanha	135	15	150
SE Alegrete 2	Fronteira Oeste	83	83	166
SE Quinta	Sul	281	231	512
SE São Vicente	Vale do Jaguari	108	50	158
<b>Sub Total</b>	-	<b>607</b>	<b>379</b>	<b>986</b>

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Subestações objeto de ampliação e/ou modernização em fase de estudos e projetos:

<b>Capacidade de Transmissão Expandida - Projetos em fase de desenvolvimento</b>			
<b>Subestação</b>	<b>COREDE</b>	<b>Situação</b>	<b>Resolução ANEEL</b>
SE Alegrete 2	Fronteira Oeste	Estudos e Projetos	REA 2376/10
SE Pelotas 3 – 83 MVA	Sul		REA 3233/11
SE Bagé 2	Campanha		REA 3233/11
SE Erechim	Norte		REA 2837/11
SE Livramento	Fronteira Oeste		REA 3159/11
SE Taquara	Paranhana - Encosta da Serra		REA 3159/11
SE Osório 2	Litoral		REA 2040/09
SE Jacuí	Alto Jacuí		REA 2376/10
SE São Jerônimo	Centro Sul		REA 3159/11
SE UTE Uruguaiana	Fronteira Oeste		REA2376/10

Subestações com obras contratadas visando a Copa de 2014 (ampliação de 741 MVA na potência instalada do sistema de transmissão):

<b>Capacidade de Transmissão Expandida - Copa 2014 - Valores MVA (Mega Volt Ampere)</b>				
<b>Subestação</b>	<b>COREDE</b>	<b>Potência</b>		
		<b>Atual</b>	<b>Expandida</b>	<b>Final</b>
SE Maçambará	Fronteira Oeste	216	83	299
SE Cachoeirinha	Metropolitano	85	42	127
SE Ijuí	Noroeste Colonial	33	17	50
SE Taquara	Paranhana	192	150	342
SE Lageado 2	Vale do Taquari	166	133	299
SE Canoas 1	Vale do Rio dos Sinos	50	50	100
SE Santa Maria 1	Central	67	25	92
SE Santa Maria 3	Central	166	83	249
SE Uruguaiana 5	Fronteira oeste	166	83	249
SE Nova Prata	Serra	125	75	200
<b>Sub Total</b>		<b>1266</b>	<b>741</b>	<b>2007</b>

O conjunto de obras previstas para a Copa contém, assim como no primeiro grupo, um conjunto de Subestações cujas obras estão em fase de elaboração de estudos, conforme relacionado no próximo quadro.

<b>Capacidade de Transmissão Expandida Copa 2014 - Projetos em Andamento</b>			
<b>Subestação</b>	<b>COREDE</b>	<b>Situação</b>	<b>Resolução ANEEL</b>
SE Eldorado do Sul	Metropolitano	Em projeto	REA 1734/08
SE Porto Alegre 10 – 50 MVA	Metropolitano	Em projeto	REA 2376/10 e REA
SE Porto Alegre 8 – 83 MVA	Metropolitano	Em projeto	REA 3159/11
SE Porto Alegre 9	Metropolitano	Em projeto	REA 2376/10
SE Porto Alegre 13	Metropolitano	Em estudo	REA 3233/11
SE São Borja 2 – 50 MVA	Fronteira Oeste	Em estudo	REA 2571/10
SE Santa Rosa 1 – 25 MVA	Fronteira Noroeste	Em estudo	REA 3159/11
SE Passo Real – 150 MVA	Alto Jacuí	Em estudo	REA 2571/10
SE Guarita – 95 MVA	Médio Alto Uruguai	Em estudo	REA 2571/10 e REA

A ação Manutenção e Operação da Transmissão está focada nas atividades de manutenção da garantia do bom desempenho e disponibilidade do sistema e, no ano de 2012, a CEEE-GT aplicou R\$ 103,80 milhões, sendo R\$ 95,55 milhões destinados às despesas correntes e R\$ 8,25 milhões, às despesas de capital. Foram executadas programações de manutenção preventiva e preditiva das subestações e linhas de transmissão e operação da rede básica de transmissão, de forma a garantir o bom desempenho do sistema que, no ano de 2012, atingiu o percentual de 99,52 % de disponibilidade garantida. Duas outras importantes atividades no campo da operação da transmissão foram realizadas durante o ano de 2012

- Digitalização de Subestações – Subestações Atendidas por Sistema Digital: A Digitalização do Sistema de Telecomunicações de Subestações por fibra ótica ou rádio digital visa atender os parâmetros definidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). No ano de 2012 duas subestações foram objeto de instalação de sistema digital através de rádio: a SE Lageado 2, no COREDE Vale do Taquari, e a SE Garibaldi, no COREDE Serra.
- Lançamento de Fibra Ótica: Durante o ano de 2012, a CEEE-GT assinou contrato para a execução de dois trechos de lançamento de cabo *Optical Fiber Ground Wire (OPGW)*, alcançando uma extensão total de 42,1 km. Um deles é o acesso à Subestação Santa Maria 3, com 2,1 km de extensão; o outro envolve a Linha de Transmissão LT 230 kV - Cidade Industrial x Guaíba 2, com 40 km de extensão. Essas obras visam melhorar a comunicação e o envio de dados para os Centros de Operação do Sistema da Empresa e do Operador Nacional do Sistema Elétrico Brasileiro (ONS).

A ação Pesquisa e Desenvolvimento, desenvolvida pela área de Geração e Transmissão, busca incentivar processos e projetos inovadores que venham fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico, tendo como base a regulamentação do Programa de P&D do segmento. A Companhia aplica, anualmente, um percentual de 0,4% de sua Receita Operacional Líquida em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento na forma da regulamentação da ANEEL. O investimento total, em 2012, foi de R\$ 3,04 milhões.

A **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)** é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE, concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica na Região Sul-Sudeste do Estado.

Com área de concessão que compreende as Regiões Metropolitana, Sul, Litoral e Campanha Gaúcha, a CEEE Distribuição atende 72 municípios, abrangendo 73.627 km<sup>2</sup>, o que corresponde, aproximadamente, a 34% do mercado consumidor do Rio Grande do Sul, através de seus 72.138 km de redes urbanas e rurais.

A CEEE Distribuição atendeu, em 2012, um total de 1,5 milhão de unidades consumidoras, o que equivale a cerca de quatro milhões de pessoas, ou um terço da população gaúcha, distribuindo, diretamente, 8,3 mil GWh.

No ano de 2012, a CEEE-D realizou importantes investimentos na Planta Elétrica, principalmente, em redes de distribuição, linhas e subestações, visando à qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados, totalizando R\$ 147 milhões. Além disso, foram contratados outros R\$ 95 milhões para obras de subestações e linhas de subtransmissão. Somados, esses recursos totalizarão R\$ 242 milhões a serem aplicados na expansão do Sistema

Elétrico e irão garantir a realização das obras da Copa do Mundo e honrar o acordo firmado com o BID.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D é agente interveniente e parte integrante do Programa Energia para o Rio Grande. A Companhia desenvolve quatro ações específicas: Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição; Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão-Linhas de Transmissão e Subestações; Eficientização Energética; e, Pesquisa e Desenvolvimento.

O quadro abaixo resume a forma como os recursos foram aportados e apresenta a totalidade da movimentação de recursos da Companhia, os quais montam mais de R\$ 2,86 bilhões. Dentro desse valor, se encontram os recursos destinados aos investimentos de capital referidos anteriormente. O quadro apresenta as movimentações financeiras das ações finalísticas do Programa Energia para o Rio Grande e a ação de Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura.

<b>Ações Finalísticas, Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura CEEE - D</b>	<b>Realizado (R\$) (*)</b>
Expansão, renovação e melhoria das instalações de redes de distribuição	2.205.452.644,92
Expansão, renovação e melhoria das instalações de redes de subtransmissão	615.881.841,25
Apoio administrativo e qualificação da Infraestrutura	78.209.423,72
<b>Total</b>	<b>2.889.543.909,89</b>

(\*) Valores realizados até 26/12/2012. Considerada a Despesa de Capital e Despesas Correntes envolvendo custeio da área técnica, Intrasetorial e Institucional. Na ação de Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura, considerado o Custeio da área de apoio e a Despesa de Capital.

A ação Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição tem seu foco no atendimento às redes de distribuição e visa agir em três campos de atuação: 1) Expansão destinada a suportar o incremento de carga para o atendimento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; 2) Substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; 3) Melhorias físicas necessárias à manutenção da qualidade e da confiabilidade e da continuidade do suprimento de energia realizada pelo sistema elétrico da Companhia, bem como da qualidade do serviço prestado

A CEEE-D aplicou R\$ 2,20 bilhões em atividades relacionadas à expansão, renovação, melhoria e manutenção das instalações de redes de distribuição. Destes, R\$ 2,09 bilhões foram destinados às despesas correntes e R\$ 106,46 milhões, às despesas de capital. O resultado da aplicação desses recursos aponta para uma expansão da capacidade de rede de distribuição da ordem de 130.448 kVA (Quilo Volt Ampere).

Dentro dessa ação, de forma suplementar, a CEEE-D deu andamento ao Programa Luz Para Todos, executando-o em duas frentes de ação – o PLT Rural e o PLT Urbano. Através dessas ações, foram viabilizados investimentos e obras de reforço, melhoria, incremento de carga e regularização de unidades consumidoras, objetivando inclusão social.

O PLT Rural contempla obras em rede de distribuição de média e baixa tensão, visando garantir a universalização do acesso à energia elétrica à parcela da população do meio rural. No ano de 2012, foram viabilizados investimentos diretos da ordem de R\$ 11 milhões, abrangendo

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

27.685 unidades na totalidade do Programa. Ainda em 2012, foram atendidas 661 unidades consumidoras em sete diferentes COREDEs, alcançando mais de 40 municípios do Estado; as demais 654 unidades objeto do PLT estão com ligação programada para 2013, conforme apresentado a seguir.

<b>Expansão da Distribuição / PLT Rural - Atendimento Unidades Consumidoras</b>			
<b>Projeto</b>	<b>COREDE</b>	<b>Ligações Novas Unidades</b>	
		<b>Realizadas</b>	<b>Programadas 2013</b>
PLT Rural	Campanha	1.672	0
	Centro sul	5.323	317
	Litoral	4.135	80
	Metropolitano	2.320	68
	Sul	13.281	120
	Vale do Rio Pardo	828	69
	Vale do Taquari	126	0
<b>Subtotal</b>		<b>27.685</b>	<b>654</b>
<b>Total Geral</b>		<b>28.339</b>	

O PLT Urbano contempla obras em rede de baixa tensão, visando regularizar ligações existentes em vilas clandestinas e universalização do acesso à energia elétrica. No ano de 2012, foram viabilizados investimentos diretos da ordem de R\$ 1,32 milhão. A meta para o ano foi fixada em 3.436 unidades consumidoras, sendo executadas 10 obras para beneficiar 3.375 dessas unidades (98% da meta proposta), das quais 1.293 já foram ligadas até 31 de dezembro de 2012. A quase totalidade dessas unidades está localizada na Região Metropolitana e será regularizada mediante o contrato CEEE-D 9948525, assinado no mês de outubro de 2012.

Outras duas atividades finalísticas são realizadas dentro dessa ação, através da construção de alimentadores e obras em redes de distribuição.

A construção de alimentadores de distribuição de média e baixa tensão em subestações objetiva melhorar os indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica e a confiabilidade do sistema. Estão encaminhadas as providências que permitirão a construção de mais de 40 alimentadores, de baixa ou média tensão, em subestações dos seguintes municípios: Viamão, Porto Alegre, São Lourenço, Pelotas, Rio Grande.

<b>COREDE</b>	<b>Município</b>	<b>Alimentadores</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Situação</b>
Metropolitano	Porto Alegre	Rede Compacta	Melhoria	Em obras
		SE PAL 1	Construção	Em licitação
		SE PAL 2	Melhoria	Em obras
		SE PAL 7	Construção	Em licitação
		SE PAL 7 Rede Subterrânea	Construção	Projeto Básico
		SE PAL 12	Construção e	Concluído
		SE PAL 15	Construção	Licitação projeto executivo
	Viamão	SE Viamão 1	Melhoria	Em licitação
		SE Viamão 2	Construção e	Em obras

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

COREDE	Município	Alimentadores	Discriminação	Situação
Sul	São Lourenço	SE São Lourenço	Melhoria	Em licitação
	Rio Grande	SE Quinta	Melhoria	Em licitação
	Pelotas	SE Pelotas 1	Construção e	Projeto Básico
	Rio Grande	SE Cassino	Melhoria	Em licitação
	Sta. Vitoria Palmar	SE Marmeleiro	Melhoria	Licitação após safra
Litoral	Atlântida	6 SE Atlântida	Melhoria	Em obras
	Atlântida	6 SE Atlântida	Melhoria	Em licitação
	Arroio do Sal	4 SE Arroio do Sal	Melhoria	Em licitação
	Pinhal	2 SE Pinhal	Melhoria	Em licitação
	Tramandaí	3 SE Tramandaí	Melhoria	Concluída
	Tramandaí	3 SE Tramandaí	Melhoria	Em obras
	Tramandaí	1 SE Tramandaí	Melhoria	Concluída
	Torres	1 SE Torres	Melhoria	Concluída
	Torres	1 SE Torres	Melhoria	Em projeto
	Torres	2 SE Torres	Melhoria	Concluída
	Torres	3 SE Torres	Melhoria	Concluída
	Torres	3 SE Torres	Melhoria	Em projeto
Centro Sul	Sertão Santana	Sertão Santana	Melhoria	Concluído
	Dom Feliciano	Dom Feliciano	Melhoria	Concluído
	Arambaré	Arambaré	Melhoria	Em licitação
	Camaquã	Camaquã 1	Construção	Em licitação
	Camaquã	Camaquã 2	Construção	Em licitação
	Tapes	Tapes	Melhoria	Em licitação

As obras em redes de distribuição contemplam principalmente serviços em redes de baixa tensão, aéreas e subterrâneas, como abertura de circuito com instalação de unidades transformadoras, recondutoramento, extensão e alteração do padrão, bem como obras destinadas à substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim de sua vida útil. O objetivo é atender o crescimento vegetativo, a melhoria da confiabilidade do sistema e a consequente redução de perdas de energia. No ano de 2012, foram viabilizados investimentos diretos da ordem de R\$ 94,14 milhões, bem como melhorias em redes que se estendem por seis COREDEs: Campanha, Centro Sul, Litoral, Metropolitano-Delta do Jacuí, Sul, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari.

COREDE	Discriminação	Investimentos Aplicados	Situação
Metropolitano	Redes de Distribuição	37.527.000	Contratos em andamento, obras por demanda do consumidor
Sul		23.231.000	
Campanha		5.361.000	
Centro Sul		7.148.000	
Litoral		15.189.500	
Vale do Rio Pardo		893.500	

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

A ação Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão, Linhas de Transmissão e Subestações busca atender as instalações da subtransmissão (linhas e subestações) visando à expansão, renovação, melhoria, operação e manutenção do Sistema Elétrico e à expansão e modernização necessárias à preparação da infraestrutura para o atendimento de demandas por energia decorrentes da realização da Copa 2014.

A CEEE-D aplicou R\$ 615,88 milhões em atividades relacionadas à Expansão, Renovação Melhoria e Manutenção das Instalações de Subtransmissão. Destes, R\$ 592,02 milhões foram destinados às despesas correntes e R\$ 23,86 milhões, às despesas de capital. O resultado da aplicação desses recursos aponta para uma expansão da capacidade de rede de distribuição da ordem de 70,50 MVA (Mega Volt Amperes). As atividades podem ser divididas em dois grupos: o primeiro reúne atividades relacionadas às redes de subtransmissão e, o segundo, às subestações.

No que refere às Redes de Subtransmissão, estão em andamento serviços de desenvolvimento de projetos de engenharia e obras de construção, recondutoramento, reisolamento e melhorias que envolvem 372,49 km de redes que integram o sistema. Os investimentos em redes destinadas a atender demandas oriundas da Copa de 2014 estão destinados a linhas localizadas em cinco COREDEs e visam atender a progressão da demanda regional, envolvendo 32,8 km de linhas localizadas no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.

A síntese das atividades pode ser acompanhada nos quadros abaixo.

<b>Capacidade de Subtransmissão Expandida - Linhas de Subtransmissão</b>				
<b>COREDE</b>	<b>Linha Transmissão - Trecho</b>	<b>Extensão</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Situação</b>
Campanha	LT Bagé x Dom Pedrito	40	Construção	Concluída – Energizada
Centro Sul	LT Dom Feliciano	1	Construção	Projeto Básico/Licitação
	LT Charqueadas x Areal	31	Recondutoramento	Projeto Básico/Licitação
	LT Camaquã x S. Lourenço	65	Recondutoramento	Projeto Básico/Licitação
Litoral	LT Atlântida 2 x Imbé	19,5	Construção	Terreno Subestação/ Compra
	LT Atlântida 2 x Atlântida Sul	1	Construção	Projeto Básico/Licitação
	LT Atlântida 2 x Torres	19,84	Recondutoramento	Projeto Básico/Licitação
	LT Dom Pedro de Alcântara	9	Construção	Terreno Subestação/ Compra
Metropolitano	LT Viamão Águas Claras	22	Construção	Projeto Básico/Licitação
	LT Alvorada 2	3,5	Construção	Projeto Básico/Licitação
Sul	LT Pelotas 5	1	Construção	Terreno Subestação/ Compra
	LT Rio Grande 4	3,3	Construção	Terreno Subestação/ Compra
	LT Mangueira	15	Construção	Terreno Subestação/ Compra
	LT Quinta x São José do Norte	33,65	Construção	Projeto Básico/Licitação
	LT Morro Redondo	0,5	Seccionamento	Projeto Básico/Licitação
	LT Quintas x Pelotas 1	40	Reisolamento	Processo Licitatório
	LT S. José Norte - Subaquática	2,2	Melhoria	Concluída/Energizada
LT Camacuã x São Lourenço	65	Recondutoramento	Processo Licitatório	
<b>Total</b>		<b>372,49</b>	Extensão em quilômetros	

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

As atividades do quadro a seguir visam à expansão e modernização do Sistema Elétrico em função da realização da Copa de 2014

<b>Capacidade de Subtransmissão Expandida - Copa de 2014 - Linhas de Subtransmissão</b>				
<b>COREDE</b>	<b>Linha Transmissão - Trecho</b>	<b>Extensão</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Situação</b>
Metropolitano	LT Floresta	3,2	Construção	Projeto Básico
	LT Porto Alegre 8 x Zaffari	3,2	Construção	Em Obras
	LT Porto Alegre 9 x Porto Alegre 7	3,2	Construção	Em Obras
	LT Porto Alegre 109 x Menino Deus	2,6	Construção	Licitação
	LT Porto Alegre 12 x Porto Alegre 5	3,2	Construção	Licitação
Delta	LT Porto Alegre 14 x Porto Alegre 1 5	7,0	Construção	Contrato Assinado
Jacuí	LT ZAFFARI x Porto Alegre1	1,8	Construção	Licitação
	LT Rincão	0,5	Construção	Projeto Básico
	LT Albarus x Aeroporto	1,1	Construção	Projeto Básico
	LT Porto Alegre 8 x Porto Alegre 1 7	7,0	Construção	Projeto Básico
<b>Total</b>		<b>32,8</b>	Extensão em quilômetros	

No que se refere às Subestações, estão em andamento serviços de projetos de engenharia e obras de ampliação, construção, melhoria ou modernização em 37 subestações do sistema. Nos quadros abaixo, elas estão apresentadas, evidenciando-se o tipo de obra e a sua situação. No primeiro quadro, estão apontadas as obras e os serviços em andamento nas demais subestações do sistema, através das quais haverá um acréscimo de outros 783 MVA de potência ao sistema. O segundo quadro apresenta as subestações cujos projetos estão vinculados à realização da Copa de 2014. Estas, mediante a realização dos investimentos, proporcionarão um aumento de potência de cerca de 325 MVA.

**Subestações - Sistema Geral**

<b>Capacidade de Subtransmissão Expandida - Subestações</b>			
<b>COREDE</b>	<b>Subestação</b>	<b>Obra</b>	<b>Situação</b>
Campanha	SE Dom Pedrito (33 MVA)	Ampliação	Concluída
	SE Bagé 1 (25 MVA)	Ampliação	Concluída
Centro Sul	SE Dom Feliciano (12,5 MVA)	Construção	Projeto Básico/Terreno
	SE São Jerônimo (12,5 MVA)	Construção	Projeto Básico
	SE São Lourenço	Melhoria	Concluída
Litoral	SE Torres 1 (25 MVA)	Ampliação	Projeto Básico
	SE Imbé (25 MVA)	Construção	Terreno / Compra
	SE Dom Pedro de Alcântara (12,5 MVA)	Construção	Terreno / Negociação
	SE Atlântida Sul (12,5 MVA)	Ampliação	Concluída
	SE Osório 1 - Torres - Arroio do Sal - Palmares - Disjuntores	Modernização	Projeto Básico
	SE Arroio do Sal, Atlântida Sul, Mostardas, Osório 1, Palmares do Sul, Pinhal, Torres e Tramandaí. – TC e TP	Modernização	Projeto Básico



MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Capacidade de Subtransmissão Expandida - Subestações</b>			
<b>COREDE</b>	<b>Subestação</b>	<b>Obra</b>	<b>Situação</b>
Metropolitano Delta Jacuí	SE Porto Alegre 5 (100 MVA)	Ampliação	Licitação
	SE Porto Alegre 7 (100 MVA)	Construção	Em obras
	SE Porto Alegre 16	Modernização	Licitação
	SE Viamão 2 (25 MVA)	Ampliação	Em obras
	SE Alvorada 2 (50 MVA)	Construção	Projeto Básico
	SE Águas Claras (25 MVA)	Construção	Projeto Básico
	SE POA 16; POA 14; Alvorada e Guaíba 1 - Disjuntores	Modernização	Projeto Básico
	SE Alvorada; Guaíba 1; POA 1; POA 2; POA 5; POA 14; POA 16; Viamão 2 – TC e TP	Modernização	Projeto Básico
Sul	SE Pelotas 1 (50 MVA)	Ampliação	Em obras
	SE Pelotas 4 (75 MVA)	Ampliação	Licitação
	SE Pelotas 5 (50 MVA)	Construção	Terreno / Compra
	SE Pedro Osório	Adequação	Em obras
	SE São José do Norte (12,5 MVA)	Construção	Projeto Básico
	SE Morro Redondo (25 MVA)	Construção	Projeto Básico
	SE Mangueira (25 MVA)	Construção	Terreno /Negociação
	SE Dom Feliciano (12,5 MVA)	Construção	Projeto Básico/Terreno
	SE São Lourenço	Modernização	Concluído
	SE Rio Grande 2 (50 MVA)	Ampliação	licitação
	SE Rio Grande 4 (25 MVA)	Construção	Terreno /Negociação
	SE Marmeleiro	Modernização	Licitação
	SE Santa Vitória do Palmar	Modernização	Licitação
	SE Arroio Grande; Cassino; Jaguarão; Pelotas 2 e Santa Vitória do Palmar – TC e TP	Modernização	Licitação
	Rio Grande 1 e 3; Pelotas 2 e Jaguarão - Disjuntores	Modernização	Licitação

Subestações Copa 2014

<b>Capacidade de Subtransmissão Expandida - Copa de 2014 - Subestações</b>			
<b>COREDE</b>	<b>Subestação</b>	<b>Obra</b>	<b>Situação</b>
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 1	Melhoria	Projeto Básico
	SE Porto Alegre 12 (25MVA)	Ampliação	Em Obras
	SE Porto Alegre 14	Modernização	Licitação
	SE Porto Alegre 15 (50 MVA)	Construção	Em Obras
	SE Porto Alegre 17 (50 MVA)	Construção	Terreno SE / desapropriação
	SE Aeroporto (50 MVA)	Construção	Terreno Subestação / Compra
	SE Floresta (50 MVA)	Construção	Licitação
	SE Menino Deus (50 MVA)	Construção	Em Obras
	SE Rincão (50 MVA)	Construção	Projeto Básico

A ação Eficientização Energética tem foco em realizações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica, compreendidas no Programa de Eficiência Energética das Empresas de Distribuição (PEE). Para o cumprimento dessa obrigação, as

concessionárias devem apresentar à ANEEL projetos de eficiência energética e combate ao desperdício de energia elétrica. Como exemplo de ações, tem-se a distribuição de lâmpadas eficientes, a iluminação adequada de escolas, hospitais, prédios públicos, substituição de motores para estações de tratamento de água e esgoto e a substituição de refrigeradores obsoletos por modelos eficientes.

Para o suporte financeiro das atividades desenvolvidas no âmbito dessa ação, a CEEE-D viabilizou, no ano de 2012, a aplicação de R\$ 6,21 milhões. Esses recursos foram utilizados na substituição de geladeiras e lâmpadas ineficientes de casas utilizadas em moradias de consumidores enquadrados na classe baixa renda. Foram substituídas 4.816 geladeiras e mais de 40.000 lâmpadas fluorescentes compactas, no ano de 2012 totalizando, em dois anos, 9.600 geladeiras e 60.000 lâmpadas, respectivamente.

A ação Pesquisa e Desenvolvimento atende à obrigatoriedade, prevista em lei, da aplicação de recursos em P & D. Cabe à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. A Agência estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos por meio do Manual de Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. A CEEE-D aplicou R\$ 3,97 milhões, durante o ano de 2012, em projetos com foco na busca constante por inovações que venham enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico.

A **Companhia Riograndense de Mineração - CRM** é uma empresa de economia mista controlada pelo Governo do Estado e tem como missão pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A principal aplicabilidade da atividade-fim da CRM tem, nos últimos anos, sido a geração de energia elétrica a partir do carvão mineral.

A CRM é uma das principais fornecedoras nacionais de combustível para geração termoelétrica a carvão mineral. Ocupa lugar de destaque no *ranking* das empresas de mineração de carvão do Brasil e sua atividade está embasada na importância do carvão como fonte energética alternativa de baixo custo. Embora a produção das termoelétricas a carvão seja reduzida – representa apenas 1,5% do sistema elétrico nacional – o carvão mineral se apresenta como alternativa viável, tanto do ponto de vista técnico quanto sob o aspecto econômico e ambiental. Ademais, a localização de suas jazidas confere, à sua relevância estritamente energética, interesse e importância de caráter estratégico para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

A Companhia é detentora de grande potencial energético sob a forma de reservas de carvão mineral estimadas em mais de 3 bilhões de toneladas. Essas reservas estão distribuídas em diferentes áreas, algumas com titulação de lavra já consignada pelo órgão regulador federal e outras, ainda em fase de pesquisa. Suas unidades mineiras em atividade estão situadas nos municípios de Minas do Leão e Candiota, com exploração a céu aberto.

A CRM mantém em operação duas unidades mineiras, a maior, a Mina de Candiota, está situada no Município de Candiota. Possui uma capacidade instalada de 5.000.000 t/ano e uma produção mínima, garantida contratualmente, de 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300. Sua produção está vinculada ao abastecimento da Usina Termoelétrica Presidente Médici (UPME),

de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE/ ELETROBRAS. A mina abastece ainda outros mercados regionais de menor porte, como a secagem de grãos. Com mineração a céu aberto, a jazida possui as condições geológicas mais favoráveis do País, e suas reservas são bastante superficiais, de até 50 metros de profundidade, o que facilita a extração do carvão.

A Mina do Leão tem uma capacidade instalada de produção de 180.000 t/ano de carvão bruto. São produzidos diversos tipos de carvão, obtidos após processamento em uma usina de beneficiamento. Sua produção é destinada ao abastecimento da Usina Termoelétrica de São Jerônimo, de propriedade da CGTEE, e ao mercado termoelétrico e industrial do Estado de Santa Catarina. No exercício de 2012 sua produção anual foi limitada, em função da demanda, a 136.000 toneladas.

A CRM participa do Programa Energia Para o Rio Grande e, no ano de 2012, aplicou recursos da ordem de R\$ 110 milhões na execução das ações a seguir apresentadas.

A ação Implantação da planta-piloto para beneficiamento de carvão a seco envolve atividades e investimentos necessários à busca de soluções e práticas ambientalmente sustentáveis na utilização do carvão mineral. No ano de 2012, a CRM realizou investimentos da ordem de R\$ 2,7 milhões em sua planta-piloto de beneficiamento do carvão a seco, elevando a 65 % o seu estágio de implantação. Esse projeto visa aferir a viabilidade técnica e econômico-financeira do processo de beneficiamento do carvão destinado a diminuir seu teor de enxofre e, ao mesmo tempo, aumentar o poder calorífico do carvão produzido na Mina de Candiota.

A ação Produção de Carvão CE - 3.300 na Mina de Candiota envolve atividades e investimentos necessários à produção de carvão mineral com poder calorífico de 3.300 kcal/kg, na Mina de Candiota. No ano de 2012, a CRM aplicou recursos da ordem de R\$ 86,4 milhões na produção de cerca de 2,7 milhões de toneladas de carvão mineral com poder calorífico de 3.300 kcal/kg.



A ação Produção de Carvão CE - 4.200 na Mina do Leão reúne atividades necessárias à produção de carvão mineral, com poder calorífico de 4.200 kcal/kg, no município de Minas do Leão. Estão em andamento operações nas minas de Leão I e Leão II:

- Mina Leão I – atualmente a produção acontece a partir da Área São Vicente Norte, localizada no km 181 da BR-290. A área possui uma reserva de 6 milhões de toneladas, também passíveis de mineração a céu aberto. A CRM produz mensalmente cerca de 15 mil toneladas de carvão *ROM (Run of Mine)*, empregando equipamentos tradicionais de terraplanagem em seus trabalhos. O carvão extraído é transportado até o lavador Engenheiro Eurico Rômulo Machado, onde sofre um processo de beneficiamento. Essa planta tem capacidade de beneficiar até 120 t/h de carvão bruto.
- Mina Leão II – está situada a seis quilômetros ao norte da Mina do Leão I. A infraestrutura existente no local constitui-se de dois túneis inclinados de acesso à camada de carvão, seis quilômetros de galerias no subsolo, silos subterrâneos para carvão, poço de ventilação com 220 metros de profundidade, prédios com 10 mil metros quadrados de área útil e equipamentos diversos para a lavra e beneficiamento do carvão. Em 2002, a CRM assinou contrato de arrendamento da mina para a Carbonífera Criciúma S.A. por um prazo de 30 anos. A empresa arrendatária, ao iniciar a operação da mina, gerará *royalties* para a CRM, decorrentes da venda do carvão produzido.

No ano de 2012, houve a aplicação de recursos da ordem de R\$ 21,0 milhões destinados ao suporte da produção de cerca de 93,70 mil toneladas de carvão mineral com poder calorífico de 4.200 kcal/kg para abastecimento da Usina Termoelétrica São Jerônimo da CGTEE e outros mercados, principalmente no Estado de Santa Catarina.

A ação Expansão da mineração e a Manutenção da capacidade operacional da CRM refere-se a atividades rotineiras da Companhia, procurando expandir a área de negócio da CRM no que diz respeito à implantação de novas minas, e dependendo da possibilidade da participação de usinas de geração térmica de energia elétrica – com base em carvão mineral - no leilão de energia nova A-5. A expectativa da CRM, e de todo o Setor Carvão, é que esta fonte de energia venha a ser, novamente, considerada como alternativa nos futuros leilões de energia elétrica. Para além destas expectativas a Companhia, com uma aplicação de recursos financeiros da ordem de R\$ 19 milhões, operou atividades destinadas a manter e fomentar a atividade de mineração do carvão mediante investimentos em expansão da mineração, manutenção de sua capacidade operacional, apoio a sua atividade administrativa e qualificação de sua infraestrutura.

Os recursos de capital aplicados estão reunidos em três diferentes grupamentos e apresentados como Operacionais, Obrigatórios e Expansão e foram aplicados conforme o detalhamento abaixo.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Investimentos 2012</b>	
<b>Operacionais</b>	
Mina de Candiota	3.014.333
Mina do Leão	604.827
Sub Total	<b>3.619.160</b>
<b>Obrigatórios</b>	
Mina de Candiota	2.954.531
Mina do Leão	1.216
Sub Total	<b>2.955.747</b>
<b>Expansão da Capacidade Instalada - CRM</b>	
Mina de Candiota	12.484.830
Mina do Iruí - Sondagens e Geoqualidade	13.750
Sub Total	<b>12.498.080</b>
<b>Total Geral</b>	<b>19.073.487</b>

Os recursos sob a discriminação Operacionais foram aplicados nas minas de Candiota e Leão e destinados a suportar atividades de mineração relacionadas, predominantemente, à lavra propriamente dita, mas também destinados à atividade de beneficiamento, manutenção do parque mecânico e elétrico e também à administração e segurança.

Os investimentos denominados como Obrigatórios foram realizados em atividades relacionadas predominantemente à implantação da planta-piloto e na recuperação ambiental de áreas mineradas no passado, quando a legislação ambiental não exigia uma recuperação concomitante ao processo de mineração.

O valor apresentado em Expansão foi realizado, predominantemente, com a ampliação da mina de Candiota e envolve, de forma desagregada, quatro setores de atuação no âmbito da mineração do carvão: Lavra, Beneficiamento e Expedição; Infraestrutura; Engenharia; e, Administração.

A **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)** é a empresa responsável pela comercialização e distribuição de gás natural canalizado no Estado. Criada em 1993, atua como uma sociedade de economia mista, tendo como acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a Petrobras Gás S/A (GASPETRO). A SULGÁS iniciou a comercialização do gás natural em 2000, com a conclusão do gasoduto Bolívia-Brasil, passando a atender os segmentos industrial, comercial, veicular e residencial.

Sua missão é contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, atuando como agente promotor do mercado de gás natural, de forma eficiente, segura e sustentável, gerando valor para clientes, acionistas e sociedade.

Em 2012, a Companhia acumulou uma rede de distribuição com 615,8 km, estando presente em 38 municípios, sendo 21 atendidos por rede canalizada e 19 com Gás Natural Comprimido (GNC). Nesse ano, a SULGÁS passou a atender 11.031 clientes, conforme apresentado a seguir:

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Clientes</b>	<b>Nº</b>
Segmento Industrial	112
Segmento Comercial	334
Segmento Veicular ( Postos GNV )	84
Cogeração PPT	02
Climatização/Geração/Cogeração	09
Segmento Residencial	10.489
Geração Elétrica	01
<b>Total</b>	<b>11.031</b>

Se forem considerados os veículos que rodam com Gás Natural Veicular (GNV) em território gaúcho, o número de consumidores superou a marca dos 55 mil usuários de gás natural.

Em 2012, a empresa investiu R\$ 35,3 milhões em projetos, relacionados a três ações estratégicas integrantes do Programa Energia Para o Rio Grande: Ampliação da distribuição de gás natural e estudos para desenvolvimento do mercado de biogás no Estado; Melhoria operacional do sistema de distribuição de gás natural; e, Planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico de Sistemas de Distribuição de Gás Natural.

A ação Ampliação da distribuição de gás natural envolve atividades e investimentos necessários à expansão da rede física de gasodutos, à ampliação da oferta de gás natural comprimido (GNC) e ao desenvolvimento do mercado de biogás. Em 2012, foram destinados R\$ 31,2 milhões para a construção de 64,33 km de redes de distribuição de gás natural. Com esse incremento, a rede existente totalizou 615,8 km.

As atividades desenvolvidas através da ação, ao longo do ano de 2012, resultaram em dois produtos: a ampliação da distribuição de gás natural no Estado e o volume de gás natural comercializado. No quadro a seguir estão detalhados, de forma regionalizada, os ramais de distribuição canalizada implantados.

<b>Ampliação de Redes de Distribuição de Gás Natural - Construção - 2012</b>				
<b>Obra</b>	<b>COREDE</b>	<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Extensão</b>
Construção de Redes	Metropolitano Delta do Jacuí	Eldorado do Sul	Em andamento	5,9
		Porto Alegre	Em andamento	44,3
		Guaíba	Concluída	3,9
	Serra	Caxias do Sul	Concluída	4,4
	Vale do Rio dos Sinos	Canoas	Em andamento	0,03
		Araricá	Em andamento	5,4
		Novo Hamburgo	Em andamento	0,3
		São Leopoldo	Em andamento	0,1
<b>Total</b> (km)				<b>64,33</b>

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

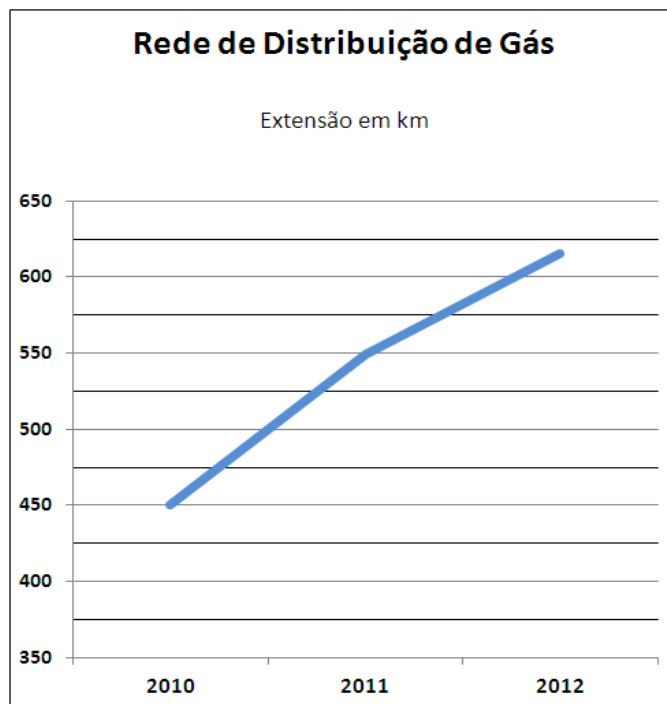
Além de estender a rede de distribuição, os investimentos realizados permitiram que o volume de gás natural boliviano comercializado atingisse a marca de 1,79 milhões de m<sup>3</sup>/dia, superando em mais de 25% a meta de 1,42 milhão de m<sup>3</sup>/dia estabelecida para 2012. Em outubro, a SULGÁS bateu um recorde histórico, chegando a uma venda de 2,03 milhões m<sup>3</sup>/dia. O grande aumento se deveu, em parte, ao crescimento da atividade industrial no segundo semestre.

Além de indústrias, o gás natural também é fornecido a postos de combustíveis, residências e estabelecimentos comerciais, como *shopping centers*, clubes, hospitais, hotéis, restaurantes, entre outros. O quadro a seguir apresenta o volume médio comercializado de gás natural por COREDEs.

<b>Distribuição de Gás Natural - Comercialização - 2012</b>			
<b>Assunto</b>	<b>COREDE</b>	<b>Situação</b>	<b>Volume (m<sup>3</sup>/d)</b>
Volume de Gás Natural Comercializado	Campos de Cima da Serra	Concluído	1.518
	Central	Concluído	1.700
	Centro Sul	Concluído	101.411
	Hortênsias	Concluído	5.437
	Litoral	Concluído	10.837
	Metropolitano Delta do Jacuí	Concluído	806.392
	Paranhana Encosta da Serra	Concluído	17.315
	Produção	Concluído	2.312
	Serra	Concluído	132.291
	Sul	Concluído	3.083
	Vale do Caí	Concluído	2.176
	Vale do Rio dos Sinos	Concluído	699.004
	Vale do Rio Pardo	Concluído	3.135
	Vale do Taquari	Concluído	5.115
	<b>Total</b> (m <sup>3</sup> /d)		

Outras atividades que contribuíram para a ação de ampliação da distribuição voltaram-se para o desenvolvimento da cadeia produtiva do gás natural, como é o caso do Programa Gás Mais Veicular. Lançado em 20 de novembro, inclui visitas aos clientes, inspeções técnicas para a verificação dos sistemas de medição, realização de seminários e de treinamentos sobre segurança. O projeto envolverá, a partir de 2013, toda rede de revendedores de GNV no Estado. Essa iniciativa é uma nova etapa do programa de eficiência energética, criado em 2008 inicialmente para indústrias e grandes clientes comerciais.

Em relação ao número de clientes e à extensão dos ramais canalizados, o desempenho da SULGÁS, nos últimos três anos, está apresentado nos gráficos a seguir.



A ação Melhoria Operacional do Sistema de Distribuição de Gás Natural envolve atividades e investimentos necessários à realização de melhorias operacionais na rede de gasodutos e dos sistemas de distribuição do gás natural. Em 2012, foram aplicados mais de R\$ 2,38 milhões, recursos que viabilizaram a manutenção de mais de 615,8 km de redes de distribuição de gás natural.



MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Os projetos de melhorias operacionais abrangeram direta e indiretamente toda a rede implantada, distribuída de acordo com a tabela a seguir:

<b>Melhorias Operacionais em Redes de Distribuição de Gás Natural - 2012</b>					
<b>Obra</b>	<b>COREDE</b>	<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Extensão</b>	
Melhorias Operacionais em Redes de Distribuição	Centro Sul	Charqueadas	Concluído	73,11	
	Hortênsias	São Francisco de Paula	Concluído	0,25	
	Metropolitano Delta do Jacuí	Cachoeirinha		Concluído	13,88
		Eldorado do Sul		Concluído	6,35
		Gravataí		Concluído	29,37
		Porto Alegre		Concluído	160,52
		Triunfo		Concluído	50,20
		Guaíba		Concluído	9,48
		Viamão		Concluído	0,08
	Paranhana	Igrejinha	Concluído	9,76	
	Serra	Bento Gonçalves		Concluído	0,49
		Carlos Barbosa		Concluído	6,30
		Caxias do Sul		Concluído	142,60
		Farroupilha		Concluído	8,55
		Garibaldi		Concluído	1,86
	Vale do Caí	Montenegro	Concluído	0,77	
	Vale do Rio dos Sinos	Campo Bom		Concluído	6,47
		Canoas		Concluído	50,60
		Esteio		Concluído	3,10
		Araricá		Concluído	5,41
Novo Hamburgo			Concluído	13,88	
São Leopoldo			Concluído	21,44	
Sapucaia do Sul			Concluído	1,28	
<b>Total</b> (km)				<b>615,80</b>	

Destaque-se, dentro da ação, a realização de adaptações do Sistema Supervisório Central com vistas a garantir a integridade física do gasoduto e dos clientes e equipamentos por meio de um monitoramento remoto das operações. Também foram realizados investimentos na manutenção do Sistema Georreferenciado de Informações (GIS) e na instalação de novos equipamentos de medição, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e adequação da infraestrutura de *city-gates*.

A ação Planejamento, Estudos e Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Distribuição de Gás Natural envolveu atividades ligadas ao desenvolvimento de pesquisa e planejamento relacionado ao negócio do gás natural. Em 2012, foram aplicados mais de R\$ 2,15 milhões para fomentar diferentes projetos, tais como: Gás Seguro; Motor a Gás para Ônibus; Produção de Biogás (aterros sanitários, dejetos animais e industriais); Projetos de Cogeração/Climatização e Conversão de frotas de transporte.

Foram ainda implantados oito projetos de Geração de Energia com Gás Natural em horário de ponta em Porto Alegre, Canoas, Esteio, São Leopoldo e Novo Hamburgo visando suprir a carga energética de estabelecimentos comerciais em horário de pico (das 18h às 21h).

Dentro dessa ação, a Empresa também foi destaque no “Prêmio Top Gás 2012”, concedido pela PETROBRAS às distribuidoras de gás natural brasileiras que mais se destacaram em 2010-2012. A Companhia gaúcha foi destaque em três das sete categorias do Prêmio, foi a melhor em Segurança e Responsabilidade Social e recebeu menção honrosa em Eficiência Energética.

Projetos contemplados:

- Silenciador de Descargas para Redes de GN de alta pressão em áreas urbanas, na categoria Segurança: o trabalho consiste no uso de um silenciador nas atividades de purga de gás natural em áreas urbanas. Esse equipamento auxilia na redução do ruído causado até níveis que não provoquem incômodos à população ou risco para os funcionários envolvidos na operação. A iniciativa se destacou como uma solução inovadora e prática para minimizar impactos negativos, envolvendo um processo específico da manutenção de um gasoduto.
- Projeto Pescar SULGÁS – Fase II, na categoria Responsabilidade Social: O Projeto Pescar SULGÁS se apresentou como exemplo de prática pioneira que alia inclusão social ao negócio da distribuição e comercialização de gás natural. A SULGÁS, desde 2008, mantém em sua unidade operacional de Canoas, uma franquia social do projeto Pescar, em que oferece um Curso de Iniciação Profissional na Área de Gás Natural, Desenvolvimento Pessoal e Cidadania, para jovens entre 16 e 19 anos, oriundos de família de baixa renda. Ao todo, foram formados 88 jovens, e para 2013, pretende-se o atendimento de mais 18 alunos. O reconhecimento do projeto representa o resultado de um trabalho coletivo envolvendo colaboradores dos mais diferentes setores da empresa ao longo de cinco anos.
- Programa de Eficiência Energética e da Utilização Segura do GN em Clientes Industriais da SULGÁS, na categoria Eficiência Energética: recebeu menção honrosa pela sua importância e eficiência no atendimento e monitoramento dos clientes industriais.

O **Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)**, criado pela Lei nº 750, de 11 de agosto de 1937, surge como autarquia estadual responsável pela gestão do transporte rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul. Na década de 40, o Departamento construiu a primeira estrada, ligando Pelotas a Rio Grande, com 52 km de pavimentação em concreto armado, utilizando os primeiros equipamentos adquiridos pela Autarquia.

O Departamento, com o suporte e a orientação da Secretaria de Infraestrutura e Logística, busca – adequando sua estrutura organizacional e qualificando os seus processos de gestão, programas e projetos – resgatar sua importância para a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento social do Rio Grande do Sul.

O DAER tem cinco diretorias: Diretoria de Infraestrutura Rodoviária (DIR), Diretoria de Operação Rodoviária (DOR), Diretoria de Gestão e Projetos (DGP), Diretoria de Transportes Rodoviários (DTR) e Diretoria de Administração e Finanças (DAF).

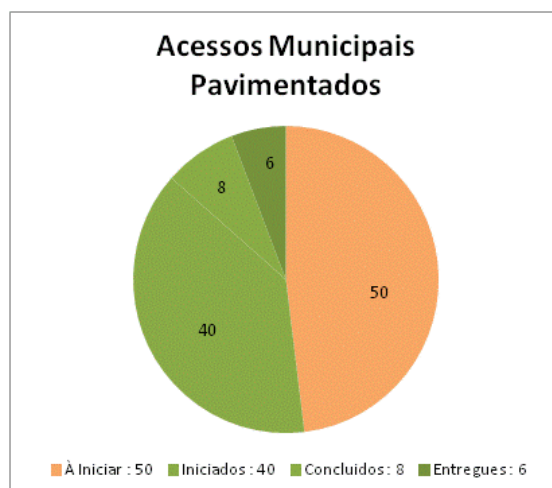
O Departamento constituiu, no ano de 2012, o seu Plano de Obras Rodoviárias, importante instrumento de planejamento dos investimentos. O Plano tem foco na identificação, seleção e priorização das obras e dos investimentos a serem realizados na malha rodoviária estadual. Está estruturado em quatro blocos de ação fundamentais: Construção de Acessos Municipais, Construção ou Recuperação de Ligações Regionais, Obras de Duplicação de Rodovias e Obras de Restauração de Pavimentos em rodovias deterioradas.

Esses quatro blocos de atividades sintetizam as realizações do DAER dentro do Programa Transportes Multimodais e estruturam as suas ações, as quais estão apresentadas a seguir, identificando-se, em cada uma delas, as realizações e os recursos financeiros aplicados.

São oito as ações que o Departamento executa dentro do Programa Transportes Multimodais: Construção de Acessos Municipais, Ampliação da Capacidade de Rodovias, Conservação e Manutenção de Rodovias, Construção de Rodovias, Restauração de Pavimentos, Gestão Organizacional, Operação do Sistema Rodoviário Estadual e Planejamento e Gerenciamento da Malha Rodoviária.

A ação Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária Estadual tem foco nas atividades de projeto, serviços e obras destinadas a qualificar a malha rodoviária com pavimentação de acessos a municípios. Busca beneficiar populações locais ampliando, especialmente, as condições de acessibilidade e integração da economia local a outros mercados. A ação articula municípios e suas sedes às rodovias principais, envolvendo desapropriações, terraplenagem e pavimentação.

O Plano de Obras organiza o trabalho em três grupos. O primeiro grupo (G1) contempla um total de 47 municípios; o G2 aglutina outros 30 municípios; e, o G3, os 27 restantes, de um total de 104 acessos municipais. Ao final de 2012, foi possível contabilizar 54 obras em andamento. Desse total, seis, anteriormente iniciadas, foram entregues às comunidades, outras oito estão concluídas ou em fase de conclusão e outras 40 estão iniciadas, conforme mostrado no gráfico adiante.



Dos 1.698 km a pavimentar, 847,21 km estão com os serviços contratados. O investimento foi de mais de R\$ 153,00 milhões, constituído de dotações próprias do DAER associadas a recursos do Tesouro Estadual, complementados por financiamento do BNDES.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

	<b>Trecho Município</b>	<b>Situação</b>
1	Água Santa	Em andamento
2	Ametista do Sul	Concluída - P
3	André da Rocha-Nova Prata	Em Andamento
4	Arambaré-Camaquã	Em Andamento
5	Arroio do Padre	Em Andamento
6	Boa vista do Cadeado	Em Andamento
7	Boqueirão do Leão	Em Andamento
8	Braga	Em Andamento
9	Capão Bonito do Sul	Em Andamento
10	Canudos do Vale	Em Andamento
11	Capão do Cipó	Entregue
12	Carlos Gomes	Em Andamento
13	Cerro Grande	Em Andamento
14	Cerro Grande – L. do Bugre	Em Andamento
15	Charrua – Getúlio Vargas	Entregue
16	Chiapeta – Inhacorá	Concluída – P
17	Coqueiros do Sul	Em Andamento
18	Cruzaltense-Campina do Sul	Em Andamento
19	Dom Feliciano	Em Andamento
20	Entre Rios do Sul	Em Andamento
21	Esmeralda	Em Andamento
22	Feliz – Linha Nova	Em Andamento
23	Florianópolis	Concluída – P
24	Forquetinha	Entregue
25	Gramado dos Loureiros	Concluída
26	Ibirapuitã	Em Andamento
27	Itacurubi	Em Andamento
28	Itapuca	Entregue
29	Ivorá	Em Andamento
30	Ivorá – Val de Serra	Em Andamento
31	Lagoa Bonita	Em Andamento
32	Maçambará	Em Andamento
33	Mampituba - Morrinhos	Concluída – P
34	M. Moro - S. de Almeida	Em Andamento
35	Nova Boa Vista	Em Andamento
36	Nova Candelária	Concluída
37	Novo Machado	Entregue
38	Novo Tiradentes	Em Andamento

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

	Trecho Município	Situação
39	Novo Xingu	Concluída – P
40	Pedras Altas	Em Andamento
41	Pinhal – Jaboticaba	Em Andamento
42	Pinhal Grande - Nova Palma	Em Andamento
43	Ponte Preta	Em Andamento
44	Relvado	Em Andamento
45	Rio dos Índios	Concluída – P
46	Sagrada Família	Em Andamento
47	Santo Antonio do Palma	Em Andamento
48	São José do Inhacorá	Em Andamento
49	Sentinela do Sul	Em Andamento
50	Sério	Em Andamento
51	Sertão Santana	Em Andamento
52	Ubiretama	Em Andamento
53	Vista Alegre do Prata	Entregue
54	Vista Gaúcha – B. do Guarita	Em Andamento

A ação Ampliação da Capacidade de Rodovias visa aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através de duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação da terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade. A ação compreende a execução de todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, custos referentes ao meio ambiente, terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, fiscalização/supervisão de obras. No ano de 2012, foi realizado um investimento total de R\$ 35,80 milhões, com execução de 7 km em duplicação de rodovias. A extensão total das duplicações em andamento alcançará, no final das obras, cerca de 192,7 km de extensão. No quadro abaixo, estão indicadas as obras em andamento.

Rodovia - Trecho Duplicação	Andamento	Situação	Km
ERS 324 Passo Fundo – Casca	Projetos - Estudos Ambientais	Andam.o	60,60
ERS 509 Santa Maria – Camobi	Projetos Executivos de Engenharia	Concl.	4,00
ERS 122 São Vendelino – Farroupilha	Projetos Executivos de Engenharia	Concl.	20,80
ERS 342 Cruz Alta - Ijuí	Projetos Executivos de Engenharia	Andam.	45,00
	Relatório Técnico Viabilidade - RTVA	Concl.	
ERS 453 Farroupilha - Bento Gonçalves	Projetos Executivos de Engenharia	Andam.	17,30
ERS 470 C. Barbosa - Bento Gonçalves	Projetos Executivos de Engenharia	Andam.	23,53
RS 118 - Gravataí - Entroncamento BR	Obras de Duplicação	Andam.	16,47
RS 118 - Sapucaia - Entroncamento	Obra aguarda LI da FEPAM	Andam.	5,00
RS 118 - Viamão	Obras Emergenciais Recuperação	Andam.	10,00
<b>Total - km</b>			<b>192,70</b>

A ação Conservação e Manutenção de Rodovias Estaduais opera atividades destinadas a, periodicamente, conservar e manter as rodovias estaduais, pavimentadas ou não pavimentadas. No ano de 2012, foram executados 9.500 km em conservação e manutenção de rodovias. Os recursos direcionados para essa ação totalizam mais de R\$ 74 milhões. Foram realizadas atividades de conservação da malha rodoviária estadual, conforme o caso, mediante serviços e obras de conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada, terraplenagem, sinalização horizontal e vertical, drenagem, obras-de-arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem. Estão incluídos também os serviços necessários à conservação da faixa de domínio, melhoramentos de trevos e travessias urbanas e serviços de supervisão/fiscalização relativos a obras.

A conservação e a manutenção periódica da malha rodoviária estadual é realizada pelas 17 Superintendências Regionais (SRs). Os serviços são executados por administração direta, com pessoal e equipamentos próprios do Departamento e por empresas contratadas. Cada uma das SRs dispõe de um contrato cujo objeto é a execução de serviços continuados de conservação rotineira que é acionado a partir de ordens de serviço emitidas pelo DAER. As SRs também dispõem de contratos cujo objeto é a revitalização da sinalização horizontal, reforço da sinalização vertical e por condução óptica. Foram gerenciados pela DOR 17 contratos, ao longo do ano de 2012.

O Contrato de Restauração e Manutenção de Rodovias (CREMA/BIRD) tem como objetivo executar intervenções de restauração e manutenção em 3.000 km da malha pavimentada estadual, visando recuperar a condição de trafegabilidade, conforto e segurança, ao tempo em que permite reduzir os custos logísticos e operacionais.

O contrato tem duas fases: a primeira abrange 600 km de estradas e a segunda, outros 2.400 km. Serão realizados serviços de manutenção rotineira abrangendo roçadas, reparos localizados no pavimento e no acostamento, manutenção corrente dos dispositivos de drenagem, faixas de domínio e sinalização, com o objetivo de preservar as características técnicas e operacionais das rodovias. Serão recursos de capital próprios da Autarquia, associados a fundos do Tesouro e complementados pela operação de crédito externa realizada pelo Estado junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Os serviços de levantamento da malha rodoviária e os Contratos de Apoio Técnico (CATs) que farão parte da contrapartida ao financiamento estão em andamento.

A ação Construção de Rodovias tem foco nas atividades que visam executar serviços destinados a expandir a malha rodoviária estadual, aprimorar suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras-de-arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente e fiscalização/supervisão. No ano de 2012, foram executados 58,72 km de construção de rodovias, realizando um investimento total de R\$ 50,40 milhões. Dentro da ação merecem destaque as Ligações Regionais, aqueles projetos e obras considerados de caráter estratégico e que integram o Plano de Obras Rodoviárias.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Construção de Rodovias e Ligações Regionais - Trecho</b>	<b>Município</b>	<b>Realizado</b>	<b>Ext. Total</b>
ERS-566 - Entroncamento BR-290 (*)	Alegrete	2,37	5,00
RS-265 - São Lourenço - Boa Vista – Canguçu (*)	Boa vista	5,020	36,50
ERS-110 - Alziro Ramos Várzea do Cedro (*)	Alziro Ramos	6,80	6,80
RSC-472 - Porto Lucena - Porto Xavier (*)	Porto Lucena	10,00	22,40
ERS-218 - Santo Ângelo – Catuípe (*)	Santo Ângelo	5,00	27,50
ERS-538 - Entr. BR-287 - Ernesto Alves (*)	Ernesto Alves	0,10	2,25
ERS-332 - Não Me Toque - Lagoa dos Três Cantos (*)	Não-Me-Toque	9,00	12,00
ERS-403 - Cachoeira do Sul - Rio Pardo (Lote II) (*)	Cachoeira do Sul	2,10	24,37
ERS-049 – Acesso ao aeroporto Sto. Ângelo-Catuípe *	Santo Ângelo	2,50	27,00
ERS-126 - Entr. ERS-438 (São Jorge) – Ibiraiaras (*)	São Jorge	3,00	9,30
ERS-566-Entr. BR-290 (Alegre.)- Entr. ERS-529 (Maçambará) (*)	Alegrete	2,00	39,91
RS-50 Acesso sul a Camaquã	Camaquã	3,07	3,07
RS-020 Cambará do Sul - São José dos Ausentes	Cambará do Sul	3,00	50,08
RS-049 Acesso ao Aeroporto de Santo Ângelo	Santo Ângelo	2,93	2,93
RS / E P Acesso ao Distrito Industrial	Santo Ângelo	0,93	0,93
RSC-473 - Torquato Severo ao Entr. BR-293 (Bagé)	Bagé	0,10	22,70
Intersecção ERS-486 – BR-101 (Terra de Areia)	Terra de Areia	0,80	0,8
<b>Total (km)</b>		<b>58,72</b>	<b>294,57</b>

Obs. (\*) : Rodovias construídas com o caráter de Ligações Regionais.

As ligações regionais visam qualificar a malha rodoviária mediante pavimentação de ligações entre rodovias o que, de forma direta, amplia a sua integração e oferece alternativas aos processos de planejamento logístico nessas regiões. Essas ligações regionais pavimentadas tendem a minimizar as desigualdades regionais, ao aperfeiçoar a circulação viária entre diferentes regiões do Estado, além de facilitar o acesso de parte da população aos serviços sociais especializados.

A ação Restauração de Pavimentos opera atividades que visam restaurar rodovias pavimentadas, incluindo obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação e serviços complementares e obras-de-arte, serviços de meio ambiente e supervisão/fiscalização. No ano de 2012, foram executados 67 km em restauração de rodovias. Os recursos financeiros aplicados representaram um investimento de cerca R\$ 26,36 milhões.

Uma atividade de extrema importância, no âmbito do processo de restauração da malha rodoviária pavimentada, foi viabilizada no ano de 2012. Trata-se do CREMA/Serra, contrato a ser firmado, mediante processo licitatório, para a restauração e manutenção de rodovias. O contrato terá duração de cinco anos, e os recursos a serem aplicados estão estimados em R\$ 140 milhões. Serão restaurados e mantidos mais de 195 km da malha rodoviária da região serrana. Serão dois lotes de rodovias.

- CREMA Serra Lote I: esse lote totaliza mais de R\$ 61 milhões e tem dois trechos – o primeiro envolve a recuperação de 43,32 km da RS-324, entre Nova Araçá e Nova Prata e mais 57,18 km na RSC-470, entre Nova Prata e Bento Gonçalves.

- CREMA Serra Lote II: tem valores de contrato da ordem de R\$ 79 milhões e compreende serviços e obras destinados a manter em boas condições a ERS-122, entre Ipê e localidade de Samuel, em uma extensão de 42 km. Os serviços se estendem também à RSC-453-Rota do Sol, entre Caxias do Sul e Lajeado Grande por 53 km.

A ação Operação do Sistema Rodoviário Estadual cujas tarefas são de competência das diretorias de operação rodoviária e de transporte rodoviário contempla atividades relativas à operação da malha rodoviária, em especial aquelas relacionadas ao trânsito e segurança rodoviária, à administração das faixas de domínio público, aos pedágios sob administração direta e às concessões de rodovias estaduais e federais delegadas. No ano de 2012, executaram-se várias atividades, dentre as quais destacam-se aquelas adiante discriminadas que, para melhor entendimento, seguem organizadas em dois grupamentos.

O primeiro grupamento diz respeito às atividades de gerenciamento de contratos de pedágios concedidos, gerenciamento de pedágios sob administração direta do DAER e gerenciamento e supervisão dos contratos de equipamentos eletrônicos para monitoramento do trânsito de rodovias, destacando-se as seguintes:

- Gerenciamento de contratos de pedágios concedidos – ao longo de 2012, foram realizadas atividades de fiscalização, monitoramento e supervisão dos contratos com as concessionárias rodoviárias responsáveis pelos sete pólos rodoviários concedidos: Gramado; Caxias; Vacaria; Metropolitano; Carazinho; Santa Cruz e Lajeado. Entre as atividades podemos destacar o gerenciamento do contrato para a realização de estudo da malha rodoviária, firmado com o consórcio Dynatest/SD, e o acompanhamento e fiscalização de obras de melhoria e conservação das rodovias concedidas.
- Gerenciamento de pedágios sob administração direta do DAER – no ano de 2012, o número de veículos passantes, nas três praças, foi de mais de R\$ 10,9 milhões, e a arrecadação total registrada atingiu a cifra de R\$ 37.86 milhões. No quadro abaixo, estão apresentados os números desagregados de cada uma das praças.

<b>Praça</b>	<b>Veículos Passantes</b>	<b>Arrecadação (R\$)</b>
Campo Bom	6.192.967	14.991.483,31
Coxilha	1.367.559	5.551.868,52
Portão	3.361.114	17.324.475,24
<b>Total</b>	<b>10.921.640</b>	<b>37.867.827,07</b>

- Gerenciamento e supervisão de contratos de equipamentos eletrônicos para monitoramento do trânsito de rodovias – em 2012, foi realizado o gerenciamento de nove contratos de monitoramento eletrônico de trânsito de 153 lombadas eletrônicas, incluindo elaboração de medições e outras atividades relativas ao pagamento dos contratos.

O segundo grupamento engloba atividades de patrulhamento rodoviário, fiscalização do excesso do transporte de carga, gerenciamento de contratos na faixa de domínio, fiscalização do



sistema coletivo intermunicipal e também a fiscalização do sistema especial de transporte coletivo, onde se destacam as seguintes atividades:

- Ações de Patrulhamento Rodoviário – o Comando Rodoviário da Brigada Militar (CBRM) desenvolve ações proativas de fiscalização, patrulhamento e abordagens, preponderando aspectos relacionados aos acidentes de trânsito e à prevenção de todos os tipos de delitos ao longo das rodovias.

Atividade	Veículos Passantes
Ocorrências: Acidentes de Trânsito	16.980
Veículo Fiscalizado	1.006.742
Veículo Fiscalizado Radar Fotográfico	264.552
Barreiras Policiais	5.357
Fiscalização em Desmanches	15
Fiscalização em Bares	926

- Contratos gerenciados na Faixa de Domínio – o gerenciamento da faixa de domínio é responsável pelo regramento das atividades de exploração da faixa de domínio, bem como pela regularização das áreas desapropriadas ao longo das rodovias pertencentes ao patrimônio do DAER. No ano de 2012, foram executadas as seguintes atividades: analisados 739 expedientes de decreto de utilidade pública e uso da faixa de domínio; elaboradas 65 minutas de decreto de utilidade pública; executados 42 empenhos de desapropriações; analisados 1.224 expedientes de solicitação de usucapião; analisados 684 expedientes de desapropriações.

- Fiscalização do Sistema Coletivo Intermunicipal – a Diretoria de Transporte Rodoviário é responsável pelas atividades de fiscalização junto às empresas que atuam no sistema coletivo intermunicipal. Os resultados obtidos em 2012 são detalhados a seguir:

Atividade	Veículos Passantes
Blitz	1.009
Veículo fiscalizado	14.278
Veículo Notificado	2.224
Veículo Apreendido	234
Vistoria Estação Rodoviária	327

- Fiscalização do Sistema Especial de Transporte Coletivo – compete à Diretoria de Transporte Rodoviário a fiscalização de veículos por meio *blitze*, realizadas por equipes da Autarquia, visando à segurança dos usuários através de ações que possam coibir o transporte clandestino. Ao longo de 2012, foram fiscalizados, pelas equipes do DAER, 14.278 veículos que realizam transporte coletivo de passageiros.

A ação Gestão Organizacional do DAER tem foco nas atividades que visam aperfeiçoar as práticas de gestão, através da implementação de processos de planejamento, desenvolvimento e aprimoramento do modelo de gestão do Departamento, aperfeiçoando as práticas de gestão de Tecnologia da Informação, de pessoas, de processos e de conhecimento e inovação e

modernizando a infraestrutura das Unidades Organizacionais. No ano de 2012, com o suporte financeiro da aplicação de R\$ 108 mil, o DAER executou inúmeras atividades, destacando-se a modernização do sistema de informática, a aquisição de novos computadores, investimento na recuperação da instalação predial e do mobiliário, o arquivamento digital de documentos e a qualificação de servidores da autarquia.

A ação Planejamento e Gerenciamento da Malha Rodoviária, de competência da Diretoria de Gestão e Projetos (DGP), tem foco na elaboração do Plano Diretor Rodoviário. Visa adquirir e introduzir novas tecnologias de geoprocessamento destinadas a atualizar os atuais processos de planejamento e gerenciamento da malha rodoviária. A ação visa, ainda, obter o diagnóstico da malha rodoviária, através da realização de um levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, que colete e consolide informações e dados relativos às condições do pavimento, das obras-de-arte especiais, do tráfego e da acidentalidade. Estão ainda previstos os serviços especializados destinados ao cadastro e ao monitoramento dos pontos de instabilidade de encostas. A ação contempla também a execução dos serviços de elaboração de projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental.

No ano de 2012, através dessa ação e mediante a aplicação de mais de R\$ 3,06 milhões, o DAER deu continuidade à instalação e consolidação do processo de recuperação institucional e técnica do Departamento. Para tanto, realizou atividades com o objetivo de qualificar e aprimorar os serviços no âmbito dos transportes e da logística, envolvendo:

- Planejamento da Malha Rodoviária – no ano de 2012, foram elaborados contratos, visando à aquisição de serviços de levantamento, monitoramento e gerenciamento da malha – a serem iniciados em janeiro de 2013, em especial aqueles relacionados aos serviços especializados de levantamento visual contínuo de defeitos com vídeo registro, levantamento de dados de irregularidade longitudinal, medidas de afundamento de trilha de roda, medidas de deflexão do pavimento das rodovias gerenciadas pelo DAER.
- Planejamento e Gerenciamento de Obras-de-Arte – o gerenciamento se dará com a aquisição do Sistema Informatizado de Gerenciamento de Obras-de-Arte Especiais (SGO,) o qual será alimentado a partir das inspeções e o cadastro das condições das obras-de-arte. Essa contratação prevê todo o planejamento do trabalho de levantamento de dados, o treinamento dos inspetores e usuários, a coleta de dados mediante inspeção e vistorias em campo, a análise e a validação dos dados coletados, a implantação do SGO e, ainda, a elaboração de Manuais de Inspeção e Manuais de Operação do Sistema.
- Diagnóstico e Adaptação do Sistema de Planejamento Rodoviário – Plano Diretor Rodoviário – em 2012, o DAER realizou a contratação de duas consultorias, uma para realizar o diagnóstico do Sistema de Planejamento Rodoviário existente e, outra, para executar as soluções sugeridas neste diagnóstico, visando viabilizar a operação do Sistema. A expectativa é ter ao final dos serviços um sistema de planejamento integrado desenvolvido e instrumentalizado, com as equipes do Órgão devidamente treinadas e aptas a utilizá-lo e que estabelecerá planos de ação plurianuais, anuais ou setoriais destinados a otimizar e priorizar a aplicação dos recursos financeiros disponíveis de forma a minimizar a degradação da rede rodoviária. O objetivo principal deste sistema é subsidiar a elaboração do Plano Diretor Rodoviário.

- Modernização da Rede de Informática – o DAER deu andamento ao projeto que identifica os pontos a serem atualizados na infraestrutura de informática do Departamento. Está em execução projeto de expansão e modernização da rede de informática, no qual se agrupam quatro necessidades fundamentais: modernização da sala central da rede *ebackbones* centrais; a modernização e ampliação da estrutura de rede do prédio-sede; a renovação de equipamentos de informática; o treinamento técnico e gestão de TI.
- Programa de Gestão Estratégica – foi encaminhada, em 2012, a contratação de consultoria para a definição, elaboração e implantação de um Programa de Gestão Estratégica, que envolverá atividades no âmbito do Planejamento Estratégico e da Gestão de Recursos Humanos. O Programa é resultado de uma visão de futuro, na qual o DAER, gradualmente, recupera sua relevância como instituição pública, aprimora os serviços que presta à sociedade e estabelece uma nova relação com os servidores. Esse Programa deverá estruturar e implantar sistemas que visem à integração de informações e dados disponíveis às rotinas e aos processos de trabalho, bem como integrar as metodologias de realização de diagnósticos aos processos de formulação de políticas setoriais objetivando-se, em todos os casos, a obtenção de resultados.
- Programa de Segurança Viária – encaminhado o desenvolvimento deste Programa, que tem como objetivo agregar ao gerenciamento da malha rodoviária o conceito de melhoramentos, a partir dos pontos críticos da rede e locais de ocorrências de acidentes. As intervenções de melhoramentos propostos têm caráter preventivo à ocorrência de acidentes e de correção de passivos gerados pela evolução do tráfego e por demandas advindas do crescimento econômico e urbano. As soluções de melhoramentos propostas serão específicas para segmentos rodoviários selecionados e compreendem: incremento da segurança em interseções; alargamentos ou reconstituição de acostamentos; implantação de terceiras faixas de tráfego; correções de superlarguras e superelevações; incremento da drenagem superficial dos pavimentos; readequação e/ou implantação de interseções; implantação de projetos de reforço de sinalização; eliminação de trilhas de roda acentuadas e ainda a redução da irregularidade longitudinal; utilização de camadas de revestimento com rugosidade (antiderrapante); utilização de dispositivos redutores de velocidade e outras intervenções que melhorem a segurança viária.
- Modernização e Fiscalização do Sistema Especial de Transporte Coletivo – como passo importante para a modernização do Sistema de Transporte do Rio Grande do Sul, o DAER desenvolveu atividades destinadas a atualizar e agilizar os procedimentos do transporte de passageiros através do planejamento da implantação do Sistema Interligado de Controle e Venda de Passagens. No de 2013, será obrigatória a venda de passagem integrada (ida e volta) nas rodoviárias de categoria especial, 1ª e 2ª, e-commerce. A operação poderá ser realizada pela Internet e o pagamento poderá ser feito através de cartões. São medidas que visam atender demandas da Copa do Mundo de 2014. O Departamento planejou, no decorrer de 2012, e testará, a partir de janeiro de 2013, esse novo Sistema, que está interligado com as estações rodoviárias e as empresas de transporte de passageiros, visando à agilização, ao controle e ao acompanhamento das vendas de passagens. Com o Sistema, será possível acessar, em

tempo real, a movimentação de venda de passagens e, inclusive, o percentual de ocupação dos ônibus.

O **Departamento Aeroportuário (DAP)**, da Secretaria de Infraestrutura e Logística, no ano de 2012, exerceu atividades de ampliação, modernização e recuperação da infraestrutura aeroportuária do Estado, tendo contabilizado, nos principais aeroportos estaduais (Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande e Santo Ângelo), uma movimentação de passageiros e cargas que atingiu um volume 24.452 pousos/decolagens, 321.301 passageiros embarcados e/ou desembarcados e 407.840 kg de carga.

O DAP participa do Programa Transportes Multimodais, atuando através de três ações que envolvem atividades de: Manutenção de Aeroportos, Modernização dos Aeroportos do Estado e Realização de Estudos para a Construção de Novos Aeroportos. O DAP aplicou cerca de R\$ 5,50 milhões em recursos destinados a suportar a execução de atividades e realizações vinculadas às ações sob a sua responsabilidade.

A ação Manutenção de Aeroportos se concentra naquelas atividades necessárias a manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado, no que tange aos seus equipamentos e serviços. No ano de 2012, o volume de recursos aplicado na consecução dos serviços foi de mais de R\$ 2,28 milhões. A aplicação desses recursos permitiu executar serviços de manutenção e apoio às operações aéreas – basicamente, serviços e obras de conservação predial, envolvendo a manutenção e conservação das instalações e equipamentos de apoio às operações aéreas e de segurança da aviação civil. Foram realizados serviços e obras nos dez aeroportos operados pelo Estado através do DAP. O quadro abaixo identifica os aeroportos e discrimina as atividades desenvolvidas.

<b>Aeroporto</b>	<b>Serviços / Obras / Atividades</b>
Caxias do Sul	Contratação definitiva de canal de inspeção. Manutenção de equipamentos de navegação aérea.
Carazinho	Manutenção dos equipamentos de navegação aérea.
Erechim	Manutenção dos equipamentos de navegação aérea e reforma do terminal de passageiros.
Santa Rosa	
Santo Ângelo	
Ijuí	Conservação das instalações aeroportuárias.
Vacaria	
Rio Grande	Adequação da segurança aeroportuária. Manutenção dos equipamentos de navegação.
Passo Fundo	Contratação definitiva de canal de inspeção. Manutenção dos equipamentos de navegação aérea. Reparos no terminal de passageiros e nas instalações da Seção contra-incêndios.

A ação Modernização dos Aeroportos se concentra naquelas atividades necessárias à contratação de projetos para aeroportos regionais ou internacionais, novos ou existentes, e de consultoria, execução de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária, objetivando a ampliação e a qualificação para o aumento da capacidade de transporte de cargas

e passageiros, tendo em conta a realização, no Rio Grande do Sul, de grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014. No ano de 2012, o volume de recursos aplicado na consecução dos serviços foi de mais de R\$ 3 milhões. A aplicação desses recursos permitiu executar três importantes grupamentos de atividades, abaixo apresentados, e que se referem à adequação e modernização de aeroportos, à construção de aeroporto e ao desenvolvimento de projetos de ampliação de aeroportos.

- Adequação e Modernização de Aeroportos – visou modernizar a infraestrutura aeroportuária e atender exigências da legislação aeronáutica. Os principais serviços e obras realizados estão relacionados no quadro abaixo.

Aeroporto	Situação	Serviços / Obras / Atividades
Caxias do Sul	Concluído	Conclusão da ampliação do terminal de passageiros.
Santo Ângelo	Andamento	Reforço do pavimento da pista de pouso e decolagem (PROFAA). Assinado convênio com a União. Licitação realizada. Aguardando aprovação da Secretaria de Aviação Civil.
Rio Grande	Andamento	Execução da implantação de seção contra-incêndios (PROFAA). Assinado convênio com a União, aguardando aprovação final do projeto.
Passo Fundo	Andamento	Alargamento da pista de táxi de aeronaves, RESA (área de escape) e cercamento patrimonial (PROFAA). Assinado convênio com a União. Aguardando aprovação do projeto.

- Construção de Aeroporto – corresponde à conclusão da construção e homologação do novo aeroporto de Vacaria.

Projetos de Ampliação de Aeroportos – atividade relativa à contratação de serviços técnicos especializados no campo de projetos executivos, já em fase de elaboração, para dois dos aeroportos regionais, o aeroporto de Passo fundo e o aeroporto de Rio Grande. (Projetos destinados à adequação dos aeroportos ao código 3C - BNDES).

A ação Realização de Estudos para Construção de Novos Aeroportos se concentra naquelas atividades necessárias para a contratação de consultoria para estudos de demanda, de localização de sítios aeroportuários e de impacto ambiental, bem como estudos de viabilidade, levantamentos topográficos e projetos executivos de engenharia e arquitetura. No ano de 2012, o volume de recursos aplicado na consecução dos serviços foi de mais de R\$ 300 mil. A aplicação destes recursos permitiu executar os estudos de viabilidade técnica de tráfego aéreo em áreas dos municípios de Nova Santa Rita e Portão. As atividades desenvolvidas dentro dessa ação permitiram também instalar o processo licitatório para contratação de projetos executivos para o novo aeroporto da Serra, em Vila Oliva, Caxias do Sul.

A **Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)** é uma autarquia estadual e entre suas competências legais se destaca a administração dos portos e suas respectivas instalações, por delegação da União ao Estado, nos termos dos convênios, da legislação portuária e das resoluções dos Conselhos de Autoridade Portuária.

Além disso, uma outra atividade relevante realizada pela SPH é a que se refere às hidrovias. A Superintendência realiza o planejamento, a coordenação, a execução e a fiscalização dos serviços e obras relacionadas à dragagem necessárias ao aprofundamento, melhoramento, ampliação e conservação dos canais de acesso aos portos e das hidrovias, vias navegáveis fluviais e lacustres do Estado, bem como os serviços e obras de sinalização náutica.

Outro campo de atividades que adquiriu destaque no ano de 2012 foi o do transporte hidroviário, dentro do qual a SPH elabora processos de concessão, delegação, permissão, autorização e fiscalização da exploração do serviço de transporte aquaviário, bem como dos respectivos terminais hidroportuários.

A SPH tem sob a sua gestão dois importantes elementos integrantes do patrimônio hidroviário do Rio Grande do Sul: o Porto de Porto Alegre e a malha hidroviária estadual, compreendida em 758 km de canais navegáveis.

O Porto de Porto Alegre é o maior porto fluviomarítimo brasileiro em extensão. Mantém 8 km de cais acostável e conta com 25 armazéns com 70 mil m<sup>2</sup>, em uma área total de 450 mil m<sup>2</sup>. A estrutura é constituída por três cais: Cais Mauá, concedido – por meio de licitação – a um grupo de investidores espanhóis, para realizar um projeto de revitalização; Cais Navegantes, área alfandegada onde acontece toda a operação portuária e conta com regras internacionais de segurança; e o Cais Marcílio Dias, onde estão instalados o Batalhão da Patrulha Ambiental da Brigada Militar, o Grupo de Polícia Marítima da Polícia Federal e Clubes Náuticos.

A operação do porto público está concentrada no Cais Navegantes e tem capacidade para operação de quatro navios de grande porte simultaneamente. O porto da capital gaúcha dispõe de áreas para armazenagem de grãos, fertilizantes, carga geral e cargas especiais. Entre os produtos movimentados no Cais Navegantes estão matéria-prima para a fabricação de fertilizantes, sal, transformadores e cabos de amarração para plataformas petrolíferas.

O Porto da Capital é importante ativo para a economia gaúcha e é objeto de intenso trabalho desenvolvido pela Superintendência de Portos e Hidrovias. Na área operacional, chegam embarcações de longo curso, com estrutura de até 200 metros de comprimento e 30 metros de largura, com até 15 mil toneladas de carga cada um e tem capacidade para operar com até quatro navios de grande porte, simultaneamente. As embarcações que atracam junto ao Cais Navegantes têm portos de origem em países como Bélgica, Alemanha, Panamá, Israel e outros. Durante o ano de 2012, o Porto movimentou mais de 900 mil toneladas de cargas, com a chegada de navios de longo curso, bem como a exportação de equipamentos.

No ano de 2012, a SPH investiu R\$ 13,6 milhões em ações que integram o Programa transportes multimodais e o Programa de apoio administrativo e qualificação da infraestrutura para o setor hidroportuário. Esses recursos potencializarão a capacidade de movimentação de cargas do Porto e permitirá a atracação mais segura dos navios junto ao Cais. A SPH também trabalha fortemente no fomento ao uso das áreas do Cais Navegantes, para a instalação de empresas que vão atuar na produção da indústria *off shore*, em razão do Polo Naval.

No que respeita à Malha Hidroviária, a sua extensão é grande no Rio Grande do Sul, constituída por rios, lagos e lagoas navegáveis que atravessam o seu território, formando duas

grandes bacias hidrográficas: a Bacia da Laguna dos Patos (Bacia do Sudeste) e a Bacia do Rio Uruguai, que abrange metade do Estado e contém a sub-bacia do Rio Ibicuí.

O sistema é de importância estratégica para o Estado, pelo potencial das hidrovias interiores. Trata-se de um modal ambientalmente sustentável e contribui significativamente na redução de custos e economia de combustível no transporte da produção, especialmente de cargas de grande volume unitário. Acrescente-se a isso, a consequente redução do tráfego rodoviário, diminuindo o número de acidentes e custos com manutenção nas rodovias estaduais.

#### *Ações da SPH - 2012*

A SPH participa do Programa Transportes Multimodais, executando cinco ações, a saber: Aprofundamento e manutenção dos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre; Elaboração de estudos técnicos e licenciamentos de obras de dragagem e manutenção das hidrovias; Implantação do ISPS-CODE; Reestruturação administrativa e operacional; e, Sinalização Náutica das Hidrovias com aumento do índice de eficácia da sinalização náutica das hidrovias.

A ação Aprofundamento e manutenção dos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre envolve atividades que visam garantir a segurança da navegação entre o Porto da Capital e o Porto do Rio Grande e na hidrovia do Rio Jacuí até o Porto de Cachoeira do Sul. Somados, os trechos representam quase 540 km. O trabalho voltado para a sinalização e dragagem de desassoreamento dos canais garante uma navegação segura nos acessos aquaviários da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí. No ano de 2012, o volume de recursos aplicado nesses serviços foi de mais de R\$ 4,5 milhões, apenas em dragagem. Outros R\$ 3,9 milhões foram aplicados em aquisição e recuperação de sinais náuticos e demais acessórios para o balizamento. A aplicação destes recursos permitiu, ainda, a dragagem para a remoção de aproximadamente 334.609 m<sup>3</sup> de sedimentos dos canais das hidrovias de acesso aos terminais portuários localizados na Bacia Sudeste.

A ação Elaboração de estudos técnicos e licenciamentos de obras de dragagem e manutenção das hidrovias envolve o desenvolvimento dos projetos e do planejamento necessário ao licenciamento ambiental das atividades de desassoreamento das hidrovias da Laguna dos Patos, Guaíba, Jacuí, Gravataí, Sinos e Caí. Tais atividades envolveram também a contratação de estudos de viabilidade econômica para o terminal portuário de São Leopoldo. O aumento do calado nos canais de acesso ao Complexo Portuário da Grande Porto Alegre também fizeram parte dos estudos.

No ano de 2012, o volume de recursos aplicado no desenvolvimento desses estudos foi de R\$ 340 mil, dando suporte ao desenvolvimento de atividades relacionadas aos contratos para atualização da licença operacional do Porto de Porto Alegre e para o desenvolvimento de Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) para os Portos de Porto Alegre e de Pelotas, entre outras atividades relevantes conforme detalhado abaixo:

- Plano de Desenvolvimento e Zoneamento de Portos (PDZ): através desse plano, será possível constituir para a Administração Portuária o seu instrumento de planejamento operacional. Também será possível estabelecer estratégias e metas para a implementação de processos de desenvolvimento, otimização e racionalização da

utilização de áreas e instalações do porto organizado. O PDZ visa estipular, entre outras ações, quais produtos e cargas devem ser movimentados ou armazenados em cada uma das diferentes áreas portuárias disponíveis. Para tanto, considera aspectos físicos, infraestruturais e logísticos intervenientes nos processos de armazenamento e movimentação de cargas. O PDZ representa o esforço da SPH em constituir as condições necessárias para que o Porto de Porto Alegre recupere seu importante papel para a sociedade gaúcha, apresentando-se como um ativo dentro dos processos econômicos da região, disponibilizando e fomentando o modal hidroviário, modalidade de transporte econômica e segura para o escoamento da produção e para o recebimento dos insumos demandados pelos diferentes setores produtivos que sustentam a economia gaúcha. É prevista para o primeiro semestre de 2013 a conclusão dos Planos dos portos de Porto Alegre e Pelotas.

- Batimetria no Canal Miguel da Cunha: a SPH iniciou, através da sua Divisão de Estudos e Projetos, a batimetria no Canal Miguel da Cunha, acesso hidroviário que liga os municípios de Rio Grande e São José do Norte, por meio de balsas. Trata-se de levantamento a ser apresentado à Capitania dos Portos de Rio Grande, juntamente com o planejamento de dragagem solicitado pela Marinha do Brasil. O trabalho visa qualificar e conferir maior segurança à travessia hidroviária entre as duas cidades, concomitantemente com trabalho de recuperação da draga Euclides Triches na oficina do Porto de Pelotas.
- Balizamento do Canal Miguel da Cunha: a SPH concluiu a recuperação da sinalização do Canal Miguel da Cunha, em parceria com a Superintendência do Porto do Rio Grande, que consistiu na recolocação das bóias deslocadas, visando conferir condições de segurança à travessia das balsas pelo canal que une os municípios de São José do Norte e Rio Grande.

A ação Implantação do ISPS-CODE permite a execução de atividades destinadas à adequação do Porto de Pelotas aos padrões de Segurança Internacional – ISPS-CODE, visando tornar o Porto apto ao tráfego internacional de cargas. No ano de 2012, foram aplicados mais de R\$ 5,2 milhões no desenvolvimento desse sistema.

A ação Reestruturação Administrativa e Operacional fornece suporte para a execução de atividades destinadas a ampliar e qualificar os processos sistêmicos de movimentação de carga e descarga de manufaturados e insumos consumidos e/ou produzidos pela economia do Estado. No ano de 2012, o volume de recursos aplicados no sistema foi de cerca de R\$ 700 mil. Como resultado dos investimentos e das realizações executadas, a capacidade instalada de movimentação de cargas, nos vários portos do sistema estadual e no Porto de Porto Alegre, em especial, foi ampliada para 1.821.000 toneladas/ano. Esse montante supera, em mais de 50% a meta física estabelecida para o período e fixada em 1.200.000 toneladas/ano.

A seguir estão relacionadas às principais realizações executadas dentro da ação.

- Aquisição de Defensas: a SPH adquiriu e instalou nove conjuntos de defensas (equipamentos de segurança) no Cais Navegantes e, assim sendo, ampliou para quatro o número de navios que podem operar simultaneamente. O investimento foi da ordem de R\$ 528 mil.



- Recuperação de Embarcações: corresponde a serviços de recuperação e manutenção preventiva da frota que integra o parque náutico da SPH, com sete embarcações recebendo melhorias para operar com produção: o Balizador Benjamin Constant, as dragas Serrano, Santo Amaro e Governador Triches, o Rebocador Bento Gonçalves e as Lanchas Cabral e SPH. Foram encaminhadas, ainda, providências para a aquisição de novas embarcações, destinadas aos serviços de dragagem e manutenção das hidrovias. O valor aplicado no ano foi de R\$ 600 mil.
- Reforma Geral de Guindastes: foi concluída a reforma geral do guindaste nº 18 com investimento de mais de R\$ 1 milhão. Também já está em andamento a recuperação do guindaste de nº 19 do Porto de Porto Alegre com objetivo de dotar as estruturas portuárias de equipamentos adequados à plena eficiência das atividades de carga e descarga.

A ação Sinalização Náutica das Hidrovias tem por escopo adquirir, instalar e manter a sinalização náutica das hidrovias, viabilizando navegabilidade segura, 24 horas por dia, de embarcações de cargas e passageiros, atendendo também aos requisitos da Copa 2014. No ano de 2012, o volume de recursos aplicado no incremento de sistemas de sinalização náutica foi de R\$ 805 mil. Tais investimentos qualificam a navegação e garantem o índice de eficácia na sinalização de 95%, exigido pela Marinha do Brasil.

Os equipamentos adquiridos e/ou recuperados foram instalados na Bacia do Sudeste. A distância sinalizada atingiu aproximadamente 630 km de extensão, possibilitando melhorar as condições de navegação nos canais e no acesso aos portos públicos. Ainda dentro da ação, foram iniciados projetos para implementação de atividades de sinalização náutica para hidrovias da Bacia do Sudeste em duas Regiões Funcionais, a RF 1 e a RF5.

A hidrovia que liga o Porto de Porto Alegre ao Porto do Rio Grande possui 310 km de extensão e conta com manutenção constante dos equipamentos de sinalização e desassoreamento nos trechos de canais artificiais. No âmbito dessa realização, a SPH desenvolve os projetos abaixo apresentados:

- Projeto de aquisição, instalação e recuperação permanente de sinais náuticos para malha hidroviária do Estado. Foram adquiridos 31 novos sinais e recuperados mais 50 equipamentos, trabalho realizado com mão de obra própria da SPH, por técnicos lotados no Estaleiro de Triunfo.
- Projeto de Sinalização Náutica do Braço Oeste, que visa oferecer mais uma alternativa hidroviária aos navios que acessam o Pólo Petroquímico e o novo Polo do Jacuí. Projeto encaminhado para Marinha do Brasil.
- Instalação, na Laguna dos Patos, de equipamentos utilizados para a identificação dos canais e qualificação do balizamento a fim de garantir maior segurança na navegação e no acesso ao Porto de Porto Alegre. Ao todo foram instaladas 16 boias cegas, sendo oito do modelo BCP2, estilo pilar, e as demais no modelo BCCO, do tipo cilíndrico. No mesmo lote, foram compradas mais 15 bóias luminosas do tipo BL2.

Os canais de acesso ao complexo portuário da Região Metropolitana – Lagoa dos Patos, Guaíba – demandam permanente investimentos em dragagens de desassoreamento e em sinalização náutica. Também as hidrovias do Gravataí, Jacuí, Sinos e Caí demandam o mesmo

tipo de manutenção, em razão das ações de carga e descarga das produções do Polo Petroquímico, do GLP (gás de cozinha), dos fertilizantes e do óleo Diesel S10 consumido no transporte rodoviário movimentados em seus respectivos terminais. São mais de sete milhões de toneladas entre fertilizantes, cavacos de madeira, óleo de soja, farelo, grãos, biodiesel e celulose, entre outros, que circulam pelas hidrovias interiores mantidas pela SPH. Registre-se ainda que, com vistas à descentralização da produção naval, serão transportadas, ao longo do sistema hidroviário, peças de mais de 600 toneladas, implicando dificuldades operacionais e riscos à navegação.

A Superintendência de Porto e Hidrovias está consciente de suas responsabilidades e pronta para atender a esse desafio que se faz permanente. Para tanto, projeta para sua receita no ano de 2013 um incremento de recursos da ordem de R\$ 14,5 milhões oriundos de diferentes empreendimentos atraídos para áreas da Superintendência em Porto Alegre e Pelotas. Devem ser destacados os contratos de revitalização e de uso temporário para empresas que atuarão na indústria *off-shore* bem como a regulamentação de áreas ocupadas por areeiras, concreteiras e licitação de terminais de uso privativo.

A **Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG)** é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria da Infraestrutura e Logística do Estado do Rio Grande do Sul. A SUPRG tem como sua principal atribuição legal administrar o Porto do Rio Grande (PRG) na qualidade de executor da concessão da União ao Estado. Constitui-se como autoridade portuária executiva. Coordena e fiscaliza a exploração do PRG e também as diversas entidades atuantes no Porto Organizado<sup>6</sup>.

Desenvolve ainda o planejamento e a execução da política portuária mediante o desenvolvimento de estudos, realização de melhorias e de atividades de manutenção e conservação dos canais de acesso e da infraestrutura portuária. Destaca-se a conservação dos Molhes da Barra, do canal de acesso ao Porto Novo e a manutenção de todo sistema hidroportuário do Porto do Rio Grande.

O PRG oferece, frente a seus concorrentes, vantagens comparativas e competitivas em termos de localização: acesso marítimo privilegiado, amplas áreas de expansão de atividades portuárias, acesso multimodal, amplas facilidades especializadas em extensa gama de movimentações. Caracteriza-se ainda por não oferecer constrangimentos de malha urbana, possuindo ainda alta capacidade de absorção de incrementos. Possui, além disso, um terminal de contêineres (TECOM) dos mais qualificados do País.

Com um calado de 40 pés, o Porto do Rio Grande possui excelente profundidade em seus terminais, superior ao correspondente nos portos argentinos, uruguaios e catarinenses. Assim sendo, é o ponto perfeito para o transbordo de contêineres e de completamento de carga de granéis dos países da Bacia Hidrográfica do Prata. Além disso, em seu cais público –

---

<sup>6</sup> Considera-se, na forma da legislação vigente, porto organizado aquele construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado ou concedido pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.

Porto Novo – com calado de 31 pés e cais com 2 km de extensão, oferece invejável disponibilidade de atracação.

Outra grande vantagem do Porto do Rio Grande é a disponibilidade de acesso a malhas modais diversificadas. Existe grande oferta de infraestrutura de transporte, abrangendo o modal rodoviário, o hidroviário, o ferroviário e o aeroportuário. A multimodalidade, atributo do PRG, é fator relevante para a ampliação da integração comercial do Estado com outras regiões brasileiras e com o MERCOSUL, e reforça sua condição de ativo dentro do processo de crescimento e desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. O Porto do Rio Grande se constitui em um elo estratégico na cadeia logística local, nacional e internacional. É elemento-chave para uma economia exportadora e importadora. O binário porto-logística de transportes influencia, diretamente, a competitividade dos produtos exportados e importados.

O Porto se interliga a todas as regiões do Estado pela malha rodoferroviária, pelo sistema navegável da Laguna dos Patos e da Lagoa Mirim e seus rios tributários; com o Uruguai e com a Argentina, através das cidades fronteiriças; e com os demais Estados do Brasil, o está interligado através das BRs 116, 101 e 153 bem como pelas ligações ferroviárias de Marcelino Ramos e Vacaria.

O Porto do Rio Grande movimentou, em 2012, cerca de 27,70 milhões de toneladas de cargas, considerando-se os três segmentos: carga geral, granéis sólidos e granéis líquidos, como mostra o seguinte quadro a seguir:

<b>Movimentação Por Segmento de Carga - SUPRG</b>	<b>Realizado 2011 (t)</b>	<b>Realizado 2012 (t)</b>
Carga Geral	7.123.306	7.096.258
Granéis Sólidos	19.652.580	16.877.291
Granéis Líquidos	3.718.797	3.731.956
<b>Total Geral</b>	<b>30.494.682</b>	<b>27.705.502</b>

A circunstancial redução da movimentação de cargas no Porto do Rio Grande pode ser mais bem entendida através de análise feita pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), com alguns trechos reproduzidos a seguir: “O cenário econômico internacional e o desempenho da economia nacional se refletiram no desempenho portuário brasileiro. No último trimestre, do ano de 2012, frente à igual período de 2011, destacaram-se, pelo lado negativo, as movimentações de farelo de soja (-21,29%) e soja (-18,97%)”. E segue a ANTAQ, avaliando, para além das movimentações dos portos organizados, as movimentações dos Terminais de Uso Privativo (TUPs): “...a reduzida taxa de crescimento, em 2012, da movimentação dos principais grupos de mercadorias, acompanhado da redução da movimentação de soja pode ter contribuído para a queda da movimentação de cargas dos terminais de uso privativo” (Fonte: Boletim Portuário/Terceiro Trimestre 2012 – ANTAQ). Os quadros a seguir desagregam a movimentação geral de cargas por segmento.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Embarque de Cereais - 2012</b>	<b>Realizado 2011</b>	<b>Realizado 2012 ( tn )</b>
Arroz	795.403	763.773
Farelo de Soja ( Hipro - Paletizado - Lowpro )	2.505.331	2.509.485
Óleo de Soja	481.450	373.855
Milho	146.571	71.849
Trigo	1.969.842	2.376.779
Soja em Grão	5.983.905	3.594.996
Quebrados de Arroz	279.690	280.703
<b>Total Geral</b>	<b>12.162.192</b>	<b>9.971.440</b>

Fonte: Dados Estatísticos SUPRG

Movimentações dos anos de 2011 e 2012 em Toneladas

O quadro adiante apresenta a movimentação de contêineres no PRG

<b>Movimentação de Contêineres 2012 - SUPRG</b>	<b>Realizado 2011</b>	<b>Realizado 2012</b>
<b>Total Geral</b>	<b>618.065</b>	<b>611.282</b>

Fonte : Dados SUPRG / Movimentações dos anos de 2011 e 2012 em Toneladas

A movimentação de contêineres no PRG reflete o contexto que a análise da ANTAQ explicita. Contudo, o Porto do Rio Grande – apesar de ter verificado, em 2012, declínio na movimentação de contêineres – encerra o ano ocupando o segundo lugar no *ranking* nacional, tendo alcançado esta posição<sup>7</sup> mediante a manutenção do volume de suas movimentações anuais. Essa ascensão já configurava tendência, passível de ser identificada, se considerarmos a evolução da movimentação total de contêineres nos anos de 2007 a 2011, cuja média anual, obtida a partir dos números da Antaq apresentados no quadro abaixo, atinge o entorno dos 620.734 TEUs .

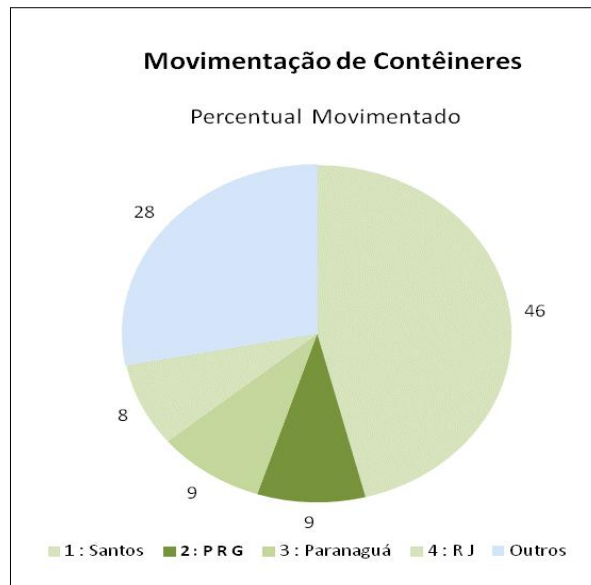
<b>Movimentação Contêineres - TEU s</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Total</b>
Porto do Rio Grande - PRG	607.275	601.580	629.586	647.188	618.039	3.103.668
Porto de Paranaguá	595.261	595.729	630.597	546.564	681.678	3.049.829

Fonte: Anuário Estatístico da Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ.

Tabela: Evolução da movimentação total de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo, por quantidade, TEU e peso 2007-2011 .

O gráfico, extraído de boletim informativo da Antaq, apresenta a classificação nacional, considerando-se contêineres movimentados por porto organizado (% ).

<sup>7</sup> Fonte : Boletim Informativo Portuário 3º Trimestre / 2012 / ANTAQ



Fonte : Boletim Informativo Portuário 3º Trimestre / 2012 / ANTAQ

Considerando a crise internacional que afetou o desempenho das exportações nacionais e também as do Rio Grande do Sul, e a manutenção do volume, em toneladas, de cargas que o Porto do Rio Grande movimentou nos últimos três anos, que não se verificam no desempenho do porto concorrente, não é descabido supor que o PRG, além de obter a manutenção de suas movimentações ainda pode ter capturado cargas oriundas de regiões e setores que, habitualmente, não frequentavam o Porto do Rio Grande.

A SUPRG participa do Programa Transportes Multimodais e opera processos de ganhos de eficiência em movimentações de cargas e modernização de sua infraestrutura portuária e logística executando três ações finalísticas: Gestão do Acesso Aquaviário, Modernização e Adaptação da Infraestrutura do Porto e Gestão Ambiental. Participa, ainda, do Programa de Apoio Administrativo com a ação Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura do Porto do Rio Grande. A Superintendência, no ano de 2012, aplicou mais de 36,80 milhões em recursos financeiros destinados a suportar a execução de atividades e realizações vinculadas às ações sob a sua responsabilidade. O quadro apresenta as ações e suas respectivas dotações.

Recursos Financeiros Liquidados 2012 - SUPRG		R\$
Ação	Produto	
Gestão Ambiental	Licença Operação - Porto	2.118.488,66
Gestão do Acesso Aquaviário	Canal de Acesso e Bacia de Evolução Mantidos	14.997.132,93
Modernização da Infraestrutura do Porto	Infraestrutura de Acostagem Modernizada	406.168,97
<b>Sub Total</b>		<b>17.521.790,56</b>
Ação de Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura		19.279.845,58
<b>Total Geral</b>		<b>36.801.636,14</b>

A ação Gestão do Acesso Aquaviário envolve atividades relacionadas aos canais de acesso e bacias de evolução. São obras e serviços necessários ao aprofundamento, modernização e sinalização desses canais, visando maior segurança e eficiência da navegabilidade. São desenvolvidas atividades continuadas necessárias à manutenção, aprofundamento do calado, retificação e sinalização e controle do canal de acesso e da bacia de evolução. No ano de 2012, o volume de recursos aplicado na consecução desses serviços foi de R\$ 14,7 milhões. A seguir, estão destacadas duas realizações consideradas fundamentais para a manutenção e aperfeiçoamento da atividade portuária: a manutenção de calados e a sinalização do canal de acesso.

- Manutenção de Calados – atividade que permitiu manter o canal de acesso e bacia de evolução (área do Porto Novo) dragado para 10,5m de profundidade, 16m para o canal da área do Super Porto e 18m para o canal fora da Barra. Os serviços de dragagem realizados para a manutenção dos canais de acesso e bacia de evolução envolveram a retirada de cerca de 2,7 milhões de metros cúbicos de sedimentos. Destes, 700 mil metros cúbicos se referem à dragagem de manutenção dos canais de acesso e bacia de evolução e os restantes dois milhões de metros cúbicos constituem a atividade de manutenção do aprofundamento dos canais do porto.
- Sinalização do Canal de Acesso – envolve atividades necessárias à obtenção da homologação da navegabilidade segura e do calado de 47 pés por parte da Autoridade Marítima. Para o processo de homologação, 28 boias de sinalização serão instaladas. Destas, já foram adquiridas 16 boias, que se encontram armazenadas aguardando instalação definitiva. Outras 12 boias para o canal interno do Porto tiveram seu processo de aquisição encaminhado. Some-se à aquisição das boias de sinalização, a contratação do estudo da modelagem matemática do canal e a simulação virtual das condições de navegabilidade. Tais realizações contribuirão para ampliar a segurança da navegação nos canais internos e na bacia de evolução, além de colocarem o Porto do Rio Grande em patamar técnico diferenciado no contexto nacional.

A ação Modernização e Adaptação da Infraestrutura do Porto permite a execução de atividades destinadas a modernizar a infraestrutura, recuperando, adaptando e revitalizando as instalações do Porto do Rio Grande. No ano de 2012, foram liquidados mais de R\$ 395 mil e a sua aplicação permitiu executar serviços de modernização da infraestrutura, como detalhado adiante.

- Recuperação do Cais do Porto Velho e do Cais Rincão da Cebola – a SUPRG encaminhou providências para o processo de recuperação de cais do Porto Velho. Foram executados serviços de sondagem, topografia e inspeção visual da murada do cais, necessários à elaboração do projeto do cais histórico do Porto Velho. O Cais Rincão da Cebola foi objeto de recuperação da estrutura de saneamento, necessária tanto para atividade portuária, como também para o entorno urbanístico. Foi também concluída a obra, iniciada em 2009, destinada à restauração de 400 m de sua estrutura de concreto.
- Ampliação de capacidade do pátio automotivo e pátio de carga geral – contratação do projeto executivo da construção de sistema de vigilância e segurança para o pátio de armazenagem de automóveis no Porto Novo, que totaliza área de 100.000 m<sup>2</sup>, com capacidade para 6.500 carros. O projeto possibilitará o aumento de armazenagem de até

2.000 carros, otimizando sua área de utilização. Da mesma forma, o Pátio de Carga Geral teve obra de fechamento e abertura de processo para contratação de projetos para pavimentação e fechamento de área suplementar de 30.000 m<sup>2</sup> com capacidade para outros 2.000 carros.

- Pavimentação de Retroáreas Portuárias – envolve a realização de obras e serviços de pavimentação do Porto Novo. A pavimentação do Porto Novo (Porto Público), com área de 22.843 m<sup>2</sup>, constitui importante obra destinada à modernização da infraestrutura e promoção de capacidade de atendimento de diversos tipos de cargas. A obra foi contratada e iniciada no final de 2012.
- Pontos de Atracação e Fundeio – trata-se da implantação de cinco novos pontos de espera nos canais de acesso ao Porto do Rio Grande, que proporcionarão maior segurança e facilidade de manobra para os navios aguardarem a saída da barra, a atracação nos terminais e eventuais cruzamentos de embarcações. Foram desenvolvidos os projetos executivos, que permitirão a contratação das respectivas obras.

A ação Gestão Ambiental envolveu atividades necessárias à manutenção, superação e atendimento das exigências e condicionantes da licença de operação do Porto do Rio Grande. No ano de 2012, o volume de recursos aplicado na consecução dos serviços correlatos à ação foi de R\$ 2,029 milhões. Através da aplicação destes recursos, a SUPRG viabilizou realizações no campo da gestão ambiental, envolvendo a implantação do Plano de Prevenção de Resíduos Ambientais (PPR), do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e das ações continuadas de controle da qualidade da água, sedimentos e, ainda, a realização de testes ecotoxicológicos, que garantem a licença de operação do Porto do Rio Grande.

### **Ações para 2013**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
SEINFRA	Gestão das políticas públicas de infraestrutura e logística	Coordenação dos programas de infraestrutura e logística
SEINFRA	Gestão das políticas públicas de infraestrutura e logística	Promoção de benefícios da integração logística do estado
SEINFRA	Transportes multimodais	Realização de estudos de implantação de novos aeroportos
SEINFRA	Transportes multimodais	Modernização dos aeroportos do estado
SEINFRA	Transportes multimodais	Manutenção dos aeroportos
DAER	Transportes multimodais	Operação do sistema rodoviário estadual
DAER	Transportes multimodais	Conservação e manutenção de rodovias estaduais
DAER	Transportes multimodais	Restauração de pavimentos
DAER	Transportes multimodais	Construção de rodovias
DAER	Transportes multimodais	Planejamento e gerenciamento da malha rodoviária do estado do RS
DAER	Transportes multimodais	Ampliação da capacidade de rodovias
DAER	Transportes multimodais	Construção de acessos municipais com integração à malha rodoviária estadual
DAER	Transportes multimodais	Gestão organizacional do DAER
SPH	Transportes multimodais	Elaboração de estudos técnicos e licenciamentos de obras de dragagem e manutenção das hidrovias
SPH	Transportes multimodais	Aprofundamento e manutenção dos canais de acesso ao complexo portuário da grande Porto Alegre
SPH	Transportes multimodais	Sinalização náutica das hidrovias

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SPH	Transportes multimodais	Reestruturação administrativa e operacional
SPH	Transportes multimodais	Terminal internacional turístico de passageiros
SPH	Transportes multimodais	Implantação do ISPS-CODE
SUPRG	Transportes multimodais	Gestão do acesso aquaviário
SUPRG	Transportes multimodais	Modernização e adaptação da infraestrutura no porto do rio grande
SUPRG	Transportes multimodais	Expansão de área portuária
SUPRG	Transportes multimodais	Gestão ambiental
SULGÁS	Energia para o rio grande	Ampliação da distribuição de gás natural e desenvolvimento do mercado de biogás no estado
SULGÁS	Energia para o rio grande	Melhoria operacional do sistema de distribuição de gás natural
SULGÁS	Energia para o rio grande	Planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico de sistemas de distribuição de gás natural
CEEE-GT	Energia para o rio grande	Expansão da geração
CEEE-GT	Energia para o rio grande	Manutenção e operação da geração
CEEE-GT	Energia para o rio grande	Pesquisa e desenvolvimento (P&D) - CEEE-GT
CEEE-GT	Energia para o rio grande	Expansão da transmissão
CEEE-GT	Energia para o rio grande	Manutenção e operação da transmissão
CRM	Energia para o rio grande	Produção de carvão CE - 3.300 na mina de Candiota
CRM	Energia para o rio grande	Produção de carvão CE - 4.200 na Mina do Leão
CRM	Energia para o rio grande	Implantação de planta-piloto para beneficiamento de carvão a seco na mina de Candiota
CRM	Energia para o rio grande	Expansão da mineração do carvão
CEEE-D	Energia para o rio grande	Expansão, renovação e melhoria das instalações de redes de distribuição
CEEE-D	Energia para o rio grande	Expansão, renovação e melhoria das instalações de subtransmissão (linhas de transmissão e subestações)
CEEE-D	Energia para o rio grande	Eficientização energética
CEEE-D	Energia para o rio grande	Pesquisa e desenvolvimento (P&D) - CEEE-D

## Meio Ambiente

A **Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)**, criada em 1999, é o órgão central do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA), responsável pela política ambiental do Rio Grande do Sul. A SEMA possui duas vinculadas, a **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM)** e a **Fundação Zoobotânica do RS (FZB-RS)**.

O Governo do Estado definiu, em 2011, alguns projetos prioritários para a área ambiental, acompanhados continuamente na Sala de Gestão. Entre eles, destacam-se os citados abaixo.

O Projeto do Sistema Integrado de Regularização Ambiental (SIRAM), realizado através do trabalho integrado da Secretaria do Meio Ambiente, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental e da Fundação Zoobotânica, já está sendo apresentado para os servidores dos órgãos ambientais do Estado. O Projeto consiste no conjunto integrado dos processos de normatização, comunicação, capacitação, cadastramento, licenciamento, monitoramento, fiscalização, autuação, apoio administrativo e operacional na área ambiental, usados com a finalidade de



regularizar as atividades antrópicas quanto aos seus aspectos ambiental, florestal e hídrico no Rio Grande do Sul.

A regularização ambiental de uma atividade antrópica (referente à ação do homem sobre a natureza) vai além da expedição da licença ambiental, da autorização de manejo e de supressão de vegetação e da outorga de uso da água. A manutenção da regularidade ambiental pressupõe o cumprimento permanente das exigências legais e normativas, de acordo com as políticas estaduais e nacionais.

O início dos trabalhos do SIRAM é motivado pela assinatura do contrato de financiamento de US\$ 480 milhões, no qual os recursos para o projeto estão incluídos, entre o Governo do Estado e o Banco Mundial (BIRD), ocorrida no mês de setembro de 2012. Ao todo, serão R\$ 18,5 milhões destinados à regularização ambiental.

O Projeto Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é uma ferramenta de gestão do território, a qual facilita a tomada de decisões sobre a implantação de atividades econômicas, tendo em vista que uma de suas funções é a de justamente indicar como proceder quando é necessário acolher determinada atividade e, ao mesmo tempo, levar em conta o capital natural do Estado. O ZEE, por extensão, também ajudará os gestores municipais a melhor planejar a ocupação de seus territórios, servindo de diretriz geral para enriquecer os planos diretores.

O Projeto deverá trazer mais agilidade nos trâmites dos processos, considerando que as restrições e oportunidades de ocupação das áreas estarão previamente demarcadas. Desse modo, algumas áreas serão indicadas como de valor ambiental relevante, enquanto outras serão apontadas como passíveis de ocupações diversas. Esse conhecimento prévio e devidamente concertado com a sociedade deve resultar em trâmites mais ágeis e qualificados que, por sua vez, se refletirão na qualidade dos investimentos daqueles que tiverem como alvo o Rio Grande do Sul. O ZEE tem o aporte de recursos de US\$ 8,9 milhões, financiados pelo Banco Mundial.

O Projeto RS Biodiversidade busca promover o desenvolvimento regional através da conservação, manejo e estímulo às potencialidades da biodiversidade, incentivando a produção sustentável no meio rural, em parceria com as comunidades locais, e desenvolvendo conhecimento, informação e instrumentos para a gestão ambiental. Coordenado pela SEMA, em parceria com a Fundação Zoobotânica, Fundação Estadual de Proteção Ambiental, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Instituto de Conservação Ambiental *The Nature Conservancy* do Brasil (TNC do Brasil), permite a integração entre os órgãos na busca por alternativas para a conservação da biodiversidade. O Projeto tem alcance de 33 municípios, 1.253.118 pessoas e 63.428,80 km<sup>2</sup>.

Seus principais benefícios são: proposição de corredores ecológicos; 500 famílias diretamente beneficiadas com fomento a práticas de uso sustentável da biodiversidade nas Unidades Demonstrativas; identificação de seis situações de risco à biodiversidade, bem como elaboração e implementação de plano de ação; implantação de 12 Unidades Demonstrativas; desenvolvimento e implementação de quatro instrumentos de gestão – Sistema de Informações Geográficas, Zoneamento Ecológico Econômico, Planejamento da Paisagem e Monitoramento.

Os Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (PERS) são considerados como fase de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e o PERS do Rio Grande do Sul pretende provocar, de maneira gradual e contínua, mudanças nos hábitos da sociedade quanto

à geração e destinação final dos resíduos sólidos. Entre as ações propostas no Plano estão a implantação da coleta seletiva e de unidades de triagem em todos os municípios, visando à recuperação de material para beneficiamento e à redução de volume de rejeitos para o aterro, com a consequente redução de transporte desses rejeitos, bem como ao encerramento e/ou readequação dos aterros controlados ainda em operação.

O Plano dispõe de recursos do Governo Federal, de cerca de R\$ 1,7 milhão e contrapartida do Estado de R\$ 437,5 milhões. Em 2012, a SEMA fez detalhados estudos que resultaram em Termo de Referência firmado com a Caixa Econômica Federal, o que viabilizou o início do processo licitatório para a contratação da elaboração do PERS.

Coordenada pela Secretaria do Meio Ambiente, a Comissão Estadual criada para desenvolver a política de plantas medicinais no Rio Grande do Sul obteve a liberação, em 2012, por parte do Ministério da Saúde, de recursos no valor de R\$ 2,18 milhões para fomentar importantes ações nesse setor. Com a medida, foram liberados R\$ 1,67 milhão ao Laboratório Oficial do Estado (LAFERGS), com o objetivo de qualificá-lo no que diz respeito aos fitoterápicos, e à Escola de Saúde Pública (ESP) para capacitar profissionais da saúde.

A **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM)** é a instituição responsável pela gestão ambiental no Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Tem atribuições de planejamento ambiental, licenciamento, fiscalização, monitoramento e educação ambiental, englobando atividades de monitoramento da qualidade do ar e da água, análise de balneabilidade e serviço de emergência ambiental 24h.

Em 2012, a FEPAM concluiu a revisão e atualização da Análise Ambiental Integrada dos aproveitamentos hidrelétricos da bacia hidrográfica do Taquari-Antas e assinou Termo de Cooperação Técnica para a conclusão do Zoneamento Ambiental para Implantação de Parques Eólicos no RS, com o Sindicato da Indústria de Energia Eólica.

Foram controladas, ainda, 13.000 atividades antrópicas de intervenção ambiental e vistoriadas 2.500. Além disso, de acordo com o objetivo principal dessa Fundação, foram emitidos diversos licenciamentos de destaque em diferentes áreas, conforme citado a seguir.

#### *Controle da Poluição Industrial*

- Destaques – Polo Naval:
  - Licença de Instalação da Estaleiros do Brasil S/A (EBR);
  - Licença Prévia da UTC Engenharia S/A;
  - Licença de Operação do RG Estaleiro ERG2 S/A;
  - Licença de Instalação e Licença de Operação de ampliação da QUIP S/A;
  - Licença de Instalação da Alstom Brasil Energia e Transportes.
- Licença Prévia da Câmera Agroalimentos S/A, planta de biodiesel;
- Licença de Instalação da Três Tentos Agroindustrial S/A, planta de biodiesel;
- Licença de Operação da ampliação da General Motors do Brasil Ltda.;
- Licença de Instalação de ampliação da Stihl Ferramentas Motorizadas Ltda.;
- Licença Prévia Móveis Carraro Ltda.;
- Licença de Instalação da Manitowoc Brazil Guindastes;

- Licença de Instalação Procable Energia e Telecomunicações Ltda.;
- Licença de Instalação Mita Ltda.;
- Licença de Instalação Cia. de Bebidas das Américas (AMBEV).

#### *Infraestrutura e Saneamento*

- Diversos projetos do PAC, incluindo:
  - Sistemas de Esgotamento Sanitário (99): Bento Gonçalves, Caçapava do Sul, Erval Seco, Serafina Correa, Santo Cristo, Barra do Ribeiro, Santiago, Carazinho, Cachoeira do Sul, Palmeira das Missões, Sapiranga, Glorinha, Rolante, Nova Petrópolis, entre outros.
  - Sistemas de Abastecimento de Água: Santa Maria, Lagoa Vermelha, Nova Prata, Capão da Canoa, Arroio dos Ratos Vacaria, Bento Gonçalves, Xangri- lá, Capivari do Sul, Erechim, Charqueadas, entre outros.

#### *Barragens*

- Barragem de abastecimento Canguçu;
- Barragem de abastecimento Arvorezinha;
- Barragem de São Sepé.

#### *Parcelamento do solo*

- Loteamentos/Condomínios: 59 licenças ambientais

#### *Estradas*

- Diversos trechos em 40 rodovias estaduais e em sete federais
- Destaque: BR-448 – Rodovia do Parque

#### *Energia*

- Licença Prévia:
  - Para 1.220 MW em parques eólicos nos municípios de Tapes, Chuí, Santa Vitória do Palmar, Arambaré e Palmares do Sul;
  - Para 17,44 MW em hidroelétricas.
- Licença de Instalação:
  - Para 670 MW em parques eólicos em Palmares do Sul, Piratini, Santana do Livramento, Rio Grande, Pinhal e Viamão;
  - Para oito hidrelétricas, com destaque para: Parque eólico Atlântica em Quintão-Palmares do Sul e Serra dos Cavalinhos II
- Renovação de Licença de Operação de 13 Usinas hidrelétricas (UHE):
  - Destaques: UHE Dona Francisca; UHE 14 de Julho; UHE Castro Alves; e UHE Monte Claro.
- Licenças de Operação Novas (início de operação) de seis hidrelétricas:
  - Destaques: UHE Passo São João; PCH Pezzi; PCH São Paulo; PCH RS-155; três complexos eólicos: Ventos da Lagoa (Osório), Ventos do Litoral (Osório) e Rosário 2 (Palmares do Sul).

*Resíduos*

- Licenças Prévia de Instalação e de Operação de mais de 40 empreendimentos, além de remediações de áreas degradadas:
  - Destaques: Aplicação da Política Nacional de Resíduos e aumento na fiscalização.

*Agrosilvipastoril*

- Destaques: Licenças do Programa de Expansão da Agropecuária Irrigada – Mais Água Mais Renda e Licença do Programa de Pesca e Aquicultura, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo

A **Fundação Zoobotânica do RS** promove a conservação da biodiversidade, por meio de seus três órgãos executivos – Jardim Botânico, Museu de Ciências Naturais e Parque Zoológico. A Fundação realiza educação ambiental e difusão científica e cultural por meio de publicações, exposições, eventos e palestras. Além disso, assessora entidades públicas e privadas em diagnósticos e mapeamento de áreas, visando à conservação de espécies e de ecossistemas naturais.

No decorrer de 2012, foi realizada a construção do Laboratório de Mastozoologia e Ornitologia, viabilizada pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Governo Federal, com um custo de R\$ 258.119,00. Foram, também, realizadas 24 publicações técnico-científicas.

Ainda no ano de 2012, houve 3.972 atividades de ampliação ou manutenção da fauna, da flora e de produtos da biodiversidade. Além disso, foi criado um Sistema, desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), para elaborar a reavaliação da lista de espécies da fauna ameaçadas de extinção em todo o Estado. Esse projeto é pioneiro no País, e seu resultado final deve ser divulgado no início de 2013.

O Projeto Implementação da Política Intersetorial de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do RS foi aprovado no Ministério da Saúde, no valor de R\$ 106.517,00. Estão previstos para o Jardim Botânico a formação e qualificação do Módulo de Plantas Medicinais para Horto Referência para Agentes Produtivos Locais do RS.

Houve ampliação de 21,5% no número de visitantes do Zoológico, passando de 219.862 para 267.388 no período de janeiro a setembro de 2012. Apesar de grande parte dos visitantes ser constituída de crianças que pagam ingresso escolar ou recebem isenção, houve um aumento de 62,16% na arrecadação do Zoológico em função do reajuste no valor dos ingressos. Em atividades de educação ambiental, no Zoológico, foram recebidos 7.800 visitantes no minimuseu e distribuídos 13.000 *botons* da série Animais da Fauna Brasileira. Em relação à movimentação de animais no Zoológico, destaca-se o nascimento de 134 animais e as permutas citadas a seguir:

- Alpacas – uma fêmea e um macho;
- O Zoológico Municipal Quinzinho de Barros cedeu um casal de macaco-aranha-de-cara-branca; uma fêmea de macaco babuíno-sagrado, um macho de tamanduá-bandeira, um casal de puma e uma cobra píton;
- Recebimento de seis micos-leões-da-cara-dourada e dois casuares.

**Ações para 2013**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
SEMA	Tutela e gestão ambiental integrada	Integração SEMA, FEPAM e FZB
SEMA	Tutela e gestão ambiental integrada	Modernização e adequação da SEMA
SEMA	Tutela e gestão ambiental integrada	Implementação de planos, programas e projetos ambientais
SEMA	Tutela e gestão ambiental integrada	Implementação dos projetos de zoneamento ecológico-econômico
SEMA	Tutela e gestão ambiental integrada	Implementação do sistema de gestão de riscos
FZB	Tutela e gestão ambiental integrada	Iniciativas da FZB para a integração SEMA, FEPAM e FZB
FZB	Tutela e gestão ambiental integrada	Modernização e adequação da FZB
FZB	Tutela e gestão ambiental integrada	Iniciativas da FZB para gestão do conhecimento e de pessoas da SEMA, FEPAM e FZB
FZB	Tutela e gestão ambiental integrada	Participação da FZB na implementação de sistema de informações ambientais
FZB	Tutela e gestão ambiental integrada	Participação da FZB na implementação de planos, programas e projetos ambientais
FEPAM	Tutela e gestão ambiental integrada	Iniciativas da FEPAM para a integração SEMA, FEPAM e FZB
FEPAM	Tutela e gestão ambiental integrada	Modernização e adequação da FEPAM
FEPAM	Tutela e gestão ambiental integrada	Iniciativas da FEPAM para a gestão do conhecimento e de pessoas da SEMA, FEPAM e FZB
FEPAM	Tutela e gestão ambiental integrada	Participação da FEPAM na implementação de Sistema de Informações Ambientais
FEPAM	Tutela e gestão ambiental integrada	Participação da FEPAM nos projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico
FEPAM	Tutela e gestão ambiental integrada	Iniciativas da FEPAM na implementação do Sistema de Gestão de Riscos
FEPAM	Tutela e gestão ambiental integrada	Implementação na FEPAM da Agenda Ambiental na Administração Pública (a3p)

**Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano**

A **Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano (SOP)** tem por objetivo transformar os desafios para o desenvolvimento do Estado em oportunidades de crescimento econômico e social, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida à população, através da construção, ampliação, conservação e recuperação do patrimônio público estadual, da gestão de projetos e obras na área de recursos hídricos e, ainda, prestando apoio aos municípios em situações de emergência. Através de sua vinculada, a **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)**, visa ao fortalecimento da gestão municipal e regional, de forma a promover a agilidade na implementação de ações e políticas estaduais, através da necessária integração e articulação de um conjunto de planos, projetos e

ações para o desenvolvimento sustentado da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), das Aglomerações Urbanas e das Regiões Hidrográficas do Estado.

#### *Obras Públicas*

Por meio do Programa Gestão de Obras Públicas, a SOP cumpre com as suas atribuições relacionadas à gestão das obras de prédios do Estado. Tais atribuições incluem o planejamento, a execução, a análise e a revisão de projetos de engenharia e arquitetura, bem como a fiscalização das obras nos prédios públicos. Elabora, ainda, a padronização dos projetos de arquitetura e engenharia, e viabiliza e operacionaliza as demandas relacionadas à construção, ampliação e conservação dos prédios públicos, atendendo as demandas dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.

Conforme dados da Secretaria de Administração e Recursos Humanos (SARH), o Estado detém mais de 18.000 imóveis somente para a Administração Direta. Em 2012, foi realizado levantamento técnico de cerca de 900 imóveis, relacionados às obras e projetos concluídos, totalizando 5% dos imóveis da Administração Direta que foram incluídos no cadastro técnico de próprios públicos que está em elaboração pela SOP.

Com relação aos projetos sob responsabilidade da SOP, foi concluída a análise e elaboração de projetos de arquitetura e engenharia e orçamento de obras de edificações públicas, que somam mais de 80 mil m<sup>2</sup> de área a ser construída, ampliada, reformada ou restaurada. Disso resultou o encaminhamento, para licitação pela CELIC, de cerca de 472 processos contendo projetos de arquitetura e engenharia para licitação. Dessa forma, no ano de 2012, a SOP realizou a gestão de aproximadamente 40 projetos de arquitetura e engenharia por mês.

Quanto à execução e fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia e arquitetura, em 2012, foram executadas mais de 770 obras, contemplando, na sua maioria, as demandas decorrentes dos projetos estratégicos do Governo, dentre as quais podem ser destacadas obras nas áreas da Segurança Pública, Educação, Saúde, Agricultura, Ciência, Inovação e Tecnologia, Promoção do Esporte e Lazer, entre outras. Desse total, foram concluídas 403 obras, no período de janeiro a dezembro de 2012, somando um investimento de R\$ 90 milhões. Estão em execução 369 obras com valor total de mais de R\$ 188 milhões. Tais obras foram viabilizadas através das Coordenadorias Regionais de Obras Públicas (CROPs), que realizam levantamentos técnicos, projetos de reforma, orçamentos e fiscalização de obras públicas em prédios próprios do Estado, através do atendimento às solicitações das demais Secretarias e às emergências em escolas e outros prédios públicos.

Em relação à Secretaria da Educação, foram concluídas 339 obras, sendo que desse total 28 ocorreram pelo sistema de autonomia financeira, no qual obras de até R\$ 150 mil são realizadas diretamente pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e diretores da escola, através do apoio técnico das CROPs. Na tabela a seguir são apresentadas obras concluídas em 2012 com valor foi superior a R\$ 300 mil.

<b>Obra</b>	<b>Município</b>	<b>Tipo</b>	<b>Valor Licitado (R\$)</b>
Penitenciária Regional	Arroio dos Ratos	Construção	20.747.623,19
Presídio Regional de Santa Maria	Santa Maria	Ampliação	8.743.652,23

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Obra</b>	<b>Município</b>	<b>Tipo</b>	<b>Valor Licitado (R\$)</b>
UPA	Porto Alegre	Construção	3.489.963,23
Unidade de Pronto Atendimento - UPA	Santo Ângelo	Construção	2.989.848,67
IPE - Porto Alegre	Porto Alegre	Reforma	2.757.110,00
Unidade de Pronto Atendimento - UPA	Cachoeira Do Sul	Construção	2.744.435,48
LACEN - FEPPS	Porto Alegre	Reforma/Ampliação	1.898.362,08
Hospital Psiquiátrico São Pedro	Porto Alegre	Reforma	1.284.000,42
Comando do Corpo de Bombeiros	Porto Alegre	Reforma/Ampliação	1.079.077,02
EEIEF Sepe Tiaraju	Erval Seco	Construção	607.000,00
METROPLAN	Porto Alegre	Reforma	596.623,09
EEEM Professora Maria Sirley Vargas Ferraz	Esteio	Reforma	595.178,95
EEEE General Daltro Filho	Porto Alegre	Reforma	587.909,88
EEEE Sergipe	Guaíba	Construção	582.647,71
EEEB Apeles Porto Alegre	Porto Alegre	Reforma	563.000,00
CE 8 de Setembro	Estância Velha	Construção	562.543,93
EEIEF Pero Ga	Gramado dos Loureiros	Construção	558.396,64
Ginásio PPV Área Canyon	Caxias do Sul	Construção	549.993,95
EEEE Prof. Ivo Corseuil	Porto Alegre	Reforma	494.395,63
Unidade Básica de Saúde Tipo III	Porto Alegre	Construção	492.109,22
EEEB Presidente Roosevelt	Porto Alegre	Reforma	486.587,94
ETE Visconde de São Leopoldo	São Leopoldo	Reforma	485.317,08
CEEM Raul Pilla	Porto Alegre	Reforma	467.940,59
Unidade Básica de Saúde Tipo I	Santo Ângelo	Construção	429.298,75
Presídio Estadual de Itaqui	Itaqui	Reforma/Ampliação	414.354,46
EEEM Ponche Verde	Gravataí	Construção	409.899,32
EEEE Professora Leopolda Bernewitz	Porto Alegre	Reforma	406.168,15
EEEE Humberto de Campos	Estância Velha	Reforma	405.775,79
EEE Recanto da Alegria	Porto Alegre	Reforma	405.300,00
BM de Porto Alegre	Porto Alegre	Reforma	403.899,80
EEEE Tenente Coronel Travasso Alves	Porto Alegre	Reforma	398.000,00
EEEB Santos Dumont	Santa Rosa	Reforma	397.188,81
ET Agricultura	Viamão	Reforma	389.420,43
EEEM Orieta	Viamão	Reforma	388.027,19
CE Presidente Castelo Branco	Lajeado	Reforma	385.521,50
EEEM Nova Brescia	Nova Brescia	Construção	360.721,84
EEEM Cecília Meireles	Sapucaia do Sul	Reforma	360.068,62
EEEE Pedro Sirangelo	Porto Alegre	Reforma	360.000,00
EEEE Dr. Catharino de Azambuja	Cruz Alta	Reforma	359.175,72
EEEE Paulina Moresco	Porto Alegre	Reforma	342.150,00
EEEM Cecília Meireles	Sapucaia do Sul	Reforma	340.983,45
EEEE Adonis dos Santos	Viamão	Reforma	340.493,03
EEEE Silvano Luiz da Silva	Passa Sete	Construção	334.924,75
EEEM Anne Franck	Porto Alegre	Reforma	333.400,00
EEEE Eva Carminatti	Porto Alegre	Reforma	327.482,52
ETE Bernardina Rodrigues Padilha	Vacaria	Reforma	325.067,85
DP de Porto Alegre - 04	Porto Alegre	Reforma	320.316,45

Fonte: SOP/DOP - 2012

Levantamento do Departamento de Obras Públicas relaciona, na tabela a seguir, as 98 principais obras que se encontram em execução, com valor individual superior a R\$ 300 mil:

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Obra</b>	<b>Município</b>	<b>Tipo</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Hospital Regional Centro	Santa Maria	Construção	36.326.623,19
Penitenciária Estadual de Guaíba	Guaíba	Construção	19.489.323,19
Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FEPPS	Porto Alegre	Reforma	9.473.466,18
Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas	Charqueadas	Ampliação	7.830.559,64
Penitenciária Modulada de Osório	Osório	Reforma	6.217.906,42
DP de Caxias do Sul - 02	Caxias do Sul	Construção	5.000.000,00
Secretaria da Fazenda	Porto Alegre	Reforma	2.687.908,45
CASE Regional de Santa Maria	Santa Maria	Reforma/Ampliação	2.440.000,00
EEEM no Bairro Desvio Rizzo	Caxias do Sul	Ampliação	2.157.202,93
FASE - Porto Alegre	Porto Alegre	Reforma	2.026.176,47
Hospital da Brigada Militar	Porto Alegre	Reforma/Ampliação	2.005.022,37
EEEM Rafaela Remião	Porto Alegre	Ampliação	1.924.000,00
CE Francisco A Vieira Caldas Junior	Porto Alegre	Reforma	1.414.599,52
EEEM no Bairro Santa Fe	Caxias do Sul	Construção	1.373.068,28
E.E. Sagrado Coração de Jesus	Cachoeira do Sul	Construção	1.270.477,30
FDRH	Porto Alegre	Reforma	1.118.354,22
EEEM na Colônia Maciel	Pelotas	Construção	1.088.330,37
EEEM Professor Oscar Pereira	Porto Alegre	Reforma	1.072.190,19
Secretaria de Educação	Porto Alegre	Reforma	999.029,00
Hospital Psiquiátrico São Pedro	Porto Alegre	Construção	972.246,91
Parque Científico Tecnológico do Planalto Médio	Passo Fundo	Construção	961.561,04
Centro Estadual de Treinamento Esportivo - CETE	Porto Alegre	Reforma	948.400,00
Presídio Central Porto Alegre	Porto Alegre	Reforma	932.571,32
EEEM Osvaldo Camargo	Cachoeirinha	Reforma	918.439,07
EEEF Silverio da Costa Novo	São José do Norte	Ampliação	902.725,34
LAFERGS	Porto Alegre	Reforma	849.000,00
EEEF Victorio Webber	Caxias do Sul	Reforma	744.709,80
Reforma de Pavilhões	Esteio	Reforma	718.918,73
FT Liberato Salzano V Da Cunha	Novo Hamburgo	Construção	697.450,00
IE Riachuelo	Capão da Canoa	Reforma/Ampliação	668.000,00
BPG	Porto Alegre	Reforma	648.258,50
EEEF Santa Rita de Cassia	Porto Alegre	Reforma	637.000,00
CETE	Porto Alegre	Cercamento	577.671,69
EEEM Professor Jacintho Silva	Cotiporã	Acessibilidade	555.645,00
Ginásio PPV - Bairro Rubem Berta	Porto Alegre	Construção	549.993,95
CASE Regional - Porto Alegre	Porto Alegre	Reforma	539.823,68
Unidade Básica De Saúde Tipo III	Passo Fundo	Construção	528.443,49
Unidade Básica De Saúde tipo III	Pelotas	Construção	528.443,49
EEEF Professora Clotilde Batista	Canoas	Reforma	486.234,58
Presídio Estadual de Carazinho	Carazinho	Cercamento	448.000,00
BM de Itaara	Itaara	Reforma	418.748,00
EEEF Prof. Heloisa Louzada	Dom Pedrito	Construção	411.038,19
EEEM Saldanha Marinho	Ibirapuita	Reforma	409.863,00
EEEM Mario Quintana Caic	Alvorada	Construção	409.689,90
EEEF Capistrano de Abreu	Soledade	Reforma	409.525,99
EEEF Desiderio Torquato Finamor	Porto Alegre	Reforma	409.042,34
EEEM Arroio do Tigre	Arroio do Tigre	Construção	409.000,00
CE Alcebiades Azeredo dos Santos	Viamão	Reforma	405.169,30
IEE Conego Luiz Walter Hanquet	Camaquã	Construção	403.250,42
EEEF Matias de Albuquerque	Porto Alegre	Reforma	402.900,00
EEEM Açorianos	Viamão	Reforma	401.759,34
EEEF Jose Garibaldi	Porto Alegre	Reforma	401.239,47



MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Obra</b>	<b>Município</b>	<b>Tipo</b>	<b>Valor (R\$)</b>
IEE Doutor Ruy Piegas Silveira	Espumoso	Reforma	401.014,40
EEEE Madre Stanísla	Ijuí	Reforma	400.365,12
EEEE Junto ao Ana Jobim	Viamão	Reforma	400.337,20
EEEE Adolfo Kepler	Panamby	Reforma	400.231,10
EEEM Santa Clara	Santa Clara do Sul	Reforma	399.930,83

Fonte: SOP/DOP - 2012

Tendo em vista o aprimoramento técnico para a realização dos serviços de engenharia e arquitetura, no âmbito do Estado, a SOP vem apoiando a atualização e qualificação técnica de seus profissionais. Em 2012, foram obtidos mais de 140 certificados de conclusão de cursos, entre os quais se pode destacar: Plano de Prevenção Contra Incêndio e Licitações e Contratos Administrativos.

*Irrigação*

A SOP vem, através de programas de captação e armazenamento de água, desenvolvendo ações para minimizar os efeitos das estiagens, assegurando maior estabilidade à produção rural. Consideradas como Projetos Estratégicos desta gestão, as obras da Barragem de Jaguari, Taquarembó e São Sepé, com seus sistemas associados, adequaram-se, em 2012, a um novo direcionamento, que visou maior segurança na aplicação dos recursos públicos e garantiu a repactuação com o Ministério da Integração e conseqüente liberação de recursos. Foram liberados recursos federais para construção de outras três Barragens: Soturno, Estancado e Passo da Ferrari.

A água desses açudes será utilizada, predominantemente, para a irrigação da produção de grãos ou irrigação de pastagens para a produção de leite, além da dessedentação animal. Para o enfrentamento das secas, foram construídos 150 açudes em 55 municípios conforme apresentado no quadro abaixo.

<b>Município</b>	<b>Microaçudes</b>
Agudo	1
Alecrim	3
Alto Feliz	1
Áurea	3
Bagé	1
Barra do Ribeiro	1
Campina das Missões	5
Cândido Godói	1
Capão Bonito do Sul	8
Catuípe	1
Caxias do Sul	1
Charrua	4
Dom Pedrito	6
Entre Rios do Sul	1
Erebango	2
Erechim	5
Ernestina	1
Estação	3
Eugênio de Castro	3
Faxinal do Soturno	4
Gaurama	2
Herval	11

<b>Município</b>	<b>Microaçudes</b>
Lagoa Vermelha	3
Marcelino Ramos	1
Mariano Moro	6
Mato Queimado	1
Novo Cabrais	2
Palmeira das Missões	1
Passo do Sobrado	8
Pedras Altas	5
Pinhal da Serra	1
Pirapó	1
Piratini	1
Rosário do Sul	1
Sagrada Família	1
Santa Cruz do Sul	7
Santa Maria	4
Santana do Livramento	2
Santo Antonio das Missões	2
Santo Cristo	8
São Martinho da Serra	2
São João do Polêsine	3
São José das Missões	2
Senador Salgado Filho	2

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Município	Microaçudes
Independência	2
Ipê	1
Ipiranga do Sul	2
Ivorá	2
Jari	1
Lagoa Bonita do Sul	1

Fonte: Departamento de Irrigação - SOP/2012

Município	Microaçudes
Severiano de Almeida	3
Silveira Martins	2
Tuparendi	1
Vale Real	1
Vera Cruz	2

Em 2012, ocorreu a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Integração Nacional e o Estado, através da SOP, o que constituiu ação importante visando à elaboração do Plano Estadual de Irrigação do RS – Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água (PIUMA). O PIUMA identificará, em nível regional, as necessidades para os usos múltiplos da água e as potencialidades para a agricultura irrigada, visando transformar os problemas locais relacionados à demanda de água em políticas de Estado.

Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água - Acompanhamento Financeiro

Ação PPA	Dotação	Dotação ajustada	Empenhado	Liquidado
Construção de microaçudes e capacitação de técnicos e agricultores	5.363.690,00	8.228.086,74	6.524.408,36	2.059.887,44
Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais	28.994.496,36	53.999.833,62	23.257.377,45	20.128.935,19
Elaboração do Plano Diretor de Reservação de Água Para Usos Múltiplos com enfoque na irrigação	1.500.000,00	3.000.000,00	148.800,00	148.800,00
Implantação de sistema de distribuição e abastecimento de água em zonas rurais	2.399.000,00	2.399.000,00	2.229.630,48	2.229.630,48
<b>TOTAL</b>	<b>38.257.186,36</b>	<b>67.626.920,36</b>	<b>32.160.216,29</b>	<b>24.567.253,11</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Gestão - SISPLAG/SEPLAG – Dez/2012

Para alcançar esse objetivo, a SOP busca envolver no processo os principais atores, entre os quais os representantes dos 25 Comitês de Bacias Hidrográficas, através da criação de uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação composta por órgãos públicos e representantes de instituições participativas. Constituem objetivos do Plano Estadual de Irrigação: diversificação das culturas do Rio Grande do Sul, abertura de mercados de novos produtos, melhoria da renda dos produtores, garantia de expansão de água, mais condições de financiamento e adaptação das políticas para atender problemas climáticos.

#### *Desenvolvimento Urbano*

O Rio Grande do Sul, em função da distribuição desigual das chuvas durante o ano, tem sofrido com as estiagens que provocam situações de extrema calamidade, atingindo as áreas rurais e urbanas. O Estado, através da SOP, dispõe de programa de liberação de recursos, através de Convênio e/ou Termo de Transferência de Recursos para execução das redes de abastecimento de água no perímetro rural, que tem por objetivo viabilizar a distribuição de água

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

em comunidades rurais desprovidas de água para consumo humano. A implantação dos sistemas de abastecimento de água vem suprir uma carência junto às comunidades rurais também em épocas de estiagem, evitando a predisposição a doenças e contaminação da população pela falta de abastecimento de água para consumo. Além disso, a SOP visa avaliar as deficiências hídricas através de estudos técnicos, elaborando cadastros e sistematizando os dados sobre as maiores demandas de água.

A fim de atender os objetivos propostos em 2012, a Secretaria realizou, através do Programa de Redes de Abastecimento de Água no Perímetro Rural, assessoramento técnico aos municípios do Estado orientando o encaminhamento de documentação e projeto técnico para convênios e termos de transferência de recursos relacionados à implantação de sistemas de abastecimento de água no perímetro rural. Disso resultaram Convênios e Termos de Transferência de Recursos (TTRs) junto a 83 municípios, os quais envolveram recursos de mais de R\$ 8,4 milhões. Tais recursos destinaram-se às ações para a implantação de sistemas de abastecimento de água e abertura ou recuperação de poços artesianos, que abastecerão a população residente de diferentes localidades rurais, conforme demonstrado a seguir:

Sistemas de Abastecimento de Água e Perfuração/Recuperação de Poços Artesianos			
Municípios	Localidades	Nº de famílias	Recursos empenhados/liquidados (R\$)
83	251	6.100	8.434.574,19

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Urbano - SOP/2012

A seguir são apresentados os municípios, localidades e o respectivo número de famílias beneficiadas com a implantação dos sistemas.

Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água através de Termos de Transferência de Recursos (TTRs) ou Convênios

Municípios	Nº Localidades	Localidades	Nº Famílias Beneficiadas	Investimento R\$
Agudo	3	Rincão do Pinhal; Linha Boemia	144	80.000,00
Ajuricaba	2	Linha Vinte Um; Linha Vinte e Oito	48	80.000,00
Alecrim	1	Lajeado Segredo	42	80.000,00
André Da Rocha	1	Estrada Chimarrão	20	80.000,00
Barra do Guarita	1	Linha Jaburiti	25	80.000,00
Barros Cassal	1	Goibabal	6	80.000,00
Boa Vista das Missões	4	Linha São Marcos, Linha Pinheirinho, Matias de bem, Mont Serrat	75	80.000,00
Boa Vista do Incra	2	Três Capões, Linha Antonello	55	79.998,61
Caçapava do Sul	1	Durasnal	23	80.000,00
Camargo	15	localidades	483	80.000,00
Capão Do Cipó	1	Inhacapetum	23	80.000,00
Carlos Gomes	1	Linha Rui Barbosa	15	80.000,00
Cerrito	1	Catimbau, Rincão dos Aires	51	80.000,00

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Municípios</b>	<b>Nº Localidades</b>	<b>Localidades</b>	<b>Nº Famílias Beneficiadas</b>	<b>Investimento R\$</b>
Chapada	1	Boi Preto	25	80.000,00
Chiapetta	4	Novo Horizonte, Nova Conquista, Linha Vila Nova, Linha São Judas Tadeu	153	80.000,00
Ciríaco	1	Fazenda Pedreira	12	59.869,40
Cotiporã	1	Capela São Braz	45	80.000,00
Crissiumal	2	Lajeado Herva, Vila Bender	85	80.000,00
Cruzaltense	3	Linha Princesa Isabel, Linha Vertente Bacin, Linha Dez	55	80.000,00
Dona Francisca	7	Formoso, Linha Ávila, Sanga Funda, Trombudo, Cerro dos Dambrós, Linha do Moinho	225	80.000,00
Ernestina	2	Linha Tietz, Capão do Valo	75	80.000,00
Erval Grande	3	Linha Baracollo, Linha Capelo, Linha Pinhalzinho	33	80.000,00
Erval Seco	1	Linha Palmeira	30	80.000,00
Esperança do Sul	9	São Francisco, São Sebastião, Cabeceira do Lara, Açoita Cavalos, Baixo Açoita Cavalos 1, Baixo Açoita Cavalos 2, Volta Alegre, São Roque 2, Distrito da Sede, Barra São Miguel	61	80.000,00
Espumoso	6	(1)Campo Comprido, (2)Júlio Cardoso, (3)Floresta, (4) Campina Redonda, (5) Linha Seca, (6) Rincão das Oliveiras	244	80.000,00
Estrela Velha	1	(1)Linha São Marcos	57	80.000,00
Florianópolis	2	São Miguel, Linha Mroczkoski	22	80.000,00
Fontoura Xavier	2	Três Pinheiros, Linha Guavirova	60	80.000,00
Frederico Westphalen	1	Linha Dal Canton	25	80.000,00
Ibirapuitã	2	Passo da Laje, Encruzilhada dos Mânicas	44	79.996,28
Ijuí	1	Fernão Dias - linha 4,5 E 6	54	80.000,00
Inhacorá	1	Esquina Neves	15	79.999,40
Itacurubi	4	Rincão dos Boeiras, Rincão do Xará, Santa Barbará, Rincão dos Correias	60	80.000,00
Itapuca	1	Linha Formagini	25	80.000,00
Jaboticaba	1	Linha Rigon, Linha Braga	44	80.000,00
Jacuizinho	1	Linha Bangu	29	80.000,00
Jari	3	São Joaquim, Bela Vista da Serra, Capão de Santa Maria	25	80.000,00
Miraguai	1	Linha Braço Forte	25	80.000,00
Palmitinho	2	Linha Casali, Linha Rocha	21	80.000,00

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Municípios</b>	<b>Nº Localidades</b>	<b>Localidades</b>	<b>Nº Famílias Beneficiadas</b>	<b>Investimento R\$</b>
Panambi	2	Iriapira I, Sete de Setembro	68	80.000,00
Paraíso do Sul	2	Pau-a-Pique, Picada Köhn	87	80.000,00
Pejuçara	4	Rincão de Jesus, Colônias Novas, Marmeleiro, Santa Apolônia	18	76.833,07
Pinhal Grande	3	Linha Ferrari, Encruzilhada, Três Passarinhos	41	80.000,00
Pinheirinho do Vale	1	Linha Escola	33	80.000,00
Porto Lucena	1	Linha Veado	15	80.000,00
Porto Lucena	1	Linha Nova Norte/União	5	17.000,00
Pouso Novo	1	Linha Medorema	18	80.000,00
Quevedos	2	Maia, Ventura	70	80.000,00
Redentora	4	Vista Alegre, Sítio Langner, Linha Correa, Linha Mânica	47	80.000,00
Rio Pardo	5	Corredor dos Coqueiros, Santa Clara, Albardão, Barragem Dom Marcos, Pederneiras	260	80.000,00
Santo Ângelo	25	25 Localidades	696	80.000,00
Santo Antônio do Planalto	1	Estância Nova	17	77.823,52
Santo Augusto	1	São Jacó	17	80.000,00
São José das Missões	3	Linha Araújo, Linha Garzão, Linha Cristo redentor	150	80.000,00
São Martinho	2	-	24	80.000,00
São Paulo das Missões	5	Linha Liuz Zenthal, Lonha Nova esperança, Sta. Cecília, Quinota, Avante	155	80.000,00
São Pedro das Missões	5	Cordilheira, Barro Preto, Razieri/Campina, Paes, Progresso	149	80.000,00
São Sepé	2	Santa Clara, Cerrito do Ouro	70	80.000,00
Seberi	30	30 localidades	68	80.000,00
Selbach	2	Sta. Isabel, Arroio grande	50	80.000,00
Severiano de Almeida	1	Linha Lamberdor	50	80.000,00
Soledade	1	Pontão da Boa União - Cascata	30	80.000,00
Toropi	4	Fernando Ferrari, Damião	45	80.000,00
Três Arroios	2	Linha Acampamento, Linha 3	20	80.000,00
Três Passos	2	Lajeado das Quedas, Boa Vista da Romana	30	80.000,00
Vale do Sol	2	Linha Fischer, Linha Chapada/Boa Esperança	24	80.000,00
Veranópolis	1	Nossa Senhora da Pompéia	20	80.000,00
Vista Alegre do Prata	3	Sagrado Coração de Maria, Nossa Senhora da Pompéia, Santo Anjo da	46	80.000,00

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Municípios</b>	<b>Nº Localidades</b>	<b>Localidades</b>	<b>Nº Famílias Beneficiadas</b>	<b>Investimento R\$</b>
		Guarda		
<b>67</b>	<b>215</b>		<b>4.882</b>	<b>5.351.520,28</b>

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Urbano - SOP/2012

Foi, também, realizado apoio técnico operacional para execução de serviços essenciais de recuperação e ações preventivas a acidentes climáticos, através da cedência de máquinas para desassoreamento e obras de macrodrenagem, recuperação de estradas vicinais danificadas pelas enxurradas. Foram beneficiados 89 municípios, sendo investidos R\$ 2,9 milhões. Em 2012, foram encaminhadas as licitações para estudo de obras alternativas para a minimização dos efeitos das cheias do Baixo Rio Caí e estudo para modelagem da qualidade das águas superficiais da Bacia do Rio Uruguai. Para tal, está sendo investido R\$ 1,8 milhão.

Entre as ações previstas para 2013, estão a contratação de empresa especializada para a execução de serviços para movimentação de terra; a execução e manutenção de pequenos trevos de vias municipais estaduais; a manutenção de pontes e pontilhões; desassoreamento de açudes, rios e riachos; a abertura de estradas em projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como de estradas vicinais que dão acesso ao Centro de formação Indígena, localizado na cidade de São Valério do Sul.

A **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)** tem por objetivo promover a articulação entre as políticas municipais, regionais e estaduais através do apoio técnico às ações de planejamento para o desenvolvimento dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre e aglomerações municipais, de modo a viabilizar e implementar o processo de planejamento e gestão de ações estratégicas para a organização e desenvolvimento metropolitano, das aglomerações urbanas e das regiões hidrográficas.

Através do Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal, atua em gestão e planejamento metropolitano e regional, predominantemente, na RMPA, na Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE), na Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL) e na Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINORTE), totalizando 68 municípios, dentre os quais a capital gaúcha. Nessas regiões, que ocupam 7% da área territorial do RS, estão localizados cerca de 5,5 milhões de habitantes (Censo 2010), representando aproximadamente 52% da população gaúcha, e nelas se concentram cerca de 60% da economia do Estado (Censo 2007).

Em 2012, buscando o aperfeiçoamento do processo de gestão territorial e mobilidade urbana entre as cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, foram criados o Conselho Deliberativo Metropolitano (CDM) e o Gabinete de Governança Metropolitana (GGM). Formado por 11 conselheiros, o CDM delibera sobre ações para potencializar a solução dos problemas comuns entre os municípios, enquanto o GGM é o responsável por executá-las. Dentre outras ações do órgão para promover e modernizar o processo de gestão metropolitano, encontra-se em desenvolvimento um sistema de informação que incluirá dados socioeconômicos e cartográficos e consolidará as informações das principais variáveis socioeconômicas dos municípios integrantes da RMPA, com vistas à elaboração do Plano Estratégico de

Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre, a ser realizado pelo Conselho Deliberativo Metropolitano e Gabinete de Governança.

A METROPLAN assumiu, em 2012, a coordenação das obras do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, na RMPA. A ação, que conta com um investimento de R\$ 793 milhões anunciados pelo Governo Federal, contempla drenagem e contenção de cheias das bacias hidrográficas do Gravataí, Sinos, Baixo Jacuí e Guaíba. As intervenções incluem projetos, obras e ações sociais visando eliminar ou minimizar as consequências das cheias, e beneficiarão aproximadamente 3 milhões de habitantes, nos municípios de Eldorado do Sul, Alvorada, Porto Alegre, Viamão, Gravataí, Taquara, Novo Hamburgo e Rolante.

Investimentos do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais na RMPA

Bacia Hidrográfica	Município	Investimentos R\$ milhões
Bacia Gravataí	Alvorada	R\$ 226
	Porto Alegre	R\$ 2
	Gravataí	R\$530
Bacia Sinos	Novo Hamburgo	R\$ 2
	Rolante	R\$ 20
	Taquara	R\$ 8
Bacia Baixo-Jacuí e Guaíba	Eldorado do Sul	R\$ 5
<b>Investimento Total</b>		<b>R\$ 793</b>

Fonte: SEPLAG/2012

As obras previstas nas bacias são:

Bacia do Rio Gravataí:

- Estudos de concepção de proteção e de amortecimento de cheias, para a construção de diques, casas de bombas, canais, reservatórios, barramentos, barragens galgáveis;
- Recuperação urbano-ambiental de área degradada;
- Desapropriações de habitações em áreas de risco e projetos sociais vinculados às comunidades ribeirinhas.

Bacia do Rio dos Sinos:

- Projetos básicos para contenção de cheias, regularização de vazões e drenagem urbana.

Bacia do Baixo Jacuí e Guaíba:

- Projeto básico para o amortecimento de cheias envolvendo a construção de canais, diques e casas de bombas e recuperação urbano-ambiental.

Ainda, com vistas à promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental da RMPA e Aglomerações Urbanas do Estado, foram desenvolvidas atividades preliminares para a implantação da Agência das Águas, visando ao assessoramento técnico aos Comitês de Bacias

Hidrográficas na elaboração dos Planos de Bacia com vistas a cumprir as metas do Plano de Trabalho do Convênio SEMA/METROPLAN. Para tanto, foram realizadas 16 oficinas, em diversos municípios da Região Hidrográfica do Guaíba, sobre os modelos de cobrança pelos usos múltiplos das águas já implantados no Brasil, com apresentação de simulações de arrecadação em cada Comitê de Bacia, com a participação de especialista no assunto. Os técnicos do Órgão e os integrantes dos Comitês foram capacitados com relação à implementação da cobrança pelo uso da água na Região Hidrográfica do Guaíba.

Em 2012, com o apoio da METROPLAN, foi concluído o Plano Regional de Saneamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. A bacia hidrográfica do Rio Gravataí encontra-se na região hidrográfica do Guaíba, possui uma área de 2.020 km<sup>2</sup>, o que representa 2,4% do território estadual. Abrange parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, capital do Estado, incluindo total ou parcialmente os municípios de Porto Alegre, Canoas, Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí, Glorinha, Taquara e Santo Antônio da Patrulha. Estima-se que a população residente na bacia seja de mais de 1,2 milhão de habitantes, considerando população urbana e rural. O Rio Gravataí é a principal alavanca para o desenvolvimento de toda a região. O uso predominante das águas é para irrigação de lavouras de arroz. Desse manancial hídrico, é realizada a captação de água para o abastecimento público de aproximadamente 650 mil pessoas. O Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí teve como objetivo identificar os agentes poluidores, propor mudanças para reduzir a contaminação dos recursos hídricos e definir os usos para as águas da bacia. Visando à implementação do Plano de Bacia do Gravataí, estão em execução pela METROPLAN ações prioritárias com vistas à conservação ambiental, englobando a recuperação de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e a definição de diretrizes para gestão de Unidades de Conservação (UCs), e monitoramento e controle de processos erosivos.

Com relação ao desenvolvimento da mobilidade urbana na RMPA, foi concluído o Termo de Referência para a contratação do planejamento e implantação-piloto do modelo de um Centro de Supervisão Operacional (CSO) nas linhas estruturais do Sistema de Transporte Metropolitano de Passageiros, que inclui o desenvolvimento do modelo de um sistema integrado de transporte urbano e metropolitano, entre os modais, visando à implantação do bilhete único na RMPA. Foi, também, realizado Termo de Referência para a contratação de empresa especializada no apoio gerencial à contratação de nove Projetos Executivos de Engenharia de corredores exclusivos de ônibus metropolitanos. A METROPLAN estabeleceu parâmetros para inspeção veicular dos transportes coletivos metropolitanos e dos de fretamento. A ação contempla regras mais rigorosas nas questões de poluição, mecânica, idade do veículo e conforto do usuário, entre outros. Além disso, as oficinas devem ser credenciadas pelo INMETRO.

Foram elaborados Termos de Referência para o estudo de concepção e viabilidade técnico-econômico-ambiental das Avenidas Metropolitanas Leste e Oeste, na RMPA. A Avenida Metropolitana Leste será localizada a leste da BR-116, em trecho com aproximadamente 34 km, que se estende entre Canoas e Novo Hamburgo, passando por Esteio, Sapucaia do Sul e São Leopoldo, enquanto a Avenida Metropolitana Oeste será localizada a oeste da BR-116, em trecho com aproximadamente 18 km compreendido entre o viaduto da UNISINOS (BR-116), em São Leopoldo, percorrendo os Municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo e transpondo a RS-240 até o limite com Estância Velha. O estudo “Concepção e viabilidade técnico-econômico-ambiental das Avenidas Metropolitanas Leste e Oeste” busca qualificar a acessibilidade intra-



metropolitana através da articulação entre trechos viários municipais existentes. O potencial dessas Avenidas é propiciar um deslocamento qualificado entre os municípios, independente da BR-116, que hoje, apesar dos congestionamentos, é em alguns casos a única opção de ligação por via pavimentada.

Foi revisado e publicado o edital de licitação para contratação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental da Avenida Perimetral Metropolitana. Foi planejada a arborização do canteiro central resultante da duplicação da Av. Baltazar de Oliveira Garcia e monitorado o plantio das 528 mudas de árvores nativas, fornecidas pela SMAM.

Com relação à promoção de ações integradas de infraestrutura urbana, foi realizada a pavimentação de vias urbanas, conforme demonstra o quadro a seguir:

Pavimentação de Vias Urbanas

<b>COREDE</b>	<b>Município</b>	<b>Extensão da Pavimentação</b>
Vale do Rio dos Sinos	Dois Irmãos	0,5 Km
Litoral	Dom Pedro de Alcântara	1,4 Km
Alto da Serra do Botucaraí	Fontoura Xavier	1,4 Km
Metropolitano-Delta do Jacuí	Guaíba	1,2 km
Litoral	Mampituba	1,8 km
Vale do Rio dos Sinos	Nova Hartz	0,7 km
Hortênsias	Nova Petrópolis	1,7 km
Paranhana-Encosta da Serra	Parobé	1,5 Km
Vale do Rio dos Sinos	Sapucaia do Sul	3 km
Metropolitano-Delta do Jacuí	Viamão	2,2 Km

Fonte: Sistema de Planejamento e Gestão - METROPLAN/2012

Para o aperfeiçoamento do processo de gestão territorial e mobilidade urbana, estão sendo produzidas cartas topográficas para os 32 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo como base imagens de satélite. Em 2012, aproximadamente 20% do trabalho foram concluídos. E encontra-se em licitação a contratação de cartografia e curso de capacitação visando subsidiar a elaboração de diretrizes de ocupação ao longo da BR-101, na Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINORTE)

Com relação ao Transporte Hidroviário entre Guaíba e Porto Alegre, projeto de governo implantado, coordenado e fiscalizado pela METROPLAN, foi assinada, ainda em 2012, viabilização de mais um terminal do transporte hidroviário na capital gaúcha, a ser implantado no bairro Cristal.

Atendendo à demanda do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, foi promovido pela METROPLAN, em novembro de 2012, o Seminário de Políticas Metropolitanas. O evento objetivou: debater conceitos e operacionalizações de planejamento metropolitano do Brasil e de outros países; aprofundar a análise sobre a RMPA; socializar experiências recentes em governança metropolitana; e buscar alternativas, definições e encaminhamentos, visando à construção democrática de um Plano Diretor Metropolitano. Estiveram presentes 72 representantes de municípios da região, técnicos da METROPLAN e de outros órgãos do Governo do Estado, além de representantes das universidades com atuação na região e representantes das organizações sociais e empresas privadas. A realização do seminário

oportunizou lançar as bases para o Plano Estratégico Metropolitano, o qual deverá ser concluído em 2013 e apresentado no II Seminário de Políticas Metropolitanas.

Com relação ao Termo de Anuência Prévia para aprovação municipal, dos projetos de loteamentos, desmembramentos e condomínios por unidades autônomas relativos aos municípios pertencentes à RMPA, obrigatório para o registro imobiliário dos empreendimentos, foram formuladas e encaminhadas minutas de convênio para delegação aos municípios de Estância Velha, São Leopoldo e Porto Alegre.

Com relação ao desenvolvimento da mobilidade urbana da RMPA, foi firmado termo de compromisso entre Estado e Município de Porto Alegre, em junho, para o desenvolvimento de estudos conjuntos para implantação do metrô. A METROPLAN e integrantes do Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana (PITM Urb) constituíram embrião de grupo técnico que está atuando desde setembro no escritório do MetrôPoa, criado para também elaborar o Projeto Sistema BRT (*Bus Rapid Transit*), ambos abrangendo tanto o transporte urbano quanto o metropolitano. Para o MetrôPoa, foi confirmado o financiamento pelo PAC 2 - Mobilidade das Grandes Cidades, da proposta do Estado do Rio Grande do Sul, contemplada com R\$ 349 milhões, e que beneficiará diretamente 600 mil usuários por dia. Prevê a implantação de infraestruturas no sistema de transporte público coletivo urbano e metropolitano, nos municípios de Porto Alegre, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão, objetivando a qualificação e a ampliação do Sistema, através da integração dos sistemas urbanos, sistema sobre trilhos da TREN SURB e futuro metrô de Porto Alegre. Esse projeto será responsável por 40% da futura demanda do metrô. Foi lançado o Edital para Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (PMI), visando receber, em janeiro de 2013, projetos e estudos técnicos para elaboração do Edital de contratação de Parceria Público-Privada (PPP) do Metrô de Porto Alegre, para implantação da Fase 1.

O Sistema BRT está sendo analisado quanto ao impacto no sistema de transporte que liga a Capital a Viamão, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí, para promover as adequações nos modelos institucional, operacional e tarifário, resultantes da construção de nova infraestrutura e novas tecnologias de ônibus, controle, monitoramento e sistema de informação aos usuários. A participação do Estado no processo, através da METROPLAN, será ampliada após a contratação emergencial de 20 profissionais, quando da aprovação do Projeto de Lei nº 278/2012, em tramitação, em função do desligamento de aproximadamente 40% dos seus empregados, em decorrência da Lei de Reforço de Proventos – Lei Estadual nº 13.437/2010. Para o provimento das vagas de seu quadro funcional, tramita processo na Secretaria de Administração e Recursos Humanos com vistas à promulgação da lei instituindo o novo Plano de Empregos, Funções e Salários e realização de concurso.

Com relação à Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), a METROPLAN realizou, em 2012, levantamentos junto à Capitania dos Portos de Rio Grande, com vistas ao monitoramento e controle dos serviços nas travessias hidroviárias de sua competência, dentre elas a travessia entre os Municípios de Rio Grande e São José do Norte. Como resultado foi ampliado o número das embarcações da empresa Transporte, adequada a quantidade de lugares, o número de viagens realizadas por dia e, também, foram revisados os aspectos de segurança dos passageiros. Com relação ao transporte hidroviário, o Órgão busca firmar convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo por objetivo a realização de estudos de

navegabilidade nas hidrovias, estudos de demanda e relacionados ao tipo de embarcação e requisitos necessários para as hidroviárias, visando melhorar o conforto e a segurança dos usuários desse sistema de transporte de passageiros. E, foi contratado estudo, através de convênio com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), para a avaliação do impacto da implantação do Polo Naval no município de São José do Norte a fim de subsidiar a elaboração do Plano Diretor desse município.

Com relação ao desenvolvimento ambiental das Aglomerações Urbanas quanto ao saneamento dos resíduos sólidos na área rural, foi concluído o Plano Regional de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de áreas não urbanizadas do COREDE Serra. Os resíduos considerados nesse plano são gerados na área rural dos municípios da região. A elaboração do Plano Regional de Resíduos Sólidos foi resultante de cooperação técnica obtida com recursos da Consulta Pública no valor de R\$ 92 mil. E, com relação ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, em 2012, foi realizada assessoria aos municípios de Ciríaco, Passo Fundo, Carazinho e Ibirubá, envolvendo a análise de projetos executivos para implementação de Galpões de Triagem de Lixo.

**Ações para 2013**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
SOP	Programa estadual de irrigação e usos múltiplos da água	Construção de microaçudes e capacitação de técnicos e agricultores
SOP	Programa estadual de irrigação e usos múltiplos da água	Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais
SOP	Programa estadual de irrigação e usos múltiplos da água	Elaboração do plano diretor de reservação de água para usos múltiplos com enfoque na irrigação
SOP	Programa estadual de irrigação e usos múltiplos da água	Implantação de sistema de distribuição e abastecimento de água em zonas rurais
SOP	Gestão de obras públicas	Elaboração, análise e orçamentação de projetos de arquitetura e engenharia de obras públicas
SOP	Gestão de obras públicas	Execução e fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia e arquitetura
SOP	Gestão de obras públicas	Manutenção e conservação dos próprios do estado
SOP	Gestão de obras públicas	Elaboração de caderno de encargos e padronização para obras públicas
SOP	Gestão de obras públicas	Capacitação de recursos humanos para gestão de obras públicas
SOP	Gestão de obras públicas	Elaboração e manutenção de cadastro técnico de próprios públicos
SOP	Gestão de obras públicas	Promoção de planos estratégicos de desenvolvimento regional
SOP	Gestão de obras públicas	Assessoramento técnico e operacional aos municípios
METROPLAN	Programa estadual de planejamento e desenvolvimento metropolitano, regional e municipal	Promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental da RMPA e aglomerações urbanas do estado
METROPLAN	Programa estadual de planejamento e desenvolvimento metropolitano, regional e municipal	Promoção do desenvolvimento da mobilidade urbana da RMPA e aglomerações urbanas do rs
METROPLAN	Programa estadual de planejamento e desenvolvimento metropolitano, regional e municipal	Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros arrecadados pela METROPLAN
METROPLAN	Programa estadual de planejamento e desenvolvimento metropolitano, regional e	Promoção das ações integradas de infraestrutura urbana

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
	municipal	
METROPLAN	Programa estadual de planejamento e desenvolvimento metropolitano, regional e municipal	Aperfeiçoamento do processo de gestão territorial e mobilidade urbana
METROPLAN	Programa estadual de planejamento e desenvolvimento metropolitano, regional e municipal	Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional

## Turismo

A **Secretaria do Turismo (SETUR/RS)** tem por missão promover o turismo com ênfase na qualificação da atividade turística para o desenvolvimento econômico e social, respeitando os preceitos da regionalização, segmentação turística e proteção ao patrimônio histórico e cultural. Busca promover o turismo como instrumento de inclusão social, contribuindo para a criação de empregos, a geração e distribuição de renda, a redução de desigualdades sociais e regionais, contribuindo, assim, para o fortalecimento e a diversificação da economia do Estado.

No ano de 2012, a SETUR/RS consolidou o seu planejamento para os próximos anos, através do lançamento do Plano Diretor do Turismo, que consiste em dois documentos: o Plano de Desenvolvimento do Turismo do RS 2012-2015 e o Plano de *Marketing* do Turismo do RS. O primeiro foi lançado em março, no Palácio Piratini, em Porto Alegre, e o segundo, em novembro de 2012, em Gramado, durante o Festival de Turismo de Gramado.

O Plano de Desenvolvimento é norteador de todos os projetos e ações da SETUR/RS e foi fruto da sistematização das demandas apresentadas durante a realização da I Conferência Estadual do Turismo em 2011, a qual contou com a presença de grande número de atores envolvidos no desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul. O Plano de Desenvolvimento é estruturado a partir de dez eixos estratégicos e de cinco desafios a serem superados, sendo apresentadas metas para cada desafio. Ainda, há a previsão de quatro cenários para o desenvolvimento do turismo no Estado, no contexto nacional e internacional, onde o melhor cenário apresentaria um crescimento moderado do turismo com aumento da competitividade turística do RS e o pior acarretaria a estagnação desse setor, sem ganho de competitividade. Sendo assim, as metas respondem aos desafios que, superados, colocarão o turismo do Rio Grande do Sul no melhor cenário apresentado.

Já o Plano de *Marketing* do Turismo do RS aponta a estratégia para a promoção dos produtos turísticos do Rio Grande do Sul em mercados prioritários, a exemplo da América do Sul. Os produtos turísticos priorizados no Plano foram definidos a partir de diagnóstico, elaborado em parceria com o *trade*, as regiões turísticas e demais atores da promoção e comercialização do produto turístico gaúcho. A capital gaúcha, Porto Alegre, e a Serra Gaúcha são entendidos como produtos consolidados, podendo ter maior destaque nos mercados internacionais. Além disso, são apresentados os produtos Eventos e Festas Populares, Praias Gaúchas, Missões, Parques Naturais, Pampa Gaúcho como produtos em crescimento, implicando ações de estruturação da oferta para atingir competitividade nos mercados nacionais e internacionais.

O Plano Diretor do Turismo busca tornar-se o instrumento de planejamento e gestão que possa colocar o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no Estado.

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa Conheça o Rio Grande buscam estruturar, promover e fomentar o produto turístico gaúcho nos principais mercados nacionais e internacionais considerando, especialmente, a oportunidade evidenciada pela realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014, que ocorrerá no Estado.

As relações bilaterais visam à transferência, em caráter não comercial, de conhecimentos técnicos e experiências bem sucedidas no setor de turismo com diversos países, em especial com o MERCOSUL. Buscam, ainda, estabelecer mecanismos legais que permitam a troca de experiências de sucesso em âmbito bilateral. Em 2012, foram realizadas as seguintes ações de cooperação, firmadas através de Cartas de Intenções entre a Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul e outros países.

- *Turisme* Barcelona, Barcelona/Espanha, com objetivo específico de cooperação, principalmente no intercâmbio de experiências na área de promoção turística dos destinos Barcelona e Rio Grande do Sul e a organização de consórcios turísticos;
- Associação da Hotelaria de Portugal, Lisboa/Portugal, com o objetivo específico de cooperar, principalmente, no intercâmbio de experiências na qualificação e inovação da oferta hoteleira e da hospitalidade;
- Intendência Departamental de Maldonado, Maldonado/Uruguai, com objetivo de fomento do intercâmbio de informações disponíveis em ambos os destinos com vistas à difusão recíproca de atrativos e dos recursos turísticos entre seus habitantes, assim como a colaboração em trabalhos técnicos, estatísticos, a capacitação de recursos humanos e a realização de ações promocionais;
- Participação na Missão Governamental Rio Grande do Sul – Misiones, entre 23 e 27 de maio de 2012, com objetivo de discutir os temas de infraestrutura, promoção da cultura e do turismo, integração e desenvolvimento e assuntos fronteiriços.

Quanto às ações de Promoção e Apoio à Comercialização de Destinos Turísticos no Brasil e Exterior, a SETUR participou de eventos internacionais e nacionais consolidados perante o mercado turístico, com grande representatividade do *trade* turístico, fomentando assim a promoção e as oportunidades de apoio à comercialização dos destinos turísticos gaúchos.

*Ações em Feiras e Eventos Internacionais:*

- Feira Internacional de Turismo (FITUR) - 18 a 22/01 – Madri/Espanha;
- Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) - 29/02 a 04/03 – Lisboa/Portugal;
- Internazionale Tourismus Borse (ITB) - 9 a 13/03 – Berlim/Alemanha;
- Feira de Negócios, Eventos e Incentivos da América do Sul e Central, Caribe e México (FIEXPO) – 5 e 6/06 – Punta del Este/Uruguai;
- GOAL TO BRASIL – Edições Santiago/Chile – 05/07 e Bogotá/Colômbia – 9/08;

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

- I Workshop “Conociendo el Rio Grande do Sul: Productos y Atractivos Turísticos – 2/08 – Assunção/Paraguai;
- GOAL TO BRASIL – Edição Buenos Aires, Rio Grande do Sul Anfitrião – 11/09 – Buenos Aires/Argentina;
- FIT - 3 a 6/11 – Buenos Aires/Argentina;
- FITPar - 10 e 11/11 – Assunção/Paraguai.

### *Ações em Feiras e Eventos Nacionais:*

- 18º Workshop CVC – 8/02 e 9/02 – São Paulo/SP;
- 18 ºBNT – Bolsa de Negócios Turísticos – Camboriú/SC;
- Adventure Sports Fair – 18/04 a 21/04 – São Paulo/SP;
- 7ª Edição do Festival de Turismo das Cataratas de Foz do Iguaçu – 13/06 a 16/06;
- 16º AVIRP – 17 a 18/08 – Ribeirão Preto;
- FEIRATUR – 20/09 a 23/09 – São Paulo/SP;
- ABAV - 24 a 26/10 – Rio de Janeiro/RJ;
- Festival de Turismo de Gramado – 22 a 25/11 – Gramado/RS.

Outra estratégia adotada pela SETUR no apoio à comercialização de destinos e produtos turísticos desenvolve-se através das Caravanas Conheça o Rio Grande, que consiste em convidar os operadores e agentes de viagens de outros países que comercializam os produtos gaúchos para conhecer e assim melhor vender o Rio Grande do Sul, além de possibilitar o encontro desses operadores e agentes internacionais com as agências receptivas do Estado. Os contemplados nessa ação foram Portugal, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, Panamá e países da região da Escandinávia.

Também foram apoiados eventos estaduais que mobilizam o turismo regionalmente ou até mesmo nacionalmente, conforme apresentados a seguir:

<b>Apoio a Eventos no RS – 2012</b>	
Agudo	<i>Volkfest in Agudo</i>
Boa Vista	<i>5ª Boa Vista in Fest</i>
Camaquã	29ª Festa do Colono
Candelária	EXPOCANDE
Caxias do Sul	Festa da Uva 2012
Encantado	SUINOFEST 2012

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

<b>Apoio a Eventos no RS – 2012</b>	
Pedro Osório	11º EXPOFESTA Melancia
Pelotas	FENADOCE
Roca Sales	5ª EXPOROCA e 8ª FECARPA
Rolante	<i>Kuchenfest</i>
Santa Rosa	FENASOJA
Santana do Livramento	XXIV Festival do Ovino
São Francisco de Paula	Festa do Pinhão
São Lourenço do Sul	28º Reponte
Vacaria	Rodeio Vacaria
Venâncio Aires	FENACHIM 2012
Porto Alegre	Prêmio 260 Açorianos
Barão do Triunfo	77ª Festa da Uva de Barão do Triunfo
Porto Alegre	FEITUR
Herval	XXXIV EXPOFEIRA de Ovinos de Verão
Alegrete	33ª Campereada Internacional do Alegrete
Soledade	EXPOSOL

Fonte: Sistema de Planejamento e Gestão/SISPLAG – SETUR/RS - 2012

Objetivando potencializar o Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre, a SETUR coordenou um grupo técnico formado por representantes de diversos órgãos estaduais, para a seleção e definição de área adequada para receber um Centro de Eventos Estadual de classe mundial. Sendo assim, foi elaborada uma matriz de análise e posterior aplicação nas visitas técnicas. Com isso, o relatório do Grupo de Trabalho apontou duas áreas como passíveis de recebimento do empreendimento: o espaço ocupado pela Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE), no Morro Santa Tereza, em Porto Alegre, e o anexo ao Parque Assis Brasil, em Esteio. Tais locais foram identificados por atenderem aos critérios e necessidades exigidas pelo projeto. Ainda, com o objetivo de potencializar o turismo de negócios, a SETUR buscou a articulação com os mais diversos segmentos da

economia para apoiar a captação de eventos de negócios para o Rio Grande do Sul, visando ao incremento do fluxo turístico no Estado.

Para a consolidação do Turismo Rural no RS, em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), foi desenvolvido o projeto de fomento à produção associada da agricultura familiar, no âmbito do Projeto Talentos do Brasil Rural, contemplando o Roteiro Caminho das Pedras (em Bento Gonçalves), Roteiro Vale dos Vinhedos (em Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul), Caminhos Rurais de Porto Alegre, Caminhos da Colônia (em Caxias do Sul e Flores da Cunha) e Agroturismo Gramado, que abrangeu três regiões turísticas do Estado, sendo estas Porto Alegre e Delta do Jacuí, Uva e Vinho e Hortênsias.

Na ação Apoio ao Turismo das Cidades Históricas – Epopeia Farroupilha e Missões – foi realizada missão governamental em *Misiones*, na Argentina, para a realização de oficina de Planejamento Estratégico para o desenvolvimento do destino Missões, com o objetivo de discutir os temas de infraestrutura, promoção da cultura e do turismo, integração e desenvolvimento e assuntos fronteiriços. Nesse contexto, a SETUR apoiou a organização do III Fórum Nacional das Cidades Históricas e Turísticas, promovido pela Secretaria de Turismo de Santa Maria em parceria com o Ministério do Turismo.

Já o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo tem o objetivo de desenvolver a atividade turística gaúcha como fator de desenvolvimento econômico, por meio da geração de trabalho e renda, com a inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os gaúchos, tendo por público-alvo, além dos turistas nacionais e internacionais, a própria população gaúcha. Assim, o Programa busca promover a ampliação da infraestrutura e apoiar a qualificação dos serviços turísticos em localidades turísticas ou com forte potencial turístico, sejam aqueles serviços prestados por empresas do setor turístico, ou por órgãos públicos. Para tal, a SETUR busca investir na regionalização e segmentação do Turismo, no fortalecimento institucional, na certificação dos serviços prestados e na qualificação profissional e empresarial do setor.

O Cadastramento, Fiscalização e Certificação dos Serviços Turísticos é um programa desenvolvido pela SETUR em parceria com o MTur e tem por objetivo criar, aperfeiçoar e disponibilizar instrumentos normativos e regulamentadores que exijam requisitos mínimos de qualidade para produtos e serviços a serem cumpridos pelos prestadores de serviços turísticos, empreendimentos, equipamentos e profissionais do segmento. Propõe a sistematização e a ordenação dos instrumentos jurídicos relacionados ao turismo, de forma a serem solucionados conflitos e sobreposição de competências, tornando a legislação clara para a aplicação e reduzindo o excesso de burocracia.

Uma dessas ações é o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), que tem o objetivo de reunir todos aqueles que estejam legalmente constituídos e em operação. O CADASTUR é executado pelo MTur, em parceria com os órgãos oficiais de Turismo das Unidades da Federação. Sendo assim, a análise da documentação e homologação do cadastro e consequente disponibilização do certificado são realizadas pelo órgão delegado.

No ano de 2012, mais de 2.000 empreendimentos e prestadores de serviços foram cadastrados ou tiveram renovados os seus cadastros, entre esses: 511 agências de turismo, 1.218 empresas de transporte turístico terrestre, 183 meios de hospedagem e 372 guias de turismo destacando-se que, atualmente, o CADASTUR conta com mais de 8.000 empreendimentos e



prestadores de serviços turísticos cadastrados no seu banco de dados. No que diz respeito à fiscalização ou sensibilização dos empreendimentos para atendimento aos critérios do setor, foram realizadas 290 diligências e 112 vistorias a estabelecimentos ou empreendimentos turísticos.

Identificando o compromisso de trabalhar em parceria com os empresários do setor turístico, a SETUR realizou dez Jornadas Técnicas Copa 2014 – Ações Preparatórias dos Serviços Turísticos do Rio Grande do Sul, em que foram abordados a melhoria contínua da prestação de serviços turísticos; os aspectos legais, éticos, de sustentabilidade e de segurança, essenciais à formatação de produtos turísticos qualificados, consistentes e competitivos. Para tanto, participaram desses encontros os bancos estaduais, para auxiliar nas perspectivas de implementação e melhorias nos empreendimentos, disponibilizando informações sobre as políticas de fomento e acesso às linhas de crédito existentes. Os encontros ocorreram em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Capão da Canoa, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Miguel das Missões, Porto Alegre e Torres, com a participação de mais de 600 empresários do setor.

Com relação ao Programa de Desenvolvimento do Turismo/RS (PRODETUR/RS), foi elaborada e aprovada a Carta-Consulta para obtenção de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a execução de ações de desenvolvimento do turismo contemplando quatro regiões turísticas do Rio Grande do Sul – Porto Alegre e Delta do Jacuí, Vale do Paranhana, Hortênsias e os Campos de Cima a Serra. Na Carta é proposta a consolidação de um corredor turístico entre o portão de entrada do RS, Porto Alegre, e o deslumbrante atrativo natural dos Cânions nos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, perpassando regiões com produtos consolidados ou potenciais. Esse é o Corredor Turístico Porto Alegre-Serra, que tem como objetivo geral contribuir para o fortalecimento da gestão do turismo e do meio ambiente nas regiões do Estado, seguindo as premissas do desenvolvimento sustentável do turismo, aumentando o tempo de permanência e o gasto médio do turista e possibilitando geração de renda no Rio Grande do Sul. Visando, também, à execução do PRODETUR/RS, a SETUR captou, junto ao Ministério do Turismo, recursos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, que terá como objeto de estudo o Corredor Turístico Porto Alegre-Serra, sendo que os resultados gerados servirão de base para o Plano de Trabalho do financiamento junto ao BID.

Quanto às informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul, foram aplicados estudos de competitividade em sete municípios, utilizando metodologia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os municípios contemplados foram Bagé, Cruz Alta, Ijuí, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Torres, havendo devolutiva dos resultados dos estudos em cada uma das cidades.

Com relação à ação Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber foi firmado convênio no valor R\$ 4 milhões junto ao Ministério do Turismo, para construção ou reforma de Centros de Atenção ao Turista (CAT). No total, dez centros serão construídos, sendo nove localizados na linha de fronteira com a Argentina e o Uruguai – em Aceguá, Chuí, Jaguarão, Livramento, Porto Mauá, Porto Xavier, Quaraí, São Borja e Uruguaiana – e um em Porto Alegre. Serão, ainda, reformados dois Centros de Atenção ao Turista em Porto Alegre, além de ser contemplado o desenvolvimento de um *software* que servirá como um Sistema Integrado de

Informações Turísticas entre a SETUR e os meios de informação ao turista como *site*, aplicativo e o próprio CAT.

Além da construção dos Centros de Atenção ao Turista, a SETUR busca realizar a articulação institucional com vistas à liberação de recursos, via Emendas Parlamentares, para a qualificação do acesso a atrativos turísticos nos municípios de Pareci Novo, São José dos Ausentes e Flores da Cunha. Estão em negociação com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) os projetos técnicos de Sinalização Turística para as regiões: Campos de Cima da Serra, Costa Doce, Herval, Hidrominerais, Pelotas, Uva e Vinho, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari. Ainda, o Projeto do *Camping* de São Lourenço – já analisado e aprovado – aguarda repasse do recurso para sua implementação.

Para a Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo destacam-se, em 2012, as ações:

- Assinatura de convênio com o Sindicato dos Hotéis, Restaurantes e Bares Uva e Vinho, através do qual ocorreu a disponibilização de 1.000 vagas, distribuídas em sete cursos, cinco oficinas e duas palestras para o segmento do turismo na Região da Uva e do Vinho.
- Realização de projeto de Qualificação de Gestores Públicos e Privados com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul (SENAC-RS), através do qual 75 gestores foram qualificados na região da Uva e Vinho, Porto Alegre e Delta do Jacuí e Costa Doce.
- Projeto Turismo Acessível, em convênio com as Faculdades Integradas de Taquara/RS (FACCAT): implementação de um Programa de Qualificação de Recursos Humanos para o turismo com o foco na acessibilidade, na modalidade Educação a Distância – disponibilização de 48 vagas.
- Projeto Qualificação Profissional – Sistema de Participação Popular e Cidadã, em convênio com a FACCAT: implementação de um programa regional de qualificação de Recursos Humanos para o Turismo, na região do Paranhana e Encosta da Serra – disponibilização de 320 vagas, distribuídas em oito cursos.
- Projeto Qualificação para a COPA FIFA 2014 – convênio com Ministério do Turismo: qualificação de profissionais de serviço de apoio ao turismo, taxistas, policiais, motoristas, cobradores, frentistas, guias e comerciários – disponibilização de 4.800 vagas (início da execução em março de 2013 – 2.400 vagas em Porto Alegre e 2.400 vagas para 11 cidades do interior).
- Projeto Qualificação Profissional, convênio com o Consórcio Rota do Yucumã: qualificação de Recursos Humanos para o Turismo na Região de atuação do COREDE Celeiro – disponibilização de 435 vagas, distribuídas em oito cursos.
- Projeto Qualificação Profissional, convênio com a Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales (AMTURVALES) – qualificação de Recursos Humanos para o Turismo na Região dos Vales – disponibilização de 800 vagas, distribuídas em oito cursos.
- Projeto Qualificação Profissional, convênio com o Centro Universitário Franciscano (UNIFRA): qualificação de Recursos Humanos para o Turismo na Região Central – disponibilização de 900 vagas, distribuídas em oito cursos .

## MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2013

Na ação de Regionalização do Turismo, a SETUR apoiou o fortalecimento das instâncias de governança regional, através da realização de palestras em seminários regionais de Turismo, que ocorreram ao longo do ano de 2012, nos seguintes municípios: São João da Urtiga, Frederico Westphalen, Passo Fundo, Caçapava do Sul e Dois Irmãos.

Outra ação importante desenvolvida pela SETUR/RS, em 2012, consistiu na reformulação do Sistema Estadual de Gestão Descentralizada do Turismo, como resultado da I Conferência Estadual do Turismo, demanda histórica para a gestão do Turismo no Rio Grande do Sul, visto que o Estado possuía dois colegiados estaduais – o Fórum e o Conselho. Para solucionar esse impasse, foi instituído um Grupo de Trabalho, a partir dos participantes do Fórum Estadual, para discutir e propor o formato do novo colegiado, ficando definido que o Estado terá um Conselho Estadual do Turismo (CONETUR), composto por 62 conselheiros e 62 suplentes, os quais foram empossados no Galpão Crioulo do Palácio Piratini no dia 11/12/2012. O CONETUR tem o objetivo de estabelecer diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a implementação da política do Turismo no Estado, além de debater políticas públicas do setor, com participação democrática e controle social por meio de seus representantes.

As ações previstas para realização pela SETUR, em 2013, são apresentadas a seguir:

### **Ações para 2013**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
SETUR	Conheça o Rio Grande	Desenvolvimento e marketing de produtos turísticos
SETUR	Conheça o Rio Grande	Potencialização do turismo de negócios e eventos na região metropolitana de Porto Alegre
SETUR	Conheça o Rio Grande	Promoção e apoio à comercialização de destinos turísticos no Brasil e exterior
SETUR	Programa de desenvolvimento integrado do turismo	Regionalização do turismo
SETUR	Programa de desenvolvimento integrado do turismo	Consórcio turístico da RMPA – PRODETUR RS
SETUR	Programa de desenvolvimento integrado do turismo	Qualificação profissional e empresarial do turismo
SETUR	Programa de desenvolvimento integrado do turismo	Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber
SETUR	Programa de desenvolvimento integrado do turismo	Cadastramento, fiscalização e certificação dos serviços turísticos



## **EIXOS SOCIAL E DEMOCRÁTICO**



## PERFIL DEMOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

### Crescimento Populacional e Urbanização

A população do Rio Grande do Sul atingiu a marca de 10,69 milhões em 2010, representando 5,6% da população brasileira, com uma tendência de queda nessa participação. Após um elevado crescimento populacional na década de 50, o aumento demonstrou ser cada vez menos intenso, chegando aos anos 80 com uma taxa de crescimento médio anual em torno de 1,5%. Conforme o Censo Demográfico de 2010, essa taxa passou para 0,49% na década de 2000, sendo o RS o Estado brasileiro que menos cresceu na década.

Estimativas populacionais para o ano de 2011 indicam um crescimento ainda menor para a população gaúcha nesse ano, na ordem de 0,39%. Esse reduzido crescimento populacional é, basicamente, devido às baixas taxas de fecundidade alcançadas pelas mulheres do Estado. Assim sendo, a população do RS tem apresentado uma grande modificação no seu padrão etário, com um envelhecimento da população devido à queda dos níveis de fecundidade e ao aumento da expectativa de vida ao nascer.

População residente e taxa geométrica de crescimento anual, Rio Grande do Sul – 1980-2011

ANOS	POPULAÇÃO	Taxa de crescimento (%)
1980	7.773.837	1,55
1991	9.138.670	1,48
2000	10.187.798	1,21
2010	10.693.929	0,49
2011	10.735.890	0,39

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980 a 2010.

FEE, Estimativa populacional para 2011.

A taxa de urbanização gaúcha, representada pela proporção da população que reside em área urbana, revela um crescimento marcante: a população urbana, que era de 67,5% em 1980, passou para 76,6% em 1991, chegando a 81,6% em 2000 e a 85,1% em 2010. Considerando que em 1940 menos de um terço da população vivia nas zonas urbanas do Estado, percebe-se que esse indicador evoluiu significativamente, e já em 1980 foram invertidas as participações entre as zonas urbanas e rurais. Ao passo que a população urbana aumentou, o Censo de 2010 revelou que o contingente populacional que residia na zona rural obteve uma redução de 276 mil pessoas em comparação ao ano 2000 (atingindo 1.593.368 habitantes), sendo que a taxa média anual de crescimento da população rural na década foi de -1,59%.

Proporção de população por situação de domicílio, Rio Grande do Sul, 1980 – 2010

ANOS	Proporção	
	Urbana	Rural
1980	67,5	32,5
1991	76,6	23,4
2000	81,6	18,4
2010	85,1	14,9

Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1980 a 2010.

## Estrutura por Sexo e Idade

A estrutura por sexo e idade de uma população é consequência dos níveis de fecundidade, mortalidade e migração ocorridos no passado. Com a mortalidade apresentando uma queda secular, havendo um aumento da expectativa de vida ao nascer, e com a fecundidade se reduzindo de forma acentuada a partir da década de 60, a população gaúcha vem apresentando uma estrutura populacional cada vez mais envelhecida.

População residente, por grupos de idade (%), Rio Grande do Sul, 1980 -2011

GRUPO DE IDADE	1980	1991	2000	2010	2011
0 a 14 anos	32,4	30,1	26,1	20,8	20,4
15 a 64 anos	62,9	64,1	66,7	69,9	70,0
65 anos ou mais	4,7	5,8	7,2	9,3	9,6

FONTE: IBGE, Censos Demográficos 1980 a 2010.

FEE, estimativa 2011.

Comparando 1980 com 2010, o contingente populacional com menos de 15 anos de idade no Estado apresentou uma diminuição, passando de 2.519.378 para 2.229.504 pessoas. Em termos relativos, a participação desse grupo etário caiu de 32,4% para 20,8% no período. A população entre 15 e 64 anos aumentou cerca de 50%, passando de 4.882.773 para 7.469.812, sendo que era 62,9% da população gaúcha em 1980, crescendo para 76,0% em 2010. O maior aumento foi o da população com 65 anos ou mais, que quase triplicou nesses 20 anos, passando de 361.854 para 994.613. Em termos relativos, isso quer dizer que, em 1980, apenas 2,6% dos gaúchos pertenciam a essa faixa etária e, em 2010, esse percentual passou para 9,3%. Estimativas da Fundação de Economia e Estatística (FEE) para 2011 indicam que o contingente populacional com 65 anos já ultrapassou um milhão de pessoas, sendo 9,6% da população gaúcha. Nesse grupo etário, é predominante a presença das mulheres devido à alta mortalidade dentre os homens; a população feminina estimada é de 602.360 e a masculina é de 424.538; assim, para cada 70 homens nesse grupo, há 100 mulheres.



A estrutura por sexo de uma população pode ser visualizada com a utilização da razão de sexo (número de homens para cada cem mulheres), que tem apresentado uma tendência de queda ao longo das últimas décadas. Para os anos de 2010 e 2011, havia no Rio Grande do Sul 94,8 homens para cada cem mulheres, mais de 280 mil mulheres a mais.

Nota-se que do nascer até a juventude, há um número maior de homens, mas, a partir dos 25 anos até as idades mais avançadas, as mulheres são maioria. Para a faixa etária de 70 anos ou mais, há 64,4 homens para cada 100 mulheres.

Razão de sexo, Rio Grande do Sul - 1980, 1991, 2000, 2010 e 2011

FAIXA ETÁRIA	1980	1991	2000	2010	2011
TOTAL	98,2	96,8	96,2	94,8	94,8
De 0 a 4 anos	103,6	103,8	103,9	103,6	103,4
De 5 a 9 anos	104,0	104,0	103,7	104,0	104,3
De 10 a 14 anos	102,4	103,5	103,7	103,7	103,8
De 15 a 19 anos	99,0	100,9	103,0	102,1	102,2
De 20 a 24 anos	98,1	99,1	101,2	101,1	101,1
De 25 a 29 anos	97,8	96,4	99,1	99,3	99,5
De 30 a 34 anos	98,4	97,1	96,4	97,4	97,6
De 35 a 39 anos	97,3	95,9	95,3	96,6	96,7
De 40 a 44 anos	98,5	97,2	95,4	94,3	94,5
De 45 a 49 anos	96,4	95,3	94,4	93,2	93,2
De 50 a 54 anos	95,1	94,1	93,9	92,2	92,1
De 55 a 59 anos	93,0	89,3	90,4	90,3	90,2
De 60 a 64 anos	88,8	85,6	86,2	87,6	87,5
De 65 a 69 anos	85,1	80,8	79,3	83,0	83,1
De 70 anos e mais	72,2	67,0	64,0	64,2	64,4

FONTE: IBGE, Censos Demográficos.

FEE: Estimativa 2011.

## Mortalidade e Fecundidade

O Estado experimentou, desde o século XIX até meados dos anos 1940, altas taxas de fecundidade e mortalidade. A partir de então, iniciou-se uma queda da mortalidade, devido principalmente aos avanços da medicina e políticas públicas voltadas à saúde. Ao mesmo tempo, a fecundidade continuou alta, o que levou a um aumento expressivo da população. Foi a época em que a chamada explosão demográfica era um tema bastante discutido. A fecundidade

apenas começou a se reduzir a partir de meados da década de 1960, quando foi iniciado o uso de métodos anticoncepcionais, o que causou uma queda do crescimento populacional. Esse processo de mudança de níveis da mortalidade e da fecundidade chama-se Transição Demográfica.

A expectativa de vida ao nascer representa quantos anos, em média, um recém-nascido espera viver, e é um indicador bastante usado para medir o grau de desenvolvimento de uma região. O Rio Grande do Sul tem se destacado entre os primeiros estados do Brasil nesse indicador, tanto quando considerados ambos os sexos, como quando considerado cada sexo separadamente. A análise do período 1980 até 2010 indica que houve um acréscimo de mais de oito anos na expectativa de vida do gaúcho (ambos os sexos), passando de 67,8 para 75,9 anos nas últimas três décadas, segundo a Secretaria Estadual da Saúde. Apesar da melhora nos níveis da mortalidade, tem-se um longo caminho a percorrer, visto que no Japão (que possui a maior expectativa de vida do mundo) esse indicador é estimado, conforme a Divisão de População das Nações Unidas, em 82,7 anos para o período 2005-10, sendo de 86,2 anos para as mulheres e 79,0 anos para os homens.

O principal fator para a redução do crescimento populacional no Estado, observada desde a década de 70, é a queda da Taxa de Fecundidade Total (TFT) – número médio de filhos esperados que uma mulher tenha ao fim do seu período reprodutivo – que apresentou uma diminuição acelerada no RS, ao contrário de países desenvolvidos em que essa transição de elevada TFT para níveis mais baixos levou mais de um século.

Em menos de 50 anos, a TFT passou de cerca de 6 filhos por mulher (décadas de 40 a 60) para 1,75 (2010), estando abaixo do nível de reposição da população, que é em torno de 2,1. Há uma alta correlação entre baixa TFT e nível educacional e renda: mulheres com maior renda e mais anos de estudos possuem, em média, menos filhos.

## **Migração Interestadual**

O saldo migratório (SM) do Rio Grande do Sul – diferença entre o número de imigrantes e o de emigrantes – tem sido historicamente negativo. O SM anual vinha diminuindo desde a década de 70, quando o Estado perdia cerca de 20 mil pessoas por ano, nos anos 80 caiu para 10 mil, e na década de 90 foi reduzido mais ainda, para menos de três mil. O Censo Demográfico 2010 mostrou uma reversão dessa tendência de igualdade entre o número de imigrantes e emigrantes, atingindo uma perda anual de 14.930 pessoas entre 2005 e 2010 (nos cinco anos o SM foi de -74.650 pessoas, com 177.263 imigrantes e 102.613 emigrantes).

As Unidades da Federação que mais atraíram os gaúchos são os estados da Região Sul: para Santa Catarina emigraram 91.953 gaúchos, mais da metade dos emigrantes do Estado, enquanto que para o Paraná se deslocaram 21.853 pessoas. São Paulo e Rio de Janeiro são os próximos destinos preferidos, com 14,1% dos emigrantes gaúchos. Assim, esses quatro estados atraíram mais de 78% dos gaúchos que se deslocaram para outra Unidade da Federação. Por outro lado, nota-se que as trocas populacionais entre essas Unidades da Federação são intensas, já que os imigrantes de Santa Catarina são os de maior número no Estado, 31.902, sendo 31,1% do total de imigrantes no período. Paraná é o segundo lugar, com entrada de 16.997 pessoas, representando 16,6% dos imigrantes. São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram, em conjunto, em

torno de 22% dos que se deslocaram para o Rio Grande do Sul. Dessas Unidades da Federação, portanto, originam-se 70% dos imigrantes que vieram para o Estado no período.

O saldo migratório dos três destinos principais é negativo, sendo de 60.051 para Santa Catarina, 4.857 para Paraná e 2.893 para São Paulo. Já para o Rio de Janeiro, as trocas populacionais foram positivas, pois o número de imigrantes superou o de emigrantes em 863 pessoas. Além do Rio de Janeiro, essa situação ocorre com apenas outras sete UFs: Ceará, com saldo de 798 pessoas; Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pará, com saldos variando entre 100 e 200 pessoas; e Amapá e Paraíba, com saldo abaixo de 10 pessoas.

Número de imigrantes e emigrantes, segundo as principais Unidades da Federação de destino, saldo migratório e distribuição percentual, Rio Grande de Sul - 2005-2010

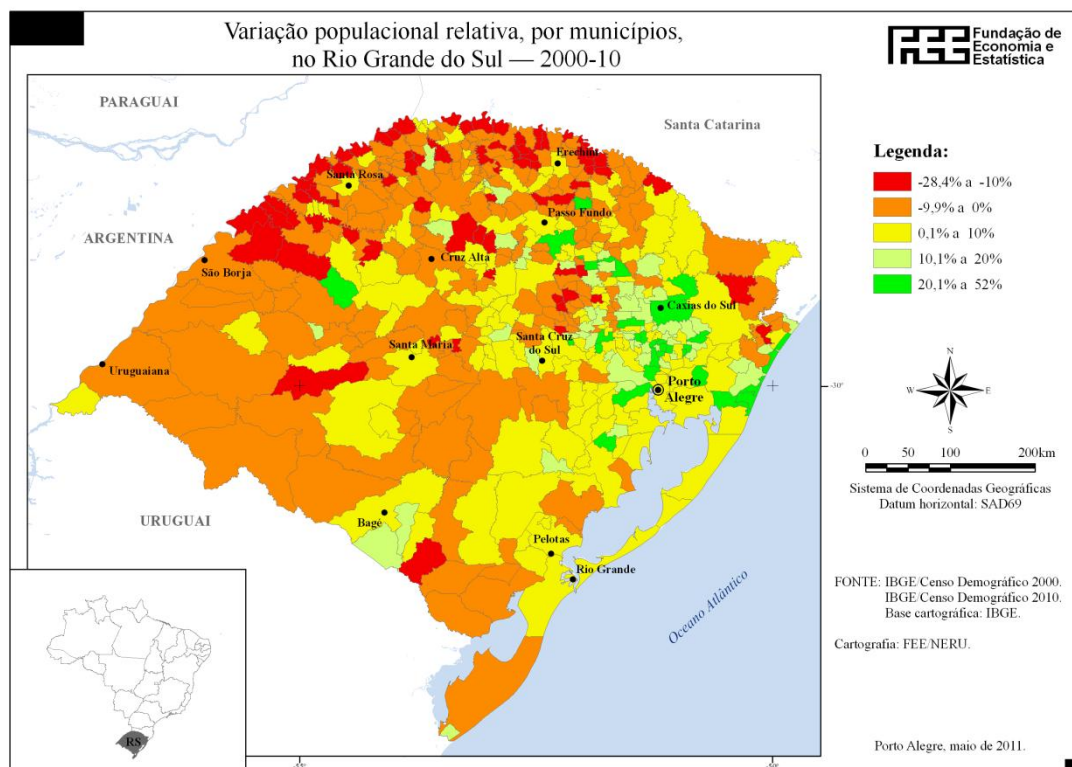
UNIDADE DA FEDERAÇÃO E ESTADO	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO MIGRATÓRIO	% IMIGRANTES	% EMIGRANTES
<b>Total</b>	102.613	177.263	-74.650	100	100
Santa Catarina	31.902	91.953	-60.051	31,1	51,9
Paraná	16.997	21.853	-4.857	16,6	12,3
São Paulo	14.532	17.425	-2.893	14,2	9,8
Rio de Janeiro	8.408	7.545	863	8,2	4,3
Mato Grosso	3.780	5.949	-2.169	3,7	3,4
Distrito Federal	2.566	4.095	-1.529	2,5	2,3
Mato Grosso do Sul	2.887	3.843	-956	2,8	2,2
Demais Unidades da Federação	21.542	24.599	-3.058	21	13,9

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

## Migração Interna e Variações Populacionais Municipais

Apesar do saldo migratório total do Estado não ser suficiente para influenciar significativamente as taxas de crescimento populacional, ele pode ser determinante em regiões menores. Ao analisar os municípios do Rio Grande do Sul, observa-se uma variação dos crescimentos populacionais entre as regiões do Estado. Ao passo que o Litoral Norte e Caxias do Sul obtiveram crescimentos elevados na década de 2000, os municípios do Norte e Noroeste (próximos à fronteira com o Rio Uruguai) e a Fronteira Oeste apresentaram decréscimo populacional, tendência já ocorrida em décadas anteriores. Um destaque também para a Capital, Porto Alegre, que cresceu apenas 3,6% nos dez anos entre os Censos – menos que o (baixo) crescimento populacional do RS. Contudo, a Microrregião Porto Alegre, que abrange os municípios do entorno, obteve crescimento levemente maior que o RS, com 5,9%.

O mapa abaixo apresenta as variações, em percentual, da população dos municípios gaúchos, expondo a diferença entre as regiões do Rio Grande do Sul:



Por meio dos Censos, é possível obter o fluxo migratório das regiões do Estado. A tabela abaixo apresenta as Microrregiões com maior ganho e com maior perda populacional por saldo migratório para os períodos de 1995 a 2000 e 2005 a 2010.

Pode-se observar que as Microrregiões Osório (Litoral Norte) e Caxias do Sul mantiveram a característica de atrair pessoas por migração, permanecendo, nos dois períodos, entre as três regiões com maior saldo migratório. A Microrregião Porto Alegre, entretanto, deixou de ser a que mais atraía população (1995-2000) para ser a que mais perde população por migração (2005-2010). Merece destaque, também, Frederico Westphalen (no Noroeste do Estado), que permaneceu nos dois períodos entre as Microrregiões com menor perda populacional por migração.

Analisando as transições migratórias do município de Porto Alegre – Capital do Estado – é nítida a existência de uma migração para a Região Metropolitana. Viamão é o município brasileiro que mais recebeu migrantes de Porto Alegre no período 2005-2010 (um total de 12.734 contra 3.626 migrantes no fluxo contrário – um saldo migratório de 9.108 pessoas). Dos sete municípios com maior saldo migratório em relação a Porto Alegre, apenas Florianópolis não pertence à Região Metropolitana. A ordem é dada por: Viamão, Alvorada, Canoas, Florianópolis, Gravataí, Cachoeirinha e Eldorado do Sul. Essa migração de Porto Alegre para a Região Metropolitana deve-se ao menor custo de vida, principalmente no que diz respeito à habitação.

Total de imigrantes, emigrantes e saldo migratório do RS, das três microrregiões com maior saldo migratório e das três microrregiões com menor saldo migratório — 1995-2000 e 2005-2010

Microrregiões e Estado	1995 a 2000			Microrregiões e Estado	2005 a 2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório		Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
<b>Maiores saldos</b>				<b>Maiores saldos</b>			
Porto Alegre	177.532	139.554	37.978	Caxias do Sul	60.549	35.645	24.904
Caxias do Sul	53.136	27.778	25.358	Osório	39.600	20.323	19.277
Osório	33.876	15.506	18.370	Lajeado-Estrela.	20.044	12.648	7.396
<b>Menores saldos</b>				<b>Menores saldos</b>			
Santo Ângelo	12.206	23.189	-10.983	Frederico Westphalen	9.169	18.794	-9.625
Três Passos	6.748	19.342	-12.594	Campanha Ocidental	12.926	29.025	-16.099
Frederico Westphalen	8.511	27.681	-19.170	Porto Alegre	141.545	163.223	-21.678
<b>Rio Grande do Sul</b>	113.395	152.890	-39.495	<b>Rio Grande do Sul</b>	102.613	177.263	-74.650

FONTE: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

## Projeções Populacionais

Os resultados das projeções populacionais para o Estado do Rio Grande do Sul indicam que a população total do Estado, que em 2010 era de 10,69 milhões, deve continuar a tendência de diminuição do seu crescimento verificada nas últimas décadas, até atingir um contingente máximo, em 2025, de 11,07 milhões e então iniciar um processo de redução, devendo possuir, em 2050, um total de 9,71 milhões de habitantes. O Rio Grande do Sul deverá ser o primeiro Estado brasileiro a atingir taxas de crescimento populacional negativas.

Há uma grande disparidade quando essas projeções são separadas por faixa etária: o contingente de jovens, que já apresentou redução entre os Censos 2000 e 2010, deve continuar diminuindo. A quantidade de pessoas com idade entre 15 e 64 anos (potencialmente ativa) – que vem apresentando crescimento nas últimas décadas – deve atingir um contingente máximo entre 2015 e 2020, e então iniciar um processo de redução. Por fim, a população idosa (65 anos ou mais), cuja tendência histórica é de crescimento, deverá continuar aumentando nas próximas décadas. A tabela abaixo apresenta as projeções populacionais realizadas pela FEE por grupos de idade.

População do Rio Grande do Sul, realizado e projetado, por grupo de idade - 2015 a 2050 (em mil)

	2010	2015	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
0 a 14	2.230	2.034	1.947	1.899	1.766	1.615	1.469	1.349	1.255
15 a 64	7.470	7.704	7.702	7.537	7.351	7.157	6.941	6.629	6.210
65 +	995	1.175	1.395	1.635	1.863	2.005	2.070	2.140	2.245

Fonte: Censo demográfico (2010) - IBGE

Fonte: Projeções populacionais 2015-2050 - FEE

## CONDIÇÕES DE VIDA NO RIO GRANDE DO SUL

### Rendimento, Desigualdade e Pobreza

O rendimento médio dos gaúchos vem aumentando nos últimos anos. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento médio cresceu 22,3% no Rio Grande do Sul entre os anos de 2001 e 2011 – considerando valores atualizados pelo INPC.

Rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais -(R\$ de 09/2011)

	2001	2005	2011	Var 2011/2001
Paraná	762,98	823,99	1.008,00	32,1%
Santa Catarina	842,58	906,67	1.131,00	34,2%
Rio Grande do Sul	852,29	851,10	1.042,00	22,3%
Brasil	710,56	711,51	879,00	23,7%

Fonte: PNAD/IBGE. Cálculos elaborados pelo NISA/FEE.

No entanto, o crescimento do RS ficou atrás daquele observado nos estados do Paraná e Santa Catarina, que cresceram 32,1% e 34,2%, respectivamente. Também ficou ligeiramente atrás do crescimento do Brasil, que foi de 23,7% no período. O Estado teve crescimento da renda maior apenas que os estados do Acre (-11,1%), Amapá (-3,9%), Rio de Janeiro (11,3%), Amazonas (12,7%), São Paulo (12,8%) e Pará (17,5%). Aqueles que mais apresentaram crescimento na sua renda foram os estados nordestinos, além do Distrito Federal (alguns deles ultrapassando a marca dos 60,0%).

Esse crescimento é explicado por uma série de fatores, que estão associados à própria dinâmica econômica do Brasil: crescimento econômico com inclusão de mão de obra, políticas redistributivas, políticas de estímulo à demanda, entre outras. A renda formal desenha um cenário parecido. Como demonstra a tabela abaixo, o Rio Grande do Sul apresentou um crescimento real de 14,1% entre 2005<sup>8</sup> e 2011 na renda média do trabalho formal, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Rendimento médio mensal do trabalho formal, segundo a RAIS -(R\$ de 12/2011)

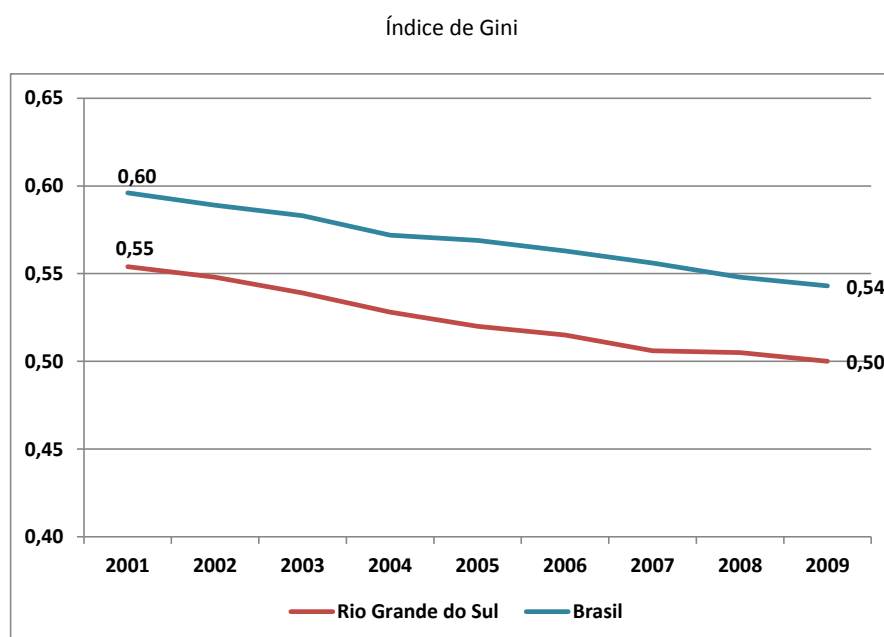
	2005	2007	2009	2011	Var 2011/2005
Paraná	1.306,16	1.397,93	1.487,15	1.607,19	23,0%
Santa Catarina	1.299,17	1.393,92	1.472,61	1.576,78	21,4%
Rio Grande do Sul	1.459,18	1.551,19	1.597,63	1.665,36	14,1%
Brasil	1.470,52	1.574,29	1.672,87	1.758,08	19,6%

Fonte: RAIS. Cálculos elaborados pelo NISA/FEE.

<sup>8</sup> A referência é 2005 – e não 2001 – devido ao fato de que o fenômeno de considerável incremento na formalização do trabalho no Brasil é relativamente crescente, de modo que dados médios mais antigos precisam ser analisados com parcimônia.

Apesar de o Estado ainda ostentar a maior renda média do trabalho formal da Região Sul, a velocidade de avanço é a menor. Em 2005, as rendas médias do Paraná e de Santa Catarina representavam 90% e 89% da renda do RS, respectivamente; já em 2011, esses números passaram para 97% e 95%, respectivamente. Dito de outra forma, a velocidade de crescimento da renda está menos acelerada no RS do que nos outros estados.

Com relação à distribuição de renda, o Estado alcançou um índice de Gini de 0,50 em 2009, sendo que em 2001 esse número era de 0,55 (figura abaixo). Durante esse período, foram observadas quedas consecutivas no índice, apontando melhoria constante na distribuição de renda. Essa melhoria é também atestada pelo incremento na apropriação de renda por parte das camadas mais pobres da população.



Fonte: Cálculo do IPEA a partir da PNAD/IBGE. Gráfico elaborado pelo NISA/FEE.

Em 2011, os 10% mais pobres do Estado se apropriavam de apenas 1,3% do total da renda, enquanto que os 10% mais ricos detinham 39,2% dela. Uma década antes, a mesma apropriação era de 1,0% entre os mais pobres e 44,2% entre os mais ricos.

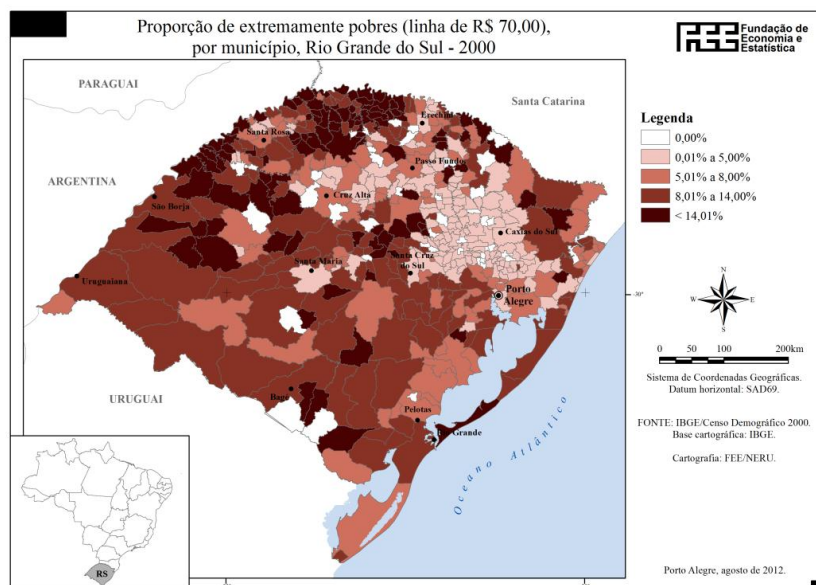
Essa desigualdade se reflete, direta e indiretamente, em outros aspectos da sociedade gaúcha, especialmente quando se fala em pobreza. Apesar de o próprio conceito de pobreza incitar uma discussão, é pertinente assumir as linhas de pobreza oficiais: R\$ 140,00 domiciliar *per capita* para pobreza e R\$ 70,00 domiciliar *per capita* para pobreza extrema<sup>9</sup>, sendo esta última o elemento de maior destaque nas políticas públicas dos Governos Federal e Estadual através dos seus programas.

<sup>9</sup> Em nota técnica, emitida em 02/05/2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informa que solicitou ao IBGE uma tabulação especial para definição de um perfil de pobre extremo. Nessa tabulação, aqueles com rendimento informado igual a zero não são classificados diretamente como em pobreza extrema; para tal, eles precisam apresentar alguns sinais de pobreza adicionais. Segundo os resultados, 70,7% dos sem rendimento estão efetivamente nessa condição de pobreza. Neste trabalho, não há essa tabulação especial – a classificação é unicamente baseada na renda – de modo que alguns números podem diferir.



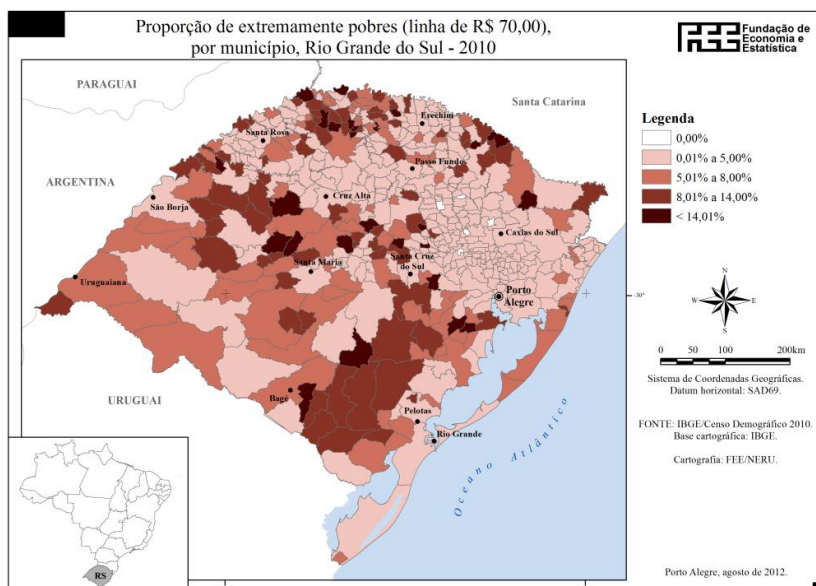
A partir de dados do Censo Demográfico, é possível verificar que, em 2000, o RS tinha aproximadamente 6,6% de sua população em situação de pobreza extrema. Esse número caiu para 3,8% em 2010, uma redução importante que também pode ser observada em nível municipal. Os mapas abaixo apresentam os cenários para os municípios gaúchos em 2000 e 2010.

Mapa de pobreza extrema por Município do RS, 2000



Fonte: Dados do IBGE. Mapa elaborado pela FEE/NDR.

Mapa de Pobreza Extrema por Municípios do RS, 2010



Fonte: Dados do IBGE. Mapa elaborado pela FEE/NDR.

A comparação entre os dois mapas mostra o acentuado incremento, ao longo da última década, no número de municípios que apresentam níveis de pobreza extrema abaixo de 5,0%. No entanto, quando observamos a pobreza extrema vigente em 2010, os resultados revelam algumas desigualdades importantes, que precisam ser levadas em consideração. A

tabela a seguir apresenta os níveis de pobreza extrema entre diferentes segmentos da população.

Pobreza Extrema para Diferentes Grupos Populacionais - 2010

	Brasil	RS	SC	PR
<b>Situação censitária</b>				
<i>Urbana</i>	6,6%	3,2%	2,1%	3,0%
<i>Rural</i>	24,1%	7,4%	5,5%	8,6%
<b>Sexo</b>				
<i>Masculino</i>	9,4%	3,8%	2,7%	3,8%
<i>Feminino</i>	9,2%	3,8%	2,7%	3,9%
<b>Cor ou raça</b>				
<i>Preta ou parda</i>	12,2%	5,7%	4,0%	4,6%
<i>Branca e outras</i>	6,3%	3,5%	2,4%	3,5%

Fonte: Censo Demográfico. Cálculos elaborados pelo NISA/FEE.

A pobreza extrema é mais acentuada no meio rural do que no meio urbano. Enquanto 3,2% da população urbana estão nessa situação, na população rural esse número alcança a marca de 7,4% no Estado. No Brasil, essa diferença é ainda mais acentuada (6,6% em áreas urbanas e 24,1% em áreas urbanas), especialmente em função dos estados do Norte e Nordeste.

As diferenças de pobreza entre sexos não são significativas, tanto para o Brasil quanto para as Unidades da Federação. Já as diferenças entre raças são efetivamente importantes. Os dados da tabela mostram que, tanto para o País quanto para os estados, os indivíduos que se declararam de cor preta ou parda no Censo Demográfico apresentam proporcionalmente maiores níveis de pobreza extrema do que aqueles de cor branca ou outras (amarela, indígena ou ignorado).

Portanto, o que se observa é um cenário melhor em 2010 do que aquele de 2000. Por outro lado, as desigualdades ainda são severas e também estão replicadas nas dimensões saúde e educação. E nessas dimensões, em especial, residem questões relacionadas à mobilidade intra e intergeracional, ou seja, dizem respeito a nossa capacidade de melhoras no futuro. As próximas seções tratarão de analisar saúde e educação.

## Saúde

A expectativa de vida do gaúcho ao nascer vem aumentando ao longo dos últimos anos. Para os homens, a expectativa era de 69,1 anos em 2000 e passou para 71,2 anos em 2010. Para as mulheres, esses números são de 77,2 e 78,9 anos, respectivamente. Esse incremento é recorrentemente mencionado na literatura sobre desenvolvimento como indicativo de melhoria das condições de saúde da população.

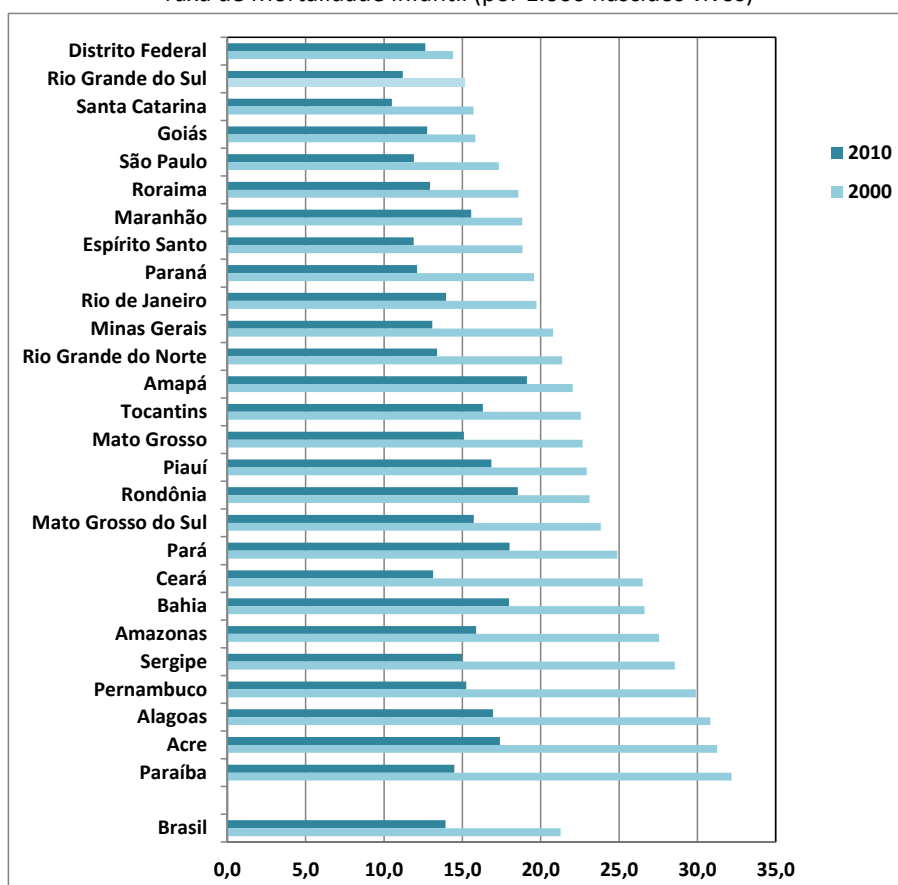
A população do Rio Grande do Sul vem passando por uma transição demográfica muito rápida. O aumento na expectativa de vida dos gaúchos, associado à redução das taxas de natalidade e fecundidade, resulta em uma maior proporção de idosos na população. Entre os

anos de 2000 e 2011, a proporção de idosos na população gaúcha passou de 10,5 para 14,1%, enquanto a de crianças (menores de nove anos) baixou de 17,1 para 12,6%. Registra-se que, das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde, seis apresentaram taxa de crescimento populacional negativa entre os anos de 2000 e 2010.

Importante notar, nesse contexto, que é fundamental a contribuição da evolução dos métodos de medicina preventiva e curativa para a expansão da expectativa de vida das pessoas. A mortalidade infantil – que é elemento importante no cálculo da própria expectativa de vida – apresentou consistente redução no RS durante a primeira década dos 2000. Em 2010, o número de óbitos por 1.000 nascidos vivos ficou em 11,2, o que é 26,1% menor que os 15,1 observados em 2000<sup>10</sup>. O Estado tem a segunda menor taxa de mortalidade infantil do País, perdendo apenas para Santa Catarina. A figura abaixo traz essas informações para todos os estados do Brasil. Os dados estão ordenados pelas taxas de 2000 para ilustrar o movimento de retração em 2010.

A mortalidade infantil é sensível a questões como a atenção especializada em saúde no pré-natal e ao recém-nascido. Também é importante a contribuição das condições externas, como saneamento básico, que influencia diretamente a saúde das mães e das crianças.

Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)



Fonte: Dados do DATASUS. Gráfico elaborado pelo NISA/FEE.

<sup>10</sup> Quando do fechamento deste texto, ainda não estavam disponíveis no DATASUS os dados para o ano de 2011.

A situação epidemiológica do Estado é complexa, influenciada por fatores demográficos, econômicos e socioculturais, correspondendo ao quadro definido como “Tripla Carga de Doenças”, em que se salientam como causa de adoecimento e morte:

- As doenças não-transmissíveis e crônicas;
- As causas externas;
- As doenças transmissíveis (emergentes e reemergentes), conforme demonstrado a seguir.

O aumento da população idosa torna obrigatória a reorganização do Sistema de Saúde, anteriormente voltado ao atendimento de doenças agudas. As doenças do aparelho circulatório estão em primeiro lugar entre as causas de mortalidade, seguidas pelas neoplasias (2º), doenças do aparelho respiratório (3º) e causas externas (4º). Observa-se o significativo deslocamento da mortalidade para as faixas etárias mais altas, como resultado da redução da mortalidade na infância e do aumento da expectativa de vida. Por outro lado, fenômenos sociais complexos ocasionaram o aumento da importância das causas externas, que se constituem na primeira causa de óbito em faixas etárias mais jovens e na principal causa de anos potenciais de vida perdidos (em todas as idades), evidenciando a importância da construção de políticas específicas que proponham ações de prevenção aos acidentes e violências para evitar mortes prematuras.

Apesar dessa carga de doenças e agravos não-transmissíveis, é essencial manter e ampliar a capacidade de resposta a doenças transmissíveis, como mostram:

- A recente experiência com a epidemia de Influenza A H1N1 (por um novo subtipo viral);
- Surtos de dengue (com risco permanente de epidemias explosivas, como as que têm acontecido em outros estados);
- A dificuldade em diminuir a incidência e mortalidade por AIDS, tuberculose e hepatites virais.

As principais causas de internação no Estado são as doenças do aparelho respiratório, seguidas pelas doenças do aparelho circulatório e neoplasias. A grande incidência de doenças do aparelho respiratório deve-se às características geográficas climáticas do Estado.

Esses dados reforçam a necessidade de direcionar as ações e serviços do SUS para os problemas crônicos de saúde e investir prioritariamente na Atenção Primária, haja vista que as doenças que têm acometido a população gaúcha estão relacionadas aos hábitos e estilos de vida.

Morbidade Hospitalar e Mortalidade no Rio Grande do Sul  
Morbidade Hospitalar (2011)\*

<b>Causas de internação</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Doenças do aparelho respiratório	108.657	15,5%
Gravidez, parto e puerpério	104.200	14,9%
Doenças do aparelho circulatório	89.918	12,8%
Doenças do aparelho digestivo	69.587	9,9%
Neoplasias (tumores)	51.018	7,3%
Lesões, envenenamento ou consequências de causas externas	49.628	7,1%
Doenças do aparelho geniturinário	45.774	6,5%
Doenças infecciosas e parasitárias	42.448	6,1%
Transtornos mentais e comportamentais	35.095	5,0%
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	17.089	2,4%
Doenças do sistema nervoso	16.493	2,4%
Outras	69.910	10,0%

Mortalidade (2010)\*\*

<b>Causas de Óbito</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Doenças do aparelho circulatório	23.385	30,0%
Neoplasias (tumores)	16.551	21,2%
Doenças do aparelho respiratório	9.157	11,7%
Causas externas de morbidade e mortalidade	7.257	9,3%
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	4.278	5,5%
Doenças do aparelho digestivo	3.704	4,7%
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laboratoriais	3.475	4,5%
Doenças infecciosas e parasitárias	3.306	4,2%
Doenças do sistema nervoso	2.221	2,8%
Doenças do aparelho geniturinário	1.551	2,0%
Outras	77.985	4,0%

\*Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS);

\*\*Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

O compromisso de Governo assumido com o Sistema Único de Saúde (SUS) é torná-lo universal, gratuito e de qualidade, com a recuperação do mínimo constitucional orçamentário de 12% em saúde e com o estabelecimento de metas anuais de recuperação e cumprimento da EC-29/2000 (Lei Complementar nº 141/2012), reafirmando o acesso universal, gratuito e igualitário dos cidadãos ao SUS. Ainda, potencializar a relação com o Governo Federal nos serviços de atenção à saúde e nos diversos programas federais de investimento em infraestrutura e atendimento, como o Qualisus, a Saúde da Família, o SAMU e o Brasil Sorridente, articulando-os com os programas estaduais de qualificação da saúde pública.

O desafio para o Rio Grande do Sul é fazer o SUS avançar, operando em rede solidária com as demais políticas governamentais e comprometer-se com a qualidade de vida das pessoas. Uma nova cultura de saúde e um novo patamar de articulação do Estado: esse é o desafio assumido com a sociedade gaúcha e brasileira.

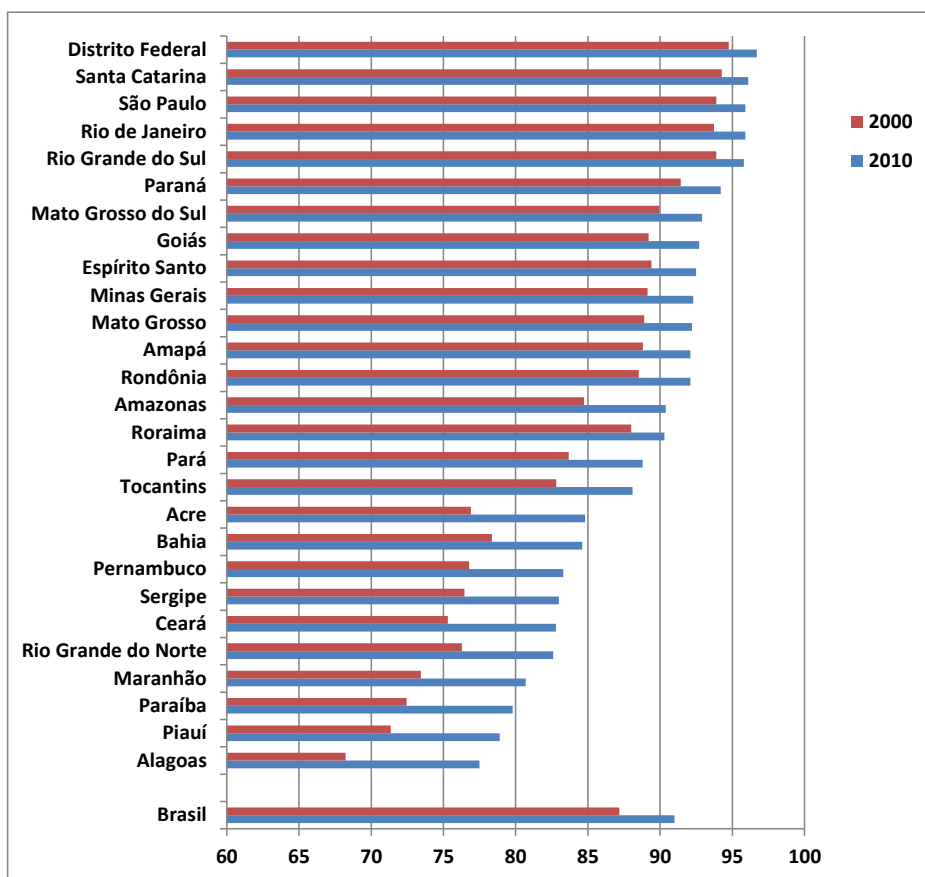
Para responder a esse desafio, é preciso reconhecer que a saúde move um grande complexo produtivo, responsável por quase 10% do PIB, gerando emprego e renda em diversas áreas e sendo potencialmente um gerador de desenvolvimento regional. Além de serviços de assistência à saúde, cabe à ação governamental a regulação de todas as ações e serviços de saúde, a vigilância aos fatores de risco à saúde e agravos, a vigilância ao meio ambiente e ao ambiente de trabalho, assim como a articulação com outras áreas de políticas públicas para a promoção da vida saudável.

## **Educação**

Um dos aspectos mais importantes em termos de educação é a taxa de alfabetização. Quando observada essa taxa para pessoas de 10 anos ou mais, o RS, em 2010, apresentava 4,2% da população sem a habilidade de ler e escrever – em 2000, esse número era de 6,1%.

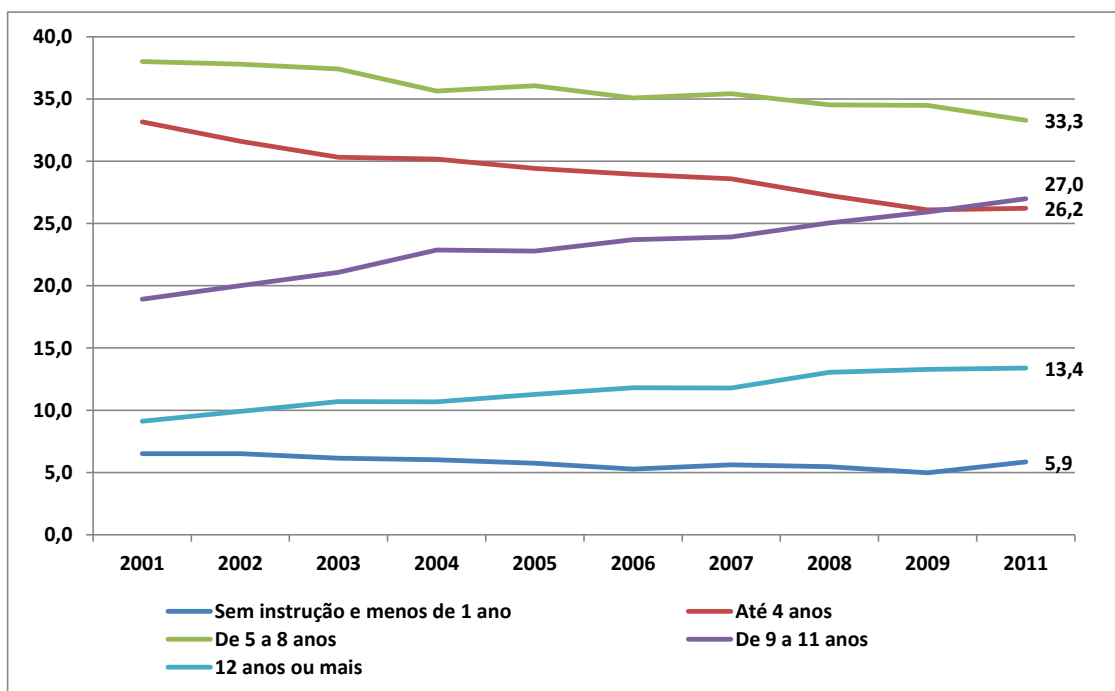
Quando é considerado o número de anos de estudo, fica claro o incremento no tempo de estudo das pessoas. Segundo a PNAD, o nível do percentual das pessoas com 10 anos ou mais de idade que têm menos de um ano de estudo ou não têm instrução vem caindo, sendo que, em 2011, representava 5,9% da população dessa faixa etária. Por outro lado, tem aumentado o número de pessoas com nove anos ou mais de estudo – em 2011, 13,4% da população possuía 12 anos ou mais de estudo, sendo que, em 2001, esse patamar era de 9,1%. A figura abaixo traz mais informações sobre essa evolução.

Taxa de Alfabetização de Pessoas de 10 Anos ou Mais (Ordenação pelas Taxas de 2010)



Fonte: Censo Demográfico IBGE. Gráfico elaborado pelo NISA/FEE.

Anos de Estudo das Pessoas de 10 Anos ou Mais no Rio Grande do Sul - 2011



Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Gráfico elaborado pelo NISA/FEE.

As taxas de desempenho, porém, apontam resultados ambíguos, conforme mostra a tabela a seguir. A taxa de reprovação para o Estado, considerando todas as Redes de Ensino, reduziu-se no Ensino Fundamental, mas elevou-se no Ensino Médio entre 2007 e 2011 – uma elevação marginal, mas que mostra uma tendência preocupante. Já a taxa de abandono caiu tanto para o Ensino Médio quanto para o Ensino Fundamental.

Taxas de Desempenho Escolar no Rio Grande do Sul - Total		
	2007	2011
Taxa de Reprovação		
<i>Ensino Fundamental</i>	14,0%	13,1%
<i>Ensino Médio</i>	19,0%	20,7%
Taxa de Abandono		
<i>Ensino Fundamental</i>	2,1%	1,4%
<i>Ensino Médio</i>	13,0%	10,1%

Fonte: INEP. Tabela elaborada pelo NISA/FEE.

A taxa de abandono do Ensino Médio é especialmente preocupante. Em 2011, 10,1% dos estudantes abandonaram a escola nessa etapa de sua formação. Esse número é um primeiro indício, apesar de não ser definitivo, de que o processo de fluxo escolar, com garantia da qualidade social da educação, precisa ser acompanhado com atenção. Os resultados produzidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) fornecem informações nesse sentido.

O cálculo do escore final do IDEB leva em conta duas variáveis: taxa de aprovação e resultados padronizados da Prova Brasil (português e matemática). Dessa forma, quando as taxas de aprovação estão mais baixas, o IDEB tende a seguir essa mesma tendência. Mas, para avaliar o desempenho dos alunos na prova, é possível destacar apenas os resultados padronizados desses testes. Os resultados para as escolas da rede pública estão na tabela a seguir.

O RS tem a melhor média no Ensino Médio para a Região Sul, mas tem a pior nas séries iniciais (4ª série/5º ano). Se observarmos os resultados ao longo da série 2005-2011, percebe-se uma retração nas médias para as provas da 8ª série e 3ª série do Ensino Médio no último ano.



Resultados Padronizados da Prova Brasil para a Rede pública - Estados da Região Sul e Brasil

		2005	2007	2009	2011
	4ª série/5º ano	4,76	5,01	5,35	5,55
RS	8ª série/9º ano	4,87	4,84	5,11	5,08
	3ª série EM*	5,05	4,83	5,16	4,80
	4ª série/5º ano	4,72	5,08	5,34	5,90
SC	8ª série/9º ano	4,83	4,78	5,03	5,11
	3ª série EM*	4,40	4,56	4,50	4,75
	4ª série/5º ano	5,02	5,24	5,68	5,79
PR	8ª série/9º ano	4,37	4,80	4,96	4,93
	3ª série EM*	4,41	4,55	4,76	4,46
	4ª série/5º ano	4,39	4,69	5,04	5,25
Brasil	8ª série/9º ano	4,28	4,49	4,67	4,73
	3ª série EM	4,08	4,20	4,35	4,33

Fonte: INEP. Tabela elaborada pelo NISA/FEE.

\* Estadual.

Com o recorte no tratamento dos dados referentes às Provas de Matemática e Português, verifica-se que, em 2011, a Rede Estadual do Rio Grande do Sul atingiu as seguintes médias e classificações, nos comparativos entre as Redes Estaduais de todas as UFs:

Prova Brasil/SAEB (Média das Proficiências) para a Rede Estadual - 2011 – Matemática e Português

		Matemática	Classificação	Português	Classificação
	4ª série/5º ano	213,96	7º lugar	196,36	5º lugar
RS	8ª série/9º ano	257,91	2º lugar	247,57	2º lugar
	3ª série EM	286,25	1º lugar	272,96	2º lugar

Fonte: Prova Brasil/SAEB, INEP (2011)

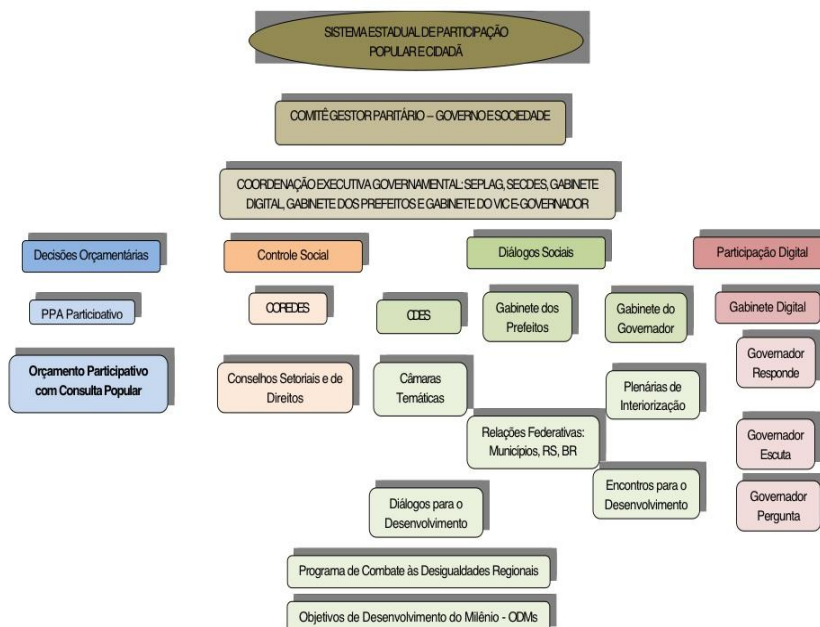
De qualquer forma, afora as comparações temporais e interestaduais, os resultados das provas ainda são modestos para todos os estados do Brasil, merecendo, portanto, atenção, pois o planejamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) é de constante elevação dos resultados na Prova Brasil e do IDEB.

## O SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ DO RIO GRANDE DO SUL

O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã está implantado. O Decreto nº 49.765, de 30 de outubro de 2012, o instituiu, após mais de dois anos de intensa discussão e prática. Seu artigo primeiro estabelece que o Sistema, formado por um conjunto de instrumentos, atuará de forma sistêmica na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas do Estado.

O primeiro Seminário Internacional do Sistema, realizado em fevereiro de 2011, recebeu, de certa forma, o aval da academia e de ativistas nacionais e internacionais para a implantação de um Sistema de Participação que, baseado nas experiências gaúchas, procurasse avançar para um estágio superior de organização necessário para integrar diferentes iniciativas e processos em busca de uma maior eficácia e eficiência na formulação, na execução e na avaliação conjunta de políticas públicas. Tem-se, historicamente, uma cidadania disposta a fortalecer o Estado democrático de direito. E os participantes do Seminário incentivaram a iniciativa, referindo-se às condições e experiências históricas realizadas no Rio Grande do Sul.

Em novembro daquele mesmo primeiro ano, 2011, foi realizado o II Seminário Internacional, em que as reflexões e as práticas forneceram os elementos para apresentar um primeiro desenho do Sistema, que está estampado abaixo. Esse se organiza em quatro eixos – diálogos sociais, controle social, participação digital e decisões orçamentárias – e propõe duas instâncias de coordenação: a Coordenação Executiva Governamental e o Comitê Gestor Paritário Governo/Sociedade.



5

O Decreto, por sua vez, ratificou essa estrutura e estabeleceu os seus objetivos: 1) propiciar um novo modelo de relação Estado-Sociedade, com a participação de todos os

cidadãos; 2) qualificar os processos participativos; 3) articular os diferentes agentes da sociedade e mecanismos de participação existentes no Rio Grande do Sul; 4) permitir uma melhor interação no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado do Rio Grande do Sul; 5) valorizar o planejamento, levando em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação; e 6) consolidar o componente participação nos processos de formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Rio Grande do Sul.

Diferentes iniciativas foram desenvolvidas nesses dois anos, como a do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que forneceu, ao Governador e ao Rio Grande, subsídios para as medidas necessárias a esse desenvolvimento, através do trabalho das Câmaras Temáticas e do diálogo com diferentes setores. O Gabinete Digital oportunizou o diálogo com setores da sociedade que expressaram, através de novas tecnologias de comunicação, propostas e soluções para o Trânsito, o que foi realizado antes com a Saúde. Cinco conferências temáticas estaduais proporcionaram intenso debate, discutindo a melhoria e a criação de políticas.

A discussão do Orçamento do Estado, expresso no Sistema através do eixo de Decisões Orçamentárias, reuniu, em 2012, 70 mil pessoas nos três meses da fase preparatória e mais de um milhão de pessoas nos dias da Votação de Prioridades. As discussões e decisões foram realizadas com a orientação dos diferentes órgãos do Estado, expressas em documento denominado Diretrizes Setoriais, fruto de atividades participativas ocorridas ao longo do ano, através de vários instrumentos de diálogo. Assim, vistos sistemicamente, os diferentes instrumentos se complementam e, para o momento das decisões orçamentárias, podem qualificar as decisões.

Outros avanços estão sendo implementados. Além da decisão sobre um percentual dos investimentos do Estado, previsto na lei da Consulta Popular, houve a indicação de prioridades regionais, que foram analisadas pelos órgãos do Governo e adotadas em expressiva quantidade; esse processo está avançando para a discussão de todo o investimento do Orçamento do Estado.

Outra iniciativa que cabe referir é a publicação do Decreto nº 49.454, de 9 de agosto de 2012, que institui o Comitê de Avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), cuja finalidade é "efetuar levantamento de indicadores dos ODMs no Estado, por meio de avaliação dos indicadores em cada município e das médias regionais e estaduais, e do acompanhamento dos programas identificados no Plano Plurianual 2012-2015 e dos recursos anuais destinados a estas ações." Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio compõem o Sistema de Participação.

Para o ano em curso, o Governo realizará o III Seminário do Sistema de Participação, com a intenção de apresentar o marco legal desse Sistema, bem como as instituições e pessoas que irão compor o Comitê Paritário.

## REALIZAÇÕES DO GOVERNO NOS EIXOS SOCIAL E DEMOCRÁTICO

### Administração e Recursos Humanos

A **Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH)** tem como competências: a gestão da política de compras e a realização de procedimentos licitatórios; as políticas de gestão dos recursos humanos; a gestão documental; a gestão da organização administrativa; a administração do patrimônio, do transporte oficial e do Centro Administrativo do Estado; a administração de serviços gráficos; o atendimento e a administração de atividades de trânsito; a previdência e assistência social aos servidores e seus dependentes; bem como o desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação de recursos humanos.

Fazem parte da estrutura da SARH as seguintes instituições vinculadas: a **Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)**, que administra os serviços gráficos do Estado; a **Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos (FDRH)**, responsável pelo desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação dos recursos humanos; o **Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)**, responsável pela previdência e assistência social ao servidor público e seus dependentes; e o **Departamento Estadual de Trânsito (DETRANRS)**, que realiza a prestação do atendimento e a administração das atividades de trânsito no Estado.

Foram desenvolvidas pela SARH, durante o ano de 2012, as seguintes ações:

- Reestruturação da Central de Compras (CECOM)

A Central de Compras (CECOM) foi reestruturada, tendo sua denominação alterada para Subsecretaria da Administração Central de Licitações (CELIC). Foram treinados 140 servidores em cursos sobre Licitações e Pregão Eletrônico.

O Estado do Rio Grande do Sul implantou, em abril de 2011, o Programa Fornecer, que objetiva oportunizar aos micro e pequenos empreendedores do campo e da cidade, fornecerem seus produtos ao Governo do Estado. Entre outras medidas, o Programa instituiu a exclusividade nas contratações no valor de até R\$ 80 mil, para micro e pequenas empresas.

Desenvolvido pela SARH e executado pela CELIC, o Programa conta com o apoio técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e tem como parceiras as Secretarias da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR); da Segurança Pública, por meio da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), e do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas.

O Fornecer, atualmente, beneficia 28 regiões com investimentos de R\$ 15 milhões, gerando uma economia de 26% para o Tesouro do Estado. Dessa forma, está sendo possível utilizar as compras governamentais como política de desenvolvimento econômico regionalizada, com distribuição de renda e redução de desigualdades, gerando, ao mesmo tempo, economia para o Estado.

O Programa Fornecer também ampliou e diversificou a carteira de contratações para custeio do Estado, ao mesmo tempo em que desconcentrou as compras públicas dos grandes

centros econômicos – o rol de fornecedores passou de quatro grandes empresas para 87 micro e pequenos empreendimentos.

- Programa de Gestão do Patrimônio do Estado (Otimizar)

Capitaneada pela política proposta pelo Governo do Estado para solucionar os problemas relacionados aos imóveis considerados sem utilidade, a SARH criou o Programa de Gestão do Patrimônio do Estado (Otimizar). O Programa pretende realizar a modernização e racionalização da gestão do patrimônio estadual, em sincronia com as ações de sustentabilidade financeira do Estado. O trabalho consiste em planejar a utilização dos bens e imóveis de forma integrada entre todas as instâncias da administração direta e indireta.

São cinco frentes de trabalho: modernização do sistema de controle de gestão do patrimônio móvel e imóvel; implantação de um programa de vendas de imóveis; atualização do cadastro de bens imóveis; destinação, racionalização e aperfeiçoamento dos imóveis, quanto ao seu uso e finalidade; e, por fim, criação de uma rede de parceria de monitoramento e fiscalização de bens móveis e imóveis do Estado.

O Programa conta com o aporte de R\$ 18 milhões do Banco Mundial (BIRD), e os valores arrecadados com a venda dos imóveis são revertidos integralmente para o Fundo de Gestão do Patrimônio (FEGEP). Essa verba será usada para investimento em manutenção e compra de novos imóveis com utilidade para a estrutura da Administração Estadual. Com essa medida, o Estado terá a desoneração da obrigação de vigilância e gastos com manutenção dos bens inservíveis, gerando economia aos cofres públicos.

Os resultados dos primeiros lotes de imóveis colocados à venda, todos sem utilidade para o Estado e geradores de despesa, foram bastante positivos. Através das concorrências públicas dos imóveis foi arrecadada a quantia de R\$ 1,9 milhão.

A SARH está implementando ações de modernização da gestão e controle do patrimônio móvel do Estado. Foi assinado um termo de cooperação para instalação de GPSs em 35 carros, pelo período de seis meses, como projeto-piloto, sem custo para o Estado. Também foi celebrado um termo de cooperação, entre a SARH e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS), para a adaptação em cinco veículos oficiais pelo período de seis meses, como projeto-piloto, sem custo para o Estado. Os veículos já foram adaptados.

- Política de Valorização do Servidor e da Servidora

A Política de Valorização do Servidor e da Servidora é uma iniciativa coordenada pela SARH, em parceria com a Casa Civil, o Instituto de Previdência do Estado (IPERGS) e as Secretarias da Segurança Pública, da Educação e da Saúde.

Foram desenvolvidas cinco ações em defesa da saúde do(a) servidor(a):

- Seminário Internacional sobre Saúde do Servidor e da Servidora: Organização do Trabalho e Qualidade de Vida;
- Seminário Nacional sobre Assédio Moral: ética, saúde e aspectos legais;
- Ginástica laboral para as servidoras e para os servidores da SARH;
- 2ª Semana do Coração RS;
- Semana do Servidor e da Servidora – 2012.

Também foram qualificados 166 servidores em cursos de Gestão Pública, Gestão Eletrônica de Documentos, Implementação de Projetos financiados pelo Banco Mundial e Gestão do Trabalho e Saúde Mental, dentre outros.

Destacam-se o Programa de Valorização e Atenção à Saúde Física e Mental dos Servidores e Servidoras (ProSer) e o Comitê de Diálogo Permanente (CODIPE).

O ProSer prevê ações de melhoria na qualidade dos processos de trabalho em relação às condições e à organização das funções, por meio de diagnóstico, avaliação, intervenção e monitoramento. Visa acolher aqueles que apresentem dificuldades físicas e/ou psíquicas para desenvolver suas atribuições (com quatro Núcleos de Saúde implantados); promover a saúde e a prevenção do sofrimento físico, psíquico e emocional; atender e intermediar o atendimento na rede pública de saúde para os casos crônicos e agudos que demandem intervenção; prever as situações envolvendo aspectos ambientais de trabalho; assessorar e capacitar as chefias com vistas à prevenção ao assédio moral e demais formas de sofrimento no trabalho, bem como encaminhar as questões relacionadas aos aspectos comportamentais e subjetivos que possam interferir no desenvolvimento das funções do servidor.

O CODIPE é um instrumento de interlocução do governo com os servidores públicos, através de suas entidades representativas, visando ao estabelecimento de diretrizes gerais que norteiem a construção de políticas para o funcionalismo estadual.

Participam do CODIPE: SARH, SEFAZ, Casa Civil, Secretaria-Geral de Governo, SEPLAG, Educação, Saúde, Segurança Pública e Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Pelos servidores, estão convidadas 45 entidades representativas (entre sindicatos, associações e federações). Cabe à SARH exercer a secretaria executiva do Comitê. As reuniões ordinárias são mensais e podem ser convocadas, extraordinariamente, fazendo parte do Sistema de Participação Popular do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O CODIPE discute políticas de remuneração – salários, planos de carreira, vantagens, etc. – e também outros elementos como: formação, qualificação do funcionalismo, qualidade dos serviços públicos, avaliação de desempenho, condições de trabalho, receita, despesa e orçamento.

#### - Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) – uma estratégia para efetividade de direitos – contempla a escuta difusa dos diversos atores transversais envolvidos nas três macrocompetências da SARH: recursos humanos, licitações e patrimônio. Posteriormente, com a consolidação da Sala de Gestão no âmbito da Secretaria, ocorrerá o redesenho dos processos de trabalho e o desenvolvimento de metodologia para o dimensionamento qualitativo e quantitativo de pessoal.

Foram realizados seminários, no âmbito do Programa, em Pelotas, Passo Fundo, Santa Maria, Santana do Livramento, Santa Rosa, Santa Cruz do Sul, Caxias e Porto Alegre.

Além disso, estão sendo desenvolvidos dois módulos no Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE) – Estágio Probatório e Concurso. A previsão é de que os módulos estejam disponíveis para utilização, respectivamente, em março/2013 e julho/2013. Esse trabalho, que está sendo desenvolvido pela PROCERGS, permitirá maior agilidade, segurança e informatização

nos procedimentos, além de controle de cargos vagos e preenchidos e pré-cadastro de nomeandos oriundo da inscrição no concurso público.

A SARH realizou Curso de Gestão Pública e Organização Arquivística, promovido pelo Arquivo Público do Estado do RS (APERES), órgão gestor do Sistema de Arquivos do Estado (SIARQ/RS), capacitando 25 servidores de diversas secretarias e que atuam nos setores de protocolo e arquivo.

Em, 2012, a **Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)** implantou duas gráficas expressas. São elas: Centros Externos de Impressão na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação à modernização e à ampliação do parque tecnológico e de máquinas da CORAG, foram adquiridos diversos equipamentos, entre eles impressoras, máquina para embalagem e dobradeiras, totalizando R\$ 858.499,98 em investimentos.

Visando à qualificação de seus recursos humanos, a empresa realizou o treinamento e a capacitação de 129 colaboradores em atividades meio e fim da CORAG.

A **Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)** alcançou, em 2012, resultados expressivos que consolidam um processo de reestruturação e desenvolvimento para atender suas três áreas: formação continuada, gestão de estágios e concursos públicos.

A partir da recuperação dos meios (reforma no prédio, instalação de sistemas de controle e gestão) e investimentos nos servidores (formação interna, desenho de processos, novo plano de empregos, funções e salários com reajuste de até 47,86%) a FDRH aumentou sua receita em 43,76%, inovou, ampliou e qualificou os serviços oferecidos.

Na área de formação continuada, destinada aos servidores públicos estaduais, municipais e agentes sociais, consolidou a Rede Escola de Governo, beneficiando mais de 10 mil alunos, em 100 municípios gaúchos. Ao apostar em um formato em rede, vem desenvolvendo com as universidades públicas e comunitárias programas de formação continuada destinados a dar suporte e preparar recursos humanos da administração pública e da sociedade civil para desenvolver e executar projetos estratégicos nas mais diferentes áreas. Ao todo, 31 instituições de ensino superior fazem parte da Rede. Esse é um modelo inovador, inédito no País.

As ações de ensino oferecem cursos de pós-graduação, de extensão, seminários e oficinas, em um total de 80 extensões e 135 seminários. Foram criados cinco cursos na modalidade de educação a distância com 1545 vagas. Ao todo, 10.164 pessoas foram beneficiadas pela Escola de Governo, envolvendo, também, mais de 90 municípios.

Já nas ações de pesquisa, a FDRH lançou edital, com investimento de R\$ 500 mil, para incentivar trabalhos sobre ciência, tecnologia e inovação em Gestão Pública. Os recursos, oriundos do orçamento geral do Estado serão repassados à Fundação de Amparo à Pesquisa do RS (FAPERGS).

Na gestão de estágios, a FDRH encerrou 2012 com mais de 10 mil estagiários com contrato ativo e, entre suas muitas conquistas, construiu novas sistemáticas de recrutamento e seleção a fim de garantir transparência, universalidade e isonomia. Vinculada a uma política de juventude, também vem construindo iniciativas de benefícios e conveniências para os estagiários, com descontos de 10% nos cursos do SENAC-RS, além de linha especial de crédito

BANRISUL, com 100% de financiamento para aquisição de produtos de informática, a ser quitada em até dois anos.

A remodelação do setor de concursos garante confiabilidade e inovação na execução dos certames. Em 2012, o destaque foi a realização do concurso público do magistério gaúcho, que ofereceu uma seleção inédita e mais criteriosa, com 68 diferentes provas destinadas a testar os professores em 131 distintas habilitações. Além desse, foram realizados outros 17 concursos, com a participação total de 153 mil candidatos.

**O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)** é responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários e pela administração da assistência à saúde dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul e de seus dependentes. Ao longo das últimas décadas do século XX, a partir dos mandamentos constitucionais, sucessivas modificações na legislação foram promovendo a transição para que o IPERGS se tornasse o gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

As Leis Complementares nº 13.757/11 e nº 13.758/11 instituíram os fundos previdenciários de capitalização civil e militar. Foram então, criados, por determinação do Governador, dois grupos de trabalho que estão disciplinando as referidas leis. Desde sua criação, os fundos previdenciários civil e militar, geridos pelo IPERGS, têm alcançado rendimentos superiores à meta atuarial. O FUNDOPREV Civil já conta com um volume de recursos da ordem de mais de R\$ 7,7 milhões, enquanto o FUNDOPREV Militar conta com mais de R\$ 2,5 milhões.

Em 2012, o IPERGS ampliou o número de suas regionais, passando de 19, para 35. Dessa forma, foram beneficiados os servidores do Estado lotados no interior. Além disso, em agosto de 2012, o Instituto reabriu seu posto de atendimento no TudoFácil no Centro de Porto Alegre. Essa ação visou à descentralização de serviços do Edifício Sede, oportunizando aos beneficiários maior agilidade na resolução de suas demandas. Desde sua reinauguração, a unidade localizada no TudoFácil atendeu cerca de sete mil beneficiários.

O IPERGS implantou, no andar térreo do prédio sede, um núcleo especializado de previdência, qualificando o atendimento aos beneficiários, possibilitando a solução de problemas com maior rapidez, sem a necessidade de recorrer a vários setores.

Também foi criado um espaço físico no 2º andar do Edifício Sede da Instituição, privilegiando a transparência, assim como constituído um grupo de servidores, para responder com agilidade e propriedade às questões levantadas. Além disso, foi criado um sistema eletrônico de apoio às atividades da Ouvidoria, com controle de cadastro e de demandas sobre diferentes áreas do Instituto para a geração de indicadores.

Aproveitando o espaço ocioso no andar térreo para atividades socioculturais, foi reinaugurado o Museu General Flores da Cunha, em 2011, e foram instalados um telecentro e um ponto de leitura. Com isso, viabiliza-se o acesso à informação e à cultura para beneficiários do IPE e comunidade do entorno, cumprindo importante função social. Entre maio e setembro de 2012, foram realizadas oficinas diversas, como ações socioculturais em arte-educação, sobre a memória histórica do Instituto e do RS. Participaram dessas mais de 60 pessoas oriundas de escolas públicas de Porto Alegre e da própria Autarquia.



No que se refere à acessibilidade ao prédio, o IPERGS está conduzindo um processo licitatório para constituição de um projeto arquitetônico que viabilize o acesso universal às dependências do Instituto.

Quanto à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a redução no trâmite das concessões das pensões em 2011, da média de 96,6 dias para 7,2 dias, fez com que o Instituto fosse classificado entre os melhores trabalhos do Brasil na área em 2012, pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (ABEP).

Em setembro de 2012, o Governo do Estado assinou contrato de empréstimo junto ao Banco Mundial, no qual o IPERGS captou recursos por meio de projetos, para licitar o serviço de gerenciamento eletrônico de documentos e o mapeamento e redesenho dos processos do Instituto.

Com relação aos recursos humanos do IPERGS foi autorizada pelo governo, em agosto de 2012, a realização de Concurso Público, para o preenchimento de 124 cargos (70 analistas em previdência e saúde, 24 peritos e auditores médicos e 30 analistas). A previsão de realização do mesmo é para 2013, após o devido processo licitatório.

Entre setembro e novembro de 2012, foram desenvolvidas quatro oficinas sobre Administração Pública, totalizando 20h/aula, com a presença média de 30 servidores. Além disso, 15 servidores do IPERGS frequentaram o Curso de Extensão em Formulação e Análise de Políticas Públicas em Rede, ministrado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O IPERGS investiu na participação de servidores em cursos para certificação de CPA 10 e CPA 20, certificação profissional oferecida pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Essa certificação qualifica os servidores a gerirem os recursos do fundo de previdência capitalizado.

Ao longo do ano de 2012, foram realizados os Seminários Regionalizados – Diálogos Previdenciários pelo Rio Grande, em uma forma direta de preparar o II Congresso Previdenciário, que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2013.

O **Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS)** tem por objetivo gerenciar, fiscalizar, controlar e executar, em todo o território do Estado, as atividades de trânsito, nos termos de uma legislação própria, com status de entidade autárquica dotada de autonomia administrativa e financeira.

O DETRAN/RS realizou o Congresso Internacional de Trânsito – Ideias que Salvam Vidas. O evento marcou os 15 anos do DETRAN gaúcho e integrou a Década de Ação pela Segurança no Trânsito, estabelecida pelas Nações Unidas, cujo objetivo é reduzir em 50% o número de vítimas de acidentes de trânsito até 2020. Foram apresentados projetos exitosos e compartilhadas experiências de êxito no combate à violência no trânsito. Mais de 1,2 mil participantes se inscreveram para o encontro e o debate técnico.

A Balada Segura é uma operação realizada pelo DETRAN/RS, em parceria com a Brigada Militar, o órgão de fiscalização municipal e a Polícia Civil, para coibir a embriaguez ao volante. São *blitze* educativas e de fiscalização realizadas durante as noites e madrugadas. A operação teve início em 2011, em Porto Alegre. No verão de 2012, chegou às praias gaúchas, com *blitze* diárias no litoral Norte e Sul. Um ano depois, o DETRAN/RS expandiu o projeto para o Interior do

Estado. A aprovação da Lei Estadual, instituindo a Operação Balada Segura, tornou-se uma política de Estado, de forma permanente, com o objetivo de coibir a violência no trânsito.

Uma pesquisa efetuada pelo DETRAN gaúcho, para avaliar os resultados da operação conjunta de combate a embriaguez ao volante, detectou que 96% dos porto-alegrenses consideram a operação importante (39,3%) ou muito importante (57,1%). Foram ouvidos mil motoristas da Capital, entre setembro e outubro de 2012, sendo que 16% (168) afirmaram já terem sido abordados na Balada Segura, e 41,4% conhecem alguém que já foi abordado. Um terço das pessoas afirmou ter modificado seu comportamento após o início da Balada Segura e, a metade, diz ter observado alguma mudança no comportamento de seus familiares e amigos; 10% acham que mudou muito e 42%, que mudou um pouco. Apesar da resistência à mudança de cultura, 39,4% afirmam já ter pedido ou impedido que alguém dirigisse depois de beber; 78% dizem não aceitar carona de um motorista que bebeu; e, 28,3% escolhem o motorista.

A Operação Viagem Segura consiste em uma ação conjunta de fiscalização, envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, a Brigada Militar, a Polícia Civil, o DETRAN/RS e o Conselho Estadual de Trânsito do Estado do RS (CETRA/RS), em pontos críticos das estradas gaúchas.

O reforço da fiscalização da Viagem Segura de Ano Novo permitiu a realização de 2.224 testes com etilômetro, um dos maiores dessas 15 edições da operação. Da meia-noite de 27/12/2012 até a meia-noite do dia 1º/01/2013, foram retirados das vias públicas 251 condutores alcoolizados, e 120 foram enquadrados em crime de trânsito.

No final de 2012, o DETRAN/RS divulgou seu Plano de Modernização (PMD), que integra 13 projetos a serem desenvolvidos a partir de 2013, entre os quais:

- Controle biométrico dos serviços dos Centros de Formação de Condutores (CFCs): Identificação por impressão digital tanto do usuário dos serviços dos CFCs quanto do prestador, visando a uma maior segurança nos serviços de habilitação mediante a obtenção de dados mais confiáveis e à ampliação da capacidade de rastreamento. Encontra-se em fase de finalização o Termo de Referência e a elaboração do processo licitatório.
- Instalação de terminais de autoatendimento: disponibilização de 100 a 200 terminais em espaços de circulação de grande público, como *shoppings* e centrais de atendimento, para o agendamento de serviços como exames de saúde, práticos e teóricos. Nos terminais também serão geradas guias para pagamento de diversas taxas. Tais medidas garantem capilaridade à rede de serviços do DETRAN/RS. O protótipo encontra-se em testes, e a empresa fornecedora já está contratada.
- Filmagem das provas práticas de habilitação: registro da prova no momento em que é realizada, aumentando o controle sobre a efetividade dos examinadores. O dispositivo móvel possibilitará, ainda, a instrução de recurso pelos candidatos, ampliando, assim, tanto para o candidato quanto para o examinador, a segurança na avaliação e evitando a possibilidade de fraude. O processo licitatório encontra-se em elaboração, com Termo de Referência finalizado sobre protótipo já apresentado.
- Implementação da penalidade de cassação: gerenciamento dos protocolos de requerimentos dos serviços, da documentação e dos dados apresentados, possibilitando controle, automação e gestão dos processos de imposição de penalidades de Suspensão do Direito de Dirigir e da Cassação de CNH. Aumenta a fiscalização dos condutores

infratores e combate à impunidade, cassando o direito de dirigir. O sistema se encontra em fase final de elaboração, assim como a necessária reestruturação do setor e das 15 subseções da Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI) do DETRAN/RS.

- Criação de unidade gestora central: implantação de sistema de vistoria e identificação veicular mediante controle biométrico, com registro de imagens e obtenção de laudo de vistoria completo e disponibilizado ao Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAN). Armazenamento digital de todos os registros e imagens, com acessibilidade e rastreamento *on line*. Auxilia a inibir fraudes e a regularizar veículos, reduzindo furtos e clonagens de automóveis. Aumenta o controle e a segurança dos serviços prestados pelos Centros de Registro de Veículos Automotores (CRVAs), refletindo em mais segurança a todos os proprietários de veículos. Termo de Referência em fase de elaboração.
- Ampliação da oferta de exames: reorganização das rotas seguidas pelos examinadores e criação de sistema que controla o itinerário previsto e serviços, acusando automaticamente exames não aplicados por falta de candidatos agendados ou cancelamento de turmas, juntamente com a documentação e dados apresentados. Ampliação em 20% na oferta de exames práticos, mediante o aumento do número de examinadores e da frota para locomoção. Tal medida incrementa a eficiência e efetividade dos exames, racionalizando rotas e agendamentos e garantindo a realização de mais provas, com maior segurança. Encontra-se em fase final de elaboração o Termo de Referência para licitação. Concurso já contratado.
- Registro de multas via talonário eletrônico: implantação de equipamento móvel dotado de *software* que permite o registro das informações relativas à infração de trânsito, a ser utilizado pela autoridade de trânsito ou por seus agentes para a lavratura do Auto de Infração, e permitindo, ainda, o acesso *on line* aos prontuários. Aumenta a eficiência, a efetividade e a segurança do registro dos autos e das infrações. O sistema está finalizado, já em teste com os agentes de trânsito, aguardando implantação.
- Modernização dos Centros de Remoção e Depósito: qualificação dos Centros de Remoção e Depósito (CRDs) juntamente com leilões, destinação de material inservível, remoção e guarda de veículos. Aumenta a segurança na guarda de veículos, através do registro de imagens e lista de verificação dos veículos, e a organização dos pátios. Elimina prejuízos financeiros e viabiliza CRDs de todos os portes e em todo o Estado. Agiliza a realização de leilões, a destinação dos materiais inservíveis e melhora a qualidade ambiental. Em andamento, com conclusão nos 188 depósitos em 2013. Sistema sendo totalmente refeito e modernizado, com novas taxas e novas regras de funcionamento.
- Concretização dos Centros de Desmonte de Veículos (CDVs): implantação dos CDVs, organizando o mercado de peças usadas de veículos e, conseqüentemente, reduzindo o furto e roubo de veículos. Acarreta mais segurança para a compra de peças usadas de reposição, reduzindo defeitos e falhas graves. Foi modificado o organograma do DETRAN/RS para contemplar uma nova Divisão específica. O sistema está sendo desenvolvido em módulos. O módulo Cadastro, para registro de peças, será entregue em março. Hoje, há 311 Centros de Desmonte de veículos cadastrados e vistoriados.
- Fortalecimento e ampliação do alcance da Operação Balada Segura: reunindo ações permanentes que visam o combate à alcoolemia na condução de veículos, a Operação

reduz o número de acidentes de trânsito e o índice de mortes e de feridos relacionados à ingestão de bebida alcoólica, por meio da educação e fiscalização da alcoolemia. Objetiva atingir todas as regiões do Estado, com uma política pública de Governo integrada e contínua, integrando todos os órgãos de trânsito. Está implantada desde fevereiro de 2010, em Porto Alegre, e operando em mais oito municípios. Está em processo de expansão, com previsão de mais 12 municípios conveniados em 2013. Está prevista a aquisição de 32 viaturas e demais equipamentos para uso dos 16 grupos da Brigada Militar e o desenvolvimento de sistema para registro e armazenamento *on line* dos dados da operação.

- Unificação de dados estatísticos: criação do Observatório Estadual de Trânsito visando a integração de dados, a análise e a avaliação dos fatores de risco e das causas dos acidentes de trânsito. Integração das bases de dados existentes nos diferentes órgãos do Estado. Análise e avaliação dos fatores de risco e causas de acidentes de trânsito. Encontra-se firmado convênio com o Ministério do Interior da França, com a primeira missão para o RS programada para abril de 2013. Em fase de preparação para padronização de protocolos.
- Distribuição de material didático de educação para o trânsito: aquisição de quatro mil livros didáticos com conteúdos de educação para o trânsito, visando a prover as escolas públicas da rede de ensino estadual, tanto de Ensino Fundamental (Portaria DENATRAN 147/09) quanto de Ensino Médio, com textos específicos e obras complementares sobre o tema. O objetivo é subsidiar a implantação efetiva e sistemática de ações educativas e o desenvolvimento de projetos. Esse projeto responde à ação mais votada pela sociedade na área de educação na segunda edição do Governador Pergunta, que foi a inclusão da educação para o trânsito na proposta pedagógica das escolas estaduais e municipais de Ensino Fundamental. Agendada assinatura de Protocolo de Intenções entre o DETRAN/RS e a Secretaria da Educação.
- Ampliação e qualificação do quadro de servidores: realização de concurso público para efetivação de 216 novos servidores e qualificação profissional e do ambiente de trabalho. Oferecimento de curso de especialização em trânsito em parceria com a UFRGS, dentro da Escola de Governo/FDRH. Organização de matriz de capacitação dos servidores com incentivo à qualificação profissional. Com a melhoria das condições do local de trabalho e a qualificação dos serviços prestados ao cidadão, fortalece-se a Autarquia. O concurso já está contratado, e as novas instalações, em processo final de contratação. O curso de especialização aguarda assinatura de contrato, e a matriz de competência encontra-se em elaboração.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SARH	Modernização da gestão pública	Modernização do parque tecnológico e da rede lógica da SARH
SARH	Modernização da gestão pública	Remodelação da central de compras - CECOM
SARH	Programa de gestão patrimonial	Reestruturação, reforma e ampliação do centro administrativo Fernando Ferrari
SARH	Programa de gestão patrimonial	Restauração dos prédios públicos
SARH	Programa de gestão patrimonial	Implantação de sistema de administração patrimonial de bens móveis
SARH	Programa de gestão patrimonial	Gestão de ativos imóveis do estado

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SARH	Valorização do(a) servidor(a) público(a)	Desenvolvimento de módulos no sistema de recursos humanos do estado - RHE
SARH	Valorização do(a) servidor(a) público(a)	Desmaterialização de processos de RH
SARH	Valorização do(a) servidor(a) público(a)	Dimensionamento de pessoal e estrutura do estado
SARH	Valorização do(a) servidor(a) público(a)	Qualificação do(a) servidor(a) estadual
SARH	Valorização do(a) servidor(a) público(a)	Promoção da saúde do(a) trabalhador(a)
SARH	Gestão dos arquivos do estado	Execução da gestão de documentos
DETRAN	Programa de gestão patrimonial	Aquisição de prédio administrativo
DETRAN	Década de ação pela segurança no trânsito	Conscientização sobre os perigos do álcool no trânsito - balada segura
DETRAN	Década de ação pela segurança no trânsito	Educação para segurança no trânsito
DETRAN	Década de ação pela segurança no trânsito	Implantação da inspeção veicular
FDRH	Rede escola de governo: qualificação e formação continuada de servidores públicos e agentes sociais e revitalização da fdrh	Implantação da rede escola de governo
FDRH	Rede escola de governo: qualificação e formação continuada de servidores públicos e agentes sociais e revitalização da FDRH	Fomento à pesquisa nas três áreas de concentração da escola de governo
FDRH	Rede escola de governo: qualificação e formação continuada de servidores públicos e agentes sociais e revitalização da FDRH	Implantação da Escola da Copa
FDRH	Rede escola de governo: qualificação e formação continuada de servidores públicos e agentes sociais e revitalização da FDRH	Implantação da plataforma de educação a distância - EAD
FDRH	Rede escola de governo: qualificação e formação continuada de servidores públicos e agentes sociais e revitalização da FDRH	Modernização da estrutura da fundação e implantação do novo plano de empregos, funções e salários
FDRH	Rede escola de governo: qualificação e formação continuada de servidores públicos e agentes sociais e revitalização da FDRH	Remodelagem do processo de execução dos concursos públicos
FDRH	Rede escola de governo: qualificação e formação continuada de servidores públicos e agentes sociais e revitalização da FDRH	Universalização do acesso ao estágio profissional
CORAG	Modernização da gestão pública	Modernização e ampliação do parque tecnológico e de máquinas da CORAG
CORAG	Modernização da gestão pública	Normas e procedimentos de segurança patrimonial e de sistema de controle de custos
CORAG	Modernização da gestão pública	Centros externos de impressão
CORAG	Valorização do(a) servidor(a) público(a)	Treinamento de colaboradores

## Casa Civil

A **Casa Civil**, através do Programa Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital, busca prestar serviços ao Estado adequando a Governadoria às demandas da Sociedade Gaúcha e ao conjunto dos órgãos estaduais, a fim de possibilitar o cumprimento do seu papel de centro político e institucional. Assim, constituem metas a serem alcançadas: o desenvolvimento e atualização da Governadoria, do ponto de vista tecnológico, patrimonial, e de comunicação com a sociedade, o aperfeiçoamento do controle e da transparência da Gestão Pública e o apoio às famílias em situação de extrema pobreza.

Entre outros objetivos estratégicos do Governo, de relevância para a população gaúcha, está em desenvolvimento o Programa RS Mais Igual, através do qual a Casa Civil busca elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema no RS, por meio da promoção das políticas

públicas de proteção, inclusão social e de combate à miséria. Assim, por meio da ampliação e modernização das estruturas da Governadoria, a Casa Civil visa contribuir para a realização dos objetivos estratégicos do Governo do Estado.

A ação Apoio às famílias em situação de extrema pobreza integra o Programa RS Mais Igual destacando-se, no âmbito dessa ação, em 2012, a realização de nove Encontros Regionais, nas seguintes regiões: Noroeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguai, Porto Alegre e Região Metropolitana. O desenvolvimento das atividades concentrou-se: Transferência de Renda; Acesso aos Serviços públicos; Geração de Oportunidades; Adesão dos Municípios ao Programa; Planos Municipais de Erradicação da Pobreza Extrema.

Com relação ao eixo Transferência de Renda, foi criado, pela Lei nº 13.923 de 17/01/2012, o Programa RS Mais Renda, que visa a proporcionar a complementação de R\$ 50,00 mensais, através da Caixa Federal, para as famílias que cumprirem os seguintes requisitos: estar participando do Programa Bolsa Família do Governo Federal, mediante comprovação das condições requeridas: ter um integrante da família inscrito em curso do Ensino Médio, em curso do programa Educação para Jovens e Adultos (EJA), ou em um dos cursos de qualificação profissional, com atestado de frequência mínima de 75%, emitido pelo órgão estadual responsável pela realização do curso.

O lançamento do Programa RS Mais Renda ocorreu em abril de 2012, através da realização de um dos Mutirões Sociais, no Centro Vida, Bairro Rubem Berta em Porto Alegre, pela ação integrada de várias secretarias e órgãos do Estado, sob a coordenação da Casa Civil. Participaram do evento, entre outros, diversos prefeitos da Região Metropolitana de Porto Alegre, o Governador do Estado e representantes de Entidades da Sociedade Civil.

Em dezembro de 2012, o número de famílias beneficiadas pelo RS Mais Renda era de 17.154, do total das 460.038 famílias beneficiadas, no RS, pelo Programa Bolsa Família. Tais famílias residem em 278 municípios do Estado, distribuídos, principalmente, nas regiões: Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Médio Alto Uruguai, Central, Sul, Altos da Serra do Botucaraí, Missões e Noroeste Colonial.

Em outubro de 2012, 1.016.685 famílias do Estado estavam incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que inclui as famílias com renda de até três salários mínimos. A tabela a seguir informa o número de famílias com menor renda no Rio Grande do Sul, entre as quais se situam, segundo os critérios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), aquelas com renda *per capita* de até R\$ 70,00, que se encontram abaixo da linha da pobreza, em extrema miséria.

Número de Famílias com <i>Renda per capita</i> até ½ Salário Mínimo	
<b>Renda Familiar (<i>per capita</i>)</b>	<b>Nº de Famílias</b>
Até R\$ 70,00	421.582
De 70,00 até R\$ 140,00	266.196
De R\$ 140,00 até ½ salário mínimo	199.790
<b>Total de famílias com renda até ½ salário mínimo per capita</b>	<b>887.568</b>

Fonte: Casa Civil Dez/2012

O acesso aos serviços públicos foi desenvolvido por meio das ações Mutirão Rural e *Mutirão Social*. O Mutirão Social foi realizado sob a coordenação executiva da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), com a coordenação geral da Casa Civil e apoio e participação de vários órgãos. Foram realizados Mutirões Sociais nos seguintes municípios: Porto Alegre, nos bairros Rubem Berta e Campo da Tuca; Guaíba; e, Rio Grande. Tais mutirões atenderam a 8.000 pessoas. A ação Mutirão Social consiste em um dia de busca ativa às famílias da extrema pobreza, as quais ainda não foram cadastradas no CadÚnico. No mesmo dia e local, previamente definido, são ofertados os serviços públicos à população-alvo. A divulgação é realizada por meio de campanha publicitária, utilizando instrumentos de mídia como rádio e carro de som. Entre os serviços públicos prestados à população está a realização de documentação civil e exames médicos, bem como a inclusão de famílias no CadÚnico, ou no Bolsa Família, desde que atendam aos critérios para cadastramento.

Com relação aos Mutirões Rurais, até dezembro de 2012, foram realizados 42 mutirões, com atendimento a 30.000 pessoas nos seguintes municípios: Piratini, Pelotas, Barros Cassal, Gramado Xavier, Boqueirão do Leão, Herveiras, Jacuizinho, Amaral Ferrador, Dom Feliciano, Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, São Lourenço, Turuçu, Erval Seco, Trindade do Sul, São José das Missões, Dilermando de Aguiar, Guarita, São Pedro do Sul, Lagoão, Fontoura Xavier, Cruz Alta, Ijuí, Alpestre, Planalto, Vicente Dutra, Taquaruçu do Sul, Gramado Loureiro, Cristal do Sul, Barra do Guarita, Pinheiro Machado, Santana da Boa Vista, Julio de Castilhos, Rio Grande, São José do Norte e Redentora.

As ações realizadas com o objetivo de gerar oportunidades de inclusão produtiva às famílias em extrema pobreza foram direcionadas a dois âmbitos: fomento às atividades produtivas rurais e inclusão de jovens no mercado de trabalho. O Programa de Fomento à Inclusão Produtiva Rural beneficiou 6.000 famílias, envolvendo aproximadamente 24.000 pessoas, em 69 municípios. Esse Programa resultou de um acordo de cooperação celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR); o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e, a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), com a finalidade de executar as ações que integram o Plano Brasil Sem Miséria e propiciar a inclusão sócio-produtiva e econômica de famílias em situação de pobreza extrema, no meio rural, propiciando ampliação do acesso ao que segue:

- Assistência técnica à produção
- Crédito e apoio à comercialização
- Políticas de transferência de renda
- Direitos e demais políticas integrantes do Plano Brasil Sem Miséria e do RS Mais Igual

Ao todo, foram realizados dez Encontros Territoriais. A tabela a seguir apresenta o número de famílias incluídas no Programa de Fomento à Atividade Produtiva Rural e no Programa RS Mais Renda nos territórios:

Número de famílias Incluídas no Programa de Fomento à Atividade Produtiva Rural e no RS Mais Renda

Território	Município	Número de famílias Fomento e RS + Renda	Quantidade Domicílios EP IBGE (2010)	Nº famílias incluídas no CADÚNICO Rural com renda ≤R\$70/per capita
CENTRO SUL	Barão do Triunfo	100	250	283
	Camaquã	100	183	517
	Chувиска	100	80	233
	Cerro Grande do Sul	100	243	605
	Dom Feliciano	100	446	464
	São Jerônimo	100	298	306
	Sertão Santana	100	217	236
<b>Total</b>	<b>7 municípios</b>	<b>700 famílias</b>		
PINHÃO E ERVA MATE	Barros Cassal	100	296	213
	Fontoura Xavier	100	203	764
	Gramado Xavier	100	163	66
	Herveiras*	50	47	106
	Boqueirão do Leão	100	120	200
	São José do Herval*	50	46	157
<b>Total</b>	<b>6 municípios</b>	<b>500 famílias</b>		
VALE DO RIO PARDO	Candelária	100	351	772
	Encruzilhada do Sul	100	370	590
	Passo do Sobrado	100	147	87
	Rio Pardo	100	442	934
	Sinimbu	100	201	198
	Soledade	100	132	315
	Vale do Sol	100	168	364
	Venâncio Aires	100	193	736
<b>Total</b>	<b>8 municípios</b>	<b>800 famílias</b>		
ALTO URUGUAI	Benjamim Constant do Sul*	50	86	211
	Erval Grande*	50	37	102
	Faxinalzinho*	50	52	97
	Itatiba do Sul*	<b>50</b>	85	210
	Marcelino Ramos*	<b>50</b>	44	119
	Viadutos*	50	64	70
<b>Total</b>	<b>6 municípios</b>	<b>300 famílias</b>		
CENTRO SERRA	Arroio do Tigre	100	144	350
	Ibarama	100	86	339
	Jacuizinho	100	130	321
	Lagoão	100	120	295
	Passa Sete	100	132	272
	Segredo	<b>100</b>	184	417
	Tunas	100	90	406



<b>Território</b>	<b>Município</b>	<b>Número de famílias Fomento e RS + Renda</b>	<b>Quantidade Domicílios EP IBGE (2010)</b>	<b>N° famílias incluídas no CADÚNICO Rural com renda ≤R\$70/per capita</b>
<b>Total</b>	<b>7 municípios</b>	<b>700 famílias</b>		
MÉDIO ALTO URUGUAI	1. Alpestre	100	239	47
	2. Constantina	50	110	114
	3. Erval Seco	100	234	680
	Frederico Westphalen	50	123	360
	Iraí	100	166	392
	Jaboticaba	100	160	246
	Lajeado do Bugre	100	197	103
	Liberato Salzano	50	91	225
	Palmitinho	100	131	324
	Pinheirinho do Vale	50	125	275
	Sagrada Família	50	80	91
	Seberi	100	183	406
	Vicente Dutra	100	157	281
	São Pedro das Missões	50	63	130
	Trindade do Sul	100	137	187
	Cristal do Sul	50	84	232
<b>Total</b>	<b>16 municípios</b>	<b>1250 famílias</b>		
NOROESTE COLONIAL	Braga	50	77	161
	Coronel Bicaco	100	156	372
	Crissiumal	100	138	396
	Derrubadas	100	110	182
	Esperança do Sul	100	103	210
	Miraguaí	50	91	171
	Tiradentes do Sul	50	97	271
	Ijuí	50	64	175
	Três Passos	50	68	148
<b>Total</b>	<b>9 municípios</b>	<b>650 famílias</b>		
ZONA SUL	Amaral Ferrador	50	79	211
	Canguçu	300	1432	1745
	Cerrito	50	84	144
	Herval	100	162	290
	Pelotas	100	241	651
	Pinheiro Machado	100	204	273
	Piratini	100	379	614
	Santana da Boa Vista	100	301	238
	São José do Norte	100	186	703

<b>Território</b>	<b>Município</b>	<b>Número de famílias Fomento e RS + Renda</b>	<b>Quantidade Domicílios EP IBGE (2010)</b>	<b>N° famílias incluídas no CADÚNICO Rural com renda ≤R\$70/per capita</b>
	São Lourenço do Sul	100	114	316
Total	10 municípios	1100 famílias		
Total Geral	69 municípios	6.000 famílias		

Fonte: Casa Civil Dez/2012

Por meio do Projeto Vira Vida, está sendo realizado o acompanhamento psicossocial e direcionamento ao mercado de trabalho dos jovens de 16 a 21 anos em situação de vulnerabilidade social, nos municípios de Porto Alegre, Rio Grande e Uruguaiana. Um curso, realizado em Porto Alegre, iniciou com 86 jovens, em julho de 2012, que recebiam uma bolsa de R\$ 500,00/mês do Conselho Nacional do Sesi.

O Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) realiza suas atividades por meio dos recursos repassados pela União, através do Ministério da Educação (MEC) para o Sistema "S". Até outubro de 2012, foram ofertadas 57.553 vagas nos cursos do PRONATEC/FIC, para uma previsão inicial de 36.125 matrículas. Estão em andamento 133 cursos distribuídos em 113 municípios do Estado. Do total de matrículas realizadas, 1.300 famílias serão beneficiadas com o RS Mais Renda.

Em 2012, 175 municípios do RS assinaram o Termo de Adesão ao Programa RS Mais Igual. Foram, ainda, realizados Planos Municipais de Erradicação da Pobreza Extrema, os quais visam integrar as ações organizadas e em desenvolvimento pelas três esferas de governo, relacionadas ao combate à pobreza, em um plano elaborado a partir do levantamento da realidade local municipal. Em 2012, foram realizados os seguintes Planos Municipais de Erradicação da Pobreza Extrema: Novo Hamburgo Mais Igual; São Leopoldo Sem Miséria; Taquara Mais Igual; Sagrada Família Mais Igual; São Pedro das Missões Mais Igual; Lajeado do Bugre Mais Igual; Dilermando de Aguiar Mais Igual; Cacequi Mais Feliz; Bento Mais Feliz é Bento Sem Miséria.

A Casa Civil, por meio da Subchefia Administrativa, desenvolve as atividades de apoio administrativo, orientando, dirigindo e executando atividades de pessoal, finanças, protocolo, material e patrimônio, compras e serviços gerais para alguns dos órgãos que compõem a Governadoria do Estado. São eles: o Gabinete do Governador; o Gabinete do Vice-Governador; a Casa Civil; a Secretaria-Geral de Governo; a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento; a Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital; e o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas.

Em 2012, buscando maior fluidez e transparência nos atos de nomeação e exoneração, a Subchefia Administrativa treinou as equipes para utilização do meio eletrônico existente e está processando uma solicitação, junto à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH) e à Companhia e Processamento de Dados do RS (PROCERGS), para o desenvolvimento de um novo sistema, que inclua características de maior eficiência. Além disso, implantou: o Sistema de Gestão Eletrônica de Processos e Conteúdos (GEPCON), informatizando o recebimento e expedição de correspondências e documentos; e o Sistema de Administração de Materiais (SAM), da Secretaria da Fazenda, que é integrado ao Sistema de Finança Públicas do Estado do RS (FPE), possibilitando maior controle do estoque e gerando relatórios *on line*.

Com relação à ação da Casa Civil que visa ao aprimoramento dos processos jurídicos e administrativos, em 2012, foi realizada revisão e revogação expressa de atos e decretos desatualizados e a implantação do sistema de assinatura digital, mediante certificação digital, de atos do Secretário-Chefe da Casa Civil, do Governador do Estado e da Subchefia Jurídica e Legislativa. Foram realizadas 3.587 publicações, incluindo leis, decretos, ordens de serviço e atos do governo. Com vistas à atualização do acervo de Doutrina, foram digitalizados e compilados os Atos, Decretos e Ordens de Serviço do Governo do Estado. E, os equipamentos e programas necessários à implantação do sistema de gestão e de controle de documentos foram parcialmente adquiridos.

Tendo por objetivo o desenvolvimento e implantação de Sistema de Gestão e de Controle de Documentos, foram discutidas as alternativas com a PROCERGS, CAGE e Assembleia Legislativa. E, quanto à disponibilização de interface de pesquisa na Intranet, foi desenvolvida uma página para a viabilização de consultas por meio de *blog*, no *site* da Casa Civil.

A fim de estruturar as ações relacionadas à Ética e Transparência no Setor Público, em 2012, foram realizadas capacitações em democracia e cidadania para 600 agentes sociais, adquiridos equipamentos de informática, e efetuado contrato com a Universidade La Salle para a realização de campanhas educativas de incentivo à ética pública em escolas estaduais. Da mesma forma, 129 servidores públicos participaram do Programa Gestão de Demandas do Governo (GDG).

Além da organização da Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL), em março de 2012, foram realizados:

- dois seminários para a divulgação e comunicação da Lei de Acesso à Informação
- um seminário sobre sindicância patrimonial
- 57 conferências (municipais e regionais) para sensibilização sobre a Ética e Transparência no Setor Público

Entre as ações previstas pelo Programa RS Mais Igual para ocorrerem em 2013, estão: o ato de lançamento do RS Mais Renda/Pacto Brasil Carinhoso; a realização de um Seminário Internacional sobre Erradicação da Pobreza Extrema; e, a organização de oficinas de capacitação em projetos para agentes multiplicadores do RS Mais Igual.

As ações a serem realizadas em 2013, pela Casa Civil, através do Programa Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital estão apresentadas no quadro a seguir:

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
CC	Fortalecimento institucional da governadoria e gabinete digital	Incentivo à ética pública, à transparência e ao combate à corrupção
CC	Fortalecimento institucional da governadoria e gabinete digital	Aprimoramento dos processos jurídicos e administrativos na casa civil
CC	Fortalecimento institucional da governadoria e gabinete digital	Restauração integral e readequação de instalações das edificações da governadoria
CC	Fortalecimento institucional da governadoria e gabinete digital	Observatório social
CC	Fortalecimento institucional da governadoria e gabinete digital	Coordenação do programa RS mais igual

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
CC	Fortalecimento institucional da governadoria e gabinete digital	Apoio às famílias em situação de extrema pobreza
CC	Fortalecimento institucional da governadoria e gabinete digital	Melhoria da segurança governamental e instalações

## Casa Militar

A **Casa Militar (CM)** tem como competências a execução e administração dos recursos necessários às atividades de segurança militar e pessoal do Governador do Estado e de seus familiares; o assessoramento em atividades de natureza militar; a recepção e segurança de autoridades em visita oficial ao Estado do Rio Grande do Sul; e, a coordenação, o planejamento e a execução das ações de Defesa Civil.

A Subchefia de Operações é responsável pela segurança do Palácio Piratini e residência do Governador, mantendo recursos humanos e videomonitoramento 24 horas por dia, além da segurança permanente do Palácio das Hortênsias, em Canela. Por ocasião de visitas oficiais de autoridades no Estado, organiza, acompanha com Assistência Militar e assume a segurança. Em 2012, a Casa Militar recebeu 55 autoridades nacionais e estrangeiras.

No que diz respeito às responsabilidades da Casa Militar, foram realizados, pela Subchefia de Operações, sete cursos na área de segurança de autoridades e de instalações vitais. Foram capacitados 105 servidores que compõem o efetivo do Palácio Piratini, promovendo melhorias na segurança governamental, precursoria e acompanhamento ao Governador, Vice-Governador e Primeira Dama, em eventos oficiais na Capital e Interior.

Sobre os trabalhos desenvolvidos pela Subchefia de Defesa Civil, durante o ano de 2012 foram realizados 28 cursos nessa área, sendo: três cursos para gestores municipais de Defesa Civil, nos quais foram capacitados 148 gestores; e, 25 cursos específicos para os voluntários.

O Projeto Defesa Civil na Comunidade, desenvolvido no Município de Porto Alegre, junto aos Territórios da Paz, capacitou 1.300 voluntários. Durante o Programa Verão numa Boa 2012-2013, o Projeto está sendo desenvolvido nas praias do Litoral Norte, com 59 voluntários capacitados.

Na ação de implementação do Sistema de Prevenção e Atendimento em Acidentes Envolvendo Cargas com Produtos Perigosos, ocorreram dez Operações de Fiscalização e Prevenção a Desastres com Produtos Perigosos, nos Municípios de Casca, Montenegro, Rio Grande, Lajeado, Vacaria, Erechim, Novo Cabrais, Bento Gonçalves, São Borja e Osório.

No atendimento a comunidades em situação de emergência, o Governo do Rio Grande do Sul, através da Defesa Civil, disponibilizou, para os municípios atingidos, os seguintes materiais: 264.721 telhas de fibrocimento; 28.680 cestas-básicas; 8.403 reservatórios de água de 500 litros; 5.144 filtros de água; 35 rolos de lonas plásticas; 1.800 toalhas; 1.800 lençóis; 880 travesseiros; 770 cobertores; e 2.200 fronhas.

Em decorrência da forte estiagem que atingiu o Estado, a Defesa Civil transferiu aproximadamente R\$ 15 milhões para 308 municípios realizarem ações de socorro e ajuda humanitária às comunidades atingidas. Também realizou uma operação com a locação de 15

caminhões para a distribuição de água para as comunidades rurais, para a qual mobilizou contingente da Casa Militar e do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar.

Desde 2011, a Defesa Civil conta com uma Central de Doações, de caráter permanente, em Porto Alegre, cuja atuação principal é na “Campanha do Agasalho”, embora a arrecadação e a distribuição de donativos ocorram durante todo o ano. No ano de 2012, o saldo de atendimento foi o seguinte: alimentos arrecadados: 10.883 kg; donativos arrecadados: 1.210.143 unidades; municípios atendidos: 162; entidades assistenciais: 136; aldeias indígenas: 21.

Quanto à qualificação das ações de Defesa Civil, foram realizadas as atividades descritas a seguir:

- Pesquisa sobre a quantificação da incidência de situações de emergência nos municípios do Rio Grande do Sul, no período de 1982 a 2011 – realizada em parceria com o Grupo de Gestão de Risco de Desastres do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (GRID-CEPED/RS), da UFRGS.
- Pesquisa analítica sobre a estruturação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECS) no Rio Grande do Sul – diagnóstico realizado pela própria Defesa Civil.
- Implantação da Análise Preliminar de Risco, em que, de forma progressiva, as Regionais de Defesa Civil (REDECS), em parceria com as COMDECS, identificam os desastres mais recorrentes nos municípios e elaboram Planos de Contingência, com o envolvimento de todos os órgãos municipais necessários a uma resposta mais adequada ao desastre.
- Implantação da plataforma “Terra MA2”, no Centro de Operações da Defesa Civil (CODEC), em Porto Alegre, para a previsão meteorológica no Estado – em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)/Santa Maria).
- Realização de dez Exercícios Simulados de Desastres, com ações de Socorro, Ajuda Humanitária e Resposta da Defesa Civil, nos municípios de São Gabriel, Maximiliano de Almeida, Rio Grande, Alegrete, Espumoso, Estrela, Canoas, Santo Antônio da Patrulha, Caxias do Sul e Ibirapuitã.
- Qualificação de 15 servidores da Defesa Civil Estadual, em cursos relacionados com a atividade, em instituições externas.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
CM	Defesa civil	Promoção da estruturação das COMDECS
CM	Defesa civil	Aparelhamento da defesa civil do estado
CM	Defesa civil	Atendimento a comunidades em caso de calamidade pública ou situação de emergência
CM	Defesa civil	Implementação do sistema de prevenção e atendimento em acidentes envolvendo cargas com produtos perigosos
CM	Defesa civil	Qualificação das ações de Defesa Civil
CM	Defesa civil	Implementação do sistema de monitoramento e alertas meteorológicos para a prevenção de desastres naturais
CM	Defesa civil	Promoção de campanhas de ajuda humanitária
CM	Defesa civil	Capacitação de gestores estaduais e municipais de defesa civil e corpo de voluntários

## Comunicação e Inclusão Digital

A **Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital (SECOM)** tem como competências formular, coordenar e executar a política de comunicação do Poder Executivo, bem como as suas diretrizes de comunicação, tanto da Administração Direta quanto da Administração Indireta; coordenar o sistema de comunicação do Governo; unificar a linguagem dos órgãos e das ações governamentais; produzir e distribuir informações de interesse público referentes a atos e ações governamentais; formular, executar e acompanhar o Plano Anual de Publicidade e Propaganda Governamental; coordenar os eventos e atividades institucionais dos vários órgãos da Administração Estadual; coordenar e supervisionar as atividades de protocolo, cerimonial e relações públicas do Gabinete do Governador e dos outros órgãos da Administração Estadual; coordenar a elaboração, produção e distribuição de informações de interesse público, através das redes sociais e dos canais digitais de comunicação; planejar e assessorar a comunicação das ações estratégicas de governo; formular e desenvolver políticas públicas de comunicação com o objetivo de incentivar a produção e a difusão de uma comunicação democrática e cidadã; formular e propor diretrizes, objetivos e metas, bem como elaborar políticas públicas e ações no âmbito da inclusão digital, com vistas a implementar as políticas de conexão à internet de banda larga.

No Programa Plano Gaúcho de Inclusão Digital, a SECOM tem prestado apoio técnico ao Programa Gaúcho de Banda Larga. Em conjunto com outros órgãos do Governo, foi elaborado o Projeto INFOVIA RS, coordenado pela SECOM e pela Secretaria-Geral de Governo (SGG), tendo como empresa executora a Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS (PROCERGS), e desenvolvido em parceria com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS) e o Banco do Estado do RS (BANRISUL).

Nas ações de Inclusão Digital, houve a implantação do primeiro Centro Gaúcho de Recuperação de Computadores, em parceria com a Prefeitura de Viamão e os Maristas, e com o patrocínio do BANRISUL, sendo a gestão de responsabilidade da SECOM. A previsão é de qualificar 700 jovens das comunidades carentes do Município em manutenção de computadores e desenvolvimento de *softwares* para dispositivos móveis, como celulares e *tablets*. Cabe destacar, ainda, a implantação de 20 telecentros, em parceria com a PROCERGS, em cinco Regiões Funcionais do Estado.

A SECOM, na área de Comunicação Digital, em conjunto com a PROCERGS, vem modernizando e integrando os *sites* e o portal do Governo. Também foram criados os perfis do Governo e produzido conteúdo para divulgação nas redes sociais, tais como *Facebook* e *Twitter*, sendo que a presença do Governo é monitorada diariamente nas redes sociais.

Na área de Comunicação, a Secretaria vem desenvolvendo as seguintes ações: elaboração da Revista de Prestação de Contas de 2012, destacando todas as obras e realizações do Governo nas nove Regiões Funcionais; aprovação e acompanhamento de campanhas e ações de Publicidade dos órgãos da Administração Direta e Indireta; elaboração da agenda diária do Governador; elaboração, produção e distribuição de matérias referentes às ações do Gabinete do Governador e de outras Secretarias; produção diária das ações do Governo, divulgadas pela TV Piratini, e também de conteúdos para rádio e televisão distribuídos a outros veículos de

comunicação; e instalação do Memorial da Legalidade, no subsolo do Palácio Piratini, aberto à visitação pública.

A SECOM tem como vinculada a **Fundação Cultural Piratini**, que é a gestora das emissoras públicas de televisão e rádio do Estado do Rio Grande do Sul – **TVE e FM Cultura**. Com a missão de promover uma comunicação democrática e propiciar o acesso à informação, educação e cultura, estimulando a reflexão crítica da realidade, sua programação tem o compromisso de incentivar a participação social, refletindo sua diversidade, expressões e anseios. Tem como maior objetivo oferecer à população gaúcha uma comunicação cidadã e de qualidade, mediante a produção de conteúdo adequado ao interesse do público.

Em 2012, a Fundação Cultural Piratini começou a consolidar o processo de reestruturação de suas emissoras públicas. Novos programas, apresentadores, cenários, vinhetas, equipamentos e novos formatos para programas já consagrados estão reposicionando a TVE e a FM Cultura entre as principais emissoras públicas do País. A contratação de 59 novos funcionários em regime emergencial permitiu à Fundação qualificar os programas culturais e jornalísticos que já estavam na grade, retomar projetos e lançar novos programas.

A música popular brasileira voltou a ser destaque na programação da FM Cultura, com o retorno dos programas Manhã Popular Brasileira e Tarde Popular Brasileira ao vivo. O jornalismo foi retomado com produções próprias de reportagens para os programas Cultura Documenta, Cultura na Mesa e Estação Cultura. Além disso, a rádio passou a ter a síntese noticiosa FM Cultura Informa, de hora em hora.

O programa Cidadania, da TVE, passou a ser transmitido ao vivo, com três edições semanais. Interagindo mais com os telespectadores nas redes sociais e com quadros temáticos sobre acessibilidade, direitos do consumidor e serviços, o programa segue promovendo o debate amplo, aberto e democrático sobre temas de interesse da sociedade. O Jornal da TVE foi reformulado e agora conta com duas edições diárias. O TVE Repórter, um dos principais programas de jornalismo da casa, voltou a integrar a programação em outubro.

Em relação às eleições, a TVE e a FM Cultura produziram e apresentaram, ao vivo, 11 programas de debates políticos pré-eleitorais com candidatos de municípios da Região Metropolitana e de Porto Alegre. No dia 7 de outubro, as emissoras contaram com uma programação de 12 horas ao vivo, com mais de 180 funcionários envolvidos, apresentando uma cobertura completa, imparcial e plural das eleições municipais de todo o Estado.

Os programas Radar, Hip Hop Cultura de Rua, Estação Cultura, Viva Bem, Primeira Pessoa, Memória TVE, Frente a Frente, Cidadania, Jornal da TVE 1ª e 2ª Edição foram reformulados e ganharam novos cenários. O programa Galpão Nativo ganhou uma nova apresentadora e um galpão cenográfico. Duas novas faixas integram a programação: documentários e musical.

Em 2012, a TVE e FM Cultura fizeram novamente coberturas completas e diferenciadas dos principais eventos do Estado e do País, como o Fórum Social Temático 2012 (em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação); o Carnaval 2012; o Festival de Cinema de Gramado; a EXPOINTER; a Semana Farroupilha; e, a Feira do Livro. A equipe de jornalismo das emissoras cobriu diariamente a Rio+20, destacando a participação gaúcha no evento. A TVE e a FM Cultura

apoiaram, por meio da divulgação gratuita de vídeos e *spots*, mais de 180 espetáculos, eventos, festivais e campanhas de utilidade pública de todo o Estado.

O programa Viva Bem passou a contar com uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em parceria com a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiências e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS). Esta é a primeira vez que a emissora produz e veicula programa com recurso de acessibilidade. Outros três programas veiculados pela TVE possuem o recurso: Jornal Visual, da TV Brasil; e Espaço Público e Faça a Diferença da TV Assembleia do RS. O quadro sobre acessibilidade do programa Cidadania é apresentado por uma jornalista com baixa visão.

Em 2012, a TVE passou a ser mais presente nas casas dos gaúchos, com 35 retransmissoras, atingindo mais de 75% da população. O processo de implantação do canal digital e a reformulação do parque técnico da emissora estão sendo concluídos. Além disso, com a instalação de novos transmissores, o alcance de transmissão da Rádio FM Cultura está sendo ampliado.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Comunicação Digital
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Telecentros RS
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Centros Gaúchos de Recuperação de Computadores
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Internet nas Escolas
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Prêmio Inclusão Digital
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Apoio ao Programa Gaúcho de Banda Larga
SECOM	Programa de Comunicação Social	Gestão da Publicidade Institucional do Estado
SECOM	Programa de Comunicação Social	Coordenação das Políticas Públicas de Democratização das Comunicações
SECOM	Programa de Comunicação Social	Parceria para Fomento da Comunicação
TVE	Reestruturação Tecnológica e Inserção em Novas Mídias Digitais	Ampliação da Cobertura da TVE e Rádio FM Cultura
TVE	Reestruturação Tecnológica e Inserção em Novas Mídias Digitais	Estabelecimento de Parcerias
TVE	Reestruturação Tecnológica e Inserção em Novas Mídias Digitais	Reestruturação do Parque Técnico da TVE e Rádio FM Cultura
TVE	Reestruturação Tecnológica e Inserção em Novas Mídias Digitais	Reestruturação da Programação da TVE e Rádio FM Cultura

### Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

A **Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SECDES)** é o órgão de assessoramento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) e tem a competência de promover espaços de diálogo entre o governo, conselho e sociedade, fomentando a cultura da concertação para construir um modelo de inclusão e desenvolvimento sustentável no Rio Grande do Sul.

Por meio do Programa de Concertação Econômica e Social, a SECDES busca promover o desenvolvimento regional, fortalecer a infraestrutura econômica, energética e logística, com



sustentabilidade ambiental, entre outros objetivos estratégicos do Governo, o que se dá através de amplo diálogo social, negociação e formulação de políticas em busca de consensos mínimos para o desenvolvimento econômico e social do Estado, com sustentabilidade social. A fim de alcançar tais objetivos, em 2012 foram realizadas as reuniões do pleno do CDES-RS em ambiente caracterizado por intenso debate entre os diversos segmentos da sociedade. O CDES-RS é formado por 90 integrantes da sociedade civil e 12 Secretários de Estado e integra o Sistema Estadual de Participação Cidadã. A gestão dos conselheiros tem duração de dois anos; portanto, em dezembro de 2012, a primeira gestão foi encerrada. A partir de 2013 passarão a atuar os novos conselheiros, designados pelo Governador e pelo Presidente do Conselho.

Entre os números destacados no balanço da gestão 2011/2012 constam: dez reuniões do Pleno do Conselho; 17 Câmaras Temáticas; 19 Relatórios de Concertação; 17 Recomendações; 17 Diálogos Temáticos; 12 Diálogos Regionais e a Primeira Carta de Concertação com as diretrizes para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável. A síntese dos temas debatidos nas reuniões do Pleno do CDES-RS e nos Diálogos CDES-RS, em 2012, bem como a síntese das propostas das Câmaras Temáticas estão descritas a seguir:

#### *Reuniões do Pleno do CDES*

- Reunião de 13 de março de 2012 - Reestruturação das dívidas dos Estados com a União

A Reestruturação das dívidas dos Estados com a União foi pauta da reunião que contou com a participação dos ex-governadores do RS, além do Governador, membros do Conselho e Secretários de Estado. Atualmente, a dívida do Rio Grande do Sul totaliza R\$ 43,2 bilhões e compromete 13% da receita. Em 1997, quando foi firmado o acordo entre a União e os Estados, esse valor era de R\$ 11 bilhões, o que resulta em um incremento de R\$ 29,6 bilhões. Pelo contrato, a dívida deve ser paga até 2028, com mais dez anos para pagamento dos valores restantes. Pelas regras atuais, o valor chegaria a R\$ 60 bilhões em 2028. Faz-se urgente e importante rever as bases do acordo firmado em 1997 em padrões considerados, atualmente, injustos e insustentáveis. O Pacto Federativo levou o RS a uma situação dramática, uma vez que o Estado, atualmente, deve mais do que há 12 anos. A questão não se reduz somente ao pagamento da dívida, mas principalmente a que custo social esse pagamento é feito.

De acordo com o Secretário da Fazenda, a dívida pública do RS faz parte de um cenário do federalismo fiscal, que inclui o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o ICMS. Segundo ele, 85% dos recursos do FPE são direcionados para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, enquanto apenas 15% são destinados ao Sul e Sudeste. Salientou que estados como Ceará e Bahia não precisam mais ter um retorno do FPE como recebem hoje. Sobre a participação do Rio Grande do Sul na arrecadação do ICMS no PIB dos Estados, destacou que o Estado ocupa a 18ª posição, sendo que a arrecadação de ICMS representa 7,0% do PIB no RS. A apresentação do Secretário está disponível na biblioteca do site [www.cdes.rs.gov.br](http://www.cdes.rs.gov.br)

O CDES concluiu que seria importante oferecer ao Governo Federal uma proposta viável e exequível em direção a um pacto federativo democrático, pois os juros e os serviços que norteiam o pagamento do Estado frente à União não têm mais fundamento na nova realidade econômica e financeira do País. A União deveria demonstrar seu apreço a um pacto federativo democrático e propor alternativas conjuntas, para que a dívida seja reestruturada e o percentual incidente sobre a Receita Líquida dos estados seja significativamente rebaixado. Assim, seria

possível ampliar os investimentos em saúde, segurança, educação e infraestrutura, fazendo do Estado um indutor do desenvolvimento.

Entre as propostas apresentadas, houve consenso quanto ao RS propor e liderar um movimento nacional para reestruturar as dívidas dos estados com a União. O Governador levaria a proposta gaúcha para o encontro com governadores de vários estados brasileiros. Os ex-governadores presentes sugeriram: a mudança de indexador e redução da taxa de juros; a redução do percentual de comprometimento de 13% para 9%, com carência de cinco anos e mais dez anos de prazo; e mudança do indexador de IGP-DI para IPCA e a redução de 6% para 2% a taxa de juros.

- Reunião de 17 de maio de 2012 – Combate à miséria e garantia de direitos homoafetivos

Com a pauta Combate à miséria e garantia de direitos homoafetivos, foi realizada reunião do pleno do CDES/RS, da qual participaram representantes dos movimentos sociais, além dos membros do Conselho, com o objetivo de apresentar as estratégias do Governo para alcançar esse objetivo.

Segundo o Censo do IBGE, cerca de 306 mil pessoas estavam em situação de pobreza extrema no Rio Grande do Sul, em 2010. Os eixos da estratégia governamental, cujo objetivo é retirar da linha da miséria essa população, foram apresentados ao pleno do CDES, e consistem em: transferência de renda, acesso aos serviços públicos e geração de oportunidades. Após a discussão das estratégias do Governo para erradicar a miséria no Estado, verificou-se que o foco dos programas deve ser direcionado às comunidades indígenas e de remanescentes de quilombos, além de pequenos agricultores, moradores de rua, mulheres chefes de família, catadores, entre outros.

Quanto aos direitos homoafetivos, foram apresentadas aos conselheiros, pelo Governador, duas políticas públicas voltadas diretamente aos direitos de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transexuais (LGBT): a Carteira de Nome Social e o programa Diversidade na Escola. Tais políticas são articuladas de modo transversal por diversas Secretarias e atendem a antigas demandas de movimentos sociais, engajados pelos direitos LGBT. Os temas já haviam sido debatidos no âmbito do pleno do CDES, em 2011.

A primeira política autoriza a expedição da carteira de identidade com os nomes que os travestis e transexuais escolhem para si, enquanto a segunda diz respeito à conscientização, no âmbito escolar, para o combate à homofobia e à violência sexual entre crianças e adolescentes, além de capacitar servidores para o combate à discriminação e ao *bullying* homoafetivo, entre outras providências

- Reunião de 10 de julho de 2012 – O papel do Estado como indutor do desenvolvimento

Com a pauta: “O papel do Estado como indutor do desenvolvimento”, o Pleno do CDES debateu a estratégia gaúcha para proteger o Estado contra os efeitos da crise econômica internacional e as ações do Governo para apoiar o crescimento com inclusão social e sustentabilidade ambiental, buscando equacionar as solicitações de redução de impostos em contraposição às solicitações de mais investimentos públicos. A reunião contou com a participação do Governador e dos membros do CDES, além de dirigentes de entidades

empresariais, sindicais, e de universidades, os quais apresentaram suas perspectivas sobre a crise e destacaram as dificuldades em cada setor.

Medidas voltadas à infraestrutura energética, movimento para a reestruturação da dívida do Estado com a União, criação do novo Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM/RS), elaboração participativa do Plano Safra, investimentos em saneamento básico, recuperação da CORSAN e Plano de Irrigação Mais Água, Mais Renda foram mencionadas pelo Governador como elementos mitigadores dos efeitos da crise. E, entre as medidas já efetuadas pelo Governo, está a redução de impostos para micro e pequenas empresas e a horizontalização do FUNDOPEM em todo o território.

Os representantes das entidades presentes apresentaram suas perspectivas sobre a crise e destacaram as dificuldades em cada setor. Entre as manifestações colaborativas dos participantes, destacam-se as do presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) abordando as medidas para equilibrar o descompasso concorrencial entre os estados brasileiros, para combater o processo nacional de desindustrialização e para a inclusão de mais investimentos em infraestrutura. Ao mesmo tempo, o dirigente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) reconheceu o trabalho desempenhado pela Sala do Investidor, vinculada à Secretaria de Investimento e Promoção do Investimento (SDPI), para a recuperação de diversas empresas gaúchas, solicitando que a mesma fosse itinerante.

As propostas dos conselheiros do CDES e demais participantes diante da crise internacional relacionaram-se: à consolidação de um mercado interno robusto e perene; à valorização do piso regional como fator essencial de distribuição de renda e valorização do trabalhador, ampliando seu poder de consumo; a um tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas no que diz respeito à substituição tributária; a medidas imediatas e de longo prazo para prevenir os efeitos da estiagem, tais como projetos de irrigação; a políticas públicas para prevenir o endividamento pelos agricultores e a concorrência dos produtos agrícolas de outros países do MERCOSUL; a uma maior participação dos trabalhadores nos processos de criação de políticas públicas; a políticas de apoio à agricultura familiar; à *proteção e ao fomento à suinocultura*; a políticas voltadas à inovação e ao desenvolvimento tecnológico; à criação do Programa Universidade para Todos no Estado (PROUNI-RS); à recuperação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e à descentralização dos polos da Região Metropolitana e da Serra para promoção do desenvolvimento descentralizado; ao investimento no planejamento estratégico de longo prazo do RS, alinhado ao programa Plano Brasil Maior para o crescimento econômico do Estado; à qualificação de mão de obra, à desoneração tributária, a medidas contra o processo de desindustrialização, à agilidade nos licenciamentos ambientais e incentivos para a permanência de empresas em solo gaúcho e a investimentos em infraestrutura e logística; e a contribuições relacionadas ao monitoramento do programa Pacto Gaúcho pela Educação.

- Reunião de 12 de setembro de 2012 – Política Estadual para Educação

Tendo por pauta a Política Estadual para Educação, foi realizada reunião do Pleno do CDES, com o objetivo de debater a política para o setor, avaliar a qualidade do ensino e a base de cálculo para o reajuste do piso dos professores, além de propor recomendações para melhoramentos na Educação.

Quanto à ação impetrada pelos governadores no Supremo Tribunal Federal, o Governador explicou que não questiona o pagamento do piso, mas apenas o índice de reajuste. Reafirmou o compromisso de pagar o piso nacional dos professores corrigido pela inflação, até 2014, alertando que será impossível para todos os estados brasileiros fazer a correção a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O Secretário Estadual de Educação expôs detalhes sobre a política de educação no RS, apresentando o quadro da área, os investimentos, os programas, a estrutura da rede de ensino e as dificuldades e perspectivas. Destacou que, até 2014, os professores da rede estadual terão reajuste de 76%, sendo 40% desse índice reposição e o restante aumento real. Informou que, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o RS continua em destaque nacional em áreas como português e matemática. Quanto aos investimentos na Educação, o RS ocupava o 26º lugar em 2005 com 20,14%, chegando a 28,26% em 2011, melhorando sua posição para 8º lugar. A rede estadual de ensino público, segundo o Censo Escolar de 2011, é composta por 2.572 escolas, que possuem mais de 1,1 milhão de alunos. Ao todo, são cerca de 78 mil professores ativos e outros 78 mil inativos.

Entre outros, foram temas tratados a partir dos questionamentos realizados pelos conselheiros: a reestruturação do Ensino Médio, o acesso e permanência na rede de ensino, a avaliação do ensino e o sucesso escolar, a educação infantil e fundamental, a educação rural e o plano de carreira. O titular da Pasta abordou temas como: a recuperação física da rede e a modernização tecnológica, a reestruturação curricular e a formação continuada e a qualificação e democratização da gestão e a valorização profissional, informando que estes são os quatro eixos da estratégia governamental para a Educação Pública no Rio Grande do Sul.

O Secretário da Educação informou que um Plano de Necessidades de Obras (PNO) está em fase de licitação, prevendo investimento de mais de R\$ 110 milhões na reforma de 1.028 escolas. Nos primeiros 18 meses do Governo, foram realizadas 872 obras. Em termos de modernização tecnológica, o Secretário anunciou a entrega de computadores a 100 mil alunos e dez mil professores até 2014, além de 22 mil *tablets* aos educadores de Ensino Médio. As alterações no Ensino Médio, promovidas para alterar o quadro de baixas taxas de rendimento e altos índices de evasão e reprovação na rede estadual de ensino, são objetivos da reforma curricular que está em execução. A reforma busca aproximar a realidade vivida pelo jovem dos conteúdos de sala de aula, integrando a formação educacional à preparação para o mercado de trabalho. A articulação entre as disciplinas e o rompimento com a simplificação curricular são características do novo modelo, cuja aplicação está sendo monitorada pelo CDES. A reforma curricular deverá ser concluída até 2014, somando mais de R\$ 4 milhões investidos na capacitação de professores. Além disso, a integração entre ensino, esporte, cultura e educação especial no meio rural também são aspectos trabalhados pela Pasta.

A qualidade da Educação é tema constante de uma Câmara Temática em andamento no CDES-RS. Entre as atuais atribuições desse colegiado está o acompanhamento das mudanças no Ensino Médio e no sistema de avaliação dos professores. O Pacto Gaúcho pela Educação foi fruto do trabalho da Câmara Temática com o mesmo nome, o que possibilitou a formação de uma rede de instituições para oferecer 63 mil vagas gratuitas para capacitação profissional.

No final da reunião do Pleno, foi entregue um documento contendo sugestões elaboradas pelo colegiado para a qualificação da política estadual para a Educação. O relatório recomenda que o Governo do Estado envide todos os esforços junto ao Governo Federal para que o mesmo aporte recursos suplementares para o pagamento do piso salarial dos professores e repactue os contratos da dívida dos estados, retirando do cálculo os valores constitucionais destinados à saúde e educação. Também foi entregue ao Governador documento assinado por 68 entidades que aderiram ao movimento liderado pelo Governo Gaúcho pela renegociação da dívida do Estado com a União. As entidades defendem a urgente revisão dos termos do contrato realizado há 14 anos. “O crescimento e dinamismo econômico e social do RS está sendo inviabilizado”, destaca o documento, uma vez que a dívida consome cerca de 13% da Receita Líquida Real, diminuindo a capacidade de investimento do Estado em áreas estratégicas

- Reunião de 27 de novembro de 2012 – Balanço das atividades e os principais resultados do trabalho

Tendo por pauta o Balanço das atividades e os principais resultados do trabalho desenvolvido em dois anos, foi realizada a última reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de 2012, décimo encontro da gestão 2011/2012. Essa reunião marcou o fim do mandato dos atuais 90 conselheiros. No período, o CDES formulou 130 propostas que foram acolhidas e transformadas em políticas públicas pelo Governo do Estado. Entre elas estão o Pacto Gaúcho pela Educação, que ofertou 60 mil vagas para educação técnica e originou o PROUNI/RS, e o programa Mais Água, Mais Renda, que subsidia projetos de irrigação. Foram propostas destacadas: o novo modelo de pedágios; a formulação de uma política de TI e a constituição do Conselho Deliberativo Metropolitano, entre outros.

O Governador do Estado e o Presidente do CDES-RS destacaram que “ao contrário da conciliação, na concertação não existem renúncias de convicções ou posições pessoais e ideológicas, mas sim a busca de pontos comuns que podem beneficiar ambas as partes”, sendo que o Conselho trabalhou bem a “doutrina da concertação” para o desenvolvimento do Estado. O Governador destacou, ainda, que os temas da Segurança Pública e da política estadual constituem desafios e serão temas a serem discutidos pelo CDES/RS.

#### *Câmaras Temáticas*

Em 2012, funcionaram 11 Câmaras Temáticas (CT) no CDES, as quais realizaram ao todo 70 reuniões. Cada uma delas apresentou um relatório de Concertação, que foi entregue ao Governador do Estado em dezembro de 2012. Abaixo, é apresentada a síntese dos principais apontamentos e propostas de cada CT:

- CT Cultura e Comunicação
  - Apresentação de diretrizes e proposta de Projeto de Lei que cria o Conselho Estadual de Comunicação Social no RS;
  - Recomendação para ampliação de recursos para investimentos e custeio da Fundação Cultural Piratini, garantindo a migração para o sistema digital;
  - Contribuições ao Plano Estadual de Cultura.

- CT Saúde

- Cumprimento do percentual constitucional (12%) para a Saúde;
- Diagnóstico da realidade da Saúde Pública no RS;
- Plano Estadual de Saúde;
- Maior protagonismo do Estado na gestão e regulação do sistema;
- Qualidade assistencial;
  - Pacto Gaúcho pela Saúde: para garantir uma política de saúde “de Estado”, envolver diferentes atores e consolidar a produção do Plano Estadual de Saúde.

- CT COPA 2014

- Continuidade dos debates da CT da Copa 2014;
- Realização de Diálogo CDES sobre o tema com a participação da sociedade;
  - Definição de uma estratégia própria para a Copa 2014 no Rio Grande do Sul, visando ao debate e ao acompanhamento do seu legado para desenvolvimento econômico e social.

- CT Modernização do Estado

- Qualificação da gestão, das relações e dos processos internos da administração: valorização dos servidores; reorganização dos quadros de pessoal em planos de carreira; implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a qualificação da gestão;
  - Qualificação do Gasto Público: reestruturação da Dívida; simplificação tributária e combate à guerra fiscal; política de incentivos com retornos sociais.

- CT Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

- Ampliação progressiva dos recursos destinados à FAPERGS com o objetivo de atingir o percentual de 1,5%;
- Valorização dos Parques, Polos e Incubadoras Tecnológicas e, Incentivo à Indústria Criativa;
- Popularização da Ciência;
- Criação de um Observatório de Ciência Tecnologia e Inovação;
- Articulação e alinhamento com as políticas federais.

- CT Proteção Social

- Políticas de enfrentamento ao sexismo, ao racismo e à homofobia nas escolas;
- Potencialização do programa “RS Sem Homofobia”;
- Criação da Carteira de Nome Social;
  - Criação da “Rede de Proteção às Mulheres”, envolvendo as prefeituras, e consolidação da “Rede do Território Lilás”, aproveitando as estruturas do Estado;

- Implantação de sistema de comunicação *on line* entre as polícias e o Judiciário para agilizar a execução das medidas protetivas;
- Política de segurança pública cidadã, humanizada, que respeite os direitos humanos;
- Criação de departamento especializado, na Polícia Civil, para atender os grupos vulnerabilizados;
- Plano de enfrentamento à violência policial, com atenção especial para a juventude negra;
- Elaboração e implantação do Plano Estadual de Igualdade Racial, e criação da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial, como espaço de gestão centralizado;
- Em parceria com a União, reconhecimento, demarcação e titulação das terras das comunidades quilombolas;
- Criação e instalação do Conselho dos Povos de Terreiro.
  - CT Indústria Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor Energético
    - Consolidação do Polo Naval do Jacuí: formação profissional, geração de empregos, incentivo à produção, divulgação de informações socioambientais geradas nos licenciamentos dos empreendimentos do Polo Naval do Jacuí;
    - Parque Tecnológico de Rio Grande: fortalecimento de Parques Tecnológicos na Região Sul: Parque Científico e Tecnológico do Mar (OCEANTEC)/Universidade Federal do Rio Grande (FURG);
    - Licenciamento permanente para a Secretaria de Portos e Hidrovias (SPH) pensando a hidrovia como um todo em termos ambientais.
  - CT Previdência
    - Destinar recursos da venda de bens patrimoniais para a Constituição de um Fundo Previdenciário;
    - Destinar o Imposto de Renda na Fonte, descontado dos servidores (receita estadual), como fonte para o pagamento dos benefícios previdenciários;
    - Destinar o saldo da Receita Líquida da Cobrança da Dívida Ativa do Tesouro Estadual como fonte de receita para o Fundo de Pagamentos dos Benefícios Previdenciários;
    - Dar melhor e maior efetividade ao mecanismo de Compensação Previdenciária (COMPREV) junto ao Regime Geral de Previdência;
    - Criar um imposto sobre as operações financeiras na Internet, destinando esses recursos para pagamentos dos benefícios previdenciários.
  - CT Economias do Campo
    - Anistia do Troca-Troca de sementes;

- Recomposição orçamentária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA) e da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR);

- Diretrizes ao desenvolvimento rural gaúcho: combate ao envelhecimento e masculinização do campo e estímulo a permanência dos jovens no meio rural;

- Contribuições: Plano Estadual de Segurança Alimentar; Plano Estadual de Irrigação.

- CT Infraestrutura e Logística

- Apresentação de diretrizes estratégicas voltadas à conservação, integração, modernização e qualificação da Infraestrutura e Logística do Estado do RS;

- Recomendações para melhorias e desenvolvimento dos Modais de Transportes (contribuições para os quatro modais de transporte – rodoviário, ferroviário, aeroviário e hidroviário), Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros e Água e Saneamento;

- Contribuições ao novo modelo de pedágios e novas tarifas.

- CT Qualidade da Educação

- Articulação e elaboração de proposições voltadas à política educacional no RS, com o acompanhamento das políticas de valorização dos professores, dos trabalhadores da Educação e da qualidade do ensino;

- Permanência da Câmara Temática Qualidade da Educação para o acompanhamento da reestruturação do ensino médio e políticas de qualificação da Educação;

- Cumprimento do Piso Salarial do Magistério, com a manutenção do Plano de Carreira do Magistério Público Estadual.

#### *Diálogos CDES*

Foram realizados 14 Diálogos CDES-RS, com a presença de diversos atores representando categorias e entidades do Estado em cada região onde ocorreram os encontros. Os Diálogos CDES-RS representam o esforço do Governo para escutar as comunidades regionais sobre suas demandas e expectativas quanto ao desenvolvimento econômico e social do Estado. Dessa forma, seus resultados auxiliam o Governo na concertação das ações estratégicas para o desenvolvimento do Estado. Os Diálogos realizados, em 2012, estão a seguir relacionados:

Diálogos CDES realizados em 2012

<b>Diálogo Regional / Temático</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Rio + 20	jan/2012	Palácio Piratini
Segurança Alimentar	jan/2012	Palácio Piratini
Celeiro	jan/2012	Campo Novo
Modernização do Estado	mar/2012	Palácio Piratini
Santiago	abr/2012	Santiago



<b>Diálogo Regional / Temático</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Missões	mai/2012	Santo Ângelo
Desenvolvimento Rural	jun/2012	Palácio Piratini
Serra	jun/2102	Farroupilha
Campos de Cima da Serra	jul/2012	Vacaria
Cachoeira do Sul	jul/2012	Cachoeira do Sul
Política Cultural	jul/2012	Palácio Piratini
Litoral Norte	ago/2012	Osório
Política de Microcrédito	out/2012	Palácio Piratini
Igualdade Racial	nov/2012	Palácio Piratini

Fonte: Sistema de Planejamento e Gestão – SISPLAG Dez/2012

#### - Diálogo Temático Rio+20 e Desenvolvimento Sustentável

Para abordar o tema “Rio+20 e Desenvolvimento Sustentável”, os Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e do Rio Grande do Sul promoveram, em Porto Alegre, mais uma edição da série Diálogos CDES. O encontro integrou a programação do Fórum Social Temático 2012 e oportunizou o detalhamento das contribuições elaboradas pelo CDES Nacional à realização da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20. Também contou com a apresentação da política para o meio ambiente do Rio Grande do Sul.

#### - Diálogo Temático Segurança Alimentar

Cerca de um bilhão de pessoas passa fome no mundo, estima a ONU. No Brasil, 16 milhões integram esse número, dos quais 300 mil vivem no RS. Reduzir esses índices é o principal desafio da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O Diretor-Geral da instituição, José Graziano, esteve em Porto Alegre justamente para debater formas de garantir o acesso a alimentos em quantidade adequada e com qualidade para todas as populações. O colóquio denominado A Importância da Sociedade Civil Nacional e Internacional para a Segurança Alimentar e Nutricional foi organizado pelo CDES-RS e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) com apoio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da FAO, e integrou a programação do Fórum Social Temático.

#### - Diálogo Região Celeiro

Em janeiro de 2012, foi realizado Diálogo CDES, no município de Campo Novo, com o objetivo de continuar construindo uma pauta mínima de ações estratégicas que possam estabelecer as condições socioeconômicas favoráveis ao desenvolvimento regional, em consonância com as políticas públicas e os recursos disponíveis no governo gaúcho. Entre os temas debatidos e encaminhados encontram-se os seguintes:

- Saúde: criação e implantação da Coordenadoria Regional de Saúde e unificação das demandas dos 21 municípios que compõem a Região Celeiro do Estado para implementação das melhorias necessárias;
- Segurança pública: ampliação do quadro efetivo e de viaturas da Polícia Civil e Militar;
- Infraestrutura Regional: conclusão do acesso municipal, com ligação asfáltica, ao município de Braga (RS-158) e de Braga a Campo Novo (obra inclusa sob número 49, no lote II, do plano de obras do DAER);
- Agricultura: apoio técnico, financeiro e pesquisa para a Agricultura Familiar; incremento dos setores leiteiro e diversificação da matriz produtiva de alimentos; investimentos para a recuperação do solo; investimentos nas estruturas técnicas de ensino e pesquisa: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e Fundação Estadual de Pesquisa e Agropecuária (FEPAGRO), para o desenvolvimento de ações estratégicas articuladas com as Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente dos municípios da Região Celeiro.
- Desenvolvimento: Investir na formação e qualificação dos recursos humanos disponíveis; apoio a iniciativas de empreendedorismo; apoio à instalação de micro e pequenas empresas; políticas públicas para os povos indígenas.
- Educação: ampliação da oferta, descentralização e acesso facilitado aos cursos técnicos e profissionalizantes e, ampliação da oferta de cursos superiores.
- Turismo: Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual do Turvo para implementação de turismo ecológico; incentivo a novos atrativos turísticos típicos da Região Celeiro (indígena, gastronômico, rural, náutico e religioso).
- Proposta das entidades representativas da Região Celeiro: formação de um Comitê Gestor permanente para acompanhamento das propostas elencadas, das ações e investimentos.

#### - Diálogo Temático Modernização do Estado

O debate sobre Modernização do Estado: Inovação e Eficiência de Gestão reuniu o Governador, representantes do empresariado, conselheiros, secretários de Estado, autoridades, gestores e diferentes organizações sociais. O evento foi uma das etapas de discussão do tema na Câmara Temática Modernização do Estado. O governador declarou “Queremos um Estado indutor do desenvolvimento, eficiente, transparente e democratizado. Um Estado sob controle público, que não se volte para si, mas para os cidadãos”. Afirmou, ainda, que “a capacidade técnica e financeira do governo está garantida”. Mas alertou para quatro questões estruturais que dependem da União, observando que essas condições necessitam ser alteradas, caso contrário, haverá uma crise institucional no RS dentro de 6 a 8 anos:

- A reestruturação da dívida do RS com o Governo Federal;
- A alteração da base de cálculo da Receita Líquida Real, deduzindo os recursos comprometidos constitucionalmente;

- A troca do indexador para o pagamento do piso dos professores de FUNDEB para INPC;
- A aplicação do princípio da modulação nos casos de obrigações que conflitam entre si, como é o caso dos pagamentos do piso dos professores e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme a perspectiva do coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), órgão vinculado ao Conselho de Governo da Presidência da República, e um dos empresários mais importantes do País, faz-se importante que o RS recupere as posições de destaque perdidas ao longo dos anos. Entre outras, a posição na área da educação e saneamento. Citou os fatores que refletem na capacidade competitiva, do Brasil, no exterior: investimento público, infraestrutura, tributação, educação e inovação. Apontando que os investimentos nesses elementos favorecem a nação diante do mercado internacional. Defendeu que tecnologias avançadas de gestão asseguram avanços sociais em diversas áreas, como educação, segurança, saúde, entre outras, e que o não-investimento em setores como inovação e tecnologia acarretará prejuízos futuros à sociedade. O debate sobre modernização da gestão deve ser mais fomentado pelos governos, pela imprensa e pela sociedade em geral. A globalização exige qualidade e produtividade; inovação e tecnologia; governança e sustentabilidade econômica, social e ambiental, além de cultural e política. Conforme sua perspectiva, os elementos: geração de emprego; crescimento econômico; investimento e poupança; devem formar um círculo virtuoso. Além disso, uma nova cultura de gestão deve ser buscada através da transversalidade.

A Secretária de Administração e Recursos Humanos detalhou as iniciativas do atual governo para a qualificação da gestão. Lembrou que a crise financeira do RS deve-se a uma desordem estrutural acumulada, cuja saída consiste em um processo de médio e longo prazo. Retomar o desenvolvimento com sustentabilidade, visando à transversalidade na elaboração e execução dos programas e projetos, é o escopo das ações do atual governo, que promove a ativa participação cidadã e o controle público através da transparência nos procedimentos.

De acordo com a Secretária, recuperar as funções dos serviços públicos e da capacidade de execução de investimentos por parte do governo são desafios que perpassam a modernização do Estado gaúcho. Entre os instrumentos que intensificam o processo democrático e asseguram a cooperação entre estado e sociedade, citou: a implementação do Sistema de Participação Cidadã, realizada pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG), e os debates sobre o orçamento estadual com participação direta, dos quais participa o CDES-RS, e o Gabinete Digital. Quanto à utilização de tecnologias avançadas a favor da governabilidade, fez referência à implantação da Sala de Gestão, e da utilização do Sistema de Monitoramento Estratégico, implementado pela SEPLAG, para o monitoramento dos programas estratégicos do governo, o qual, além do acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, fornece agilidade e transversalidade na gestão. A implantação de novas estruturas e a recuperação de estruturas deficientes, através do remanejamento das secretarias e da criação de novas pastas, favorece a governabilidade do executivo gaúcho. A recuperação da capacidade de execução da Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano; a reestruturação da Secretaria do Meio Ambiente e da FEPAM; a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, voltada aos pequenos produtores, são alguns dos exemplos. Mencionou a constituição do Comitê de Gestão de Entraves, associado à Sala de

Gestão, criado especialmente para a simplificação dos processos administrativos. Mencionou também o Programa Fornecer, que explora a demanda por bens e serviços, por parte do Estado, para fomentar a micro e pequena empresa.

Os conselheiros destacaram a importância de aprofundarem cada um dos pontos colocados no encontro. Para o Secretário Executivo do CDES-RS, a gestão do Estado deve estar subordinada a um projeto que promova o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade.

#### - Diálogo Regional Santiago

No Encontro, a Comunidade Vale do Jaguari demandou a elaboração de um projeto de desenvolvimento regional. Diversas lideranças da região manifestaram o desejo da realização de um projeto de desenvolvimento para a região que permita aproveitar as potencialidades locais, promovendo o crescimento, com inclusão social e preservação ambiental. O debate foi promovido pela SCDES, com o apoio do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, por solicitação do Governador, atendendo a um pedido da comunidade local. Entre as principais solicitações, destacaram-se as obras para o Aeroporto de Santiago, manutenção da RS-377, reabertura de uma Escola Técnica, projeto para tratamento dos resíduos sólidos e irrigação para propriedades da agricultura familiar, além de UTI neonatal no município.

No encontro foram encaminhados: o diálogo a ser realizado com o Banco de Desenvolvimento do Sul (BADESUL) sobre financiamento das iniciativas locais; solicitação à Secretaria do Meio Ambiente para suporte na viabilização de consórcio que permita o adequado tratamento dos resíduos sólidos; e reunião com representantes da Secretaria da Educação para avaliar a viabilidade de reabertura da Escola Técnica em Santiago.

#### - Diálogo Regional Missões

Realizado no município de Santo Ângelo, *Campus* da Universidade Regional Integrada (URI), teve como objetivo—debater as ações estratégicas com vistas ao estabelecimento das condições socioeconômicas favoráveis ao desenvolvimento da Região Missões. Entre os encaminhamentos necessários ao desenvolvimento regional, apontados na reunião, destacam-se:

- Antecipação dos recursos da Consulta Popular de 2011/2012;
- Realização da obra de ampliação da pista do Aeroporto Regional de Santo Ângelo;
- Continuidade da ligação asfáltica entre as cidades de Santo Ângelo e Buriti, e início das ligações asfálticas entre cinco municípios da região e asfaltamento dos principais pontos turísticos da região;
- Construção de uma ponte internacional e da ponte de Porto Xavier;
- Construção de bebedouros e açudes para suprir a falta de água causada pela seca, auxílio do Estado no pagamento de horas máquina, liberação de recursos para perfuratrizes e instalação de poços artesianos, com bombas;

- Liberação de recursos para aquisição de calcário para a correção dos solos das pequenas propriedades e também para equipamentos e máquinas para combater a estiagem;
- Apoio à implantação de um Arranjo Produtivo Local (APL) na região das Missões, cujo projeto foi realizado pelas entidades representativas da região;
- Mais repasses financeiros para a Saúde, uma vez que os repasses à região são insuficientes, apoio à implantação de um Hospital Público Regional, e construção de uma unidade de pronto atendimento em Garruchos;
- Construção de Escola Técnica Agrícola na localidade de São José, em Garruchos.

#### - Diálogo Regional Desenvolvimento Rural

Foram debatidos, através do Diálogos CDES-RS, no Palácio Piratini, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) Agrícola, a melhoria na qualidade da energia e aprimoramento das políticas para a agricultura familiar. Dezenas de lideranças dos movimentos sociais do campo participaram do seminário Desafios para o Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) e pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. O encontro teve manifestações de representações de entidades rurais, de conselheiros, secretários de Estado, além do Governador e do Ministro de Desenvolvimento Agrário (MDA), convidado para o debate que tratou das principais demandas e perspectivas para o desenvolvimento sustentável da agropecuária gaúcha.

A cooperação entre os diversos níveis governamentais e os variados segmentos da produção rural além de uma nova relação entre a cidade e o campo foram temas abordados no seminário. O Ministro do MDA apresentou dados do Censo Agropecuário de 2006 que salientam a relevância da agricultura familiar em todo o território nacional. De acordo com o Ministro, 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros são dedicados à agricultura familiar, sendo que 74% da mão de obra do campo estão empregadas neste tipo de atividade. A produção das pequenas propriedades atende a 70% do consumo interno e representa 28% das exportações. Diante de tais números, o Governador lembrou a importância de incluir esses produtores nas políticas públicas da União: “As relações entre cidade e campo sempre foram desiguais. Agora se tem maior igualdade com a elaboração de políticas de proteção e de estímulo à produtividade subsidiadas pelo Estado”. Também destacou o aumento de 400% nos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na última década, com investimento de R\$ 3 bilhões para o Rio Grande do Sul. Além disso, acentuou o avanço do Estado em políticas públicas referentes ao desenvolvimento rural, com a citação do Plano Safra-RS e do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Segundo dados apresentados pelo Secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), dos 441 mil estabelecimentos rurais do Rio Grande do Sul, 378 mil são dedicados à agricultura familiar. Essa produção da pequena propriedade é responsável por 27% do PIB gaúcho. O titular da SDR também enfatizou a necessidade de criação de um Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) dedicado à agricultura familiar. Os aspectos a serem enfocados

pelo PAC seriam o fortalecimento econômico e a garantia de qualidade de vida no meio rural, por meio de investimentos em infraestrutura, proteção ao meio ambiente, produção de conhecimento, comunicação e políticas públicas direcionadas à saúde, educação e lazer, entre outras demandas.

Foram anunciadas ações para a melhoria do abastecimento de energia no meio rural. De acordo com o Secretário de Infraestrutura e Logística, o Comitê de Planejamento Energético do Estado do Rio Grande do Sul (COPERGS) está realizando um levantamento junto às concessionárias para elaborar um planejamento que atenda as demandas de energia nesse meio. Esta iniciativa combate a insuficiência energética que tem inibido investimentos em propriedades rurais.

Após as exposições dos representantes do Estado, conselheiros e lideranças de movimentos ligados à agricultura apresentaram suas contribuições e reivindicações, reconhecendo os avanços das políticas públicas, nacional e estadual. Os conselheiros integrantes da Câmara Temática Economias do Campo do CDES-RS apresentaram um documento com as diretrizes para o desenvolvimento rural. Também foi assinado um Termo de Cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul e o MDA, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Federação das Indústrias do RS (FIERGS), para a promoção de estudos que avaliem a competitividade das cadeias produtivas da carne de frango e de suínos e conservas de frutas e hortaliças no Estado. Entre as reivindicações apresentadas constam: a agilização na infraestrutura dos assentamentos, especialmente nas estradas; aprimoramento de ações para estimular a permanência dos jovens no campo, como inclusão digital e educação; aprimoramento na assistência técnica e apoio ao planejamento da produção; fortalecimento ao cooperativismo, entre outros.

Também foram entregues documentos ao governo estadual e federal com as resoluções da 3ª Marcha da Juventude Rural e solicitações da Federação das Associações e Comunidades Quilombolas quanto à agilização da regularização fundiária e facilitação para o acesso às políticas públicas. Participaram representantes de organizações como o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do RS (OCERGS), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/RS), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul do Brasil (FETRAF/Sul), Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), organizações quilombolas, entre outras. O Secretário Executivo do CDES-RS destacou a importância do diálogo entre a sociedade e os órgãos oficiais para promover o desenvolvimento social e econômico.

#### - Diálogo Regional Serra

O Diálogo Regional Serra teve por objetivo apresentar os resultados da Câmara Temática: Desenvolvimento da Região da Serra e Arranjos Produtivos Locais, instalada desde 2011, no CDES-RS, dada a importância econômica e social da Região da Serra Gaúcha e a força de sua base produtiva. A criação da Câmara foi precedida de um Grupo de Trabalho criado em janeiro daquele ano que preparou os dados para os trabalhos do colegiado, resultando em um relatório de sugestões ao governador. Por ocasião do Diálogo Regional, o relatório foi entregue à comunidade.

Consta do relatório um conjunto de ações para apoio ao setor produtivo, urbano e rural, além de investimentos em infraestrutura, educação e saúde para a Região Serra. O CDES-RS debateu as ações com os representantes locais. Entre os investimentos realizados podem ser destacados os seguintes: mais de R\$ 1 milhão para apoiar os Arranjos Produtivos Locais; R\$ 45 milhões para fortalecer a vitivinicultura; R\$ 41,8 milhões para melhorar a qualidade da energia; mais de R\$ 100 milhões para saneamento; 52 cursos de capacitação para o turismo, abrangendo mais de mil alunos; mais de R\$ 4 milhões para o Microcrédito; R\$ 1,6 milhão mensais para o Hospital Geral; anistia a 3.475 agricultores no Troca-Troca de Sementes. Na oportunidade, também foram solicitados estudos técnicos com vistas a encaminhar a extinção da praça de pedágio na ERS-122, trecho Farroupilha-Caxias, quando do término do prazo de concessão rodoviária, em 2013.

As lideranças locais presentes demonstraram satisfação pelo atendimento de todos os pleitos realizados, em especial pela criação da Câmara Temática Desenvolvimento da Região da Serra e Arranjos Produtivos Locais, pela duplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura (FUNDOVITIS) e pelo apoio à indústria moveleira.

#### - Diálogo Regional Campos de Cima da Serra

O encontro teve, entre outros temas, a superação dos problemas relacionados à licitação dos projetos e obras do terminal de passageiros do Aeroporto de Vacaria, cuja obra da pista, realizada com recursos da União, encontra-se liberada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) desde julho de 2012. Foram estabelecidos os encaminhamentos para a agilização da solução junto à União e minimização dos problemas, entre esses a celebração de Termo de Cooperação com a prefeitura para a manutenção do aeroporto.

Foram ainda discutidos: a obra da estrada de Acesso à Esmeralda – ERS-456; o orçamento estadual para investimentos na Região Campos de Cima da Serra, em 2012 (R\$ 28,41 milhões), e foi dado destaque para a pavimentação de Acessos Municipais (Esmeralda, Regional, Pinhal da Serra e André da Rocha) e para a pavimentação turística (ERS-020 Cambará do Sul-São José dos Ausentes).

Além disso, foram ainda temas abordados: o orçamento para investimentos em Vacaria, envolvendo a Infraestrutura aeroportuária (construção de estacionamento, urbanização, sinalização e fiscalização do aeroporto de Vacaria; construção de um Centro de Vendas Regional de comercialização de produtos agrícolas; dez convênios celebrados com o Governo do Estado em 2011 para, entre outros, aquisição de equipamentos para Unidade de Pronto Atendimento (UPA), no valor de R\$ 150 mil; conclusão da construção de uma UPA. Na ocasião, a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) anunciou investimentos de mais de R\$ 10 milhões em saneamento, em Vacaria.

Um dos editais lançados beneficia o bairro Monte Claro, onde será utilizada uma rede de esgotamento sanitário mista, possibilitando assim a redução dos custos com o aproveitamento da rede já existente. Haverá a execução de uma Estação de Bombeamento de Esgoto (EBE) e de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). As obras, que têm valor de R\$ 2,9 milhões, vão atender mais de 2,8 mil habitantes. O outro edital contempla o Parque de Exposições Nicanor Kramer da Luz e prevê a execução de duas EBEs internas e uma EBE final, que interligará o sistema à ETE do bairro Monte Carlo. Esse investimento possui valor de R\$ 473 mil e atenderá

em torno de 350 mil visitantes e cerca de seis mil habitantes. Ambas as licitações serão viabilizadas com recursos do Fundo de Gestão Compartilhada.

Foram também anunciados os quatro investimentos citados: ampliação do sistema de abastecimento de água, no valor de R\$ 4,2 milhões, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU); elaboração de projeto executivo para todo o sistema de abastecimento de água, ao custo de R\$ 1,07 milhão, com recursos do OGU; aquisição de caminhão de hidrojateamento, por R\$ 400 mil, com recursos próprios da CORSAN; e contrato de serviços de apoio operacional e comercial com a empresa Bonfante & Cia. Ltda., no valor de R\$ 1,5 milhão, com recursos próprios. Por meio do PAC I e II (Programa de Aceleração do Crescimento), a CORSAN está investindo mais de R\$ 149,4 milhões na Região do Planalto. Governo Federal: Foram mais de R\$ 3,95 milhões no Bolsa Família, atendendo em média 5.092 famílias (2011). PROUNI: 116 estudantes de baixa renda no Ensino Superior. Por meio de convênio celebrado junto ao Governo Federal em 2011, foram investidos R\$ 487,5 mil: recapeamento asfáltico da Avenida Moreira Paz, Ruas Mal. Floriano, Borges de Medeiros, Ramiro Barcelos e Dr. Flores. O Ministério do Turismo investiu R\$ 487,5 mil.

#### - Diálogo Regional Cachoeira do Sul

A reunião em Cachoeira do Sul teve por objetivo debater temas relativos ao desenvolvimento econômico e social da microrregião Jacuí-Centro. O encontro contou com a participação de lideranças regionais, as quais citaram que os indicadores caracterizam a região como pobre, com baixa renda e baixa escolaridade, sendo que há grande parcela da população que está na linha da pobreza, salientando a importância de ações para promover a inclusão social.

Foram, entre outras, demandas apresentadas no encontro: implementação de ensino superior público com a extensão de uma unidade da Universidade Federal de Santa Maria, apoio na criação e fortalecimento de agroindústrias para ampliação de empregos, crédito assistido para as microempresas, ações para estimular o jovem no meio rural, financiamento para habitação popular, programas de aproveitamento da água, projetos integrados de tratamento de resíduos sólidos, implementação do Porto de Cachoeira.

O encontro foi finalizado com a informação, pelos representantes do governo estadual, de que algumas das ações já estavam em implementação, entre elas os contatos com o Ministério da Educação, com a sinalização positiva para implementação de uma nova unidade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Também foi destacada a retomada das obras da estrada Cachoeira do Sul-Rio Pardo, além do compromisso de iniciar a construção da Unidade de Pronto Atendimento e a ampliação do presídio regional. Foi lembrado que muitas das reivindicações apresentadas estão inseridas no Plano Plurianual e que a região havia sido contemplada com o perdão das dívidas dos pequenos produtores, num total de R\$ 60 milhões; com a criação do programa de micro crédito para fomentar o empreendedorismo; com a ampliação da ordem de R\$ 100 milhões do Simples Gaúcho, beneficiando todo o RS e a região, além do anúncio do investimento de mais de R\$ 1,1 bilhão no Plano Safra Estadual.

#### - Diálogo Temático Política Cultural do RS

Mais de 200 pessoas, entre artistas, agentes culturais, educadores, produtores e gestores compareceram aos Diálogos Culturais CDES-RS, apresentando demandas para o setor. A



atividade, organizada conjuntamente entre o CDES-RS e a Secretaria do Estado da Cultura (SEDAC), teve por objetivo subsidiar a construção do planejamento de longo prazo para o Plano Estadual de Cultura.

O texto do Plano Estadual de Cultura permanece em processo de construção e tem como diretrizes: a universalização do acesso à arte; a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico; o aumento da capacidade de expressão a descentralização dos instrumentos de políticas culturais; o intercâmbio de experiências e dispositivos para intensificar a participação social. O Estado do RS duplicou o volume de recursos repassados à SEDAC. Cerca de R\$ 25 milhões foram disponibilizados por meio de editais para a promoção da cultura no RS, por meio de apoio a atividades e criação de espaços culturais.

#### - Diálogo Regional do Litoral Norte

Para debater o desenvolvimento do Litoral Norte e a produção de energia eólica na região, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) realizou, em Osório, um dos encontros planejados da série “Diálogos CDES-RS”. A atividade contou com a presença do Governador do Estado e foi marcada pela assinatura do contrato de parceria entre o Grupo CEEE e o grupo espanhol Elecnor, representando o investimento de R\$ 81 milhões nos complexos eólicos gaúchos. As potencialidades e os entraves para o desenvolvimento sustentável regional foram apresentadas no encontro, que reuniu lideranças empresariais, investidores, trabalhadores representantes de diversos segmentos econômicos, prefeitos e autoridades dos municípios do Litoral Norte.

Com base nos temas debatidos no encontro, foi elaborado um relatório com as diretrizes apontadas nos consensos, o qual orientará a estratégia do executivo estadual em relação ao desenvolvimento da região. A importância do aproveitamento do potencial eólico no Rio Grande do Sul foi o tema central da reunião, na ocasião, foi salientada a importância do Estado realizar a parceria, através da CEEE, para investir nos complexos eólicos gaúchos. O tema da energia eólica tem sido objeto de debates, no âmbito da Câmara Temática Indústria Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor Energético, no CDES, desde sua instalação, em 2011.

Entre os temas abordados foram incluídas as demandas regionais em relação à saúde pública, segurança, proteção social, fomento ao turismo, promoção da agricultura familiar, incentivo à pesquisa tecnológica voltada à utilização de energia eólica e outros temas vinculados ao desenvolvimento da região. Os representantes do CDES salientaram a importância da integração entre os diferentes entes governamentais para a elaboração do planejamento urbano e regional, considerando as vocações regionais.

#### - Diálogo temático Política de Microcrédito

Entre seus objetivos, o encontro buscou apresentar um balanço do Programa Gaúcho de Microcrédito e promover o debate e a escuta sobre os reflexos desta política para os empreendedores. O encontro, que teve transmissão ao vivo pela internet, foi organizado pelo CDES-RS, pela Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), pelo BANRISUL e pelo SEBRAE.

A atividade ocorreu durante a 43ª Convenção Estadual Lojista. O evento, promovido anualmente pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul (FCDL-RS), é o maior encontro do varejo no RS. O Diálogos CDES-RS foi aberto ao público e reuniu

conselheiros, empreendedores, varejistas, autoridades e empresários, em Porto Alegre. Ao final, foi elaborado um relatório com todas as contribuições apresentadas.

O Programa de Microcrédito é positivo para o incentivo ao empreendedorismo e tem por metas o alcance de comunidades distantes; a motivação à geração de novos negócios e à criação de novos postos de trabalho, somando renda ao varejo gaúcho. Foram financiados R\$ 80 milhões, desde agosto de 2011. O Programa disponibiliza financiamentos entre R\$ 15 e R\$ 100 mil reais a empreendedores formais e informais, com taxas de juros de 0,64% ao mês e pagamento em até 24 vezes. O objetivo é financiar pequenas quantias a juros inferiores aos do mercado, para fomentar o empreendedorismo nas áreas de prestação de serviços, comércio, pequenas indústrias, além dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Os recursos financeiros são oriundos do BANRISUL e garantidos pelo Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e às Empresas de Pequeno Porte (FUNAMEP).

#### - Diálogo Temático Igualdade Racial

Na atividade, que contou com a presença da Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), os conselheiros entregaram ao Governador as recomendações para promover a igualdade racial e o anteprojeto de criação do Conselho Estadual dos Povos de Terreiro. Os conselheiros fizeram intervenções reforçando as recomendações construídas pela Câmara Temática de Proteção Social. O relatório emitido pelo colegiado pede ao governo para aprimorar a política estadual de promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo. A elaboração do Plano Estadual de Igualdade Racial, a criação de Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, e as ações de combate ao racismo institucional, e as medidas de prevenção e enfrentamento da violência contra jovens negros no Estado, são algumas das sugestões formalizadas.

Os avanços nas políticas públicas de promoção à igualdade racial, o aumento de registros de racismo, a necessidade de ampliar as ações afirmativas em todas as esferas de governo e o compromisso dos agentes privados e da sociedade em geral para contribuir com a promoção da igualdade racial foram destacados no discurso da Ministra ao dizer que o País vive um momento sem precedentes para consolidar as conquistas e reduzir as desigualdades de raça. Também ressaltou as ações da campanha Igualdade Racial é Pra Valer. Destacou, ainda, as políticas afirmativas como o eixo de promoção de igualdade racial. Citou o retorno do item raça nas pesquisas do IBGE, a inclusão curricular desde 2003 do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, a formalização da política nacional para saúde da população negra, o programa Brasil Quilombola, as cotas nas universidades, entre outras iniciativas. Citou a importância de criar um Sistema Nacional de Igualdade Racial, previsto pelo Estatuto da Igualdade Racial, a exemplo de outras áreas como Saúde, porque as ações e seus resultados, nos estados e municípios, precisam ser relacionados entre si.

Após conhecer todas as iniciativas do Governo do Estado para a população negra, citou que “o RS tem densidade suficiente para justificar a criação da Secretaria Estadual de Igualdade Racial”, pedido feito, também, por conselheiros e representantes de movimentos sociais presentes no Palácio Piratini. Sobre o racismo e democracia alertou que os negros no Brasil, não são o problema, e que estão procurando as soluções possíveis para a questão mais grave do Brasil, que é a desigualdade. Assim, o desafio é a igualdade racial, pois embora a pobreza tenha diminuído no Brasil, é, no entanto, a maioria negra que continua empobrecida.

A titular da SEPIR informou que efeitos da inclusão no Brasil sobre a população negra não são pequenos, nem desprezíveis. Entre 2003/2010, 28 milhões foram tirados da pobreza e mais 40 milhões migraram para a classe média. Porém, lembra que do total de pessoas que integram o Programa Bolsa Família, 84% são negras. Portanto, as estatísticas apontam para a necessidade de ações dirigidas à população negra que, no Brasil, é de mais de 50%.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SECEDES	Programa de concertação econômica e social	Ação de concertação econômica e social
SECEDES	Programa de concertação econômica e social	Acompanhamento das políticas de concertação

## Cultura

A **Secretaria da Cultura (SEDAC)** tem por competências: apoiar a produção, valorização e difusão das manifestações culturais; promover a proteção do patrimônio cultural; promover a democratização e a descentralização do acesso à cultura e à promoção das manifestações culturais; manter o cadastro do patrimônio histórico e do acervo cultural público e privado, fornecendo orientação técnica para os cadastros municipais; desenvolver o processo cultural no plano técnico didático-pedagógico; promover a cooperação cultural e artística com outros países e organismos externos; e fortalecer as diferentes manifestações culturais do Estado, promovendo a sua integração com outros estados e países. A SEDAC possui uma estrutura complexa, composta de três fundações vinculadas, seis institutos, sete instituições, dois sistemas, nove museus e cinco bibliotecas. Internamente, a SEDAC está estruturada em conformidade com um conceito tridimensional da cultura, que engloba a estética, a cidadania e a economia.

As ações realizadas pela SEDAC em 2012, e consideradas estratégicas pelo Governo do Estado, foram as relacionadas à Sala Sinfônica da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) e aos Pontos de Cultura.

O projeto da Sala Sinfônica da OSPA inclui uma sala de concertos, um museu da música, salas de ensaios, escola de música e sede administrativa. Tem sido viabilizado através da Lei Federal de Incentivo à Cultura, junto ao Ministério da Cultura, e com esforços somados das empresas patrocinadoras BANRISUL, Souza Cruz, Vonpar, Lojas Renner, SulGás, Randon, Celulose Irani e HABITASUL, e dos apoiadores STIHL, BarraShopping, Marcopolo, Pactum e CIEE, através da Fundação Cultural Pablo Komlós.

As obras começaram no início de 2012, e em julho foi dado um passo importante para a viabilização desse projeto. Em decorrência de uma proposta de emenda ao orçamento da União feita pela bancada federal gaúcha, o Ministério da Cultura e o Governo do Estado firmaram convênio que definiu a liberação de cerca de R\$ 19 milhões pelo Ministério e a contrapartida do Estado no valor aproximado de R\$ 5 milhões. O custo total estimado do projeto é de R\$ 46 milhões. A previsão inicial é de que a Sala Sinfônica da OSPA seja inaugurada no ano de 2014. Foram realizadas as duas primeiras licitações. A primeira etapa das fundações foi concluída, e a

segunda etapa está em execução. O início da terceira etapa, que é a sala em si, está previsto para janeiro de 2013.

Em junho de 2012, ocorreu o lançamento do Edital para Pontos de Cultura, inserido nos programas Cultura Viva e Mais Cultura, do Ministério da Cultura, contemplando grupos culturais da sociedade civil, sem fins lucrativos, com pelo menos três anos de atividades. Ao todo, serão selecionados 160 Pontos de Cultura, com um total de recursos investidos de R\$ 18,13 milhões. Os editais preveem a seleção de, pelo menos, seis Pontos de Cultura em cidades de fronteira com Uruguai e Argentina, bem como 16 Pontos de Cultura em Territórios de Paz, no âmbito do programa RS na PAZ. A meta é que sejam realizadas cerca de 75 oficinas, nas 28 regiões do Estado definidas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Até o momento, já foram realizadas 26 oficinas.

Após selecionados, os Pontos de Cultura contarão com inúmeras ações de apoio e acompanhamento, como a realização de seminários anuais de qualificação em assuntos relativos à gestão cultural, oficinas temáticas, prêmios de incentivo ao compartilhamento de tecnologias sociais inovadoras, equipe de assessoramento, uma van contando com equipamentos digitais, audiovisuais e de som, a publicação de cartilhas, revistas, portal virtual, além da realização de encontros de intercâmbio, articulação e mostra de produtos.

Dentre as demais ações de relevância desenvolvidas pela SEDAC no ano de 2012, podem ser citados os avanços no Sistema Pró-Cultura RS, formado pela Lei de Incentivo à Cultura (LIC) e do Fundo de Apoio à Cultura (FAC). Entre os meses de janeiro e setembro, o mecanismo de incentivo fiscal recebeu 232 projetos. Destes, foram aprovados 194 projetos, importando em mais de R\$ 18 milhões concedidos em incentivo fiscal e investidos na cultura de todas as regiões do Rio Grande do Sul. No ano, o limite de incentivo fiscal concedido pelo Estado para investimentos em cultura foi de R\$ 35 milhões, o maior desde que a lei foi criada.

A movimentação de cifras para projetos incentivados garantiu também o crescimento do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), mecanismo de fomento direto e democrático do Pró-cultura RS. Em 2012, a Secretaria da Cultura apostou nesse fomento direto para estimular todos os setores e etapas que envolvem os processos criativos nas diversas regiões do Estado, através de sete editais do FAC. No mês de abril foram anunciados R\$ 10 milhões para o Fundo. Os editais para 2012 foram uma importante conquista de toda a sociedade gaúcha, visto que, pela primeira vez, o FAC recebeu tal aporte, contemplando a diversidade cultural, a formação de plateias, o desenvolvimento de competências, a economia da cultura e as artes em geral, além de estimular a programação continuada em espaços culturais dos municípios.

Os dois primeiros editais lançados, de Desenvolvimento da Economia da Cultura (destinados a prefeituras e sociedade civil), ao invés de determinarem áreas culturais, propuseram que cada segmento encaixasse seu projeto em uma das finalidades do processo criativo, reforçando o conceito de Economia da Cultura. Assim, a seleção de projetos de todas as áreas culturais e artísticas aconteceu de acordo com cinco finalidades: Apoio à Criação e Produção; Apoio ao Registro e à Memória; Apoio à Difusão e à Circulação; Apoio à Programação Continuada em Espaços Culturais e Apoio à formulação de Indicadores, Informação e Qualificação. Ao todo, foram 346 projetos inscritos nesses dois primeiros editais.

Ainda em 2012, também foram lançados editais para concessão de Apoio à Programação em Feiras de Livro (destinado a prefeituras e com 34 projetos inscritos) e o edital Rio Grande do Sul Polo Audiovisual (destinado a produtoras de todo o Estado e que recebeu 35 projetos, entre vídeos, documentários e minisséries). A produção gerada a partir desse edital será inteiramente exibida pela TVE. O Edital de Modernização de Museus foi publicado em outubro e destinará o valor de R\$ 350 mil em financiamento do Pró-Cultura RS Fundo de Apoio à Cultura para 10 projetos de prefeituras para qualificar instituições museológicas.

Outros editais ainda estão em preparação: o FAC das Artes (destinado às áreas do audiovisual, circo, teatro e dança, artes visuais e música) e o Edital de Apoio a Projetos Colaborativos.

Unindo esforços com a PROCERGS, a Secretaria da Cultura também desenvolveu e implementou em 2012 novas funcionalidades e ferramentas para o sistema de tramitação do Pró-Cultura RS. A intenção é que, em breve, todas as etapas desse novo sistema estejam prontas, o que vai permitir mais segurança e a eliminação de gigantescos processos em papel, modernizando e agilizando o processo legal do Pró-Cultura RS. Todos os editais do FAC lançados em 2012 já tiveram seu processo de inscrição e avaliação feitos em sistema *web*.

Para esclarecer as principais dúvidas dos produtores culturais sobre os editais foram realizadas, durante o ano, as capacitações para o FAC 2012, na forma de encontros presenciais nos quais qualquer cidadão, prefeitura ou instituição cultural pôde participar, e também orientação por telefone e por e-mail. Os encontros aconteceram nas cidades de Porto Alegre, Bom Princípio, Camaquã, Santa Cruz do Sul, Bagé, Santa Maria, Erechim, Imbé, Palmeira das Missões, Santa Rosa, Soledade, Rio Grande e Garibaldi.

Em 2012 trabalhou-se, também, para efetivar o dispositivo das Ações Especiais, que são mais um mecanismo de fomento e apoio à cultura previsto pelo Pró-Cultura RS. Nessa modalidade de financiamento, não há contrapartida pela empresa, o desembolso acontece através de depósitos na conta bancária do Fundo de Apoio à Cultura, e a compensação do crédito fiscal é feita de acordo com o saldo de imposto a pagar. O teto, que contabiliza o incentivo fiscal fornecido pela Lei de Incentivo à Cultura e pelas Ações Especiais, foi ampliado em R\$ 35 milhões para 2012. Logo após, houve a criação da Guia de Arrecadação das Ações Especiais junto à Secretaria da Fazenda. Essa guia possibilita à empresa o depósito mensal de recursos diretamente na conta do Fundo de Apoio à Cultura.

A SEDAC, em parceria com o Ministério da Cultura e a Fundação Biblioteca Nacional, lançou o Edital de seleção de Agentes de Leitura, com o fito de conceder 220 bolsas de complementação de renda para jovens e adultos entre 18 e 29 anos com habilidades para a ação e difusão cultural. Os agentes de leitura devem atuar no âmbito de suas comunidades com o intuito de colaborar para o desenvolvimento humano, através do acesso aos bens e serviços culturais em municípios e comunidades do Estado, identificados segundo critérios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A concessão de recursos é da ordem de R\$ 1.785.714,28.

A ação de Modernização de Bibliotecas, inserida no programa Mais Cultura RS, promoveu a modernização de 32 espaços culturais dinâmicos de bibliotecas públicas, assegurando a organização de registros bibliográficos e democratizando o acesso ao livro, à leitura e à literatura para setores expressivos da comunidade do Rio Grande do Sul. O Edital nº 14/2012, cujos recursos contemplarão 100 bibliotecas, em cidades de até 10 mil habitantes, com valores de R\$ 20 mil cada unidade; e 25 bibliotecas em cidades com população acima de 10 mil habitantes, com valores de R\$ 55 mil cada unidade, vai promover a modernização de 125 bibliotecas. O valor total disponível para 2012 é de R\$ 3.375.000,00.

Vale salientar que, em pelo menos um dos municípios de cada uma das nove Regiões Funcionais do Estado, a SEDAC desenvolveu seus projetos de Oficinas de Capacitação para os Editais de Agentes de Leitura, Modernização de Bibliotecas e FAC.

Dentro da ação de Intercâmbio Cultural com o MERCOSUL, a SEDAC participou, em parceria com a Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais, da realização da Semana de Cultura Gaúcha no Uruguai, no Palácio Santos, de Montevideu. Na programação, foi incluída a exibição da Mostra da Produção Cinematográfica Gaúcha Contemporânea com a exibição de quatro longas e quatro curtas; a apresentação do espetáculo teatral Tangos e Tragédias; o teatro de dança Terpsi, finalizando com um concerto especial da OSPA no Teatro Solis, de Montevideu.

O Núcleo Estadual de Ações Transversais dos Arranjos Produtivos Locais priorizou, em 2012, no Edital nº 05/2012 da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Inovação (AGDI), o setor audiovisual na seleção de propostas de Arranjos Produtivos Locais (APLs) para serem enquadradas e acessarem os recursos destinados ao Projeto de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (Projeto APLs). O anúncio é mais um passo para pôr em prática esse importante mecanismo de desenvolvimento do cinema e da produção audiovisual gaúchos. Foi apresentada uma proposta para APL Audiovisual enquadrada no Edital.

O projeto Plataforma RS de Música, a principal política do Instituto Estadual da Música (IEM), visa à promoção do desenvolvimento sustentável do setor da música por meio do mapeamento de ações coletivas e independentes no âmbito musical dentro do Estado. Nesse sentido, foi desenvolvido um calendário em vários municípios para consultoria, acompanhamento e chancela dessas ações, buscando a capacitação aos agentes do setor por meio de programas da SEDAC, além de dar acesso às ferramentas de financiamento, como LIC, FAC e editais públicos. O IEM também acompanhou e participou como parceiro nos principais festivais de música do Estado.

A SEDAC se integrou ao Programa Gaúcho de Microcrédito por meio do Instituto Estadual de Música (IEM) e, em parceria com a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), promoveu o Programa Luzeiros – Semana do Empreendedor na Música. De forma inédita, será disponibilizado o acesso de trabalhadores e empreendedores da música ao programa de microcrédito e a formalização de agentes do setor. Também foi realizado um trabalho de capacitação e consultoria nos municípios gaúchos.

O Instituto Estadual de Artes Visuais (IEAVi) movimentou as galerias da Casa de Cultura Mario Quintana com a primeira e a segunda edição do Prêmio IEAVi. Os projetos contemplados

ocuparão uma das três galerias do IEAVi em um dos sete períodos previstos no edital, até 4 de agosto de 2013. Durante esse período, a Comissão de Seleção seguirá analisando todas as exposições para definir os três vencedores, um por espaço expositivo, que receberão o valor de R\$ 10 mil, cada. O Catálogo da primeira edição do Prêmio também foi lançado em 2012.

Dentro do amplo Calendário de Eventos da Secretaria da Cultura, podem ser destacados: o evento Conexões Globais 2.0, que movimentou a Casa de Cultura Mario Quintana em janeiro, durante o Fórum Social Temático; a primeira participação na Romaria de Nonoai, levando a encenação do Milagre das Rosas à 48ª edição do evento, que ocorre em maio; a homenagem, em setembro, aos moradores da segunda capital Farroupilha, Caçapava do Sul, dentro do projeto de recuperar o valor histórico e cultural das três capitais farroupilhas, na qual, por meio dos institutos de Artes Cênicas e de Tradição e Folclore, foram apresentados a encenação De Seival a Porongos e um concerto especial da OSPA; o Festival Internacional de Fotografia de Porto Alegre; o Festival de Cinema de Gramado; a Semana Farroupilha; e a EXPOINTER.

A **Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)** é um complexo musical-educativo que, desde 1950, realiza um trabalho de disseminação da música erudita e formação de plateias no Estado do Rio Grande do Sul. Até o ano de 1964, a OSPA era mantida com a colaboração de sócios da comunidade local. Após estudos, a então Sociedade Orquestra Sinfônica de Porto Alegre teve autorizada a sua encampação pelo Governo Estadual e, através do Decreto nº 17.173/1965, foi transformada em Fundação, sob forma autárquica. Os músicos foram reconhecidos nos seus direitos como funcionários públicos, assim como os estrangeiros, desde que se naturalizassem. Desde então, mantida e administrada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a OSPA é um órgão da Secretaria Estadual de Cultura e atinge um público abrangente e diversificado.

A Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, a segunda mais antiga do País em atividade ininterrupta, hoje é formada por 123 músicos profissionais e dois regentes. A OSPA realiza cerca de 55 concertos por ano, com público médio anual de 60 mil pessoas, atendendo aos mais diversos públicos, levando a música erudita a diferentes localidades do Rio Grande do Sul. Já o Coral Sinfônico da OSPA conta, aproximadamente, com 80 cantores que participam de todas as montagens da temporada que exigem canto coral, mantendo uma média de dez concertos anuais e quatro ensaios semanais.

Buscando superar o problema de não dispor de uma sede própria para concertos e ensaios, nos últimos anos vem-se trabalhando na construção da Sala Sinfônica da OSPA. Esse projeto é considerado estratégico pela atual gestão estadual. Em 2012, a ação de Construção do Teatro da OSPA, parte do programa Mais Cultura RS, passou a ser responsabilidade da Secretaria da Cultura. As alterações se fizeram necessárias tendo em vista a captação de recursos do Orçamento Geral da União, em convênio firmado em julho de 2012 junto ao Ministério da Cultura, no montante de R\$ 20 milhões, devendo estar sob a responsabilidade da Secretaria toda a execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas. A contrapartida do Estado é de R\$ 5 milhões.

A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre dedicou o ano de 2012 às ações culturais, que consistem em realizar concertos na Capital e no Interior do Estado, Concertos para

a Juventude e concertos didáticos para crianças da rede pública de ensino. A OSPA realizou 55 concertos e atendeu 6.500 crianças com suas ações culturais.

O Concerto de Abertura da Temporada 2012 foi realizado no dia 11 de março, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, local que sediará a futura Sala Sinfônica da Orquestra. Cerca de 2.500 pessoas assistiram ao espetáculo.

As apresentações artísticas que fazem parte da Série Concertos Oficiais totalizaram 23 concertos em 2012, descritos a seguir:

Concerto	Local	Data	Regência	Público
1º	Igreja Ressurreição - Capela do Colégio Anchieta	20 de março	Maestro Nicolas Rauss	650
2º	Salão de Atos da UFRGS	03 de abril	Maestro Shinik Hahm	571
3º	Salão de Atos da UFRGS	17 de abril	Maestro Nobuaki Nakata	547
4º	Salão de Atos da UFRGS	08 de maio	Maestro Roberto Duarte	259
5º	Salão de Atos da UFRGS	22 de maio	Maestro Garcia Vigil	489
6º	Igreja da Ressurreição	05 de junho	Maestro Manfredo Schmiedt	1300
7º	Salão de Atos da UFRGS	12 de junho	Maestro Claudio Ribeiro	276
8º	Salão de Atos da UFRGS	26 de junho	Maestro Mario Perusso	399
9º	Auditório Dante Barone	03 de julho	Maestro Federico Garcia Vigil, solista Alejandro Drago	450
10º	Auditório Dante Barone	10 de julho	Maestro Robertas Servenikas	420
11º	Salão de Atos da UFRGS	17 de julho	Maestro Kiyotaka Teraoka, solista Guigla Katsarava	519
12º	Salão de Atos da UFRGS	24 de julho	Maestro Kiyotaka Teraoka , solista Sara Kobayashi	600
13º	Auditório Dante Barone	7 de agosto	Maestro Victor Hugo Toro, solista Quinteto Villa-Lobos	380
14º	Igreja das Dores	14 de agosto	Maestro Luis Otávio Santos, solistas Cosmas Grieneisen e Cintia de los Santos	550
15º	Igreja da Ressurreição	21 de agosto	Maestro Ricardo Sciammrarella, solista Leonardo Winter	750
16º	Auditório Dante Barone	28 de agosto	Maestro Dario Sotelo	340
17º	Auditório Dante Barone	11 de setembro	Maestro José Maria Florêncio, solista Yamandu Costa	600
18º	Salão de Atos da UFRGS	25 de setembro	Maestro Roberto Tibiriça, solista Ney Fialkow	340
19º	Auditório Dante Barone	2 de outubro	Maestro João Carlos Martins	700
20º	Auditório Dante Barone	9 de outubro	Maestro Pedro Calderon	432
21º	Salão de Atos da UFRGS	30 de outubro	Cláudio Cohen	318
22º	Salão de Atos da UFRGS	20 de novembro	Ira Levin	492
23º	Salão de Atos UFRGS	27 de novembro	Julian Pellicano	655

A FOSPA desenvolve, desde o ano de 2011, o projeto “OSPA pelos caminhos do Rio Grande”, realizando apresentações no interior do Estado com programação de alta qualidade. O objetivo é investir na popularização da música sinfônica e na formação de novas plateias no Rio Grande Sul. A iniciativa tem financiamento do Sistema Pró-cultura/RS, que vem apoiando sistematicamente a realização de concertos em parceria com a iniciativa privada. No ano de 2012 foram realizados concertos nas cidades de: Lajeado, com público de 1.300 pessoas; Cachoeirinha, com público de 800 pessoas; Uruguaiana, com público de 800 pessoas; Rio Grande, com público de 1.000 pessoas; Passo Fundo, com público de 2.500 pessoas; Caçapava do Sul, com público de 3.000 pessoas; Caxias do Sul, com público de 1.200 pessoas; Santa Maria,



com público de 1.700 pessoas; Gramado, com público de 2.000 pessoas; e Panambi, com público de 1.500 pessoas.

Os Concertos para a Juventude ocorrem aos domingos no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com entrada franca. Realizados desde 1955, têm o objetivo de aproximar o jovem da música orquestral. Em 2012 a Série Concertos para a Juventude atingiu um público de 1.800 pessoas, com cinco concertos. Nessa série apresentaram-se os vencedores do concurso Jovens Solistas e Regentes realizado pela FOSPA no ano de 2011.

Em 2012 foram realizadas cinco edições dos Concertos Legais, com entrada franca, no Salão de Atos da UFRGS, exclusivamente para escolas de Ensino Fundamental e Médio, previamente inscritas. O objetivo é difundir a música orquestral, promovendo o aprimoramento musical de professores e alunos. A programação dos concertos é desenvolvida especialmente para os estudantes, contemplando uma abordagem sobre funcionamento de uma orquestra, a divisão dos naipes, o papel do maestro, entre outros. Os Concertos, com regência do Maestro Tiago Flores e narrativa de Álvaro Rosa Costa, atingiram um público de 6.000 pessoas.

Também fizeram parte da programação da OSPA em 2012: o 1º Concerto Especial: realizado no pátio do Colégio Militar, no dia 13 de maio de 2012, com regência do Maestro Manfredo Schimiedt e público de 1.000 pessoas; o 1º Concerto no Exterior: realizado no Teatro Solis, em Montevidéu, no Uruguai, no dia 17 de setembro de 2012, com regência do Maestro José Maria Florêncio, solista Yamandú Costa e público de 1.100 pessoas; e a Ópera *Cavalleria Rusticana*, no Theatro São Pedro, em Porto Alegre.

Em dezembro de 2012 foi aprovada a Lei nº 14.183, de 28/12/2012, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Vencimentos e reorganiza o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo e os cargos em comissão e funções gratificadas da FOSPA, atendendo a uma demanda antiga e propiciando uma reestruturação da Fundação.

A **Fundação Theatro São Pedro (FTSP)**, criada em 1981, vinculada à Secretaria da Cultura, administra o teatro, reinaugurado em 1984.

Na pauta de eventos artísticos e culturais do exercício de 2012, foram realizados espetáculos objetivando o incentivo à cultura e proporcionando o entretenimento ao público em geral. No decorrer do ano, até dezembro, apresentaram-se no Theatro São Pedro (o total de) 153 eventos de bilheteria, com público de 140.480 espectadores, sendo 99 eventos abertos ao público.

A abertura da temporada de 2012 do Theatro São Pedro teve a participação do espetáculo “Tangos e Tragédias”, peça apresentada há 25 anos com prestígio e público cativo.

No 1º semestre passaram pelo palco eventos como: Humor à primeira vista, Guri de Uruguaiana, Canções aos Pares, Nenhum de Nós, Orquestra de Câmara Theatro São Pedro, entre outros.

No 2º semestre apresentaram-se no palco do Theatro São Pedro o Grupo Tholl, de Pelotas com as peças *Exotique*, *O Circo de Bonecos* e *Tholl - Imagem e Sonho* e a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, entre outros. O teatro também acolheu apresentações participantes da 19ª Edição do Porto Alegre em Cena.

O projeto Canções aos Pares, criado em 2011, com direção artística do jornalista Juarez Fonseca, tem como premissa realizar o encontro de diferentes artistas gaúchos com consagrados nomes da música das demais regiões do Brasil e da América Latina, apresentando-se com entrada franca. Em 2012 foram realizados quatro *shows*, com Tonho Crocco e Nilze Carvalho, Nei Lisboa e Cida Moreira, Adriana Deffenti e Tatiana Parra, Claudio Levitan e Daniel Drexler. O projeto tem o patrocínio da Eny Calçados, com financiamento do Sistema Pró-Cultura/RS e realização da Cida Cultural.

O Musical PETROPAR é um projeto patrocinado pela empresa PETROPAR S.A., com periodicidade regular, há mais de 20 anos, proporcionando lazer à comunidade e difundindo o trabalho dos músicos. Acontece nas 4<sup>as</sup> feiras, a partir das 12h30min, com entrada franca, apresentando recitais de aproximadamente 45 minutos, totalizando 46 eventos, até dezembro de 2012, com um público de 6.350 espectadores. O projeto, inicialmente, foi dedicado à música clássica e erudita, mas atualmente traz, em caráter eventual, recitais de choro, *jazz* e música popular brasileira. Dentre as apresentações do ano de 2012, podem ser citados, entre outros: Nota Só, Ângelo Primon e Matheus Kleber, Trio de Janeiro – Cesar Ferreira, Sin Ae- piano, Paulo Dorfman e Ana Paula Lonardi (piano e voz), Banda Tholl, Mark Neumann e Cinzia Bartoli (viola e piano), Jazzgic, Fernando Cordella – cravo e Roberto Moraes – harmônica de boca, músicos nacionais e estrangeiros, qualificando o projeto.

A Orquestra de Câmara Theatro São Pedro (OCTSP), além dos espetáculos da temporada oficial, apresentou o projeto chamado “Concertos BANRISUL para a Juventude”, voltado aos estudantes de escolas públicas e particulares. São concertos didáticos (em torno de 50 minutos), para escolas previamente inscritas, com o objetivo de iniciar os jovens estudantes no universo da música orquestral, em um misto de aula e diversão. Durante a apresentação, o maestro Antônio Borges-Cunha (diretor artístico da OCTSP) esclarece sobre o que é uma orquestra, os instrumentos e um pouco sobre o mundo da música, em uma interatividade pontuada de humor: “o que acham de ouvir o diálogo entre violinos e violoncelos?”. O projeto existe há 12 anos e busca estimular a vivência artística, favorecendo a inclusão cultural com espaços alternativos de socialização. Foram realizados nove espetáculos, com público de 3.992 espectadores.

O Memorial Theatro São Pedro é um espaço que resgata a trajetória histórica da Instituição. Localizada no subsolo do prédio, a área foi projetada com o objetivo de preservar a memória e o patrimônio histórico, bem como viabilizar mostras artísticas e culturais a serem disponibilizadas ao público. A exposição remete aos espetáculos teatrais e é estruturada em quatro “atos”. O Memorial do Theatro São Pedro funciona de 3<sup>a</sup> à 6<sup>a</sup>, das 13h às 18h, sábados e domingos das 16h às 18h, com entrada franca. Recebe uma média de até 100 visitantes ao dia, com o acompanhamento de uma funcionária prestando informações sobre o Memorial – a história do Theatro São Pedro. Em 2012 foi visitado por um público aproximado de 19.400 pessoas.

O projeto Multipalco, iniciado em março de 2003 pela Associação Amigos do Theatro São Pedro (AATSP), que ampliará a ação do Theatro e modernizará seus equipamentos, no decorrer do ano de 2012 teve seus trabalhos desenvolvidos em ritmo lento, decorrente de entraves burocráticos na área cultural. Dos ambientes que integram o Multipalco, então prontos

a Concha Acústica, a sala para oficinas e *workshops*, salas da administração, estacionamento e restaurante.

A **Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)**, criada em 1974, é vinculada à Secretaria de Estado da Cultura e atua na área da pesquisa e divulgação da cultura popular sul-rio-grandense. Entre as suas finalidades destaca-se o estudo do folclore, da cultura e da história do Estado. De acordo com o seu estatuto, deve promover o estudo e divulgação da ciência do folclore, o intercâmbio com órgãos de atividades afins e a cultura popular. Como instituição, pode representar o Estado em assuntos pertinentes à cultura regional e prestar assessoria e serviços especializados nessa área.

Para atender a essa demanda, constituem a Instituição: a Biblioteca e Hemeroteca Glaucus Saraiva, que reúne 4.000 títulos dedicados à dança, costumes, folclore, vestimentas, música, etnias e informações sobre escritores e artistas do Rio Grande do Sul; o Museu do Som Regional, que disponibiliza um acervo de LPs, CDs e fitas VHS que conta a história da nossa música; o Estúdio Cesar Passarinho, destinado à gravação e digitalização do acervo e à produção de programas radiofônicos; e o Núcleo de Pesquisa sobre a história e a cultura do Rio Grande do Sul, que presta assessoria a pesquisadores, participa de eventos ligados ao folclore, festivais e ao tradicionalismo gaúcho e publica obras relacionadas aos temas.

#### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEDAC	Mais Cultura RS	Ampliação da participação cidadã
SEDAC	Mais Cultura RS	Ampliação do acesso a bens culturais
SEDAC	Mais Cultura RS	Desenvolvimento da economia da cultura
SEDAC	Mais Cultura RS	Preservação e conservação do patrimônio cultural material e imaterial e ampliação de acervos
SEDAC	Mais Cultura RS	Capacitação de agentes, gestores culturais e servidores da SEDAC
SEDAC	Mais Cultura RS	Construção, reforma e modernização de espaços culturais
SEDAC	Mais Cultura RS	Intercâmbio cultural
SEDAC	Mais Cultura RS	Implementação de pontos de cultura
SEDAC	Mais Cultura RS	Modernização de bibliotecas
SEDAC	Mais Cultura RS	Apoio a eventos culturais
SEDAC	Mais Cultura RS	Promoção da cidadania cultural e direitos humanos das mulheres
SEDAC	Mais Cultura RS	Construção do teatro da OSPA
FOSPA	Mais Cultura RS	Ações culturais da OSPA
FTSP	Mais Cultura RS	Ações culturais no Theatro São Pedro
FIGTF	Mais Cultura RS	Promoção e incentivo a ações culturais e preservação da memória da cultura gaúcha

## Educação

**A Secretaria da Educação (SEDUC)** é o órgão gestor da educação pública no Rio Grande do Sul, contando com 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) sob sua coordenação direta. Compete à Secretaria promover, executar, estimular, fiscalizar e apoiar a educação básica, a educação profissional, a educação especial, a educação de jovens e adultos, a educação rural, a educação indígena, a educação afro-descendente, a assistência ao educando e a educação superior em caráter suplementar. A SEDUC tem como sua instituição vinculada a **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)**, voltada para a educação profissional de nível técnico, que atende alunos provenientes de mais de 50 municípios do Rio Grande do Sul.

O ano de 2012 consolidou a mudança de paradigma ocorrida na Educação Básica do Rio Grande do Sul a partir de 2011. As transformações que daí decorreram, fruto da retomada dos investimentos em Educação, formaram os eixos políticos estratégicos que guiaram as ações da **Secretaria da Educação**, no período, conforme é apresentado a seguir.

A Qualificação da Democratização da Gestão Curricular, que tem como objetivo a garantia de aprendizagens, com a construção democrática do conhecimento de forma interdisciplinar, interagindo com a realidade local, respeitando os diferentes saberes, a diversidade sociocultural, bem como assegurando o direito a um ensino de qualidade social com inclusão e sustentabilidade socioambiental contou, em 2012, com a implantação do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP). O Sistema já está em aplicação nas 2.527 escolas da rede estadual, nas 30 Coordenadorias Regionais da Educação e na SEDUC, construído através da leitura do que ocorre na rede estadual, considerando as características, as necessidades, o desempenho obtido pelos estudantes e profissionais da educação, assim como as condições que propiciaram um determinado resultado. Além disso, com o propósito de incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa participante e condições para que os alunos se sintam protagonistas no processo da aprendizagem, promoveu-se a participação da comunidade escolar na gestão curricular estabelecendo, para tanto, um diálogo amplo e solidário entre governo e sociedade. Soma-se a isso a reconstrução dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e Regimentos, bem como a Reestruturação Curricular das escolas contemplando suas transversalidades e especificidades. Nesse item, implantou-se a reestruturação curricular nos anos iniciais em 1.730 escolas, e 1.059 escolas tiveram implantadas no 1º ano a reestruturação do currículo do Ensino Médio e uma nova proposta pedagógica para a Escola Normal. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação para 73 escolas, com 102 cursos integrados ao Ensino Médio, sendo gradativa a sua implantação em 37 escolas, com 42 cursos integrados em funcionamento em 2012. Nesse eixo estratégico cabe também destacar a participação de 21.150 integrantes da comunidade escolar em eventos culturais como: Feira do Livro, Caravanas da Leitura (Educação do Campo), apresentações artísticas “Educação Afro-quilombola”, “Cultura Gaúcha”, “Mais Educação” e eventos de diferentes temas realizados pelas Coordenadorias Regionais.

No que concerne à Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CREs e SEDUC – cujo objetivo é a construção de políticas, mecanismos e instrumentos que garantam um espaço público de deliberação coletiva na tomada de decisões sobre o processo de gestão e organização escolar com vistas ao fortalecimento e a qualificação das instituições escolares –,

desenvolveram-se ações transversais com universidades, órgãos públicos, organismos internacionais e instituições da sociedade civil, estabelecendo-se 19 programas para a expansão e qualificação da Educação Básica com instituições como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Governo Federal e Municipal. Além disso, aprofundou-se a democratização da gestão escolar através: do assessoramento na construção coletiva de uma estrutura organizacional mais horizontal, democrática e participativa, resultando em um amplo debate com a comunidade escolar sobre a Reestruturação Curricular da Educação Básica; da criação gradativa de Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis em 785 escolas onde os mesmos ainda não foram implantados; da informatização da gestão da escola, CREs e SEDUC e da alteração da Lei da Gestão Democrática (Lei nº 10.576/2001) por meio da Lei nº 13.990, de 15 de maio de 2012, refletindo a democratização das relações nas diferentes instâncias, com ênfase na eleição dos diretores, na transformação dos Conselhos Escolares em Unidades Executoras e na Autonomia Financeira das CREs. Para a manutenção e desenvolvimento de projetos pedagógicos, foram descentralizados R\$ 68.527.078,00 para todas as escolas de Educação Básica e R\$ 3.600.000,00 para a Educação Profissional.

Com relação à Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica, tendo como objetivo viabilizar, a todos os cidadãos, o acesso e a permanência com sucesso a uma Educação Básica de qualidade social, em todos os níveis e modalidades de ensino, priorizando a universalização do Ensino Médio, constituiu-se o acompanhamento da realidade educacional para subsidiar a construção de políticas que assegurem o acesso com qualidade e o sucesso escolar. Destacam-se, como ações estratégicas, a realização do Diagnóstico da Educação Básica do Rio Grande do Sul, com ênfase no Ensino Médio, análise com periodicidade anual; a elaboração de Relatório Gerencial de alunos infrequentes do Ensino Fundamental e Médio, acompanhados individualmente pelas escolas através da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI); a assinatura de Acordo com a PROCERGS/Ministério Público/SEDUC e demais parceiros visando à informatização e ao acompanhamento da FICAI em todas as etapas da sua execução com implantação do projeto-piloto, em 2012, nos municípios de Rio Pardo e Porto Alegre; a implantação dos Comitês Comunitários de Prevenção à Violência (COPREVEs) nas escolas e no entorno, sob coordenação das CREs/SEDUC. Além disso, implementou-se o atendimento da Educação Básica com qualidade social e cidadania, priorizando a universalização do Ensino Médio e Médio Integrado à Educação Profissional, com implantação gradativa. Ainda sobre a ampliação do acesso, destaca-se: o atendimento de 1.088.596 alunos da Educação Básica com alimentação escolar, sendo que, deste total, 346.991 alunos do Ensino Médio Politécnico recebem, também, alimentação escolar no contraturno; a disponibilização de transporte escolar a 117.695 alunos do meio rural, com um incremento de 21% no valor total transferido aos municípios que efetuam o transporte desses alunos, corrigindo, em 2012, a defasagem existente nos anos anteriores; a inclusão de 3.722 alunos com deficiência na rede regular de ensino estadual; a compra de vagas em Instituições Educacionais sem fins lucrativos para 3.916 alunos, principalmente, da Educação Especial; a manutenção de 10.826 alunos na Educação Infantil em escolas de Educação Básica, prioritariamente nos assentamentos, em comunidades indígenas e quilombolas; e a implantação de Central de Vagas informatizada em parceria com os municípios.

Já no que concerne à Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação, iniciou-se a construção de uma política de Recursos Humanos, procurando, com isso, suprir de recursos

humanos as escolas, a partir do diagnóstico das suas reais necessidades. Além disso, implantou-se uma política de Formação Continuada, contemplando a formulação de proposta de formação continuada e permanente para todos os profissionais em Educação, em consonância com as políticas públicas educacionais do Rio Grande do Sul e em relação às demandas constituintes da prática docente. Nesse contexto, realizaram-se 330 seminários/encontros de Formação nas diversas regiões do Estado, além de três Seminários Estaduais sobre Reestruturação Curricular do Ensino Fundamental - anos iniciais, Reestruturação Curricular do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, totalizando 102.000 participantes (professores, funcionários das escolas, gestores e especialistas) ao longo do processo de formação continuada, sob coordenação da SEDUC e CREs. Soma-se a isso a nomeação de 5.605 professores concursados, a disponibilização de um terço da carga horária semanal aos profissionais da Educação para formação continuada e planejamento em serviço, bem como a implantação gradativa do Piso Nacional no Plano de Carreira do Magistério Estadual, através de reajustes sobre o básico que, até o final do ano de 2014, representarão um aumento de 76,6% sobre o básico de janeiro de 2011.

Sobre a Qualificação, Recuperação e Ampliação da Infraestrutura Física e Pedagógica e Viabilização da Modernização Tecnológica das Escolas Estaduais – cujo objetivo é prover um ambiente qualificado às atividades escolares, quanto à infraestrutura física e pedagógica dos 2.572 estabelecimentos de ensino, bem como o acesso às novas tecnologias de informação –, destacam-se a construção/reconstrução/ampliação e recuperação da rede física, a aquisição de equipamentos/mobiliários básicos e de qualificação dos espaços escolares e a modernização tecnológica através da compra e qualificação de equipamentos audiovisuais, de informática e salas multimídia, além de *softwares* pedagógicos para a qualificação das condições do trabalho pedagógico da comunidade escolar. É de ressaltar, nesse contexto, a construção do Plano de Necessidade de Obras (PNO), embasado em uma nova concepção de escola do século XXI, cujo projeto visa à revitalização da rede estadual em sua totalidade, através da formulação de um novo padrão arquitetônico de escola, a partir da revisão de diretrizes, permitindo espaços de acessibilidade e que atendam aos novos paradigmas político-pedagógico-culturais e socioambientais. Nesse sentido, em 2012, foram construídas condições entre as quais cabe destacar a abertura do processo licitatório dos projetos arquitetônicos de 1.028 escolas; a construção de três escolas novas, duas delas em etapa de conclusão – EEEM Desvio Rizzo, em Caxias do Sul (R\$ 2.157.202,00) e EEEM Sagrado Coração de Jesus, em Cachoeira do Sul (R\$ 1.270.477,00), e uma em processo de licitação – EEEM Westfália, em Westfália (R\$ 1.403.828,00); a construção de dois prédios novos – EEEM na Colônia Maciel - Pelotas (R\$ 1.089.330,00) e EEEM Santa Fé, em Caxias do Sul (R\$ 1.641.690,00); e a realização de 916 obras/reformas em escolas de Educação Básica da rede estadual, nesta gestão. Dessas, 364 foram concluídas em 2011, e 552 foram concluídas ou estão em processo de conclusão para o início de 2013, em um valor total investido de R\$ 114.155.451,00. É importante salientar que, das 552 obras de 2012, 226 tiveram os recursos descentralizados às escolas. Devido à precária manutenção da rede escolar ao longo dos últimos anos, houve necessidade de um investimento de R\$ 60.285.079,00 em obras emergenciais, em execução em 2012.

Quanto à qualificação e modernização tecnológica dos espaços pedagógicos, culturais e administrativos é importante salientar: a aquisição de jogos pedagógicos para 625 turmas de Educação Infantil; disponibilização de pracinhas infantis para 1.490 escolas; distribuição de equipamentos de multimídia para ações pedagógicas para 1.059 escolas de Ensino Médio

Politécnico e de Curso Normal; aquisição de materiais escolares para 1.974 alunos de Educação de Jovens e Adultos das escolas do campo; aquisição de material didático para 1.551 estudantes com deficiência visual e altas habilidades; qualificação de mobiliário escolar de 450 escolas; atualização/qualificação de equipamentos e material pedagógico para biblioteca (com 102.410 livros distribuídos tendo em vista a expansão/qualificação do Ensino Médio) e para laboratório de ciências de 228 escolas; descentralização de recursos no valor de R\$ 2 milhões às escolas – Vale Crédito de Leitura – para a aquisição de livros e R\$ 1.200.000,00 para aquisição de *kits* de Literatura Gaúcha; distribuição de equipamentos de cozinha para 626 escolas; aquisição de 7.337 *netbooks* para alunos e professores dos municípios de Bagé e de Lagoa de Três Cantos, 2.327 computadores para o administrativo das CREs e SEDUC, 40 *notebooks* para Educação Especial e 225 projetores multimídia e 546 lousas digitais; distribuição de 3.920 computadores para qualificação do laboratório de informática de 392 escolas; aquisição de 22.541 unidades de *Tablets* educacionais para professores de Ensino Médio; aquisição de 2.484 computadores para o laboratório de informática, através do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO/MEC), beneficiando 138 escolas; aquisição de 2.572 computadores (um por escola) para trabalho administrativo; instalação de conectividade via *modem* em 400 escolas e renovação de cabeamento de transmissão de internet em 70 escolas.

A Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica tem como objetivo fortalecer e revitalizar a rede pública através de ações estratégicas que ampliem e qualifiquem a Educação Profissional e Tecnológica hoje oferecida, garantindo a qualificação do acesso e permanência do aluno e abrangendo as áreas de infraestrutura dos espaços físicos das escolas, gestão de recursos humanos, gestão curricular e apoio na gestão escolar, visando à superação de problemas, ao desenvolvimento de potencialidades e à implantação de cursos que dialoguem com o mundo do trabalho, com as necessidades locais, com os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e cadeias produtivas. A implementação das ações previstas nesse sentido está sob a responsabilidade da **SEDUC** e da **Fundação Liberato Salzano**.

Atualmente, a Educação Profissional no Estado constitui-se em uma grande rede, contando com um total de 152 escolas e um contingente de, aproximadamente, 30 mil alunos em 107 Municípios (Censo Escolar de 2011). Em 2012, houve a abertura de 45 novas turmas gerando 1.125 novas vagas. A implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional está em curso, de forma gradativa, com término previsto para 2013. Nesse sentido, cabe destacar a promoção de várias formações descentralizadas pelas CREs nas regiões, com a participação de 2.395 professores, alunos, pais e funcionários das escolas; a realização de quatro encontros estaduais com 546 representantes das escolas de Educação Profissional, que serão os multiplicadores nas escolas, com assessoria das CREs, das temáticas sobre reestruturação curricular, readequação dos cursos à realidade e às necessidades socioeconômicas estaduais e à matriz produtiva regional e local, bem como do conjunto das políticas da Educação Profissional; o incentivo à pesquisa, através de Mostras nas CREs e Mostras Regionais nos núcleos da Mostra das Escolas de Educação Profissional (MEP) e Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional (FECITEP), com a participação de todas as escolas de Educação Profissional das redes de ensino do Rio Grande do Sul; a descentralização de R\$ 2.501.336,00 para qualificação das ações pedagógicas e serviços de manutenção, a partir de critérios construídos no Grupo de Trabalho constituído com representantes das escolas e da SEDUC; a aquisição de 27 tratores para as escolas agrícolas. Para qualificação dos laboratórios foram transferidos recursos

no valor de R\$ 417 mil, beneficiando sete Escolas Técnicas. Do Programa Brasil Profissionalizado, Convênio nº 750012/2008, referente a nove obras de ampliação/reforma, quatro foram concluídas, quatro estão em execução e uma em adequação do projeto (valor total R\$ 5.663.411,99). Do Convênio nº 658382/2009, de 60 obras/reformas, uma foi concluída, 15 estão em execução e as demais estão em fase de adequação de projetos, com aplicação de R\$ 8 milhões, em 2012.

Contribuem para o desenvolvimento e qualificação dessa modalidade as ações propostas pela Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC), que possui uma estrutura voltada à educação profissional de nível técnico, com alunos provenientes de mais de 50 municípios do Rio Grande do Sul e oferece cursos diurnos, para alunos provenientes do Ensino Fundamental (nas áreas de Química, Mecânica, Eletrotécnica, e Eletrônica) e cursos noturnos de educação profissional, dirigidos a alunos que já possuem o Ensino Médio e que desejam obter formação técnica (nas mesmas áreas dos cursos diurnos e mais em Segurança do Trabalho, Automotivo, *Design*, e Informática para a internet).

As principais iniciativas da Fundação em 2012, com os resultados obtidos, são apresentadas a seguir:

- Ampliação e conservação dos espaços físicos e infraestrutura para atender a implantação de novos cursos e novas modalidades, além da prestação de atendimento de qualidade aos alunos matriculados: ampliação/reforma/qualificação dos espaços físicos em três laboratórios, diversos telhados, dois banheiros; início da construção do novo estacionamento para 269 vagas; ampliação da banda larga corporativa e de câmeras de vigilância eletrônica de 20 para 48.
- Ampliação e manutenção da oferta de vagas, pela instalação de novos cursos e novas modalidades de funcionamento, além de prestação de atendimento aos alunos matriculados, desenvolvendo os currículos plenos dos cursos técnicos em funcionamento na Instituição: 3.612 alunos matriculados e criação de 64 novas vagas em 2012.
- Desenvolvimento de projetos de inserção comunitária de fomento à pesquisa e de marketing institucional, objetivando implementar projetos institucionais que intensifiquem a inserção e as relações comunitárias da Fundação, como Incubadora Tecnológica Liberato (ITEL), divulgar as ações institucionais e realizar, anualmente, as Mostras Internacionais de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC) e os Seminários Internacionais de Educação Tecnológica (SIET), que também ocorrem a cada ano: realização de divulgação institucional dos cursos técnicos; incubação de uma empresa pela ITEL; realização da 27ª MOSTRATEC e do 19ª SIET (24 e 25 de outubro de 2012); desenvolvimento de 20 projetos de inserção comunitária.
- Inserção institucional no ciclo de crescimento regional através da ampliação de convênios e parcerias estratégicas e privadas para captação de recursos externos e busca da sustentabilidade institucional, da atuação ativa na criação, implantação e desenvolvimento do Centro de Inovação tecnológica (CIT) regional e da ampliação da atuação da Fundação Liberato junto aos municípios de sua abrangência: implantação de



um convênio/parceria estratégica para captação de recursos externos e busca de sustentabilidade institucional.

- Modernização da gestão, pela implantação de sistema de informatização da gestão acadêmica e de recursos humanos, atualização do planejamento estratégico e capacitação de professores e pessoal de apoio: capacitação de 28 servidores.
- Modernização e qualificação dos recursos de apoio, dos equipamentos didático-pedagógicos e do acervo bibliográfico, envolvendo montagem de novos laboratórios e oficinas, modernização dos equipamentos dos laboratórios e oficinas existentes, modernização dos materiais e equipamentos didáticos de apoio e ampliação e conservação do acervo bibliográfico: implantação de dois laboratórios e oficinas e modernização de três laboratórios e oficinas; aquisição de 87 títulos bibliográficos.

Para 2013, a SEDUC e a Fundação Liberato buscarão dar continuidade à implementação, aprofundamento, qualificação e concretude dos eixos políticos estratégicos, conforme segue:

#### AÇÕES PARA 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão Curricular (Democratização do Conhecimento)	Avaliação institucional participativa : qualificação da implementação do Sistema Estadual de Avaliação Participativa anual, em todas as instâncias, através de diagnósticos e análise quantitativa e qualitativa dos resultados, servindo de parâmetro para a tomada de decisões, superação das limitações constatadas, reorganização das práticas e prestação de contas à sociedade.
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão Curricular (Democratização do Conhecimento)	Participação da comunidade escolar na gestão curricular.
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão Curricular (Democratização do Conhecimento)	Qualificação e potencialização do uso dos espaços e equipamentos pedagógicos.
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão Curricular (Democratização do Conhecimento)	Reconstrução dos Projetos Político-Pedagógicos e reestruturação curricular das escolas contemplando as suas transversalidades e especificidades: continuidade da implantação e implementação da reestruturação curricular no 2º ano do Ensino Médio Politécnico, através da formação continuada e assessoria sistemática e dialógica, em serviço, dos professores, gestores e comunidade escolar; qualificação/consolidação da reestruturação curricular nos anos iniciais (alfabetização e letramento) e implementação da reestruturação em todos os níveis e modalidades de ensino nos anos finais do Ensino Fundamental; viabilização das produções pedagógicas e garantia de material pedagógico necessário ao processo de aprendizagem.
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	Articulação de ações transversais com universidades, órgãos públicos, organismos internacionais e instituições da sociedade civil.
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	Democratização da gestão escolar: descentralização de recursos financeiros às escolas de Educação Básica (autonomia financeira), através da atualização dos dados correspondentes às matrículas e demais variáveis, com um incremento no repasse dos recursos em apoio às atividades pedagógicas, administrativas e de gestão da escola; transformação

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>
		dos Conselhos Escolares em Unidades Executoras.
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	Democratização das relações nas diferentes instâncias - SEDUC, CRES e escolas -, com a construção de políticas de gestão educacional.
SEDUC	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	Acompanhamento da realidade educacional, e dos alunos infrequentes através do FICAI.
SEDUC	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	Atendimento da Educação Básica com qualidade social e cidadania no que se refere a: alimentação escolar; transporte escolar; compra de vagas, especialmente na Educação Especial; ampliação do atendimento, com qualidade, dos alunos da Escola Aberta para a Cidadania e da Escola da Terra; inclusão de alunos com deficiência; potencialização da correção de fluxos e escolarização progressiva dos jovens de 15 a 17 anos.
SEDUC	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	Atendimento progressivo da jornada de tempo integral no Ensino Fundamental: ampliação do atendimento, com qualidade dos alunos das Escolas de Tempo Integral.
SEDUC	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	Viabilização do transporte escolar do meio rural e do contraturno das escolas do Ensino Médio Politécnico.
SEDUC	Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação	Apoio à formação dos profissionais da Educação, em nível de graduação e pós-graduação, através do Auxílio Estudo.
SEDUC	Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação	Formação continuada dos profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino através de reuniões, encontros, seminários, cursos de abrangência local, regional, inter-regional, estadual, nacional/internacional, para circulação de ideias, socialização das boas práticas pedagógicas, qualificação e aprofundamento das políticas educacionais e para a construção de novos conhecimentos através da troca de experiências na área da Educação.
SEDUC	Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação	Formação para a comunidade escolar sobre o processo de gestão escolar: formação continuada de gestores e comunidade escolar sobre as políticas de gestão administrativa e pedagógica em execução
SEDUC	Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação	Formação tecnológica: formação continuada em Tecnologia da Informação, aliada ao uso do computador e de suas ferramentas no processo de aprendizagem.
SEDUC	Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação	Políticas de Formação Continuada: formulação de proposta para formação continuada e permanente para os profissionais em Educação, em consonância com as políticas públicas educacionais do Estado e em relação às demandas constituintes da prática docente.
SEDUC	Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação	Políticas de Recursos Humanos: realização de dois concursos públicos – o segundo para professores e o primeiro para funcionários de escola.
SEDUC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Ampliação de vagas na Educação Profissional.
SEDUC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Incremento de 150% no repasse dos recursos para a Educação Profissional e Tecnológicas, em apoio às atividades pedagógicas, administrativas e de gestão.
SEDUC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Ampliação, conservação e qualificação dos espaços físicos, do mobiliário e dos equipamentos

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEDUC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Capacitação e formação dos profissionais que atuam em EP com aplicação de práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica nas áreas de abrangência do Ensino Técnico, Politécnico e Profissional Integrado ao Ensino Médio das diferentes comunidades e regiões do Rio Grande do Sul com participação de Instituições Públicas e Entidades envolvidas com a proposta de Educação Profissional do Estado.
SEDUC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Criação e adequação dos cursos às necessidades locais e regionais, de acordo com os arranjos produtivos locais, com acompanhamento dos egressos da EP.
SEDUC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Implantação, qualificação, modernização dos laboratórios, espaços pedagógicos e administrativos
SEDUC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Manutenção e apoio na gestão das escolas de Educação Profissional.
SEDUC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Promoção e incentivo da pesquisa nas escolas com Educação Profissional, com participação em mostras e feiras.
FETLSVC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Ampliação e conservação dos espaços físicos e infraestrutura: projeto estrutural para o novo prédio do Programa Brasil Profissionalizado; aquisição de veículo para a área de manutenção; elaboração de projeto de acessibilidade universal nos prédios da Fundação Liberato; licitação para a nova subestação elétrica; renovação do mobiliário respeitando aspectos ergonômicos e de saúde laboral; cobertura da quadra de transportes externa.
FETLSVC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Ampliação e manutenção da oferta de vagas.
FETLSVC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Desenvolvimento de projetos de inserção comunitária de fomento à pesquisa e de <i>marketing</i> institucional.
FETLSVC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Inserção institucional no ciclo de crescimento regional.
FETLSVC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Modernização da gestão: implantação do sistema <i>wireless</i> no campo; licitação do <i>software</i> de gestão (ensino/administrativa/recursos humanos).
FETLSVC	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Modernização e qualificação dos recursos de apoio, equipamentos didático-pedagógicos e do acervo bibliográfico.
SEDUC	Qualificação, Recuperação e Ampliação da Infraestrutura Física e Pedagógica e Viabilização da Modernização Tecnológica das Escolas Estaduais	Construção/reconstrução/ampliação e recuperação da rede física: licitação e execução gradativa das obras do PNO, de acordo com um novo padrão arquitetônico que atende aos novos paradigmas político-pedagógico-culturais e socioambientais da atual gestão; construção de quadras poliesportivas com toda a infraestrutura necessária para atividades esportivas, culturais, pedagógicas e de lazer; execução das demandas previstas através do Sistema de Participação Popular e Cidadã; manutenção, conclusão e conservação com qualidade da infraestrutura física das escolas de Educação Básica.
SEDUC	Qualificação, Recuperação e Ampliação da Infraestrutura Física e Pedagógica e Viabilização da Modernização Tecnológica das Escolas Estaduais	Equipamentos/mobiliários básicos e de qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC: ampliação e qualificação dos espaços físicos e modernização/qualificação dos laboratórios e demais espaços administrativos, pedagógicos e culturais, bem como o atendimento das demandas do Sistema de

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
		Participação Popular e Cidadã.
SEDUC	Qualificação, Recuperação e Ampliação da Infraestrutura Física e Pedagógica e Viabilização da Modernização Tecnológica das Escolas Estaduais	Modernização tecnológica: aquisição de equipamentos audiovisuais de informática, lousa interativa e <i>softwares</i> pedagógicos, objetivando a instrumentalização da cultura digital na prática pedagógica, bem como a potencialização do uso de novas tecnologias da informação e multimídia em todas as instâncias da rede estadual de ensino, com ênfase no Ensino Médio e nas escolas do Projeto Província de São Pedro, em parceria com o governo do Uruguai.

## Esporte e Lazer

Os temas Esporte e Lazer estão afetos à **Secretaria do Esporte e do Lazer (SEL)** e à sua Instituição Vinculada - **Fundação do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)**.

A **Secretaria do Esporte e do Lazer (SEL)** foi criada pela Lei nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, que desmembrou as competências e estruturas referentes à Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer em órgãos distintos, denominados Secretaria do Turismo e Secretaria do Esporte e do Lazer. A Secretaria também incorporou as funções, estrutura e orçamento da extinta Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo 2014. Em função disso, integra a sua estrutura o Comitê Gestor da Copa do Mundo RS 2014 (CGCopa).

A SEL tem como missão “consolidar o esporte e o lazer para educar, integrar socialmente e promover saúde, bem-estar e melhoria da qualidade de vida”, e sua visão é tornar-se “referência na efetivação de uma política de Estado que promova democratização dos recursos e inclusão social, resgatando a condição do Rio Grande do Sul de protagonista no cenário esportivo”.

O Comitê Gestor da Copa do Mundo RS 2014 (CGCopa) gerencia e articula ações entre o poder público e a sociedade, preparando o Estado para o evento. O CGCopa conta com várias Câmaras Temáticas, sendo elas: Infraestrutura, Estádios, Segurança, Desenvolvimento Turístico, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Promoção Comercial e Tecnológica, Saúde, Cultura, Educação e Ação Social e Transparência.

A **FUNDERGS** é o órgão executor das políticas e de fomento ao esporte e ao lazer. Possui foco no esporte educacional, no esporte de alto rendimento e no desenvolvimento do esporte (recreação e lazer, promoção à saúde, inclusão e pesquisa).

As ações referentes ao Esporte e ao Lazer estão organizadas em dois programas finalísticos:

- Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, cujo objetivo é “criar Políticas Estaduais de Esporte e Lazer eficazes na promoção de uma melhor qualidade de vida e inclusão social”.

- RS COPA 2014, que visa “realizar a Copa do Mundo FIFA 2014 no Estado do Rio Grande do Sul, por meio da articulação com os setores de governo, os atores sociais e a sociedade organizada”.

Adiante, serão apresentadas as principais realizações vinculadas a esses programas, demonstrando o esforço realizado e os resultados obtidos no ano de 2012, tendo como base principal o conteúdo registrado no Sistema de Informações do Planejamento e Gestão (SISPLAG), além do que consta do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME).

No âmbito do Programa Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, a SEL é responsável pela ação Construção de Ginásio Poliesportivo. Em 2012, foram desenvolvidos trabalhos de elaboração do projeto de ginásios poliesportivos, para a prática de futebol de salão, basquete e vôlei, os quais, após a conclusão do projeto, serão construídos em municípios escolhidos mediante edital a ser publicado.

Já no Programa RS Copa 2014, a SEL é responsável pelas ações: Capacitação Profissional e Voluntariado; Congressos, Seminários, Oficinas de Trabalhos, Painéis e Intercâmbios Estaduais, Nacionais e Internacionais; Estruturas Temporárias para a COPA; Gerenciamento integrado dos projetos relacionados à realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014; e, Plano de Comunicação RS COPA 2014. No ano de 2012, destacam-se as seguintes realizações relativas a essas ações:

- Capacitação Profissional e Voluntariado: em ação desenvolvida em conjunto com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), 4.400 pessoas foram capacitadas em inglês, na modalidade de Ensino a Distância.
- Congressos, Seminários, Oficinas de Trabalhos, Painéis e Intercâmbios Estaduais, Nacionais e Internacionais – foram realizados, nesse sentido: 52 eventos voltados às áreas de saúde, segurança, mobilidade urbana e meio ambiente, na cidade sede da Copa 2014 (Porto Alegre) e nas cidades candidatas a sediarem Centros de Treinamento de Seleções (Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Farroupilha, Lajeado e Viamão, entre outras); o Seminário de Segurança da Copa do Mundo FIFA 2014, em Porto Alegre, que contou com a participação de mais de 600 pessoas, inclusive gestores da área de segurança, e no qual foi apresentado o Plano Nacional de Segurança para Megaeventos, que inclui projetos voltados à Copa 2014 e à Olimpíada 2016; participação da SEL, juntamente com a Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital (SECOM) e a Secretaria do Turismo (SETUR), do Soccerex 2012, no Rio de Janeiro, mediante a instalação de estande de divulgação do Rio Grande do Sul.
- Estruturas Temporárias para a COPA 2014: questão de fundamental importância para o adequado funcionamento dos sistemas de comunicação, o projeto de implantação da tecnologia 4G para transmissões via internet tem merecido especial atenção por parte da SEL, que tem participado de todas as discussões para definição dos modelos de precificação e contratação, com vistas ao atendimento das requisições do Comitê Organizador Local da FIFA para estruturas temporárias. Essa questão é de importância capital para a cobertura dos jogos que se realizarão no Estádio Beira-Rio e das FIFA Fan Fest.

A **Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)** foi criada em 2001 com o objetivo de desenvolver e fomentar práticas esportivas, sendo responsável pela promoção e desenvolvimento do esporte e do lazer, desde o acesso às práticas em todos os níveis até o esporte de alto rendimento. Constitui-se na agência de fomento do esporte e do lazer no RS, cuja principal fonte de receita são as loterias oficiais da Caixa Econômica Federal.

A FUNDERGS é o órgão executor das políticas públicas setoriais, em especial as de fomento ao desenvolvimento do esporte e do lazer no Rio Grande do Sul. Possui foco no esporte educacional, de alto rendimento e no desenvolvimento do esporte (recreação e lazer, promoção à saúde, inclusão e pesquisa).

A entidade ainda administra o Centro de Treinamento Esportivo do Estado (CETE), que está sendo amplamente reformado para tornar-se um espaço público de referência no País. O projeto prevê a criação de centros de excelência em diferentes modalidades.

As ações sob responsabilidade da Fundação integram o Programa Desenvolvimento do Esporte e do Lazer e, no ano de 2012, com a aplicação de mais de R\$ 11 milhões, merecem destaque as seguintes realizações:

- Censo do Esporte: tem o objetivo de mapear o atual cenário do esporte e do lazer no Estado, identificando os recursos humanos, os recursos financeiros, a infraestrutura, os programas e projetos existentes, visando constituir base para a definição das políticas públicas no segmento do esporte e lazer e auxiliar no direcionamento das ações. No decorrer do ano de 2012, foi elaborado orçamento prévio para definição da modalidade de pesquisa a ser aplicada, contratação de empresa para realização do serviço e publicado o Edital de Convênio, visando selecionar proposta de Instituição de Ensino Superior para desenvolvimento e aplicação da pesquisa, tendo como resultado (em dezembro de 2012) a assinatura de convênio com a Sociedade Porvir Científico (UNILASALLE). A pesquisa deverá ser aplicada em 100 cidades com população mínima de 20.000 habitantes.
- Academias ao ar livre: como parte das ações de promoção da saúde pela via da prática do exercício físico, a FUNDERGS implantou, em 2012, 15 academias ao ar livre, nos municípios de Camargo, Faxinal do Soturno, Itapuca, Nova Bassano, Porto Vera Cruz, São Gabriel, São João da Urtiga, São João do Polêsine, São Paulo das Missões, Silveira Martins, Tio Hugo, Três de Maio e Vila Nova do Sul.
- Capacitação para o Desenvolvimento do Esporte: com o objetivo de capacitar os agentes dos municípios e das entidades na captação de recursos e desenvolvimento de projetos na área de esporte e do lazer, foram realizados cursos de qualificação em parceria com a Secretaria da Educação, com Instituições de Ensino Superior e com o Comitê Olímpico Brasileiro. Em 2012, realizaram-se os seguintes eventos de capacitação:

Local	Detalhes
Alegrete	Clínicas Paraolímpicas
Gravataí	Clínicas Paraolímpicas
Passo Fundo	Clínicas Paraolímpicas
Porto Alegre	Curso de Administração Esportiva, ministrado pelo Comitê Olímpico Brasileiro (CAE)
Porto Alegre	Cursos de qualificação na área do Lazer e do Esporte, em parceria com Secretaria da Educação e Instituições de Ensino Superior
Rio Grande	Clínicas Paraolímpicas
Santa Cruz do Sul	Semana Olímpica
Santa Cruz do Sul	Clínicas Paraolímpicas
Santa Rosa	Clínicas Paraolímpicas

- Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte: visando à implantação de centros de desenvolvimento ao esporte em cidades-polo no Rio Grande do Sul a FUNDERGS, em 2012, se estruturou nesse sentido, criando a Divisão de Polos, que será responsável pela estruturação/implantação dos Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte. Além disso, foram desenvolvidas negociações para a efetivação de parcerias com as Instituições de Ensino Superior, como a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e foi iniciada a implantação dos Polos de Passo Fundo e São Leopoldo, por meio de convênio com a Universidade de Passo Fundo (UPF) e com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).
- Promoção do Esporte de Alto Rendimento: além do desenvolvimento de ações relativas ao projeto de um Centro de Excelência em Porto Alegre, abrangendo diversas modalidades esportivas, como ginástica artística, judô, atletismo e voleibol, foram realizados os Jogos Intermunicipais (JIRGS), com competições em 14 municípios: Camaquã, Caxias do Sul, Cruz Alta, Esteio, Marau, Montenegro, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santiago, Uruguaiana e Vacaria. Os JIRGS 2012 envolveram competições nas seguintes modalidades esportivas: atletismo, basquete, futsal, handebol, natação, vôlei de areia, judô e voleibol, com participação de 2.741 atletas.
- Campeonatos Paradesportivos (PARAJIRGS): foram realizados os PARAJIRGS 2012, destinados a atletas com necessidades especiais. Os jogos foram disputados em Porto Alegre, no CETE e na Associação Cristã de Moços (natação), e em Gramado (esgrima em cadeira de rodas) e envolveram disputas nas seguintes modalidades esportivas: atletismo, judô, tênis de mesa, voleibol sentado, bocha, basquete em cadeira de rodas, futebol de cinco, futebol de sete, tênis em cadeira de rodas, goalball, natação e esgrima em cadeira de rodas, totalizando 432 atletas participantes.

- Outros jogos e competições realizados: além dos JIRGS e PARAJIRGS, outras 58 competições foram organizadas pela FUNDERGS em 2012, com atividades em 50 municípios, como se verifica no quadro a seguir:

Local	Detalhes
Alvorada	Gauchão de Futebol de Várzea
Antônio Prado	Gauchão de Futebol de Várzea
Barra do Rio Azul	Gauchão de Futebol de Várzea
Bento Gonçalves	Gauchão de Futebol de Várzea
Brochier	Gauchão de Futebol de Várzea
Caiçara	Gauchão de Futebol de Várzea
Campo Bom	Gauchão de Futebol de Várzea
Canoas	Jogos JASRS - Jogos dos Surdos
	Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul
Dois Irmãos	Gauchão de Futebol de Várzea
Dom Pedrito	Gauchão de Futebol de Várzea
Encantado	Gauchão de Futebol de Várzea
Estrela	Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul
Fortaleza dos Valos	Gauchão de Futebol de Várzea
Gravataí	Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul
Guaíba	Gauchão de Futebol de Várzea
Ibirubá	Gauchão de Futebol de Várzea
Ijuí	Gauchão de Futebol de Várzea
Lagoão	Gauchão de Futebol de Várzea
Lajeado	Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul
Marau	Gauchão de Futebol de Várzea
Mato Leitão	Gauchão de Futebol de Várzea
Nova Hartz	Gauchão de Futebol de Várzea
Nova Palma	Gauchão de Futebol de Várzea



<b>Local</b>	<b>Detalhes</b>
Nova Petrópolis	Gauchão de Futebol de Várzea
Pareci Novo	Gauchão de Futebol de Várzea
Pelotas	Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul
Portão	Gauchão de Futebol de Várzea
Porto Alegre	PARAJIRGS/PARACERGS-Jogos paralímpicos
	Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul
	Gauchão de Futebol de Várzea
Restinga Seca	Gauchão de Futebol de Várzea
Rosário do Sul	Gauchão de Futebol de Várzea
Sananduva	Gauchão de Futebol de Várzea
Santa Cruz do Sul	Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul
Santa Maria	Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul
	Gauchão de Futebol de Várzea
Santa Rosa	Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul
	Gauchão de Futebol de Várzea
Santa Vitória do Palmar	Gauchão de Futebol de Várzea
Santo Ângelo	Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul
	Gauchão de Futebol de Várzea
São Gabriel	Gauchão de Futebol de Várzea
São Leopoldo	Gauchão de Futebol de Várzea
	JUGS – Jogos Universitários Gaúchos
São Luiz Gonzaga	Gauchão de Futebol de Várzea
São Sebastião do Caí	Gauchão de Futebol de Várzea
Sertão Santana	Gauchão de Futebol de Várzea
Tenente Portela	Jogos dos Povos Indígenas
	Gauchão de Futebol de Várzea

Local	Detalhes
Tramandaí	Jogos dos Idosos
	Gauchão de Futebol de Várzea
Três Coroas	Gauchão de Futebol de Várzea
Trindade do Sul	Gauchão de Futebol de Várzea
Uruguaiana	Gauchão de Futebol de Várzea
Vacaria	Gauchão de Futebol de Várzea
Veranópolis	Gauchão de Futebol de Várzea
Vila Lângaro	Gauchão de Futebol de Várzea

- Casa do Esporte: empreendimento que visa dotar o Estado de estrutura própria para o gerenciamento das políticas públicas de esporte e lazer. Com área útil de 6.026 m<sup>2</sup>, junto ao CETE, contará com locais destinados à administração do CETE, da FUNDERGS e da SEL, de locais para as federações esportivas, de auditório, vestiários, sanitários, salas de apoio técnico e ginásio de voleibol, além das tradicionais instalações do CETE. O projeto prevê, ainda, a reforma e ampliação do ginásio poliesportivo existente no CETE. Em 2012, foram elaborados os projetos técnicos de engenharia e arquitetura.
- Centro Estadual de Treinamento Esportivo: o CETE passa por processo de reestruturação, com melhorias na sua estrutura física, administrativa e técnica. Em 2012, foram contratados 14 Técnicos de Esporte e Lazer, para o desenvolvimento de diversas modalidades esportivas e, no que diz respeito à melhoria das instalações, foi iniciada a obra de cercamento do Centro e a colocação de guaritas de acesso.
- Convênios assinados: além dessas ações, a FUNDERGS operacionalizou a assinatura de mais de 300 convênios com prefeituras e entidades sem fins lucrativos, visando apoiar a realização de atividades/eventos de lazer e de esporte, de projetos sociais ligadas ao esporte e lazer e para a realização de obras, construções/reformas de áreas esportivas. Nesses convênios, o Estado aplicou cerca de R\$ 6 milhões com recursos do Tesouro.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEL	RS Copa 2014	Gerenciamento integrado dos projetos relacionados à realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014
SEL	RS Copa 2014	Congressos, seminários, oficinas de trabalhos, painéis e intercâmbios estaduais, nacionais e internacionais
SEL	RS Copa 2014	Estruturas temporárias para a Copa
SEL	RS Copa 2014	Plano de comunicação RS Copa 2014
SEL	RS Copa 2014	Capacitação profissional e voluntariado
SEL	Desenvolvimento do esporte e do lazer	Construção de ginásio poliesportivo
FUNDERGS	Desenvolvimento do esporte e do lazer	Estruturação e implantação de polos regionais de

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
		desenvolvimento do esporte
FUNDERGS	Desenvolvimento do esporte e do lazer	Desenvolvimento de ações de promoção à saúde, recreação e lazer
FUNDERGS	Desenvolvimento do esporte e do lazer	Desenvolvimento de ações de qualificação dos profissionais de educação física e pesquisa acerca do esporte e do lazer
FUNDERGS	Desenvolvimento do esporte e do lazer	Reestruturação do CETE
FUNDERGS	Desenvolvimento do esporte e do lazer	Realização de competições e eventos de inclusão social e incentivo ao esporte
FUNDERGS	Desenvolvimento do esporte e do lazer	Casa do esporte
FUNDERGS	Desenvolvimento do esporte e do lazer	Censo do esporte
FUNDERGS	Desenvolvimento do esporte e do lazer	Promoção do esporte de alto rendimento
FUNDERGS	Desenvolvimento do esporte e do lazer	Repasse de recursos da Lei Pelé aos municípios/entidades

## Gabinete do Governador

Para auxiliar o Governador nas relações transversais entre as secretarias e contribuir na implementação da nova estratégia de desenvolvimento econômico e social, em 2012, o **Gabinete do Governador** buscou consolidar os fluxos criados para a coordenação das atividades da agenda do Chefe do Executivo Estadual, reafirmando o diálogo e a postura republicana como premissas da gestão. Viabilizou-se a integração do Governador com a sociedade civil, através de diversas ações do Gabinete Digital e das Interiorizações. A articulação institucional da gestão, para o atendimento de demandas, foi feita, também, com modernas ferramentas de gerenciamento eletrônico, e projetos como o “Música Piratini” representam o reencontro do Palácio Piratini com a população gaúcha.

Ainda em 2011, para tornar eficiente o lançamento, decisão e execução de compromissos direcionados ao Governador, foi criado, em colaboração com a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), o Sistema de Gestão da Agenda do Governo do Estado (SAG). O sistema apresenta relatórios detalhados com estatísticas de atendimentos, possibilitando análises estratégicas. Até início de dezembro de 2012, o Governador Tarso Genro realizou 4.478 audiências, 688 reuniões de trabalho, recebeu 57 vezes Ministros de Estado e teve nove encontros com a Presidente Dilma Roussef.

Aperfeiçoaram-se instrumentos de gestão participativa, que contribuíram para o processo democrático, entre eles: o *Gabinete Digital*, *os Encontros para o Desenvolvimento* e as *Interiorizações do Governo*. A consolidação do conjunto de instrumentos de diálogo e participação cidadã, voltados para o reconhecimento das aspirações de todas as regiões do Rio Grande do Sul, busca fortalecer o desenvolvimento econômico e social do Estado, através de estratégias que têm por eixos estruturais: o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da base produtiva já instalada e a integração das diversas regiões.

As Interiorizações de Governo compõem o Sistema Estadual de Participação Popular Cidadã, essencialmente por promover o diálogo direto entre o Governador e a população local e seus dirigentes. A Interiorização ocorre quando o centro político do Governo se transfere para o

interior do Estado. Nessa oportunidade, é possível o diálogo direto entre a população e o Governador. O envolvimento de amplos segmentos sociais, mobilizados antes das Interiorizações, oportuniza a apresentação das demandas locais e regionais quando da sua realização. Nas reuniões de interiorização são anunciados programas e ações específicos para a região e para o Estado. Os projetos estratégicos para a região, anunciados nessas ocasiões, são permanentemente monitorados pela Secretaria-Geral de Governo (SGG), através do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Todos os objetivos dos projetos estratégicos do Governo podem ser acessados através do SME, que aponta o grau de execução das ações. As ações de Interiorização do Governo em 2012 ocorreram em 11 cidades: Santa Rosa, São Lourenço, Santa Rosa, Lourenço do Sul, São Jerônimo, Rio Grande, Itaqui, Bento Gonçalves, Pelotas, Passo Fundo, Palmeira das Missões, São Miguel das Missões e Frederico Westphalen.

Na “Semana da Interiorização” foram visitadas 15 cidades, pelo Governador, entre os dias 3 e 8 de dezembro. Além disso, foram realizadas atividades diretas em 17 municípios do RS – Porto Alegre, Campo Bom, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Campestre da Serra, Vacaria, Sananduva, Passo Fundo, Cerro Grande, Frederico Westphalen, Panambi, Itaara, Santa Maria, Formigueiro, Bagé, Hulha Negra e Pelotas. As cidades contempladas pela Semana de Interiorização pertencem a 12 COREDEs – Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra, Campos de Cima da Serra, Nordeste, Produção, Rio da Várzea, Médio Alto Uruguai, Noroeste Colonial, Central, Campanha e Sul. O ônibus da Semana de Interiorização, com a equipe de governo, percorreu cerca de 1,9 mil km pelo Estado.

Em 2012, deu-se a consolidação dos “Encontros para o Desenvolvimento”, que consistem em atividades em municípios do interior do Estado, contando com a presença do Governador e de Secretários convocados. Nesses Encontros, o Governo busca responder a questões específicas do município e da região, além de atender entidades de relevância regional que também apresentam a sua perspectiva. Na oportunidade, dando continuidade ou iniciando o processo de interiorização, são apresentados balanços e prestação de contas, e são acolhidas novas demandas das regiões. Em 2012, foram realizados seis encontros: Lagoa Vermelha, Taquari, Erechim, Cruz Alta, Novo Hamburgo e Faxinal do Soturno.

O Gabinete Digital possibilitou aperfeiçoar o diálogo direto do Governador com a sociedade gaúcha, apoiando a gestão democrática. Periodicamente, questões relevantes foram lançadas ao debate público e processadas em um ambiente digital que, por meio de um processo aberto de debate e reflexão coletiva, recolheu questões de interesse geral, levantadas pelos internautas, para a construção de consensos. Algumas das agendas do Governador foram construídas por meio da participação cidadã, mobilizada em torno das redes sociais. Também foram realizadas audiências públicas, transmitidas ao vivo, abertas à participação por meio da *web*, sempre pautando temas de grande relevância para o Estado. Em pouco mais de um ano de sua criação, o Gabinete Digital recebeu quatro prêmios nacionais, entre eles, o Prêmio E-gov, de excelência em governo eletrônico, concedido pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP), e um prêmio internacional: o *Bank Beneficiary Feedback Awards*, concedido pelo Instituto do Banco Mundial.

As audiências públicas “Governo Escuta” transmitidas pela internet, são debates nos quais especialistas e a população abordam temas de relevância para o desenvolvimento do

Estado. O Governo Escuta, em 2012, abordou temas como a liberdade na sociedade digital e os legados da Copa do Mundo. Outro instrumento de gestão participativa foi o chamado “Governador Responde”, através do qual a população pode enviar perguntas sobre grandes temas diretamente ao Governador. Em nove edições do Governador Responde, mais de 90 questões foram respondidas em vídeo pelo Governador e mais de 25 mil votos foram recebidos. Os participantes, para eleger suas perguntas, fazem campanha através de seus contatos e redes sociais. Essa ferramenta passará por uma reestruturação técnica e metodológica sendo que, durante esse período, todas as questões enviadas até o momento serão respondidas gradualmente em texto. O recebimento de perguntas será retomado em 2013.

“Governador Pergunta” é um novo instrumento de participação inserido no Gabinete Digital, que tem o objetivo de promover o debate público sobre grandes temas e coletar, junto à população, subsídios para a construção de políticas públicas. A experiência inovadora do Governo gaúcho repercutiu na imprensa local, nacional e internacional e chamou a atenção de muitos blogueiros e estudiosos. Foram realizadas duas edições do Governador Pergunta que levantaram as seguintes questões:

- *“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”*: envolveu 60 mil pessoas, 50 propostas priorizadas, mais de 1,3 mil propostas encaminhadas e mais de 120 mil votos.

- *“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”*: na 2ª edição do Governador Pergunta, essa questão promoveu um grande debate em todo o Estado sobre Segurança no Trânsito. Com mais de 240 mil votos, foi a maior consulta pública realizada na internet no Brasil: 100 mil pessoas envolvidas, mais 2,1 mil propostas recebidas, mais de 240 mil votos e 10 propostas priorizadas.

Outra ação de destaque do Gabinete foi a execução do Pacto Gaúcho pela Educação, o qual tem origem nos debates sobre educação ocorridos no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) com o objetivo de promover a educação profissionalizante, técnica e tecnológica. Inicialmente, a Secretaria Executiva do Pacto Gaúcho pela Educação foi exercida pela Chefia de Gabinete do Governador, passando posteriormente para a Secretaria da Ciência e Desenvolvimento Tecnológico. O papel do Estado no Pacto Gaúcho pela Educação é o de articulador das instituições que realizam formação profissional, compatibilizando o potencial de formação dessas instituições com as demandas do desenvolvimento regional e estratégico do Rio Grande do Sul. Cabe ao Estado avaliar que tipo de qualificação profissional cada região precisa para se desenvolver e acionar as instituições de ensino. A rede irá beneficiar, prioritariamente, professores da rede estadual, alunos do ensino médio e da educação profissional e trabalhadores. O incentivo à pesquisa e o fortalecimento da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS) também compõem os objetivos do Pacto Gaúcho pela Educação. Mais de 67 mil vagas foram ofertadas pelas diversas políticas reunidas no Pacto.

O Programa Universidade para Todos/RS (ProUni RS) foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento da educação e formação profissional, através da concessão de bolsas de estudo integral de nível superior, em cursos de base tecnológica, por meio de parcerias com Instituições Comunitárias de Ensino Superior, sem finalidade lucrativa, visando

atender demandas de qualificação existentes nas diversas regiões do Estado. A seleção dos estudantes será feita com base nos resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no perfil socioeconômico. O Edital para seleção das instituições de Ensino Superior que oferecerão as vagas aos alunos foi lançado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS (FAPERGS) no mês de agosto, com adesão de sete Instituições. O programa está organizado para o ingresso de 500 alunos no primeiro semestre de 2013. Prevê um investimento de R\$ 43 milhões até 2014.

Foram promovidos cinco seminários/conferências pelo Gabinete do Governador, no ano de 2012. Em parceria com diversas Secretarias, o Gabinete contribuiu para a realização de grandes debates sobre temas decisivos para o futuro do Rio Grande do Sul. Os Seminários de Governo, reunindo Secretários de Estado para ajustar as principais pautas da gestão, ocorreram nos dias 13 de fevereiro, 2 de julho e 19 de dezembro de 2012. Essas realizações têm ajudado a projetar estrategicamente uma agenda para o Governador, de forma que ela apresente as mudanças reais promovidas nesta gestão, para o controle social, além de contribuir para qualificar a comunicação, organizando um discurso mais unânime entre os dirigentes da gestão, sendo que as explanações são dirigidas para melhor entender as demandas da sociedade gaúcha. Um desdobramento direto desta última finalidade é a instalação do Observatório de Gestão, que dará continuidade à reflexão proposta no Seminário.

Em julho de 2012, no Auditório do Ministério Público, aconteceu a conferência “Direitos Humanos, Desenvolvimento e Criminalidade Global”, que teve como palestrantes o Juiz da Audiência Nacional da Espanha, Baltasar Garzón; Gilson Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Coordenador da Comissão da Verdade; Maria do Rosário, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Jacques Alfonsin, advogado e procurador aposentado do Estado do Rio Grande do Sul. Durante a conferência, foi assinado o Decreto que cria a Comissão Estadual da Verdade. O evento teve a presença de mais de 600 pessoas e sua divulgação repercutiu em mais de 20 países.

Em 10 de setembro de 2012, foi promovido o “Encontro dos Agentes Regionais do Governo”. O evento, realizado no Theatro São Pedro, contou com a participação de 500 agentes e teve a finalidade de estabelecer uma rede de integração, compartilhamento e divulgação das políticas, programas e ações do Governo para as comunidades. Nos dias 4 e 5 de maio de 2012, ocorreu o Seminário “Crise da Representação e os Desafios da Democracia no Século XXI”, na Universidade Alcalá, em Madrid, na Espanha, o qual teve como objetivo aproveitar experiências de participação cidadã do Brasil e de outros países, para refletir sobre desafios da democracia neste novo século. Também foi realizada a atividade Conexões Globais integrada ao Fórum Social Temático, com o objetivo de promover a inclusão digital e que terá a 2ª edição em 2013.

O lançamento do projeto “Música no Piratini”, a partir de outubro de 2012, oportunizou que o Palácio Piratini iniciasse a organização de atividades de popularização da música clássica e divulgação de artistas e compositores. O projeto iniciou com a apresentação do pianista alemão Andreas Henkel, em parceria realizada entre o Gabinete do Governador, a Secretaria de Estado da Cultura e o Consulado Geral da Alemanha em Porto Alegre. E, em novembro de 2012, realizou-se a apresentação do Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA).

Ainda, entre as atribuições do Gabinete do Governador, inclui-se o desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais. Por meio de assessoria específica, o Gabinete do Governador vem trabalhando para ampliar o protagonismo do Estado no cenário internacional. Em 2012, buscou aprofundar o intercâmbio cultural, a cooperação na área tecnológica e a troca de experiências com outros governos na implementação de políticas públicas. Nesse sentido, foram realizadas dezenas de missões governamentais e foram consolidados projetos de cooperação com diversos países.

Atuou-se em todos os espaços políticos abertos na esfera institucional e na sociedade civil, em nível internacional, seja através da parceria com o Itamaraty e com o Governo Federal nas distintas esferas de intervenção no âmbito das relações diplomáticas do Brasil, seja na intervenção em debates sobre Direitos Humanos ou, ainda, na construção de interlocução com movimentos sociais.

Nesse sentido, por exemplo, o Rio Grande sediou a VIII Reunião da Nova Agenda Bilateral Brasil Uruguai, realizada entre o Itamaraty e a Chancelaria Uruguiaia. Nessas reuniões, são debatidos os principais temas referentes à integração socioeconômica e às políticas bilaterais dos dois países, espaço no qual o RS passou a assumir um papel cada vez mais relevante em parceria com o Governo Federal. O RS sediou também a Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do MERCOSUL, atividade que envolveu representações de todos os países do bloco e mais representantes de Chile, Venezuela, Equador e Peru.

Foi realizado um conjunto de atividades em parceria com as universidades locais, com as quais o governo tem buscado contribuir para fortalecer as ações internacionais de nossas instituições. Entre essas atividades, destacam-se a realização, em junho de 2012, do Seminário Brasileiro de Assuntos Estratégicos, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Assuntos Estratégicos da UFRGS. Esse seminário contou com a participação do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e de representantes de universidades e institutos de pesquisa da Rússia, China e Índia e África do Sul. Em setembro foi realizado, em parceria com o Programa de Pós-Graduação de Direito, o seminário sobre Justiça de Transição, que incluiu questões vinculadas à democracia e os direitos humanos na América Latina.

A ação do Gabinete do Governador, por meio da Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais, não se esgota nas relações entre governos e instituições públicas, mas abre também espaços importantes de diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais. Em janeiro de 2012 o governo deu apoio político e material à realização das atividades do Fórum Social Mundial Descentralizado, realizado em Porto Alegre. Em maio, durante a missão à Espanha, a delegação do RS se reuniu com representantes do Movimento 15 M, movimento social de contestação às políticas neoliberais de austeridade naquele país. E, no final do ano, foi realizado, também em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial Palestina Livre, que contou com ampla participação de organizações e ativistas que lutam pela paz, pelos direitos humanos e pela autodeterminação do povo palestino.

A ação do Gabinete do Governador no âmbito regional se concentra no MERCOSUL e se alinha com as ações do Governo Federal, tendo como objetivo o aprofundamento e a qualificação do processo de integração. Paralelamente ao acompanhamento do processo de

construção institucional do bloco, trabalhou-se diretamente com os governos nacionais de cada um dos países membros. Durante o primeiro ano, 2011, a ação foi mais intensa com o governo do Uruguai, trabalhando na construção de políticas públicas conjuntas, intercâmbio cultural e integração produtiva.

O ano de 2012 marcou o avanço da atuação no âmbito do MERCOSUL com o início das ações de cooperação com a Argentina. Essas iniciativas se desdobram, em um primeiro momento, no âmbito da relação com o governo nacional daquele país, passando, a seguir, para uma relação com governos provinciais, tendo como prioridade aquelas províncias que fazem fronteira e/ou aquelas que manifestem interesse na relação com o nosso Estado. Uma primeira missão do RS esteve em Buenos Aires realizando reuniões com a chancelaria, com a TV Pública argentina e com instituições que trabalham os temas de integração e de direitos humanos.

Em março de 2012, o Governador coordenou uma reunião de alto nível com o objetivo da retomada das articulações dos estados subnacionais no âmbito do MERCOSUL. Compareceram os Governadores de *Misiones*, Maurice Closs e Antonio Bonfati, de Santa Fe. Estiveram presentes também secretários e técnicos dos governos de *Corrientes*, *Mendoza*, *San Luis* e *San Juan*. Em maio, o governo do RS organizou uma primeira missão à província de *Misiones*, com a participação da AGDI, SETUR, TVE, DAER, SSP UNIJUÍ e Assembleia Legislativa. Esse trabalho teve continuidade com a realização, em agosto, de um encontro sobre integração produtiva, articulado por governos provinciais e universidades na Província de *Misiones*.

Essa atuação no âmbito do MERCOSUL passa também pela intervenção institucional, com a retomada da participação do RS no Comitê de Governadores do Fórum Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR). O Governo Federal, através da Secretaria de Assuntos Federativos, em acordo com os parceiros argentinos e uruguaios, propôs que o RS assumira a coordenação desse comitê a partir de junho de 2013. Em novembro de 2012, o Governador esteve em Buenos Aires para a reunião do comitê de Governadores do FCCR com a presença de governos locais e provinciais de todos os países do bloco. Essa reunião marcou a retomada formal da atuação do RS.

Na área da integração regional, um último tema deve ser destacado: a iniciativa de construção do Corredor Bioceânico do Paralelo 30. Essa proposta faz parte da lista de obras de infraestrutura da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), no âmbito da Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e planejamento (COSIPLAN), e vem sendo defendida pela província de *Coquimbo*, no Chile e pelas províncias de *San Luis* e *San Juan* na Argentina. O RS recebeu uma comitiva destas províncias, em abril, e participou de um seminário no Chile, em setembro, para organizar uma atuação conjunta em defesa desta iniciativa.

As ações mais importantes do RS, na esfera das relações internacionais, se materializaram em missões coordenadas pelo Governador. No ano de 2012, foram quatro missões, desenvolvidas nos marcos dos processos de cooperação:

- Em maio de 2012, foi realizada a primeira Semana da Cultura do Rio Grande do Sul em Montevideu, no Uruguai, atividade em que mais de 40 artistas gaúchos das áreas da música, artes plásticas, teatro, dança e literatura se



apresentaram na capital do país vizinho. Essa iniciativa marcou a primeira edição de uma prática de intercâmbio cultural que se tornará permanente, com realização de mostras gaúchas no Uruguai nos anos pares e mostras uruguaias no RS nos anos ímpares.

- No final de maio, o Governador realizou uma missão para a Europa, que envolveu atividades em Portugal, Espanha e Inglaterra. Nesses países, ademais de atividades da área econômica coordenadas pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do investimento (AGDI) e Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do investimento (SDPI), foram realizados importantes debates e ações políticas. Em Portugal, o Governador participou de um debate sobre a democracia contemporânea na Universidade de Coimbra. Na Espanha, foi realizado, na Universidade de *Alcalá de Henares*, em parceria com a *Fundación Alternativas*, um seminário sobre o sistema de participação cidadã e, em Londres, além de abrir o seminário *Doing Business in Rio Grande*, o Governador proferiu uma palestra sobre a experiência democrática brasileira na *London School of Economics and Social Sciences*.

- Em novembro, o Governador comandou uma missão à Cuba, acompanhado de delegações empresariais, da Universidade Federal, artistas gaúchos, parlamentares e representantes de movimentos sociais. Essa missão teve como eixo principal a participação na Feira Industrial de Havana (FIHAV) com o projeto de venda de máquinas agrícolas do RS, e marcou o início de um processo permanente de cooperação e intercâmbio tecnológico com aquele país.

- Ainda em novembro o Governador esteve na França, ocasião na qual realizou uma reunião com o presidente François Hollande, em que se consolidou o apoio do mesmo ao processo de cooperação que o RS já vinha desenvolvendo com aquele país. Nessa ocasião, foi acordada a implementação de um processo de cooperação de nosso Estado com a Província do Vale do *Loire*, com a qual o RS passou a implementar um projeto de cooperação no âmbito de unidades subnacionais.

Além das missões específicas do Rio Grande do Sul, o Governador esteve também integrado à comitiva da Presidente Dilma Roussef, que participou da abertura da Feira CEBIT, em Hanover, na Alemanha, em maio de 2012.

O Estado, ainda, realizou um conjunto de missões de intercâmbio cultural, de cooperação tecnológica e de políticas públicas e missões econômicas comerciais para um grande número de países, além das missões protagonizadas pelo Governador. Durante o ano de 2012, foram mais de 50 missões a 31 países diferentes nos quais as diversas secretarias do governo estabeleceram relações de cooperação e intercâmbio.

Essas missões abarcaram a totalidade dos continentes, desde a América Latina e América do Norte (Uruguai, Argentina, Cuba, Chile, Colômbia, Peru e Estados Unidos), Europa (Alemanha, Espanha, Itália, França, Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia), Ásia (China, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Singapura e Taiwan), África (Angola, África do Sul e

Níger), Oriente Médio (Arábia Saudita, Emirados Árabes, Israel e Dubai) e Oceania (Nova Zelândia e Austrália)

O crescente protagonismo internacional do RS gera também um grande interesse de outros países pelo Estado. Esse interesse se materializa na presença de missões diplomáticas e/ou governamentais de autoridades internacionais. O RS recebeu, em 2012, 33 delegações de 22 países, compostas por embaixadores, governos nacionais e regionais, parlamentares, cônsules e gestores públicos das mais diversas áreas. As missões eram da Europa (Alemanha, República Tcheca, França, Hungria, Portugal, Inglaterra e Espanha), Ásia (China, Taiwan, Coreia do Sul e Vietnã), América Latina e do Norte (Cuba, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Canadá e Equador), África (Nigéria e África do Sul), Oceania (Nova Zelândia) e Oriente Médio (Palestina e Israel).

Para além das missões enviadas e recebidas, o RS desenvolve, com alguns dos seus parceiros internacionais, processos de cooperação mais sistemáticos, envolvendo dinâmicas de longo prazo e ações no sentido do intercâmbio cultural e troca de experiências na implementação de políticas públicas.

Com a província do Vêneto, na Itália, o RS concluiu o projeto Coesão Social a partir do Fortalecimento de Cadeias Produtivas (COCAP). Esse projeto, financiado pela União Europeia, no âmbito do Programa de Cooperação da Comissão Europeia Europa- América Latina (URB-AL) de cooperação descentralizada envolveu o desenvolvimento de estudos e ações nas cadeias produtivas do vinho na Serra Gaúcha e do leite na Região Noroeste. O COCAP contou com parceiros locais nas universidades, COREDEs e instituições representativas de atores sociais das distintas cadeias produtivas e se concluiu com a formulação de um conjunto de iniciativas públicas e privadas de fortalecimento da coesão social nas regiões envolvidas.

Com a Coreia do Sul o Rio Grande do Sul procura consolidar a parceria iniciada com a missão do Governador, em maio de 2011, através da construção de uma parceria que visa promover o intercâmbio cultural. Para isso, o primeiro passo foi a atividade promovida em parceria entre o governo do RS, através da SEDAC e a *Korea Foundation*, que possibilitou a realização de uma apresentação da Orquestra de Câmara de Seul no Teatro São Pedro em novembro de 2012. Essa atividade marcou o início de um trabalho mais sistemático de cooperação cultural com aquele país.

Com a França, o governo do RS vem desenvolvendo um conjunto de ações de cooperação na área de políticas públicas que envolvem a capacitação na área de Segurança Pública (SSP), de gestão da mobilidade Urbana (DETRAN), da implementação de parques tecnológicos (SCIT) e da formação de quadros de gestão pública (SAHR e Escola de Governo).

Com Cuba, os programas de cooperação envolvem a área de intercâmbio cultural, com a realização de uma mostra de cinema gaúcho em Havana e com a participação de cineastas cubanos no Festival de Gramado, além de iniciativas na área do livro e de intercâmbio e residência de artistas. Na área da comunicação, tem-se ações de cooperação entre a Fundação Piratini e a rádio e televisão cubana. Na área agrícola a SDR, EMATER e FEPAGRO estão desenvolvendo um trabalho na área de capacitação de agricultores familiares. Na área da

economia solidária, a SESAMPE promove o intercâmbio de experiências na área de reciclagem de resíduos sólidos e de sementes crioulas. Na área do intercâmbio tecnológico, em parceria com as universidades, foram realizadas iniciativas nos setores da biotecnologia, indústria farmacêutica e células-tronco.

Por fim, a área internacional trabalhou também internamente no governo, para a construção de uma cultura de relações internacionais nos gestores públicos do RS, além de realizar um esforço pela crescente institucionalização da área dentro do governo. Nesse sentido, o ano de 2012 marca a consolidação do Fórum de Relações Internacionais, espaço de articulação e qualificação no qual participam técnicos de todas as secretarias, no qual se opera a transversalização das políticas do setor no conjunto do governo.

Além disso, avançou-se na consolidação de um marco legal de operação do setor de Relações Internacionais. Foi editado um Decreto do Governador normatizando o processo de formulação e assinatura de memorandos, protocolos e convênios internacionais. E, foi formulada uma ordem de serviço normatizando os procedimentos relativos às missões internacionais, de maneira a unificar critérios, controlar os gastos e potencializar os resultados das ações internacionais do governo.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
GG	Fortalecimento institucional da governadoria e gabinete digital	Gabinete digital e modernização de sistemas e processos informatizados

### Gabinete do Vice-Governador

O **Gabinete do Vice-Governador do Estado (GVG)**, formado por órgãos auxiliares de assessoramento direto ao Vice-Governador e a ele diretamente subordinado, dentre outras atribuições, está encarregado do acompanhamento de projetos especiais e das ações de sua articulação política com a sociedade e suas representações sociais. Na atual gestão, tem como seus objetivos estratégicos coordenar a implantação do Plano de Combate às Desigualdades Regionais e a implantação do Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito.

O Programa Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais, sob a coordenação do Gabinete do Vice-Governador, se insere no compromisso e esforço de Governo para estimular e promover o desenvolvimento nas regiões mais deprimidas do Estado. É um dos programas estratégicos, monitorado pela Sala de Gestão na Secretaria-Geral de Governo.

Inicialmente, foram realizadas pesquisas a partir dos documentos existentes, tais como Rumos 2015, Agenda 2020 e, principalmente, os planos estratégicos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), que diagnosticavam a situação do Estado e apresentavam propostas de desenvolvimento. Posteriormente, ocorreram reuniões com órgãos da sociedade civil organizada e secretarias de governo, visando o enriquecimento da proposta e acolhida de

sugestões. Com o apoio da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG) e da Fundação de Economia e Estatística (FEE), foram estabelecidos critérios de elegibilidade de regiões, tendo por unidade geográfica a base territorial dos COREDEs. Foram eleitas nove regiões, com base nos critérios de baixo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) e dinâmica econômica abaixo da média estadual. As regiões eleitas foram: Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Celeiro, Norte, Paranhana Encosta da Serra, Centro-Sul, Sul, Campanha e Fronteira Oeste.

A partir da inclusão do Programa Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais na Sala de Gestão, foi criado um núcleo executivo permanente, coordenado pelo Vice-Governador, para implantar, monitorar e avaliar as ações em diversas secretarias, tornando efetivas as prioridades elencadas para o mesmo.

Durante o exercício de 2012, o Programa foi lançado em mais seis regiões: Sul, no dia 6 de março, em Pelotas; Centro Sul, no dia 30 de março, em Tapes; Médio Alto Uruguai, no dia 12 de junho, em Frederico Westphalen; Campanha, no dia 3 de agosto, em Bagé; Fronteira Oeste, no dia 3 de agosto, em Alegrete; e Celeiro, no dia 23 de agosto, em Três Passos. São sete as regiões contempladas, somada a de Alto da Serra do Botucaraí, onde o lançamento se deu em 2011. Não foram ainda contempladas as regiões Norte e Paranhana Encosta da Serra.

O Programa consiste na pactuação de uma Agenda de Desenvolvimento Regional entre o Governo e as regiões, resultado de um processo participativo no qual são levados em conta todos os estudos e diagnósticos existentes. São eleitas em torno de 20 ações e/ou programas considerados estratégicos para o desenvolvimento regional, que passam a ser monitorados em reuniões das comissões mistas. O Programa integra o Sistema de Participação Cidadã, busca estimular o protagonismo regional, o fortalecimento das vocações regionais e a inovação tecnológica. Vai ao encontro do esforço dos COREDEs, de busca do desenvolvimento regional.

As principais ações das Agendas são: 1) Infraestrutura – obras do Plano Rodoviário – acessos municipais e obras de ligação regional; RS Mais Energia – energia de qualidade para o campo; 2) Fortalecimento das vocações regionais – programas como Mais Ovinos no Campo; Agroindústria Familiar; Irrigação e Leite Gaúcho; 3) Fortalecimento das cadeias produtivas – Arranjos Produtivos Locais (APLs); Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação; 4) Inovação Tecnológica – parques e polos tecnológicos; 5) Financiamentos – Microcrédito; PIMES/BADESUL; 6) Atividades inovadoras – energia eólica, biomassa, etc. Para as sete regiões, foram elencadas 140 obras/programas. Destas, seis foram concluídas, 78 estão em andamento e 56 não foram iniciadas.

O Programa requer o exercício da transversalidade dentro do Governo. Sob a coordenação do Gabinete do Vice-Governador, com apoio da SEPLAG, Secretaria-Geral de Governo, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, a implementação das ações depende das secretarias e órgãos finalísticos. Durante 2012, houve avanços significativos no sentido da transversalidade. Como exemplo, pode ser citado o caso da região Alto da Serra do Botucaraí, na área das Gemas e Joias, onde somaram-se as ações do Arranjo Produtivo Local, microcrédito para financiamento aos pequenos pedristas, Núcleo de Extensão Produtiva e Extensão e Polo Tecnológico.

O Programa Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito, que tem como objetivo coordenar, através da Vice-Governadoria, a implementação do Programa de Segurança no Trânsito, interagindo com os demais órgãos de governo em constante aproximação com a sociedade organizada e os cidadãos em geral, visa à diminuição do número de mortos e feridos em decorrência de acidentes de trânsito. Em 11 de maio de 2011, foi assinado o Decreto nº 48.013, que criou o Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito. No decorrer de 2012, cumpre destacar as ações que seguem.

As Conferências Estadual e Regionais para a Política de Segurança do Trânsito ocorrerão a cada dois anos. Em 2012, houve o acolhimento das contribuições geradas ao longo das nove Conferências Regionais – nos municípios de Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, Osório, Pelotas, São Gabriel, Santa Rosa, Santa Maria e Erechim –, e da Conferência Estadual, que aconteceram ao longo de 2011. O fruto desse trabalho foi a criação da Política Estadual para Segurança no Trânsito e do Observatório Estadual de Trânsito, instituídos pelo Decreto nº 49.674, assinado em 09/10/12, com a finalidade de implementar uma gestão integrada do trânsito, da mobilidade e da segurança viária e da mobilidade urbana e rodoviária dos cidadãos, e disciplinar, orientando o planejamento, a execução e a avaliação de ações, respeitadas as atribuições e competências dos entes federados.

Para 2013 está prevista a realização de uma Conferência Estadual, em novembro, em Porto Alegre, e de 28 Conferências Regionais baseadas na divisão territorial dos COREDEs.

Com relação à Integração dos Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito, quando iniciou o Governo, havia 196 Municípios integrados ao Sistema. Até meados de dezembro de 2012, já havia 370 municípios integrados ao SNT.

Na ação referente ao Desenvolvimento de ambiente temático educativo para crianças, há tratativas iniciais do Vice-Governador com a PUC/RS para desenvolvimento de *software* educativo e para desenvolvimento de um ambiente temático real, para fins de processo educativo. O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), através da Coordenadoria de Educação, passou a tratar com a PUC/RS, a partir do segundo semestre de 2012.

Quanto às informações de segurança no trânsito para os turistas do MERCOSUL, foi realizado um encontro com os Cônsules dos países que integram este mercado e órgãos de trânsito integrantes do Comitê, sob a coordenação do Vice-Governador, onde foram explanadas as principais regras de circulação e entregue material informativo.

No que tange ao Plano Estadual de ação rápida para atendimento de ocorrências que envolvem produtos perigosos em vias públicas, o mesmo é um plano bastante complexo, que está em construção pela Subchefia de Defesa Civil do Estado.

No âmbito do Programa, foram realizados quinze Seminários Regionais de Trânsito nos seguintes municípios: Canoas, 96 agentes capacitados; Caxias do Sul – 62 agentes capacitados; Cruz Alta, 108 agentes capacitados; Lajeado – 72 agentes capacitados; Montenegro – 135 agentes capacitados; Novo Hamburgo – 73 agentes capacitados; Osório – 79 agentes capacitados; Passo Fundo – 123 agentes capacitados; Pelotas – 62 agentes capacitados; Porto Alegre – 97 agentes capacitados; Santa Cruz do Sul – 79 agentes capacitados; Santa Maria – 104 agentes capacitados; Santa Rosa – 82 agentes capacitados; Santa do Livramento – 107 agentes capacitados; e, Santo Ângelo – 82 agentes capacitados.

Quanto ao Prêmio Gaúcho de Segurança do Trânsito, o mesmo está em projeto de maturação.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
GVG	Programa de mobilização pela segurança no trânsito	Conferência estadual para política de segurança do trânsito
GVG	Programa estadual estratégico de combate às desigualdades regionais	Implantação do plano estadual estratégico de combate às desigualdades regionais

## Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas

O **Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas (GPRF)** tem como atribuições articular-se com os demais entes da Federação para o desenvolvimento de políticas comuns; promover a interação das políticas públicas estaduais com as municipais e federais; auxiliar na elaboração de projetos junto ao Estado, à União e a entidades financeiras nacionais e internacionais; disponibilizar informações aos municípios para captação de recursos nacionais e internacionais; promover a relação institucional entre as prefeituras municipais, entidades representativas de municípios, a União e o Governo do Estado; estimular e assessorar as prefeituras para o desenvolvimento de consórcios; e fomentar a modernização da Administração Pública Municipal com vista à eficiência e ao desenvolvimento da cultura da probidade e da transparência.

Responsável pelo Programa de Melhoria da Gestão Municipal, as principais realizações do GPRF, no ano de 2012, encontram-se elencadas abaixo.

No âmbito da ação de Promoção das relações institucionais, foi realizada articulação para liberação de R\$ 73,1 milhões junto ao BADESUL, beneficiando 80 municípios do Rio Grande do Sul. As linhas de crédito liberadas foram: PIMES (R\$ 62,8 milhões), Caminho da Escola (R\$ 3,2 milhões), PMAT (R\$ 2,9 milhões), Pró-Urb (R\$ 2,8 milhões), Pró-Vias (R\$ 1,1 milhão) e PROUCA (R\$ 94 mil).

Além disso, o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas está coordenando as ações do Governo no prosseguimento das obras referentes à RS-118.

Ainda com relação a essa ação, de 01/01/2012 a 10/12/2012, foram atendidas 1.224 demandas provenientes de Prefeituras, Câmaras Municipais de Vereadores, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), Associações de Municípios e Entidades Representativas solicitando intervenção da Secretaria em órgãos e Secretarias do Estado e em órgãos e Ministérios Federais referentes a projetos, convênios, contratos e liberação de recursos.

A equipe do GPRF participou de inúmeros grupos de trabalho e reuniões.

Cumprir ressaltar que o Secretário visitou pessoalmente 302 municípios, percorrendo um total de 86.422 km. Ainda, foram realizadas 330 viagens de integrantes do GPRF.

Com relação à ação Articulação para a realização de cursos, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Central de Licitações do Governo do Estado (do RS), o GPRF realizou o Curso Compras Governamentais – Lei Geral das

Micro e Pequenas Empresas, para a área de compras das Prefeituras Municipais no tocante aos procedimentos necessários para aplicação pela da Lei Complementar nº 123/06, tornando as compras públicas um mecanismo para alavancar a economia local/regional. Em 2012, foram realizadas quatro turmas nas regiões das seguintes Associações de Municípios: AMZOP, AMFRO, ASSUDOESTE, ACENSUL e VALE DO RIO PARDO E TAQUARI.

O Governo do Estado, através de uma parceria entre o GPRF e a Rede Escola de Governo – FDRH, realizou curso de Elaboração de Projetos e Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV) com o objetivo de qualificar as prefeituras dos municípios gaúchos quanto à concepção, conceitos e fundamentos de projetos. Além disso, o curso capacita para o acesso à captação de recursos via SICONV. No primeiro semestre de 2012, foram realizadas duas turmas exclusivas para a administração pública municipal, tendo sido treinados 80 participantes, de um total de 48 municípios.

Uma parceria inédita entre GPRF e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) realizou o primeiro curso de Prestação de Contas de Convênios a distância. O objetivo do curso foi orientar os técnicos dos municípios gaúchos a elaborar a prestação de contas de convênios e contratos de repasse celebrados com a União. O curso ocorreu na plataforma EAD do TCE/RS, de 22/10 a 05/11/2012. Foram capacitados 68 participantes.

Com a presença de mais de 70 representantes municipais e de órgãos do Estado, realizou-se, no dia 6 de novembro de 2012, no auditório do TCE/RS, o Curso Prestação de Contas de Convênios. Esse encontro foi gratuito para os municípios e contou com a presença de palestrante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O evento foi uma parceria entre o Gabinete dos Prefeitos, Tribunal de Contas do Estado e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e objetivou orientar os administradores públicos a elaborar a prestação de contas de convênios e contratos de repasse celebrados com a União, de modo a demonstrar a correta aplicação de recursos.

Em parceria com o SEBRAE e Central de Licitações do Governo do Estado (CELIC), o Gabinete dos Prefeitos está realizando cursos para a área de compras das Prefeituras Municipais no tocante aos procedimentos necessários para aplicação da Lei Complementar nº 123/06, tornando as compras públicas um mecanismo para alavancar a economia local/regional. Para tanto, foi realizado, no dia 15 de maio de 2012, um novo repasse de metodologia para servidores da CELIC.

Ocorreu, nos dias 24 a 27 de abril de 2012, a 5ª edição da Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente (FIEMA Brasil). O evento teve o objetivo de reunir empresas e instituições que desenvolvem produtos, serviços e pesquisas voltados à produção mais limpa, à gestão ambiental, à proteção dos recursos naturais, bem como aos negócios e ao desenvolvimento sustentável. O Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas articulou e divulgou o seminário para todos os municípios gaúchos.

Foi realizada, de 25 a 28 de julho de 2012, no Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), a 13ª edição do Fórum Internacional *Software* Livre (FISL). O Seminário é um espaço dedicado à discussão e a expansão do *software* livre e das tecnologias abertas, reunindo comunidade, executivos de grandes estatais e multinacionais, empresários, gerentes, professores, pesquisadores, estudantes e profissionais

das áreas pública e privada. O FISL é uma grande oportunidade para os gestores e administradores municipais conhecerem de perto as tecnologias livres através de ferramentas e soluções, bem como terem contato com o Portal do *Software* Público Brasileiro (SPB), que é ligado ao Ministério do Planejamento e Gestão. O Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas articulou e divulgou o evento para as administrações públicas municipais.

No dia 16 de março de 2012, na sede da Associação dos Municípios da Grande Porto Alegre, foi realizado o Seminário de Municipalização dos Objetivos do Milênio. Na ocasião, foram tratados os oito objetivos propostos pela Organização das Nações Unidas visando reverter os maiores problemas mundiais que afetam diretamente a qualidade de vida de milhões de pessoas. A iniciativa é da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais da Presidência da República e conta com o apoio do Governo do Estado através da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG) e do Gabinete dos Prefeitos. O GPRF atua junto aos gestores municipais no sentido de disseminar as metas e informações sobre os objetivos citados e sensibilizar os administradores da importância de atingir as metas propostas.

O GPRF realizou a articulação junto aos municípios do Rio Grande do Sul para realização do Seminário e *Workshop* Região Sul, do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul, que visa estimular estados e municípios a desenvolverem projetos de colaboração internacional com os países parceiros do Brasil. O seminário foi realizado no dia 17 de abril de 2012, na sede do Ministério Público. O objetivo do seminário foi orientar os gestores públicos estaduais e municipais para que apresentem projetos de cooperação.

O Seminário Estrada para o Futuro ocorreu nos dias 28 e 29 de junho de 2012, na cidade de Jaguarão, voltado para os municípios da Zona Sul do Estado. Foi uma realização da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do Governo do Estado. O GPRF articulou junto aos municípios e participou de todo o Seminário juntamente com a Secretaria-Geral de Governo, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), Casa Civil, Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital (SECOM), Secretaria da Ciência e Tecnologia e outros órgãos estaduais e federais. No encontro, foram ministradas diversas oficinas, palestras e conferências voltadas à Administração Pública Municipal, iniciativa privada, instituições de ensino e para demais interessados, contemplando temas como *Software* Público e *Software* Livre, Inclusão Digital, Lei de Acesso à Informação, Cidades Digitais e Banda Larga, Agricultura, Funções Administrativas e Gestão de TI.

O Gabinete dos Prefeitos realizou a articulação com os municípios do Estado e também participou da elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIF/RS), juntamente com outros órgãos do Governo. No dia 23 de julho, ocorreu o Seminário PDIF/RS, com a presença de representantes do governo, prefeituras, universidades, instituições de ensino e sociedade civil. O Seminário foi promovido pela Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Uma parceria entre SEBRAE, Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio) e Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas realizou o V Fórum de Gestão Pública, no dia 04/12/2012, no Centro de Eventos do Plaza São Rafael, em Porto Alegre. O evento reuniu prefeitos em exercício e prefeitos eleitos para o mandato que inicia em 2013. Cerca de 400 pessoas lotaram o Centro de Eventos do Plaza São Rafael. O



objetivo do seminário foi debater a qualificação da gestão municipal, estreitar o intercâmbio entre as entidades representativas para fomentar negócios e gerar desenvolvimento econômico para as cidades gaúchas.

No constante à ação Estímulo ao desenvolvimento de consórcios, o GPRF realizou reuniões com o Ministério da Agricultura e Ministério das Cidades para obter informações sobre a captação de recursos via consórcios públicos para aquisição de máquinas com a finalidade de manutenção de estradas vicinais. Além disso, foi feita uma interlocução entre o Consórcio Alto do Jacuí (CONDEPAR) e o Ministério das Cidades. Esse tema vem sendo divulgado nos diversos encontros realizados junto aos Prefeitos do Interior do Estado.

Além disso, o Gabinete dos Prefeitos participou, nos dias 27 e 28/06/2012, do Encontro Estadual de Consórcios Públicos, na sede da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), com gestores de 28 consórcios entre gaúchos e dos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Através de uma parceria entre o Consórcio Centro-Sul, o GPRF realizou o Curso de Compras Governamentais – Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas na cidade de Camaquã, nos dias 17 e 18 de abril de 2012. Os municípios participantes foram Amaral Ferrador, Camaquã, Chувиска, Cristal, Dom Feliciano, Guaíba, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes.

#### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
GPRF	Programa de melhoria da gestão municipal	Promoção das relações institucionais

## Habitação e Saneamento

A **Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano (SEHABS)** formula, coordena e executa as políticas de habitação, saneamento e regularização fundiária, participando da execução das políticas de desenvolvimento urbano no Estado. A **Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)** é sua vinculada. Nesse contexto, assume tarefas estratégicas, na medida em que a produção habitacional, o desenvolvimento urbano, a regularização fundiária e o saneamento básico são vetores de desenvolvimento, democratização e inclusão social.

A Política Estadual de Habitação parte da concepção de que a habitação não se restringe à casa, mas incorpora também o direito à legalização fundiária, infraestrutura, saneamento e serviços urbanos e sociais. O Programa Estadual de Produção Habitacional tem por objetivo reduzir o déficit habitacional priorizando o atendimento às famílias de baixa renda. A SEHABS é responsável por projetos que têm como público-alvo famílias com renda entre zero e três salários mínimos e objetiva contratar a produção de ações habitacionais urbanas e rurais firmando parcerias com municípios e cooperativas, diretamente ou complementando programas da União. Em 2012, foram aplicados recursos de mais de R\$ 9 milhões na produção de ações habitacionais.

Através da ação Produção de Ações Habitacionais, em 2012, foram contratadas mais de 3.700 ações habitacionais, através dos Programas Minha Casa, Minha Vida – Programa Nacional de Habitação Rural (MCMV-PNHR) e Minha Casa, Minha Vida – Sub 50 (MCMV-sub 50), incluindo 3.598 habitações, 74 lotes urbanizados e 50 módulos sanitários, através de parceria com o agente financeiro e os municípios, de acordo com os Termos de Acordo e Compromisso (TAC), assinados e empenhados em 2012. Outras 4.693 unidades habitacionais e 165 módulos sanitários se encontram em processo para a realização de convênio. Tais ações habitacionais estão beneficiando 169 municípios e, entre estes, 74 encontram-se com os processos de convênio assinados ou com os recursos empenhados, conforme demonstra o quadro a seguir.

Município	Ações Habitacionais	Município	Ações Habitacionais	Município	Ações Habitacionais
Aceguá	40 habitações	Encantado	50 habitações	Pinhal da Serra	103 habitações
Alpestre	15 habitações	Erval Grande	12 habitações	Pinheiro Machado	40 habitações
Aratiba	19 habitações	Humaitá	29 habitações	Pirapó	17 habitações
Arroio Grande	30 habitações	Ibiraíaras	37 habitações	Piratini	40 habitações
Augusto Pestana	13 habitações	Ijuí	17 habitações	Planalto	93 habitações
Bagé	792 habitações	Jaguarão	50 habitações	Redentora	40 habitações
Barra do Quaraí	40 habitações	Jaguari	04 habitações	Rio dos Índios	24 habitações
Barracão	40 habitações	Jaquirana	40 habitações	Rio Grande	43 habitações
Bento Gonçalves	54 lotes urbanizados	Jóia	20 habitações	Santa Vitória do Palmar	50 habitações
Bom Jesus	40 habitações	Júlio de Castilhos	40 habitações	Santo Augusto	40 habitações
Butiá	50 habitações	Lagoa Vermelha	50 habitações	São Francisco de Assis	40 habitações
Caçapava do Sul	50 habitações	Lajeado do Bugre	40 habitações	São José dos Ausentes	40 habitações
Campo Novo	40 habitações	Mata	40 habitações	São Lourenço do Sul	50 habitações
Candelária	49 habitações	Mato Leitão	07 habitações	São Pedro do Sul	30 habitações
Candiota	40 habitações	Minas do Leão	40 habitações	Serafina Corrêa	04 habitações
Capão do Cipó	40 habitações	Monte A. dos Campos	40 habitações	Soledade	50 habitações
Capão do Leão	50 habitações	Mostardas	22 habitações	Taquari	50 habitações

Município	Ações Habitacionais	Município	Ações Habitacionais	Município	Ações Habitacionais
Carlos Gomes	08 habitações	Nonoai	147 habitações	Taquaruçu do Sul	65 habitações
Cerrito	40 habitações	Nova Esperança do Sul	04 habitações	Tenente Portela	40 habitações
Cidreira	40 habitações	Osório	50 habitações	Tiradentes do Sul	30 habitações
Constantina	40 habitações	Palmeira das Missões	50 habitações	Tramandaí	50 habitações
Coronel Bicaco	40 habitações	Passo do Sobrado	20 lotes urbanizados	Trindade do Sul	40 habitações
Cristal	28 habitações	Pedro Osório	45 habitações	Tupanciretã	50 habitações
Dom Feliciano	40 habitações	Pelotas	280 habitações		

Fonte: SEHABS - Dez/ 2012

Entre as ações habitacionais realizadas estão incluídas 249 habitações indígenas, sendo que 24 destas foram destinadas para a Região Sul do Estado, aos Guaranis, e as restantes 224, para a Região Norte, aos *Kaingangs*.

Com relação ao Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regularização Fundiária, a SEHABS promove a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento da elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, de modo a cumprir o disposto no Estatuto da Cidade. Nesse sentido, em 2012, foi concluído o Diagnóstico do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, etapa em que foram apresentadas as necessidades habitacionais dos municípios do Rio Grande do Sul, bem como foi realizado o levantamento para identificar, no Estado, a estruturação da gestão municipal nos temas relacionados à habitação e desenvolvimento urbano.

A ação Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado visa regularizar as áreas próprias do Estado já ocupadas para fins de moradia. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. As ações devem garantir a inserção da área na cidade formal, em todos os seus aspectos e significados, constituindo exercício de cidadania que extrapola a simples titulação cartorial. Trata-se de direito fundamental protegido constitucionalmente. Em 2012, a SEHABS aplicou recursos de mais de R\$ 1,4 milhão em ações de regularização fundiária em áreas de propriedade do Estado.

Os processos de regularização fundiária ocorrem em etapas e encontram variantes em razão das especificidades locais, espaciais, sociais e jurídicas, sendo processos de média e longa duração. No procedimento das ações correspondentes a essas etapas, pode ocorrer a

necessidade de reassentamento de famílias que adquiriram o direito à moradia em um local determinado e que, em face da existência de situações de risco e/ou de preservação ambiental, ou ainda em razão de projeto urbanístico com alto grau de intervenção na área ocupada, precisem ser realocadas ou reassentadas.

Atualmente, 11,1 mil famílias estão envolvidas em processos de regularização fundiária em áreas do Estado, nos seguintes municípios: Araricá, Canoas, Eldorado do Sul, Gravataí, Portão, Porto Alegre e Sapucaia do Sul, conforme demonstra a tabela a seguir:

<b>Processos de Regularização Fundiária em Áreas do Estado – em andamento</b>	
<b>Municípios</b>	<b>Número de Famílias</b>
Araricá	146
Canoas	2.159
Eldorado do Sul	436
Gravataí	568
Portão	300
Porto Alegre	6.529
Sapucaia do Sul	998
<b>Total</b>	<b>11.136</b>

Fonte: SEHABS/DERER-2012

Na ação Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios, onde as áreas objeto de regularização não são de propriedade do Estado, estão em andamento, atualmente, ações para regularização fundiária nos municípios de Ibiraiaras, Quaraí, São Sepé, Três Coroas, Tucunduva, as quais beneficiarão mais de 800 famílias e envolvem o repasse de recursos através de convênios para pavimentação, individualização de lotes e, ainda, realização de termos de cooperação técnica, tendo por objetivo assessorar tecnicamente a elaboração, implantação e execução de programas municipais de regularização urbanística e fundiária.

O Programa Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul tem como objetivo estruturar o Sistema Estadual de Saneamento e ampliar o acesso aos serviços de saneamento básico. Em 2012, a SEHABS aplicou recursos de aproximadamente R\$ 28 milhões para realizar as ações do Programa mais Saneamento.

Com relação à estruturação do Sistema Estadual de Saneamento, está em elaboração o Plano Estadual de Saneamento e vem sendo apoiada a execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Os Planos de Saneamento, em âmbito estadual ou municipal, devem incluir as modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e

manejo de águas pluviais com vistas à drenagem urbana e devem ser desenvolvidos em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

O Plano Estadual de Saneamento é o instrumento de planejamento que abrange o conjunto de diretrizes, estratégias, programas e ações do Estado no desenvolvimento e implantação da Política Estadual de Saneamento. O Plano deve ser desenvolvido de modo articulado e integrado com as políticas públicas de âmbito nacional e regionais, bem como com as demais políticas setoriais de incidência estadual, voltado à promoção da saúde pública e ao uso sustentável dos recursos ambientais em todo o Estado.

O Conselho Estadual de Saneamento retomou as suas atividades, em 2012, com a nova composição dada pela Lei Estadual nº 13.836. O Conselho, que estava inativo desde 2007, quando foi desvinculado da Secretaria de Obras, tem por presidente o titular da SEHABS e, em 2012, participou da elaboração e aprovou o Termo de Referência do Plano Estadual de Saneamento, que será enviado, em janeiro de 2013, para licitação. Encontra-se em fase de análise a proposta do Fundo Estadual de Saneamento.

Na sua concepção, o Plano Estadual de Saneamento deverá ser articulado e integrado ao Plano Nacional de Saneamento (PLANSAB) e ao Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). O Termo de Referência para a contratação do serviço de execução do Plano prevê recursos de mais de R\$ 5 milhões e equipe multidisciplinar para sua realização, a qual deverá atender ao cronograma de etapas, distribuídas em um período de 720 dias. Uma vez que os Planos Regionais de Saneamento adotam como unidade de planejamento as Bacias Hidrográficas, o Plano Estadual de Saneamento também adotará como Unidade Regional de Planejamento as 25 Bacias Hidrográficas existentes no Rio Grande do Sul, as quais compõem as três Regiões Hidrográficas do Estado. Com a adoção de unidade de planejamento comum, pretende-se compatibilizar as políticas públicas nos níveis municipais, regionais, estadual e nacional.

Os Planos Municipais de Saneamento são instrumentos da política de saneamento e abrangem o conjunto de diretrizes, metas, estratégias e programa de investimentos contemplando projetos, programas e ações para o desenvolvimento dos sistemas e da prestação dos serviços conforme o conceito de saneamento básico estabelecido na Lei Federal nº 11.445/07, levando em conta, nesse sentido, a interface dos serviços e objetivando articular e integrar as ações de saneamento com as políticas públicas relacionadas, em especial, as políticas de recursos hídricos, saúde pública e desenvolvimento urbano. Os Planos devem abranger toda a extensão territorial do município, com ênfase nas áreas urbanas assim definidas por lei, identificando-se todas as Localidades – como distritos e comunidades rurais – a serem atendidas pelos sistemas públicos de saneamento básico, sejam integrados ou isolados. Serão, ainda, a base para o estabelecimento do contrato de programa para a prestação dos serviços quando estes forem delegados ou concedidos. Para a realização de Planos Municipais de Saneamento Básico, os quais incluem as modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, foram repassados recursos a 87 municípios em 2012.

Com relação à ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico para pequenas comunidades do interior do Estado não abrangidas pela CORSAN, a SEHABS vem realizando convênios com os municípios através dos programas Mais Saneamento para o RS e Consulta Popular, para a perfuração de poços e implantação de sistemas de abastecimento de água às

comunidades. Nesses sistemas, o abastecimento de água potável é realizado através da perfuração de poços tubulares profundos, e as redes de água implantadas interligam os poços até as unidades habitacionais. Até o momento, foram assinados convênios com 66 municípios para implantação de sistemas de abastecimento de água em localidades rurais, beneficiando mais de 7 mil famílias e viabilizando o repasse, aos municípios, de cerca de R\$ 256 mil, conforme apresentado no quadro a seguir:

<b>Implantação de Sistema de Abastecimento de Água através de Convênio com os Municípios</b>			
<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Localidades/Famílias</b>	<b>Recursos Repassados (R\$)</b>
Alegria	Em andamento	Linha Bender e Jacutinga, beneficiando 45 famílias	80.000,00
Alpestre	Concluído	Localidades de Linha Gabreuva, beneficiando 30 famílias	80.000,00
Alto Alegre	Concluído	Localidades de Linha Santa Lúcia e Linha Pinho e outras, beneficiando 200 famílias	80.000,00
Ametista do Sul	Concluído	Localidades de Linha São Rafael e Linha Santo Antão e outras, beneficiando 35 famílias	80.000,00
Arroio do Meio	Concluído	Localidades de Forqueta, Picada Arroio do Meio, Arroio Grande e outras, beneficiando 590 famílias	80.000,00
Áurea	Concluído	Localidades de Linha Sete Campinas, Três Marias, Boi Preto e São João, beneficiando 217 famílias	80.000,00
Barra Funda	Concluído	Localidades de Linha Carijo e Bairro Navegantes, beneficiando 275 famílias	79.999,90
Benjamin Constant do Sul	Em andamento	Localidades de Linha Zanandréa e Linha São Brás, beneficiando 71 famílias	80.000,00
Boa Vista do Cadeado	Concluído	Localidades de Coqueiro/Alto Grande, beneficiando 16 famílias	80.000,00
Boqueirão do Leão	Em andamento	Localidades de Alto Boqueirão, Linha Araçá, Quatro Léguas, Vila Nova e Alto Irerê, beneficiando 134 famílias	80.000,00
Bossoroca	Concluído	Localidades de Rincão dos Kersh, Rincão dos Brandão, Rincão dos Antunes e outros, beneficiando 33 famílias	79.999,52
Cachoeira do Sul	Concluído	Localidades de Capané, PiriQUI, Vila Vargas	80.000,00

<b>Implantação de Sistema de Abastecimento de Água através de Convênio com os Municípios</b>			
<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Localidades/Famílias</b>	<b>Recursos Repassados (R\$)</b>
		e Três Vendas, Durasnal, beneficiando 200 famílias	
Campos Borges	Concluído	Localidades de Linha de São Pedro, Distrito Varamé e Distrito Mundo Novo, beneficiando 70 famílias	80.000,00
Canudos do Vale	Concluído	Localidade de Linha Canjera, beneficiando 24 famílias	80.000,00
Casca	Concluído	Localidades de Parobé, São José, Panisson, São Jacinto e Navegantes Gatto, beneficiando 237 famílias	80.000,00
Cerro Branco	Concluído	Localidades de Eua Edmundo Sabio, Rua José Adão Zart, Bairro Rio Branco e outros, beneficiando 210 famílias	80.000,00
Cerro Grande	Concluído	Localidades de Linha Cordilheira, Linha Moi e Linha Burati, beneficiando 50 famílias	79.989,60
Constantina	Concluído	Localidades de Linha Capinzal, Linha São Pedro Deon, Linha Sabadin, Linha Belli e outras, beneficiando 340 famílias	79.610,40
Coqueiros do Sul	Em andamento	Localidades de Distrito de Igrejinha, Comunidade Ponte Nova, Rio Bonito, Rio Bonito e Baixo, beneficiando famílias	80.000,00
Coronel Bicaco	Em andamento	Localidades de Rincão dos Dingos, Calhada Funda, Sítio Olivério, São Pedro, Galpões e Turvinho, beneficiando 58 famílias	79.986,44
Cristal do Sul	Em andamento	Localidades de Linha Barra do Braga e Linha Santa Teresinha, beneficiando 38 famílias	80.000,00
Cruzeiro do Sul	Em andamento	Localidades de São Bento, Picada Aurora, Primavera, São Gabriel e Sítio Baixo, beneficiando 570 famílias	79.999,78
Dilermando de Aguiar	Em andamento	Localidades de Campo da Pedra, Rincão do Pinheiro e Picada do Gama, beneficiando 45 famílias	77.940,00
Dois Irmãos das Missões	Em andamento	Localidades de Linha Campinas, Campo dos Fortes e Santa Salete, beneficiando	80.000,00

<b>Implantação de Sistema de Abastecimento de Água através de Convênio com os Municípios</b>			
<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Localidades/Famílias</b>	<b>Recursos Repassados (R\$)</b>
		famílias	
Entre-Ijuís	Concluído	Localidades de Rincão da Cachoeira Ressaca do Faxinal e Carajzinho beneficiando 40 famílias	80.000,00
Faxinal do Soturno	Concluído	Localidades de Linha Saxônia, Linha Dona Francisca, Novo Treviso, Linha Formosa e outras, beneficiando 101 famílias	80.000,00
Gramado dos Loureiros	Em andamento	Localidades de Linha Aguinhas e Linha Serpa, beneficiando 400 famílias	80.000,00
Humaitá	Em andamento	Localidades de Linha Cascata, Linha Bonita, Sanga Seferina, Linha Jacu e outras, beneficiando 150 famílias	66.319,50
Ibarama	Concluído	Localidades de Cerro Petro, beneficiando 62 famílias	80.000,00
Ivorá	Em andamento	Localidades de Linha Londero Moro, Barreiro, Chapadão e Derrubada, beneficiando 67 famílias	80.000,00
Jóia	Em andamento	Localidades de Assentamento Rondinha, Localidade de Carajá, beneficiando 35 famílias	80.000,00
Lagoa Bonita do Sul	Concluído	Localidades de Linha Faber e Linha Francesquet, beneficiando 115 famílias	80.000,00
Lagoa dos Três Cantos	Concluído	Localidades de Parque da Prefeitura e Poço 336, beneficiando famílias	71.052,40
Lagoão	Em andamento	Localidades de Linha Ronda, Campestre e Ronda Grande, beneficiando 72 famílias	80.000,00
Lajeado do Bugre	Em andamento	Localidades de Linha Paz, Linha Macaco, Esquina, Umbu e outras, beneficiando 180 famílias	80.000,00
Liberato Salzano	Em andamento	Localidades de Linha Brasil e Alto Alegre, beneficiando 74 famílias	80.000,00
Mormaço	Concluído	Localidade de São Luiz, beneficiando 17 famílias	80.000,00



<b>Implantação de Sistema de Abastecimento de Água através de Convênio com os Municípios</b>			
<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Localidades/Famílias</b>	<b>Recursos Repassados (R\$)</b>
Nicolau Vergueiro	Concluído	Localidade de Perímetro Urbano, beneficiando 250 famílias	78.568,92
Nova Ramada	Concluído	Localidades de Barro Preto e Rincão dos Dalsassos, beneficiando 90 famílias	64.570,40
Novo Barreiro	Em andamento	Localidades de Linha Vargas e Linha Birivas, beneficiando 96 famílias	64.570,40
Novo Cabrais	Concluído	Localidades de Taboão e Aterrado, beneficiando 76 famílias	80.000,00
Novo Tiradentes	Concluído	Localidades de São João Vianey, Linha Santo Antonio, Linha Palmeira/Central Park, beneficiando 135 famílias	80.000,00
Novo Xingu	Concluído	Localidades de Linha Santo Antonio/Linha Xingu, beneficiando 83 famílias	79.984,89
Passa Sete	Em andamento	Localidades de Linha Taquari, Linha Schey, Linha Adir Maraschin e Linha Pinhal, beneficiando 47 famílias	80.000,00
Passo do Sobrado	Em andamento	Localidades de Taquari Mirim e Campo do Sobrado, beneficiando 86 famílias	80.000,00
Pontão	Em andamento	Localidades de Passo Real/Nossa Senhora Aparecida e São Miguel, beneficiando 60 famílias	80.000,00
Quinze de Novembro	Em andamento	Localidades de Esquina Hertzell, Volta Gaúcha e Riograndense, beneficiando 76 famílias	64.065,00
Rio dos Índios	Em andamento	Localidade de Linha Valentin, beneficiando 28 famílias	79.980,00
Sagrada Família	Concluído	Localidades de Linha Esquina Bonita, Linha Esquina Gaúcha, Linha Encruzilhadas, Sete Lotes e outras, beneficiando 65 famílias	80.000,00
São João do Polêsine	Concluído	Localidades de Linha Monte Santana e Ribeirão, beneficiando 60 famílias	80.000,00
São José do Herval	Em andamento	Localidades de Linha Shell, Linha São Brás, Linha Vitoria e Linha São Sebastião,	

<b>Implantação de Sistema de Abastecimento de Água através de Convênio com os Municípios</b>			
<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Localidades/Famílias</b>	<b>Recursos Repassados (R\$)</b>
		beneficiando 40 famílias	80.000,00
São Martinho da Serra	Em andamento	Localidades de Campinas, Boqueirão, Salvianos, Rincão da Lagoa e outras, beneficiando 60 famílias	80.000,00
Sarandi	Concluído	Localidades de Linha Maneador, Assentamento Tarumã e Bairro Pingo, beneficiando 54 famílias	80.000,00
Segredo	Concluído	Localidades de Linha Ferraz, Linha Figueira e Santo Antonio, beneficiando 100 famílias	80.000,00
Silveira Martins	Em andamento	Localidades de Linha Dois Nortes, Linha Mantoanos, Linha Val Fertriba e Linha Marco, beneficiando 20 famílias	80.000,00
Sinimbu	Em andamento	Localidade de Linha Paredão, beneficiando 70 famílias	80.000,00
Tio Hugo	Em andamento	Localidade de Polígono do Erval, beneficiando 78 famílias	80.000,00
Tiradentes do Sul	Concluído	Localidade de Porto Soberbo, beneficiando 101 famílias	80.000,00
Travesseiro	Em andamento	Localidade de São João, beneficiando 18 famílias	80.000,00
Três Cachoeiras	Em andamento	Convênio assinado para implantação de sistema de Esgoto Sanitário na Localidade de Chapada, beneficiando 37 famílias	44.272,38
Três Palmeiras	Concluído	Localidade de Linha Progresso, beneficiando 12 famílias	80.000,00
Trindade do Sul	Em andamento	Localidade de Linha Rosseto, beneficiando 29 famílias	79.998,00
Tunas	Em andamento	Localidade de Linha Cerro Preto, beneficiando 62 famílias	80.000,00
Tupanciretã	Em andamento	Localidade de Nossa Senhora Aparecida, beneficiando 60 famílias	80.000,00
Vitória das Missões	Em andamento	Localidades de Esquina Redim, Travessa da Porfíria, Rolim de Moura e outras,	40.874,16

Implantação de Sistema de Abastecimento de Água através de Convênio com os Municípios			
Município	Situação	Localidades/Famílias	Recursos Repassados (R\$)
		beneficiando 36 famílias	

Fonte: SEHABS/DESANS – 2012

Em 2012, foram perfurados 185 poços tubulares profundos, atendendo famílias em localidades de 83 municípios, conforme apresentado no quadro abaixo:

Perfuração de Poços Tubulares Profundos		
Município	Situação	Localização/Famílias Atendidas
Alto Feliz	Concluído	Localidade de Arroio Feliz, beneficiando 100 famílias; Localidade de Vale do Mel, beneficiando 70 famílias; Localidade de Morro Belo, beneficiando 200 famílias
Amaral Ferrador	Concluído	Localidade de Santo Antonio 1 – Nulo(*); Localidade de Santo Antonio 2 – Nulo (*); Localidade de Goiaba – Nulo; Localidade de Coxilha beneficiando 120 famílias
André da Rocha	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na Localidade de Estrada da Lagoa Vermelha/BR-470, beneficiando 11 famílias - Valor do repasse R\$ 30.000,00
Antônio Prado	Concluído	Localidade de Linha 10 - CORSAN
Arroio do Tigre	Concluído	Localidade de Travessão – Nulo (*); Localidade de Linha Tigre – Nulo (*); Localidade de Linha Travessão, beneficiando 50 famílias; Localidade de Linha Tigre/Barrinha, beneficiando 40 famílias ; Localidade de Palmital, beneficiando 28 famílias
Augusto Pestana	Concluído	Localidade de Cambará, beneficiando 40 famílias; Localidade de Rincão Cumprido, beneficiando 40 famílias
Barra do Guarita	Concluído	Localidade de Cotovelo Paris/Jabot. – CORSAN - Nulo (*)
Bom Progresso	Concluído	Localidade de Sede - CORSAN 5a
Cachoeira do Sul	Concluído	Localidade de Barragem Capané/IRGA, beneficiando 256 famílias; Localidade de Passo da Seringa – Nulo (*)
Cândido Godói	Concluído	Localidade de Linha Timbaúva, beneficiando 70 famílias; Localidade de Linha dos Louros, beneficiando 30 famílias; Localidade de L. Cascata, beneficiando 43 famílias
Chapada	Concluído	Localidade de Sede – CORSAN; Localidade de Linha Diogo Alto, beneficiando 20 famílias
Crissiumal	Concluído	Localidade de Esquina Uruguai/Laj. Teimoso, beneficiando 60 famílias; Localidade de Cabeceira do São Vicente, beneficiando 40 famílias

<b>Perfuração de Poços Tubulares Profundos</b>		
<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Localização/Famílias Atendidas</b>
Cristal	Concluído	Localidade de Colônia Nova, beneficiando 15 famílias
Cristal do Sul	Concluído	Localidade de Barra dos Braga 2, beneficiando 46 famílias; Localidade de Barra dos Braga 1 – Nulo (*); Localidade de Barra dos Braga 1ª – Nulo (*)
Cruz Alta	Concluído	Localidade de Sede CORSAN (Barragem); Localidade de Sede CORSAN (Barragem 2)
Cruzeiro do Sul	Concluído	Localidade de 22 de Novembro, beneficiando 27 famílias; Localidade de Distrito Industrial - CORSAN
Dois Lajeados	Concluído	Localidade de Linha Emília, beneficiando 100 famílias; Localidade de 1º de março/Alegrete 1, beneficiando 100 famílias; Localidade de 1º de março/Alegrete 2, beneficiando 100 famílias
Dom Feliciano	Concluído	Localidade de Vila Fátima, beneficiando 200 famílias; Localidade de Lopo Neto, beneficiando 42 famílias; Localidade de Anápio Silveiro – Nulo (*)
Encantado	Concluído	Localidade de São Marcos, beneficiando 12 famílias; Localidade de L. Alegre, beneficiando 12 famílias
Entre-Ijuís	Concluído	Localidade de R. da Cachoeira (Esq. Gaúcha), beneficiando 16 famílias; Localidade de L. Ressaca (Ressaca do Faxinal), beneficiando 10 famílias; Localidade de Carajazinho, beneficiando 12 famílias
Erechim	Concluído	Localidade Sede CORSAN 1; Localidade Sede CORSAN 2
Erval Seco	Concluído	Localidade de Linha Capivara – Nulo (*); Localidade de 15 de novembro, beneficiando 40 famílias
Esmeralda	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na Localidade de Santa Teresa, beneficiando 12 famílias – Valor do repasse R\$ 30.000,00
Fagundes Varela	Concluído	Localidade de Baixada Visconde de Pelotas, beneficiando 10 famílias; Localidade de São Pedro
Faxinal do Soturno	Concluído	Localidade de Sede – CORSAN/São Luís
Formigueiro	Concluído	Localidade de Barragem
Giruí	Concluído	Localidade de Linha Reginaldo, beneficiando 15 famílias
Gramado Xavier	Concluído	Localidade Banhado Grande, beneficiando 40 famílias; Localidade L. Pinhal/São Francisco – Nulo (*); Localidade L. Pinhal/São Francisco 2, beneficiando 30 famílias
Guarani das Missões	Concluído	Localidade de Linha Seca, beneficiando 46 famílias; Localidade de Santa Ana, beneficiando 25 famílias
Ibirubá	Concluído	Localidade de Sede CORSAN

<b>Perfuração de Poços Tubulares Profundos</b>		
<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Localização/Famílias Atendidas</b>
Ipê	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na Localidade de Linha Brasília e Capela São Vicente, beneficiando 4 famílias – Valor do repasse R\$ 30.000,00.
Itapuca	Concluído	Localidade de Sede CORSAN; Localidade de Campo Bonito, beneficiando 60 famílias; Localidade de Sede CORSAN 2 – Nulo (*); Localidade de Araponga, beneficiando 25 famílias
Itati	Concluído	Localidade de Costa do Morro 3, beneficiando 80 famílias; Localidade de Sede CORSAN
Ivorá	Concluído	Localidade de Derrubadas 1ª, beneficiando 15 famílias; Localidade de Derrubadas 1 – Nulo (*)
Ivorá	Concluído	Localidade de Derrubadas
Jaguarão	Concluído	Localidade de Lagões, beneficiando 25 famílias; Localidade de Chácara da Dinda; Localidade de Pedras Brancas, beneficiando 25 famílias
Jaguari	Concluído	Localidade de Linha 09, beneficiando 25 famílias – Conserto; Localidade de L. Boa Vista, beneficiando 10 famílias – Limpeza de Poço
Jóia	Concluído	Localidade de Ass. Simão Bolivar, beneficiando 30 famílias; Localidade de Ass. Rondinha, beneficiando 40 famílias
Júlio de Castilhos	Concluído	Localidade de sede CORSAN
Liberato Salzano	Concluído	Localidade de Via Barca, beneficiando 20 famílias; Localidade de Linha Sobradinho, beneficiando 21 famílias; Localidade de Xisto Alto, beneficiando 14 famílias; Localidade de Setembro, beneficiando 35 famílias
Maratá	Concluído	Localidade de Alto Maratá, beneficiando 50 famílias
Marau	Concluído	Localidade de Quilombo Santo Antonio da Posse, beneficiando 10 famílias; Localidade de Carrascal, beneficiando 25 famílias
Miraguaí	Concluído	Localidade de sede - CORSAN
Miraguaí	Concluído	Localidade de São Paulo e Água Fria, beneficiando 28 famílias
Monte Alegre dos Campos	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na Localidade de Capela São Sebastião, beneficiando 30 famílias – Valor do repasse R\$ 30.000,00.
Muitos Capões	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na Localidade de Fazenda Laranjeiras, beneficiando 10 famílias – Valor do repasse R\$ 30.000,00.
Nova Bassano	Concluído	Localidade de São Pelegrino, beneficiando 44 famílias
Nova Roma do Sul	Concluído	Localidade de Linha Saete – Nulo (*); Localidade de São José – Nulo (*)

<b>Perfuração de Poços Tubulares Profundos</b>		
<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Localização/Famílias Atendidas</b>
Nova Santa Rita	Concluído	Localidade de Passo da Figueira 1, beneficiando 50 famílias; Localidade de Passo da Figueira 2 – Nulo (*)
Passa Sete	Concluído	Localidade de Engenho Velho
Passo do Sobrado	Concluído	Localidade de Taquari Mirim, beneficiando 70 famílias
Pedras Altas	Concluído	Localidade de Assentamento Bom Viver, beneficiando 70 famílias; Localidade de Arroio Mal, beneficiando 90 famílias
Pejuçara	Concluído	Localidade de Vista Alegre, beneficiando 13 famílias; Localidade de Linha Donato, beneficiando 141 famílias; Localidade de Linha Pedreira, beneficiando 12 famílias
Pinhal da Serra	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na Localidade de Rincão dos Carneiros e São Roque, beneficiando 50 famílias – Valor do repasse R\$ 30.000,00
Porto Xavier	Concluído	Localidade de Linha Primeira Alta, beneficiando 30 famílias; Localidade de Linha Montanha Superior – Nulo (*)
Redentora	Concluído	Localidade de São José, beneficiando 12 famílias
Rodeio Bonito	Concluído	Localidade de Sede CORSAN
Santa Margarida do Sul	Concluído	Localidade de Real, beneficiando 25 famílias; Localidade de Serrinha, beneficiando 14 famílias
Santa Maria	Concluído	Localidade de Arroio do Só, CORSAN
Santa Rosa	Concluído	Localidade de Linha 13 de maio Norte, beneficiando 55 famílias
Santana do Livramento	Concluído	Localidade de Assentamento Coqueiros, beneficiando 40 famílias; Localidade de Ass. Agro Vila/Ass. Jari, beneficiando 80 famílias; Localidade de Ass. Agro Vila, beneficiando 55 famílias
Santiago	Concluído	Localidade de Sede – CORSAN (Barragem); Localidade de Sede – CORSAN - Nulo (*); Localidade de Sede – CORSAN (Poço 7a) – Limpeza
Santo Ângelo	Concluído	Localidade de sede – CORSAN
Santo Antônio da Patrulha	Concluído	Localidade de sede – CORSAN 1 – Nulo (*); Localidade de sede – CORSAN 2 Localidade de CORSAN 1 – Nulo (*); Localidade de CORSAN
Santo Cristo	Concluído	Localidade de Linha Arnoldo, beneficiando 100 famílias; Localidade de Linha Sírio, beneficiando 220 famílias; Localidade de Bom Princípio Baixo, beneficiando 180 famílias; Localidade de Linha Revolta, beneficiando 112 famílias; Localidade de SEDE CORSAN

<b>Perfuração de Poços Tubulares Profundos</b>		
<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Localização/Famílias Atendidas</b>
São João da Urtiga	Concluído	Localidade de Linha 10 - Nulo (*); Localidade de Linha 10 2, beneficiando 40 famílias. Localidade de Urtiga Alta - Nulo (*)
São José dos Ausentes	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na Localidade de Várzea beneficiando 50 famílias – Valor do repasse R\$ 30.000,00
São Marcos	Concluído	Localidade de Sede – CORSAN – Nulo (*)
São Sepé	Concluído	Localidade de Rincão Schaf, beneficiando 33 famílias; Localidade de Tupanci, beneficiando 20 famílias
Seberi	Concluído	Localidade de Oswaldo Cruz, beneficiando 50 famílias
Soledade	Concluído	Localidade de Ponte São Bento, beneficiando 35 famílias; Localidade de Boa União, beneficiando 12 famílias; Localidade de Bom Retiro /C. Rico, beneficiando 15 famílias
Taquaruçu do Sul	Concluído	Localidade de L. Volpato, beneficiando 35 famílias; Localidade 7 de setembro; Localidade Travessão Seco
Tenente Portela	Concluído	Localidade de Linha Vargas; Localidade São Luís
Três Coroas	Concluído	Localidade de Vila Nova, beneficiando 30 famílias; Localidade de Águas Brancas
Trindade do Sul	Concluído	Localidade de Linha Cachoeira, beneficiando 45 famílias; Localidade de Linha Fátima, beneficiando 20 famílias; Localidade de Colônia Nova – Nulo (*)
Tupanciretã	Concluído	Localidade de Ass. Nova Tupã
Vacaria	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na Localidade de Santa Luzia, beneficiando 50 famílias – Valor do repasse R\$ 30.000,00
Vale Real	Concluído	Localidade de Recosta – Nulo (*); Localidade de Morro Paris, beneficiando 30 famílias; Localidade de Recosta, beneficiando 70 famílias
Vale Verde	Concluído	Localidade de Passo do Monte Alegre, beneficiando 15 famílias; Localidade de Alto Potreirinho 2 – Nulo (*); Localidade de Alto Potreirinho 3 – Nulo (*)
Venâncio Aires	Concluído	Localidade de Saraiva beneficiando 40 famílias – Limpeza
Vila Nova do Sul	Concluído	Localidade de Santa Teresinha, beneficiando 80 famílias

Fonte: SEHABS. Dez/2012

(\*) Nulo: Poço improdutivo.

A **Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)**, em 2012, realizou, através do Programa Mais Saneamento para o RS, ações para a expansão e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de esgoto sanitário, visando atender as demandas dos contratos de prestação de serviços de saneamento.

O volume de recursos aplicado pela CORSAN nas ações do Programa, em 2012, chegou à marca de R\$ 203 milhões, sendo mais de 58% desse montante dedicados à Expansão dos Sistemas de Esgotamento Sanitário, e o volume total de recursos liquidados pela Companhia no período, incluindo a ação Apoio administrativo e qualificação da infraestrutura, soma mais de R\$1,3 bilhão.

Ainda durante o ano de 2012, a CORSAN garantiu, para os próximos anos do Plano Plurianual, a contratação do montante de R\$ 464.725.507,78, para obras e projetos de saneamento, via PAC 2, conforme tabela abaixo:

<b>Objeto</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Obras BNDES PAC 2 G1	137.805.353,08
Obras BNDES PAC 2 G3	236.023.508,32
Obras FUNASA PAC 2 G3	65.257.081,38
Obras CEF PAC 2 G2	25.639.565,00
<b>Total</b>	<b>464.725.507,78</b>

Fonte: CORSAN – 2012

Com o intuito de garantir mais recursos para o saneamento, a CORSAN solicitou mais de R\$ 1 bilhão para saneamento na nova janela do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aberta pelo Governo Federal no segundo semestre de 2012. Os projetos contemplados ainda não foram divulgados pelo Ministério das Cidades.

#### *Renovação de Contratos e Fundo de Gestão Compartilhada*

O ano 2012 configurou-se como um ano de fortalecimento da CORSAN, conforme estabelecido no projeto do Governo do Estado. Atualmente, a Companhia vive uma nova realidade, com investimentos garantidos, mudanças administrativas e a retomada da boa relação com as Prefeituras. Esse cenário possibilitou à Companhia alcançar o número de 28 novos contratos assinados no ano de 2012, totalizando 245 contratos renovados desde 2008, o que representa 80% do seu faturamento já garantido sob a forma de contrato de programa. Um dos principais fatores para esse sucesso foi a implantação dos Fundos de Gestão Compartilhada nos grandes municípios. A Companhia garantiu, via Fundo, que R\$ 60,21 milhões permanecessem nos municípios para investimentos em saneamento.



### Ampliação dos Sistemas

As ações para a expansão e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de esgoto sanitário visam atender as demandas dos contratos de prestação de serviços de saneamento. Em 2012, foram substituídos 147.332 hidrômetros em 22 municípios para garantir a eficiência da medição do consumo de água. E, de modo a garantir a expansão dos sistemas de abastecimento de água, foram incluídas, no sistema de abastecimento de água, mais de 1,3 mil economias em seis municípios, conforme apresentado na tabela a seguir:

Município	Nº de Economias	Rede Assentada (m)
Canoas	120	1.197
Santa Maria	39	391
Santo Antônio da Patrulha	128	1.273
Sapiranga	95	951
Sapucaia do Sul	64	645
Três Coroas	881	8.793
<b>Total</b>	<b>1.327</b>	<b>13.250,00</b>

Fonte: CORSAN - 2012

Com relação à expansão e melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário, a CORSAN visa à ampliação das redes de esgoto e o seu tratamento. Entretanto, embora as economias sejam servidas por redes de coleta de esgoto sanitário, nem sempre se encontram ligadas a estas. Na maior parte das habitações, nos municípios atendidos pela CORSAN, os sistemas de tratamento de esgotos são individuais. Devido a isso, o risco de contaminação das águas subterrâneas e superficiais é muito grande, podendo resultar em riscos à saúde da população. A proposta de implantar e ampliar o sistema coleta do esgoto sanitário irá proporcionar um aumento da cobertura da população atendida. Em 2012, foram atendidos 18 municípios e assentados mais de 124 mil metros de rede de esgotos sanitários.

Município	Nº de economias	Rede assentada (m)
Alegrete	420	4.526,80
Alvorada	55	594,10
Bento Gonçalves	492	5.305,30
Cachoeira do Sul	1.134	12.232,10
Canoas	78	846,00
Capão da Canoa	320	3.453,20

<b>Município</b>	<b>Nº de economias</b>	<b>Rede assentada (m)</b>
Carazinho	7	71,00
Esteio	38	408,70
Glorinha	1.610	17.367,50
Gramado	574	6.189,70
Guaíba	683	7.370,40
Ijuí	61	657,30
Osório	33	361,00
Passo Fundo	4.490	48.444,70
Rio Grande	828	8.935,20
Santa Rosa	553	5.963,50
Torres	69	741,00
Venâncio Aires	82	879,50
<b>Total</b>	<b>11.466</b>	<b>124.347,00</b>

Fonte: CORSAN - 2012

### *Novos Negócios*

Em 2012, no intuito de alavancar a sua capacidade de investimento, a CORSAN deu continuidade aos estudos para parcerias com o setor privado. O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) oportunizará ao mercado que apresente, à Companhia, alternativas para viabilizar a universalização do acesso aos sistemas de esgotamento sanitário. Atualmente, os estudos encontram-se em análise pela CORSAN e pela *PriceWaterHouse Coopers*, consultora contratada para o projeto. O objetivo é acelerar o processo de universalização do esgoto no Estado.

Na ação Fomento de Novos Negócios, com relação aos resíduos sólidos, no que tange ao tratamento do lixiviado, em 2012, a CORSAN tratou mais de 156 mil metros cúbicos, e a Companhia prevê o recebimento de cinco tipos de efluentes, que são: Lodo de Fossa, Chorume, Banheiro Químico, Efluentes de Laboratório, Lodo Biológico. A meta é de ampliar a produção e comercialização de sulfato de alumínio para a purificação da água, seja ela destinada ao uso industrial ou consumo público, e ao tratamento de efluentes industriais ou sanitários. Em 2012, foram comercializadas mais de 13 toneladas do produto.

### *Futuras Ações*

As ações previstas para serem desenvolvidas nos programas da SEHABS e CORSAN, em 2013, de acordo com o Plano Plurianual 2012-2015, estão incluídas no quadro a seguir apresentado:

## Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEHABS	Programa estadual de produção do desenvolvimento urbano e de regularização fundiária	Regularização fundiária e reassentamento em áreas de propriedade do estado
SEHABS	Programa estadual de produção do desenvolvimento urbano e de regularização fundiária	Fomento às ações de regularização fundiária nos municípios
SEHABS	Programa estadual de produção do desenvolvimento urbano e de regularização fundiária	Adequação urbanística
SEHABS	Programa estadual de produção do desenvolvimento urbano e de regularização fundiária	Dignificação da moradia
SEHABS	Programa estadual de produção habitacional	Produção de ações habitacionais
SEHABS	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Elaboração de estudos, planos, sistema de informações, código de saneamento e fundo estadual
SEHABS	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Apoio à implantação de sistema de saneamento
SEHABS	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Perfuração de poços tubulares
SEHABS	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Estruturação do sistema estadual de saneamento e ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico
SEHABS	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Repasse dos recursos do orçamento geral da união (ogu)
CORSAN	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Expansão e melhorias do sistema de abastecimento de água
CORSAN	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Expansão e melhorias do sistema de esgotamento sanitário
CORSAN	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Promoção de medidas institucionais
CORSAN	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Promoção da expansão do abastecimento de água potável no meio rural
CORSAN	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Fomento de novos negócios
CORSAN	Mais saneamento para o Rio Grande do Sul	Renovação dos contratos de programa para prestação de serviço de abastecimento e esgotamento sanitário

## Justiça e Direitos Humanos

A **Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH)** é o órgão responsável pela articulação e execução das políticas sociais na área dos direitos humanos, em suas diversas demandas. A Secretaria dá sustentação às demandas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Mulher, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, dos Povos Indígenas, da Comunidade Negra e de Defesa do Consumidor. Por intermédio do Programa Estadual de Defesa do Consumidor (PROCON-RS), desenvolve diversas ações na defesa dos direitos do consumidor. A SJDH ainda desenvolve trabalhos para a ressocialização de crianças e adolescentes em conflito com a lei e em situação de vulnerabilidade social.

A Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, através de execução compartilhada com entidades conveniadas, desenvolve o Programa de Oportunidade e Direitos (POD), buscando qualificar o atendimento das execuções de medidas socioeducativas em meio aberto dos egressos da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE). O Programa

visa diminuir as reincidências dos adolescentes a novos atos infracionais, qualificando a socioeducação como tarefa do Estado e da sociedade civil, contribuindo para que o cumprimento da medida se torne um significado ético na vida dos jovens e de suas famílias. Atualmente, são quatro instituições conveniadas que trabalham em conjunto com a SJDH: o Centro de Educação Profissional São João Calábria e a Fundação O Pão dos Pobres, em Porto Alegre; o Centro Social Marista, em Santa Maria; e, a Assistência Social Diocesana Leão XIII, em Passo Fundo.

O Centro de Educação Profissional São João Calábria, no período de janeiro a outubro de 2012, atendeu 76 adolescentes egressos da FASE, que optaram pela adesão ao POD. Desses, cinco ficaram um ano no Programa e dois se formaram em cursos profissionalizantes e estão inseridos no mercado de trabalho formal. As reincidências à FASE foram duas e ao Presídio Central, três. No momento, estão sendo atendidos 38 adolescentes.

Ainda, dentro do Programa, a Fundação O Pão dos Pobres, nesse mesmo período, atendeu 79 adolescentes que aderiram ao POD. Desses, quatro se formaram e estão inseridos no mercado de trabalho; treze adolescentes cumpriram os 12 meses de Programa, sendo que se verificaram nove casos de reincidências à FASE e seis casos, ao Presídio Central. Na atualidade, a Instituição atende 64 jovens.

Em Santa Maria, no Centro Social Marista, 49 jovens aderiram ao POD, sendo que, desses, oito completaram 12 meses no Programa. Ainda não foram realizadas formaturas de alguns dos cursos, mas é boa a adesão aos mesmos. Houve uma reincidência à FASE e nenhuma ao Presídio Central. Atualmente, a Instituição está atendendo 25 adolescentes.

A Assistência Social Diocesana Leão XIII, localizada em Passo Fundo, com um pouco menos de demanda, mas também com grande contribuição para a sociedade, atendeu 15 jovens que aderiram ao Programa, sendo que todos se formaram nos cursos. Apenas cinco jovens ficaram até o final dos 12 meses. No momento, a Instituição atende 17 adolescentes e tem dois na fila de espera. Não houve casos de reincidências.

No Programa de Promoção dos Direitos Humanos, na ação Educação em Direitos Humanos, Participação Cidadã e Controle Social, foram realizadas duas campanhas publicitárias de Educação em Direitos Humanos; mantida a Casa dos Conselhos de Direitos; sensibilizados 2.000 líderes comunitários nas comunidades dos Territórios da Paz; capacitadas 3.000 pessoas em cursos de formação, entre profissionais da saúde, segurança e educação e parcerias com a Secretaria da Educação (SEDUC), Secretaria da Segurança Pública (SSP) e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH); treinados/sensibilizados 4.000 servidores públicos multiplicadores em Direitos Humanos, com foco nos profissionais da saúde, segurança e educação e parcerias com a SEDUC, SSP e FDRH; e, doados 100 computadores para 50 Conselhos Tutelares no Estado. Na ação Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania, foram apoiadas dez Paradas Livres, foi revista a meta de instalar uma Biblioteca Acessível e, destinado o recurso de R\$ 400 mil para apoiar entidades que prestam serviço direto a pessoas com deficiência.

Na ação Igualdade Racial, Erradicação da Miséria e Combate à Discriminação foram realizadas 40 ações voltadas à erradicação do subregistro civil – maternidade interligada; realizadas 150 ações para erradicação do subregistro civil – profissional capacitado; realizado um

Seminário Internacional, com a presença de 200 participantes, e 20 seminários locais com comunidades em vulnerabilidade social em Porto Alegre, voltados à redução de homicídios de jovens negros; realizadas duas campanhas de combate à discriminação – “Criar Oportunidades é Combater a Violência contra a Juventude Negra” e “Rio Grande SEM Homofobia”; e, realizadas quatro capacitações regionais dos servidores municipais que atendem as pessoas em situação de rua, totalizando 2.500 pessoas. Na Ação Prevenção e Combate às Drogas, Atenção às Crianças e Adolescentes e à Juventude foram capacitados 600 Conselheiros Tutelares para utilização do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA); capacitadas 6.000 pessoas no Programa de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil; e, realizadas seis ações para o fortalecimento da Rede de Proteção à criança e ao adolescente.

O Programa de Proteção e Assistência a Testemunhas Ameaçadas de Morte (PROTEGE) é um Programa estadual criado para oferecer proteção a vítimas ou testemunhas de crimes que estejam expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal. Além da proteção, o Programa também visa à reinserção social das vítimas e testemunhas. Em 2012, destacam-se, no âmbito de atuação do PROTEGE: 30 casos indicados; 15 casos atendidos, com 55 usuários durante o ano; cinco casos inclusos; 11 casos atuais; um número total de 40 usuários em dezembro, sendo 14 testemunhas e 26 beneficiários; e 18 testemunhas desligadas, sendo cinco testemunhas e 13 beneficiários.

A SJDH iniciou as atividades de enfrentamento ao *crack* e à drogadição coordenando o grupo de trabalho denominado “GT Drogas”. Composto pelas Secretarias da Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Social, Educação, Casa Civil, Segurança Pública e Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, o Grupo tem por objetivo integrar e articular a Rede para tratar do enfrentamento ao *crack* e outras drogas. Com a implantação do Plano Nacional de Enfrentamento ao *Crack*, denominado “*Crack, é possível vencer*”, o GT Drogas passou a gerir esse Programa no Estado, e as Secretarias Municipais de Porto Alegre passaram a integrar o Grupo. A assinatura do Termo de Adesão do RS ao Plano Nacional de Combate ao *Crack*, proposta pelo Governo Federal, ocorreu no dia 17 de abril de 2012, no Palácio Piratini. Outra importante realização, em parceria com a Secretaria Nacional sobre Drogas (SENAD), foi a assinatura do Termo de Cooperação, com a posterior criação do Fundo Nacional sobre Drogas (FUNED), bem como a realização do 1º Leilão dos Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas no Estado, ocorrido em 12 setembro de 2012, com a renda obtida de, aproximadamente, R\$ 800 mil, a ser aplicada em programas, projetos e ações que visem à prevenção, repressão, tratamento, reinserção social dos usuários.

No Programa de Acesso à Justiça, foram realizados os Mutirões de Acesso à Justiça, disponibilizando Defensores Públicos nas comunidades para atendimento e encaminhamento de iniciais, juntamente com o PROCON-RS e o Instituto-Geral de Perícias, a fim de proporcionar informações sobre direito do consumidor e expedição de carteiras de identidade aos cidadãos. Em 2012, foi realizado um mutirão de Direitos Humanos em Santa Maria, que atendeu uma média de 700 pessoas.

Ainda dentro do Programa, estão as Audiências Públicas, denominadas Jornadas contra a Exploração e Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. As Jornadas, além de mobilização e sensibilização em relação ao tema, também articulam políticas públicas focadas nas crianças e adolescentes e demais vítimas de violência sexual, fomentando e implementando os Centros de

Referência ao Atendimento Infanto-Juvenil (CRAIs), em parceria com os municípios e a Secretaria da Segurança Pública. As Jornadas têm como coordenadores a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, a Fundação Maurício Sirotski Sobrinho e o Ministério Público Estadual. Em 2012, foram realizadas Jornadas em seis municípios: Porto Alegre, Guaíba, Alvorada, Jaguarão, Santana do Livramento e Montenegro, com um total de 600 pessoas participantes.

No Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor, através da Conscientização de Consumidores e Fornecedores, foi realizada a Campanha de Conscientização Programa "De Olho na Validade", lançado na Terceira Conferência Estadual de Defesa do Consumidor, no dia 18 de outubro de 2012. Na Educação em Direitos do Consumidor, foi realizado o curso Construção das Diretrizes da Política Estadual de Defesa do Consumidor, com aproximadamente 450 participantes; e, realizado o 2º Simpósio sobre Direitos dos Consumidores nas Telecomunicações, com aproximadamente 250 participantes. Além disso, o PROCON participou do 4º Seminário Nacional de Defesa do Consumidor, em Passo Fundo, nos dias 12 e 13 de setembro, e do Mutirão Cidadão realizado em Santa Maria, no dia 24 de agosto.

Em relação à Fiscalização dos Direitos do Consumidor, na "Operação Verão numa Boa", realizada no litoral gaúcho, foram fiscalizados estabelecimentos como supermercados, lojas e farmácias, resultando em torno de 300 Autos de Infração. As práticas infrativas contrárias ao Código de Defesa do Consumidor constatadas foram: ausência de preço nos produtos; produtos/alimentos com prazo de validade vencido, mal-acondicionados, deteriorados e impróprios para o consumo; e, ausência de um exemplar do Código de Defesa do Consumidor no estabelecimento. Houve também a fiscalização nos postos de gasolina em Porto Alegre, em função do amplamente noticiado desabastecimento de combustíveis no mercado de consumo, no mês de outubro. O resultado, após a fiscalização, foi a instauração de 15 processos administrativos, pela elevação, sem justa causa, do preço dos combustíveis.

Na Modernização e Qualificação do PROCON, houve a capacitação de 15 Servidores de PROCONs Municipais (Bagé, Alegrete, Sapucaia do Sul e Capão da Canoa), por técnicos do PROCON/RS, sobre a utilização do *software* Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SINDEC). Os atendimentos realizados no ano de 2012, registrados no SINDEC, como carta de informações preliminares, processos administrativos, simples consulta e atendimentos preliminares, totalizaram 5.121. O total de processos administrativos instaurados através de reclamação do consumidor foi de 115. O total de processos administrativos instaurados, de ofício, pela autoridade competente do PROCON/RS, foi de 25 processos.

No Projeto de Ações Integradas, foram firmados sete Convênios, a saber:

- Convênio com o Instituto de Combate à Fraude e Defesa da Concorrência (ICDE) – ESCOLEGAL, educação para o consumo consciente.
- Convênio com a Associação Ação Solidária Madre Cristina para capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social em direitos do consumidor.
- Convênio com Instituição Evangélica de Novo Hamburgo – consumidor consciente; educação financeira e tributária.
- Convênio com a Fundação Universidade de Passo Fundo – balcão do consumidor.

- Convênio com a Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul – auxílio na criação e implementação de políticas públicas consumeristas.
- Convênio com a Fundação Educacional Machado de Assis para promover ações que contribuam com a política preventiva nas relações de consumo, dentre outras.
- Convênio com a Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul – atendimento aos consumidores, de forma itinerante, com a unidade móvel adquirida.
- Dentre as realizações de 2012, cabe destacar, ainda, a aquisição de uma unidade móvel para o PROCON Itinerante; na Municipalização do PROCON, foi firmado Convênio para a doação de um veículo ao PROCON Municipal de Porto Alegre, bem como a criação dos PROCONs em Três Passos, Três Cachoeiras, Butiá e Guaporé.

A **Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiências e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS)** promove, desenvolve, articula e executa políticas de acesso e garantia das Pessoas com Deficiência (PcD) e das Pessoas com Altas Habilidades (PcAH) aos seus Direitos, bem como presta atendimento em suas unidades, nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social e Preparação Profissional e Oficinas Terapêuticas, na perspectiva de construir referências a metodologias e práticas de atendimento especializado e inclusivo.

Dentre as realizações da Fundação, em 2012, destacam-se:

- Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades (PcAH) no RS – instituído em 1999, instala-se ordinariamente em dez oportunidades ao ano, sendo nove no interior e uma na Capital, no formato de Seminário Anual. Ao final de cada plenária do Fórum é elaborada uma síntese de suas deliberações e elencadas as principais demandas da região, com a finalidade de compor uma Carta-Diagnóstico destinada ao Governo do Estado, por intermédio da FADERS. Foram realizadas oito plenárias, reunindo um público superior a 1.800 pessoas e atingindo 18 diferentes regiões do Estado.
- Fórum Nacional de Gestores das Políticas para Pessoas com Deficiência – instituído em janeiro de 2012, por iniciativa da FADERS, de convocar uma reunião de gestores com abrangência nacional, o Fórum é um colegiado formado pelos Secretários de Estado e/ou representantes de órgãos estaduais e das capitais, que se reúnem de forma voluntária e formal para deliberar sobre temas relevantes à política para pessoas com deficiência, incorporando as demandas estaduais, regionais e nacionais. Atua junto à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, como órgão de assessoramento na elaboração e implantação da Política Nacional para as Pessoas com Deficiência.
- Plano RS sem Limite – instituído com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, o Plano é executado pelo Estado com a colaboração da União e dos Municípios. As diretrizes e os eixos de atuação do Plano derivam da Convenção Internacional de Direitos das Pessoas com Deficiência e do Plano Nacional Viver Sem Limite. Em seis meses de instituição do Plano RS sem Limite, foram

sensibilizados 66 municípios mediante palestras e apresentações para gestores da administração estadual e municipal; 32 municípios formalizaram sua adesão e outros 60 municípios comprometeram-se com a migração de sua adesão à Agenda Social do Compromisso Nacional com a Inclusão para os Planos Viver Sem Limite e RS sem Limite.

- Seminário Estadual do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH – realizado em dezembro, reuniu cerca de 300 pessoas representantes de 42 municípios. No evento, houve a assinatura do Termo de Adesão ao Plano Estadual RS sem Limite por 12 dos municípios presentes e a inscrição de 18 municípios para sediar o Fórum em 2013.
- Atendimento em caráter de referência, realizado na Unidade de Acolhimento que acolhe, organiza, orienta e encaminha demandas de atendimento e benefícios sociais e legais específicos às necessidades da PcD/PcAH e sua comunidade. A demanda por orientação e encaminhamento do Passe Livre Intermunicipal atingiu 16.210 pessoas.
- Escola de Aprendizagem/Programa Jovem Aprendiz do Ministério do Trabalho e Emprego – curso profissionalizante de Auxiliar/Servente de Limpeza, credenciado pelo Programa Jovem Aprendiz, do qual se beneficiaram 55 PcDs, sendo que 17 estão desenvolvendo o módulo prático nas empresas e seis foram inseridos no mercado formal de trabalho. Ainda na perspectiva de ampliação das oportunidades de inclusão da PcD no mundo do trabalho, a Fundação aderiu, em novembro de 2012, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC).
- Projeto CETILIBRAS – elaboração conjunta entre a FADERS e a Federação Nacional para Educação e Integração dos Surdos para a implantação de uma Central de Tradutores e Intérpretes em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). O Projeto tem a finalidade de promover acessibilidade às pessoas surdas nos órgãos públicos estaduais, seja através da tradução presencial em eventos, da inserção de legendas em LIBRAS em materiais dos meios de comunicação falada ou da instalação e manejo de tecnologia assistiva própria à comunicação da pessoa surda. O Projeto prevê a contratação de Tradutores e Intérpretes do idioma LIBRAS, a aquisição de equipamentos e tecnologia assistiva e a contratação de serviços, tais como linha telefônica 0800 e transporte. A abrangência do Projeto é estadual e com uma população-alvo estimada em 617.090 pessoas, 1,73% da população gaúcha, tendo sido encaminhado como proposição para celebração de Convênio com a União e com outros órgãos do Estado.
- Aquisição de veículo adaptado – aquisição de um veículo adaptado ao transporte de pessoas com deficiência, com capacidade para 24 passageiros. O veículo será utilizado nos deslocamentos para eventos promovidos pela Fundação, em especial para as atividades do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH do RS, que se instala no interior do Estado em nove oportunidades ao longo do ano.
- Campanha Gaúcha de Acessibilidade: “Siga essa Ideia, Tchê!” – campanha oficialmente instituída na Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, em agosto de 2011, como integrante da Campanha Nacional lançada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A Campanha Gaúcha é coordenada pela Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, por intermédio da FADERS, e pelo Conselho Estadual dos Direitos



da PcD. Em 2012, foram sensibilizados à adesão os municípios atingidos através das oito Plenárias do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH, bem como os 32 municípios que aderiram aos Planos Viver Sem Limite e RS sem Limite. Além disso, foram promovidos “bandeiras” e manifestações em eventos esportivos, nos quais houve distribuição dos adesivos e do material impresso alusivo à Campanha.

- Projeto “Avisa Lá que eu tô na praia! Praia Acessível a Todos” – o Projeto é parte do Programa Verão numa Boa 2012/2013, coordenado pela Assessoria Superior do Governador, que visa levar serviços e políticas públicas aos balneários e potencializá-los como polo turístico. Nesse sentido, o Projeto Praia Acessível, coordenado pela FADERS, propõe um conjunto de ações voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão das PcDs no cotidiano próprio ao veraneio, com oficina de cataventos e distribuição de informativo sobre a FADERS e políticas públicas para PcDs e PcAHs; banhos de mar com recurso de cadeiras anfíbias; desenvolvimento de edições da Oficina “Atenção à PcD: Abordagem com Cidadania”, entre outras ações. A FADERS manterá um quiosque para recepção da comunidade junto à Casa de Governo instalada no município de Capão da Canoa.
- Projeto Biblioteca Acessível – constituição, na área física da FADERS, de um espaço acessível e interativo para pessoas com deficiência, idosas, obesas, gestantes, com nanismo ou com mobilidade reduzida, a fim de oportunizar pesquisa, leitura e contato com os mais diversificados elementos com conteúdo de texto. O Projeto está em andamento, com a elaboração de instrumento para identificação do perfil do usuário; elaboração de projeto arquitetônico e avaliação de espaços físicos para instalação; e, formatação de Plano de Trabalho para proposição de conveniamento.
- Cursos de Capacitação em Atenção à PcD e à PcAH – promoção de cursos de formação continuada e/ou especializada para desenvolvimento e aplicação de metodologias, qualificando 3.041 agentes sociais e profissionais para a atenção direta às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades.
- Projeto “Atenção à PcD: Abordagem com Cidadania” – produção de três versões de Cartilhas no tema e realização de 27 edições de Oficinas, cada qual com 4h/aula de duração. As Oficinas são minicursos de capacitação com a temática trabalhada em suas especificidades, tanto em relação à PcD quanto à atuação dos agentes sociais, totalizando 1.008 pessoas capacitadas em sete diferentes regiões do Estado.
- Eventos Formativos – promoção de palestras, oficinas, seminários e pequenos cursos de capacitação com vistas a desenvolver o conhecimento e as práticas na atenção às pessoas com deficiência. Foram promovidos 20 eventos formativos, atingindo um público total de 1.255 pessoas.
- Realização da XVIII Semana Estadual da Pessoa com Deficiência no RS – Lei nº 13.220/2009, coordenada pela FADERS, entre os dias 21 e 28 de agosto, sob o título “XVIII Semana Estadual da PcD: podemos, sim, fazer a diferença!”, com intensa programação construída em conjunto com diversas Secretarias de Estado, Conselhos de Direitos Estadual e Municipais e representantes do poder público de 25 municípios e organizações privadas e representativas como o Projeto Rumo Norte. Entre as atividades

desenvolvidas na XVIII Semana Estadual da PcD, destacam-se o lançamento de selo alusivo à Semana, pela FADERS em parceria com a EBCT; o Balcão de Informações, promovido pela Secretaria Municipal de Cidadania e Acessibilidade (SMACIS/POA) e o Conselho Municipal de Direitos da PcD/POA em parceria com a Unidade de Acolhimento da FADERS; a Carta Cidade Acessível, dirigida aos candidatos a Prefeito Municipal, iniciativa organizada pelo Conselho Estadual de Direitos das PcD (COEPEDE/RS); e, no encerramento, a Caravana RS sem Limite percorrendo os municípios de Rosário do Sul, São Gabriel e Rio Branco, promovida pela FADERS.

- Assessoramento a nove municípios na elaboração de Plano de Trabalho para celebração de convênios, tendo por objeto demandas aprovadas na Participação Popular e Cidadã 2012. Até o final do exercício, a Fundação firmou Termos com três deles – Pelotas, Vera Cruz e Nova Hartz –, descentralizando recursos para ações de atenção direta que beneficiarão, no ano, cerca de 350 PcDs nas regiões Sul, Vale do Rio Pardo e Vale do Rio dos Sinos.
- Implantação do Comitê Gaúcho de Acessibilidade: tecnologia da informação, que atingiu em seu funcionamento ao longo do ano, 15 instituições, entre Secretarias de Estado, Universidades públicas e privadas e entidades da sociedade cidadã.

A **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE)** é o órgão responsável, no Estado do Rio Grande do Sul, pela execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, aplicadas pelos Juizados Regionais da Infância e Juventude aos adolescentes que cometeram atos infracionais, de acordo com o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE – Lei nº 12.594, de 18/01/2012). Para realizar o seu trabalho, a FASE conta atualmente com 22 unidades, sendo sete em Porto Alegre e 15 no interior do Estado. As unidades estão localizadas de acordo com as regionais dos dez Juizados da Infância e Juventude, ou seja, em Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Santo Ângelo e Uruguaiana. Apenas a regional de Osório ainda não possui uma Unidade.

As Unidades de Porto Alegre foram responsáveis, em 2012, pelo atendimento de, em média, 505 adolescentes (56,6% da média de 943 adolescentes do sistema). O sexo masculino respondeu por 97,9% das internações, sendo os restantes 2,1%, de meninas, seguindo padrões semelhantes aos registrados em anos anteriores no Estado.

A faixa etária predominante situa-se de 16 a 18 anos, com 72,16% do total, embora apenas 9,43% tenham concluído o Ensino Fundamental, o que indica um elevado índice de defasagem escolar. Os principais atos infracionais que motivaram a determinação da medida socioeducativa na FASE aos adolescentes foram roubo (37,7%), tráfico de entorpecentes (18,9%) e homicídio (15,6%).

Ao longo do ano de 2012, houve um trabalho exaustivo para dar continuidade à implementação das ações previstas no “Projeto Nova FASE”, um dos projetos estratégicos do atual governo. Destaca-se, ainda, o Projeto referente ao concurso público, uma das mais urgentes demandas da Fundação, tendo em vista que o último concurso havia sido realizado em

2002, portanto, há mais de dez anos. O processo seletivo foi concluído em dezembro de 2012, com previsão de início das contratações já nos primeiros meses de 2013.

A FASE investiu em melhorias na sua estrutura física, com reformas e adequação de Unidades e reposição do quadro de servidores. Além disso, deu-se efetividade ao previsto no Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e de Semiliberdade do Rio Grande do Sul (PEMSEIS), quando define o adolescente em conflito com a lei como um sujeito de direitos, que exige atenção especial por estar em processo de desenvolvimento e elaboração de sua identidade e de suas relações com a família e com a sociedade. Embora se entenda que ele é protagonista do ato infracional que cometeu, este “não pode ser visto como o único e principal foco de atenção da intervenção socioeducativa” (PEMSEIS).

A mudança na intervenção institucional junto aos adolescentes se expressa nos diversos convênios com entidades públicas e civis, também amparados em programas do Governo Federal, como o Aprendiz Legal, o PRONATEC e o Mais Educação. Ressalta-se, ainda, o Festival de Arte e Cultura da FASE que, em dezembro 2012, teve sua segunda edição, reunindo cerca de 200 internos das unidades da Capital e do interior do Estado, na quadra da Escola Imperadores do Samba em Porto Alegre, com um dia inteiro dedicado a apresentações artísticas de adolescentes e servidores, finalizando com *shows* de samba e do cantor Serginho Moah, do Papas da Língua.

Essas ações oxigenam a própria Fundação e reforçam a ideia de protagonismo dos jovens socioeducandos. Exigem ousadia em inovar na organização das atividades e na metodologia utilizada, como o número de adolescentes por atividade, sem negligenciar aspectos como segurança e estabilidade institucional. Além disso, ajudam a qualificar as instituições parceiras para o trabalho com o público da FASE, superando estigmas e reconfigurando, na prática e no imaginário social, as possibilidades de reinserção social desses jovens. Para os adolescentes, o acesso a esses novos espaços e possibilidades de convivência, aprendizagem e empregabilidade pode representar uma melhora na sua autoestima e reais condições de autonomia e convívio social após o desligamento da Instituição. Trabalha-se, desse modo, para possibilitar a construção de projetos de vida capazes de ressignificar suas experiências, possibilitando-lhes resgatar a dignidade, a autoconfiança e valores éticos para o exercício da cidadania.

No ano de 2012, a FASE trabalhou buscando permanentemente o investimento na qualidade da socioeducação e pautou suas ações nos seguintes eixos principais: profissionalização permanente, saúde em atenção integral, escolarização formal dos adolescentes, medida socioeducativa de semiliberdade e acompanhamento de egressos. Nesse sentido, salientam-se as seguintes ações:

- As ações do Grupo de Trabalho Secretaria da Educação/FASE, com a realização de reuniões periódicas e trabalhos efetivos para a formação de Gestores e Educadores; alteração na Proposta Pedagógica das Escolas que atuam dentro da FASE; elaboração do Termo de Cooperação entre SEDUC e SJDH/FASE; aumento da escolarização formal e profissionalização dos adolescentes da FASE; implantação de Projetos Especiais nas escolas junto à FASE; resolução de problemas enfrentados nas escolas; e, acompanhamento dos processos de aprendizagem e/ou escolarização.

- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – entre os dias 4 e 5 de dezembro, 64 adolescentes de 12 unidades de internação da Fundação no Estado realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM-PPL). O exame oferece aos adolescentes em conflito com a lei a oportunidade de obter o certificado de Ensino Médio, além do acesso à universidade através do Programa Universidade para Todos (ProUni).
- FASE Banco de Livros – tem por objeto propiciar a implantação do “Projeto Banco de Livros”, através da montagem de salas de leitura, da doação de livros para as unidades da FASE, do monitoramento da utilização dos livros e da avaliação anual do Programa.
- Estágio Justiça Federal – o convênio tem por objetivo oportunizar, nas dependências da Justiça Federal, a realização de trabalho educativo por adolescentes tutelados ou assistidos pela FASE. Os adolescentes deverão pertencer à faixa etária dos 16 aos 21 anos e estar regularmente matriculados em instituição de ensino oficial. O Convênio está sendo melhorado através de termos aditivos.
- Estágio Tribunal Regional Federal – o Programa de Educação pelo Trabalho (PET), criado no ano de 2004 pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mediante convênio firmado com a Fundação de Atendimento Socioeducativo, tem como objetivo oportunizar aos adolescentes que ali cumprem medida socioeducativa uma experiência de estágio com base na noção de trabalho educativo. O Programa oferece 20 vagas para adolescentes entre 16 e 21 anos, em Internação com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE), junto à FASE. A vinculação com a medida socioeducativa se dá apenas como condição de ingresso. Após obter a progressão ou extinção de medida, o adolescente pode permanecer no Programa pelo limite de um ano, podendo esta permanência ser renovada por mais um ano, conforme interesse do adolescente e atenção aos requisitos exigidos. Há ainda, após esse período, a possibilidade de seu ingresso no Programa de Estágio da Instituição, em vaga de Ensino Médio, por mais dois anos. Desde seu início, passaram pelo Programa mais de 90 estagiários.
- Atividade Educativa (Bolsa Formação) – atividade exercida por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Internação sem Possibilidade de Atividade Externa ou de Internação com Possibilidade de Atividade Externa. Atualmente, conta com 45 vagas e pode ser realizada nos Núcleos da Sede Administrativa, no Centro de Convivência (CECON) ou em Unidades de Internação. O valor da Bolsa Formação é depositado em conta no cartão REFEISUL, o que foi possível através de parceria com o Banco do estado do Rio grande do Sul (BANRISUL).
- Trabalho, Justiça e Cidadania – Programa criado em 2004, com o objetivo de conscientizar crianças e adolescentes sobre seus direitos e deveres. O Programa consiste na capacitação de professores e alunos sobre direito do trabalho, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outros temas importantes no dia a dia da escola, como *bullying*, drogas e violência doméstica. Os cursos são ministrados pelos próprios juízes do trabalho, com o apoio de outros profissionais do direito e da psicologia. Os alunos também ganham cartilhas em quadrinhos, que utilizam linguagem acessível, e as escolas recebem uma biblioteca jurídica básica. Após as palestras, os alunos elaboram atividades culturais sobre o que aprenderam, como peças de teatro,

dança, música, cartaz, maquete ou redação. Nesse primeiro momento foram envolvidos a Escola Senador Pasqualini, as Unidades CIPCS (Centro de Internação Provisória Carlos Santos) e o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) Padre Cacique. Participaram agentes socioeducadores, equipe técnica, professores e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

- Projeto Conhecendo o Ministério Público – tem por objetivo integrar o Ministério Público com a comunidade, mais especificamente com as escolas da FASE, organizando momentos de divulgação das áreas de atuação institucional, buscando interagir com os temas de interesse da comunidade escolar, fortalecendo o exercício da cidadania, através da elaboração de atividade cultural-artística que demonstre o quê os jovens esperam do Ministério Público.
- Documentário CASE POA II – O “Projeto Escola Cine Vídeo” foi concebido para atuar em todas as instituições que trabalhem na área da criança e do adolescente. Em cada instituição atendida três educadores (um técnico em cinema e audiovisual, um roteirista e um artista cênico) trabalham em suas áreas específicas, dialogando com as outras formas de conhecimento desenvolvidas pelo seu grupo, totalizando 20 horas semanais para cada educador, sendo 15 horas de atividades semanais com os educandos e cinco horas semanais de planejamento entre os educadores. Adolescentes de escola pública realizam um documentário com os adolescentes de unidades de execução de medidas socioeducativas.
- “Projeto Tô Ligado” – o Projeto oferece oficinas de artes e programação cultural para socioeducandos, com várias modalidades artísticas, incluindo dança, composição e teatro, entre outras. Com financiamento da PETROBRAS, via leis de incentivo à cultura, atende no momento 60 jovens na FASE. A expectativa da Fundação é ampliar o “Tô Ligado” em 2013, levando as oficinas para mais jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

No ano de 2012, de forma pioneira, a FASE contou com empresas parceiras que utilizaram cotas de aprendizes, contratando adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Seguem alguns dados importantes sobre o trabalho educativo e a profissionalização desses jovens:

- Programa Aprendiz Legal BANRISUL/Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) – Projeto Reintegrar – tem por objetivo contribuir para a inserção de adolescentes ou jovens, com idade entre 14 e 24 anos, no mundo do trabalho, com base no disposto na Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598, de 01/12/2005. O programa é composto por duas etapas: a capacitação, que é a aprendizagem teórica, e a aprendizagem prática, na qual o jovem vivencia seu aprendizado no dia-a-dia de trabalho. O jovem é contratado pelo período de um ano, através de um contrato de trabalho especial na condição de Aprendiz. Nesse período, as primeiras cinco semanas são dedicadas especificamente à capacitação teórica e, a partir do período restante, a atividade prática e a qualificação ocorrem em dias alternados, sendo dois dias de capacitação e três de prática, até o término do contrato. A jornada, tanto para a capacitação quanto para a aprendizagem prática, é de quatro horas diárias. A qualificação profissional é realizada pelo CIEE-RS e tem o objetivo de proporcionar

formação nas áreas: Ocupações Administrativas; Práticas Bancárias; Auxiliar de Alimentação; Conservação, Limpeza e Sustentabilidade Ambiental.

- CORSAN e CIEE – trata-se de um programa de aprendizagem que prevê a oferta de cursos a 160 adolescentes das Unidades do interior e da Capital, com carteira assinada e o ganho mensal de meio salário mínimo regional.
- “Projeto Pescar” – trata-se de ação conjunta entre a Fundação Pescar, o Fórum Latino-Americano de Defesa do Consumidor e a FASE com vistas à execução de cursos de montagem e desmontagem de bicicletas para educação técnico-profissional de duração variável, não inferior a oito meses, cujo objetivo é propiciar atividades profissionais certificadas para 15 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no CASE POA I.
- Centro de Convivência (CECON) – Oficinas de qualificação – o CECON é um espaço da FASE que tem por finalidade sediar, coordenar e executar oficinas de cunho cultural, educativo, de preparação para o trabalho e/ou geração de renda, qualificando o atendimento prestado aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, além de oportunizar momentos de convivência entre os adolescentes, seus familiares, estudantes estagiários e funcionários. As oficinas são disponibilizadas aos adolescentes que cumprem Medida de Internação Com Possibilidade de Atividade Externa e Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa nas Unidades de Porto Alegre. A média diária, em 2012, foi de 14 oficinas em funcionamento nas dependências do CECON e das Unidades, a saber: confeitaria; lanches rápidos; informática; Rádio Jovem Comunicador; artesanato em tecido; pintura em gesso; formas e aromas; marcenaria; cerâmica; arte decorativa; chapeação e solda; produção textual; e, serigrafia. Durante o ano, a média de ocupação total das oficinas foi de 70%, sendo que alguns adolescentes realizaram mais de uma oficina, em turnos opostos. As oficinas no CECON funcionam de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 11h30min e das 14h às 16h30min, inclusive durante as férias escolares, tendo uma média de 35 adolescentes por turno diariamente.

As produções dos adolescentes ficam expostas nas dependências do CECON e, sempre que possível, em feiras de artesanato das mais variadas. A renda arrecadada com as vendas é revertida na compra parcial de material de produção, bem como de equipamentos que visam ampliar as técnicas de aperfeiçoamento dos jovens que participam dessas oficinas. Nesse período, houve participação nas seguintes feiras: estande de Responsabilidade Social no *Shopping* Praia de Belas, com parceria da ONG Parceiros Voluntários; Sociedade Israelita; 34ª EXPOINTER – Parque Estadual Assis Brasil em Esteio; Sede Administrativa da FASE; Igreja Luterana – Encontro Nacional de Economia Solidária, em Igrejinha; Encontro dos Professores no Centro Universitário Metodista - IPA; Inauguração da Casa da Juventude do Morro Santa Tereza; e, feira de artesanato na Associação dos Aposentados da Justiça do Trabalho.

Cabe destacar, em relação às feiras, a participação efetiva dos jovens no estande da FASE no *Shopping* Praia de Belas. Os adolescentes atenderam as pessoas informando sobre o trabalho realizado nas oficinas.

Em relação às realizações de 2012, ressalta-se a participação dos adolescentes da oficina de rádio em uma visita guiada ao Palácio Piratini e à Rádio Legalidade; confraternização dos adolescentes no Parque Knijnik na Vila Nova; teatro na Casa de Cultura Mário Quintana – peça com tema sobre adolescentes; palestra “Educação e Cidadania” promovida pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (AMATRA); curso de garçom com 200 h/aula, no qual foram ofertadas 20 vagas e preenchidas 17, sendo que apenas sete jovens concluíram o curso e se formaram. Além disso, 17 adolescentes e cinco funcionários foram encaminhados, pelo Centro de Convivência, para confecção da Carteira de Artesão, em uma parceria entre a FASE e a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). No mês de dezembro, no CASE Novo Hamburgo, 14 adolescentes fizeram o teste para habilitação de artesão nas modalidades crochê, bordado em ponto cruz e tear.

A FASE apresentou, ainda, as seguintes ações na área da saúde:

- Plano Operativo Estadual de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória: está sendo analisado pela Secretaria Estadual da Saúde convênio para a educação continuada em saúde para os servidores e para os socioeducandos do CASE Novo Hamburgo.
- Realização do Seminário Saúde x Segurança em outubro no auditório da FASE, com representantes das Unidades de Porto Alegre.
- Participação no Fórum de Discussão sobre os Indicadores de Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI) em Brasília, no mês de agosto.
- Realização de treinamento “Atualizações em Saúde”, no CASE Santa Maria e na Sede, para enfermeiros, agentes socioeducadores e chefia de equipe.
- Entrega, no segundo semestre do ano, de bens adquiridos e distribuídos em várias Unidades (carros de curativos, macas hospitalares, camas hospitalares, cadeiras de rodas, condicionadores-de-ar, mesa de trabalho de inox, mesas auxiliares e poltrona reclinável, cadeiras giratórias, escadas de ferro, suporte metálico com saco *hamper*, lixeira com pedal, armários de aço, armários aéreos, mesas, mesas de computador).
- Campanha de Vacinação contra H1N1 nas Unidades de Porto Alegre, com 496 adolescentes vacinados, e vacinação contra Hepatite B com aplicação de 1.126 doses de vacina.
- Criação do Grupo de Trabalho de Saúde Mental da FASE, composto por uma equipe multidisciplinar.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SJDH	Programa de acesso à justiça	Fortalecimento dos programas de proteção à pessoa
SJDH	Programa de acesso à justiça	Mutirões de acesso à justiça e defesa dos direitos
SJDH	Programa de combate ao uso indevido de drogas	Enfrentamento ao <i>crack</i> e à drogadição
SJDH	Programa de combate ao uso indevido de drogas	Sistema estadual de combate às drogas
SJDH	Programa de promoção dos direitos humanos	Prevenção e combate às drogas, atenção às crianças e adolescentes e à juventude

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SJDH	Programa de promoção dos direitos humanos	Garantia de direitos humanos e promoção da cidadania
SJDH	Programa de promoção dos direitos humanos	Igualdade racial, erradicação da miséria e combate à discriminação
SJDH	Programa de promoção dos direitos humanos	Educação em direitos humanos, participação cidadã e controle social
SJDH	Programa de proteção dos direitos do consumidor	Educação em direitos do consumidor
SJDH	Programa de proteção dos direitos do consumidor	Modernização e qualificação do PROCON
SJDH	Programa de proteção dos direitos do consumidor	Regionalização do atendimento do PROCON
SJDH	Programa de proteção dos direitos do consumidor	PROCON itinerante
SJDH	Programa de proteção dos direitos do consumidor	Conscientização de consumidores e fornecedores
SJDH	Programa de proteção dos direitos do consumidor	Fiscalização dos direitos do consumidor
SJDH	Programa de proteção dos direitos do consumidor	Municipalização do PROCON
SJDH	Programa de proteção dos direitos do consumidor	Projeto de ações integradas
FADERS	Programa de acesso e garantia à universalidade dos direitos das pessoas com deficiência e pessoas com altas habilidades	Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação
FADERS	Programa de acesso e garantia à universalidade dos direitos das pessoas com deficiência e pessoas com altas habilidades	Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação
FADERS	Programa de acesso e garantia à universalidade dos direitos das pessoas com deficiência e pessoas com altas habilidades	Articulação de políticas públicas na garantia dos direitos das PCD e PCAH/SD
FADERS	Programa de acesso e garantia à universalidade dos direitos das pessoas com deficiência e pessoas com altas habilidades	Construção de uma cultura de acessibilidade
FASE	Programa nova FASE	Reforma dos centros de atendimento socioeducativo e sede administrativa da fase
FASE	Programa nova FASE	Construção de novos centros de atendimento socioeducativo
FASE	Programa nova FASE	Aquisição de veículos para a sede administrativa e centros de atendimento
FASE	Programa nova FASE	Formação profissional dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação
FASE	Programa nova FASE	Qualificação e capacitação profissional dos trabalhadores da fase
FASE	Programa nova FASE	Modernização da gestão e execução das atividades de apoio e de atendimento socioeducativo da fase

## Planejamento, Gestão e Participação Cidadã

A **Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG)** possui como principais competências a coordenação, a elaboração e a execução do monitoramento dos Planos Regionais de Desenvolvimento, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Além disso, cabe à SEPLAG a promoção de estudos e pesquisas socioeconômicos; o fortalecimento da capacidade regulatória do Estado e a coordenação das relações do Governo com a comunidade, estimulando a participação popular nas atividades de discussão, elaboração e execução do orçamento e das políticas públicas, promovendo as relações comunitárias dos diversos órgãos do Governo. Cabe também à SEPLAG apoiar o planejamento de ações do Governo; produzir e analisar estatísticas e dados; formular e coordenar a execução das políticas relativas ao planejamento territorial, à geografia e à



cartografia do Estado e promover o adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados espaciais.

**A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos e Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS)** são as instituições vinculadas à SEPLAG.

#### *Plano Plurianual (PPA) 2012-2015*

Durante o ano de 2012, a SEPLAG acompanhou e avaliou o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Foi realizada a primeira revisão do Plano, com a alteração de alguns produtos previstos e a inclusão de algumas ações, como a formulação da Política Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Respostas a Desastres Naturais.

#### *Orçamento 2013*

A proposta orçamentária do Rio Grande do Sul para 2013, no valor de R\$ 45,2 bilhões, foi elaborada de acordo com os resultados das discussões realizadas com a população para a construção do Orçamento, dando sequência aos compromissos firmados pelo atual governo na recuperação do déficit social, principalmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Essa recuperação se traduz no aumento real da aplicação constitucional em saúde, excluindo os gastos em saneamento do cálculo (incremento de R\$ 1 bilhão), na previsão de nova parcela para a integralização do piso salarial do magistério (cerca de R\$ 400 milhões) conforme previsto no Plano Plurianual 2012-2015, no atendimento das demandas da participação cidadã e na ampliação dos investimentos (R\$ 2,4 bilhões) com os financiamentos obtidos pelas operações de crédito contratadas, garantindo os recursos necessários para áreas essenciais do Estado.

#### *Participação Cidadã*

Para a elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2013, foram realizadas 28 Audiências Públicas Regionais, nas regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), nas quais a população escolheu as áreas prioritárias de cada uma das regiões. Em uma segunda etapa, foram realizadas 515 Assembleias Públicas Municipais, em 494 municípios, eventos nos quais foram votadas as demandas de cada município e eleitos os delegados regionais para os Fóruns Regionais do Orçamento. Essas demandas foram analisadas e sistematizadas por esses Fóruns, compondo uma cédula de votação regional, submetida à votação universal da população. As demandas eleitas nessa votação compõem o anexo II da Proposta de Lei Orçamentária (PLOA/2013). As Audiências Públicas Regionais e Assembleias Públicas Municipais mobilizaram mais de 70 mil participantes e, da Votação de Prioridades, participaram mais de um milhão de votantes presenciais ou via *web*.

As novidades do ciclo do Orçamento 2012/2013 foram a possibilidade de votação via dispositivos móveis (*smartphones* e celulares) e a divisão da cédula de votação em dois campos, o primeiro apresentando demandas com valor alocado, em um total de R\$ 165 milhões divididos entre as 28 regiões, e o segundo com a apresentação de projetos eminentemente regionais, sem valor alocado, cujo resultado orientou a estrutura da matriz orçamentária nas regiões.

Além das atividades do ciclo orçamentário, 2012 foi o ano da consolidação do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã, que teve como marco legal o Decreto nº 49.765, de 30 de outubro de 2012, que instituiu o referido sistema, definiu suas diretrizes, objetivos e

composição, com destaque para a instância de coordenação, composta pelo Comitê Gestor Paritário entre a Administração Pública Estadual e a Sociedade, a ser instalado até março de 2013, e pela Comissão Executiva Governamental, integrada pelo Gabinete do Governador, pelo Gabinete do Vice-Governador, pela SEPLAG e pela Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SECDES). A meta é nomear e instalar o Comitê Gestor Paritário até março de 2013.

#### *Gestão de Riscos de Desastres Naturais*

O Estado do Rio Grande do Sul está implementando um Projeto de Gestão de Risco de Desastres. O Projeto, considerado estratégico, é financiado pelo Banco Mundial (BIRD) e inclui três componentes: o desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres (SMAD) – sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA); a implantação de um Centro de Operações da Defesa Civil – a cargo da Defesa Civil; e a elaboração de uma Política de Gestão de Riscos de Desastres – sob responsabilidade da SEPLAG.

Foi instituída, em outubro de 2012, por meio do Decreto Estadual nº 49.637, a Comissão Interinstitucional para Política Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. A referida Comissão é composta pela SEPLAG, Casa Civil, Defesa Civil, Secretaria do Meio ambiente (SEMA) e Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA) e a ela compete elaborar o Sistema de Gestão Integrada de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, no qual esteja contemplado o arranjo institucional e os instrumentos necessários para a sua implementação.

Em dezembro de 2012, foi realizado um Seminário sobre a Gestão de Riscos de Desastres no Estado, que contou com a participação dos órgãos estaduais e teve uma palestra proferida pelo Presidente do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), Agostinho Ogura.

#### *Planejamento Territorial*

A questão regional foi o foco da I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional (I CEDR), que ocorreu no período de 24 a 26 de setembro de 2012, sob coordenação da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. A Conferência foi convocada pelo Governador do Estado através do Decreto nº 49.483, de 20 de agosto de 2012, constituindo-se em uma etapa da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, promovida pelo Ministério da Integração Nacional. O evento resultou em um amplo debate sobre os princípios e diretrizes para reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e, através de uma metodologia de priorização, foram elencados cinco princípios e vinte diretrizes que orientam a participação dos delegados eleitos para representar o Rio Grande do Sul nas demais etapas da Conferência Nacional.

No mês de outubro, a SEPLAG também sediou a etapa macrorregional que reuniu os três estados da Região Sul do Brasil, denominada I Conferência Macrorregional de Desenvolvimento Regional. Nessa ocasião, foi elaborada a Carta da I Conferência Macrorregional de Desenvolvimento Regional, que destacou a necessidade de reformular a atuação do Estado brasileiro no enfrentamento das desigualdades inter e intrarregionais existentes no território. Além disso, salientou a cooperação federativa e a participação social como elementos fundamentais para dinamização de regiões estagnadas ou de baixo dinamismo, e também a

necessidade de reconstituição da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e criação do Fundo Regional de Desenvolvimento Regional.

No ano de 2012, teve continuidade o Programa de Combate às Desigualdades Regionais, desenvolvido para responder ao objetivo estratégico de promover o desenvolvimento regional, atentando, em especial, para a situação das regiões que vêm, ao longo dos anos, perdendo dinamismo econômico e social. Sob a coordenação do Gabinete do Vice-Governador, a SEPLAG, através do Departamento de Planejamento Governamental, elaborou as agendas de desenvolvimento das regiões Centro Sul, Fronteira Oeste, Campanha, Celeiro e Médio Alto Uruguai, que se somam às agendas das regiões Alto da Serra do Botucaraí e Sul, lançadas em 2011.

As agendas são o resultado da problematização dos diagnósticos já existentes e contemplam as regiões selecionadas, através de uma metodologia que levou em conta aspectos relacionados ao dinamismo econômico e indicadores socioeconômicos de situação. Esses documentos trazem também uma sistematização de propostas nas áreas consideradas prioritárias para cada região, incluindo demandas históricas da população.

O Mapa de Investimentos do Estado do Rio Grande do Sul 2012-2015 foi lançado no ano de 2012 e se constitui em mais uma importante ferramenta no sentido de territorializar as ações governamentais. Elaborado pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, se constitui em um conjunto de mapas que ilustram a regionalização dos programas e ações dos diferentes órgãos de governo. Além disso, o documento representa uma nova possibilidade de auxílio ao processo de prestação de contas do Governo do Estado à população gaúcha e mesmo a garantia de novas formas de controle, que assegurem a execução das políticas públicas.

O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, publicação *on line* da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, fornece informações socioeconômicas na forma de mapas temáticos, gráficos, tabelas e análises sobre a evolução de variáveis. Reconhecido como uma importante ferramenta de análise territorial, disponibiliza uma leitura da dinâmica espacial de diversos temas e contribui para a concepção e aprimoramento das políticas públicas. No ano de 2012, foi realizado o redesenho do *site*, que deverá ser publicado em 2013, visando aprimorar a ferramenta e ampliar o acesso do público.

No ano de 2012, a Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, agregou às suas atribuições as atividades relacionadas à Geografia e Cartografia, tradicionalmente desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio. O patrimônio e os servidores foram incorporados ao quadro técnico do Departamento de Planejamento Governamental, que assumiu as atribuições de formular e coordenar a execução das políticas relativas ao planejamento territorial, à geografia e à cartografia do Estado; e, promover o adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados espaciais.

#### *Captação de Recursos*

Após vários anos em que o foco da atenção no Rio Grande do Sul foi a consolidação fiscal, a meta principal do atual Governo é estimular a retomada do crescimento econômico em um ambiente fiscal restrito e melhorar a qualidade dos serviços públicos. Para dar condições a essa retomada, o Estado, por meio da SEPLAG, firmou contratos de financiamento com o Banco Mundial (BIRD) e com o

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), resultando na captação de aproximadamente R\$ 2 bilhões, a serem investidos nos próximos anos em projetos prioritários para educação, segurança, transportes, agricultura, desenvolvimento do setor produtivo, inovação tecnológica, habitação, gestão pública, meio ambiente e gestão fiscal. Estão em preparação outras operações, as quais financiarão projetos de mobilidade urbana na Região Metropolitana de Porto Alegre, de manejo de águas pluviais, de desenvolvimento de área com potencial turístico e de promoção de justiça e direitos humanos com foco na juventude.

Além dos recursos externos captados, o Governo do Estado também foi em busca de recursos provenientes do Orçamento Geral da União. Em 2012, os órgãos estaduais foram informados e estimulados a captarem, resultando na inserção de 160 propostas, utilizando o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses (SICONV), totalizando R\$ 703,8 milhões em transferências voluntárias. Das propostas apresentadas, 90 transformaram-se em convênios, cujos repasses foram da ordem de R\$ 329,7 milhões, que atenderão diversas áreas do governo.

Com relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram definidas novas ações para o Estado, como o Metrô de Porto Alegre (MetrôPoa) e o Plano Nacional de Gestão de Risco e Respostas a Desastres Nacionais com recursos de R\$ 1 bilhão e R\$ 542,5 milhões, respectivamente.

No PAC Mobilidade Urbana, foi incluído projeto de implantação de faixas exclusivas para ônibus e melhorias viárias, que envolve nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, integrando o sistema de transporte metropolitano com o MetrôPoa. Serão aplicados R\$ 299 milhões pelo Estado com uma contrapartida de R\$ 50 milhões dos municípios, totalizando R\$ 349 milhões.

O Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Sul (PPP/RS) representa uma importante alternativa de relacionamento com potenciais parceiros privados para a realização de empreendimentos importantes e necessários para a sociedade gaúcha. Em 2012, o Governo do Estado restabeleceu as condições jurídicas necessárias à concretização do Programa PPP/RS. Foram designados os membros do Conselho Gestor, do qual emanaram resoluções que viabilizaram a retomada da análise da proposta de implantação do sistema da ERS-010, importante ligação rodoviária a leste da BR-116, encaminhada pela Associação dos Municípios da Grande Porto Alegre (GRANPAL) e elaborada pela empresa Odebrecht Participações e Investimentos.

#### *Rede TudoFácil*

A Rede TudoFácil oferece um conjunto de serviços que compreendem o atendimento direto ao público e um catálogo em meio eletrônico, disponíveis no *site* [www.tudofacil.rs.gov.br](http://www.tudofacil.rs.gov.br). No *site*, é possível acessar: emissão do alvará de folha corrida, atestado de antecedentes, certidões negativas, registro de ocorrência de perda ou furto de documentos, agendamento eletrônico da carteira de identidade, dentre outros. Desde seu lançamento, em novembro de 2005, o *site* já obteve mais de 13,090 milhões de acessos e, atualmente, disponibiliza 773 serviços públicos estaduais, federais, municipais e de utilidade pública, sendo 140 finalísticos. Já no atendimento presencial, feito em três Unidades, Centro, Zona Norte e Zona Sul, estão disponíveis os serviços de confecção da Carteira de Identidade, de Trabalho, apresentação de condutor, recursos de multa e de julgamento, atendimento ao segurado do IPE, SERASA,

atendimento ao eleitor (título, certidões, etc.), CORSAN, acesso à internet, entre outros. Atendendo demanda constatada em pesquisa, a SEPLAG firmou convênio com a Receita Federal para efetivação da inscrição gratuita e imediata no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), já tendo sido produzidos mais de 178 mil novos CPFs desde o início de sua disponibilização, em outubro de 2008. Além disso, os serviços da Rede têm sido requisitados em diversos eventos promovidos pelo Governo, como também por entidades externas, estando presente na EXPOINTER, Operação Verão Numa Boa, RS na Paz, Mutirão Social e escolas públicas estaduais.

#### *Projetos Estratégicos*

A Sistemática de Monitoramento dos Projetos Estratégicos, coordenada pela Secretária-Geral de Governo (SGG) e com apoio técnico da SEPLAG, tem como objetivo a realização de análise das informações financeiras e físicas dos projetos estratégicos, bem como avaliar a percepção social por meio de evidências de execução dos projetos mais relevantes para o Governo. À SEPLAG compete, conforme o Decreto nº 49.624/2012, a prestação de apoio técnico e metodológico no que tange ao planejamento dos projetos estratégicos da Administração Pública Estadual, ao monitoramento da execução física e orçamentária dos projetos estratégicos, a gestão orçamentária dos projetos e avaliação técnica da carteira de projetos estratégicos do Estado. Durante o ano de 2012, foram monitorados 102 projetos estratégicos.

A Fundação de Economia e Estatística (FEE) é a maior fonte de dados estatísticos sobre o Rio Grande do Sul. Dispõe de importante acervo de informações, pesquisas e documentos de natureza socioeconômica. Nela atua uma equipe multidisciplinar composta por profissionais que realizam estudos, pesquisas e análises, divulgados regularmente em publicações impressas e *on line*.

No *site* da FEE são disponibilizadas todas as pesquisas e estatísticas realizadas pela Fundação. São também disponibilizados filmes das coletivas com os técnicos. No ano de 2012, foram realizados 1.134.603 acessos ao *site* da FEE. Além disso, a Fundação também disponibiliza informações por meio do *Twitter*.

A FEE publicou em outubro, em formato *e-book*, a obra *Os desafios do desenvolvimento local*. O livro está disponível no endereço eletrônico <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eventos/os-desafios-do-desenvolvimento-local.php>. O *e-book* já conta com 644 acessos.

Está em fase de planejamento um estudo sobre as aglomerações urbanas industriais e agroindustriais das principais cadeias produtivas do Rio Grande do Sul. O trabalho, que deverá ser publicado em uma versão totalmente digital, servirá para subsidiar políticas públicas dentro da perspectiva do Mapa Estratégico do RS.

A FEE é também responsável pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED). No ano de 2012, foram realizados 23.389 acessos às publicações da PED no *site* da FEE.

Com relação aos recursos humanos da Fundação, nos próximos quatro anos, mais da metade do quadro funcional estará requerendo sua aposentadoria. Para que a FEE possa continuar executando suas funções, novos servidores foram contratados e uma política de treinamento foi posta em prática.

A **Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS)** é uma autarquia com autonomia financeira, funcional e administrativa, que tem como objetivo assegurar a prestação de serviços públicos delegados de forma adequada. As áreas de atuação da AGERGS, dentre outras, são: energia elétrica (convênio com a ANEEL); rodovias concedidas; travessias hidroviárias; transporte intermunicipal de passageiros; estações rodoviárias; e saneamento.

As ações da AGERGS se fazem principalmente por meio das fiscalizações, estudos técnicos, Audiências e Consultas Públicas, e mediação de conflitos decorrentes de um contrato de concessão, tendo no Conselho Superior, estância máxima da Agência, órgão que delibera, determina e homologa os resultados daquelas ações.

Em 2012, na área de energia elétrica, foram realizadas fiscalizações comerciais sobre o Programa de Universalização, sobre os níveis de tensão e os indicadores de continuidade, além de investigações sobre cortes no fornecimento decorrente de eventos climáticos severos. Nas demais áreas de atuação da AGERGS, destacam-se as vistorias regulatórias em travessias hidroviárias, na área de transportes, assim como reuniões técnicas e de fiscalização em municípios conveniados, na área do saneamento. Entre as deliberações do Conselho Superior, estão a inclusão de uma segunda balsa na travessia hidroviária entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte, diminuindo o tempo de espera para a utilização do serviço e a definição das datas de encerramento dos contratos do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR).

A Agência adquiriu sua sede própria, na Av. Borges de Medeiros, 659, 12º, 13º, 14º e 15º andares, e realizou evento de comemoração aos seus 15 anos de criação, com palestrantes de renome nacional e internacional em Porto Alegre.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEPLAG	Planejamento e gestão com participação cidadã	Ciclo de planejamento e orçamento
SEPLAG	Planejamento e gestão com participação cidadã	Captação de recursos
SEPLAG	Planejamento e gestão com participação cidadã	Sistema estadual de participação cidadã
SEPLAG	Planejamento e gestão com participação cidadã	Tudo fácil - rede de serviços ao cidadão
SEPLAG	Planejamento e gestão com participação cidadã	Implantação da infraestrutura estadual de dados espaciais - IEDE
SEPLAG	Planejamento e gestão com participação cidadã	Fortalecimento institucional da SEPLAG
SEPLAG	Planejamento e gestão com participação cidadã	Publicidade para o planejamento e gestão com participação cidadã
SEPLAG	Planejamento e gestão com participação cidadã	Formulação da política estadual de gestão integrada de riscos e respostas a desastres naturais
AGERGS	Regulação dos serviços públicos delegados	Fomento à participação social
AGERGS	Regulação dos serviços públicos delegados	Monitoramento da modicidade tarifária, equilíbrio econômico-financeiro e justa remuneração
AGERGS	Regulação dos serviços públicos delegados	Monitoramento e fiscalização da qualidade dos serviços públicos delegados
AGERGS	Regulação dos serviços públicos delegados	Execução de convênios para regulação de serviços de competência da união e dos municípios
FEE	Pesquisas socioeconômicas e informações estatísticas	Disseminação de informações e serviços à população
FEE	Pesquisas socioeconômicas e informações estatísticas	Qualificação dos recursos humanos
FEE	Pesquisas socioeconômicas e informações estatísticas	Estudo das aglomerações urbanas industriais e agroindustriais das principais cadeias produtivas do RS

## Políticas para as Mulheres

A **Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)** foi criada através da Lei nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, tendo por competências: assessorar na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres; elaborar e implementar campanhas educativas de combate a todo tipo de discriminação contra a mulher; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo com vista à promoção da igualdade entre os sexos; articular, promover e executar programas de cooperação entre organismos públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; articular as políticas transversais de gênero; implementar e coordenar políticas de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade.

A SPM tem por missão promover a garantia dos direitos das mulheres para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural, e visa construir uma política de equidade de gênero efetiva e consolidá-la como política de Estado.

A prioridade estratégica da Secretaria de Políticas para as Mulheres é consolidar-se política e estruturalmente, habilitando-se a coordenar e executar as ações transversais e federativas, focadas no empoderamento, no enfrentamento à violência e na geração de trabalho e renda para a Mulher. Para atingir tal objetivo, os eixos constituintes do trabalho da SPM são:

- Autonomia Econômica e Financeira das Mulheres;
- Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher; e
- Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.

A partir desses eixos, a SPM definiu o seu projeto estratégico “RS Lilás: Autonomia para as Mulheres Gaúchas”, por entender que a autonomia é o centro de sua intervenção e que seu fomento resulta no fortalecimento e no empoderamento das mulheres em todos os âmbitos, principalmente no enfrentamento à violência.

No primeiro eixo, a SPM tem o seguinte programa no PPA: Mulheres Construindo Autonomia RS, que tem por objetivo coordenar a execução das ações transversais e federativas de qualificação profissional, preparando as mulheres para a sua inclusão no mundo do trabalho, promovendo sua autonomia financeira. A histórica discriminação de gênero, que tem privilegiado os homens em relação às mulheres, inclusive e principalmente, no mercado de trabalho, tem sido um dos mais prementes fatores de agravação da pobreza. Faz-se necessária a reparação histórica dessas desigualdades, com promoção da autonomia econômica da mulher, dessa forma contribuindo para a eliminação da pobreza. A política é focada na construção da autonomia das mulheres gaúchas a partir da capacitação, formação para o mundo do trabalho e geração de renda, que certamente contribuirá com outras metas como o estímulo ao empoderamento e à capacidade de atuação no enfrentamento à violência doméstica.

A autonomia econômica das mulheres é um compromisso do Governo do Estado, sendo papel da SPM promover a articulação com outros órgãos e setores, bem como garantir a execução do que lhe compete a partir de convênios federais firmados em 2011 e 2012. Com a ação “promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho”, a Secretaria captou recursos federais que possibilitarão a capacitação de cerca de 1.200 mulheres para a construção civil, que certamente resultará no ingresso dessas mulheres no mercado aquecido do momento.

Soma-se, ainda, a articulação para a participação de mulheres no grande projeto de capacitação profissional do Governo Federal – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Também, foi realizado o repasse de recursos para o município de Balneário Pinhal, resultado da conquista do município na Participação Popular e Cidadã – 2011, cuja execução se dará a partir de janeiro de 2013. Por fim, a SPM promoveu a realização do Curso de Tratadoras de Cavalos para mulheres em situação de prisão, em Alegrete.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres também é responsável pelo programa Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, que visa reduzir os índices de violência contra meninas e mulheres através do fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher em todas as regiões do Rio Grande do Sul. Dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS) e da pesquisa realizada pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM-Brasil), utilizando diferentes fontes, demonstram altos índices de violência contra as mulheres. A pesquisa CLADEM-Brasil aponta que 72% das mulheres no Brasil disseram já ter sido vítimas de violência doméstica. Os dados da SSP/RS apresentam as maiores médias históricas em relação ao total de delitos, sendo que a cada 10.000 mulheres, aproximadamente 132 já sofreram ameaça, e 99 sofreram lesões corporais.

Neste Programa, na ação de Apoio às iniciativas de prevenção à violência contra mulheres e meninas, foram realizadas diversas capacitações, cumprindo destacar: atividade no Presídio Feminino de Guaíba, com 100 mulheres do Sistema Prisional; atividade de Capacitação Prevenção da Violência Contra a Mulher com agentes públicos em Balneário Pinhal – 70 pessoas; atividade de Capacitação Prevenção da Violência Contra a Mulher com promotoras e promotores postais de cidadania, carteiros e gestoras e gestores dos correios – 22 pessoas; atividade de Capacitação Prevenção da Violência Contra a Mulher com gestoras e gestores públicos em Glorinha – 100 pessoas; atividade de Capacitação Prevenção da Violência Contra a Mulher com profissionais da TRENURB – 25 pessoas; atividade de Capacitação Prevenção da Violência Contra a Mulher em Viamão – 200 pessoas; oficina “O papel do visitador domiciliar na rede de enfrentamento a violência contra a mulher” – Porto Alegre (29 pessoas); “A Abordagem Policial às Mulheres” no II Seminário Abordando a Abordagem Policial – Porto Alegre (400 pessoas); repasse de recurso para o projeto conquistado pelo processo da Participação Popular e Cidadã-2011, para a realização de capacitação de agentes públicos do município de Balneário Pinhal – 72 pessoas; capacitação sobre Feminização da AIDS – em Canoas; Quebrando o Silêncio – atividade Evangélica em Gravataí; Fórum de Gestão Pró- Equidade de Gênero e Etnia – Lajeado; Seminário Universo Feminino PUC – 50 pessoas; Seminário Regional da Rede: RS na PAZ Comunidade – Canoas (100 pessoas); capacitação sobre Feminização da AIDS – Santo Ângelo, tendo como público-alvo profissionais da educação, da saúde, da segurança pública e mulheres da região (novembro); Violência de Gênero “Viva UNISC” – Capão da Canoa (35 pessoas); capacitação sobre Feminização da AIDS – Itaqui (86 pessoas); capacitação da Patrulha Maria da Penha Canoas – 29 participantes.

Na ação Reordenamento Institucional do Centro de Referência Vânia Araújo Machado e fortalecimento de centros municipais de referência, a qualificação do Centro de Referência da Mulher (CRM) se dá a partir da formação das servidoras que trabalham no Centro e da qualificação do atendimento a partir de novas contratações realizadas em 2012 (duas psicólogas).



Além de acompanhamentos contínuos dos Centros de Referência Municipais, de palestras e instruções, entre outras formas de fortalecimento, foi realizado, em 23 de agosto, o I Encontro Estadual dos CRMs e Casas Abrigo. O Encontro para formação e padronização do serviço e criação de uma rede estadual de equipamentos contou com o comparecimento de 72 pessoas.

Outro programa da SPM é o Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres, que tem por objetivo a promoção da defesa dos direitos da mulher em um diálogo entre o poder público e a sociedade gaúcha. Apesar de toda a mobilização e organização pelo reconhecimento da igualdade de direitos, que tem pelo menos dois séculos de acúmulo, ainda há muito que desenvolver para que as mulheres estejam em situação de igualdade. O Brasil é um dos países com menores índices de participação das mulheres nos espaços de poder. As políticas públicas podem cumprir parte dessa função de alcance da equidade de gênero na sociedade.

No âmbito deste Programa, na ação de Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres, foram criados Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres em Capão da Canoa, Crissiumal, Giruá, Imbé, Santa Vitória do Palmar e Tramandaí; foram realizadas rearticulações dos Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres de Guaíba, Palmeira das Missões, Taquara, Venâncio Aires e Viamão; e, ainda, criadas Coordenadorias de Políticas para as Mulheres em Santo Ângelo, São José do Hortêncio, Três de Maio e Vacaria.

Na ação de Fortalecimento do Conselho Estadual de Direitos da Mulher, o novo Conselho Estadual de Direitos das Mulheres (CEDM) foi reestruturado a partir da Lei nº 12.686, elaborada por uma comissão provisória instituída pela SPM. Foram realizadas 12 reuniões, a partir de 15 de abril, nas quais a comissão provisória teve a tarefa de organizar as eleições dos membros do Conselho. O Novo Conselho tomou posse no dia 7 de setembro. A executiva do CEDM reuniu-se semanalmente, totalizando 13 reuniões. O novo pleno do CEDM realizou três reuniões após a posse. Além disso, foi realizado o I Encontro do Conselho Estadual de Direitos da Mulher, no qual foi elaborada a agenda de organização do mesmo.

No que concerne à ação de Realização de campanhas, capacitações e produção de conhecimento sobre temática de gênero, a SPM pretende disseminar informações de prevenção à violência contra as mulheres e que fortaleçam a equidade de gênero na sociedade, além de realizar a capacitação de agentes públicos na temática de gênero, entre outras atividades.

Foram realizadas capacitações, cumprindo destacar as relativas à Elaboração de Projetos Sociais e Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV), em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH); Gestão em Políticas Públicas na Perspectiva de Gênero e Promoção da Igualdade Racial (extensão executada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Gestão em Políticas Públicas na Perspectiva de Gênero e Promoção da Igualdade Racial (especialização executada pela PUC-RS).

A Campanha Internacional pelos 16 Dias de Ativismo ao Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, realizada de 25 de novembro a 10 de dezembro, ocorreu em todo o Estado. A SPM promoveu algumas atividades e participou de todos os mutirões sociais do Governo divulgando o Serviço Escuta Lilás e a Lei Maria da Penha. Houve, também, a Campanha de divulgação da Lei Maria da Penha no mês alusivo ao aniversário da Lei, agosto.

Durante a Semana Farroupilha, a SPM entregou o Troféu Mulher Gaúcha, que presta reconhecimento às mulheres gaúchas em várias áreas, inclusive no tradicionalismo, um movimento que ainda é muito masculinizado.

Foi realizada capacitação sobre gênero no Programa Mulheres Mil, em Santana do Livramento, abrangendo 100 pessoas. Houve capacitação em Políticas Públicas para as Mulheres em Cachoeirinha – Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha (CESUCA), e, também, o Seminário de Gênero e Diversidade do Instituto Federal Sul-Rio-grandense (IFSUL), em Charqueadas. Foram, ainda, realizados: o I Encontro Latino-Americano e Caribenho de Mulheres na Economia Solidária (ECOSOL), com capacitação de gênero e desenvolvimento da autonomia das mulheres (600 mulheres); o Encontro das Agricultoras Familiares da Região Sul (FETRAF SUL), em Constantina; Capacitação de Gênero - no projeto Fábrica de Vassouras PET, em São Borja; e o Projeto Cidadania e Talento, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), formando a juventude em direitos fundamentais, como juventude, gênero, raça e etnia (360 pessoas).

Ainda, foi realizada capacitação para servidoras e servidores da SPM/RS - Alinhando Conceitos e Fluxos (público-alvo: servidoras e servidores da SPM e Comitê Gestor de Políticas de Gênero e Executiva do CEDM).

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SPM	Cidadania e efetivação de direitos das mulheres	Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres
SPM	Cidadania e efetivação de direitos das mulheres	Realização de campanhas, capacitações e produção de conhecimento sobre temática de gênero
SPM	Cidadania e efetivação de direitos das mulheres	Fortalecimento do conselho estadual de direitos da mulher
SPM	Mulheres construindo autonomia RS	Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho
SPM	Prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres	Apoio às iniciativas de prevenção à violência contra mulheres e meninas
SPM	Prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres	Qualificação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência
SPM	Prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres	Criação e gerenciamento do observatório da violência contra a mulher
SPM	Prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres	Reordenamento institucional do Centro de Referência Vânia Araújo e fortalecimento de centros municipais de referência

### Procuradoria-Geral do Estado

A **Procuradoria-Geral do Estado (PGE)** tem como principais funções exercer a representação judicial do Estado, de suas autarquias e fundações de direito público; e prestar consultoria jurídica à administração pública estadual direta e indireta.

Dentre as principais ações realizadas em 2012, no âmbito do Programa Representação Judicial e Consultoria ao Estado, podem ser destacadas:

### *Ações Administrativas*

- Instituído, no âmbito do sistema de Controle de Processos Judiciais (CPJ), o módulo Volume de Trabalho Jurídico (VTJ), constituindo-se em mecanismo para medir o volume de trabalho jurídico dos Procuradores do Estado e o tempo necessário para sua realização, com vistas a dimensionar a carga de trabalho individual e assim permitir a adequada distribuição dos cargos perante as diversas Unidades da PGE.
- Providenciada, a título gratuito, em parceria com o BANRISUL, a certificação digital aos Procuradores do Estado, com o objetivo de viabilizar o peticionamento eletrônico na Justiça Estadual. Foram disponibilizados 149 certificados: 103 para Procuradores do Estado na capital e 46 no interior. Também estão em andamento 16 certificados para assessores jurídicos.
- Realizada a entrega de leitoras ópticas para todos os Procuradores do Estado, lotados em Porto Alegre, Interior e Brasília. As leitoras são usadas na certificação digital para atuação dos Procuradores do Estado no processo eletrônico.
- Adquiridos e distribuídos a todos os Procuradores do Estado 414 novos computadores com duplo monitor, para facilitar o trabalho no processo eletrônico. Também foram adquiridos 2 servidores, 20 notebooks, 4 estabilizadores de voltagem 50 kVA para o prédio do DAER/PGE, 50 access point, 230 leitoras de código de barras e 20 impressoras.
- Concluído o certame e homologado o resultado do 13º Concurso para Procurador do Estado.
- Elaborado, pela PGE, o Manual de Orientações aos Agentes Públicos Estaduais no Ano Eleitoral de 2012, com a realização de palestra às assessorias jurídicas da administração pública direta e indireta e aos integrantes da comunicação social dos diversos órgãos e entidades estaduais.
- Nomeados e empossados 109 novos servidores que passaram a integrar o quadro de pessoal dos serviços auxiliares, aprovados em concurso público: 38 Agentes Administrativos; 3 Técnicos Superior de Informática; 32 Assessores Contadores; 36 Assessores Jurídicos.
- Assinado Termo de Cooperação para promover ações socioambientais. A PGE é uma das 13 instituições jurídicas que assinou o Termo, cujo objetivo é a conjugação de esforços visando à troca de informações, promoção de ações conjuntas, estímulo e socialização de projetos voltados às ações socioambientais.
- Lançada uma nova sistemática de trabalho denominada Execução Invertida: a PGE, ao invés de aguardar a propositura da ação executiva pela parte, passou a tomar a iniciativa de apresentar, nos autos do processo de conhecimento, os cálculos das quantias devidas, elaborados pelo seu corpo de peritos. Com tal medida, dispensa-se o ajuizamento de nova demanda (a de execução), e, como consequência, a fixação de novos honorários, bem como a expedição de mandado citatório. Essa sistemática já foi apresentada à Ordem dos Advogados do Brasil/Rio Grande do Sul (OAB/RS) e à Procuradoria do Município de Porto Alegre e recebeu menção honrosa no Prêmio Innovare, em cerimônia no Supremo Tribunal Federal.

- Realizadas mudanças das sedes das Procuradorias Regionais do Interior: Gravataí, inaugurada em 05/12/2012; e Santa Maria e Uruguaiana, em andamento.
- Implementados diversos projetos pela PGE, por meio do Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado, entre os quais, a capacitação de Procuradores do Estado e servidores da Instituição. No ano de 2012, foram realizados diversos eventos de capacitação, entre seminários, congressos, cursos e workshops dentro e fora do Estado, custeados com recursos do projeto.
- Organizados e apoiados eventos públicos, como palestras, debates e seminários, totalizando 1.325 participantes (310 Procuradores, 952 servidores, 5 estagiários, 17 público externo e 41 palestrantes). Além disso, foi lançada a 2ª edição de Concurso de Monografias e realizadas publicações, como Revistas da Procuradoria-Geral do Estado do RS; Estudos de Direito PGE RS; e Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul – Orientações da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. A PGE também participou de diversos grupos de trabalho.
- Regulamentada a prestação de serviço voluntário em áreas específicas, como Psicologia, Administração, Informática, Engenharia, Arquitetura, Ciências Contábeis e Ciências Jurídicas e Sociais no âmbito da PGE. É permitida a qualquer cidadão maior de 16 anos e inclusive a inativos da própria Instituição a prestação de serviços voluntários à Procuradoria-Geral do Estado em atividades técnico-profissionais.
- Capacitados 1.505 Procuradores do Estado e servidores do quadro de apoio da PGE no Ensino a distância (EAD). Ainda, foram capacitados cerca de 60 Procuradores do Estado no curso de Oratória. Ao todo, foram três turmas, durante os meses de julho e agosto.
- Assinado, pela PGE e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), Acordo de Cooperação que visa à realização de curso de especialização sobre Direito Administrativo Aplicado. O curso é promovido pela FDRH, por meio da Rede Escola de Governo, em parceria com a Universidade de Caxias do Sul.
- Contratados os serviços e elaborados os laudos de cobertura vegetal dos estudos de circulação e acessos e de avaliação ambiental, relacionados ao Projeto de edificação da nova sede da PGE em Porto Alegre.
- Regulamentadas as atividades de Agente Setorial da Procuradoria-Geral do Estado junto aos órgãos públicos estaduais, por meio da Resolução nº 47, publicada no dia 16 de abril de 2012, no Diário Oficial do Estado. A Resolução estabelece princípios e diretrizes para as atividades de Agente Setorial e para o funcionamento dos serviços jurídicos dos demais órgãos integrantes do Sistema de Advocacia de Estado.
- Aprovado, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 182/2012, readequando 135 cargos de Agente Administrativo, Assessor Contador e Assessor Jurídico da PGE.

#### *Ações na Área dos Direitos Humanos*

- Atuação em processos judiciais na perspectiva de buscar uma solução negociada em Ações Cíveis Públicas e outras demandas propostas, principalmente pelo Ministério

Público Estadual, em face do Estado do Rio Grande do Sul em diversas áreas, como criança e adolescente e penitenciárias.

- Realização do I Congresso Internacional de Direitos Humanos, em parceria com a Universidade de Caxias do Sul e o Movimento Nacional de Direitos Humanos, com grande participação da população em geral. Ao todo, foram 1.616 participantes nas conferências e painéis; 151 participantes com artigos científicos e relatos de experiências enviados; e 121 pessoas que realizaram apresentação oral de trabalhos.
- Discussão da situação dos haitianos no Estado pela Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE-RS). Relatados os principais pontos da viagem ao Acre compondo a Comitiva coordenada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa, com o objetivo de verificar a situação e as formas de ingresso de haitianos no Brasil. Muitos deles são trazidos por empresas para o Estado. Foi elaborado relatório da referida visita que foi acolhido pela Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Atuação junto ao Ministério Público Estadual e Instituto-Geral de Perícias (IGP) para viabilizar a realização de concurso público para a contratação de diversos profissionais na Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e construção de residências terapêuticas.
- Aprovação do parecer da PGE que garante a reserva de vagas para negros em concursos públicos da Administração Pública Estadual, com vigência a contar de 21 de março de 2012.

#### *Ações Jurídicas e Judiciais*

- Alguns dados consolidados da atuação da PGE, em Porto Alegre, até meados de dezembro de 2012: 710 alvarás encaminhados à Fazenda Estadual, totalizando R\$ 9.896.882,98; arrecadação de honorários via alvará: R\$ 1.994.159,71; 6.787 certidões ajuizadas, no valor de R\$ 110.066.760,00; 961 Execuções Fiscais ajuizadas; realizadas 902 audiências de conciliação no período de 01/01/2012 a 01/12/2012; realizados 1.245 atendimentos a representantes de empresas devedoras de tributos; total arrecadado pela PGE, envolvendo Porto Alegre e Interior, no período de 01/2012 a 11/2012, conforme dados da Matriz de Acompanhamento da Dívida Ativa, R\$ 271.114.991,00; encaminhados 173 processos administrativos disciplinares ao Gabinete da PGE, envolvendo o exame da conduta de 221 servidores públicos.
- Vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) em recurso extraordinário representativo da controvérsia sobre a questão da ausência de conversão dos vencimentos dos servidores do Poder Executivo de Cruzeiro Real para URV, paradigma que está sendo aplicado em milhares de ações individuais e que representa uma economia de R\$ 5,6 bilhões aos cofres públicos estaduais.
- Atuação junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região na questão relativa à inaplicabilidade dos reajustes da Lei n.º 10.395/95 a empregados de Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, em face de decisões divergentes a respeito da matéria em algumas Turmas. Recentemente, o Pleno do TRT/4ª aprovou a criação da

Súmula n.º 55, acolhendo a tese da defesa: “Reajustes salariais. Lei estadual nº 10.395/95. Inaplicabilidade aos empregados das fundações mantidas pelo Poder Público.”

- Ajuizamento de 22 ações para retomada das áreas da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) irregularmente ocupadas por pessoas físicas e jurídicas no Cais Navegantes, Cais Marcílio Dias e Vila DEPRC. Dessa forma, foi obtida a reintegração de áreas do Estado destinadas à expansão da atividade portuária. Trata-se de cinco áreas ocupadas irregularmente por empresas de areia e de material de construção nas áreas do Porto de Porto Alegre e que foram devolvidas à SPH. A medida vai possibilitar que a SPH implemente o novo planejamento para as áreas portuárias que constam do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do ano de 2005, bem como permitir a expansão portuária, com a instalação de empresas relacionadas ao Polo Naval de Rio Grande e de plataformas offshore (plataforma petrolífera).
- Orientação à Superintendência de Portos e Hidrovias na condução das ações tendentes à remoção dos navios paraguaios ancorados no Porto de Porto Alegre pela empresa privada que os adquiriu em leilão, com a obrigação de efetuar a retirada e tratamento dos resíduos líquidos existentes em seus tanques; os trabalhos de retirada e tratamento foram finalizados, de acordo com as exigências da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), assim como a desmontagem parcial das embarcações, que estão aptas a serem retiradas do Porto.
- Viabilização de acordo firmado com o Ministério Público nos autos de Ação Civil Pública, em que restou assegurada a percepção de parcela completa ao piso nacional do magistério para os professores estaduais posicionados em níveis com vencimento básico inferior ao valor de R\$ 1.451,00.
- Participação e orientação do Poder Executivo em todas as discussões envolvendo a implantação do piso nacional do magistério instituído pela Lei nº 11.738/2008, assim como na elaboração da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4848 ajuizada em 04/09/2012 no Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a constitucionalidade do critério de revisão anual do valor do piso previsto no art. 5º da referida Lei.
- Vitória no Tribunal de Justiça do Estado em relação às demandas ajuizadas por integrantes do magistério que questionam os atos de concessão de promoções de classe, publicados em setembro de 2011, sem o reconhecimento de efeitos retroativos à data inicial da avaliação.
- Implantação de Projeto de Conciliação, visando à solução imediata de demandas, mediante a apresentação de proposta de acordo na primeira manifestação nos autos ou em audiência nas ações judiciais em que os servidores pleiteiam direitos já reconhecidos pela orientação jurídico-normativa da PGE ou pela jurisprudência pacificada pelos Tribunais, viabilizando-se cerca de 2.000 acordos mensais.
- Apresentação de embargos, pela PGE, à Execução de Sentença no valor de R\$ 1,3 milhão na área de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs), sendo o feito extinto, em 10/09/2012.

- Obtenção de efeito suspensivo em Agravo de Instrumento que invoca o cumprimento do artigo 5º, § 1º, da Lei nº 13.756/11: ainda que escoados os 180 dias da data da expedição das RPVs, seria de rigor, antes de haver eventual determinação de constrição de valores dos cofres públicos, aferir se os pagamentos das RPVs expedidas no período ultrapassaram o montante depositado na conta específica a que se refere o artigo supracitado. Com tais argumentos, obtido, na data de 21/09/2012, efeito suspensivo em Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça. Esse pode transformar-se em um precedente no tema da alegada inconstitucionalidade do limitador (de 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL)) para o pagamento das RPVs.
- Realização de diversas reuniões com a Corregedoria-Geral da Justiça e com a Secretaria da Fazenda, buscando encontrar soluções viáveis para o problema dos inúmeros sequestros nas contas do Estado e de suas Autarquias, desde a edição da Lei nº 13.756/11, que fixou prazos mais longos para o pagamento das RPVs acima de 7 salários mínimos.. Uma das alternativas sugeridas foi no sentido de que o órgão pagador elaborasse a ordem cronológica das RPVs, encaminhando-a para o Poder Judiciário e para a PGE. A partir da lista seria possível a consulta da ordem em que o credor se encontra na fila, só podendo haver determinação judicial de sequestro de verbas públicas em caso de eventual preterição do direito de precedência, conforme previsto no artigo 5º, § 3º, da Lei nº 13.756/11. A solução aventada foi acolhida pelo Tribunal de Justiça, que está criando ferramenta própria no sistema Themis.
- Mudança de paradigma na elaboração dos cálculos apresentados em fase de execução. Diante da edição da Lei nº 11.960/2009, baixou-se orientação acerca da repercussão da aplicação dos critérios de correção monetária nos cálculos elaborados em fase de liquidação e execução nas ações contra a Fazenda Pública. Considerando que a maioria das execuções sob a responsabilidade da PGE estão lastreadas em cálculos que abrangem o período compreendido entre 2009-2012, estima-se que a economia gerada pela aplicação dos critérios da citada Lei varia de 2% até 22%, sendo que esse percentual pode ser ainda maior. Prevê-se grande benefício econômico para o erário estadual, porquanto haverá redução média de 12% nos valores dos cálculos analisados.
- Recolhimento ao erário de honorários advocatícios em processo em que empresa do ramo de engenharia e construções foi condenada ao pagamento de honorários de sucumbência em favor do Estado, no percentual de 10% sobre o valor da causa. O pagamento, no valor de R\$ 500 mil, ocorreu no mês de novembro, extinguindo-se a execução.
- Manutenção da aplicação das penalidades administrativas de multa e de declaração de inidoneidade para contratação com a Administração Pública de empresa de engenharia, em face de irregularidades praticadas no contrato de controladores de velocidade nas rodovias gaúchas, por meio de atuação no Tribunal de Justiça, no recurso de agravo de instrumento.
- Em Processo movido pela Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS) contra o Estado do RS, reconhecimento da legalidade da Portaria nº 047/2011 do Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, ao estabelecer controles quanto ao ingresso de produtos, subprodutos e materiais de multiplicação de animais suscetíveis a febre aftosa

no Estado do Rio Grande do Sul, quanto à carne bovina e bubalina com osso. A demanda foi julgada improcedente em primeiro grau, estando pendente o julgamento da Apelação respectiva. No Mandado de Segurança, julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS), empresa integrante de um dos maiores grupos econômicos do País questionou a referida Portaria nº 047/2011, tendo sido denegado com o entendimento de que possui o Estado competência para legislar sobre produção agropecuária e abastecimento alimentar.

- Com a interposição de Agravo de Instrumento, obtenção da reversão de decisão de primeiro grau que permitirá a continuidade de atividades de curso técnico em desacordo com as determinações do Conselho Estadual de Educação e que, assim, poderia prejudicar cerca de 2.000 estudantes; obtenção, em outro agravo, da manutenção do descredenciamento de outra escola da mesma instituição de ensino, na modalidade de Educação à Distância, reconhecendo-se, também, a legalidade dos atos praticados pelo Conselho Estadual de Educação.
- Sucesso em evitar-se a criação de demanda de massa relativa à busca de indenização por alegados danos morais de detentos e ex-detentos em razão das condições do Presídio Central.
- Reforma, pelo TJ/RS, da sentença que havia julgado procedente, em parte, a demanda ajuizada por empresa de telefonia contra o Estado do RS buscando indenização pelos danos que alega ter sofrido com a privatização das ações da extinta CRT. O TJ/RS reformou a sentença, reconhecendo a improcedência do pedido. Pendem, ainda, os Embargos Infringentes.
- Em apelação cível, restou reconhecido saldo credor em favor do DAER diante de empreiteira que requeria rescisão contratual e indenização por alegado descumprimento. Do cotejo dos pagamentos e despesas comprovadas, declarou-se ser o DAER credor de R\$ 4.845,55, rejeitando-se o pretense crédito da empresa.
- Por ocasião do julgamento de Apelação Cível, (o TJ/RS) definição de critérios ,pelo TJ/RS, quanto à indenização pelo não cumprimento de contrato de concessão de rodovia. Fixou-se, apenas, indenização pelo comprovado investimento feito na via ao ensejo da instalação do pedágio no polo rodoviário de Santa Maria, rejeitando-se, expressamente, a quantia postulada a título de lucros cessantes.
- Realização de mutirão de reuniões com os desapropriados de São Gabriel, visando à formalização de acordos quanto ao valor da indenização, com fins de propiciar a imissão do Estado na posse dos imóveis, exigência do Ministério da Irrigação para a liberação de recursos federais. Do mutirão resultaram dez acordos, assim como a continuidade das tratativas com os demais desapropriados, e mais dois acordos com desapropriados de Lavras do Sul.
- Obtenção de vitória no Tribunal de Justiça, em embargos infringentes, em ação ajuizada por empresa de telefonia, na qual postulava a condenação do Estado a ressarcir-lhe dos valores despendidos nas milhares de ações judiciais propostas pelos usuários do serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da CRT.



Estima-se que a demanda diz respeito a mais de cem mil ações, sendo que, em caso de procedência, o valor atingiria em torno de R\$ 5 bilhões.

- Obtenção de decisão favorável no Tribunal de Justiça, revogando decisão anterior do Relator do Agravo de Instrumento em mandado de segurança impetrado para suspender a contratação de empresa vencedora de licitação promovida pela Secretaria do Trabalho para a construção de cisternas e qualificação dos usuários. A contratação diz respeito a programa estratégico do Governo do Estado, no combate à estiagem e à pobreza na zona sul do Estado e conta com recursos federais. A suspensão da licitação acarretaria risco de perda dos recursos federais, em face dos prazos estipulados para a prestação de contas.
- Obtenção de provimento ao recurso interposto pela PGE no Tribunal de Contas do Estado (TCE), que havia suspenso as licitações de 92 estações rodoviárias. Com isso, foram liberadas as licitações de 90 estações rodoviárias.
- Manutenção, no TJ, da sentença proferida em ação ordinária, na qual foi reconhecida a responsabilidade solidária de laboratório pelo fornecimento do medicamento Aldurazyme, fármaco de altíssimo custo destinado ao tratamento de doença genética (Mucopolissacaridose), tendo em vista a participação da paciente-autora em grupo de pesquisa patrocinado pelo laboratório réu.
- Incorporação do medicamento Trastuzumabe, para tratamento de câncer de mama, no Sistema Único de Saúde, em decorrência de debate encetado em audiência pública promovida nos autos de Ação Civil Pública, no âmbito do Centro Judicial de Solução de Conflitos e Cidadania da Justiça Federal (CEJUSCOM).
- Concessão de efeito suspensivo ao agravo de instrumento, interposto contra decisão proferida na Ação Civil Pública que havia estendido os efeitos da antecipação de tutela – fornecimento dos medicamentos Trastuzumabe e Rituximabe – a todos os pacientes residentes no Estado do Rio Grande Sul, restabelecendo a decisão inicial, que restringe o fornecimento aos pacientes residentes em Porto Alegre.
- Vitória em ação com pedido de revisão de benefício no TJ/RS: a autora da ação era pensionista de servidor estadual, policial civil, que faleceu em objeto do serviço no ano de 1993. Em 1996 foi publicado o ato concessivo da pensão complementar, a contar da data do óbito. A autora requeria o pagamento de duas pensões independentes, uma paga pelo Instituto de Previdência do Estado e outra, a especial, paga pelo Estado do RS.
- Manutenção do teto remuneratório: o Pleno do TJ denegou mandado de segurança impetrado por um grupo de Delegados de Polícia aposentados, por unanimidade, após conceder liminar, postulando a percepção de proventos superiores ao teto.
- Êxito no TJ/RS em relação às demandas ajuizadas por integrantes do magistério que questionam os atos de concessão de promoções de classe, publicados em setembro de 2011, sem o reconhecimento de efeitos retroativos à data inicial da avaliação, culminando com a edição da Súmula nº 42.
- Supervisão e orientação, junto com a Coordenação das Assessorias Jurídicas da Administração Direta e Indireta, à Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) na

efetivação de um condomínio de credores, junto ao Juízo de Conciliação do TRT/4ª, permitindo a retomada do fluxo financeiro, tendo em vista a existência de inúmeras penhoras de crédito que inviabilizavam a continuidade da empresa.

- Firmado acordo nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, evitando possível condenação em danos morais coletivos cujo valor requerido importava R\$ 200 mil, bem como regularizando a contratação emergencial de empregados, em substituição aos contratos de empresas prestadoras de serviços e viabilizando a realização de concurso público para suprir serviços ligados à atividade-fim.
- Firmado acordo nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra o Departamento Estadual de Trânsito, evitando possível condenação em danos morais coletivos cujo valor requerido importava R\$ 500 mil, adequando a Portaria DETRAN/RS n.º 419/2010, como forma de garantir o pleno exercício de determinadas profissões, relativamente a profissionais que prestam serviços aos Centros de Formação de Condutores (CFCs).
- Reversão junto ao TRT da 4ª Região de importante decisão proferida em ação trabalhista ajuizada em 1992 contra a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul, excluindo da condenação a incorporação de parcela relativa à função gratificada, cuja absolvição não constava expressamente do dispositivo do acórdão, mas era clara na fundamentação da decisão proferida em 1996. O acórdão proferido em Agravo de Petição reconheceu o erro material na parte do dispositivo que não reproduziu a vontade do julgador expressa na fundamentação. Tal decisão reflete no valor a implantar em folha de pagamento e no precatório expedido de valor expressivo.
- Na fase de execução dos processos trabalhistas, apuradas significativas diferenças, tomando como base o primeiro cálculo apresentado após o trânsito em julgado da fase de conhecimento e o cálculo que veio a ser homologado após os recursos movidos pela PGE. Chama a atenção a ação movida por servidores contra a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), cujo cálculo inicial alcançava o valor de R\$ 33,7 milhões e, ao final, acolhido o critério de cálculo defendido pela PGE, foi reduzido para R\$ 550 mil, gerando uma economia aos cofres públicos na ordem de R\$ 33,2 milhões.
- Atuação da PGE evita pagamentos indevidos em ações judiciais: a economia média mensal é de mais de R\$ 4 milhões nos cálculos realizados pelos escritórios contratados pelo Estado. Já em relação à perícia do quadro de contadores efetivos, os registros contabilizados apontam para uma economia de cerca de R\$ 47,7 milhões (em julho/12) e R\$ 44,5 milhões (em agosto/12). Projetando-se as economias para todo o ano de 2012, poder-se-á alcançar valores próximos a meio bilhão de reais. Tal trabalho, por exemplo, permite que se pague, anualmente, todos os créditos anuais de RPVs, orçados em R\$ 350 milhões.
- Obtida vitória junto ao Tribunal de Justiça do Estado, tendo sido provido recurso contra decisão da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Lajeado que determinava o fornecimento irrestrito de transporte escolar aos alunos das escolas públicas de ensino médio noturno daquele Município, independentemente de comprovação da condição

econômica dos alunos. A decisão fixa importante paradigma para o Estado do Rio Grande do Sul no que diz respeito ao fornecimento do transporte escolar, demonstrando que a carência financeira é requisito indispensável à concessão do benefício.

- Conclusão, no decorrer de 2012, de diversas consultorias, bem como elaboração de vários Pareceres e Informações em resposta às consultas formuladas pela Administração Pública Estadual.
- Elaboração de nota técnica e de notificação extrajudicial às concessionárias do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (PECR) dando conta do termo final dos contratos dos pedágios firmados com o Estado.
- Obtida no TCE a liberação para a licitação destinada a reformular o Programa Estadual de Concessões Rodoviárias. A decisão obtida em grau de recurso revogou a determinação do Tribunal de Contas do Estado que suspendia a licitação para seleção de empresa de consultoria especializada na área de concessões rodoviárias visando a reformular o Programa Estadual de Concessões Rodoviárias.
- Obtida a liberação das obras no Superporto de Rio Grande para instalação de estaleiro. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) deu provimento ao agravo de instrumento interposto para liberar as obras de instalação de estaleiro no Superporto de Rio Grande. O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública alegando que haveria mau uso da área em questão, que seria a única adequada para receber um segundo terminal de contêineres.
- Reversão junto ao TRT/4ª de importante decisão proferida em ação trabalhista ajuizada em 1992 contra a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul, excluindo da condenação a incorporação de parcela relativa à função gratificada, cuja absolvição não constava expressamente do dispositivo do acórdão, mas era clara na fundamentação da decisão proferida em 1996. Tal decisão deve refletir no valor a implantar em folha de pagamento e no precatório expedido de valor expressivo.
- Obtida decisão favorável no TRF/4ª, tendo sido acatado mandado de segurança reconhecendo-se a nulidade da Resolução nº 554/2009, do Conselho Federal de Serviço Social. Com a decisão, restou mantida a atuação dos assistentes sociais que funcionam como facilitadores para inquirição de crianças e adolescentes no projeto da Justiça Estadual Depoimento sem Dano.
- Obtida vitória no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em recurso especial que pretendia que fossem considerados, para correção de débito originado de condenação judicial, os períodos que, segundo o IGP-M, foram de deflação econômica.
- Obtida vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) em ação sobre a URV, que representa economia de mais de R\$ 5 bilhões aos cofres públicos. Servidores públicos estaduais ingressaram com ação cobrando do Estado suposta diferença nos vencimentos durante o período em que a URV foi adotada pelo governo federal para implantação da nova moeda, o Real, em 1994. A decisão do STF confirmou que no Rio Grande do Sul “não houve decréscimo remuneratório”.

### *Algumas das Realizações da PGE no Interior do Estado (18 Procuradorias Regionais)*

- Obtida liminar em medida cautelar fiscal contra empresa do ramo de livraria e bazar, para cobrar dívida tributária de mais de R\$ 600 mil.
- Ações de reintegração de posse, relativas a imóveis localizados no Parque de Exposições de Esteio, visando conferir a maior celeridade possível na desocupação dos imóveis, por parte dos réus, em face do programa de revitalização do Parque.
- Constatação de fraudes em execuções fiscais com valores relevantes, movidas originalmente em face das empresas do setor moveleiro, sendo postulado o redirecionamento da execução fiscal contra a empresa sucessora.
- Economia de dezenas de milhões de reais, em benefício dos cofres públicos, mediante provimento da apelação interposta no bojo de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado do RS, em que se objetivava a restauração e o reparo periódico da Rodovia BR-377, bem como a reserva de valores, no orçamento anual, para a manutenção e recapeamento da rodovia.
- A atuação da PGE evitou a litigância de má-fé e prejuízos ao erário público na ordem de R\$ 300 mil, com a vitória junto à Justiça Estadual em recurso envolvendo o fornecimento de medicamentos. O julgamento deste Agravo de Instrumento serviu de paradigma para diversas outras execuções envolvendo as mesmas partes, já evitou diversos pagamentos e tende a culminar na extinção de execuções.
- Êxito em ação de indenização por desapropriação indireta, com tramitação perante a Comarca de Ibirubá, mediante o provimento de Agravo de Instrumento, interposto em nome do DAER, contra decisão judicial de Primeira Instância, que determinava a expedição de precatório de quase R\$ 20 milhões em benefício da parte contrária.
- Êxito obtido em ação declaratória proposta pelo Terminal Tergrasa (integrante do Conglomerado CCGL), em face do Estado do RS. Através da referida demanda, a parte autora pretendia desconstituir cobrança de mais de R\$ 14 milhões, decorrentes de lançamento e multa, pelo não recolhimento de tarifa portuária.
- Êxito em demanda, em tramitação perante a Vara Federal de Rio Grande, que pretendia impor ao Estado a responsabilidade acerca dos danos causados ao meio-ambiente pelo naufrágio do Navio Bahamas, ocorrido há muitos anos.

### *Contencioso e Cobrança da Dívida Ativa*

- Sentença de improcedência na Ação Ordinária movida por indústria da área de alimentos, onde se discute a redução de alíquota relativamente à cesta básica – valor de aproximadamente R\$ 31,3 milhões, garantido por carta-fiança.
- Sentença de improcedência na Ação Ordinária movida por empresa do ramo de alimentos, onde se discute a redução de alíquota relativamente à cesta básica – valor do débito, de aproximadamente R\$ 18,45 milhões, garantido por carta-fiança.
- Decisão favorável na Impugnação ao Cumprimento de Sentença apresentada por empresa. Em decorrência da desistência dos embargos de devedor para fins de adesão

ao Programa Ajustar, quando o processo estava em fase recursal, o Estado postulou o cumprimento da decisão que havia fixado a verba honorária em favor do ente público no valor de R\$ 1,2 milhão. Impugnação desacolhida, mantendo-se a cobrança dos honorários advocatícios.

- A partir do trabalho conjunto realizado entre a PGE e a Secretaria da Fazenda, o Estado obteve expressiva vitória no combate aos devedores contumazes de tributos estaduais. Estava em discussão incidente de inconstitucionalidade referente à Lei Estadual nº 13.711/11 e ao Decreto Estadual nº 48.494/11, que instituíram o Regime Especial de Fiscalização em relação aos devedores contumazes gaúchos. Por maioria, o Tribunal Pleno entendeu que as normas impugnadas não padeciam de inconstitucionalidade, em especial porque a medida visa proteger a livre concorrência, já que o contribuinte que deixa de recolher sistematicamente o tributo consegue vender seus preços abaixo do custo, prejudicando sobremaneira o setor em que atuam.
- Importante vitória em sede de Embargos à Execução Fiscal para cobrança de ICMS, no valor superior a R\$ 47 milhões, garantido com carta-fiança. O Agravo interposto por empresa do ramo de bebidas visava à reforma da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, que entendeu legítima sua responsabilidade em face da revogação de decisão liminar deferida à distribuidora de bebidas. No caso em julgamento, o STJ reconheceu que “a prova produzida no curso da instrução probatória demonstrou que a ação mandamental foi patrocinada e incentivada pela ora recorrente, tendo interesse direto na liminar que dispensava o recolhimento antecipado do tributo”. Restou mantida, inclusive, a verba honorária fixada nos Embargos, na ordem de 5% do valor do débito atualizado.
- Declaração de fraude à execução na venda de imóvel por empresa do ramo de vestuário, com levantamento de alvará no valor de R\$ 1,1 milhão.
- Penhora online efetivada nos processos de empresa distribuidora de medicamentos, no valor de R\$ 2,5 milhões.
- Sentença de improcedência nos Embargos de Devedor movidos por empresa de cosméticos, onde se discute a aplicação de base de cálculo reduzida – valor do débito superior a R\$ 17,8 milhões, garantido por carta-fiança.
- Obtenção de liminares perante a Justiça Federal impedindo o registro no CADIN de débitos federais devidos pelo Poder Executivo e pelo IPERGS.
- Ação Declaratória movida pelo Colégio Registral do Estado do Rio Grande do Sul, visando à declaração de ineficácia da Portaria nº 12/2011-DF, que concede redução de 50% dos emolumentos devidos quando da primeira aquisição imobiliária para fins residenciais financiada pelo Sistema Financeiro de Habitação. Ação Julgada improcedente em 25/06/2012.
- Celebração do acordo aditivo realizado com o Município de Rio Grande, visando à devolução ao Fundo de Participação dos Municípios dos valores recebidos a maior por força de decisões judiciais.

- Instituição da Procedimentalização da Execução Fiscal, medida de aperfeiçoamento da cobrança da dívida ativa, mediante a expedição de orientações consolidadas destinadas à uniformização da atuação dos Procuradores do Estado na condução das execuções fiscais, através das quais é realizada a cobrança de cerca de R\$ 27 bilhões de créditos inscritos em dívida ativa, dos quais são considerados viáveis de recuperação cerca de R\$ 5 bilhões, já excluídas as empresas extintas, falidas e os processos em que não se localizaram bens passíveis de penhora. Desse montante, estão já parcelados, sendo pagos em prestações mensais, aproximadamente, R\$ 1,3 bilhão.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
PGE	Representação judicial e consultoria ao estado	Informatização do processo judicial e do processo administrativo
PGE	Representação judicial e consultoria ao estado	Manutenção da representação judicial e da consultoria à administração pública estadual
PGE	Representação judicial e consultoria ao estado	Modernização institucional
PGE	Representação judicial e consultoria ao estado	Publicidade de orientação para a prevenção e composição de litígios e pagamento dos tributos em cobrança judicial

### Saúde

A **Secretaria Estadual da Saúde (SES)** tem por missão promover a ampliação do acesso à saúde com qualidade em todos os níveis de atenção de forma humanizada, segundo as necessidades sociais, em tempo oportuno e com resolutividade, produzindo autonomia e cidadania, contribuindo, assim, para a qualidade de vida através dos cuidados em redes regionais em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dentre as várias ações desenvolvidas pela SES no ano de 2012, cabe destacar as descritas a seguir.

#### *Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família*

A estruturação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) como forma de superar a fragmentação da atenção nas regiões de saúde requer a qualificação do sistema a partir da Atenção Básica de Saúde. Por sua vez, a efetiva implementação da Estratégia da Saúde da Família (ESF) tem fortalecido a Atenção Básica. Conforme indicam algumas pesquisas, a ESF pode resolver 80% dos problemas de saúde da população, os usuários atendidos pelas equipes da saúde da família registram maior satisfação com o SUS, e os indicadores de saúde são melhores nos territórios da ESF. Em março de 2011, a cobertura da ESF, no Rio Grande do Sul, era de 33%. Hoje, essa cobertura alcançou o índice de 40,27% e abrange 426 municípios no Estado (novembro de 2012). Em 2012, o RS totalizou 1.358 Equipes de Saúde da Família e 8.897 Agentes Comunitários de Saúde. O Estado cofinancia a atenção básica e repassou, através da Política de Incentivo Estadual da Atenção Básica (PIES), o valor de R\$ 80 milhões; fez convênio com o

TelessaúdeRS para ampliação do acesso dos municípios ao Telessaúde, no valor de R\$ 2.669.250,00, e para ampliação e qualificação da ESF, no valor de R\$ 70 milhões, em 2012.

O financiamento e a qualificação incidiram também na Transversalidade: saúde da população indígena, saúde da população negra, saúde da população prisional. Pelo cuidado com a população indígena, o Estado repassou para 17 municípios, em 2012, um total de R\$ 1.008.000,00 atendendo 14.147 pessoas.

A perspectiva da política da saúde indígena e da população negra é de fortalecimento e de qualificação das Redes de Atenção em Saúde, atuando de forma compartilhada com a gestão federal, com as Coordenadorias Regionais de Saúde e com os gestores municipais do SUS. Dessa forma, a política visa reduzir as iniquidades e atender as demandas de saúde com recorte na especificidade cultural das comunidades e para que todas as Linhas de Cuidado em Saúde tenham a interface das culturas indígenas e afro-brasileiras, sendo a primeira adequação relacionada à Rede Cegonha e ao Programa Primeira Infância Melhor (PIM).

As atribuições da Política Estadual de Saúde no Sistema Prisional ocorrem por meio de uma gestão intersetorial compartilhada entre a Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria da Segurança Pública, Gestores Municipais, Ministério Público, Sociedade Civil Organizada e Ministério da Saúde. As equipes são financiadas com incentivos da Secretaria Estadual da Saúde e do Ministério da Saúde. No ano de 2012, foram repassados R\$ 3.847.000,00 do Tesouro do Estado para custeio das equipes e compra de equipamentos e materiais permanentes para as unidades de saúde prisional. Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com 20 equipes municipais de saúde prisional, com cobertura de 53,6% da população privada de liberdade.

É apresentada a seguir a situação da Atenção Básica, por Região Funcional, segundo dados de setembro de 2012.

#### Região Funcional 1

- 689 Unidades Básicas de Saúde (UBS); 349 ESF (26,95% de cobertura populacional); 1.789 Agentes Comunitários de Saúde; 3 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); 51 municípios com Telessaúde; 182 equipes com adesão ao Programa de Qualidade da Atenção Básica (PMAQ); 47 Propostas homologadas para reforma e ampliação de UBS; 22 municípios com o PIM implantado; 320 visitantes do PIM; 6.400 famílias, 960 gestantes e 7.040 crianças atendidas pelo PIM; 48.994 famílias acompanhadas pela Política de Alimentação e Nutrição; 2 ESF Quilombola (Porto Alegre, Gravataí); 1 ESF Indígena (Barra do Ribeiro); 3 laboratórios regionais de prótese dentária; 6 Centros de Especialidade Odontológica.

#### Região Funcional 2

- 224 UBS; 105 ESF (43,82% de cobertura populacional); 936 Agentes Comunitários de Saúde; 1 Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); 51 municípios com Telessaúde; 66 equipes com adesão ao Programa de Qualidade da Atenção Básica (PMAQ); 24 Propostas homologadas para reforma e ampliação de UBS; 18 municípios com o PIM implantado; 129 visitantes do PIM; 2.580 famílias, 387 gestantes e 1.838 crianças

atendidas pelo PIM; 16.574 famílias acompanhadas pela Política de Alimentação e Nutrição; 1 ESF Quilombola (Arroio do Tigre); 1 ESF Indígena (Salto do Jacuí); 7 laboratórios regionais de prótese dentária; 1 Centro de Especialidade Odontológica.

#### Região Funcional 3

- 233 UBS; 129 ESF (37,05% de cobertura populacional); 833 Agentes Comunitários de Saúde; 3 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); 42 municípios com Telessaúde; 100 equipes com adesão ao Programa de Qualidade da Atenção Básica (PMAQ); 43 Propostas homologadas para reforma e ampliação de UBS; 17 municípios com o PIM implantado; 132 visitantes do PIM; 2.640 famílias, 396 gestantes e 2.904 crianças atendidas pelo PIM; 25.529 famílias acompanhadas pela Política de Alimentação e Nutrição; 3 laboratórios regionais de prótese dentária; 3 Centros de Especialidade Odontológica.

#### Região Funcional 4

- 98 UBS; 44 ESF (49,09% de cobertura populacional); 304 Agentes Comunitários de Saúde; 17 municípios com Telessaúde; 26 equipes com adesão ao Programa de Qualidade da Atenção Básica (PMAQ); 11 Propostas homologadas para reforma e ampliação de UBS; 8 municípios com o PIM implantado; 78 visitantes do PIM; 1.560 famílias, 234 gestantes e 1.716 crianças atendidas pelo PIM; 6.422 famílias acompanhadas pela Política de Alimentação e Nutrição; 4 ESF Quilombola (Maquiné, Mostardas, Capivari do Sul); 1 ESF Indígena (Osório); 3 laboratórios regionais de prótese dentária; 1 Centro de Especialidade Odontológica.

#### Região Funcional 5

- 210 UBS; 90 ESF (36,25% de cobertura populacional); 611 Agentes Comunitários de Saúde; 2 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); 16 municípios com Telessaúde; 55 equipes com adesão ao Programa de Qualidade da Atenção Básica (PMAQ); 27 Propostas homologadas para reforma e ampliação de UBS; 16 municípios com o PIM implantado; 220 visitantes do PIM; 4.400 famílias, 660 gestantes e 4.840 crianças atendidas pelo PIM; 19.693 famílias acompanhadas pela Política de Alimentação e Nutrição; 4 ESF Quilombola (Canguçu); 2 laboratórios regionais de prótese dentária; 3 Centros de Especialidade Odontológica

#### Região Funcional 6

- 194 UBS; 66 ESF (30,26% de cobertura populacional); 512 Agentes Comunitários de Saúde; 4 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); 13 municípios com Telessaúde; 32 equipes com adesão ao Programa de Qualidade da Atenção Básica (PMAQ); 32 Propostas homologadas para reforma e ampliação de UBS; 12 municípios com o PIM implantado; 213 visitantes do PIM; 4.260 famílias, 639 gestantes e 4.686 crianças atendidas pelo PIM; 23.656 famílias acompanhadas pela Política de Alimentação e Nutrição; 3 ESF Quilombola (Bagé, Aceguá); 4 laboratórios regionais de prótese dentária; 5 Centros de Especialidade Odontológica.



#### Região Funcional 7

- 339 UBS; 198 ESF (78,8% de cobertura populacional); 1.377 Agentes Comunitários de Saúde; 7 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); 75 municípios com Telessaúde; 159 equipes com adesão ao Programa de Qualidade da Atenção Básica (PMAQ); 54 Propostas homologadas para reforma e ampliação de UBS; 62 municípios com o PIM implantado; 437 visitantes do PIM; 8.680 famílias, 1.302 gestantes e 9.548 crianças atendidas pelo PIM; 26.663 famílias acompanhadas pela Política de Alimentação e Nutrição; 1 ESF Quilombola (Giruí); 27 laboratórios regionais de prótese dentária; 4 Centros de Especialidade Odontológica.

#### Região Funcional 8

- 252 UBS; 104 ESF (40,63% de cobertura populacional); 824 Agentes Comunitários de Saúde; 3 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); 36 municípios com Telessaúde; 56 equipes com adesão ao Programa de Qualidade da Atenção Básica (PMAQ); 52 Propostas homologadas para reforma e ampliação de UBS; 28 municípios com o PIM implantado; 250 visitantes do PIM; 5000 famílias, 750 gestantes e 5500 crianças atendidas pelo PIM; 21.145 famílias acompanhadas pela Política de Alimentação e Nutrição; 3 ESF Quilombola (Restinga Seca); 5 laboratórios regionais de prótese dentária; 3 Centros de Especialidade Odontológica.

#### Região Funcional 9

- 396 UBS; 239 ESF (65,03% de cobertura populacional); 1.598 Agentes Comunitários de Saúde; 1 Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); 122 municípios com Telessaúde; 146 equipes com adesão ao Programa de Qualidade da Atenção Básica (PMAQ); 84 Propostas homologadas para reforma e ampliação de UBS; 68 municípios com o PIM implantado; 521 visitantes do PIM; 11.081 famílias, 1.546 gestantes e 12.310 crianças atendidas pelo PIM; 30.777 famílias acompanhadas pela Política de Alimentação e Nutrição; 1 ESF Quilombola (Sertão); 16 ESF Indígena (Benjamin Constant, Cacique Doble, Charrua, Constantina, Engenho Velho, Gramado dos Loureiros, Iraí, Muliterno, Nonoai, Planalto, Redentora – 3 equipes -, Rodeio Bonito, Ronda Alta e São Valério do Sul); 10 laboratórios regionais de prótese dentária; 3 Centros de Especialidade Odontológica.

#### *Ampliação e qualificação da rede de Urgência e Emergência (UPAs)*

A necessidade de criação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) justifica-se pela existência de superlotação histórica e concentrada nas emergências hospitalares em todo o Estado, pelo encaminhamento desordenado e desarticulado das urgências e emergências, bem como pela necessidade de reorganizar a rede de urgência e emergência dentro dos princípios de regionalização e descentralização do atendimento pré-hospitalar móvel com pré-hospitalar fixo.

A Secretaria Estadual da Saúde, junto com os municípios, está reestruturando toda a rede de Urgência e Emergência do Estado, a partir do fortalecimento da Atenção Básica, construção de UPAs, ampliação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e qualificação das emergências hospitalares, além da interligação entre todos esses serviços. A

construção de UPAs 24 horas integra projeto estratégico de governo, que prevê a construção de 30 unidades até o final de 2014.

Dessas, seis já foram inauguradas e estão em funcionamento (Santa Maria, Porto Alegre, Bom Princípio, Canoas, Novo Hamburgo e Vacaria); quatro estão com as obras concluídas e devem entrar em funcionamento nos próximos meses; e duas estão sendo finalizadas – as demais estão em construção, ou em fase de projeto e licitação.

Além dessas, o Ministério da Saúde habilitou mais municípios para a construção de 26 outras UPAs, elevando para 56 o número de unidades que serão colocadas em funcionamento no Estado nos próximos anos.

As UPAs são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares. Com o objetivo de diminuir as filas nas emergências dos hospitais, as UPAs funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana, e podem resolver grande parte das urgências e emergências, especialmente à noite e aos fins de semana, quando a rede básica e a Estratégia Saúde da Família não funcionam. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do SAMU, que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação. Segundo o Ministério da Saúde, a necessidade de o paciente buscar atendimento em hospital foi reduzida em 96%, em locais onde as UPAs 24 horas já estão em funcionamento.

#### *Rede Cegonha e Primeira Infância Melhor*

Desde o início do ano de 2011, a Secretaria Estadual da Saúde trabalha na construção da Rede de Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Estado, tendo como ponto de partida a discussão da Rede Cegonha. A estratégia do Primeira Infância Melhor foi abraçada, constituindo-se a primeira Rede Chimarrão.

São objetivos do projeto: criar um novo modelo de atenção ao parto, ao nascimento e à saúde da criança; criar uma Rede de Atenção que garanta acesso, acolhimento e resolutividade à mãe e ao bebê; reduzir a mortalidade materna e neonatal; garantir planejamento reprodutivo e atenção humanizada ao parto, ao abortamento e ao puerpério; garantir o direito da criança ao nascimento seguro, ao crescimento e ao desenvolvimento saudável.

No momento, planos de ação municipais com olhares regionalizados e de proposição de pactuações entre atores estão sendo construídos em todo o Estado, sendo que 400 municípios já aderiram ao processo, com mais de 99% das gestantes do SUS (103.837 gestantes) na Rede Cegonha.

Para garantir o acesso ao pré-natal de alto risco em tempo oportuno, a proposição, (refletida na Resolução CIB 203/12 e na Portaria 660/2012, de criação da tecnologia Ambulatório de Gestante de Alto Risco) é a de implantação de um modelo integrado de atenção, com a criação de ambulatórios referência para esse atendimento, matriciamento da rede de atenção e desenho de um fluxo que possa ser identificado por todos que prestam atendimento ao pré-natal no Rio Grande do Sul. O valor estimado de investimento do Estado é de R\$ 16 milhões ao ano.

O Ministério da Saúde já aprovou o plano de ação de implantação da Rede Cegonha na Região Metropolitana, com previsão de recursos para qualificação da assistência/ano de R\$ 54,7 milhões – portaria MS 1480/2012, sendo que já foram repassados R\$ 25.728.461,64. Também já foram aprovados os recursos ao pré-natal de todo o Estado com o incentivo de R\$ 5.126.702,80/ano do Ministério da Saúde e de R\$ 13 milhões/ano do Governo do Estado.

Sobre o fortalecimento da atenção primária é importante ressaltar o incentivo ao Primeira Infância Melhor (PIM), o qual desenvolve ações que impactam favoravelmente nos indicadores de qualidade do atendimento pré-natal, bem como no acompanhamento da criança e de sua família até o 6º ano de vida. A avaliação de impacto do PIM na prontidão escolar das crianças egressas revelou pais mais presentes na vida escolar e redução da vulnerabilidade para aprendizagem, especialmente nos meninos – o que representa um fator protetivo – e nas crianças cujas mães apresentam baixa escolaridade (*Offord Center for Child Studies/Canadá*). Essa estratégia adotada pelo Estado do Rio Grande do Sul, bem como a interação com as equipes de saúde da família e os agentes de saúde, está sendo reforçada em conjunto com as ações, atitudes e planejamentos no plano de ação do Estado para a Rede Cegonha/Rede Chimarrão. Até o momento, 254 municípios aderiram ao Programa, tendo sido beneficiadas 47.620 famílias em 2012. A SES priorizará, em 2013, a ampliação do atendimento às gestantes e crianças de zero a três anos, de forma a permitir um maior alinhamento com as diretrizes preconizadas pelo Projeto Rede Cegonha.

#### *Atenção Integral a Dependentes do Crack e Outras Drogas*

A expansão do uso de cocaína na forma de *crack* é um fenômeno crescente nos grandes centros urbanos e vem progressivamente interiorizando-se no Rio Grande do Sul para cidades de médio e pequeno porte. A questão do uso de drogas tem, no entanto, sido entendida de forma reducionista e estigmatizante, o que resulta em ações da mesma forma reducionistas, não resolutivas e produtoras de estigma e exclusão em relação aos usuários. A complexidade causal desse fenômeno envolve determinantes socioeconômicos e culturais, o que exige das políticas públicas respostas complexas, interdisciplinares e intersetoriais.

A estruturação da Rede de Saúde e da Linha de Cuidado para Usuários de Álcool, *Crack* e outras Drogas nos municípios e macrorregiões do RS parte da premissa de que apenas diferentes dispositivos de cuidado, funcionando de forma articulada e pactuada, são capazes de garantir aos usuários de substâncias psicoativas o acesso com qualidade e a continuidade e integralidade da atenção nos seus diversos momentos. Assim, implica a implantação de novos serviços de saúde, a qualificação dos serviços já existentes, a pactuação de fluxos nos níveis municipal e regional entre os mesmos, a articulação com as redes intersetoriais, bem como a implantação de uma política de educação permanente para os profissionais.

Para estruturar a atenção em saúde mental a SES, através do projeto estratégico "O cuidado que eu preciso", realizou trabalho georreferenciado junto com as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS). Atualmente, 241 municípios contam com linha de cuidado em saúde mental e recebem recursos financeiros do Estado, de modo que, em 2012, foram repassados R\$ 1,6 milhão para a implantação de oficinas terapêuticas, R\$ 200 mil para a composição de redução de danos e R\$ 3,42 milhões para a implantação de Núcleos de Apoio à Atenção Básica

(NAAB). Além disso, a SES repassou R\$ 3,2 milhões para Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em complementação a recursos federais, e R\$ 2 milhões para serviços residenciais terapêuticos. No total, em 2012, foram mantidos ou implantados 152 CAPS, o que representa 76% da meta proposta até o final de 2014. Os serviços hospitalares para atenção integral em Saúde Mental receberam R\$ 18,6 milhões, sendo que foram implantados 675 leitos de álcool e drogas em hospital geral.

### *Hospitais Públicos Regionais*

Historicamente, a assistência à saúde de média e alta complexidade está concentrada em Porto Alegre e em algumas cidades-polo do Estado, como Caxias do Sul, Erechim, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santo Ângelo, Santa Cruz, Santa Maria e Santa Rosa. Mesmo nesses municípios, verifica-se dificuldade de acesso em determinadas especialidades, no diagnóstico e tratamento. Além disso, mais de 60% da rede hospitalar contratada ao Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Sul é constituída de estabelecimentos privados ou filantrópicos, dificultando o processo de regulação e gestão. Dessa forma, faz-se necessário enfrentar os vazios assistenciais do Estado estruturando, nas regiões mais carentes de serviços, hospitais regionais especializados, de natureza pública, conforme a necessidade e perfil epidemiológico da região. Contudo, a implementação de hospitais é complexa, demorada e exige inúmeras negociações.

Está prevista a construção de três hospitais e a ampliação de um. No que se refere ao Hospital Regional de Santa Maria, a conclusão das obras deve ocorrer em 2013. Quanto ao Hospital Regional de Palmeira das Missões (cuja construção é de responsabilidade do gestor municipal), o projeto executivo foi concluído, e a licitação para contratação das obras encontra-se em fase de assinatura. Quanto ao Hospital Regional do Vale do Gravataí, permanece a indefinição referente ao local de implantação. A ampliação do Hospital Regional de Osório (São Vicente de Paula) segue em curso regular e deve estar concluída até abril de 2013.

### *Qualificação da Atenção Hospitalar*

Em um esforço para ampliar serviços ambulatoriais, atendimento especializado e disponibilidade de leitos, a Secretaria Estadual da Saúde (SES) vem, desde 2011, realizando ações de reorganização das referências hospitalares e ampliando seu financiamento, tendo como principal instrumento a qualificação da contratualização dos serviços prestados por hospitais e outros estabelecimentos de Saúde em todo o Rio Grande do Sul. Essa qualificação é sempre feita em cooperação com o Ministério da Saúde, que cria novas políticas de atenção secundária e terciária e repassa os valores da contratualização. Essas políticas são ampliadas por políticas estaduais que também complementam os valores com vistas a garantir viabilidade econômica para a execução das ações e serviços. Os novos contratos associam o repasse dos valores a metas quantitativas e qualitativas. Esses processos também contam com a cooperação dos municípios que executam parte das políticas e participam da gestão destas. Por fim, ocorre um processo de cooperação entre as três esferas de governo, com o diferencial de que o Estado recuperou um papel de coordenação e protagonismo na organização do Sistema Único de Saúde. Seguem exemplos de ações de qualificação da assistência hospitalar, incluindo contratualizações, convênios e repasses da Consulta Popular:

### Região Funcional 1

- Contratualização do Hospital Dom Sinésio Bohn, no município Dom Feliciano; oferta de novas especialidades (como traumatologia e urologia) no Hospital de Montenegro, a partir da ampliação em mais de 150% dos recursos estaduais e federais, e futura abertura de uma UTI com capacidade de 10 leitos; inauguração da Unidade de Cuidados Especiais Pediátricos do Hospital Municipal Getúlio Vargas, em Sapucaia do Sul, com seis leitos (incluindo um de isolamento) destinados a cuidados intensivos e semi-intensivos de crianças de zero a 14 anos; ampliação em 130% do repasse de recursos financeiros estaduais e federais ao Hospital São Francisco de Assis, de Parobé, para garantir a ampliação do atendimento, especialmente de cirurgias eletivas; ampliação em 200% do valor da contratualização com o Hospital São Jerônimo, que passou a ser referência regional para as especialidades de gineco/obstetrícia, oftalmologia, otorrinolaringologia, proctologia, urologia, cirurgia vascular e cirurgia geral; reabertura do Hospital Independência, em Porto Alegre, com 100 leitos pelo SUS (sendo dez de UTI), que receberá um aporte mensal do Tesouro Estadual de R\$ 250 mil para custeio das ações realizadas; oferta da cirurgia para implante de estimulador cerebral profundo em paciente com a Doença de Parkinson pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), por meio de convênio com a SES e com investimento de aproximadamente R\$ 835 mil como complementação para a importação dos materiais; assinatura de convênio de R\$ 442,5 mil para reforma e ampliação do prédio do Hospital Nossa Senhora do Carmo, de Tapes; repasse de R\$ 793 mil da Consulta Popular para a reforma do Centro de Material Esterilizado e Centro Obstétrico do Hospital Padre Jeremias, de Cachoeirinha; tramitação de contratos que irão aumentar as internações e o atendimento ambulatorial dos hospitais de Santo Antônio da Patrulha e de Viamão.

### Região Funcional 2

- Contratualização do Instituto de Saúde e Educação Vida (ISEV), de Taquari, para consultas e cirurgias em traumatologia e ortopedia, otorrinolaringologia, cirurgia geral, oftalmologia e cirurgia vascular para 37 municípios do Vale do Taquari; assinatura de convênio de R\$ 414.426,50 para a conclusão da nova ala oncológica do Hospital Ana Nery, em Santa Cruz do Sul, que é referência na área, com 92% dos atendimentos realizados pelo SUS; assinatura de convênio de R\$ 650 mil, com o Hospital de Estrela, para a aquisição de equipamentos (microcâmera de alta resolução completa para cirurgias por vídeo, bisturi ultrassônico, aparelho de fototerapia para tratamento de icterícia neonatal e equipamento de raio-X convencional); inauguração de nova Área de Internação Geriátrica no Hospital de Caridade São Roque, em Dois Lajeados; repasse de R\$ 370 mil da Consulta Popular, para o Hospital de Rio Pardo, para reforma da UTI e aquisição de equipamentos.

### Região Funcional 3

- Oferta de novo serviço de referência em radioterapia pelo SUS, pelo Hospital Tacchini, de Bento Gonçalves, para a população dos 48 municípios da Serra Gaúcha que integram a 5ª CRS; inauguração de 10 novos leitos de UTI adulto, a partir de investimento do Estado, no Hospital Pompéia, de Caxias do Sul; assinatura de convênio de R\$ 1,2 milhão

com o Hospital Nossa Senhora da Oliveira, no município de Vacaria, para a compra de equipamentos e materiais para o setor de hemodiálise; firmatura de convênio de R\$ 400 mil com o Hospital de Nova Petrópolis para a construção do novo bloco cirúrgico, com área total de 585 m<sup>2</sup>; firmatura de convênio de R\$ 200 mil com o Hospital São Pedro, de Garibaldi, para a reforma do bloco cirúrgico, central de materiais esterilizados e ala de internação SUS; o Hospital Geral de Caxias do Sul passou a oferecer cirurgias reparadoras para portadores de HIV, tornando-se referência estadual nesse serviço, inaugurou serviço de ressonância magnética, com recursos estaduais da ordem de R\$ 1,2 milhão e garantiu, por meio de convênio de R\$ 500 mil com a SES, a compra de equipamentos como reveladora digital, aparelho para o teste da orelhinha, máquina de hemodiálise, respiradores para as UTI adulto e neonatal, entre outros.

#### Região Funcional 4

- Início da reforma de ampliação do Hospital de Osório, que tem características de regional, aumento da oferta de serviços e inauguração da ala psiquiátrica, com 12 leitos; inauguração do primeiro serviço de referência em neurocirurgia, para pacientes de toda a região do Litoral Norte, no Hospital Santa Luzia, de Capão da Canoa; ampliação de recursos para o Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, em Torres; ampliação do atendimento do Hospital Tramandaí, que passou a contar com emergência 24 horas, emergência em traumatologia que é referência em média complexidade para nove municípios da região, UTI Neonatal, ambulatório de gestante de alto risco e ambulatório de acompanhamento de egressos de UTI Neonatal, tornando-se referência para o atendimento de gestantes de alto risco no Litoral Norte.

#### Região Funcional 5

- Assinatura de convênio de R\$ 1,5 milhão para reforma da estrutura física da UTI Neonatal do Hospital São Francisco de Paula, em Pelotas; firmatura de convênio de R\$ 300 mil para reforma do Pronto Socorro, em Pelotas; liberação de R\$ 540 mil, da Consulta Popular, para a aquisição de equipamentos hospitalares para o Hospital de São Lourenço do Sul; qualificação do contrato e ampliação de recursos para o Hospital São Francisco, de São José do Norte; repasse de R\$ 260 mil da Consulta Popular para aquisição de equipamentos no Hospital de Jaguarão.

#### Região Funcional 6

- Qualificação de contrato com o Hospital Universitário de Bagé, com aumento de recursos e aumento de atendimentos de urgência, consultas e exames, de 600 para 21.480 procedimentos; qualificação de contrato e ampliação da quantidade de atendimentos prestados pelo SUS pela Santa Casa de Caridade, de Dom Pedrito; aumento de recursos em novo contrato com a Santa Casa de Caridade de São Gabriel, que passou a ser referência de otorrinolaringologia (incluído fonoaudiologia) e urologia a 11 municípios da região; contratualização com a Santa Casa de Misericórdia, de Santana do Livramento, no valor anual de R\$ 4,2 milhões para os serviços hospitalares e R\$ 2,3 milhões para os serviços ambulatoriais.

#### Região Funcional 7

- Renovação de contrato com o Hospital de São Luiz Gonzaga, referência na região, com aumento de 42% de recursos em relação ao anterior, garantindo ampliação de procedimentos cirúrgicos, atendimento de urgência, consultas especializada e exames de radiologia e ultrassonografia, além de novos serviços, como exames de tomografia e hemoterapia, de alta complexidade.

#### Região Funcional 8

- Contratualização do Hospital de Caridade Alcides Brum, de Santa Maria, com disponibilização de 130 leitos e outros nove, de UTI, que estão em fase final de instalação; inauguração do Centro de Terapia Intensiva (CTI) do Hospital de Caridade de Santiago, com dez leitos; disponibilização de Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurologia/Neurocirurgia, de abrangência regional, com capacidade de 200 atendimentos por dia, no Hospital de Caridade e Beneficência de Cachoeira do Sul; assinatura de convênio de R\$ 180 mil com o Hospital Nossa Senhora da Piedade, de Nova Palma, para ampliação dos atendimentos de baixa e média complexidade, atendendo a demanda de pacientes do Município, além de outros que precisariam ser encaminhados para Santa Maria.

#### Região Funcional 9

- Repasse de R\$ 600 mil da Consulta Popular para a ampliação do Hospital Santa Terezinha, de Erechim; firmatura de convênio de R\$ 400 mil com o Hospital São Sebastião, de Espumoso, para a compra de equipamentos, incluindo um sistema de digitalização de imagens radiográficas; assinatura de convênio de R\$ 400 mil para a aquisição de equipamentos para o centro de emergência do Hospital São João, de Sananduva; repasse de R\$ 200 mil da Consulta Popular para o Hospital São Roque, de Getúlio Vargas, para aquisição de equipamentos, como aparelho de ultrassom colorido e equipamento para o exame de densitometria óssea.

#### *Regulação Hospitalar*

A Secretaria Estadual da Saúde realiza a regulação do acesso aos leitos de UTI Neonatal, Pediátrico e Adulto, mediante a solicitação recebida da unidade de saúde que não oferta leitos de terapia intensiva ou não dispõe de vaga no momento. A equipe médica da Central Estadual de Regulação Hospitalar (CRH/RS) classifica o risco, através de informações acerca das condições clínicas e exames complementares e procura, na rede do SUS, pelo serviço que atenda as necessidades do paciente. Identificada a vaga, o leito é reservado e disponibilizado ao hospital solicitante. Além disto, a CRH/RS regula o acesso a procedimentos traumatológicos, internações em saúde mental e situações de internação em leito clínico/cirúrgico que demandem procedimentos especiais, não disponíveis no serviço hospitalar de referência para as mesmas. O total de internações reguladas pela CRH/RS vem demonstrando tendência ascendente, processo que deverá ser intensificado com a adoção da obrigatoriedade do processo regulatório para ocupação dos leitos de UTI. Em 2009, foram reguladas 7.265 internações hospitalares no Estado;

em 2010, 9.574 internações; em 2011, 9.955 internações; e, em 2012, foram reguladas 10.339 internações.

A regulação do acesso a leitos cirúrgicos ainda está sendo estruturada pelo Estado. Atualmente, é realizada diretamente pelos serviços de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde (SMS), com auxílio das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) e de centrais de leitos municipais de cidades-polo para esse tipo de atendimento.

#### *Regulação Ambulatorial*

A Central Estadual de Regulação Ambulatorial foi implantada em 2011, com a finalidade de planejar a implantação do processo de regulação do acesso aos procedimentos ambulatoriais definidos no seu âmbito de responsabilidade, conforme pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS). A Central funciona no Complexo Regulador Estadual, junto ao Hospital Sanatório Partenon. O processo foi mantido em 2012, com a regulação do acesso às primeiras consultas médicas especializadas contratadas em Porto Alegre, o que representa um terço da oferta do Estado, e com a regulação do acesso aos serviços de reabilitação em todo o Rio Grande do Sul.

O processo de marcação de consultas começa nas unidades de saúde do SUS, onde o médico avalia a necessidade de encaminhamento do paciente a uma avaliação especializada. A solicitação é encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que cadastra o pedido no sistema informatizado e realiza o agendamento, na disponibilidade de cotas municipais. As demais solicitações são avaliadas, classificadas segundo a gravidade e agendadas pela Central Estadual de Regulação Ambulatorial (CRA/RS).

Em 2012, foram agendadas 119.628 consultas médicas especializadas através do sistema informatizado de regulação. Além disso, várias medidas de qualificação da lista de espera e de otimização da oferta foram adotadas, com impacto na redução do déficit oferta/demanda para consultas especializadas.

#### *Política de Tecnologia da Informação no SUS do RS*

O projeto estratégico “Saúde Inteligente” tem o objetivo de modernizar a Rede Estadual de Saúde, a partir da gestão de Tecnologia da Informação (TI), com a implantação do sistema inteligente de gestão em saúde. A meta, até o final de 2014, é implantar o referido sistema na microrregião de Passo Fundo, e estruturar a rede de atendimento do SUS em gestão de TI, com o acesso das demais regiões.

#### *Política de Assistência Farmacêutica*

A ampliação do acesso a medicamentos essenciais no SUS se constituiu em grande desafio desta gestão. Com a contratação emergencial de técnicos de nível superior e redesenho dos fluxos internos de trabalho, foram alcançados resultados significativos como a redução do tempo de avaliação dos processos para até 30 dias (meta pactuada desde 2005 com o Ministério Público Estadual) e o aumento do número de tratamentos dispensados por mês, de 50.000, em janeiro/2011, para 65.000, em setembro/2012, o que representa 30% de ampliação do acesso a



estes medicamentos. A otimização da logística contribuiu para o alcance destes resultados, por meio da melhoria nos processos de controle de estoque e distribuição de medicamentos, destacando-se a contratação de operador logístico para transporte ágil dos medicamentos da SES com segurança e qualidade para os 496 Municípios do Estado.

A **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)**, através de suas subdivisões, serve de referência à vigilância epidemiológica e sanitária do SUS no Rio Grande do Sul, além de ser a Coordenadora da Hemorrede Pública do Estado. Tem como objetivos sociais a produção de medicamentos, produtos e serviços relacionados à saúde, com fornecimento prioritário ao SUS. A Fundação apoia programas de saúde, realizando pesquisas e desenvolvimento de produtos, assessora projetos e proporciona treinamento e capacitação de técnicos e estudantes.

A FEPPS é uma instituição vinculada à Secretaria Estadual da Saúde, criada em 1994 para administrar várias instituições de saúde, a partir de uma reorganização do setor. Fazem parte da área técnica da Fundação: o Instituto de Pesquisas Biológicas – Laboratório Central do Estado (IPB/LACEN); o Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT); o Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul (LAFERGS); o Centro de Informação Toxicológica (CIT); e o Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul (HEMORGS).

A FEPPS promove o estímulo à pesquisa laboratorial, biotecnológica e genética para a qualificação do diagnóstico de doenças, e incentiva a difusão de trabalhos técnicos e científicos, divulgando resultados das pesquisas desenvolvidas. Atualmente 41 projetos de pesquisa são fomentados e supervisionados na Fundação.

Em termos gerais, a FEPPS está implementando um sistema de gestão da qualidade com base na melhoria continuada, tendo como princípios a eficiência e a eficácia dos processos. Esse trabalho iniciou apoiado no Diagnóstico Organizacional realizado em parceria FEPPS e PROCERGS. Em outra ponta foi implementado um programa de melhoria das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sendo iniciada com a modernização do *Site* Institucional da FEPPS, o planejamento e a implementação da reestruturação da rede de Tecnologia de Informação (TI). Nesse caso, foram realizadas a substituição, bem como a ampliação dos equipamentos de informática e a ampliação da capacidade de tráfego de rede.

Na sequência, foi desenvolvido um estudo do sistema crítico do fluxo de processos administrativos, que resultou na edição do Manual de Fluxos Administrativos. O objetivo foi de uniformizar os procedimentos, promover a melhoria e aumentar a rapidez no andamento dos expedientes na FEPPS. Outra ação importante foi a criação de Comissão de Bem-Estar e Segurança do Trabalho, que promoveu uma pesquisa inédita sobre clima organizacional, com o objetivo de fotografar a situação presente e orientar ações de melhoria futuras. Ainda nesse exercício, foi criada a Comissão de Planejamento Estratégico da FEPPS, que visa integrar, organizar e otimizar as atividades administrativas e técnicas da Instituição, com base na metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC). Dessa forma, a FEPPS ficará mais integrada e alinhada às políticas de Saúde Pública do Governo do Estado.

O IPB/LACEN tem como missão ser referência à Vigilância em Saúde, atendendo ao Sistema Único de Saúde nas políticas e programas, realizando análises laboratoriais, desenvolvendo ações, diagnóstico, pesquisa e controle de qualidade de produtos e serviços. No que diz respeito às análises laboratoriais em vigilância em saúde, o IPB-LACEN atende os procedimentos do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, trabalhando em parceria com as Vigilâncias em Saúde. Em 2012 foram realizados 694.377 exames laboratoriais em Vigilância Epidemiológica, Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária, além de 14.631 testes de HIV.

Conforme convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado, o CDCT/FEPPS realiza testes de paternidade/maternidade. Ao longo de 2012, foram realizadas 3.896 análises de DNA, com relevante repercussão social. Quanto ao fortalecimento da infraestrutura da FEPPS e conclusão da obra do CDCT, a obra civil está finalizada, restando a execução da segunda e terceira fases, com a instalação do sistema de ar ultrapurificado para ambientes limpos, dos elevadores e a instalação e calibração dos equipamentos. A inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2013. O CDCT também vem realizando e estimulando a pesquisa laboratorial, biotecnológica e genética para a qualificação do diagnóstico de doenças, disponibilizando produtos e serviços na área de experimentação animal e análises de sequência de DNA. No decorrer de 2012, foram produzidos 46.077 animais para experimentação.

O LAFERGS tem como objetivo produzir medicamentos com padrão de qualidade cumprindo as Boas Práticas de Fabricação, atendendo às Políticas Públicas de Assistência Farmacêutica. Atualmente o Laboratório está desenvolvendo as atividades necessárias à sua retomada, buscando o alinhamento com as políticas públicas do Ministério da Saúde.

O CIT tem por objetivo principal prestar assessoria e orientação frente a acidentes tóxicos, em caráter de emergência e em regime de plantão permanente (24 horas/dia) a profissionais de saúde que viabilizam e otimizam o atendimento (diagnóstico e tratamento) de pacientes vitimados por exposições químicas em geral (exposições por substâncias potencialmente tóxicas, contaminação por pesticidas agrícolas ou domésticos, substâncias químicas de uso doméstico ou industrial, plantas tóxicas, animais peçonhentos, medicamentos de uso humano ou animal, drogas lícitas e ilícitas ou qualquer outro agente potencialmente tóxico).

O CIT ainda presta atendimento médico permanente em casos de intoxicação, disponível para Unidades Básicas de Saúde e Hospitais Municipais na área de emergência médica e de apoio diagnóstico, possibilitando o tratamento precoce, diminuindo sequelas e risco de vida à população. Ao longo de 2012 foram realizados 20.035 atendimentos tóxicos e 8.248 análises toxicológicas.

O Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul disponibiliza e garante o fornecimento de sangue e hemocomponentes com qualidade aos leitos do Sistema Único de Saúde. A Hemorrede Pública do Estado atende em torno de 40% da demanda dos leitos SUS/RS, sendo o restante atendido pelos Bancos de Sangue Públicos da Santa Casa, Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e Hospital de Clínicas e complementados pelo setor privado contratado pelo SUS. O Hemocentro também desenvolve atividades de ensino, treinamento, pesquisa e assistência.

No que tange à Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue, o HEMORGS é responsável pela Clínica Hematológica do Estado, referência para o atendimento a 1.300 pacientes hemofílicos e portadores de coagulopatias. Foram realizados 3.107 atendimentos na Clínica Hematológica em 2012.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SES	Educação e pesquisa em saúde coletiva	Política estadual de incentivo à pesquisa
SES	Educação e pesquisa em saúde coletiva	Educação permanente em saúde
SES	Educação e pesquisa em saúde coletiva	Política estadual de residência integrada em saúde
SES	Educação e pesquisa em saúde coletiva	Educação a distância
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Cofinanciamento das ações de saúde
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Política de enfrentamento aos desastres ambientais
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Fortalecimento da infraestrutura do SUS no RS
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Fortalecimento da infraestrutura do nível central e regional da SES
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Plano de ação de saúde para a Copa do Mundo 2014
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Fortalecimento das instâncias de participação social e pactuação no SUS
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Fortalecimento da auditoria do SUS no RS
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Implantação/implementação da ouvidoria do SUS no RS
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Institucionalização do planejamento, monitoramento e avaliação do SUS
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Gestão de tecnologia da informação
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Atendimento das ações judiciais
SES	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Gerenciamento financeiro do SUS
SES	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Fortalecimento da atenção básica
SES	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Implantação de linhas de cuidado: mãe-bebê; criança; adolescente; mulher; homem; idoso; bucal; mental; DST/AIDS; PAN; PIM; populações vulneráveis
SES	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Ampliação e qualificação da atenção secundária e terciária: regulação do acesso
SES	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Ampliação e qualificação da atenção secundária e terciária: rede de urgência e emergência
SES	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Ampliação e qualificação da atenção secundária e terciária: centros de especialidades/referências, de diagnóstico e tratamento
SES	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Ampliação e qualificação da atenção secundária e terciária: assistência complementar
SES	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Ampliação e qualificação da vigilância em saúde
SES	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Ampliação e qualificação da atenção secundária e terciária: serviços próprios
SES	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Ampliação e qualificação da assistência farmacêutica
FEPPS	Educação e pesquisa em saúde coletiva	Política de incentivo à pesquisa da FEPPS
FEPPS	Educação e pesquisa em saúde coletiva	Ações de qualificação e capacitação em saúde
FEPPS	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Descentralização das ações de vigilância em saúde e de análises laboratoriais
FEPPS	Gestão, financiamento e infraestrutura do SUS	Fortalecimento da infraestrutura da FEPPS
FEPPS	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Análises laboratoriais em vigilância em saúde
FEPPS	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Ações em vigilância toxicológica
FEPPS	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Segurança transfusional e qualidade do sangue
FEPPS	Qualificação da rede de atenção à saúde no RS	Retorno à produção de medicamentos pelo LAFERGS

## Segurança Pública

A **Secretaria da Segurança Pública (SSP)** tem entre as suas principais atribuições a garantia da ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança, a promoção de ações e políticas de inteligência, prevenção, contenção e repressão da macrocriminalidade, crime organizado e controle de armamentos, bem como a administração do serviço penitenciário. As diretrizes estabelecidas na Pasta norteiam as atividades desenvolvidas pelas suas instituições vinculadas: **Brigada Militar (BM)**, **Polícia Civil (PC)**, **Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)** e **Instituto-Geral de Perícias (IGP)**.

A atuação programada para a Secretaria no período 2012-2015 tem como prioridades:

- Reestruturação do sistema penitenciário gaúcho, com geração de vagas prisionais em face do alto déficit (8.000), com decorrente valorização e qualificação dos servidores penitenciários – promovendo a dignidade humana no cumprimento de pena, condição básica para desenvolver programas e ações de inclusão social e cidadania.
- Incentivo à aplicação de penas alternativas à prisão para os crimes de menor potencial ofensivo e busca de soluções tecnológicas substitutivas do encarceramento, mediante o uso racional de monitoramento eletrônico.
- Implementação do Programa Estadual de Segurança Cidadã (PROESCI), na mesma dinâmica do Programa Nacional (PRONASCI), através de políticas transversais com inserção do Estado nos territórios mais violentos, e intenso envolvimento comunitário e dos municípios. Essa política prevê a implementação de ações simultâneas de repressão policial e de implantação de programas públicos de saúde, educação, cultura e esportes, entre outros, para combater as causas e as consequências da criminalidade.
- Incremento da integração entre todos os órgãos da Segurança Pública, especialmente Brigada Militar e Polícia Civil, para, conjuntamente com o Ministério Público, qualificar o processo penal para soluções jurisdicionais mais justas e eficazes.

Tendo como orientação essas prioridades, os dados e informações a seguir referem-se às principais ações e projetos desenvolvidos pela SSP e instituições vinculadas durante o ano de 2012, abordados segundo os temas tratados nos Programas relativos à área da Segurança Pública no Plano Plurianual 2012-2015 – Administração e Modernização do Sistema Prisional; Prevenção e Repressão à Criminalidade; e Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (RS na Paz).

O Programa Administração e Modernização do Sistema Prisional, sob a responsabilidade da **Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)**, tem como objetivo buscar a recuperação da condição de cidadão do apenado em uma perspectiva socializadora, mantendo-se a educação, capacitação profissional e trabalho, assim como a sistemática de assistência e tratamento penal, tanto aos recolhidos como aos egressos e familiares e, em consequência, promovendo uma redução dos níveis de reincidência criminal e beneficiando a sociedade como um todo. Nesse sentido, são desenvolvidas ações relacionadas com a administração do sistema prisional, a formação e qualificação dos servidores da SUSEPE e a geração e recuperação de vagas no sistema prisional, cujos principais resultados em 2012 são relacionados a seguir.

No que respeita à administração prisional, com vistas ao provimento dos meios necessários para a manutenção, qualificação, adequação e funcionamento do sistema prisional destacam-se:

- Aquisição de armas e equipamentos de proteção individuais (73 pistolas calibre .40, 187 espingardas calibre .12, 10 carabinas, 2 submetralhadoras); 30 detectores de metais (15 portais e 15 bancadas); 64 microcomputadores para a modernização do Sistema Prisional; 20 centrais telefônicas para os maiores estabelecimentos prisionais do Estado.
- Instalação do sistema de biometria no Presídio Regional de Passo Fundo: equipamento leitor de impressões digitais que registra os dados de identificação apresentados, com foto e horários (de saída e de retorno) autorizados/registrados, tanto de apenados quanto de visitantes.
- Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC): implantação de sistema de cadastro e controle de acesso de pessoas (identificação, cadastro, revista em detector de metais e verificação de bolsas no aparelho de RX de todas as pessoas que entram na Penitenciária) e instalação de bloqueador de celular e sistema inteligente de videomonitoramento.
- Implantação de sistemas de videomonitoramento nos Presídios Estaduais de Carazinho, Frederico Westphalen, Iraí e Sarandi, mediante instalação de 16 câmeras com sensor infravermelho e um gerador autônomo de energia em cada estabelecimento, a fim de realizar monitoramento 24 horas por dia.
- Início de operação (setembro de 2012) do novo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN-RS), desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) nos últimos quatro anos, em substituição aos Sistemas CIA e INFOPEN, em todos os estabelecimentos prisionais do Estado, inclusive para controle de presos, policiais civis e militares, constituindo-se em ferramenta essencial para as atividades de administração prisional, controle legal, registro de movimentação, entre outras; aquisição de 124 kits INFOPEN-RS, compostos de computadores, impressoras, *switches*, *webcams*, *scanners* de impressões digitais, entre outros.
- Aquisição de 3.500 peças de uniforme para os servidores penitenciários (2.500 camisetas e 1.000 calças).
- Aquisição de 12 viaturas xadrez Ducato, com capacidade para seis presos e seis agentes, equipadas com radiotransmissores e videomonitoramento, além de um sistema de segurança diferenciado; cinco viaturas administrativas Prisma 1.4; 22 mini vans para transporte de dois presos; 11 veículos tipo furgão para transporte de oito presos; 16 sedans para cinco pessoas; quatro mini vans para cinco pessoas.

Através das atividades voltadas para a formação e qualificação dos servidores da SUSEPE, foram capacitados/qualificados 515 servidores, em 2012, em cursos, palestras, seminários e encontros realizados nas diversas regiões penitenciárias do Estado, compreendendo, entre outras iniciativas:

- Capacitação de 24 servidores nos cursos realizados pelo Departamento de Ensino e Treinamento (DET), nos seguintes temas: Saúde do Homem e da Mulher, Combate a Incêndio, Neuroaprendizagem, Nutrição e Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho.
- Realização de cursos para a qualificação de servidores penitenciários sobre temas diversos, em várias localidades, como segue: Cursos de Intervenção Prisional Módulo I e de Capacitação de Multiplicadores de Direitos – DPU (em Charqueadas); Cursos de Justiça Restaurativa, de Práticas Restaurativas – 2ª Fase, Capacitação de Agentes Públicos para implementação da Lei Maria da Penha – Ano II, Turma I, Novo Sistema INFOPEN-RS, Habilitação para o uso das armas de fogo pistola TAURUS PT 100 PLUS Cal. 40 e pistola TAURUS PT 24/7, Decisão de Tiro Armas e Munição Letais e Não-letais, Formação para Corregedores Penitenciários (em Porto Alegre); Habilitação para o uso da arma de fogo espingarda cal. 12 (em Canoas); Cinofilia – Módulo I (em Arroio do Meio); Mediação de Conflitos e Gerenciamento de Crises (em Caxias do Sul, Osório, Passo Fundo, Porto Alegre e Santana do Livramento); Curso Básico de Operações Penitenciárias (em Passo Fundo).

A geração e recuperação de vagas no Sistema Prisional, uma das prioridades a ser equacionada, compreende o desenvolvimento e a execução de projetos de construção, recuperação, reforma e adequação de estabelecimentos prisionais, nas diferentes situações de recolhimento neste sistema, destacando-se, em 2012:

- Utilização de tornozeleira eletrônica: em andamento, a assinatura do contrato de 60 meses com a empresa vencedora de licitação, inicialmente para até 400 presos (no primeiro semestre de 2013), e mais 600 presos, no segundo semestre. Nos anos subsequentes, podem ser utilizadas até 4.000 tornozeleiras, com possibilidade de aumento anual de 1.000 dispositivos.
- Construção/recuperação de um total de 2.295 vagas no Sistema Prisional compreendendo, especialmente:
  - Construção de cela para seis presos dentro do Anexo do Presídio Estadual de Camaquã, utilizando mão de obra prisional.
  - Construção do quinto Módulo de Vivência na Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas, com uma área total de 4.650,24 m<sup>2</sup>, e geração de 500 vagas prisionais.
  - Recebimento provisório do quinto Módulo de Vivência na Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro, com geração de 500 vagas prisionais.
  - Construção de mais um Módulo na Penitenciária de Santa Maria, com geração de 430 vagas prisionais.
  - Construção de celas para 36 presos no Presídio Estadual de São Borja, com recursos do Conselho da Comunidade.
  - Construção de um anexo para presos dos regimes semiaberto e aberto na área do Presídio Estadual de Guaporé, com capacidade para 39 apenados, com utilização exclusiva de mão de obra prisional de 20 apenados, contando com o apoio do Poder Judiciário das Comarcas de Guaporé e Casca, do Conselho da Comunidade e das

prefeituras municipais de Guaporé, Casca, Serafina Correa, Dois Lajeados, São Valentim do Sul e União da Serra sendo que, além do albergue, foram construídas também três salas de aula com capacidade para 20 alunos cada.

- Construção de um alojamento para mais 22 presos no Instituto Penal de Uruguaiana, com utilização integral de mão de obra prisional, custeada com verba da Justiça Federal, do Juizado Especial Criminal (JECrim) e do Conselho da Comunidade.
- Reforma dos alojamentos A e B do Instituto Penal Padre Pio Buck, em Porto Alegre, com recuperação de 52 vagas e geração de 26 vagas prisionais.
- Adaptação do antigo Pavilhão de Trabalho do Albergue de Caxias do Sul em alojamento, com geração de 12 vagas prisionais, utilizando verba do Conselho da Comunidade.
- Reforma do Instituto Penal de Pelotas, com verba da SUSEPE.
- Adaptação do antigo Pavilhão de Trabalho em Anexo para presos dos regimes semiaberto e aberto, no Presídio Estadual de São Francisco de Assis, com verba do Poder Judiciário.

Buscando disponibilizar os meios para proporcionar inclusão social com cidadania e assistência aos presos, egressos e familiares, podem ser destacadas, em 2012, as seguintes iniciativas:

- Realização de classificação dos presos e individualização da Execução Penal: classificação de 8.439 presos em 56 estabelecimentos prisionais (de uma população carcerária total de 12.722 indivíduos); inauguração, no Presídio Central de Porto Alegre (abril/2012), de uma galeria com celas específicas para travestis, com capacidade de abrigar 44 pessoas, como parte da Política de Atenção à Diversidade Sexual, da SUSEPE, a qual prevê, ainda, a realização de cursos profissionalizantes e oficinas.
- Aquisição de 15.000 uniformes para presos, a fim de padronizar a vestimenta nos estabelecimentos prisionais e diferenciar presos trabalhadores daqueles em cumprimento de pena, com cortes específicos para a população masculina e feminina.
- Realização de ações para a promoção das atividades laborais, educacionais e profissionalizantes dos presos: assinatura de Protocolo de Ação Conjunta (PAC) entre a SUSEPE e a Construtora OAS Ltda. (abril/2012) para utilização de mão de obra prisional na construção da Arena do Grêmio (exercendo atividades de servente de obra, carpinteiro, armador, montador e pedreiro), com participação inicial de 20 apenados do Instituto Penal de Viamão, de regime semiaberto, podendo esse número ser ampliado conforme a necessidade; implantação do Cartão Reinserção BANRISUL entre a SUSEPE e diversas instituições públicas e privadas para efetivar a remuneração do trabalho prisional; assinatura de Protocolo de Ação Conjunta entre a SUSEPE e a empresa Efraim Ecologic Comércio de Tijolos Ecológicos Ltda., visando à utilização de mão de obra de 361 presos, com vagas distribuídas entre a Penitenciária Modulada Estadual de Osório (100), Penitenciária Estadual do Jacuí (180) e Colônia Penal Agrícola de Charqueadas (81).

- Assistência à saúde dos presos mediante implantação de Equipes Municipais de Saúde Prisional pelo Sistema Único de Saúde (SUS), junto a estabelecimentos prisionais: Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba – para atendimento de 212 presas; Presídio Regional de Santa Cruz do Sul – para atendimento de 494 presos (parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura do município), com inauguração, em abril de 2012, do ambulatório do Presídio, com enfermaria, consultório e gabinete odontológico, onde atuarão 12 profissionais, entre médicos, enfermeiros, psicólogos, dentistas e agentes de ação social; Presídio Regional de Pelotas – para atendimento de 935 presos; Presídio Estadual de Rio Grande – para atendimento de 902 presos; Presídio Estadual de Santo Cristo – para atendimento de 75 presos; Presídio Estadual de Santo Ângelo – para atendimento de 338 presos; Penitenciária Modulada Estadual de Ijuí – para atendimento de 612 presos.
- Capacitação – pela SUSEPE, em parceria com a Secretaria da Saúde – das equipes de saúde prisional que atendem o Complexo de Charqueadas e unidades prisionais de Porto Alegre, sob o tema “Segurança e Saúde”, com o objetivo de fortalecer ações que garantam adesão e continuidade do tratamento em saúde nas instituições prisionais.
- Aquisição de um gabinete odontológico completo para o Instituto Psiquiátrico Forense.

Frente à relevância que o crime nas ruas assume na configuração social brasileira, torna-se cada vez mais necessário o aprimoramento dos métodos de gestão e de controle, coordenação das ações dos órgãos de segurança pública e seu adequado aparelhamento, a fim de possibilitar a execução efetiva das políticas públicas estabelecidas para essa área, no Estado. É, assim, objetivo do Programa Prevenção e Repressão à Criminalidade prevenir e reprimir a criminalidade com maior agilidade, eficiência e eficácia, mediante ações específicas, controle gerencial de indicadores, adoção de procedimentos operacionais dos órgãos de segurança pública, potencializados pela recomposição de recursos humanos e de infraestrutura necessários ao implemento das atividades, e a estruturação das áreas de inteligência e estratégia. Os principais resultados obtidos em 2012, nesse sentido, nas diversas áreas de atuação da SSP e de suas Instituições vinculadas, são apresentados a seguir.

A qualificação do atendimento à saúde dos servidores da SSP e de seus familiares, tanto por meio da administração e instrumentalização das estruturas orgânicas, como de políticas de valorização do bem-estar físico e mental dos mesmos, desenvolvida por meio da administração da área de Saúde da Secretaria da Segurança Pública, apresenta, como principais iniciativas em 2012:

- Prestação de 104.367 atendimentos a servidores da Brigada Militar e de 31.959 atendimentos a servidores da Polícia Civil, entre Policlínicas, Hospitais e Serviço de Assistência Social.
- Aquisição de equipamentos para os Hospitais da Brigada Militar (Porto Alegre e Santa Maria – HBM/PA e HBM/SM) e Policlínicas da Brigada Militar: dois eletrocautérios para o HBM/PA, para atendimento dos servidores e seus dependentes; instalação da rede de gases medicinais para o HBM/PA, a ser utilizada no tratamento dos pacientes internados; aquisição de um aparelho de TV LCD 40”, 15 aparelhos de ar-condicionado *split* e 13 conjuntos Odonto completos para a Policlínica Odontológica (Porto Alegre);



aquisição de três seladoras manuais para as Policlínicas da BM (Porto Alegre); aquisição de um monitor portátil multiparâmetro sem carpinografia (Santa Maria).

Com o objetivo de proporcionar um melhor atendimento ao público, a ação voltada para a formação e qualificação dos servidores da Secretaria da Segurança Pública e suas instituições vinculadas se desenvolveu mediante a realização de cursos, palestras, seminários e encontros de formação e qualificação, no decorrer de 2012, como segue.

#### **Brigada Militar:**

- Formação e ingresso de 2.169 novos soldados na Brigada Militar.
- Qualificação de 35.430 servidores em diversos cursos abrangendo os seguintes temas: Formação de Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD); Especialização de Praças para Cinotecnia; Policiamento Tático com Motocicletas; Curso Técnico de Segurança Pública 2011/2012(CTSP); Curso de Condutores de Veículo de Emergência da Brigada Militar; Curso de Operador *Taser*; Atualização de Condutor de Veículo de Emergência da BM; Curso de Capacitação Policial Militar; Curso de Qualificação Profissional (CQP/2012); Estágio de Readaptação – Corpo de Voluntários Militares Inativos (CVMI – Tenentes); Estágio de Readaptação CVMI – Praças; Curso de Piloto Comercial de Helicóptero; Curso Básico de Administração; Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM); Curso de Identificação e Mobilização; Curso de Tripulante Operacional; Formação de Adestreadores de Cães; Instrutor de Defesa Pessoal; Instrutor no Mar; Curso de Proteção de Dignitários.
- Capacitação de 34 servidores em cursos realizados pelo Departamento de Ensino e Treinamento (DET) com carga horária de 8 horas/aula, nos seguintes temas: Saúde do Homem e da Mulher; Combate a Incêndio; Neuroaprendizagem; Nutrição; Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho.
- Capacitação de 315 servidores em curso de Promotor de Polícia Comunitária realizado pelo Departamento de Ensino e Treinamento (DET) – 40 horas/aula, nos municípios de Alvorada, Bento Gonçalves, Cruz Alta, Esteio, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul.

#### **Polícia Civil:**

- Formação de 772 servidores nos cursos de Inspectores de Polícia – 46ª e 47ª Turmas e Escrivães de Polícia – 46ª e 47ª Turmas.
- Capacitação de 1.344 servidores, com os seguintes cursos: Polícia Judiciária nos Territórios de Paz; Edição de Áudio, Vídeo e Imagens; Atualização da Polícia Judiciária nos Crimes Eleitorais; Sistema Informatizado de Polícia Judiciária; Inteligência Policial; Planejamento de Ações Policiais; Revisão de Técnicas Policiais; Seminário Estadual Polícia Civil - "A instituição em preto e branco".
- Capacitação de 716 servidores para a Copa do Mundo.
- Capacitação de 877 servidores em cursos realizados pelo Departamento de Ensino e Treinamento (DET), com carga horária de 8 horas, nos seguintes temas: Saúde do Homem e da Mulher; Combate a Incêndio; Neuroaprendizagem; Nutrição; Relações

Interpessoais no Ambiente de Trabalho; Carteira Social; Felicidade no Trabalho; Planejamento e Gestão no Serviço Público; 2º Encontro de Servidoras da Segurança Pública; Multiplicador de Combate ao *Crack*; Redes de Atenção e Cuidado; Abordagem Policial.

- Capacitação de 115 servidores em curso de Promotor de Polícia Comunitária realizado pelo Departamento de Ensino e Treinamento (DET) – 40 horas/aula, nos municípios de Alvorada, Bento Gonçalves, Bento Gonçalves, Cruz Alta, Esteio, Guaíba, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Porto Alegre e Bagé.

#### **Instituto-Geral de Perícias:**

- Formação de 37 servidores no Curso de Formação – Fase III/ 3ª Turma (19 Peritos Criminais, 6 Papiloscopistas e 12 Auxiliares de Perícias).
- Capacitação de 484 servidores, no período de janeiro a novembro, em diversos cursos, seminários e encontros, destacando-se: Curso Rede EAD SENASP; Seminário para Gestores do IGP (1ª edição); Microscopia e Microanálise Aplicada na Análise Forense; Seminário Construindo Territórios da Paz; 30º Encontro Anual sobre Problemas Especiais em Reconstituição de Acidentes de Trânsito (Flórida/EUA); Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro; Seminário de Mapeamento de Oportunidades (Copa 2014); Mediação de Conflitos; IV Seminário Nacional de DNA e Laboratório Forense (Cuiabá/Mato Grosso); XII Seminário Nacional de Documentoscopia (João Pessoa/Paraíba); III Congresso Nacional de Necropapiloscopia e II Encontro Nacional de Pessoas Desaparecidas e Desastres de Massa (Palmas/TO); 2º Seminário de Tecnologia da Informação e Comunicação; III Curso de Microanatomia e Desenvolvimento da Polpa Digital (Brasília/DF); Reconhecimento Facial (Brasília/DF); Feira INTERSEG (São Paulo/SP); Reconhecimento de Documentação Fraudulenta – Treinamento para Instrutores (Brasília/DF); Curso Intensivo de *Brainspotting* (Brasília/DF); I Seminário Internacional de Antropologia Forense (Rio de Janeiro/RJ); VI Seminário Nacional de Perícias em Crimes de Informática (Brasília/DF); Seminário Nacional de Fonética (Brasília/DF); X Seminário Nacional de Perícias em Identificação de Veículo e VIII Seminário Nacional de Perícias em Acidentes de Trânsito (Brasília/DF); II Encontro *Internacional Life Technologies* de Identificação Humana (Brasília/DF); 58º Congresso Brasileiro de Genética (Foz do Iguaçu/PR); IX Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos (Brasília/DF); IV Seminário Nacional de Engenharia Forense e VII Seminário Nacional de Perícia em Crimes de Meio Ambiente (São Luis/MA); Encontro Nacional de Violação de Direito Autoral na Internet (São Paulo/SP); Conferência Internacional de Ciências Forenses em Multimídia e Segurança Eletrônica – ICMedia (Brasília/DF); Seminário sobre Perícia e Processo Penal MPE/RS (Porto Alegre/RS); Soluções Promega para a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (Brasília/DF); Seminário de Investigação de Local de Crime (Porto Alegre/RS); VII Seminário Nacional de Balística Forense, V Seminário Nacional de Perícia de Revelação de Impressões Papilares (Porto Alegre/RS); Treinamento para Avaliação Perspectiva-Auditiva da Voz (Porto Alegre/RS); 3º Encontro Nacional de Química Forense (Ribeirão Preto/São Paulo); XIII Congresso Brasileiro e I Internacional de Biomedicina (São Paulo/SP); Curso DNA, Programa Brasil Mais Seguro (Brasília/DF); Seminário de Técnicas Instrumentais Aplicadas a Toxicologia Forense (Rio

de Janeiro/RJ); Mediação de Conflitos e Gerenciamento de Crises (Bagé/RS). Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação na Administração Pública (Porto Alegre/RS); 1º Curso Nacional de Antropologia Forense (Brasília/DF); Curso Controle Bens Públicos (EAD/SEFAZ/RS).

- Capacitação de 41 servidores em cursos realizados pelo Departamento de Ensino e Treinamento (DET), com carga horária de 8 horas/aula, nos seguintes temas: Saúde do Homem e da Mulher; Combate a Incêndio; Neuroaprendizagem; Nutrição; Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho; Carteira Social

Dentre as ações voltadas para a prevenção e combate a incêndio, realização de buscas e salvamentos e de atividades de Defesa Civil, sob a responsabilidade do **Corpo de Bombeiros** da Brigada Militar, destacam-se como os principais serviços prestados à comunidade, em 2012: a realização de 309.291 ações de prevenção de incêndio; o combate a 11.772 incêndios; a remoção de 7.635 fontes de perigo; a realização de 10.981 salvamentos.

O desempenho das funções de Polícia Judiciária para a repressão qualificada ao crime, sob a responsabilidade da **Polícia Civil**, envolve a investigação criminal e a execução da estratégia de reestruturação e modernização dos processos de trabalho, no sentido do aperfeiçoamento de sistemas e gerenciamento da prestação dos serviços com base em indicadores e da utilização do Sistema de Inteligência Policial, destacando-se nesse sentido, em 2012 (até novembro):

- Aquisição de 587 itens referentes a material permanente, compreendendo: controladores de acesso, projetores, telas retráteis, televisores, DVDs, estabilizadores, GPS, rastreadores, filmadoras, cadeiras, fragmentadora, condicionadores de ar, *switches*, estações de trabalho, impressoras, *notebooks*, centrais telefônicas, servidores de rede, bebedouro, balanças eletrônicas e *nobreaks*.
- Aquisição de 137 veículos para a Polícia Civil, compreendendo *pick ups*, furgões, veículos leves e um helicóptero modelo Esquilo.
- Realização de reformas e obras em dez prédios da Polícia Civil, nos municípios de Colorado, Coronel Bicaco, Davi Canabarro, Feliz, Jaguari, Jóia, Ronda Alta, São José do Ouro e Porto Alegre.
- Aquisição de 1.562 itens relativos a equipamentos de segurança e proteção, compreendendo coletes balísticos, pistolas, carabinas e submetralhadoras.
- Construção de prédio para a Delegacia de Polícia Regional de Caxias do Sul – pagamento de parcela do valor da obra, com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – obra ainda não concluída.
- Inauguração das Centrais de Polícia de Canoas e de Taquara.
- Acompanhamento especial dos homicídios, com resultados extremamente satisfatórios, em termos de elucidação dos casos (71% de esclarecimento).
- Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP): cumprimento de meta estabelecida de remessa de Inquéritos Policiais referentes a homicídios, recebendo,

juntamente com o Ministério Público, premiação por ter sido o 5º Estado da Federação que mais remeteu inquéritos em números absolutos.

- Remessa de 178.517 inquéritos policiais e de 22.143 procedimentos especiais para adolescentes.

As funções de Polícia Ostensiva e preservação da ordem pública, a cargo da **Brigada Militar**, têm como objetivo a prevenção e repressão à criminalidade com agilidade, eficiência e eficácia, provendo a infraestrutura necessária ao implemento das atividades e a estruturação das áreas de inteligência e estratégia. Destacam-se em 2012:

- Aquisição de 3.739 unidades de coletes e armamentos e de 1.567 equipamentos de proteção e resgate para aparelhar o efetivo da Brigada Militar frente às situações de repressão à criminalidade, envolvendo, dentre outros itens: 12 metralhadoras MT 40, sendo três para a cidade de Farroupilha, uma para a cidade de Pantano Grande e oito para Porto Alegre; 22 pistolas calibre 40 para o interior do Estado (18 para a cidade de Bento Gonçalves, duas para Encantado, duas para Santo Augusto) e 1.294 para Porto Alegre; 20 carabinas CT 30, sendo uma para a cidade de Tunas, uma para Vera Cruz, uma para Santo Augusto e 17 para Porto Alegre; duas carabinas CT 40 para Porto Alegre; 12 metralhadoras MT 40 e quatro espingardas calibre 12 para Porto Alegre.
- Aquisição de EPI para segurança e proteção do policiamento ostensivo e atividade de bombeiro: 200 cones de sinalização, 100 capacetes para motociclista, 100 joelheiras para motociclista, 100 pares de luvas para motociclista, 100 unidades de protetor de pescoço para motociclista, 100 pares de botas de borracha para motociclista, 132 unidades de botas de borracha para bombeiro, 128 capacetes padrão europeu para bombeiro, 133 unidades de abafadores, 474 unidades de óculos de proteção.
- Aquisição de 2.312 equipamentos de tecnologia e de 99 *links* de conexão de dados; implantação de cinco unidades de tecnologia de apoio.
- Aquisição de outros bens permanentes objetivando a operacionalidade no atendimento ao público por parte da Brigada Militar: 59 unidades de rádios transceptores, 10 unidades de telefones sem fio, duas unidades de fax, 20 selas de montaria, 18 algemas, 50 fontes de alimentação e 187 interfaces para celulares, oito unidades de trator cortador de grama; 16 unidades de máquinas fotográficas; quatro unidades de lente para câmera fotográfica; um elevador pneumático para motos; 10 unidades de GPS veicular; três unidades de compressores; três unidades de seladores; 150 unidades *Switch* 48 portas; 166 unidades *Switch* 24 portas, 296 *Nobreak*; 296 microcomputadores e 57 canais de dados.
- Renovação da frota: aquisição de 77 viaturas para o policiamento e atividade de bombeiro para todo o Estado, envolvendo três Auto Bomba Tanque; sete *pick ups*; oito Sedans; 46 Motocicletas; cinco Microônibus e um Microônibus adaptado; sete viaturas *pick up* para serem utilizadas nas operações do Batalhão de Operações Espaciais (BOE) de Porto Alegre e Santa Maria.
- Construção/reforma de três quartéis e realização de reformas nos prédios dos Comandos de Policiamento – BM (prédios Administrativo, Cartório e Alojamento do 9º

BPM; Alojamento do 1º BPM; Policlínica Odontológica da Brigada Militar, que atende todos os servidores militares, do Policiamento e Bombeiros).

- Execução de 126.058 prisões e realização de abordagem em 6.212.669 veículos.
- Matrícula de 117 alunos no ensino infantil (Escola Tio Chico) e de 1.306 alunos no Ensino Médio (Colégio Tiradentes).

O **Instituto-Geral de Perícias (IGP)** é o responsável pela realização de perícias criminais e de serviços de identificação, operacionalizando as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal com vistas à coleta e à produção de prova técnica processual, à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão de cédula de identidade civil, bem como à implementação de projetos destinados à aplicação de novas tecnologias, minimização dos efeitos da violência, promoção de cidadania e igualdade de gênero e prevenção e segurança no trabalho. Para isso, podem ser destacados, em 2012:

- Adequação nas instalações físicas do Instituto-Geral de Perícias (IGP).
- Operacionalização do sistema de emissão da Carteira de Identidade pelo IGP - até novembro/2012 foram emitidas 738.658 Carteiras de Identidade em todo o Estado.
- Renovação do contrato de operacionalização das carteiras de identidade civil, criando junto à Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) o recurso de consulta por identificação biométrica datiloscópica (AFIS) para criação da Central de Identificação Humana, recurso que será disponibilizado para confirmação biométrica e garantia de autenticidade nos processos de diversas secretarias e órgãos do Estado do Rio Grande do Sul.
- Padronização e automação no processo de emissão de laudos pré-formatados e editáveis, através da implantação dos laudos digitais (uso de certificação digital), resultando em aumento de produtividade e redução drástica no tempo da entrega dos trabalhos periciais, processo de entrega elaborado de forma eletrônica através de troca de informação de forma sistêmica entre IGP e demais órgãos.
- Reparelhamento do IGP em diversos municípios, mediante aquisição de mobiliário e equipamentos diversos, entre os quais: cinco aparelhos de ar-condicionado para climatização dos Departamentos de Criminalística (DC), de Identificação (DI) e Médico-Legal (DML); mobiliário em geral para o curso de formação de novos servidores/Academia Integrada de Segurança Pública (ACISP); Luz Forense Superlite 400 tecnologia UV, destinada à detecção de evidências, em locais de crime; três impressoras à laser (Mono) para reaparelhamento do DI, DC e DML; três Servidores de Rede para reaparelhamento da Supervisão Técnica/IGP, em Porto Alegre; impressoras à laser para reaparelhamento dos Postos Médico-Legais de Canoas, Novo Hamburgo e Osório; impressoras à laser para reaparelhamento dos Postos de Criminalística de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria; 20 microcomputadores para reaparelhamento dos Postos Médico-Legais, de Criminalística e de Identificação de Santana do Livramento.
- Aquisição de veículos para o IGP: aquisição de dois veículos nos municípios de Canoas e de Passo Fundo.

- Permuta de imóvel localizado em Santana do Livramento, para as instalações do Posto de Identificação e do Posto Médico-Legal.
- Aquisição de 33 equipamentos de TI e de 3 kits periciais.
- Emissão de 143.149 Laudos Periciais.
- Implantação da “Sala Lilás”, um espaço para acolher as mulheres vítimas de violência, incluindo a padronização de um kit de coleta de vestígios para vítimas de agressão sexual, a adoção de vestes íntimas descartáveis e realização do Retrato Falado Digital para mulheres vítimas de violência.
- Projeto, desenvolvimento, implantação e emissão das Carteiras de Nome Social, bem como a emissão de carteiras de identidade em comunidades rurais, quilombolas e em Territórios da Paz.
- Ações de diagnóstico das condições de trabalho no âmbito do IGP, como o estudo promovido para verificação de contaminação por chumbo e outros metais pesados nas dependências da Divisão de Balística Forense, bem como no Centro de Material Bélico da Brigada Militar.
- Implantação do Projeto de Cadeia de Custódia.
- Reestruturação do Instituto-Geral de Perícias.
- Implantação do Sistema CODIS 6.0 (inserção de perfis genéticos de restos mortais e de familiares de desaparecidos), colocando o IGP como protagonista na repressão ao tráfico de seres humanos, bem como na identificação de pessoas desaparecidas.
- Nomeação de 36 novos servidores.

Frente aos dados preocupantes relacionados com o aumento da violência atingindo, especialmente, o grupo etário de 15 a 24 anos – faixa em que se situam os adolescentes aliciados pelo tráfico de drogas e também a maioria das vítimas de homicídio – foi instituído o Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (PROESCI/RS), que tem como objetivos: reduzir a violência e a criminalidade no Estado, proporcionando aos municípios gaúchos a possibilidade de elaboração e implementação de projetos multissetoriais de prevenção, com o propósito de combater a violência, a criminalidade e a discriminação, e disponibilizar o acesso da sociedade civil organizada na gestão da segurança pública; desenvolver programas, projetos e ações de prevenção, principalmente a prevenção primária, que é primordial para fatores de queda da violência e da criminalidade. Nesse sentido, destacam-se como principais iniciativas:

- Apoio e incentivo às políticas públicas municipais, a partir da criação, instalação e garantia de efetivo funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) municipais destacando-se, em 2012, a instalação do GGI no município de São Luiz Gonzaga.
- Policiamento comunitário, com os propósitos de fixar o policial militar na região, utilizar dados de gestão da Polícia Civil e as ações complementares das Guardas Municipais visando aproximar o policiamento da comunidade, identificando rotinas e buscando a solução de problemas como ferramenta de aumento da segurança e de redução da criminalidade. Para isso, podem ser identificadas, em 2012: implantação de 13 postos de policiamento comunitário; aquisição de algemas, pistolas e rádios portáteis para

utilização nos Núcleos de Policiamento Comunitário de Caxias do Sul (34 unidades de cada item) e de Passo Fundo (seis unidades de cada item); aquisição de um microcomputador para utilização na Coordenação dos Núcleos de Policiamento Comunitário de Caxias do Sul – para a administração e inserção diária de ocorrências e resultados obtidos; aquisição de 11 viaturas leves sedan para utilização nos 10 Núcleos de Policiamento Comunitário implantados em Caxias do Sul e de duas viaturas leves sedan para utilização nos dois Núcleos de Policiamento Comunitário implantados em Passo Fundo.

- Projetos de prevenção social à violência, de forma reduzir a vulnerabilidade das pessoas à violência através da garantia dos direitos fundamentais, por meio de mecanismos capazes de prever, prevenir, planejar, solucionar pacificamente os conflitos e controlar as ameaças e coerções ilegítimas. Destacam-se, em 2012: execução de dois projetos de prevenção à violência e apoio às vítimas; início da execução do Convênio Federal nº 759478/2011, que prevê a implementação de ações da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, por meio da instalação de um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado, dentro da política da Secretaria Nacional de Justiça; implantação de dois Núcleos de Atenção Biopsicossocial para implementação de ações destinadas a promover a valorização profissional e a saúde dos profissionais de Segurança Pública: início da execução do Convênio Federal 759592/2011 o qual, dentre outras finalidades, prevê a instalação do Núcleo de Atenção Biopsicossocial em Porto Alegre, para atendimento dos municípios de Novo Hamburgo e Charqueadas, e do Núcleo de Atenção Biopsicossocial em Santana do Livramento, para atendimento do município de Uruguaiana, na região da Fronteira.
- Territórios da Paz, compreendendo a criação, instalação e efetivação de áreas destinadas às ações preventivas de forma prioritária, obtendo-se como resultados em 2012: realização (no 1º semestre de 2012) de precursórias para definição dos bairros para instalação de Territórios de Paz nos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Esteio, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Sapucaia do Sul; realização do evento “RS na Paz – Comunidade” (nos bairros Lomba do Pinheiro, Restinga e Rubem Berta), promovendo atividades lúdicas, culturais e educativas para envolver os moradores como protagonistas nas políticas sociais de todas as secretarias estaduais; e do Seminário Regional de Diagnóstico de Rede (nos bairros Lomba do Pinheiro e Restinga), em Porto Alegre, com o objetivo de analisar e discutir a atuação de todos os órgãos, governamentais ou não, que atuam com grupos vulneráveis nos Territórios da Paz para facilitar o encaminhamento das vítimas de violência para as redes de proteção social local; recebimento de uma Base Comunitária (espaço destinado à realização de atividades de ouvidoria comunitária, mediação comunitária, observatório de segurança pública e projetos voltados para os jovens), no Território da Paz do Bairro Rubem Berta; desenvolvimento do projeto-piloto da Patrulha Maria da Penha, composta por quatro policiais militares (1º BPM, 19º BPM, 20º BPM e 21º BPM), que farão rondas nos quatro Territórios da Paz de Porto Alegre para acompanhar os casos de violência doméstica e o cumprimento de medidas protetivas, em atuação conjunta com a Polícia Civil, por meio das Delegacias de Polícia especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs).

## Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SSP	Administração e modernização do sistema prisional	Geração e recuperação de vagas no sistema prisional
SSP	Administração e modernização do sistema prisional	Administração prisional
SSP	Administração e modernização do sistema prisional	Inclusão social com cidadania
SSP	Administração e modernização do sistema prisional	Formação e qualificação dos servidores da susepe
SSP	Prevenção e repressão à criminalidade	Realização de perícias criminais e de serviços de identificação
SSP	Prevenção e repressão à criminalidade	Realização das funções de polícia ostensiva e preservação da ordem pública
SSP	Prevenção e repressão à criminalidade	Realização das funções de polícia judiciária para a prevenção e repressão qualificada ao crime
SSP	Prevenção e repressão à criminalidade	Administração da área de saúde da SSP
SSP	Prevenção e repressão à criminalidade	Formação e qualificação dos servidores da SSP
SSP	Prevenção e repressão à criminalidade	Coordenação e integração dos órgãos da SSP
SSP	Prevenção e repressão à criminalidade	Prevenção e combate a incêndio, realização de buscas e salvamentos e de atividades de Defesa Civil
SSP	Programa estadual de segurança pública com cidadania (PROESCI/RS)	Projetos de prevenção social à violência
SSP	Programa estadual de segurança pública com cidadania (PROESCI/RS)	Policiamento comunitário
SSP	Programa estadual de segurança pública com cidadania (PROESCI/RS)	Territórios da paz
SSP	Programa estadual de segurança pública com cidadania (PROESCI/RS)	Apoio e incentivo às políticas públicas municipais

## Secretaria-Geral de Governo

Integrante do conjunto de estruturas administrativas que compõem a Governadoria do Estado, a **Secretaria-Geral de Governo (SGG)** tem como competências o apoio direto ao Governador e à Governadoria, a articulação e o monitoramento das ações estratégicas, por meio da integração de programas e projetos estratégicos, a coordenação e o acompanhamento das políticas de tecnologia da informação e de telecomunicações e o acompanhamento de ações do Governo Federal desenvolvidas no Rio Grande do Sul, em especial do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

A SGG é responsável pela coordenação da Sistemática de Monitoramento Estratégico, modelo de gestão utilizado para avaliação do andamento e desempenho dos projetos estratégicos do Governo. Por intermédio do acompanhamento dessas ações prioritárias, é possível ter um quadro efetivo das realizações alcançadas, das demandas a serem supridas e dos problemas a serem sanados. A Sistemática de Monitoramento permite a organização e análise de dados físicos e financeiros e evidências de percepção social sobre os projetos mais importantes do Governo, cuja execução é essencial para o cumprimento dos seus compromissos. Em 2012, esse processo e metodologia foram consolidados, sendo inclusive formalizada e normatizada conforme Decreto nº 49.249, de 18/06/2012, possibilitando o acompanhamento sistemático de 86 projetos estratégicos.



No âmbito da Sistemática, implementou-se a Sala de Gestão, na qual o Governador, o Vice-Governador, os Secretários de Estado, os gestores das entidades vinculadas e os gerentes dos projetos estratégicos tomam decisões acerca do melhor andamento dos projetos e avaliam permanentemente o impacto social e econômico dos mesmos. Complementarmente, foram instituídos colegiados para aprimorar a captação e gestão de novos recursos junto à União e para buscar soluções para os entraves administrativos associados à execução dos projetos estratégicos.

Com a implementação desses instrumentos de gestão, em 2012 foi possível identificar e dirimir problemas e entraves sistêmicos, originados de uma estrutura desabituada ao nível de investimento necessário para a retomada do crescimento do nosso Estado e para a qualificação permanente dos serviços públicos finalísticos, viabilizando para 2013 um incremento na execução dos projetos estratégicos e das políticas públicas.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SGG	Articulação, monitoramento e avaliação das ações estratégicas do governo e coordenação das políticas para tecnologia da informação e telecomunicações	Monitoramento e avaliação das ações estratégicas para implementação do plano de governo
SGG	Articulação, monitoramento e avaliação das ações estratégicas do governo e coordenação das políticas para tecnologia da informação e telecomunicações	Coordenação das políticas e ações em tecnologia da informação e telecomunicações no âmbito da administração pública estadual

### Trabalho e Desenvolvimento Social

A **Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS)** atua na área da assistência social, no fortalecimento do terceiro setor e também é responsável pelo acesso ao mercado de trabalho, programas de qualificação profissional, bem como geração de emprego e renda. Cabe à STDS a implementação das ações estaduais de assistência social, baseada na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A Secretaria dá sustentação às demandas dos Conselhos Estaduais de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Tais competências são exercidas pela Secretaria e por suas instituições vinculadas, a **Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)** e a **Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS)**.

Entre as realizações da STDS, no ano de 2012, destacam-se:

- Encontros Regionalizados – realização de encontros com objetivo de qualificar os integrantes das Comissões Municipais de Emprego, bem como de outras Comissões e/ou Movimentos Sociais dos municípios. Essa qualificação visou discutir o Encontro do Desenvolvimento Econômico com o Encontro do Desenvolvimento Social para a realização dos Cursos de Qualificação Profissional de Formação Inicial Continuada.

- PRONATEC-FIC – realização de Cursos de Qualificação Profissional de Formação Inicial Continuada, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que tem como objetivo oferecer cursos de educação profissional a estudantes, trabalhadores diversos, pessoas com deficiência e beneficiários dos programas federais de transferência de renda. Esses cursos são destinados à população cadastrada ou com perfil de Cadastro Único (zero a três salários mínimos de renda familiar). Foram efetuadas 61.465 pré-matrículas e efetuadas 39.066 matrículas, até 13/12/2012.
- Famílias Atendidas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) – atendimento de 42.590 famílias com recursos provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), até 11/12/2012.
- Conselho Apoiado – apoio técnico e financeiro prestado ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS).
- Assessoria aos Municípios – prestação de assessoramento técnico e financeiro, referente à Política de Assistência Social, através dos Gestores Municipais, aos 496 municípios.
- Pessoas qualificadas – capacitação de 300 pessoas pelo Ministério do Desenvolvimento Social; 40 pessoas no Cadastro Único; 1.000 pessoas, através dos Fóruns de Assistência Social e do Trabalho; e, 155 pessoas no Bolsa Família.
- Família incluída no CadÚnico – inclusão de 577.000 famílias, até 31/10/2012.
- Programa Bolsa Família – cadastramento de 50.770 famílias no Programa, até 21/10/2012.
- Mutirão Realizado – realização de seis mutirões: RS Mais Igual, no Centro Humanístico Vida, em Porto Alegre; no SESI Rubem Berta, em Porto Alegre; em Guaíba; em Alvorada; em Rio Grande; e, em Esteio.
- Construção de Cisternas – Contrato firmado com a Associação do Brasil de Formação e Qualificação Profissional para a execução das três modalidades de curso: Gerenciamento de Recursos Hídricos para os Beneficiários, Pedreiro Construtor e Pedreiro Instrutor. Os cursos visam apoiar a construção e o adequado manejo dos recursos hídricos para as famílias de baixa renda da zona rural dos Municípios de Aceguá, Bagé, Herval, Hulha Negra, Pedras Altas, Pinheiro Machado, Santana do Livramento, Cerrito, Jaguarão e Pedro Osório. Também foi firmado contrato com o Instituto Cia. Ideal (ICL) para a execução das três modalidades de curso: Gerenciamento de Recursos Hídricos para os Beneficiários, Pedreiro Construtor e Pedreiro Instrutor, visando apoiar a construção e o adequado manejo dos recursos hídricos para as famílias de baixa renda da zona rural do Município de Amaral Ferrador.
- Cozinhas Comunitárias – celebração de nove Convênios para a implantação das cozinhas comunitárias, com os municípios/ONGs de: Cerrito, Herval; Pedras Altas; Quatro Irmãos; Santana da Boa Vista; Tapejara; ONG CETRAT/Carazinho; ONG APAE/Três de Maio; e, ONG AMBBE/São Nicolau.

- Hortas Comunitárias Conveniadas – celebração de sete Convênios com os municípios de: Chiapetta, Estrela Velha, Itati, Parobé, Quatro Irmãos, Roca Sales e com a ONG AMBBE, de São Nicolau.
- Padarias Comunitárias – celebração de sete Convênios para a implantação de padarias comunitárias, com os municípios de: Capão do Leão, Herval, Itati, Pedras Altas, ONG CETRAT/Carazinho, ONG APAE/Estrela e ONG AMBBE/São Nicolau.
- Restaurante Implementado – manutenção de um restaurante pelo Estado para fornecimento de refeições diárias. Outros cinco restaurantes são mantidos através da Lei da Solidariedade, nos municípios de Charqueadas, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí e Sapucaia do Sul.
- Casas da Solidariedade – o Projeto de Lei nº 36/2011, para a implantação das Casas da solidariedade, permanece aguardando votação.
- Caravanas de Capacitação – realizadas em Novo Hamburgo e Caxias do Sul, com o objetivo de divulgar a Lei da Solidariedade, orientar sobre o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social e Qualificação de pessoas para a formação de Produtores Sociais.

A **Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)** é a instituição executora das políticas públicas de trabalho, emprego e desenvolvimento social do Estado. Através das Agências da FGTAS e do Sistema Nacional de Emprego (SINE), são operacionalizados os serviços de Intermediação de mão de obra para o mercado formal de trabalho; Intermediação de trabalhadores autônomos; Seguro-Desemprego; Carteira de Trabalho e Previdência Social; e, cursos de qualificação profissional. Esses serviços são viabilizados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A FGTAS, através da ação Desenvolvimento do Artesanato como Geração de Trabalho e Renda, no ano de 2012, emitiu 5.604 Carteiras de Artesão e renovou 3.343, até novembro de 2012; prestou apoio a 130 eventos, participou de 11 feiras estaduais e de cinco feiras fora do Estado; e, realizou reformas e manutenção da Casa do Artesão, em Porto Alegre.

A **Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS)** executa as medidas de proteção de abrigo e de apoio e orientação sociofamiliar nos 38 abrigos institucionais em Porto Alegre, um abrigo em Uruguaiana e um Centro Social em Taquari. Essas medidas compreendem a prestação de serviços aos acolhidos na área da saúde, com atendimentos ambulatoriais clínicos e psiquiátricos, primeiros socorros, vacinações, testes para HIV, medicações mediante prescrições médicas, atendimento odontológico, fisioterápico, além das internações clínicas e psiquiátricas conforme a necessidade. Os cuidados com a alimentação são feitos através de dietas balanceadas por nutricionistas e dietoterápicos. O acompanhamento escolar envolve discussões do aproveitamento dos acolhidos junto às escolas, reforço escolar e atividades educativas. O acompanhamento jurídico ocorre através do trabalho realizado por profissionais habilitados em audiências, discussão dos casos com as equipes técnicas e assessorias jurídicas, visando à defesa dos direitos dos acolhidos. Em torno de 76 adolescentes foram encaminhados para atividades de preparação para o mercado de trabalho com a participação em cursos e seleções de estágios/empregos, sendo que 36 adolescentes estão inseridos em

estágios/empregos. As atividades esportivas e de lazer ocorrem em vários espaços comunitários, como clubes, parques, escolas, praças e quadras esportivas, além de participação em oficinas de música, artesanato, culinária e dança.

Na Unidade de Taquari, foi prestado atendimento a 264 crianças e adolescentes, realizado em dois turnos durante o dia, o qual beneficia o turno inverso à escola, sendo que parte do grupo é atendida pela manhã e os demais, à tarde, com fornecimento de duas refeições por turno. São oferecidos cursos e oficinas de artesanato, culinária, horta, reforço escolar e atividades esportivas. Em Uruguiana, o Serviço de Acolhimento Institucional é realizado em residência alugada pela Fundação na comunidade, onde são atendidas 14 crianças e adolescentes, com fornecimento de moradia, alimentação, saúde, lazer, vestuário, equipamentos, material escolar, medicação e demais cuidados que garantam a proteção integral à infância e juventude.

Na Ação Capacitação e Qualificação dos Adolescentes Acolhidos pela FPERGS, 67 acolhidos foram encaminhados para atividades de preparação para o mercado de trabalho. Dentre estes, 36 foram beneficiados com estágio, e dois com emprego.

### Ações para 2013

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
STDS	Emprego, trabalho e renda	Fortalecimento e ampliação das comissões de emprego
STDS	Emprego, trabalho e renda	Agenda do trabalho decente
STDS	Emprego, trabalho e renda	Gestão, acompanhamento e avaliação das ações do trabalho emprego e renda
STDS	Gestão da política estadual da assistência social	Ampliação da rede de proteção social a famílias
STDS	Gestão da política estadual da assistência social	Mutirão social
STDS	Gestão da política estadual da assistência social	Prêmio excelência gestão da assistência social
STDS	Gestão da política estadual da assistência social	Apoio técnico e financeiro ao conselho estadual de assistência social (CEAS)
STDS	Gestão da política estadual da assistência social	Coordenação da política de assistência social
STDS	Programa estadual de gestão da política de segurança alimentar e nutricional sustentável	Gestão da política de segurança alimentar nutricional sustentável
STDS	Programa estadual de gestão da política de segurança alimentar e nutricional sustentável	Restaurantes populares
STDS	Programa estadual de gestão da política de segurança alimentar e nutricional sustentável	Implantação de hortas, cozinhas e padarias comunitárias
STDS	Programa estadual de gestão da política de segurança alimentar e nutricional sustentável	Construção de cisternas e gestão da água para o consumo humano
STDS	Programa estadual de gestão da política de segurança alimentar e nutricional sustentável	Apoio técnico e financeiro ao conselho estadual de segurança alimentar e nutricional sustentável
STDS	Programa estadual de gestão da política de segurança alimentar e nutricional sustentável	Apoio técnico e financeiro a projetos na área de segurança alimentar
STDS	Programa estadual de gestão da política de segurança alimentar e nutricional sustentável	Apoio à agricultura urbana e periurbana
STDS	Responsabilidade e desenvolvimento social	Estímulo ao crescimento, qualificação e profissionalização do terceiro setor
STDS	Responsabilidade e desenvolvimento social	Monitoramento e avaliação dos projetos da lei da solidariedade - Rede Parceria Social
STDS	Responsabilidade e desenvolvimento social	Casas da solidariedade
STDS	Responsabilidade e desenvolvimento social	Qualificação do terceiro setor - bolsas internacionais
STDS	Responsabilidade e desenvolvimento social	Manutenção e monitoramento do Centro Infante Juvenil Zona Sul - Vila Cruzeiro
STDS	Responsabilidade e desenvolvimento social	Manutenção do programa de cidadania fiscal

STDS	Responsabilidade e desenvolvimento social	Implantação do portal transparência social
STDS	Responsabilidade e desenvolvimento social	Apoio técnico e financeiro a projetos sociais e a unidades produtivas
FPERGS	Gestão da política estadual da assistência social	Atendimento de crianças e adolescentes em medidas de proteção na FPERGS
FPERGS	Gestão da política estadual da assistência social	Capacitação e qualificação dos adolescentes acolhidos pela FPERGS
FPERGS	Gestão da política estadual da assistência social	Inserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes da FPERGS, em fase de desligamento
FPERGS	Gestão da política estadual da assistência social	Capacitação especializada para profissionais que atendem pessoas com deficiência acolhidas pela FPERGS
FPERGS	Gestão da política estadual da assistência social	Estabelecimento de cooperação técnica para o acolhimento institucional
FPERGS	Gestão da política estadual da assistência social	Reordenamento físico das unidades de atendimento da Fpergs